

OTÁVIO LAGE

Empreendedor,
político, inovador

Jales Naves

OTÁVIO LAGE

Empreendedor,
político, inovador

Goiânia, 2014
Editora Naves

Capa: Aquarela, de Amaury Menezes, 1970

Fotos: Álbuns da família de Otávio Lage

Diagramação: Carlos Augusto Tavares

Revisão: Juliana Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Naves, Jales

Otávio Lage: Empreendedor, político, inovador / Jales Naves -
Goiânia : Editora Naves, 2014.
352 p. il

Bibliografia

ISBN: 978-85-68543-00-9

1. Brasil - História - Evolução sócioeconômica do Estado de Goiás. 2. Brasil - História - Gestões públicas de Otávio Lage (1962-1965, Goianésia, GO, 1966-1971, Governo do Estado de Goiás) 3. Relação familiar de Otávio Lage, 1924 - 2006 4. Relação Estado e Igreja Católica em Goiás (1966-1971) 5. Empreendedor que revolucionou diversos setores econômicos (pecuária, cultivo de café, arroz, cana-de-açúcar, de seringueiras, industrialização da cana, cogeração de energia a partir do bagaço da cana, cooperativismo de produtores rurais e de crédito rural) 6. Inovador, no plantio de culturas e na organização dos produtores rurais, no processo industrial, na tecnologia, na comercialização etc.

Prefixo Editorial: 68543

Índices para catálogo sistemático:

1. História do Estado de Goiás e Governo Otávio Lage (1966-1971)

2014

Direitos desta edição reservados à

Jalles Machado S/A

Rodovia GO-080, km 56 - Zona Rural. Cx. Postal 48 / Fone: 62 3389 9800/
76380-000 / Goianésia, GO

Editora Naves Ltda.

Rua C 245 nº 235 - Setor Nova Suíça / Fone: 62 9975 4664
74280-185 / Goiânia. GO

Sumário

Apresentação	11
Prefácio	19
1. Um marco divisor na história goiana, o Estado moderno	21
Isolamento e atraso	22
Mudança histórica	23
As carências e a busca de resultados	26
As principais obras de um político de visão	28
Estilo revelador de uma geração	31
Um democrata no regime militar	33
A ação pensando no futuro	34
Mérito Industrial, da CNI.....	36
2. Um marco referencial, a família e seus laços	39
O início, em Buriti	40
Organizando seu núcleo familiar	44
Negócios da família	47
Atuação empresarial e política do pai, servindo de modelo	48
Os filhos, seguindo o exemplo do pai e do avô	56
Jalles Fontoura, a influência e a política.....	58
Ricardo, planos para BH, assumiu o setor agropecuário	64
Silvinha, a única filha, mais próxima.....	70
Otávio Filho, gestor e político	75
Antônio Carlos, DNA e reconhecimento.....	79
A opção pelo meio rural	82
Participação social	83
Liderança sindical e títulos	85
Uma admiração que só cresceu com o tempo.....	86
3. As relações com a Igreja Católica	89
Apoio às escolas católicas.....	90
Nova visão de Goiás, a partir da inauguração de Brasília	91
Relacionamento intenso e respeitoso	93
Gestor consciente e firme nas decisões	94
Homem de fé e convicções profundas.....	99

Cargos, convites e pedidos	100
Trabalho social e grandes frutos	103
4. Um marco na política, como gestor público e tocador de obras	105
Envolvimento com eleições.....	106
A morte de Laurentino, Olimpio Jayme e disputas pelas terras.....	108
A gestão em Goianésia	110
Promover o bom gestor	119
As movimentações antes da Convenção da UDN	120
A XV Convenção Estadual da UDN e as discussões	123
Vencer barreiras, diante do clima criado na Convenção.....	127
Eliminando os atropelos interpartidários	129
Na abertura oficial da campanha as principais metas.....	133
Uma “bomba” explode três dias antes do pleito.....	138
Vitória real na eleição	139
Fanstone e a eleição em Anápolis.....	140
Repercussão nacional das eleições de 1965	142
Candidatos eleitos Governador dos estados e respectiva votação	142
Vitória foi duro golpe no coronelismo.....	144
Formação do secretariado.....	145
Planejamento das ações.....	147
Diplomação e avaliação do TRE-Goiás.....	148
A perda de Alfredo Nasser	149
O ato solene da posse, na Assembleia Legislativa.....	149
A atuação como Governador	151
As realizações e as fiscalizações na área de transporte	153
O tocador de obras, com a Suplan à frente	155
Não deixou vender a Celg e a tornou vendedora de energia.....	158
Trabalho jornalístico redimensionado.....	161
A sucessão na Assembléia em 1966.....	162
Denúncia de exonerações e primeiros nomes na Assembléia	163
A tensa sessão que elegeu a Mesa Diretora da Assembléia	163
Primeira sessão sob nova Mesa Diretora, sem a Arena.....	165
Otávio pede ao Governo Federal para não cassar deputados	165
A tentativa de “impeachment”, que não deu certo	167
Saudação de Ano Novo com base nas pressões	169
Detelgo e o novo assessor.....	170
Relacionamento com assessores e servidores públicos	171
As dificuldades com o coronel Eurides Curvo	172
As relações com o Legislativo e os problemas enfrentados.....	173

Anápolis, suas brigas e seus políticos	175
Lions, Clubes de Castores e trabalho social.....	176
Casa do Jornalista e política habitacional	177
Sem interferência na cassação de Iris Rezende	178
A atividade política e alguns tropeços.....	181
As relações com os militares e Goiás no debate sobre a sucessão	182
Inauguração da segunda etapa de Cachoeira Dourada.....	185
Sem responsabilidade no fechamento da Assembleia.....	187
Viagem aos Estados Unidos e Europa.....	189
Honestidade como princípio e no comportamento.....	192
O primeiro concurso público para exator fiscal.....	193
A preocupação em administrar, sem retaliações	195
Ministro Castro Filho e o relacionamento complicado.....	196
Valterli, jornalismo e andanças com Otávio	199
Acreditar e fazer acontecer, recomendava	201
O estilo brincalhão, ao receber estudantes da UFG	203
Estilo inovador e que avançou muito	204
Na despedida, a presença dos amigos.....	204
Sucessão estadual e as relações com o Governo Federal.....	205
A volta aos negócios, sem deixar a política.....	205
Perseguição do Leonino.....	206
Campanha de 1974 e as disputas.....	208
As movimentações políticas de 1977	209
A campanha para o Governo, pelo PDS, em 1982	211
Imagem positiva confirmada	216
Desapego ao radicalismo e maturidade política.....	216
A oposição começa a se reorganizar.....	218
O retorno ao poder, com Marconi Perillo, em 1998	219
Defendendo a reeleição de Marconi, em 2002	223
Defesa do bipartidarismo, homem de partido.....	224
Decisões sobre Cachoeira Dourada em épocas e governos diferentes	225
5. Um marco na economia, empreendedorismo e novas tecnologias	227
Lenta ocupação da região	228
Produção agrícola inexpressiva.....	229
O plantio de café e o crescimento regional.....	230
Relações de trabalho e perfil do trabalhador rural	236
Plantio e projetos de colonização	236
Relações de confiança, informais.....	239
Cooperativas, agricultura e outros negócios	240

Diversificação de investimentos	245
Tecnologia, pesquisa e pioneirismo	246
Jalles Machado, açúcar e álcool.....	247
Brincadeiras e o trabalho do dr. Edward Brasil	255
O acidente fatal, em 2006	257

Anexo 1

Plano de ação do governo / triênio 1968/70	261
Prioridades	261
Metas setoriais:.....	262
Apresentação do Plano de Ação.....	263
Infraestrutura social e educação	264
Industrialização e renda	265
Mentalidade mais progressista.....	266
População de Goiás, de 1872 a 1960.....	267
Ciclos evolutivos da economia	269
Transportes.....	272
Energia elétrica.....	274
Telecomunicações	276
Educação, cultura e esporte.....	277
Ensino primário	277
Ensino médio: Ginásial e Colegial	278
Ensino Normal	279
Ensino agrícola e realidade rural.....	279
Ensino industrial, formação da mão-de-obra e ensino comercial.....	280
Metas do Ensino Médio	280
Cultura e esporte.....	280
Indústria, Comércio e Turismo	281
Metas para o setor industrial	284
Programa de Turismo (1968/70):	285
Saúde e saneamento	285
Metas do Programa de Saúde:.....	287
Habitação	290
Sistema administrativo do Estado.....	291
Metas para Polícia Civil	293
Metas para Polícia Militar	294
Serviços bancários	294
Distorções, inoperância e deficiências na Metago	296

Anexo 2

Os resultados de uma gestão produtiva	297
Situação e evolução demográfica	298
Comportamento da economia.....	299
Receita, despesas e reestruturação de órgãos públicos.....	300
Reforma fiscal e pioneirismo na arrecadação do ICM	302
Funcionalismo público	302
Agropecuária	304
Educação e cultura	306
Saúde e saneamento	309
Energia.....	312
Transportes.....	316
O avanço da telecomunicação	323
Cerne e a divulgação dos atos do Governo.....	325
Habitação	327
Defesa e Segurança.....	328
Serviço Social e assistência aos servidores.....	331
A Metago e os avanços na mineração	333
O BEG, a Caixego e as mudanças no período	337
A Codeg e os projetos de desenvolvimento	339
Bibliografia.....	343
Periódicos.....	347
O autor.....	350

APRESENTAÇÃO

A história de uma Nação, de um povo, é formada pelas histórias das pessoas, de cada cidadão. O sentido é mostrar o papel que desempenhou ao longo de sua vida, a contribuição que deu em cada área em que atuou, suas opiniões e as opiniões de quem com ele conviveu ou de quem teve notícias.

É um desafio reunir todas essas informações, dar-lhes um formato de historietas, e transformá-las num relato que interesse a todos conhecê-las.

Foi pensando dessa forma que aceitei o convite para elaborar este livro, a partir do levantamento da trajetória de um dos goianos mais ilustres e dinâmicos que Goiás conheceu, e escrever a sua história, de maneira atraente para quem se dispuser a lê-la e dela extrair lições.

Um dos governadores que mais construiu obras necessárias, que contribuiu para tirar o Estado de um atraso histórico, em termos sociais, econômicos e políticos, Otávio Lage foi um marco de modernidade para Goiás. Como gestor, por sua competência e seriedade no trato da coisa pública, investiu em obras de infraestrutura fundamentais à arrancada desenvolvimentista, e consciente de seu papel naquele momento relevante provocou as mudanças que se faziam indispensáveis. Como político, estava sempre presente, emitia suas opiniões e conselhos, era constantemente consultado e estimulava as novas lideranças, para que ocupassem seus lugares no cenário estadual. Como empreendedor, foi um homem com aguçada visão das oportunidades de negócios, conciliada à preocupação com o social.

Teve como referência, nessa atuação, duas pessoas que admirava, pela visão de futuro e pelo que realizaram, em especial a defesa da abertura de estradas, de caminhos para o progresso, para aproximar as pessoas e favorecer a integração. Primeiro, seu pai, Jalles Machado, um pioneiro, que montou usinas hidrelétricas e foi autor do projeto de construção da Belém-Brasília; e, segundo, o presidente do Estado de São Paulo de 1920 a 1924 (e depois Presidente do Brasil), Washington Luís, que, já nessa época, enxergava a prioridade para as vias de transporte.

“As estradas aproximam os centros produtores dos centros consumidores, valorizam as terras que atravessam, tornam baratos os produtos que exploram e trazem a facilidade de comunicação!”, defendeu Washington Luís, na Câmara dos Deputados paulista. No fundo, essa frase foi resumida, como seu lema, em “*Governar é abrir estradas*”.

Empreendedor ousado e determinado atingiu objetivos em ambientes nem sempre claros, que exigiam coragem e disposição para correr riscos, como no projeto pioneiro de produção de álcool, no confinamento bovino e na co-geração de energia a partir do bagaço da cana. Se o bagaço antes era um problema que se avolumava e ocupava espaços, utilizou as pesquisas, como sempre fez, para fazer surgir solução com triplo objetivo: consumir um lixo que já preocupava, fornecer energia para as caldeiras industriais e ainda render financeiramente com a venda do excedente energético.

Assim foi sua vida.



O abraço afetuoso do pai Jalles Machado no filho Otávio, que era empossado governador.

Desde o início se mostrou cooperador, chamando e dividindo com os amigos e companheiros os resultados de cada ação que empreendia. Seja na agricultura, por onde começou, como na pecuária, na agroindústria e nas finanças, sempre buscando os mais próximos para cooperação em torno de uma atividade econômica comum. Corria riscos, compartilhava os produtos obtidos e, com isso, tornou-se uma liderança sempre consultada, tanto na política como no meio empresarial.

Viveu 81 anos de forma intensa, rodeado pelos muitos companheiros e amigos que conquistou ao longo da vida, deu exemplo como trabalhador e como mestre naquilo

que fazia. Honesto e honrado, preocupado com o futuro, queria o desenvolvimento de Goiás, criar as condições essenciais para esse crescimento e para a fixação do homem em seu espaço. Ele se comportou como um estadista, com visão global dos problemas e das soluções.

Foi referência em todas as atividades que abraçou e se enquadra num patamar que faz falta em Goiás: o de heróis, daqueles de quem nos orgulhamos e em quem queremos nos espelhar. Alguém para se ter como exemplo, quem nos indica caminhos, apóia quando consultado e acredita, e cuja trajetória foi traçada para dar certo, deu certo e está aí para quem quiser analisar e seguir.

Ao levantar sua história me lembrei de outro pioneiro ousado e empreendedor como ele, em momentos históricos e circunstâncias diferentes, que revelam, cada um, a obstinação em realizar, em fazer aquilo em que acredita. Como ele, o empresário Irineu Evangelista de Sousa, barão e visconde

de Mauá, foi ainda mais longe, pagou caro pelo pioneirismo e determinação, e ficou como exemplo.

Nesse levantamento de informações, logo no início, encontrei uma grave injustiça que a Assembleia Legislativa do Estado de Goiás cometeu contra Otávio Lage. Em seu *site*, inseriu um dado que não achei nos documentos pesquisados, nem nos arquivos ou com as fontes consultadas, inclusive graduados servidores desse Poder: a de que o ex-Governador teria fechado o Legislativo goiano em 1969.

Nessa busca por documentos a respeito, que não foram localizados, conversei com vários funcionários da Assembléia. Ao entrevistar o ex-deputado estadual Eurico Barbosa dos Santos, que era líder do MDB na época, quando foi cassado, afirmou que ele não fora o responsável pelo fechamento do Legislativo, esclarecendo que o ato partiu dos militares que assumiram o poder federal em 1964, com base em documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI). Na leitura de edições do período do jornal “*O Popular*” localizei a informação e as justificativas para a intervenção.

Posteriormente, uma graduada servidora da Diretoria Parlamentar da Assembleia deu uma pista: o dado foi retirado do livro “*O Legislativo em Goiás. Volume 1– História e Legislaturas*”, dos professores universitários Francisco Itami Campos e Arédio Duarte, editado pela própria Assembleia, em 1996. Fui atrás dessa obra e, depois de lê-la, encontrei a citação.

Liguei para o autor, que conheço, e Itami simplesmente me disse que Otávio tinha muito poder de mando. Expliquei-lhe que essa informação não era suficiente e ele ficou de consultar suas anotações e me responder. Como, um mês depois, não me deu nenhuma resposta, escrevi um artigo a respeito, com o título “*Otávio Lage merece respeito do Legislativo goiano*”, publicado no jornal “*O Popular*”, em sua edição de 26 de dezembro de 2013, na página de opinião. O título, devido ao espaço, teve cortado “*do Legislativo goiano*” e obteve ampla repercussão, pela gravidade do erro, mas não mereceu, do Legislativo, qualquer reparo. Mantive vários contatos, inclusive com o deputado estadual Hélio de Sousa, do Partido Democratas, muito ligado ao ex-Governador, que o levou para a atividade política, e ele ficou de conversar com os dirigentes do Legislativo goiano para retirar essa citação errada, e não mais falamos a respeito. Posteriormente o parlamentar informou que determinara a retirada da citação errônea do site.

Outra injustiça foi cometida por professores do ensino médio de Goiânia, em especial de cursos preparatórios para o vestibular, que afirmavam, nas aulas, que Otávio Lage tinha sido nomeado Governador de Goiás pelos militares e não eleito pelo voto popular, como efetivamente aconteceu. Inclusive, a então Universidade Católica de Goiás colocou numa prova do vestibular de 2003 essa incorreção, da nomeação e não da eleição direta.

Procurei pelos professores da época e não localizei, em especial o professor Bueno, com quem os netos do ex-Governador discutiram para contestar esse erro, e não consegui obter nenhum dado para saber de onde teriam tirado essa informação falsa. Consultada, a hoje PUC-Goiás não forneceu uma cópia da prova desse vestibular. Tal fato me motivou a escrever outro artigo, publicado pelo *“Jornal Opção”*, edição de 13 de abril de 2014, discorrendo sobre todo o difícil processo eleitoral.

Na sequência, busquei informações sobre a condenação do jornalista Batista Custódio dos Santos, do então jornal semanário *“Cinco de Março”*, por crime de opinião. Estive no Tribunal de Justiça do Estado e nos cartórios cíveis e criminais de Goiânia procurando pelo processo, e não obtive nenhum dado a respeito. Conversei com alguns políticos da época, como o fazendeiro Carlos Alberto Ferreira Coelho, que presidiu a Aliança Renovadora Nacional, e os ex-deputados Ursulino Leão e Genésio de Barros, e novamente nada obtive.

Por fim, procurei o jornalista, que não quis falar nada e nem comentar o assunto, dizendo para esperar pelo livro que está escrevendo. Disse-lhe que não poderia esperar, pois firmara um contrato com a família do homenageado e havíamos fixado um prazo de nove meses, que venceria em abril de 2014. Depois, ele afirmou que não gostava de biografias encomendadas, pois o escritor só fala bem do biografado. Solicitei que indicasse pessoas que se desentenderam com Otávio Lage e poderiam criar uma outra imagem dele. Sugeriu dois nomes: o desembargador aposentado Jalles Ferreira da Costa, que teria sido expulso de Goianésia, quando Delegado de Polícia na cidade, por ter prendido uma pessoa ligada ao ex-Governador; e o ministro Sebastião de Oliveira Castro Filho, já aposentado no Superior Tribunal de Justiça, que ele se recusara a nomear Juiz.

Anotei os dois nomes e saí a procurá-los.

O primeiro foi o desembargador, com quem falei por telefone em três oportunidades, tentei marcar um encontro que acabou não acontecendo, mas cuja resposta, desde o primeiro contato, já desfez a imagem anterior criada. Primeiro, Jalles Ferreira da Costa disse que não foi Delegado de Polícia em Goianésia e sim em Goiânia, por um ano, antes de passar no concurso para a Magistratura, e na função anterior não se desentendeu com ninguém. Classificado em primeiro lugar nessa disputa, coube-lhe o direito de escolher a Comarca onde atuar. Ao recebê-lo em audiência no Palácio, Otávio indagou-lhe para onde desejava ir e, antes que respondesse, sugeriu-lhe Goianésia, que ele aceitou de imediato. Ao assumir o cargo de Juiz, foi bem recebido na cidade e se tornou amigo do ex-Governador, inclusive atendeu a seu convite para lecionar no Colégio Estadual que ele implantou na cidade. Ao longo de sua vida, sedimentaram uma relação de amizade e de respeito mútuo que perdurou enquanto tiveram oportunidade de conviver.

O segundo foi o ministro Castro Filho, que contou a sua história de atuação com adversários dele, oportunidade em que escreveu artigos na imprensa criticando o então Governador; os desencontros quando da nomeação, o erro no decreto e a convivência posterior, conforme relato neste livro. Não foram inimigos, não sofreu discriminação e, após sua nomeação por Otávio Lage, mantiveram bom relacionamento, que perdurou enquanto tiveram ocasião de breves convívios. Não fez críticas e nem mostrou ressentimento pela demora na sua nomeação.

Em outro momento, o deputado Hélio de Sousa, do Partido Democratas, contou uma história que já se tornou lenda em Goianésia, a pequena cidade que abraçou como sua e fez dela um grande centro urbano para se viver. Explicou o parlamentar que um pai aconselha o filho a prestar atenção no que Otávio estava fazendo, que iria dar certo, pois ele tinha uma espécie de vara de condão, viabilizando tudo que tocava.

Ele se mostrou, desde jovem, um entusiasta com tudo que abraçou e pelo que lutou, com toda garra, para tornar viável cada projeto, para atingir seus objetivos. Não apenas os pessoais, profissionais e empresariais, como os políticos, ao assumir a causa de Goianésia, transformando a região num grande polo de desenvolvimento, e de Goiás, retirando-o do atraso para colocá-lo na rota do crescimento continuado em que hoje se encontra.

Foi uma trajetória digna de registro. Pela sua participação em momentos históricos, por sua contribuição fundamental na compreensão desses instantes, como a vinda de Capital Federal para o território goiano, a busca dos recursos indispensáveis a três setores essenciais – educação, energia e transporte –, e a inserção de Goiás no rumo da modernidade.

É difícil, hoje, acreditar como era o Estado há apenas 50 anos, diante da rápida evolução em todas as áreas. É importante, de outro lado, analisar sua obra situando-a na ocasião histórica em que se deu, quando tudo estava por fazer. Ele enfrentou esse quadro e realizou, procurando se ater àquilo que fosse necessário para criar as bases do desenvolvimento.

Quando assumiu, Goiânia, principal centro urbano de Goiás, tinha apenas três escolas públicas de nível médio, um sistema de fornecimento de energia elétrica precaríssimo, e o Estado contava com somente 243 km de rodovias estaduais asfaltadas. Fez uma revolução nesses três setores: construiu, apenas na Capital, 10 colégios de nível médio, sem contar no interior; triplicou a capacidade de geração de energia elétrica, tornando a Celg de compradora em vendedora desse produto; e pavimentou mais 460 km de rodovias estaduais. Avançou, também, nas áreas de saúde, de serviços públicos, no meio rural e, inclusive, nas questões políticas.

Um dado que passou despercebido dos pesquisadores das universidades, em especial os da área de Ciências Sociais e Políticas: ao implantar a carreira de Delegado de Polícia, que passou a exigir o diploma do Curso de Direito para

os novos titulares da função e concurso público para aferir conhecimentos, acabou com o “coronelismo” em Goiás. Até então, os chefes políticos locais e regionais detinham poder ao nomear e controlar as pessoas que assumiam essa função, nem sempre com formação e preparo, e com elas interferiam na vida social, política e econômica de suas comunidades e regiões

Outro avanço na área de pessoal, igualmente via concurso público, deu-se na contratação dos agentes fiscais, também eliminando as indicações dos chefes políticos, a interferência no trabalho dos servidores e modernizando o processo de arrecadação de tributos. Foi o primeiro Estado a implantar o novo sistema, com a criação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), que substituiu o antigo IVC.

É o que se pretende mostrar neste livro, dividido em cinco capítulos, e mais dois anexos, que constituem importante contribuição ao estudo sobre Goiás, ao apresentar dados de grande significado para a compreensão de nossa história. São informações preciosas para se conhecer um pouco mais a terra goiana.

O primeiro capítulo traz a origem do quadro de dificuldades encontradas no Estado e os passos desse deslançar, o ingresso nesse novo momento, de acesso a bens necessários, e como os obstáculos foram sendo superados, para situá-lo nesse novo contexto.



Otávio Lage, dona Marilda, filhos e filha, noras e genro

O segundo capítulo resgata um valor fundamental para ele: a família, os laços afetivos, indicando suas origens, seus ascendentes, o papel que desempenharam, ele em família, a admiração e o respeito pelo pai, e seus descendentes. Mostra que houve, ao longo do tempo, uma continuidade nas ações e compromissos. Otávio se espelhou no pai e os seus filhos miraram nele e no avô paterno. No terceiro capítulo, a partir de uma entrevista com dom Antônio Ribeiro de Oliveira, as boas relações do Estado com a Igreja Católica nesse período.

No quarto capítulo, o gestor público, em Goianésia e no Estado, num nível de seriedade e compromisso com a coisa pública pouco visto no Brasil. Não se apurou ou foram comprovados casos de corrupção, de malversação do dinheiro público, de enriquecimento ilícito, de utilização da estrutura do Estado em proveito próprio. Principalmente diante das muitas obras feitas, essenciais, de real proveito para a sociedade.

No quinto capítulo, o empreendedor audacioso, determinado e com visão estratégica, que sempre buscava parceiros para seus projetos, para somar e dividir resultados.

Ele tornou viáveis e conduziu iniciativas de relevante importância para Goiás. A mais importante, a produção de álcool, serve de modelo.

Como anexos, uma síntese do Plano Trienal de Ação do Governo (1968/70), com dados de grande valor, uma contribuição histórica oportuna num Estado de memória curta e pouca leitura, e os resultados obtidos nesses cinco anos de administração.

As comparações são importantes, tendo-se sempre a preocupação em considerar o momento de cada realização, e dão uma visão interessante a quem se aventurar nas descobertas que permitem.

Não se trata de uma obra acabada, pois a cada avanço da pesquisa surgiam novos dados, novos caminhos, e sim é uma primeira abordagem de sua rica e exemplar trajetória.

Por fim, o registro da importante participação da filha dele, Sílvia Regina Fontoura de Siqueira, e do jornalista Vassil de Oliveira nos primeiros levantamentos e entrevistas realizados em 2009, que foram utilizados na elaboração deste livro.

Igualmente, o agradecimento à minha mulher, Heloísa Machado Naves, pela compreensão diante de minhas ausências para a pesquisa, quando ficava horas lendo e escrevendo e ou viajava em busca de dados; e pela leitura crítica e criteriosa, fazendo observações e anotando falhas no texto.

Eis o produto final. Um livro-reportagem, contando a história de Otávio Lage, mas registrando, igualmente, as histórias que se entrelaçam com a sua. Dentre essas, a de seu pai, Jales Machado, e dos filhos, que são extensão do trabalho que realizaram. Ainda, relata historietas e observações de pessoas que trabalharam com o ex-Governador, estiveram com ele nos diversos momentos de sua vida, ou o conheceram, o que favorece a compreensão de sua trajetória, recheada de exemplos.

Aproveitem cada história, cada momento, cada relato.
Boa leitura.

Goiânia, abril de 2014

Jales Naves

P.S.:

Um dos principais amigos de Otávio Lage e seu mais influente interlocutor político, Carlos Alberto Ferreira Coelho deu um bonito depoimento sobre o ex-Governador, falando de momentos e circunstâncias que viveram.

Nos últimos dias falamos ao telefone, quando solicitei algumas fotos deles. Reclamou da saúde e marcamos uma nova data para ele me fornecer esses registros.

“Quero ser um dos primeiros a ler o livro”, disse-me, às 18h do dia 22 de janeiro de 2015, em telefonema, todo entusiasmado. Ficamos de nos encontrar às 15h do dia seguinte.

Telefonei no horário, para confirmar o encontro daquele dia 23, mas do outro lado veio a informação que me surpreendeu: ele havia falecido naquele dia.



Carlos Alberto esteve presente à homenagem na FIEG, onde se encontrou com Otávio Filho.

PREFÁCIO

Quando Jales Naves se propôs a escrever sobre a vida de Otávio Lage, eu disse a ele que o desafio de pesquisar sobre uma das personalidades mais fascinantes da segunda metade do século XX, em Goiás, envolveria revisar pontos ainda obscuros e distorcidos do mal documentado período onde o Estado de Goiás saiu de praticamente zero para a dimensão atual de importante ator da economia e de relevante expressão política e social brasileira.

Da estagnação e até regressão do século XIX, antecedido pelo período do ouro no século XVIII, Goiás recebeu já no século XX a logística da estrada de ferro, a nova capital Goiânia integrando o Estado, a capital Brasília integrando Goiás ao Brasil, o *boom* agrícola da agora principal região agrícola nacional, o centro-oeste, acontecimentos que alteraram completamente a região com repercussão social, econômica e política no País.

Otávio Lage assistiu e acompanhou a participação de seu pai, Jalles Machado, na primeira metade do Século XX, quando absorveu o exemplo e teve nele modelo e inspiração. Engenheiro por formação e empreendedor no eixo Minas/Goiás, depois eleito Deputado Federal por Goiás durante quatro mandatos, Constituinte em 1946, foi um homem de visão e ideias. Militante na oposição no período Getúlio Vargas/Pedro Ludovico, sonhou, mas não conseguiu disputar o Governo de Goiás, objetivo alcançado pelo filho na geração seguinte.

Os ciclos da economia goiana, com forte vinculação na terra, passaram inicialmente pela cultura do café, seguida da produção de arroz nas áreas de cerrado, depois da forte participação da pecuária de corte e leite, e, no caso do empreendedor, de cana de açúcar e da agroindústria, além da original utilização do sistema cooperativista com excelentes resultados.

Seguindo os passos do pai, iniciando sua trajetória como empresário, tornou-se um brilhante empreendedor, vislumbrando no Estado, mesmo ante a carência de recursos, a oportunidade e o ambiente fértil para promover como Governador a execução de um enérgico e eficaz programa de desenvolvimento social, econômico e de modernização e profissionalização da gestão pública, iniciada pelo Governo Mauro Borges, em Goiás.

O Governo de Otávio implementou e multiplicou a infraestrutura do Estado no tripé Educação/Estradas/Energia, criando espaço para a iniciativa privada gerar riquezas e desenvolvimento econômico.

O intelectual e historiador Boris Fausto, em parceria com o argentino Francisco Devoto, publicou um estudo comparativo entre o Brasil e a Argentina nos últimos 150 anos, analisando a evolução econômica e política nos dois países. Uma das principais diferenças observadas foi a de que, ao contrário da Argentina, no Brasil o poder político e o poder econômico andaram juntos, articulados; o argentino, de sua parte, vive um impasse doloroso entre a produção de riquezas privadas e o poder político (inspirado no peronismo), modelo esse que permitiu que a economia brasileira superasse amplamente a do País vizinho ao longo do século XX .

Otávio Lage foi exemplo acabado do empreendedor competente que levou para a gestão pública a experiência, a organização, a liderança com espírito público que contribuiu para o rápido desenvolvimento de Goiás dos anos 60 e 70.

Ele foi um democrata, criado na oposição, eleito Prefeito de Goianésia e depois Governador de Goiás pelo voto popular no período 1966/71, quando liderou o Estado com grandes resultados, estabelecendo padrões de práticas administrativas que perduram até hoje.

É interessante destacar a prioridade dada por ele aos investimentos em educação básica, até então elitizada e restrita a poucas escolas públicas em Goiânia, abrindo a participação maciça da população da Capital, estendida aos municípios.

Enfim, a obra de Jales Naves pesquisa e retrata de forma minuciosa e precisa o homem goiano de Buriti Alegre que viveu e participou intensamente da segunda metade do Século XX em Goiás.

Goianésia, abril de 2014

Jalles Fontoura

1. UM MARCO DIVISOR NA HISTÓRIA GOIANA, O ESTADO MODERNO

A década de 1960 do século XX foi um marco divisor na história de Goiás, a partir de quando se inicia um Estado moderno, que estrutura sua economia com base na agropecuária e, de forma dinâmica, busca novos espaços e horizontes, ingressando na industrialização. O período começou com o primeiro Governo planejado, do coronel do Exército Mauro Borges Teixeira, que reestruturou o papel do Estado nas mais diferentes atividades sociais e econômicas e deu início à sua execução. Mas não conseguiu ir muito longe, ao enfrentar grandes dificuldades e, antes de concluir o seu mandato, ser cassado pelos militares que deram um golpe de Estado, também chamado de revolução, e assumiram o poder federal em 1964. Primeiro e único Governador eleito pelo voto popular nesse período militar, o engenheiro Otávio Lage de Siqueira soube aproveitar as ideias e os dados levantados, fez seu plano e definiu três prioridades: educação, energia e estradas. A partir desse planejamento, buscou novas fontes de receitas e, principalmente, junto à área federal, os recursos financeiros para criar as condições fundamentais para essa mudança no perfil socioeconômico de Goiás e colocou em prática suas propostas de ação.

O ponto de partida dessa mudança ocorreu duas décadas antes, no governo do presidente Getúlio Vargas. Em sua política de ampliação das fronteiras, integração do território nacional, interiorização do progresso e articulação entre as regiões econômicas criou a *'Marcha para o Oeste'*, com obras de infraestrutura rodoviária, para propiciar as condições essenciais à arrancada do crescimento, e projetos de colonização. Dentre as iniciativas, a construção da rodovia Belém-Brasília, cortando o Estado de Goiás de sul a norte, instrumentalizou a mudança: com o asfalto permitiu, ao longo de seu percurso, a interligação dos municípios que antes se encontravam isolados, sem maiores conexões com as demais regiões. A maioria, com suas economias baseadas, até então, no sistema de trocas, passou a organizar o seu sistema produtivo e a expandi-lo, para agregar mais valor à sua produção e atingir novos mercados consumidores.

Dois outros marcos fundamentais nesse processo: a construção de Goiânia, que teve rápido crescimento, e a implantação de Brasília em território goiano, no início dessa década. A transferência da Capital Federal para o Centro-Oeste contribuiu, de forma significativa, para alavancar toda

a região: exigiu energia elétrica para atender a nova demanda e possibilitou a pavimentação de rodovias, fazendo a ligação do Distrito Federal a todo o território brasileiro.

Isolamento e atraso

O vazio político, em grande parte, é responsável pela inércia, ociosidade e retardamento da ocupação humana e econômica. A ausência de uma estrutura social e organizacional para apoiar e servir de logística à população embarga o esforço produtivo e inibe a iniciativa privada, também destrói os laços de solidariedade humana, impede os efeitos da irradiação e expressão, desfaz a trama e urdidura do complexo inovador e de criatividade. A observação é do professor Samuel Benchimol, citado pelo economista Célio Costa em seu livro “*O Estado do Tocantins: Uma geopolítica de desenvolvimento*”.

Costa completa seu pensamento extraindo da “*Revista Brasileira de Geografia*”, de 1941, que organizar uma Nação não é justapor elementos sem a finalidade de um plano prévio. É, bem ao invés, dar-lhe organicidade de estrutura: equilíbrio, simetria, sistematização, mecanismo de compensação, faculdade de ajustamento automático às circunstâncias emergentes. “Insuflar-lhe uma alma, mas uma alma que compreenda e sinta os seus destinos e acusa aos imperativos da sua vocação histórica com a plenitude das energias de que for capaz”.

Estado interiorano, situado na parte mais central do País, Goiás contou com as naturais desvantagens decorrentes de sua localização, impeditivas de regular intercâmbio com os centros mais desenvolvidos. De acordo com a professora Nancy Ribeiro de Araújo e Silva, em seu livro “*Tradição e renovação educacional em Goiás*”, faltou-lhe o caminho do oceano, via natural de progresso até o fim do século anterior. Por não contar com ferrovias e dada a precariedade de suas vias fluviais, o comércio era feito por meio de tropas que, passando por meras trilhas, seguiam rumo às maiores cidades.

Diante desse quadro, o isolamento imposto pela falta de alternativas econômicas limitava a produção agropecuária ao consumo local. O registro é da professora Lyz Elizabeth Amorim Melo Duarte, em sua tese de doutorado pela Universidade de São Paulo, intitulada “*O poder e a estrutura agrária nos municípios de Ceres e Jaraguá-GO: Uma análise comparativa*”, inédita. Conforme argumentou, o comércio se restringia à venda do gado e de alguns produtos agrícolas e à compra de artigos que não eram produzidos localmente.

A falta de meios de transporte, para os historiadores, era um dos problemas responsáveis por esse isolamento social, cultural e econômico da região no século XIX e pela sua condição de estado periférico no início do século XX. A produção local, com dificuldade para seu escoamento, era comercializada internamente a preços muito inferiores aos obtidos no litoral: no Rio de Janeiro comprava-se 60 litros de arroz pilado por 54\$000, enquanto em Goiás se pagava 21\$000 por 80 litros, conforme a revista “*Informação Goyana*”.

O custo do transporte, feito em lombo de animais, que chegava a ser de oito a 10 mil réis por arroba, encarecia os produtos goianos. Além do mais,

ocorriam as perdas constantes de mercadorias pela deterioração ocasionada pelas longas viagens e pelas chuvas.

A estrada *boiadeira*, que abriu os espaços nas matas e buscou a ligação entre regiões, foi aproveitada mais tarde, ao receber o asfalto.

Nas pequenas lavouras cultivava-se arroz, mandioca, feijão e milho. O retrato dessa época, que perdurou por muitos anos, é do escritor José Fernandes Sobrinho, em seu livro *“Vivências no agreste”*. Para ele, a tendência foi para a pecuária: “O sertanejo goiano sempre viveu, e até hoje muitos ainda vivem, do parto da vaca”.

“O gado é curraleiro, criado extensivamente nos logradouros de águas vertentes, nos lambedouros, nas campinas agrestes, nos buritizais e fraldas de morros, comendo mais o sal da terra”, lembra. A pecuária foi introduzida na região com o declínio do ouro e, conforme ressaltou, é atribuída principalmente aos mineiros, que ocuparam a região.

No início do século XX os agricultores goianos haviam intensificado a produção de gêneros alimentícios atendendo apelo do Governo Federal, esperando viabilizar sua comercialização com a construção de estradas e sua ligação por meio de pontes, para a comunicação dos municípios entre si e a outras regiões brasileiras.

Uma amostra da qualidade das rodovias no período foi apresentada por Marco Aurélio Cardoso Naves, ao relatar a sua viagem de Monte Carmelo, Minas Gerais, a Goianésia, com sua mudança, num caminhão, em 1957, numa distância de uns 500 km: foram dois dias e duas noites.

“As estradas eram péssimas, sem asfalto, tudo estrada de terra”, afirmou. Chovia muito, e o caminhão só não atolou porque a mudança era leve.

No levantamento para elaborar o Plano de Ação Trienal (1968-1970), a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação constatou: “o Brasil se apega, ainda hoje, às condições de transporte da época colonial e só a custo as rodovias entranham-se pelo País adentro, vindo atingir estas paragens”.

Mudança histórica

A mudança histórica começou, efetivamente, com a construção e a consolidação de Goiânia como capital, o que contribuiu para estruturar o conjunto de relações entre municípios, até então isolados, e com a *‘Marcha para o Oeste’*. Esse programa do Governo Federal pretendia ocupar os espaços vazios, implantar projetos de colonização dirigida para áreas desabitadas ou com baixa densidade populacional, e intensificar os meios de comunicação. O processo teve sequência com o presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira (JK), ao construir a Capital Federal e as rodovias que permitiram a ligação das diversas regiões brasileiras ao novo Distrito Federal.

Em seu livro *“Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás”*, o professor espanhol Luís Palacin Gomez, primeiro pesquisador a fazer uso

do método histórico para a reconstrução da história goiana, afirma que a Revolução de 1930 e, sobretudo, o início da construção desse novo centro urbano trouxeram a ânsia de renovação, a confiança num futuro melhor.

“A luta e o êxito da construção da nova Capital empolgou toda uma geração; significou a tomada de consciência da própria capacidade, o que a construção de Brasília foi mais tarde para o Brasil”, completou. Para ele, Goiânia significou um primeiro grande impulso para a transformação da economia e da política econômica. Citou, a propósito, Ferrater Mora, para quem às funções habituais do Estado, de defensor da integridade nacional, criador e mantenedor de uma ordem jurídica, seria acrescentada uma nova: promotor da prosperidade nacional, mediante as obras públicas. Papel encampado por JK em seu Governo e que Pedro Ludovico Teixeira iniciara, mais timidamente, com a construção da nova Capital goiana.

O crescimento desmesurado do peso do setor primário na economia foi a causa e expressão do atraso econômico do Estado. De acordo com o Plano de desenvolvimento econômico de Goiás (1961-1965), “o baixo nível de renda em Goiás decorre de ser sua economia de produtividade baixa e vulnerável às flutuações de clima e mercado”. Da população economicamente ativa 83,69% estavam ocupados, em 1950, no setor primário, em sistema rudimentar; 4,17% no setor secundário, ainda incipiente; e 12,14%, no setor terciário. Em 10 anos, a economia goiana tornou-se mais dependente do setor primário, cuja renda aumentou, entre 1949 e 1958, cerca de nove vezes, enquanto nos dois outros setores o acréscimo foi de seis vezes. O setor primário, que em 1949 produzia 57,4% da renda regional, representava 66,4% em 1958. O setor secundário teve sua participação diminuída, de 7,8% para 6,1%; e o setor terciário, de 34,8% para 27,5%, conforme Palacin.

A construção de Goiânia teve a virtude de divulgar o Estado, até então simples expressão – ou “possibilidade” – geográfica no mapa, de acordo com o professor espanhol, que lecionou na Universidade Federal de Goiás. A abertura de estradas – como aconteceria mais tarde e em mais alto grau com Brasília – permitiu as comunicações internas e com o resto do País, favorecendo a imigração, como previa a *‘Marcha para o Oeste’*.

“A taxa geométrica anual de crescimento demográfico de Goiás no decênio 1940-1950 foi de 4% (no Brasil, 2%); na década de 1950-60 foi de 4,7% (Brasil, 2,8%) e na década de 1960/70 atingiu 4,3% (Brasil, 2,7%). Explica-se esta diferença com relação ao País todo pela imigração maciça de outras regiões, principalmente de Minas, Maranhão e Bahia”, conforme Javier Pèrez Enciso, citado por Palacin.

Esse aumento da população foi causa e índice do desenvolvimento de Goiás durante duas décadas, à época da construção de Goiânia; mais tarde, ao

superar o ritmo de atualização de novas riquezas naturais – ou talvez também em virtude da lei do decréscimo gradual da produtividade – o aumento, tão célere, da população converteu-se num peso social e econômico. A partir de 1955 a renda “per capita” estacionou ou decresceu de ano para ano, de forma que em 1970 era mais baixa do que fora 15 anos antes. A renda “per capita” de Goiás – a preços de 1966 – era em 1955 de 265 cruzeiros, em 1960 de 206, em 1965 de 198 e em 1966 de 188; nesse mesmo período no Brasil tinha passado de 388 a mais de 600 cruzeiros, de acordo com o estudo de Enciso.

Na década de 1960 Goiânia ainda era uma cidade voltada para a zona rural, como registra o professor e economista Luiz Estevam, no artigo “*Entre o sonho e a realidade*”, que integrou o livro “*Pedro Ludovico: A saga da construção de Goiânia no coração do Brasil*”, do senador Iris Rezende. Sua vida urbana era inteiramente resultante da vida econômica no campo, quando o quadro sofreu radicais alterações. O aparato institucional do Governo Federal, ao promover a modernização da agricultura, transformou radicalmente a estrutura socioeconômica do Estado. Esta modernização agrícola, a partir de 1970, concentrou-se, por meio do crédito rural, em poucos produtos e em selecionados produtores. A valorização das terras colaborou para um intenso esvaziamento do campo. O êxodo rural foi notável e, em decorrência, houve um incremento populacional sem precedentes nas áreas urbanas.

Um dos instrumentos dessa mudança foi a chegada da rodovia BR-153, que tinha à frente o engenheiro Bernardo Sayão de Carvalho Araújo, um apaixonado pela construção de estradas. Ele era diretor da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), que deu origem à cidade de Ceres, assentamento que atraiu migrantes de várias regiões.

No livro que escreveu sobre a sua deposição do cargo de Governador em 1964, “*O Golpe em Goiás – História de uma grande traição*”, Mauro Borges reconheceu a difícil realidade goiana naquele período, “região descapitalizada e de economia primária”.

“Abandonado à sua própria sorte pelo governo litorâneo da União, membro esquecido da Federação, Goiás viu acumular-se, durante sucessivas gerações, problemas insolúveis que traduziam o grave quadro encontrado por mim”, afirmou. Em função dessa situação e procurando resguardar os interesses da sociedade goiana, ele tomou iniciativas pioneiras: a partir de um plano de governo elaborado cientificamente por técnicos da Fundação Getúlio Vargas, criou empresas controladas pelo Estado para atuação em diferentes setores. Justificou que essa decisão contrariou poderosos grupos econômicos. Dentre essas áreas estava a mineral, de seguros, de produção farmacêutica etc.

Até 1967, Goiás era o quinto Estado com menor densidade demográfica, 4,1, na frente apenas do Amazonas, Mato Grosso, Acre e Pará, conforme Antônio Narvaes Filho, em seu livro “*Geografia do Brasil: Geral e Regional*”. No levantamento das áreas povoadas, em três classificações (densa, mediana

e escassa), mostrou que a região sul do Estado era apenas medianamente povoada, ficando em sétimo lugar entre as oito relacionadas. Nessa época, Goiás não tinha destaque na produção agropecuária – apenas o arroz, que ficava em segundo lugar, quando foram colhidas 962 mil toneladas, atrás apenas do Rio Grande do Sul, com 1,167 milhão de t –, sendo mais expressiva a criação pecuária, gado de corte.

No período, a capacidade instalada de energia elétrica da região Centro-Oeste brasileira era de 83.883 kw, representando 1,1% do total do País, sendo 41% de hidrelétricas e 59% de termelétricas.

As carências e a busca de resultados

Goiás tinha concluído os ciclos do ouro e da pecuária extensiva, encontrava-se numa situação de atraso econômico e precisava avançar, dar um salto de qualidade e produtividade, abrir novos horizontes. Começar novos sistemas de produção: rotação de culturas, sair da ‘*roça de toca*’, do plantio de arroz para abertura de fronteiras agrícolas.



Visita do ministro Mário Andreazza e do diretor do DNER, Eliseu Resende

Esse foi o quadro que Otávio Lage encontrou ao assumir o Governo do Estado, em 1966, de carências em todas as áreas, de desorientar qualquer administrador, principalmente considerando as condições do Estado e tamanhas as deficiências existentes. Goiás, com uma área de 611,3 mil km² e uma produção agropecuária mais direcionada ao consumo interno, tinha até aquele ano apenas 243 quilômetros de rodovias estaduais asfaltadas, todas saindo de Goiânia e iam em três direções: até Nazário; até Inhumas; e até Nerópolis. A produção de energia elétrica instalada era de 100 kva, insuficiente

para a demanda interna, e a educação não atendia as necessidades existentes. Essa situação não o desanimou; ao contrário, fez com que ele assumisse, com mais entusiasmo, o desafio de vencer essas dificuldades. Logo se defrontou com uma grande responsabilidade: a Centrais Elétricas de Goiás (Celg) tinha construído apenas a primeira etapa da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, no rio Paranaíba, com potencial energético que mal dava para suprir o mercado existente, e a segunda etapa não saía do papel.

Ao formar sua equipe de auxiliares, buscou cidadãos sérios, honestos, competentes e interessados em mudar o quadro existente: criar um Estado com um novo perfil e uma nova economia, procurando agregar mais valor à produção e mais oportunidades de investimento. A equipe arregaçou as mangas, cada um se responsabilizando por sua área, sob o seu comando firme e determinado. Nas metas, atender as três áreas principais.



Vistoria às obras da rodovia Belém-Brasília, na ponte do Estreito: ministro da Agricultura, Ivo Arzua, Jair Lage, Mario Andreazza, Otávio Lage, Hélio Beltrão e Jalles Machado

Era um Estado com tudo para ser feito, em praticamente todos os setores de atividades, com carências acentuadas, poucos recursos e uma demanda sem fim. Sua equipe, afinada, não perdia tempo, nem recursos, e a situação foi se ajeitando. A necessidade de energia elétrica para a nova Capital da República, com demanda crescente, favoreceu conseguir do Governo Federal a verba necessária para construir a segunda e mais importante etapa de Cachoeira Dourada. Iniciada em 1962, essa fase, paralisada por falta de recursos financeiros, foi reiniciada por Otávio Lage e entregue em 1968.

Com apoio do ministro dos Transportes, coronel Mário Andreazza, o engenheiro Jair Lage de Siqueira, presidente da Rodobrás, foi o responsável pela construção da Belém-Brasília, com 1.600 km, e a sua conclusão realizou

o projeto e o sonho de Jalles Machado, seu principal idealizador. O traçado original previa uma interligação de ferrovias, hidrovias e rodovias no percurso, mas acabou sendo exclusivamente asfaltada. Pronta, a obra permitiu ao Governo de Goiás fazer as ligações das sedes dos municípios à rodovia, que servia como eixo integrador. Dessa forma, possibilitou o escoamento de sua produção, que crescia na medida em que se ampliavam os meios de transporte e os mercados consumidores.

Estavam criadas as condições para as mudanças necessárias, para inserir Goiás no contexto nacional, introduzindo-o numa nova era, moderna e mais dinâmica, propiciando, a partir daí, o crescimento em todas as áreas de atividades.

É importante ressaltar a preocupação de Otávio Lage com o quadro que encontrou: orçamento reduzido, mudanças no sistema tributário e, acima de tudo, carências em praticamente todas as áreas. Isso o fez tomar uma decisão de fundamental significado naquele momento: construir obras necessárias e que beneficiassem a todos, sem suntuosidade, diante dos poucos recursos existentes. Nada que exagerasse na utilização dos recursos e com pouco benefício para a sociedade.

Em função dessa diretriz e tendo vindo de uma região que se considerava marginalizada, procurou consultar os municípios, quando sentiu que essa marginalização atingia praticamente todas as regiões. O levantamento trouxe surpresas que o entusiasmaram e o fizeram ter certeza de suas prioridades, de municipalizar as obras. Como exemplo das surpresas, o fato de haver regiões que nunca tinham visto o Governador e nem uma obra do governo.

Citou, como exemplo, uma cidadezinha perto de Porto Nacional, Monte do Carmo, onde foi feita uma escola simples e que se sobressaiu, pois ali não existia nada.

As principais obras de um político de visão

Otávio Lage inaugurou uma forma democrática de Governo, em termos de participação e de busca de resultados.

A sua gestão foi marcante, como atestou o ex-deputado federal Genésio de Barros, que fora seu Secretário Particular, na campanha e no governo.

“Ele conquistou a todos pela sua forma de agir e de se relacionar, um realizador de obras”.

Mostrou sensibilidade, era uma espécie de agente comunitário, que sabia somar com os demais, compartilhar experiências e trabalhar em equipe. Tinha comando sobre a equipe e exigia dedicação.

“Conhecia o Estado como poucos, sabia das necessidades e das expectativas, relacionava-se com facilidade, enfim, assumira uma liderança de forma espontânea e firme, formou um grupo político forte e expressivo”, acrescentou o ex-parlamentar.

As suas principais obras – conclusão da segunda etapa de Cachoeira Dourada; pavimentação asfáltica nos trechos de interligação entre a BR-153 e os municípios de Buriti Alegre, Goiatuba, Pontalina e Piracanjuba, e entre Goiânia, Nerópolis e Goianésia; estrada entre as cidades de Goiás e São Miguel do Araguaia; construção de várias escolas e unidades de saúde pública no interior e na capital; e início da construção do Hospital Materno-Infantil – o transformaram em um dos responsáveis pelo desenvolvimento do Estado de Goiás, no lento processo de construção da infraestrutura necessária para a modernização, como escreveu o professor Clever Fernandes, em artigo no “**Jornal Opção**”, de Goiânia, edição de 28 de julho de 2006.



Inauguração do trecho Goiânia-Nerópolis, da rodovia GO-050

“A história da modernização goiana passa também pela compreensão” do seu governo”, completou.

Os amigos diziam que suas ideias estavam à frente de seu tempo, como relata o ex-presidente do Sindicato Rural de Goianésia, Edmilson Nunes Furtado, para quem Otávio Lage, “homem obstinado e de propostas inovadoras, jamais se curvou diante das dificuldades”. Explicou que, com o exemplo herdado de seu pai, preparou os filhos e netos para darem continuidade ao progresso com que sempre sonhou para Goianésia e região:

“Deixou um legado de trabalho e honestidade para não ser esquecido”.

Para sua irmã, Sylvia Siqueira Simões, que foi Secretária de Educação no final do Governo, ele se empenhou muito por Goiás, construiu a base necessária para o desenvolvimento.

“Era sério, responsável e muito afinado com os princípios dele: honestidade, transparência e respeito pela coisa pública”.

Não tinha a malícia dos políticos de hoje.

“Realizou uma política limpa, sem embromações e sem *‘panelinhas’*, fazendo por Goiás. Tinha uma visão de futuro, participava de tudo, queria saber do andamento de cada atividade, cobrava, estava sempre presente”, afirmou Sylvia.

Doutor em Genética e Melhoramento de Plantas e reitor da Universidade Federal de Goiás em dois mandatos (2005-2013), o professor Edward Madureira Brasil trabalhou nas empresas do grupo em Goianésia e sedimentou, na convivência com ele e seus filhos, uma convicção, ao falar sobre Otávio Lage:

“Integridade acima de tudo. Cidadão de caráter irretocável, coerente, como político e como administrador. Quem teve oportunidade de conviver com ele, mesmo adversário, reconhece a sua honestidade, sua seriedade e a sua capacidade de trabalho. Homem simples, de relacionamento fácil, exemplar”.

Explicou que a palavra trabalho o define bem.

“Fez história e construiu uma descendência de pessoas que assimilaram esse conceito de responsabilidade: incapaz de aproveitar qualquer momento em benefício próprio, qualquer possibilidade que não fosse condizente com padrões éticos e morais. Foi muito importante ter um político com o perfil e a dedicação do dr. Otávio. Exemplo de pioneirismo e trabalho”, completou.

Uma das características principais dele foi o dinamismo.

“Era diligente, enérgico, com uma inteligência admirável, de um pragmatismo acentuado e um raciocínio muito rápido. E decidia também com muita rapidez. Não embromava”, disse o ex-deputado estadual Ursulino Leão. Essa qualidade “se patenteava na ação dele, que vivia correndo. Correndo de automóvel, a pé. O jeito dele era sempre assim. Investiu em estradas, escolas, energia elétrica, água, saneamento, essas coisas que eram necessárias. Ampliar o que já tinha sido feito e fazer muito mais”. Quando deixou o Governo Goiás tinha em torno de 700 km de rodovias estaduais asfaltadas.

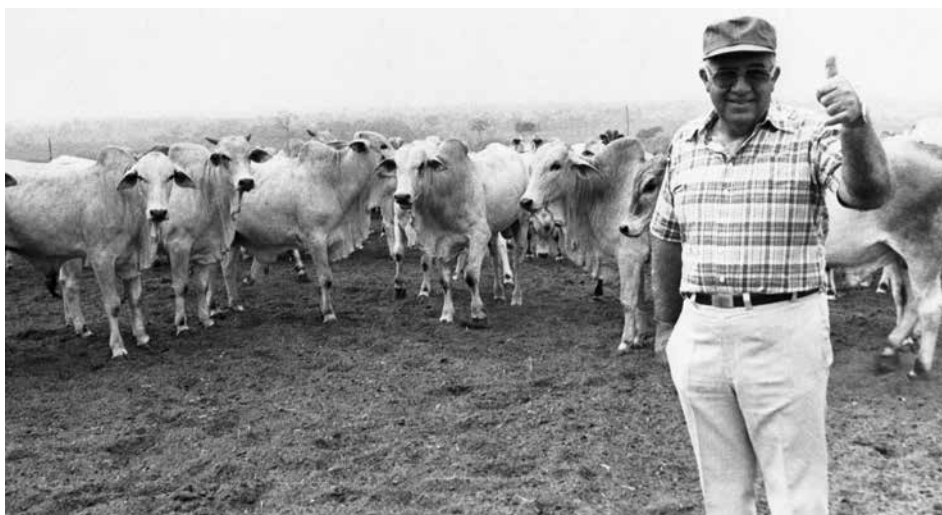
Um de seus maiores admiradores, com quem tinha intimidade e dele mereceu apoio para seu crescimento político e suas eleições, o deputado federal Vilmar Rocha é direto em sua avaliação:

“O dr. Otávio Lage se insere na lista de grandes gestores do Estado, tanto político como empresarialmente. Se se fizer uma relação, pegando os últimos 50 anos, ele naturalmente irá figurar entre os 10 melhores”, frisou

o parlamentar. Citou, em especial, o impulso que deu ao Estado, não só do ponto de vista empresarial como político.

Conforme ressaltou, as pessoas passam, até com sucesso, mas não deixam legado, e que ele lastreou, como exemplo, o impulso modernizador na época, pioneirismo, capacidade de trabalho, simplicidade de vida pessoal:

“Queria que a sociedade melhorasse. Pensava no coletivo, não em interesses pessoais, por mais legítimos que fossem. Participava, brigava, disputava, contribuía, tinha espírito público”.



Após a crise do café, Otávio resolveu diversificar as atividades e investiu na pecuária.

Estilo revelador de uma geração

Para o ex-governador Irapuan Costa Júnior, Otávio Lage deixou muito marcada a história de Goiás. “As contribuições foram profundas”, destacou, indicando que seu dinamismo ele imprimia em tudo que fazia, era um símbolo muito próprio dele.

“É um homem a quem o Estado de Goiás tem uma dívida de gratidão”, afirmou.

A propósito, discorreu sobre uma situação que considera impossível, mas na qual ele venceu, com brilhantismo:

“É muito difícil ser político e ser empresário ao mesmo tempo. É quase impossível. Otávio conseguiu isso, por essa característica de dinamismo, sua capacidade de imprimir agilidade em tudo que fazia”.

Explicou que não se pode tomar decisão, no cargo de Governador, sem que pese a questão política. Deve-se examinar os aspectos técnicos, econômicos e até emocionais.

“Otávio tinha muito equilíbrio, sabia dosar bem e tomar a decisão acertada. Tanto assim que seu governo foi um sucesso”, ressaltou.

Adversário político, vencendo-o na disputa pelo Governo de Goiás que tiveram em 1982, momento que todos enxergavam como de mudanças, Iris Rezende Machado reconheceu o governo de Otávio Lage como de “grandes realizações” e com muita expressão na área da infraestrutura.

“Construiu muitas pontes, fez muito asfalto, muitas obras, e se firmou no conceito político-administrativo de Goiás como bom administrador. Grande administrador. Indiscutivelmente, foi um bom Governador”.

Tinha um estilo revelador do espírito de sua geração, muito ligada à visão estratégica, no aspecto de construir a base do desenvolvimento. Não via o Estado como promotor e garantidor de direitos do cidadão, prestador de serviços, como atualmente. Era de um tempo em que o Estado não tinha recursos para fazer estradas, energia. Para ele não bastava fazer, mas que essas obras fossem importantes para o futuro, para o crescimento do Estado.

Professor da Universidade Federal de Goiás, na qual leciona disciplinas relativas a política, Vilmar Rocha identificou uma postura conservadora dos alunos quando falaram de futuro e resolveu adotar um tom provocador com eles. Isto porque a maioria dizia que queria se formar para fazer concurso, ser funcionário público, ter estabilidade no emprego. Com base nessa manifestação deles, passava a lhes mostrar exemplos de pessoas capazes de enfrentar situações difíceis, que saíam do conforto dos grandes centros urbanos para lutar e obter essas mesmas condições no interior, no meio rural.

“Por isso admirava Otávio e pessoas com esse espírito. Respeitava esses homens, de uma época diferente, que enfrentaram situações difíceis, quando não havia estradas, nem energia, nada”, argumentava, explicando que eles construíram a história, fizeram o progresso do Estado.

O filho Jalles Fontoura lembra que ele gostava de Mauro Borges e explicava que o ex-Governador fez um bonito plano de governo, mas não foi um grande gestor. Considera uma de suas iniciativas mais marcantes acabar com os grupos, com a impunidade dos “coronéis” da política.

Presidente da Associação Goiana de Imprensa, o jornalista Valterli Leite Guedes esteve em várias oportunidades com Otávio Lage nas fazendas dele em Goianésia, e testemunhou seu estilo dinâmico:

“Era um homem moderno, trabalhava incansavelmente, deu grande contribuição”, afirmou, para ressaltar que se Goiás tivesse uns 20 grupos empresariais como o dele o Estado estaria noutra condição econômica, mais avançado.

Empreendedor visionário também era uma de suas marcas, como ressaltou o professor doutor Edward Madureira Brasil. Com mais de 70 anos de idade ele resolveu, juntamente com outros empresários da região, levar para Goianésia a cultura da seringueira. Espécie arbórea, produtora de látex que, na atualidade, ocupa uma área significativa de plantio, deu alternativa aos produtores da região; e emprego a milhares de pessoas do meio rural que foram substituídas pela grande mecanização das atividades agrícolas.

Sabendo que a média de vida de um seringal é de cerca de 30 anos, quando as árvores devem ser substituídas, fazia planos de realizar pelo menos dois replantios nas áreas pioneiras. Assim tinha sido com a destilaria, mais tarde com fábricas de ração e de sal mineral, indústrias de alimentos, frigoríficos, cooperativas de crédito e outros empreendimentos econômicos.

Um democrata no regime militar

Civilista, como ressaltou Jalles Fontoura, Otávio Lage teve dificuldades de relacionamento com os militares e manteve a luta iniciada por seu pai, contra o “pessedismo rancoroso, que travou o crescimento de Goiás”.

O cientista político Wilson Ferreira da Cunha ressaltou que ele foi líder de uma família moderna e empreendedora.

“Como Governador, priorizou a infraestrutura do Estado e governou concentrado em projetos para o interior. Na área empresarial, promoveu o grande movimento de desenvolvimento no interior”.

De acordo com o cientista político, apesar de ter governado durante o regime militar, “é visto atualmente como um político de atuação clara e transparente”, afirmou ao jornal “*O Popular*” do dia seguinte ao da sua morte.

Para a professora de Sociologia da Universidade Federal de Goiás, Maria Cristina Teixeira Machado, ele se destacou como “empresário de visão progressista e engajado na promoção dos interesses da coletividade”. Entre as ações promovidas pelo ex-Governador, cita a “valorização e permanência da mão-de-obra local”.

O jornalista e sociólogo Walder de Góes afirmou que, apesar de “rumores circulantes” à época da gestão dele, foi testemunha de que o então Governador administrava os negócios públicos com toda a honradez.

Já o cientista político Francisco Itami Campos, da UFG, observou que, mesmo tendo sido apoiado pelo regime militar, “não há registros de que Lage tenha atuado na repressão aos movimentos contrários à ditadura. Não há referência nenhuma da atuação dele nos arquivos do DOPS (Departamento de Ordem Política e Social)”. Ressaltou ainda que ele não atuou “para sufocar as forças políticas adversárias ao clã em Goianésia. Tanto que o PMDB (adversário local) sempre elegeu, com a situação, um deputado do município para a Assembléia”.

A ação pensando no futuro

Sempre agindo como um estadista, em sua missão criadora, honrado, honesto e com uma visão global da situação, dos problemas e das soluções, preocupado com o futuro e tomando decisões pensando nas próximas gerações, Otávio Lage soube construir uma trajetória positiva e agregadora. Como político, procurou somar e multiplicar suas iniciativas por Goiás e pelo Brasil, e como empreendedor inovou, estimulou a pesquisa e novas tecnologias, agiu como multiplicador de ações e se constituiu num cooperador que nunca caminha sozinho.

A melhor definição para ele está numa frase do ex-secretário de Estado norteamericano Henry Kissinger:

“Fez a ponte entre a experiência e a visão”.

O ex-senador José Caixeta, que foi prefeito de Silvânia nessa época, tinha grande proximidade com ele. Explicou que a arrecadação do Estado, no período, era pequena, não dava para grandes projetos.

Certo dia, diante do crescimento da popularidade do prefeito Iris Rezende, procurou-o para sugerir que fizesse obras de impacto na cidade.

“Tem que fazer alguma coisa aqui em Goiânia para dar um jeito de combatê-lo”, disse.

“O que você quer que eu faça?”, indagou.

Ele apontou para o Centro Administrativo, inacabado:

“Terminar esse negócio aqui, fazer um estádio de futebol, qualquer coisa para contrapor o Iris aqui dentro de Goiânia. Você fica só no interior e ele correndo e arrumando tudo aqui”.

Tranquilo, com a voz pausada, ele deixou claro seu estilo:

“Meu Governo cuida só de educação, energia e estrada. Depois que fizer essas obras, gerar riqueza, vocês façam os campos de futebol que quiserem. Agora, são só três áreas”.

Disse e cumpriu:

“Não só cumpriu, como adivinhou, com 30 anos de antecedência, o que iria acontecer no futuro”, afirmou Caixeta, para lembrar que os administradores posteriores fizeram justamente campos de futebol, autódromo, ginásios esportivos etc.

Depois do convívio que tiveram no Governo, o empresário Henrique Coe o definiu como uma pessoa simples, capaz, desprendida, que exerceu o ofício de governar com muita competência, muita precisão, sem necessitar de altivez.

“Governou com independência, competência e humildade”, afirmou.

Era incansável na busca de recursos para Goiás.

“Excepcional, como pessoa e como administrador”.

Ele participava das campanhas dos candidatos que apoiava de forma desprendida, por acreditar na política.

“Ajudava e não cobrava nada da gente”, destacou Vilmar Rocha. “O que vinha nos falar era muito pouca coisa, queria benefícios e recursos para Goianésia. Era natural que tivesse demandas com relação às empresas, aos negócios, mas não eram as mais importantes, eram pouquíssimas, todas extremamente legítimas, transparentes”, completou.

Explicou que a Cooperativa Industrial de Carnes e Derivados de Goiás Ltda. (Goiás Carne) só sobreviveu por causa dele, senão teria fechado muitos anos antes.

“Nossa situação era difícil: estávamos na oposição e só nos restava as emendas parlamentares, que apresentávamos na Câmara, para levar recursos para os municípios”.

Ele tinha visão estratégica do Estado, de antecipar o futuro.

“É diferente do cenário de médio e longo prazo. Anunciava o que iria acontecer, antevia o futuro. Tinha essa visão de desenvolvimento, de crescimento do Estado”, completou o parlamentar.

Para o ex-prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, Otávio sabia planejar, era um bom executor e comandava de forma convincente o que ele fazia.

“Estive várias vezes no frigorífico Goiás Carnes para conversar com ele, ouvi-lo, porque tinha muita experiência”, afirmou,

Explicou que podia não ser um político extraordinário, mas tinha sensibilidade muito grande. “Era um homem respeitado, um homem querido”, ressaltou.

“Espírito público é a herança maior que ele nos deixa”, destacou Nion. “É quando você é capaz de abrir mão de interesse pessoal e passar a defender abertamente o interesse coletivo”. E enfatizou: “Foi muito proveitosa a convivência que tive com um dos maiores empresários que Goiás já teve. Uma visão clara, tranquila, um objetivo definido e uma capacidade extraordinária de defender o que era bom para o Estado”.

As relações do Executivo goiano com a Igreja Católica, consideradas excelentes pelo então bispo auxiliar de Goiânia e depois arcebispo metropoli-

tano, dom Antônio Ribeiro de Oliveira, permitiram sedimentar uma parceria importante para Goiás, em especial na área social, na educação, e no diálogo com os estudantes. A aproximação se deu, conforme o religioso, a partir dos encontros sociais que tiveram, antes mesmo da posse, quando se encantou com o entusiasmo como falava de seus planos, com sua visão global dos problemas e como defendia que Goiás deveria se aproveitar de estar abrigando Brasília.

Marco Aurélio Cardoso Naves, que começou trabalhando para ele na fazenda, tornou-se empresário e cultivaram uma amizade ao longo da vida, é objetivo ao defini-lo:

“Um homem ímpar. Nunca vai ter outro igual, no trabalho, na honestidade, na franqueza”.

Presidente da Aliança Renovadora Nacional (Arena) naquele período, o fazendeiro Carlos Alberto Ferreira Coelho, um de seus mais íntimos interlocutores quando Governador, também tem uma opinião especial:

“Otávio era uma pessoa rara, que deu certo em todas as atividades a que se dedicou, e tinha ideias novas para Goiás, queria dar-lhe outra dimensão”, afirmou.

Destacou uma frase dele, ao priorizar a área de transporte, quando começou o programa de asfaltamento:

“Goiás só tem caminhos, não tem estradas”.

Mérito Industrial, da CNI

A última homenagem recebida pelo empresário Otávio Lage foi prestada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), com a entrega, em memória, da comenda da Ordem do Mérito Industrial, no dia 11 de julho de 2007, na sede da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG), em Goiânia. O ato solene foi presidido pelo presidente da CNI, Armando Monteiro, e encerrou a semana de homenagem ao ex-Governador, que teve o lançamento da pedra fundamental do Complexo Industrial *Otávio Lage*, em Goianésia, que concentra as atividades da usina *Jalles Machado* e da Codora Álcool e Energia.

Esse complexo gera cerca de dois mil empregos e compreende área de plantio, de aproximadamente 35 mil hectares. O cultivo das primeiras lavouras de cana na unidade começou em 2006 e o início da moagem se deu em julho de 2010.

A família foi representada pela viúva, Marilda Fontoura de Siqueira, pelos filhos, noras, genro e netos, tendo ela e Jalles Fontoura recebido a medalha e o diploma. A solenidade foi bastante concorrida.



Jalles Fontoura, Otavinho, Sílvia, Ricardo, dona Marilda, Armando Monteiro, presidente da CNI, e governador Alcides Rodrigues na homenagem.

A homenagem, proposta pelo então presidente da FIEG, Paulo Afonso Ferreira, também diretor da CNI, em 2005, antes do seu falecimento, foi o reconhecimento da Confederação ao trabalho que realizou. Para a entidade, ele era “um grande empreendedor, com amplo sucesso nos negócios, sobretudo na produção de carnes, álcool, energia com bagaço de cana e tecnologia agrícola”.

“Otávio Lage de Siqueira foi um visionário, à frente de seu tempo, que soube transformar em realidade seus sonhos empreendedores”, ressaltou Paulo Afonso.

O Presidente da CNI também destacou a trajetória política e empresarial do homenageado, lembrando que a entidade é muito criteriosa na escolha das pessoas e instituições que recebem a Ordem do Mérito Industrial, a mais alta condecoração da entidade.

“A entrega da medalha e do diploma à família de Otávio Lage é a expressão do nosso reconhecimento ao trabalho desse empreendedor público e privado”, afirmou Armando Monteiro, explicando que já receberam a homenagem o ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira e o príncipe Charles, da Inglaterra.

O governador Alcides Rodrigues, nessa cerimônia, disse que Otávio Lage foi exemplo de dedicação ao trabalho. “Ele foi um campeão na iniciativa privada, que gera progresso até hoje. Foi o ícone do empreendedorismo”, definiu-o. Lembrou também que na condição de Governador fez obras que garantiram a infraestrutura do Estado, sobretudo nas áreas de educação,

saúde, energia elétrica, transportes e saneamento.

Em nome da família, Jalles Fontoura manifestou a emoção que todos sentiam pela homenagem da CNI e da FIEG a seu pai. Disse que ele soube entender que ganhar dinheiro e construir patrimônio é mais fácil do que manter o empreendimento.

“Por isso nos ensinou a trabalhar e manter os negócios prósperos”.



Governador Alcides Rodrigues, Jalles Fontoura, dona Marilda, Armando Monteiro, presidente da CNI, e Paulo Afonso Ferreira, presidente da FIEG, na homenagem a Otávio Lage.

2. UM MARCO REFERENCIAL, A FAMÍLIA E SEUS LAÇOS



Otávio e Jalles Machado, anos 1940

A admiração pelo pai, Jalles Machado de Siqueira, como chefe de família, empreendedor criativo e político corajoso, determinado e visionário, serviu de referência para Otávio Lage ao longo de sua vida, nas diversas fases que atravessou. Suas ações tinham relação direta com essa deferência pelo pai, com quem começou a trabalhar em janeiro de 1949, na Fazenda Itajá, então no município de Jaraguá, GO. Largou o primeiro emprego, de fiscal do Departamento Nacional de Estradas de Ferro (DNEF), para fazer justamente o que mais gostava: tocar lavouras, criar gado, inovar e promover mudanças nas relações de produção, atividades que marcaram a sua vida pessoal, profissional, política e empresarial. Assumiu o comando da fazenda em substituição ao pai, na época Deputado Federal, pois a Câmara

funcionava no Rio de Janeiro.

Essa consideração, na verdade, era geral.

“Todos nós, filhos, tínhamos verdadeira adoração pelo nosso pai”, afirmou Sylvia Siqueira Simões.

Mineiro, formado em Engenharia Civil em São Paulo, Jalles tinha boas oportunidades em Minas Gerais, mas preferiu se mudar para Goiás, abrir frentes de trabalho, contribuir para o progresso do Estado.

“E realizou muito, razão de nosso respeito por ele”, completou Sylvia.

A mãe, Beatriz Lage, dona de casa diferenciada, que gostava de aprender, era muito inteligente e extremamente organizada, preocupou-se com a educação dos filhos, insistindo para que se formassem em curso superior. Ela não teve oportunidade de estudar, pois os pais estavam sempre viajando, mas era muito perspicaz, aprendia com facilidade e servia de exemplo.

O historiador Clever Luiz Fernandes, em artigo no *“Jornal Opção”*, de 2006, relatou que o lado do empresário empreendedor, para Otávio, era mais forte do que o político.

Quando estava pesquisando sobre a vida de Jalles Machado, o historiador ficou impressionado com a forma, carinhosa e de estima, como Otávio Lage se referia a seu pai.

“Parecia uma criança deslumbrada com o seu herói. Ele ficava horas conversando e, em muitos momentos, os olhos se enchiam de lágrimas, devido à emoção provocada pelas lembranças paternas”, acrescentou Fernandes.

Sua eleição para o cargo de Prefeito em Goianésia, GO, em 1962, não foi, segundo disse, motivada ou incentivada pelo pai.

“O fato é que entrou para a vida pública e, de lá para cá, nunca mais abandonou a arena política (direta ou indiretamente)”, completou o historiador.

O início, em Buriti

Nascido em Buriti Alegre, GO, no dia 28 de dezembro de 1924, Otávio passou a infância nessa cidade goiana, onde nasceram todos os seus três irmãos. A convivência com os vizinhos, quando criança ou no período de férias escolares, fez surgir e sedimentar nele o sentimento comunitário, de valorização do espaço em que habitava. Esse pensamento e a preocupação em melhorar o lugar que escolheu para morar fizeram com que colocasse, sempre em primeiro lugar, a Goianésia que adotou para se fixar com a família, antes mesmo desse distrito se tornar cidade.

Quando Jalles Machado construiu em Buriti a sua primeira usina hidrelétrica em Goiás e instalou a iluminação pública, todos ficaram encantados. Ficou “aquela coisinha de melhor cidade, de presépio, de enfeite”, afirmou, em entrevista ao jornalista e escritor Hélio Rocha, publicada no livro *“Os inquietos da Casa Verde”*, desfiando o que havia de bom na cidade, que considerava espetacular. Tudo ela tinha de melhor: água encanada, energia, clube, piscina. Explicou que naquele tempo ninguém falava nisso.

Ele fez questão de mencionar algumas pessoas daquele tempo: o pai, o tio Jacy, Ademar, Argemiro, Joel Fonseca, Frederico, que era farmacêutico, Agenor Inácio. Esse pessoal tinha a ambição de viver numa cidade com conforto, recordou-se, para ressaltar que eles foram a sua escola. “Um grupo bom demais”, afirmou.

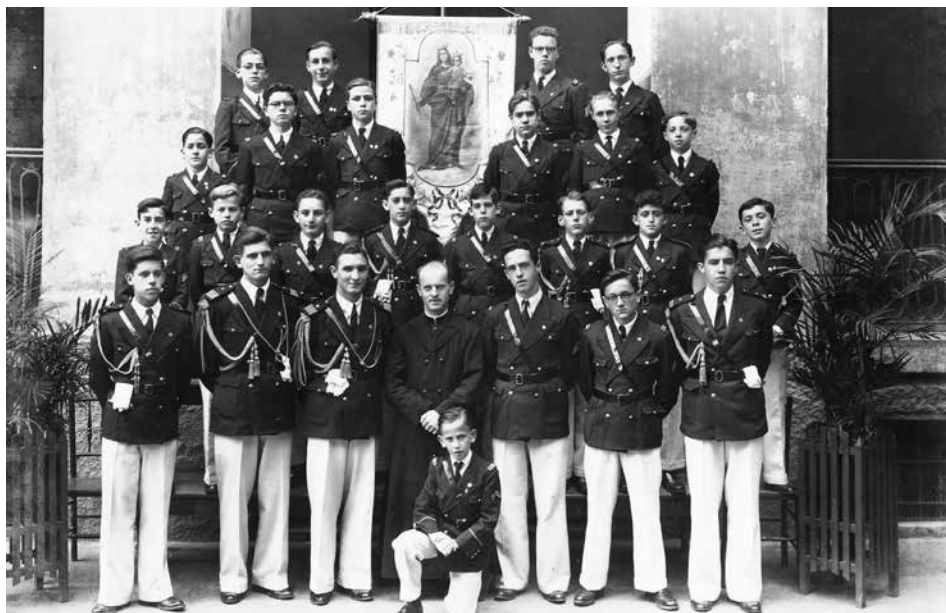
“Eram pessoas que demonstravam um interesse muito grande pela comunidade”, e faziam dela um bem-estar. “Isso é que era a nossa escola, onde nós aprendemos”. Destacou a pureza da administração de seu padrinho Dimas de Paiva, “que era um espelho para todo mundo”. Os sonhos, de ver “juntinho aos postes de alta tensão, com asfalto, chegar um ginásio pronto, uma escola pronta”, ele realizou quando assumiu o Governo do Estado.

Paulistana, de família tradicional, Beatriz tinha planos: queria que os filhos estudassem, como o marido dela, Jalles, que fez o Curso de Engenharia Civil na Escola Politécnica de São Paulo (Poli); e seguissem a profissão para a qual iriam se preparar numa instituição de ensino superior. Essa condição, na época, era um privilégio de poucos. A formação lhes daria mais oportunidades de trabalho, abrindo novos horizontes profissionais e empresariais.

Filho obediente, Otávio não discutiu: em 1930 mudou-se para a Capital paulista, indo morar com a tia Semíramis Aída Lage (Fifi), irmã de sua mãe, de quem gostava muito. Frequentou um colégio salesiano, internato, o Liceu Sagrado Coração de Jesus, responsável por sua formação católica, e o colégio Pan Americano. Ali já estavam o irmão mais velho, Jair, que foi o primeiro a se mudar para São Paulo, concluindo o Científico no Liceu, e a irmã Sylvia. Na rotina semanal, a missa nos domingos, às 9h. Otávio teve uma pequena passagem pelo Rio de Janeiro, mas achou que ali, com praia e sol forte, não conseguiria se concentrar em seus objetivos, e voltou para São Paulo, para estudar na escola em que seu pai se formou.

Quando completou 18 anos, serviu ao Tiro de Guerra e chegou a ser convocado para lutar na II Guerra Mundial, mas acabou não indo para a Europa, pois o conflito acabara naquele ano. Na véspera de prestar o vestibular a opção pelo meio rural ainda era forte, pensou em desistir, mas a mãe foi insistente: ele entrou na Poli, uma das mais importantes faculdades do País e já integrando a Universidade de São Paulo. Queria seguir os passos do pai, e se graduou, em dezembro de 1948, em Engenharia Civil, aos 24 anos de idade.

*A Poli foi fundada em 1893 como a primeira Escola de Engenharia paulista e uma das unidades fundadoras da Universidade de São Paulo, à qual se integrou em 1934. Em virtude de vários formandos, ao longo da sua história, ocuparem cargos de relevância política e de liderança empresarial, atribuiu-se a ela a fama de formadora de líderes. Referência nacional pela sua tradição e qualidade, é também a faculdade com maior quantidade de habilitações em Engenharia da América Latina. É considerada, juntamente com as outras unidades da USP que ministram cursos de Engenharia e Tecnologia da Informação, a 75ª melhor escola de tecnologia do mundo e a melhor da América Latina, segundo o ranking QS em 2013, em sua publicação “**Times Higher Education**”.*



A turma do Tiro de Guerra. Otávio é o primeiro à direita, na primeira fila

Jair fora para o Rio de Janeiro, cursar a Escola de Engenharia, morando numa pensão no bairro do Flamengo, onde também residiu um dos filhos de Pedro Ludovico Teixeira, Pedrinho.

“Estudava muito, o curso era exigente”, afirmou o irmão, que quase não ia à praia. Passavam as férias juntos, em Buriti Alegre. Outras vezes, quando o pai foi diretor da companhia Estrada de Ferro Goiás, que tinha sede em Araguari, Minas Gerais, eles iam para essa cidade, ou então para outra cidade mineira, a vizinha Uberlândia.

Jalles Machado construiu em Buriti Alegre duas casas que ficaram gravadas na memória dos filhos: numa foi instalado o cinema e na outra a máquina de beneficiar café que ele montou na cidade, um prédio com tijolinho aparente. Jair se lembrou, em conversa com os sobrinhos, de um incidente que o marcou: a palha de café queimava por dentro, ficando bonita por fora; como não sabia, um dia entrou distraído e pisou na palha, queimando o pé; gritou desesperadamente.

Os filhos eram considerados crianças comportadas, e Otávio sempre obedecia a mãe, mesmo que não concordasse com a tarefa. Quando moravam em Buriti acordavam às 5h da madrugada, tomavam um copo de coalhada, que dona Beatriz deixava pronto, e iam fazer ginástica.

“Mamãe era brava, mas não dava chineladas, só palmadas. Eu apanhava mais. Otávio fugia, escondia, ia para o clube ou para o rio, nadar; ele aprontava

muito, era muito moleque, fazia todas as artes do mundo”, recordou-se Jair, para dizer que levava a culpa do irmão, mas não se importava.

Como não havia muitas alternativas de brinquedos, montava no cavalo e saía pelas fazendas.

“Achava ruim sair no final da tarde para não voltar já escurecendo, pois não gostava de andar a cavalo à noite”, contou. Eles às vezes acompanhavam o pai numa das atividades que ele mais gostava: caçar perdizes. Nessa empreitada Jalles levava sempre seus cachorros, que eram bem treinados.

Jair formou-se em 1946. Conheceu sua mulher, Lisbela Baptista (Lis), num baile no Rio de Janeiro, do dia 6 de setembro de 1948. Dançaram a noite inteira. Piauiense, descendente de holandeses, ela tinha se mudado para a então Capital Federal para estudar; pretendia fazer o Curso de Direito. No dia seguinte ele a levou ao aniversário da mãe, Beatriz. Depois o futuro sogro falou a um senador do Piauí para pedir informações sobre ele ao senador goiano Alfredo Nasser, amigo de seu pai. Nasser lhe disse:

“Sou solteiro. Mas se tivesse uma filha gostaria que ela se casasse com um rapaz como ele”.

Jair e Lis se casaram menos de um ano depois, em julho de 1949, em Teresina, PI, com a presença dos pais dele e da irmã Sylvia. Lis tinha 21 anos. Fazia tanto calor na cidade nesse dia que dona Beatriz desmaiou ao descer do avião. Como Jair, engenheiro do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), já estava construindo a rodovia Anápolis-Belém, que depois se tornaria a Belém-Brasília, eles não tiveram lua-de-mel e logo após a cerimônia se mudaram para um acampamento da obra em Taquaral, perto de Uruaçu, GO (20 km).



Otávio com o irmão Jair, o pai Jalles, o avô Sílvio Lage e os cunhados Eládio e Manoel

O avô materno, Sílvio Lorena Lage, paulistano, era uma pessoa extremamente divertida e não perdia a oportunidade de tirar as pessoas do sério. Sempre tinha um caso interessante para contar, num jeito especial, muito engraçado. Ele trabalhava com teatro. A avó também se chamava Beatriz, era igualmente paulistana, de origem italiana, muito caseira e cuidou da criação dos quatro filhos: Beatriz, Ivonete, Semíramis e Francisco (Chico). Ele gostava muito de Goiás.

Sylvia sempre estudou em internatos. A alfabetização foi no Colégio Santa Clara, na então cidade de Campinas, GO, que logo depois seria escolhida para sediar a nova Capital, Goiânia, e ali fez o curso primário. Em seguida, mudou-se para São Paulo, onde continuou os seus estudos no Colégio Santa Inês, da Congregação salesiana, também internato, onde fez os cursos Ginásial e Normal. Depois, lecionou no Colégio Santa Inês e casou-se em São Paulo, em 1942, com o engenheiro Eládio de Andrade Simões, paulista de Batatais, que trabalhava no DNER. O casal mudou-se para Goiânia e ela deixou de lecionar. Tiveram uma filha, Beatriz Helena, que faleceu em 2011.

Organizando seu núcleo familiar

Natural de Conquista, MG, onde nasceu no dia 23 de abril de 1927, filha de Antônio Fontoura Borges e Adelaide Afonso Fontoura, Marilda Fontoura teve seis irmãos: Renato, Celma, Humberto, Arnaldo, Maria Angélica e Cláudia. Ela era a sexta, na ordem de idade. Morou em sua cidade natal, na infância e início da adolescência, estudou três anos no Colégio Santa Marcelina, em São Paulo, e depois a família se fixou em Uberaba, MG. Seu pai tinha fazenda naquele município, e era filho do também fazendeiro Antônio Fontoura Ribeiro e de Maria das Neves.



Marilda com os pais Antônio Fontoura Borges e Adelaide Afonso e os irmãos.

Marilda conheceu o jovem Otávio quando ele cursava Engenharia na Poli, ao comparecer à cerimônia religiosa de voto perpétuo de sua tia, a freira Alaíde Afonso de Almeida, em Campinas, SP, em 1945. Dispensado do Serviço Militar, ele decidiu visitar os pais, que moravam em Monte Carmelo, MG. Pegou o trem que iria até Uberaba, de onde seguiria seu roteiro. O vagão estava lotado, não havia mais lugares desocupados, mas conseguiu um espaço para ele. De repente, entra uma jovem bonita, com seu jeito tímido, que o encantou ao primeiro olhar; ela estava acompanhada de uma tia pelo lado materno, Alda Afonso Duarte. Todo solícito, aproveitou a circunstância e de imediato ofereceu seu lugar a ela e conseguiu mais um para a tia dela. Ambas aceitaram e se acomodaram. Ele estava com um envelope numa das mãos, subscrito para uma pessoa que ela conhecia. Não se sabe se intencionalmente, o envelope escorregou de sua mão, caindo, providencialmente, ao lado da poltrona de Marilda que, gentil e prontamente, pegou-o e o devolveu. Foi o motivo para um início de conversa, que se estendeu, durante a viagem, à cidade em que ambos iriam descer. Na estação, já se despedindo, chega o pai de Marilda, a quem foi apresentado, conversaram e logo descobriram a afinidade por fazenda. Antônio Fontoura indagou onde iria ficar e, nova coincidência, o hotel era próximo da casa dele, o que motivou a insistência para levá-lo no carro, que aceitou. À noite Otávio esteve na casa deles para agradecer a carona e se despedir, pois iria no dia seguinte para Monte Carmelo, onde ficou uma semana. Já deixou o namoro combinado, e que continuaria pelos três anos seguintes, o último deles noivos.



Otávio e Marilda, no casamento.

Tão logo firmou o namoro, conseguiu um emprego na fiscalização de trens da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, que pertencia ao DNEF, e sempre viajava para Uberaba, para se encontrar com ela. Aos 24 anos, querendo trabalhar, concluído o curso e com o diploma nas mãos, o primeiro passo foi procurar a mãe e, num ato simbólico, entregar a ela a metade do certificado de formatura; a outra deu à noiva. E comunicou que estava se mudando para a fazenda do pai, para fazer aquilo que ele sempre gostou: cuidar da atividade no meio rural, cultivar a terra e criar gado. Passou o Natal com os familiares, mas o Ano Novo, dia 1º de janeiro, já foi na fazenda.

O casamento, nessa cidade mineira, foi no dia 7 de setembro de 1949, e a mudança para a Fazenda Itajá, onde o casal se fixou, aconteceu de imediato. Os filhos – os três primeiros assinando Fontoura de Siqueira – começaram a chegar já no ano seguinte, e foram três em três anos: Jalles, que recebeu o nome em homenagem ao avô paterno, no dia 8 de setembro de 1950; Ricardo, em 1951; e Sílvia Regina, em 1953. O caçula, Otávio Lage de Siqueira Filho, nasceu em 1956.



Otávio, Marilda e os quatros filhos, anos 1950.

A propriedade, no Vale do São Patrício, ficava isolada. A única comunicação era via radioamador. Como a casa se situava numa serra, quando chovia esse isolamento aumentava: não havia caminhos por onde passar, só a cavalo ou em trator.

Como a região carecia de maiores recursos, em especial na área de saúde, os filhos nasceram em Uberaba, uma cidade com maior estrutura, mais possibilidades técnicas e onde residiam os pais de Marilda. Após cada nascimento eles voltavam para Goianésia. Moravam na fazenda e foram alfabetizados pela mãe, no solar da propriedade e em horário específico para as aulas. Como a cidade estava surgindo, ainda sem escolas, quando chegavam aos oito anos eles optavam por

levá-los a centros maiores. O primeiro, Jalles, foi para a casa da irmã de Marilda em Goiânia, Celma, que era casada com o professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, advogado e escritor, que foi reitor da Universidade Federal de Goiás (UFG) de 1965 a 1968. Depois, os filhos foram para um internato salesiano em Cachoeira do Campo, distrito de Ouro Preto, MG, onde fizeram o ginásial. Os mais velhos, Jalles e Ricardo, cursaram Engenharia Civil na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte, MG. O caçula ainda permaneceu com os pais algum tempo, estudou no Colégio Ateneu Dom Bosco, em Goiânia, e depois também concluiu Engenharia Civil na UFMG.

Quando o filho Jalles ia de férias para Goianésia, levando alguns colegas, eles acabavam se envolvendo com as atividades da fazenda e chegaram a fazer curvas de nível para ganhar uns trocados ao retornarem à universidade.

Na época em que os irmãos Jalles e Ricardo estudavam em Belo Horizonte moraram no mesmo local, por um ano, com um futuro colega de profissão e política, Oton Nascimento Júnior.



O casal José Francisco de Siqueira e Anna Cândida Alves, com os filhos. Jalles Machado é o último à direita (primeira fila).

Negócios da família

Um marco nos negócios da família tem como referência o sul de Minas Gerais, região mais ligada a São Paulo, pela proximidade, onde viviam os avós paternos de Otávio Lage: José Francisco de Siqueira, conhecido como *Chagas*, plantador de café e empresário, e Anna Cândida Alves, mineira de Tupaciguara; o casal teve nove filhos. Jalles Machado nasceu em São Joaquim da Serra Negra, hoje Alterosa, MG, no dia 14 de abril de 1894. Dos 12 aos 17 anos foi, como o pai, “um trabalhador de roça, de enxada, foice e machado”, como afirmou em discurso na Câmara Federal. Só aos 17 anos lhe foi possível ingressar no ginásio de Muzambinho, MG, para onde a família se mudou e ali concluiu a primeira etapa de sua formação escolar. Em 1913 mudou-se para São Paulo para continuar os estudos, escolhendo justamente a Escola Politécnica, graduando-se em 1919, aos 24 anos de idade. Foi o único filho que estudou e essa iniciativa já mostrou sua diferença em relação aos irmãos.

A família de *Chagas* e Anna Cândida era formada por pessoas muito preparadas e inteligentes, que desenvolveu diversas atividades, inclusive uma casa bancária.

Em 1920, Jalles casou-se com Beatriz Lage e o casal teve quatro filhos, todos assinando Lage de Siqueira: Jair, Sylvia, Otávio e Nize.



Beatriz Lage e Jalles Machado com os quatro filhos

Criança irrequieta, Otávio gostava muito de ir à fazenda. Levantava cedo, tomava um copo grande de leite, montava no cavalo e ia de uma fazenda à outra, passando por uma serra, o cavalo sacolejando, que todos pensavam que ele iria passar mal. O avô paterno, José Francisco, gostava de netos e adorava, em especial, conversar com ele. Ficaram amigos. Era o neto mais próximo.

Na fazenda, antiga e muito grande, tinha um terreiro enorme com café. Otávio gostava de mexer com o rodo, ir à tulha enorme, subir na trave e pular no café. O avô achava graça, como lembra a tia Célia Siqueira Costa, viúva de José Costa, que foi Prefeito de Ribeirão Preto, SP. Ela mora em São Paulo.

José Francisco fraturou o fêmur, na época não havia muitos recursos, andou uns tempos em cadeira de roda e teve um colapso cardíaco, morrendo de repente. Ele unia a família.

“A gente era unida. Todo mundo muito unido. Não tinha desunião com nenhum deles”, ressaltou, para dizer que Jalles “era um paizão”.

Atuação empresarial e política do pai, servindo de modelo

Formado, Jalles Machado decidiu se instalar na região do Triângulo Mineiro, com maiores oportunidades. Fixou-se primeiro em Monte Carmelo,

trabalhando como engenheiro na construção de casas e numa cerealista, para beneficiamento de arroz, que montou. Em 1922 mudou-se para o Sul de Goiás, estabelecendo-se em Buriti Alegre, onde desenvolveu toda a sua vida profissional, projetando e construindo usinas hidrelétricas, estradas e pontes, e montou indústrias de transformação, dividiu e demarcou terras, plantou café. Dois irmãos o acompanharam nessa atividade e também se mudaram para esse município: José (*Juca*), que foi prefeito da cidade, e Antônio (*Tonico*), ambos assinando Machado de Siqueira.

“Ser engenheiro no sertão, onde não há mestres de obras, nem operários especializados, é ser também, simultaneamente, pedreiro, carpinteiro, ferreiro, montador, condutor de obras. É ser, em suma, operário, e é o que tenho sido”, disse, em discurso na Câmara Federal, em 1946.

Em 1926, montou uma usina hidrelétrica em Tupaciguara, MG, por iniciativa própria, em sociedade com investidores locais.

Em 1928, começou a sua carreira política, ao ser eleito, pelo Partido Libertador, o primeiro Intendente de Buriti Alegre, cuja emancipação política se deu com a Lei Estadual nº 821, de 30 de maio de 1927.



Jalles Machado (segundo à direita, primeira fila) e o Gabinete do governador Alfredo Lopes de Moraes, em 1930

Integrou-se, em seguida, à ‘*República de Morrinhos*’, grupo formado pelas principais lideranças políticas da região sul goiana. Dentre eles, o deputado federal Alfredo Lopes de Moraes, que assessorou na campanha eleitoral para a sucessão presidencial estadual, decidida no pleito de 2 de março de 1929. A escolha do representante de Morrinhos para suceder Brasil Ramos Caiado se deu pelo veto

federal ao nome de Lincoln Caiado, genro e sobrinho do senador Antônio Ramos Caiado, a principal liderança política da época. Eleito, Lopes de Moraes nomeou Jalles Machado para a principal Secretaria estadual, das Obras Públicas (e que abrangia as áreas da Agricultura, Pecuária, Indústria, Comércio, Obras Públicas, Viação, Emigração, Imigração, Colonização, Terras Públicas, Luz, Águas, Esgotos, Pontes, Minas, Rios, Florestas etc.), quando se mudou para a antiga Capital, Vila Boa, sendo empossado no dia 14 de julho de 1929.

A nomeação deu projeção ao jovem político, que saiu de uma simples Intendência do interior goiano para uma Secretaria de expressão, com uma atuação elogiada, ainda que curta: o Presidente deixou o cargo em agosto de 1930, e ele o acompanhou nessa decisão. No extenso relatório ao Presidente do Estado, em 1929, mostrou o quadro existente e propostas para as diversas áreas que representava, buscando romper com o passado de atraso em que o Estado se encontrava.

Ao sair da Secretaria foi para o interior de Minas Gerais, onde se tornou secretário da Aliança Liberal e, naquele Estado, participou da Revolução de 30, na condição de comandante do Batalhão Revolucionário de Tupaciguara. Na época se aproximou de Pedro Ludovico Teixeira, por ser amigo de um cunhado dele. Em 1930 foi diretor da Estrada de Ferro Goiás.

Fundador da Empresa de Força e Luz Minerva, de Buriti Alegre, que dirigiu de 1931 a 1933, construiu a pequena usina hidrelétrica que abasteceu a cidade e, depois, outra no rio Santa Maria, afluente do rio Paranaíba, para fornecer energia para Buriti Alegre e Santa Rita do Paranaíba, atual Itumbiara, em sociedade com o médico João de Alcântara.



Jalles Machado vistoria a hidrelétrica no rio Santa Maria, que construiu nos anos 1930.

Em 1933, a convite do líder político Diógenes de Castro Ribeiro, conhecido como *Coronel Castrinho*, de quem se tornou amigo, visitou a região

de Jaraguá, e ele o influenciou na aquisição da Fazenda Itajá. Alguns fatores também contribuíram nessa decisão: as terras do Vale do São Patrício goiano tinham as mesmas características das do sul de Minas, em termos de fertilidade, ondulações e muita água, além do clima bom, propício para o plantio de café.

Nesse 1933, na eleição à Constituinte de 1934, ficou como suplente para a Câmara Federal, sem assumir o mandato. Junto com o deputado federal Domingos Netto Velasco militou “na Coligação Libertadora, agremiação de oposição ao interventor Pedro Ludovico”.

Em 1937 deixou o grupo para apoiar a candidatura do governador paulista Armando Sales de Oliveira, do Partido Constitucionalista, à Presidência da República nas eleições que seriam realizadas em janeiro de 1938. Esse pleito não ocorreu devido ao golpe de Estado dado por Getúlio Vargas, implantando o Estado Novo em 10 de novembro de 1937. Nesse período de exceção, que durou até 1945, ele abandonou, temporariamente, a vida pública e voltou a exercer a função de engenheiro civil nas regiões do Triângulo Mineiro e no interior de Goiás.

Na ocasião, o cunhado Jacy de Assis, casado com sua irmã Ironcina Siqueira, era deputado estadual, rompeu com Pedro Ludovico e passou a ser perseguido, tendo que fugir da cidade no porta-malas de um carro, história que não se cansava de repetir, tempos depois.

Membro fundador da União Democrática Nacional (UDN) em Goiás, em 1945, logo assumiu a presidência do partido. O fato ocorreu diante da renúncia do então presidente, Domingos Velasco, que rompeu com a agremiação para fundar a Esquerda Democrática, movimento embrionário do Partido Socialista Brasileiro (PSB). A coligação foi mantida, apoiando a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes, da UDN, à sucessão presidencial no País, sendo derrotado pelo general Eurico Gaspar Dutra, do Partido Social Democrático (PSD), em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), em 2 de dezembro desse ano. Paralelamente, foram eleitos os representantes à Assembléia Nacional Constituinte, encarregados de elaborar a nova Carta Magna do País.

A UDN elegeu 11 senadores e 78 deputados, perfazendo o total de 89 parlamentares (26%). Em Goiás, das nove cadeiras em disputa, a UDN elegeu apenas um deputado, o engenheiro Jalles Machado. Ele se revelou um parlamentar atuante em plenário, com críticas mordazes e virulentas à política econômica intervencionista do governo varguista. Também ocupou a tribuna numerosas vezes para desferir violentos discursos contra o ex-interventor de Goiás, Pedro Ludovico.

Nesse período começou o relacionamento com a família do político e comerciante Hermógenes Ferreira Coelho, goiano da antiga Capital, que fora governador interino, presidente da Assembléia Legislativa do Estado, prefeito da cidade de Goiás e também um dos fundadores da UDN. Eles se conheceram

quando Jalles Machado, secretário de Viação do governo Alfredo Lopes de Moraes, mudou-se para Vila Boa, e pela atividade comum: ambas as famílias se dedicaram ao plantio de café, os Siqueira em Goianésia e os Ferreira Coelho em Itauçu, GO. Essa amizade somaria força em 1965.

A sua estréia na Assembléia Nacional Constituinte, em discurso pronunciado em abril de 1946, conseguiu ampla repercussão. O jornalista Carlos Lacerda, em crônica no jornal carioca “Correio da Manhã”, de 19 de abril, fez o retrato do constituinte goiano:

“Quando foi à tribuna pela primeira, o seu conterrâneo Domingos Velasco pediu a nossa atenção para esse homem alto, de cabelo grisalhante, cortado rente, rosto brunido, queixo sólido, de ar sério tocado de não se sabe que vaga ironia, talvez nos olhos pequenos e brilhantes, adormecidos como gotas d’água numa folha de tinhorão. O homem desenrolou umas tiras de papel e pôs-se a ler, com uma voz descompassada, talvez um pouco descuidada, cheia de altos e baixos inesperados, quase sempre mais opaca do que cortante. Metido na roupa de brim, parecia enorme. Quando desceu, todos sabiam o seu nome, e não é de acreditar que se possa esquecer, nesta Constituinte, o nome do goiano Jalles Machado. O seu primeiro discurso, para o qual o deputado Velasco pedia a nossa atenção quase como quem espera benevolência, era uma peça tão sólida quanto simples, talvez até demais quanto às soluções que propunha, mas irrecusáveis na sua argumentação. Era realmente a voz de um homem do interior trazendo à Assembléia o rumor de uma confusa e obscura humanidade acaçapada na distância. Dir-se-ia que haviam escolhido o mais desembaraçado do roceiros, haviam-no metido numa farpela, ainda assim bem coçada e algo rústica, para mandá-lo à cidade dizer como têm vivido, neste curto espaço de tempo, aqueles que antes também já tão mal iam vivendo. (...)”

Sua atuação como constituinte rendeu, ao projeto constitucional, 18 emendas. Quatro se destacaram: a de número 834, “que determinava a distribuição das instituições e obras de benefício social pelas zonas rurais de maiores possibilidades econômicas e objetivando evitar” a concentração dos trabalhadores rurais nos grandes centros urbanos, o que provocaria prejuízos ao trabalho e à produção agrícola; a de nº 1.113, vedando ao governo a possibilidade de estabelecer qualquer controle econômico que suprima os efeitos da lei econômica da oferta e procura, que foi rejeitada; a de nº 1.196, que determinava a criação de um Banco Central, pela União, com o objetivo de regularizar a circulação monetária, o crédito e o mercado de capitais, em quatro anos no máximo; e a mais importante para Goiás, a de nº 1.112, “sugerindo vários dispositivos assegurando o desenvolvimento dos meios de transportes para promover o crescimento econômico do interior do País”.

Após a promulgação da nova Carta Magna, em 18 de setembro de 1946, ele passou a exercer o mandato ordinário de Deputado Federal, tendo

como preocupação central a modernização do País, que se concretizaria por meio da construção de estradas de rodagem.

Em 1947 apresentou projeto relativo à ligação asfáltica entre Anápolis, GO, e Belém, PA, que obteve aprovação e tornou-se a “Lei Jalles Machado, nº 326/48”. A professora Heliane Prudente Nunes, em sua dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Goiás, assegura que a rodovia Belém-Brasília tomou as diretrizes adotadas pelas prescrições e recursos da Lei 326/48, para construção da Anápolis-Belém.

“A implantação da estrada foi acelerada no final de 1950, com aplicação de maciços recursos pela Rodobrás, que a concluiu, já com o nome de Belém-Brasília”, afirmou.

A construção dessa rodovia, conforme os professores Clever Fernandes e Reginaldo de Aquino, no livro *“Jalles Machado: Utopia e modernidade”*, “provocou mudanças significativas na região norte e, principalmente, no atual Estado do Tocantins”.

“Não é possível elaborar uma história da construção da Belém-Brasília sem fazer referência ao projeto do deputado udenista, pois foi ele quem deu as diretrizes para a execução da referida obra. Quando JK iniciou os seus planos de metas, a estrada que seria finalmente denominada Belém-Brasília já se encontrava nas proximidades de Miracema”, completaram.

A rodovia, “mais importante que a própria Brasília”, nas palavras do próprio presidente da República, Juscelino Kubitschek de Oliveira, foi inaugurada oficialmente em 3 de fevereiro de 1959.

A busca pelo progresso foi uma constante em seus discursos. Apresentou vários projetos que visavam desenvolver e modernizar o Brasil e, particularmente, Goiás. Ele ocupou a tribuna para defender a tese da transferência da Capital Federal, por acreditar que o verdadeiro Brasil estava no interior.

Explicou que essa interiorização seria a única medida eficiente para afastar o perigo das influências demagógicas sobre a grande população eleitoral, concentrada nas grandes cidades, em especial no Rio de Janeiro. Ainda, de revolver a massa inerte de brasileiros que, encravados no interior do Brasil, não conseguiam se movimentar livremente devido ao abandono de áreas que precisavam apenas de um empurrão para que pudessem contribuir para a ascensão econômica do País.

Firme em suas posições, não vacilava na defesa de seus ideais. Em 1949 a Comissão de Finanças negou aprovação de emenda de sua autoria para o prosseguimento da construção da rodovia Anápolis-Belém e o projeto foi levado à apreciação pelo plenário da Câmara dos Deputados. Sentindo que poderia ser rejeitado, assumiu a tribuna para expor seu sacrifício: ou a Câmara aprovava a emenda ou então pediria a renúncia de seu mandato.

“Como um camicase do progresso, colocou-se várias vezes em situação de risco político”, relatam Fernandes e Aquino, e assim teve o reconhecimento dos colegas parlamentares para seus pleitos.

Trabalhando na fazenda e se relacionando diretamente com os familiares dele, Marco Aurélio Cardoso Naves gostava de atender dona Beatriz Lage. Bonita e simpática, como revelou, era uma pessoa tranquila e educada, que apreciava fazer bordados/crochê “e de ter o seu próprio dinheiro”. Quando adquiria móveis novos para sua casa ela tratava de vender os mais velhos. Marco Aurélio mesmo comprou dela uma geladeira e uma eletrola, móvel grande. Depois de alguns dias na fazenda, quando estava se preparando para voltar a Brasília, ela o orientava a colher frutos no quintal (laranja, mexerica) para levar ao armazém, vender e lhe repassar esse dinheiro, como também organizar para que ela levasse para sua casa ovos, frutas, verduras etc.

Deputado Federal, quando tinha recesso em Brasília Jalles Machado seguia para a fazenda, pegava a espingarda e ia caçar perdizes. Tinha um cachorro, Faceiro, e um papagaio, que o acompanhavam na busca pelas aves. Nessa propriedade rural não existiam armas de fogo e nenhum deles nunca usou uma. A espingarda ficava guardada e só era utilizada para caçar. Otávio tinha um canivete, que estava sempre com ele.

Goianésia, nos primeiros tempos, foi uma terra violenta, com muitas mortes e jagunços armados. No dia em que Marco Aurélio chegou, por exemplo, tinham sido mortas três pessoas. Ele pensou em ir embora, mas acabou ficando. Lembrou-se de quando buscavam “caminhões de gente” do Nordeste, para trabalhar: muitos traziam faca ou facão na cintura, mas nunca houve uma confusão ou briga na Fazenda Itajá, onde era proibida a entrada de bebida alcoólica.

Ocorreram invasões de terras e brigas em função desse problema na região, inclusive mortes.

Jalles Machado usava óculos. Um dia, ao passar entre os arames de uma cerca para prosseguir na caçada, os óculos caíram e ele continuou. Quando Marco Aurélio perguntou pelos óculos, ele brincou dizendo que não podia pegá-los porque estava cego e não tinha como procurá-los. No final da manhã ele achou que tinha matado três perdizes, que recolheu e colocou no saco, para ir embora, quando uma delas escapou, voando. No final do dia, voltando para casa, eles procuraram no local aproximado onde poderiam ter caído os óculos e os acharam.

A Fazenda Itajá existiu de 1933 a 1963, quando Jalles Machado a vendeu para Tônico Toqueiro e dividiu o resultado em cinco partes (uma para ele, para viagens, investiu num empreendimento que faliu e ele perdeu tudo – o que recuperou aplicou na compra da fazenda Jóia, com 1.000 alqueires, em Porangatu; e as partes restantes para os quatro filhos). Toqueiro vendeu

a fazenda Itajá para Semi Rodrigues, dono do Agrobanco e, na quebra do banco, o patrimônio voltou para a União e a propriedade foi desapropriada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). A fazenda tinha uma casa com 48 quartos e ficava antes da entrada de Goianésia, vindo de Rianápolis.

Em 1954 deixou as atividades políticas para se dedicar à Fazenda Itajá. Em 1963, depois que a vendeu, reuniu a família para a divisão de seus bens, quando cada filho assumiu a sua parte. Nize, que se casou com o engenheiro Manoel Santos, filho de portugueses, morava no Rio de Janeiro e tinha uma empresa de materiais de construção. Ele fora colega de escola de seu irmão Jair, quando se conheceram. Com a sua parte na herança ela comprou uma concessionária Volkswagen no Rio.

Um fato religioso, a visita da imagem peregrina de Nossa Senhora de Fátima, repercutiu na região no dia 13 de maio de 1957, conforme registra o livro *“Goianésia: seu povo, sua história”*. Nele, a presença do parlamentar:

“A cidade se engalanou para receber a Virgem Mãe. As vias públicas foram enfeitadas com milhares de bandeirolas. A população vibrava, esperando tão almejada visita. Contudo, na hora da chegada, momentos antes do avião pousar, caiu um temporal com ventos fortes, relâmpagos e trovões ensurdecedores, felizmente de curta duração. As ruas ficaram alagadas, e das bandeirolas multicoloridas restaram apenas os cordões amarrados nos postes. Logo, o sol voltou a brilhar e o pessoal continuava aguardando o avião, pilotado por dr. Jalles Machado. O pouso foi suave, a imagem retirada, colocada num andor, e este num jeep com crianças vestidas de anjo. A procissão passa pelas avenidas e ruas da cidade, tendo à frente o padre Artiaga, missionário responsável pelo traslado da imagem. O povo piedoso e devoto acompanhava em procissão, entoando hinos de louvores, seguido pelo esvoaçar de pombos”.

Jalles Machado voltou à política em 1962, sendo eleito Deputado Federal pela Coligação Democrática, formada pela UDN, Partido Social Progressista (PSP) e Partido Democrata Cristão (PDC).

Com a implantação do regime militar de 1964, que editou o Ato Institucional nº 2, acabando com os partidos políticos e fixando o bipartidarismo, ele optou pela Aliança Renovadora Nacional (Arena), ligada à situação. Na época, colaborou com o governo do marechal Humberto de Alencar Castello Branco (1964-1967) na elaboração do Estatuto da Terra. Reeleito Deputado Federal no pleito de novembro de 1966, exerceu o mandato até janeiro de 1971, quando deixou definitivamente a Câmara dos Deputados e a política.

Foi muito discreto quando Otávio assumiu o Governo do Estado. Não interferia, nem dava palpites. A administração não era dele e sim do filho. No período, não andou em avião do Estado. Ia para Brasília com seu carro, um Volkswagen.

“Aquela *baratinha*”, recordou-se.

Otávio Lage sempre tinha elogios:

“A riqueza da vida política do meu pai é imensa. Essa é uma herança que a gente tem. Um patrimônio muito grande da família”.

Jalles Machado recuperou seu patrimônio aos 76 anos, com a Fazenda Jóia.

Ironia do destino, faleceu em acidente de carro na rodovia pela qual tanto lutou, a Belém-Brasília, no trecho próximo a Ceres, no dia 25 de julho de 1975, aos 81 anos. Ele dirigia o veículo.



No casamento do neto Rodrigo, o encontro de família.

Os filhos, seguindo o exemplo do pai e do avô

Jalles Fontoura, Ricardo, Silvia Regina e Otávio Filho foram enviados pelos pais para estudar fora, optando por Minas Gerais. Os filhos homens seguiram o exemplo do pai e avô e escolheram fazer o Curso de Engenharia Civil e também se tornaram fazendeiros. Coincidentemente, o mais velho e o caçula continuaram seguindo os passos dos dois: além de engenheiros ingressaram na política e, nova coincidência, cada um prosseguindo nos projetos dos ascendentes: Jalles Fontoura, mais político, foi Prefeito de Goianésia, mas também se tornou parlamentar, como o avô; e Otávio Filho, mais administrador, é a cópia do pai, preferindo mais o Executivo do que o Legislativo. Ricardo cuidou das empresas.

Antônio Carlos, criado pelos avós, somente mais tarde, em 2003, quis saber quem era realmente o seu pai. Fez exame de DNA, quando ficou comprovado ser Otávio Lage, que o recebeu calorosamente como filho e o tornou herdeiro de seu patrimônio. Não tiveram tempo para curtir a nova situação, pois o acidente aconteceu dois anos depois.

Otávio nunca interferiu nos trabalhos dos filhos, em especial quando administraram a Prefeitura de Goianésia. Respeitava o fato deles terem sido eleitos para a função e que essa era uma responsabilidade, um compromisso com os eleitores que os elegeram. Portanto, eles tinham que dar a solução que cada problema exigia. Se consultado, dava sua opinião, expunha seu ponto de vista a respeito.

Achava que ele e os filhos tinham mais vocação para o Executivo do que para o Legislativo, pela experiência que acumularam, na fazenda e nas empresas. Explicava, a propósito, que política “é a arte de engolir sapo. A gente, que é de empresa, que vem da iniciativa privada, não tem esse costume. Somos de falar sim ou não. Se posso, faço; se não posso, digo não”. Disse que essa postura, às vezes, machucava na hora, mas a pessoa depois ficava agradecida pela negativa. E citou um caso:

“Eu perdi um amigo há algum tempo, até não era um amigo muito íntimo. Um dia ele pediu para ser piloto do Estado. Eu falei: ‘Você tem mais chances aí fora’. Sabe quem era? O comandante Rolim Adolfo Amaro, que depois se tornou dono da TAM. Ele queria ser piloto do Governo de Goiás. Não tinha vaga. Ele ficou com raiva de mim, primeiro, e depois disse que agradecia por eu não ter aceitado”. Para ele, o Serviço Público limita a atividade das pessoas empreendedoras.

O engenheiro René Pompêo de Pina, que se casou com uma sobrinha de Otávio, Sandra Fontoura de Queiroz, criou intimidade na convivência que tiveram, no governo e em outras oportunidades. Essa condição lhe permitiu conhecê-lo melhor e a descrevê-lo como uma pessoa muito comunicativa, curiosa e querendo saber de tudo. Perguntava, gostava de conversar. Era um grande gerente, sabia comandar, transferir ordens e tarefas, e chamava a atenção do auxiliar quando ele não tinha a agilidade que queria. Só via trabalho, que era a distração dele, e como estava sempre trabalhando era uma pessoa feliz, satisfeita.

“Homem de uma simplicidade franciscana, não tinha cerimônia onde chegava, e, de outro lado, era de uma altivez monárquica, de nariz levantado. Também um grande comunicador, estava sempre alegre, e, ao mesmo tempo, era de uma frieza de raciocínio fantástica, decidido. Transmitiu essas qualidades para os filhos: Jalles Fontoura é simples como ele; Ricardo é igualmente de rápido raciocínio e muito decidido; a Silvinha é mais comunicativa e extrovertida; e o Otavinho é altivo e determinado. Todos tem um ponto em comum com o pai: o gosto pelo trabalho. Cada filho é igual ao pai numa qualidade, que herdou dele”, afirmou René.

A história de cada um dos cinco filhos:

Jalles Fontoura, a influência e a política

A forte influência do avô paterno, desde aprender a nadar e a caçar perdizes, os encontros e histórias de Natal ao gosto pela engenharia e pela política, foi marcante na vida de Jalles Fontoura de Siqueira, que sempre teve nele a referência de família, como líder que foi, e até pelo nome. Influência que também veio do pai, com quem manteve, ao longo da convivência, um relacionamento respeitoso e de admiração, pelo trabalho, pelo exemplo e pelo comportamento.

Jalles Fontoura, como ficou conhecido, fez o curso primário em Goiânia, no Educandário Modelo; o ginásio no Colégio Salesiano de Cachoeira do Campo, em Ouro Preto, MG; e o Curso de Engenharia Civil na Faculdade de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, que concluiu em 1973. No ano seguinte, como fez o pai quando se formou em 1948, voltou para Goianésia e assumiu a primeira empresa da família, criada em 1968 e registrada no nome dele, que foi emancipado para ser o proprietário; comercialmente ficou como Armazéns Gerais de Goianésia.

A AGG surgiu num momento de transição econômica do município, quando se acentuou a crise do café. Na época já se plantava o arroz, a grande produção regional, e se buscou outras culturas, como milho e feijão. A unidade armazenadora, com 3.000 m² de área, construída pela Engil, tinha capacidade para 150 mil sacas de 60 kg de arroz; com o giro da mercadoria, abrigava até 250 mil sc.

O envolvimento político, natural para quem teve o avô e o pai atuantes na área, aconteceu em 1976, aos 26 anos de idade, quando saiu candidato a Prefeito de Goianésia pela Arena, e acabou sendo único, pois a oposição desistiu de participar. Eleito, nesses quatro anos ele estruturou a parte física do município e da cidade, construindo obras nas áreas de energia, água, asfalto urbano, escolas e no sistema rodoviário.

Em sua gestão, construiu e reformou escolas municipais, modificou a estrutura administrativa da Prefeitura pela Lei nº 501, de 16 de dezembro de 1977, e criou a Secretaria Municipal de Educação. Com a Lei nº 509, de 13 de março de 1978, para estimular a leitura, oferecer fontes de pesquisas e divulgar a cultura, fundou a Biblioteca Pública Municipal *Machado de Assis*; depois, a denominação foi alterada para *Inácio de Araújo Godinho*.

Uma das importantes vitórias de Jalles Fontoura na Prefeitura foi resolver a questão que surgiu com a emancipação do município de Barro Alto, em 1958, desmembrado do de Pirenópolis, quanto à fixação dos limites com o município de Goianésia. Na época, confundiram o córrego Laranjeiras com o córrego Pedra Preta, criando um litígio que se arrastou por mais de 20 anos. Os povoados nas áreas de influência de Goianésia exigiam a anexação ao seu território, devido ao maior desenvolvimento econômico da região. O

governador Otávio Lage, procurando resolver o impasse, promulgou a Lei nº 6.916, de 25 de maio de 1968, fixando novas divisas para esses municípios, atendendo aos residentes e proprietários da nova área incorporada a Goianésia; o município de Barro Alto não concordou e fez uma representação à Procuradoria Geral da República e ao Supremo Tribunal Federal, que julgou essa lei inconstitucional. Também o governador Irapuan Costa Júnior tentou resolver a questão, mas igualmente foi contestado por Barro Alto.

Na sequência, houve intensa mobilização da população de Novo Destino, Morro Branco e Souzalândia, distritos que pertenciam a Barro Alto: o plebiscito, proposto pelos deputados Tércio Caldas e Genésio de Barros, realizado pelo Tribunal Regional Eleitoral no dia 15 de novembro de 1976, deu vitória a Goianésia, com 90% dos votos. Em 1979, o governador Ary Valadão convidou o prefeito Jalles Fontoura para um acordo sobre as divisas, quando este mobilizou as forças políticas e pessoas representativas, como Lauro da Penha Gonçalves, Mário Augusto Alves e Marco Aurélio Cardoso, para buscar uma solução. Foi feito um acordo, pelo qual Goianésia teve sua área assim delimitada: da foz do córrego Taquaral com o rio dos Patos; do córrego Taquaral acima até sua nascente, até a Serra Geral; pela Serra Geral até a nascente do rio dos Bois; e do rio dos Bois abaixo, até encontrar com a divisa de São Luís do Norte. Os prefeitos dos dois municípios sancionaram leis autorizando a respectiva anexação e desmembramento, e a questão foi definitivamente resolvida com a Lei estadual nº 8.668, de 19 de julho de 1979.

Como opção natural para quem tinha sido Prefeito com destaque, em 1982 saiu candidato a Deputado Estadual, agora pelo PDS, no momento em que seu pai tentou, sem sucesso, voltar ao Governo do Estado. Eleito, Jalles Fontoura integrou a bancada oposicionista e participou da grande mobilização pelas Diretas Já, integrando a Frente Liberal que levou à eleição indireta de Tancredo Neves a Presidente da República, que tinha José Sarney como vice, em 1985.

Em 1986, coincidentemente depois de 40 anos, repetiu a façanha do avô, Jalles Machado – eleito o único Deputado Federal da UDN de Goiás em 1946 para a Constituinte que elaborou a Constituição de 1947 –, ele se elegeu Deputado Federal pelo PFL para participar justamente da Constituinte que elaborou a Constituição Federal de 1988. Nos trabalhos, ao lado de lideranças de expressão nacional, como Roberto Campos e Delfim Netto, elaborou propostas na ordem econômica, em defesa da livre iniciativa, mas não integrou o *Centrão*. Dentre as proposições, a fixação do mandato presidencial em quatro anos, com direito a uma reeleição, que não foi aprovada na época, mas aceita posteriormente; a criação de um fundo de compensação na área de minérios, para atender as regiões que sofreram com o esgotamento da produção, beneficiando Goiás; e a descentralização tributária, tornando o município ente federativo, que não era até então.

Já uma liderança estadual de expressão, foi candidato a vice-governador na chapa liderada por Paulo Roberto Cunha, em 1990, que não se elegeu.

Voltou para Goianésia, quando assumiu a Planagri Sementes e Rações, que firmou parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, na área de sementes, e se tornou presidente da Associação dos Franqueados da Embrapa (Unimilho), formada por 28 empresas do setor. Na época o plantio de arroz na região estava em declínio e se passava a investir na produção de sementes de milho e sorgo, atividade que teve importante papel na pesquisa, com o apoio da Embrapa. Ali ficou até 1998.

Nesse ano, a cena política voltou a tomar o seu espaço e Jalles foi convocado a participar das articulações para o lançamento de uma nova candidatura ao Governo do Estado, inclusive para colocar o seu nome à disposição. O seu projeto pessoal era disputar uma vaga no Legislativo, pelo PFL, mas acabou se envolvendo na discussão em âmbito estadual e se tornou, ao lado de Nion Albernaz, um dos principais interlocutores da oposição na organização da chapa. Foi um período de muitas reuniões, debates, conchavos e também de definições, quanto a estratégias, candidaturas e de muito trabalho, quando se chegou, no consenso, ao nome do deputado federal Marconi Perillo para o Governo do Estado. A sua vontade prevaleceu e se candidatou a Deputado Estadual, foi eleito e convocado, de imediato, pelo Governador, para o cargo mais importante na estrutura do Estado, de Secretário da Fazenda.

Nessa Secretaria sua missão foi das mais espinhosas, pois encontrou uma situação de quase falência: Goiás tinha o segundo maior endividamento em nível nacional, superado apenas pelo Rio Grande do Sul, quadro que deixou sob controle ao final de três anos. No período, procedeu a um ajuste fiscal rigoroso, cumprido pelo Estado; fixou o pagamento em dia dos servidores estaduais, que historicamente era feito com atraso; e consolidou a Secretaria da Fazenda como escola de administração pública do Governo de Goiás, constituindo-se em referência de gestão pública. Essa posição tinha sido da Celg no Governo Otávio Lage.

Em 2002 saiu da Secretaria da Fazenda para disputar a convenção do PFL que indicaria o candidato ao Senado e foi derrotado por Demóstenes Torres.

Novamente voltou para Goianésia, para uma temporada de 10 anos.

Em 2004 implantou, com 160 sócios, a Goiás Alimentos (Goialli), empresa especializada em derivados de tomate (polpa e extrato) e milho, quando evidenciou a preocupação com a questão social, de geração de empregos, em torno de 250 na indústria. A Goialli foi criada como uma alternativa à monocultura da cana-de-açúcar, como então se apresentava na região, e atendeu a uma promessa de campanha do irmão, Otávio Lage de Siqueira Filho, em 2000, quando foi eleito Prefeito. A família ficou com 10% do capital.

Em 2012, Jalles Fontoura candidatou-se a Prefeito da cidade e venceu. Dentre os objetivos da nova gestão, fazer Goianésia, cuja atividade econômica se baseia no agronegócio (80%), dar outro grande passo, para se tornar a cidade do conhecimento, como o grande polo regional de educação superior, médico e de serviços.

Mineira de Montes Claros, que depois se mudou para Espinosa, ambas no norte de Minas, onde seu pai, Florival Rocha, é comerciante, e sua mãe, Anésia Antunes Rocha, professora, Maria Luíza Rocha foi com os irmãos para Belo Horizonte, para estudar. Estava se preparando para o vestibular quando conheceu Jalles Fontoura, colega de faculdade de seu irmão, Florisval Júnior, em maio de 1973; e que se formou em dezembro desse ano. Ela conheceu os futuros sogros quando estiveram na Capital para uma visita ao filho; e em janeiro de 1974 foi, pela primeira vez, a Goianésia, já como namorada, para a comemoração em família da formatura dele. Da primeira visita não gostou da cidade, mas na segunda já a achou linda.

1974 foi um ano movimentado. Ela passou no vestibular para Arquitetura na Universidade Federal de Minas Gerais e começou o curso, enquanto ele voltou para Goianésia, para assumir a empresa registrada em seu nome, a Armazéns Gerais. Encontravam-se uma vez por mês, quando ele ia a BH. Em agosto resolveram se casar, e o ato aconteceu em dezembro desse ano. Tudo muito rápido. O pai, em princípio, defendia que ela não deveria parar de estudar. A lua-de-mel foi pelo nordeste brasileiro, de carro, e de lá retornaram, em definitivo, para Goianésia, passando primeiro pela fazenda do avô, Jalles Machado, em Porangatu.

Foi uma grande mudança na vida dela. Não tinha planos de morar numa cidade pequena e, depois, estranhou a forma como se tratavam, em família, com muita discussão, em estilo diverso ao seu, mais calmo. Um detalhe a marcou desde o início: encontrou no sogro um defensor, sempre a apoiá-la, e gostava como ele tratava dona Marilda, de forma carinhosa, com muito cuidado e atenção.

Pai e filho eram diferentes, estavam sempre a discutir, cada um querendo fazer prevalecer a sua opinião, sem nenhum ceder nas longas conversas. Otávio Lage, mais agitado, pragmático, tinha curiosidade por tudo. Era aberto e se visse alguma coisa nova, diferente, queria conhecer, ter informações. Jalles Fontoura, mais político, valorizava o humanismo, a história, os aspectos sociais, e menos a economia.

O novo casal estava se estruturando, morando numa casa pequena, quando, em 1976, Jalles, o mais despojado dos irmãos, deu uma guinada em sua vida, deixando em segundo plano o lado empresarial, ao ser lançado candidato a Prefeito de Goianésia. Nova mudança, e radical, em suas vidas,

inclusive perdendo a privacidade, pois a casa ficava sempre cheia. Luíza, como é tratada por todos, não se interessava por política partidária e nem participava, e, de início, ficou surpresa com a decisão da candidatura, pois ele não se manifestara anteriormente sobre essa questão. No ano anterior, 1975, havia retomado o curso de Arquitetura que começara na UFMG, agora na Universidade Católica de Goiás, viajava de Goianésia a Goiânia para as aulas e demais atividades acadêmicas, e o concluiu em 1979. A candidatura tornou-se única, sem oposição, e ele foi eleito. As três filhas nasceram quando ele ocupava o cargo de Prefeito: duas em 1978, Marília em janeiro e Ana Luíza em dezembro, e Cecília em 1981. Conciliava as três atividades, como mãe, dona de casa e estudante universitária, com o apoio ao marido, pois não existia uma Secretaria específica. Foi atuante, colaborando nas diversas áreas, da educação e capacitação profissional à elaboração de projetos urbanísticos. Como exemplo, a recuperação dos fundos de vale, para melhor aproveitar as margens do córrego Calção de Couro, que corta o centro da cidade. Baseou sua proposta em projeto no rio Tietê, em São Paulo, e organizou esse espaço com praça, arborização, equipamentos de lazer etc. O filho, Otávio Rocha, de 1984, fez o primário em Brasília, quando Jalles era Deputado Constituinte e a família se mudou para a Capital Federal.

As filhas puxaram o estilo contestador do pai e sempre questionavam o avô, com polêmicas intensas, no nível das ideias, em especial sobre política e economia. Eram consideradas de esquerda. Otávio Lage gostava de conversar com as netas, provocava o debate, e reconhecia que elas o faziam repensar seus posicionamentos, mesmo que não concordasse. Estava sempre atento, mas nunca ofendia. Ana Luíza, a filha do meio, era a mais questionadora. Essa postura moldou as suas opções profissionais, indo todas para a área de Ciências Humanas, comunicação. O filho caçula, Otávio Rocha, seguiu essa linha e, mesmo com o pai inicialmente não concordando, decidiu-se por Antropologia, rompendo com a sequência de três gerações que se formaram em Engenharia Civil, mas que não atuaram na área. Jalles compreendeu, posteriormente, que os filhos, na verdade, acompanharam ele na forma de pensar e trabalhar.

Todos reconheciam a disponibilidade, a atenção e a solidariedade do avô nos momentos de convivência e o consideravam uma pessoa envolvente, bem humorada, “mais que simpática, uma figura marcante, muito forte e encantadora”. Onde chegava não passava despercebido, brincando com as pessoas, fazendo observações. Era comunicativo. Nunca ficava indiferente: se, ao passar por uma estrada, encontrasse um carro parado e a pessoa pedindo ajuda, indagava sobre o problema e se prontificava a colaborar. Para Luíza, Jalles é diferente, age de outro jeito, é sempre cuidadoso ao conversar, preocupa-se e tem um modo especial de tratar as pessoas, inclusive quando dispensa alguém de uma função, pois o cidadão acaba ficando amigo dele.



Otávio e Marilda com os netos Marília, Cecília, Ana Luiza e Otávio Rocha, filhos de Jalles Fontoura e Luiza

Luiza esteve presente, com dona Marilda e os filhos, em dois momentos difíceis da vida de Otávio Lage. A primeira em 1978, grávida da filha Ana Luiza, acompanhou-o a Belo Horizonte depois que levou o coice de uma bezerra e perdeu a visão em um olho, foi atendido pelo oftalmologista Nassim Calixto e passou por cirurgia. A segunda em 1999, ao sofrer um pré-infarte. Ele andava indisposto, cansado, quando resolveu fazer uns exames em Goiânia. Com os resultados, o médico o mandou de imediato para São Paulo, para o Instituto do Coração, onde foi atendido pelo cardiologista Adib Jatene, fez cateterismo e foi diagnosticado o problema, que era muito grave, correndo o risco de um infarto fulminante. Quando recebia as visitas no hospital mantinha a postura otimista, de bom humor, conversando com todos e transmitindo confiança, dizendo que estava cada dia melhor.

“Agora posso fazer tudo, pois estou com coração novo”, respondia com bom humor ao indagarem sobre a sua saúde, numa postura pra frente, para cima.

“A cidade, até hoje, sente a sua falta”, afirmou, ao justificar que ele era uma liderança reconhecida por todos e uma referência. Os filhos, também líderes na política e no meio empresarial, não ocuparam o seu espaço. “Todos ainda falam em Goianésia como a terra de Otávio Lage”. Dona Marilda continua uma pessoa simples e humilde, recolhida ao seu mundo, não faz visitas, nem mesmo aos vizinhos, e hoje se constitui na grande figura da cidade, ocupando o lugar dele, mesmo sem o desejar, pela timidez.

O acidente aconteceu num momento especial na vida dos netos: Marília estava defendendo a sua dissertação de Mestrado em comunicação na UFMG, e só foi comunicada depois que apresentou o documento; Ana Luiza chegava da França; e Otávio Rocha retornava da Finlândia, onde passou um ano. Arquiteta e empresária, Luiza tem uma loja em Goiânia.

Os quatro filhos assinam Rocha de Siqueira: Marília é publicitária e cineasta; Ana Luiza, jornalista, casada com o professor André Brasil, da UFMG, com quem tem duas filhas: Rosa e Anita de Siqueira Brasil; e Cecília é publicitária. As três moram em Belo Horizonte.

O quarto filho, Otávio Rocha, é antropólogo, casado com a socióloga Lara Cyreno, mora em Garanhuns, PE, e o casal ganhou, em março de 2014, a primeira filha, Dora.

Ricardo, planos para BH, assumiu o setor agropecuário

Ricardo Fontoura de Siqueira seguiu a tradição iniciada pelo avô, mantida pelo pai e irmãos, e cursou Engenharia Civil, graduando-se em 1974 pela Universidade Federal de Minas Gerais. Começou a trabalhar na área em Belo Horizonte, na sociedade que formou com um colega de turma, Renato Biagioni, um ano antes de concluir o curso. A construtora Siqueira Biagioni deu certo e tinha planos de continuar na Capital mineira. Inclusive, fez pós-graduação em Engenharia Econômica pela Pontifícia Universidade Católica de Minas e MBA pela Fundação Getúlio Vargas.

Otávio Lage criou um critério para apoiar os filhos nos estudos: ao passar no vestibular ganhava um *Fusca* 1300; ao completar a metade do curso, um *Fusca* 1600; e, na conclusão, um *Chevette*. Ricardo ganhou o primeiro e o segundo, mas barganhou com o pai o terceiro carro, pegando em dinheiro a diferença, que investiu na empresa que organizou com o colega, cujo pai era médico. Alugaram a garagem da casa dele e ali desenvolveram as atividades de construção durante quatro anos.

A infância foi na fazenda, depois mudou-se para a cidade, onde ficou até concluir a quarta série primária, no Colégio *Maria Imaculada*. Teve oito dias para se preparar para o exame de admissão, que representava o ingresso no curso ginásial, em Cachoeira do Campo, MG, passou e foi embora. O pai não queria os filhos utilizando as mordomias do poder e os enviou para Minas, para estudar. Em 1967 Jalles e Ricardo se mudaram para Belo Horizonte, moraram um ano num hotel, no ano seguinte se transferiram para uma pensão e depois para um apartamento do tio Jair, junto com seus primos.

Nos anos 1970 Otávio era apenas fazendeiro. Nas conversas, disse a Ricardo que as atividades haviam crescido muito e que precisava dele. Diante desse chamado decidiu alterar os planos e em 1978 retornou a Goianésia. Conversou com o sócio, que concordou e comprou a sua parte.

A relação com o pai sempre foi muito densa, apesar de ter retornado mais tarde para Goianésia, depois de experiência profissional e empresarial independente dos negócios da família. Mantinha com ele uma relação de cumplicidade, companheirismo, amizade, afinidade e muita admiração pelos

princípios éticos, postura de retidão e valores transmitidos a seus filhos e colaboradores das empresas.

“Fomos sempre alinhados nos rumos e objetivos empresariais, nas rotinas e administração dos negócios e empreendimentos realizados, parceiros com muita sintonia”, afirmou.

Com foco no plantio e comercialização de sementes de milho híbrido, de início, a Planagri tinha como sócios Fabrizio D’Ayala Valva, João Bosco Umbelino dos Santos e José Ludovico dos Reis, que decidiram instalá-la em Goianésia. Havia arrendado terras, plantaram e comercializaram a produção com sucesso, com incentivo do Banco do Brasil, ao financiar essa aquisição como forma de melhorar o cultivo.

Otávio cedeu as terras para esse plantio, acompanhou o trabalho deles e, convidado a participar, adquiriu 12,5% da empresa. Quando Ricardo voltou, para representar a família na Planagri, comprou para si outros 10%. Os resultados foram satisfatórios, com o crescimento dos negócios permitindo o aumento da produção agrícola em todo o Estado e a sua diversificação, dando destaque a Goiás nessa área. Em 1986, quando o Banco Central mudou a sistemática de financiamento, tirando o apoio à comercialização de sementes certificadas e fiscalizadas, a atividade caiu, pois muitos agricultores queriam os recursos, mas não se interessavam se a semente tinha procedência. O setor entrou em crise e eles não tiveram como concorrer com as multinacionais, que dispunham de mais tecnologia. Em 2010 a Planagri vendeu a atividade de produção de sementes, que se chamava Brasmilho, para uma grande cooperativa francesa, Limagrain, que reúne os principais produtores de sementes da Europa.

Ricardo foi presidente do Clube Campestre de Goianésia (1982/83) e conselheiro do Sindicato Rural (1993-2004). No grupo familiar foi sócio-diretor da Armazéns Gerais de Goianésia (1980-2012); conselheiro da *Jalles Machado* (1980/2006) e da Fundação *Jalles Machado* (1994-2006); sócio-diretor da Planagri Sementes e Rações (1997/2011); diretor-presidente da *Jalles Machado* (2006/2009); sócio-diretor da Vera Cruz Agropecuária e da Rádio Sociedade Vera Cruz (1979/2014); sócio-diretor da Fontoura & Siqueira, antiga denominação social da Palmeiras Empreendimentos Imobiliários (1986/2014); e presidente do Conselho de Administração da *Jalles Machado*, da Fundação *Jalles Machado* e da Planagri (2006 a 2014). Com as mudanças, a Planagri passou a constituir a *holding* do grupo familiar, que engloba as atividades agropecuárias da Vera Cruz, da OL Látex, da Palmeiras Empreendimentos Imobiliários e da *Jalles Machado S/A* (51% das ações).

Mineira de Belo Horizonte, urbana, Myriam Penna nunca tinha morado em fazenda e nem pensava nessa possibilidade quando conheceu Ricardo. Descendente de família tradicional de Minas Gerais, seu bisavô materno,

desembargador João Pereira da Silva Continentino, foi nomeado por dom Pedro II em 1889 juiz da Província de Rio das Almas, atual Pirenópolis, mas não teve tempo de assumir, devido à proclamação da República. A segunda filha de João Continentino e Amanda de Campos, Clélia, casou-se com o advogado e jornalista José Oswaldo de Araújo, que trabalhara no jornal *“Estado de Minas”* - para onde levou o poeta Carlos Drummond de Andrade -, tornou-se político e chegou a Prefeito de Belo Horizonte (1938-1940); organizou a casa, ajustou as contas e a entregou, no mandato seguinte, para o médico Juscelino Kubitschek se projetar, começando a construção de sua vitoriosa carreira política. A segunda filha de Clélia e José Oswaldo, Myriam Continentino de Araújo, casou-se com o engenheiro Roberto Magalhães Penna, também de família tradicional mineira; em função da atividade profissional, participando ativamente do início da construção de Brasília, ele acabou se tornando um pai ausente e o casal se separou quando Myrinha, caçula de cinco filhos, ainda era criança.

“Conheci um rapaz que estudava com meu irmão”, recorda-se, ao falar de Ricardo, de seus primeiros encontros, do namoro, para lembrar que se casaram com muitos sonhos, de construção de uma vida em comum de forma conjunta e que, no começo, não tinham nada, “nem um tostão”.

Ricardo acabara de criar a primeira empresa, ganhava dois salários-mínimos por mês, e ela, estudante de Arquitetura, era estagiária. Em função desse quadro, os dois primeiros anos moraram na casa da mãe dela; na época, Myriam julgava que tinha melhor situação financeira do que ele.

“Casamos como os jovens da época, num ímpeto, por amor, sem a preocupação com o futuro”, afirmou, ao explicar a união com Ricardo e justificar que hoje os jovens se programam mais, querem antes construir o seu espaço e seu negócio.

Idealizava a fazenda onde os sogros moravam como um espaço bucólico, com um córrego no fundo e fogões a lenha assando quitandas. Qual não foi sua surpresa ao viajar para Goianésia, de férias, e encontrar outra realidade: a fazenda era uma empresa rural, com atividades dinâmicas e pouco romantismo.

Numa dessas viagens a Goianésia, Ricardo, que anunciara a sua intenção de construir sua vida em Belo Horizonte, ficou balançado depois que o pai o chamou para vir ajudá-lo. Citou o crescimento das fazendas, a entrada como sócio na Planagri etc. Os dois conversaram, ele então lhe disse do desejo de retornar e assumir essas atividades.

Em princípio, Myriam se sentiu traída, pois não tinha planos de morar numa fazenda, e chegaram a um pequeno desentendimento, quando ela o mandou dormir no sofá naquela noite do anúncio da decisão dele. Estavam casados havia pouco mais de dois anos, ela tinha acabado de ganhar o primeiro filho, Rodrigo, e a mudança significaria uma alteração radical nos planos e na sua vida. Ele lhe propôs passar dois anos em Goianésia, o tempo que ele havia

morado em Belo Horizonte depois de casados, para experimentar antes de tomar uma decisão. E os dois anos se prolongaram até hoje.

A grata surpresa dessa guinada foi encontrar em Otávio um pai que não tivera ao seu lado. Fora criada muito próxima aos avós e José Oswaldo representava para ela a figura paterna, que perdeu antes de se casar.

“Desde o início ele sempre esteve próximo, presente, participando. Tinha um jeito especial, carinhoso, de me chamar de filha. Transmitia essa sensação gostosa”, lembra. Citou a presença dele em todos os momentos em que precisaram: quando Rodrigo, ainda criança, teve que se submeter a cirurgias; o acidente de carro quando passavam por Anápolis e, principalmente, quando Ricardo teve diagnosticada a esclerose múltipla.

Os sintomas da doença começaram em 1988 por dormência no pé, que tratou com um ortopedista; depois, em julho de 1989, a neurite ótica, quando via duas imagens, foi ao oftalmologista Marcos Ávila, em Goiânia, e começou o tratamento com corticóide. E depois o mal se estendeu pelos braços, pernas etc., quando ela mesma se assustou.

“Só pode estar no cérebro”, alertou-o, já o chamando para ir a São Paulo, onde havia mais recursos e tinha um primo neurocirurgião, que poderia acompanhá-lo mais de perto.

Chegou à Capital paulista, fez os exames e lhe apresentaram um diagnóstico, com três possibilidades: ser um episódio isolado; um caso que se repetiria de tempos em tempos; ou se apresentar de forma contínua, piorando com o passar dos anos. A previsão inicial era de ficar 10 dias internado. O tratamento, com medicação forte, deu resultados, mas a melhora não foi integral; houve uma pequena perda dos movimentos.

Ela pensou logo na terceira alternativa. Não suportando sozinha aquela situação, quando o próprio Ricardo não tinha noção da extensão de seu problema, ela saiu do quarto do hospital, desceu para telefonar ao sogro e, já chorando, explicou todo o quadro. Pediu socorro, e Otávio foi, novamente, o primeiro a chegar, a dar assistência, a ficar ao seu lado, como um pai, dando-lhe força.

A atenção não ficou restrita àquele momento. Otávio, que já tinha Ricardo a seu lado, tornou-se um companheiro ainda mais próximo dele, trabalhando juntos, indo os dois para a fazenda. No início o filho dirigia o carro e, com a progressiva perda dos movimentos, o pai passou a assumir essa função, em definitivo.

A aproximação entre pai e filho se acentuou mais ainda.

Myriam, desde o momento do diagnóstico, procurou não esconder nada de seus filhos, explicando cada momento, os resultados de cada consulta e exame, e isso tornou-os mais próximos e mais presentes. Essa relação de afetividade permitiu que eles assumissem sua parte, com carinho e amor, e não

ter aquela circunstância como uma dificuldade, um problema. Agindo dessa forma, reduziram a carga, dividiram a atenção e enfrentaram juntos a situação, sem sacrifícios para ninguém.

Ricardo, que sempre fora paciente com os empregados, tinha um estilo especial de lidar com eles, valorizando-os em suas atividades, estimulando-os em suas tarefas e os apoiando no crescimento pessoal e profissional. Nunca foi de recriminar nos erros, e sim de apontar o melhor caminho. Logo se destacou nessa função, de formar pessoal, e soube se conduzir, dessa maneira, com os filhos.

O impacto inicial, para Myriam, foi terrível, não vislumbrava nada pela frente. Depois, foi se acostumando, adaptando-se às circunstâncias.

Myrinha entrou na Faculdade de Arquitetura da UFMG em 1975, onde cursou até 1978. O último ano, 1979, em virtude da mudança para Goianésia, fez na Universidade Católica de Goiás, onde foi colega da concunhada Luiza. Posteriormente, fez pós-graduação em Planejamento Urbano e Ambiental, também na PUC-GO.

“No final dos anos 90 elaborei um projeto para o dr. Otávio para a sede da Fazenda Jóia. Ele participou muito e acompanhou de perto a construção. Vendo-o investir em casa de fazenda, dona Marilda cobrou uma casa em Goianésia. Neste projeto, ele quase não participou, já que, no fundo, ele preferia não se mudar da fazenda Vera Cruz. ‘Esta casa é da Marilda, a minha é a da fazenda’”.

Foi Secretária de Planejamento da Prefeitura de Goianésia, por 5,5 anos, quando Otávio Filho era prefeito. Vendo a afinidade no trabalho entre os dois ele disse:

“Engraçado, nunca vi dois cunhados combinarem tanto!”

Coordenadora do Plano Diretor Urbanístico de Goianésia, aprovado em 2008, fez os projetos da sede da Prefeitura, Centro Cultural, Câmara Municipal, Unidade *Otávio Lage* – blocos administrativos, Fundação *Jalles Machado* (Escola *Luiz Cesar de Siqueira Melo*), dentre outros.

Grande admirador do trabalho de sua esposa, Ricardo faz questão de ressaltar que ela construiu várias casas, armazéns, parque industriais do grupo e fez projetos de arquitetura e urbanismo para a Prefeitura.

– “Participou ativamente da vida empresarial e política da família. Nessas obras e projetos foram discutidos vários aspectos técnicos, sociais e políticos, com debates interessantes e até teimosos (como era do feitio do papai) e engraçados”.

“Otávio foi muito importante também para nossos filhos”, disse.

Eles saíram para estudar, formaram, começaram a trabalhar em outras empresas e, progressivamente, voltaram para os empreendimentos da família. O primeiro foi Rodrigo, então com 23 anos, que relatara ao pai a insatisfação com o emprego que tinha em São Paulo. Ao tomar conhecimento do fato, o avô

não perdeu tempo e o convidou para atuar com ele no frigorífico. Conviveram por cinco anos, até o acidente.

Quando Henrique voltou, logo foi aproveitado, mas pôde conviver com ele apenas cinco meses, pois chegou em 2006.

Myriam, que já nutria uma admiração muito grande pelo sogro, ficou ainda mais impressionada no velório, quando várias pessoas, ao se solidarizar com ela, choravam e diziam que tinham perdido um pai. Muitas dessas pessoas ela nem conhecia.

“Todo mundo era filho para ele, mas não da boca para fora. Era carinhoso, apoiava nos momentos difíceis, olhava de um jeito especial, de pai”, completou.

São quatro filhos, todos naturais de Belo Horizonte e assinando Penna de Siqueira: Rodrigo, casado com a goianiense Taíssa Mendonça Silva, com quem tem dois filhos, ambos também goianienses e assinando Mendonça de Siqueira: Lucas, de 2008, e Laura, de 2010; Tereza, de 1980, arquiteta, formada pela UFMG, com duas pós-graduações – pelo Instituto de Administração de Empresas - IAE, de Paris, e em Administração pela FGV (CEAG), diretora e sócia proprietária da loja de presentes Dom 47, em Goiânia; Henrique, de 1981, casado com a goianiense Bárbara Machado Roriz, e dois filhos: Marco, de 2013, e Clara, de 2014; e Júlia, psicóloga pela PUC Minas, com especialização em Gestalt Terapia pelo ITGT e clínica em Goiânia.



Otávio e Marilda com o filho Ricardo, a nora Myriam e os netos Rodrigo, Tereza, Henrique e Júlia

Dois filhos colaboram como diretores da *Jalles Machado*.

Rodrigo assumiu a diretoria financeira da empresa em 2012. Formado em Engenharia Civil pela Universidade de São Paulo e pós-graduado em Derivativos pela BM&F/USP, trabalhou na Mesa de Operações do Banco CCF Brasil e na empresa de consultoria de negócios Booz-Allen & Hamilton. Em

2001 a convite de seu avô gerenciou projeto no frigorífico Goiás Carne, do qual foi diretor. Participou do conselho da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne. Assumiu a diretoria do Grupo *Otávio Lage*, com foco nas áreas de Pecuária (cria, recria, confinamento e venda de touros), Agricultura e Seringueira (Heveicultura). Participou do projeto de um milhão de árvores de seringueiras em Barro Alto, GO, e na estruturação e início do novo projeto de seringueiras, de um milhão de árvores no Tocantins. Implantou um processo de governança corporativa, com a criação do acordo de acionistas e Conselho de Administração com membros independentes, profissionais de mercado. Também atuou na entrada do grupo no ramo imobiliário. Foi presidente do Conselho Temático do Agronegócio da Federação das Indústrias do Estado de Goiás e é vice-presidente da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial de Goiás, vice-presidente da Associação Nacional dos Confinadores, presidente da Coopercred e membro do Grupo Novos Líderes. É diretor da Vera Cruz Agropecuária Ltda.

Henrique assumiu em julho de 2013 a Diretoria Comercial. Formado em Engenharia de Produção Agroindustrial pela UFSCar, é pós-graduado em Administração pela FGV (CEAG) e MBA pela Universidade de Duke, na Carolina do Norte, EUA. Trabalhou no Banco Itaú como *trainnee*, foi diretor de Operações da *Jalles Machado* entre 2006 e 2011, e *summer associate* na AT Kearney, consultoria de gestão em São Paulo. Foi conselheiro do Centro de Tecnologia Canavieira.

Silvinha, a única filha, mais próxima

A afinidade com o pai aflorou mais em função de ser a única filha. As confidências, a compreensão diante de suas atitudes rebeldes, o casamento ainda muito jovem, a cumplicidade, os problemas de saúde da primeira neta e as perdas. Sílvia só tem boas recordações do pai: figura muito forte, destemido e ao mesmo tempo sábio e simples, de uma integridade a toda prova. Quando criança o achava onipotente, sem erros, porque suas respostas e decisões passavam muita segurança. Enche os olhos de lágrimas quando fala nele, e gosta de lembrar os conselhos, os bons exemplos, o carinho especial. Ainda na memória a primeira volta, aos dois anos, num trator pilotado por ele, sempre trabalhando.

“Parecia que meu pai sabia tudo”, recorda-se, ao falar da enorme admiração por ele. “Nada o abatia, nada o desanimava”. Cita uma característica que o diferenciava das pessoas de sua convivência: estava sempre querendo aprender mais, buscar novos conhecimentos. Lia muito, o que serviu de exemplo para os filhos. Outra particularidade dele: falava exatamente o que pensava, sem meias palavras, era transparente. Verbalizava exatamente o que

pensava, sem hipocrisia. “Um homem muito especial, singular. Grande, não pensava pequeno”.

Os primeiros oito anos foram na fazenda; depois, a mudança para a cidade, em 1962. Nesse tempo, uns 10 anos de idade, a aventura que foi a leitura do livro “*O Ateneu*”, de Raul Pompéia, diante do receio de que o pai não a deixasse lê-lo, o que a fez colocar o exemplar que conseguira numa cesta de roupas sujas, para levá-lo para um lugar seguro, distante da casa. Leu-o escondida.

– “Não permitia que mentíssemos. Intransigente com os valores arraigados nele, era, ao mesmo tempo, um pai muito compreensivo, sempre próximo, presente. O carinho do seu abraço forte curava mágoas, dores...”. Eles se entendiam sem necessidade de muitas palavras.

No ano seguinte, a mudança para Belo Horizonte, cidade grande, com efervescência cultural, o internato do Colégio Pio XII, as muitas leituras, como parte do sistema da escola, e as cartas, quase único contato com a família em tempo de meios de comunicações limitados. 1964, a agitação política e estudantil, a preocupação dos pais, a ida para a casa dos tios, a fase de rebeldia. Queria ficar em BH, mas teve que voltar.

Franca, pensava diferente, gostava do confronto, ganhava no argumento, na polêmica.

1968. Goiânia. Colégio *Maria Auxiliadora*. Achou o curso fraco em relação ao que tinha feito. Um namoro com um rapaz de fora, mais intelectual, estimulou-a ainda mais na leitura e artes. Logo firmou compromisso com Leonardo Camilo Lôbo, engenheiro, e o casamento foi rápido, no final de 1970. Ela tinha apenas 17 anos. Mudança radical em sua vida, pois o colégio não aceitou a sua matrícula, pelo fato de ter casado, mesmo tão jovem.

1971. Foi para o Instituto de Educação de Goiás, onde concluiu o Normal. No ano seguinte nasce Flávia, a primeira filha, que, por falha médica, sofreu lesão cerebral que prejudicou gravemente seu desenvolvimento.

Camila chegou dois anos depois, trazendo mais alegria para aquele dia de celebração: cinquentenário do vovô Otávio.

Em 1975 Silvinha decidiu entrar na universidade. Como no ensino médio não viu disciplinas como Física, Química, Biologia etc. teve que entrar num curso intensivo para em 20 dias se esforçar sozinha para conseguir excelente resultado: aprovação com ótima classificação para Psicologia na Universidade Católica de Goiás. Aproveitou o tempo para estudar, estagiar, avançar na área. Como os filhos eram pequenos, muitas vezes os levava junto para a sala de aula. Concluiu o curso em 1981. Logo começou a trabalhar com o psicólogo Adgenor Lima Filho, que faleceu num atropelamento, e na Clínica Santa Mônica, integrando a equipe. Paralelamente, ajudou na área social

da Destilaria *Jalles Machado*, em implantação nesse período. A cunhada Luiza foi sócia de um antiquário e loja de móveis e objetos.

Em 1977 nasceu o terceiro filho, Pedro.

Em 1981 separou-se do primeiro marido. Ela tinha 28 anos e foi conversar com o pai que, compreensivo, orientou-a. “Eu vou sofrer, mas quem vai sofrer mais é você”. Na época, a separação era mais intrigante do que hoje.

Flávia já exigia muito da mãe. Seu tratamento era em São Paulo. Goiânia não tinha determinados especialistas, como fisioterapeutas. Conseguiu trazer os primeiros profissionais na área para a cidade. A situação da filha piorava a cada dia, em especial na parte respiratória.

O engenheiro Luiz César Vaz de Melo apareceu em sua vida em 1982. A formalização do casamento só aconteceu depois. Reverteu uma laqueadura para dar ao marido um filho, mas em processo difícil: teve uma gestação interrompida. O filho, muito esperado, pois havia perdido um outro, chegou em 1988, num momento de maior maturidade. Luiz César de Siqueira Melo (*Luizinho*) representou um instante mágico em sua vida, e veio quando a cidade estava traumatizada com o Césio 137.

Três anos depois Flávia é vencida pela doença. Ela estava com seus avós na fazenda em Goianésia. Silvinha estava em viagem aos Estados Unidos, soube horas depois e optou em não regressar para o enterro.

Paulinho, o quinto filho, chegou em 1991, junto com outra Flávia, esta filha de Maria, que há 18 anos com Silvinha, ajudando nos cuidados da primeira Flavinha. A segunda Flávia acabou sendo uma “filha do coração”, em especial quando a mãe faleceu em 2002.

Em 1993, outra tragédia: *Luizinho*, uma criança alegre, extrovertida, que gostava de brincar e de animais, acostumara-se a temporadas em Goianésia e a conviver com os cães. Estava com pouco mais de quatro anos de idade. Naquele 21 de fevereiro alguma coisa aconteceu que até hoje ninguém soube explicar o motivo: o casal de cachorros, que o conhecia e de quem ele gostava tanto, atacou-o. Socorrido de imediato pelo pai, foi trazido de avião para Goiânia, onde teria maiores recursos no atendimento médico-hospitalar. Silvinha o carregou nos braços, como sugeriu o pai: “O melhor lugar é o colo da mãe”, disse. O filho sobreviveu algumas horas, mas não suportou os ferimentos.

Enquanto todos estavam abalados, recuperando daquele trauma, Otávio decidiu: colocou o nome de Luiz César de Siqueira Melo numa escola da Fundação *Jalles Machado*, em Goianésia, para atender os filhos dos colaboradores e acionistas do grupo.

Paulinho, então com dois anos, a redespertou para a vida, quando a viu chorando e a chamou:

– “Mamãe! Olhe eu aqui”, e limpou as suas lágrimas.

Na perda desse filho teve uma experiência transformadora com Deus e tomou a decisão de participar de trabalhos sociais, em especial com os jovens, utilizando a sua formação e a sua experiência. Hoje congrega na Igreja Sal da Terra.

Continua participando das empresas da família, como acionista e no Conselho de Administração.

É a única que mora em Goiânia.

A filha Camila graduou-se em Engenharia Civil e formou com o irmão, Pedro, igualmente engenheiro, uma empresa de Engenharia, a L2X. É casada com o cirurgião plástico Eisenhower Fonseca Damascena e eles têm um casal de filhos: Tiago, de 2002, e Elisa, de 2003.

Pedro casou-se com Talita Paiva Jorge, advogada, e tem dois filhos: João, de 2011, e Beatriz, que chegou em maio de 2014.

Paulinho concluiu Agronomia em Viçosa, MG. De volta a Goiânia está na Gerência Administrativa e Financeira da Oliveira Melo Engenharia e na Gerência geral da Neloire Santa Clara.

Filha do coração, Flávia é advogada e trabalha na Vellasco, Velasco e Simonini Advogados Associados.



Otávio e Marilda com a filha Silvia, o genro Luiz César e os netos Paulinho, Pedrinho e Camila (com o marido Eisenhower)

O primeiro encontro, casual, foi num restaurante em Goiânia, Antônio's, do irmão Júlio César, que depois virou 600. 19 de novembro de 1982. Quatro dias depois da campanha eleitoral, Silvinha e duas amigas, todas com camisetas com a foto de Otávio Lage como candidato ao Governo do Estado,

faziam as despedidas e agradecimentos pelo trabalho realizado. Luiz César de Vaz Melo, solteiro, abordou-a para saber o motivo da reunião:

- “Estamos comemorando a derrota!”, respondeu.

- “Você também é *otavete*?”.

- “Não! Sou *otavista*!”, afirmou, com muita convicção.

O diálogo permitiu a aproximação, o início de amizade e cortesias. Como ambos estavam em seus carros, ele não permitiu que ela fosse embora sozinha, por ser tarde da noite, e a acompanhou até o seu apartamento, no edifício Dei Fiori. Daí em diante estreitaram o relacionamento e não mais se despregaram, como ressaltou. Luiz visitou Goianésia, conheceu os pais dela; levou-a para conhecer a sua mãe, e assim os laços foram se unindo.

Uma viagem ao rio Araguaia, em julho de 1983, foi o passo decisivo, e voltaram de lá casados.

Goianiense, primogênito de cinco irmãos e órfão de pai desde os oito anos (Sebastião Inácio de Melo, 33 anos, que era dono da Nossa Sapataria, no bairro de Campinas, em Goiânia, deixou viúva Terezinha Vaz de Melo, então com 28 anos e que não mais se casou), Luiz César assumiu, ainda muito jovem, uma responsabilidade grande perante a família, para apoiar a mãe e ajudar na criação dos demais irmãos.

Essa condição o aproximou de Otávio Lage, criando uma afinidade e um tratamento afetoso, desde o início. Logo já o tratava como filho. Ao longo da convivência de mais de 20 anos, essa identificação foi se ampliando. Era uma presença forte, alegre e muito firme, ao ponto de Luiz César considerá-lo como pai.

Formado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Goiás, “era o filho que exerceu a profissão”, brinca, ao lembrar que Jalles, Ricardo e Otavinho são bacharéis em Engenharia, pois não exerceram a atividade. O próprio Otávio Lage não chegou a se inscrever no Conselho que fiscaliza o exercício profissional, CREA, mas usou os conhecimentos que adquiriu durante o curso no planejamento das fazendas e nas obras que realizou.

O momento mais difícil enfrentado por Luiz César foi o do ataque dos cães a seu filho, na casa do sogro em Goianésia. Tudo aconteceu de forma rápida, sem dar chance de reação a ninguém: Luizinho saiu da sala, onde estavam os pais e avós, sem avisar, e foi ao jardim. Não se sabe como, destravou a pesada fechadura do canil em que se encontrava o casal da raça Rottweiler, que conhecia e com os quais brincava; a cachorra tinha parido os seus filhotes recentemente.

Conversando na sala, Silvinha indagou ao marido pelo filho. Luiz César saiu procurando-o e foi o primeiro a vê-lo entre os cães: gritou por socorro, tomou-o dos animais, que ficaram paralisados e não atacaram. Silvinha o pegou no colo e seguiram juntos para o hospital de Goianésia, para os primeiros socorros. O avião da família foi rapidamente providenciado, indo

direto para o Hospital Santa Helena em Goiânia, onde passou boa parte da noite em atendimento. Foram mais de 200 pontos, mas Luizinho não suportou os ferimentos. Essa tragédia não abateu a família, mas tornou-os mais fortes e unidos

Otávio Lage tinha a preocupação de repartir, de forma igualitária, os seus bens, mas no caso de doenças assumia tudo sozinho, pois considerava que era sua responsabilidade, e assim procedeu em todos os episódios de saúde na família. Ao mesmo tempo, como sempre, estava ao lado, presente, passando força, apoiando. Em Goiânia hospedava-se na casa da filha e, nesse período, quis ficar mais tempo com ela, ampará-la e incentivá-la nesse recomeço depois da dor.

Durante muito tempo Luiz César conviveu com aquela imagem da tragédia a persegui-lo, não o deixando concentrar, nem trabalhar, nem retomar a vida. Era um pesadelo que não terminava. Ia para o escritório e pedia compreensão aos colegas para aquele momento que vivia. A situação mudou com o passar dos meses, quando se aproximou de Deus, que passou a ser o seu sustentáculo, e ajudou a superar aquela dor maior. Hoje lembra do filho não com tristeza e sim dos bons momentos que conviveram.

- “Dr. Otávio me ensinou muito. Se tornou o pai que não tive. Um exemplo de dedicação ao trabalho, de amor à família, de entusiasmo pela vida”, afirmou. Os grandes projetos agroindustriais que conduziu foram muito importantes para Goiás e para o Brasil. Foi pioneiro e obteve sucesso em todos os empreendimentos que implantou. De forma cooperativa com vizinhos e amigos, convidando-os a participar, quando poderia tê-los realizado sozinho. Seus projetos deram certo, quando muitos outros, em diversas regiões, ao longo do tempo, não se concretizaram ou faliram.

- “Não conheci uma pessoa como ele, em termos de honestidade, determinação, entusiasmo e contentamento. Goianésia é o que é por causa dele”, ressaltou. Cidades vizinhas, como Ceres, que eram polo, tinham melhores condições de se desenvolver, e no entanto não tiveram o mesmo desempenho. “Era o dr. Otávio. Gostava de produzir, fazer tudo acontecer, ver as coisas crescerem, mas não era egoísta, de querer tudo só para si. Ele chamava todo mundo, queria as pessoas ao seu lado. Era solidário”.

Luiz César é empresário, sócio da Oliveira Melo Construtora, e fazendeiro.

Otávio Filho, gestor e político

Mesmo nome do pai e estilo de vida, na política e na atividade empresarial, engenheiro civil, fazendeiro, diretor de empresa e gestor público, Otávio Lage de Siqueira Filho seguiu o exemplo paterno, na Prefeitura e nos

negócios. Guardou os ensinamentos do pai: lutar pela verdade, que sempre prevalece; pela justiça, ouvindo os dois lados em disputa; pela dignidade da pessoa; e por tratamento igual a todos.

A infância em Goianésia foi na fazenda, de que sempre gostou. Mudou-se aos seis anos para a cidade, quando o pai foi Prefeito, e aos nove para Goiânia, em função da candidatura de seu pai a Governador. Em 1965 estudou no Colégio Marista. Eleito, o pai decidiu enviar os filhos para estudar em Minas Gerais, “para não utilizar as mordomias do poder”, brinca Otavinho, como é conhecido. Por ser o caçula, foi para Silvânia, onde terminou o quarto ano, em 1966. No ano seguinte estudou em Cachoeira do Campo, MG, onde já estavam os irmãos Jalles e Ricardo, ali ficando até 1968, quando voltou para Goiânia para cuidar de problemas nas cordas vocais e estudou no Ateneu Dom Bosco. Em 1971 foi para Belo Horizonte, onde fez os dois primeiros anos do ensino médio no Colégio Estadual *Milton Campos*, público, e o terceiro ano/cursinho no Colégio Pitágoras.

Seguindo os passos do avô, do pai e dos dois irmãos mais velhos, passou no vestibular para Engenharia Civil, na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1974, e fez o curso em quatro anos. No terceiro ano passou no vestibular para Administração de Empresas, na Faculdade de Ciências Empresariais da Fundação Mineira de Educação e Cultura (Fumec), começou o curso e, ao mesmo tempo, trabalhou numa firma de engenharia, Consol, na área de projetos de estradas, durante um ano. Também trabalhou numa empresa formada pelo irmão, Ricardo Fontoura, em Belo Horizonte, que construía um prédio, e na qual ficou seis meses. Em seguida, passou no processo seletivo para o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e ali trabalhou em 1977, quando se formou em Engenharia Civil. No banco queriam que ele continuasse, mas cedeu sua vaga para um colega, e voltou para Goianésia, sem concluir o segundo curso.

Instalado na cidade e trabalhando, tocando um projeto de drenagem dentro do Programa Nacional para Aproveitamento das Várzeas Irrigáveis (Provárzeas), conseguiu transferência para o Centro de Ensino Unificado de Brasília (CEUB), pelo qual concluiu em 1979 o curso de Administração de Empresas. Em 1980 participou de projeto do Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool) – de incentivo à busca de alternativas ao petróleo, diante da crise mundial na área, para substituição da gasolina – para montar uma destilaria autônoma: enviado a São Paulo, conheceu e trabalhou na Brasálcool, que estimulava a indústria sucroalcooleira e era formada por várias empresas, como Petrobrás e Ipiranga. Na época, discutiu o projeto, que começou com a cooperativa de plantadores de cana, de um lado, e a parte industrial, via sociedade anônima, de outro. Visitou outras empresas, viu as dificuldades, buscou as experiências na área e conheceu um projeto em que as duas áreas integravam um único grupo. Formaram uma sociedade e fizeram proposta para a Brasálcool, que entrou com 5%, montando a Goianésia Alcool S/A. Foi considerada a melhor opção, pois uma empresa só para o cultivo da cana-de-açúcar não era rentável; financiaram pelo Banco do Brasil e as atividades

começaram em abril de 1983, com a primeira moagem de cana. Na sequência, produziu açúcar, álcool e bagaço hidrolisado, começando a co-geração de energia, utilizada nas caldeiras e na irrigação das lavouras canavieiras.

Sempre se destacando pelo empreendedorismo, contribuindo para desenvolvimento do município e da região, dirigiu a *Jalles Machado* de 1981 a 2000, período em que atuou em entidades representativas do setor industrial. Dentre essas, dirigiu a Regional de Goiás da Sociedade dos Produtores de Álcool (Sopral), depois transformada em Sindicato da Indústria de Fabricação de Álcool do Estado de Goiás (SIFAEG), do qual foi diretor tesoureiro; Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (FIEG) e da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial). A Política de Gestão Integrada que implantou na *Jalles Machado* ajudou a empresa a se tornar referência no setor sucroenergético e a alcançar reconhecimento internacional. Deixou a presidência da empresa para se dedicar à vida pública: em 2000 foi eleito prefeito de Goianésia; e reeleito em 2004, permanecendo até 2008.

Seu modelo de gestão pública foi considerado referência e fez com que Goianésia ocupasse os lugares de destaque entre os municípios brasileiros que mais se desenvolveram no período. Considerou a experiência positiva, pois antes tinha atuado apenas na iniciativa privada.

Desde o primeiro mandato implantou a educação em tempo integral; construiu escolas; qualificou 100% dos professores – todos têm nível superior – em parceria com a Universidade Estadual de Goiás; ampliou e reformou as escolas. Construiu a Casa do Estudante em Goiânia e Anápolis, que permitiu a vários estudantes a conclusão do curso superior.

A primeira medida que adotou foi criar o Departamento de Qualificação Profissional, que formou 9,5 mil trabalhadores, em 215 cursos. Ofereceu cursos de corte e costura; para confeitários; padeiros; para pequenos empreendimentos, em várias áreas; de técnico em açúcar e álcool, em parceria com o Senai; de técnico agrícola, com a Escola Agrotécnica de Ceres; de técnico de Segurança do Trabalho, em convênio com o Senac; e formando técnicos na área de confecções, o que permitiu atrair para a cidade a fábrica da Hering, com 200 empregos diretos.

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, do Ministério do Trabalho, mostrou Goianésia, em 2007, em primeiro lugar. Adotou, como filosofia, que a pessoa, depois de receber cesta básica, tinha que se qualificar profissionalmente. Também investiu na qualificação, com a Fundação Crescer, encaminhando inicialmente 658 jovens, de 16 a 24 anos, para o primeiro emprego, e depois outros 622.

Criou a Defensoria Pública, para o cidadão humilde ter acesso à Justiça; implantou o Vapt Vupt, em parceria com o Governo do Estado; e construiu a sede dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e do Centro Cultural. Em

gestão participativa, realizou o Programa Estrada Boa, em parceria com os proprietários rurais.

Construiu três postos de saúde e adquiriu equipamentos para atender as partes odontológica e médica; implantou 11 equipes do Programa Saúde da Família e atendeu 80% da população. O Ambulatório 24 Horas do Pronto Socorro é separado do Hospital Municipal, com ala especial para crianças e outra para tratar doenças contagiosas.

Organizou a cidade, identificando as ruas e criando o Sistema Municipal de Trânsito. Estruturou o parque da lagoa, cartão-visita da cidade; e recapeou 500 mil m² de asfalto. Quando assumiu Goianésia tinha 29% das casas com esgoto sanitário e, ao deixar a Prefeitura, já eram 80%; construiu a estação de tratamento do esgoto e o aterro sanitário, além da reciclagem de embalagens de agrotóxicos. Fez o lago em duas etapas, com toda a urbanização, e o calçamento, projeto da arquiteta Luíza Rocha Siqueira. Construiu 1.300 casas populares e, em parceria com o Governo do Estado, implantou o cheque-reforma.

“Mudamos a cara de Goianésia. Não há mais bairro muito pobre”.

Ao final da gestão registrou índice de 85% de aprovação (ótimo e bom). Realizava pesquisas duas vezes por ano, ouvindo a população para saber o que agradava, e obteve, na média, 88% de aprovação.

Tornou-se membro do Conselho de Administração da Fundação Abrinq em 2010.



Otávio e Marilda com o filho Otavinho, a nora e sobrinha Marília e quatro filhos: Diana, Daniela, Fernanda e Gustavo.

Otavinho casou-se com a prima Marília Baptista de Siqueira, filha dos tios Jair Lage e Lisbela Baptista, em 1986, e tiveram cinco filhos, todos nascidos em Goiânia e assinando Baptista de Siqueira: Daniela, graduada em Administração de Empresas pela Fundação *Getúlio Vargas*, de São Paulo, e

trabalhando na área de comercialização de energia elétrica em SP; Diana fez dois anos de Engenharia de Produção na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), SP, e faz Arquitetura na Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP; Fernanda fez Design na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM), SP, e depois Cinema, na Fundação *Armando Álvares Penteado*, também em São Paulo; Gustavo faz Psicologia na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; e Eduardo o terceiro ano no Colégio Visão, em Goiânia.

Marília fez quatro anos de Medicina na Universidade de Brasília (UnB), tentou transferir para Goiânia, quando se casou, mas não conseguiu, e abandonou o curso. Dedicou-se à família e à criação dos filhos; posteriormente, concluiu o curso de Gestão Pública e Sistemas de Informação pela UEG.

Antônio Carlos, DNA e reconhecimento

Criado pelos avós paternos, ele nunca foi discriminado, a semelhança física o tornou mais próximo e teve a mesma oportunidade de estudo que os outros filhos. Adulto, preferiu seguir o seu próprio caminho, sem procurar muitas respostas, por respeito à mãe, que nunca comentou nada.

Dorvalina Guilhermina de Camargo, goiana de Buriti Alegre, onde nasceu em 1918, era governanta na casa do tenente do Exército Otaviano Paiva Rolin, de família dessa cidade goiana e que morava no Rio de Janeiro em função de sua atividade profissional.

Então com 24 anos, ela teve um rápido relacionamento com dois irmãos: Jair Lage de Siqueira, então com 20 anos, morando no Rio de Janeiro, onde estudava Engenharia; e Otávio Lage de Siqueira, 17 anos, que também morou no Rio, por pouco tempo, onde realizou parte de seus estudos, e depois voltou para São Paulo, para estudar Engenharia.

Dessa relação de jovens descompromissados nasceu Antônio Carlos, no dia 21 de junho de 1943, nessa casa do Rio de Janeiro. O nome foi uma homenagem ao filho de Otaviano que havia falecido.

Os avós paternos o assumiram como filho, levando-o para morar com eles, que, em função das atividades que desenvolviam, não parava muito numa cidade. Antônio Carlos Lage de Siqueira os chamava de pai e mãe. Quando Jalles Machado foi eleito para a Câmara Federal em 1945 e o casal se mudou para o Rio, foi morar com eles; na época, estudou no Colégio Anglo American, numa espécie de jardim da infância.

Ao terminar o segundo mandato, Jalles Machado retornou para a fazenda em Goianésia. Na época Antônio Carlos estudou primeiro no Colégio Salesiano de Silvânia; em seguida, mudou-se para Uberaba, MG, indo estudar no Colégio Diocesano; depois, foi para o Colégio São Francisco, de Anápolis;

e teve uma passagem pelo Colégio *Senador Hermenegildo de Moraes*, em Morrinhos, de orientação católica, antes de se mudar para Goiânia. Na Capital, começou a trabalhar, quando concluiu o curso médio de contabilidade.

O primeiro emprego foi como contador numa empresa de engenharia e de exportação de madeiras, em Tocantinópolis, na região norte de Goiás, que *quebrou*. Estava organizando a papelada da concordata da empresa quando foi convidado a ser o síndico da massa falida.

Nesse tempo conheceu a jovem capixaba Sílvia Heringer, que tinha sido criada em Minas Gerais e estudava em Goiânia. Em pouco tempo já estavam casados. A primeira gravidez foi problemática, o que fez o casal se mudar para Goiânia.

Na Capital, onde nasceu em 1973 o primeiro dos quatro filhos, Jalles Heringer de Siqueira, em homenagem ao avô paterno, ele conseguiu novo emprego: contador da rede de lojas Joialar; a empresa, logo depois, foi adquirida pelo Ponto Frio Bonzão e ele recebeu convite para ser o gerente administrativo, onde ficou até 1976. Em 1974 nasceu o segundo filho, Franco Heringer de Siqueira.

A família do sogro Airle Teodomiro Heringer, o chamou para ficar mais próximo e ele aceitou o convite, indo trabalhar numa concessionária Ford em Imperatriz, MA, cidade que ficava na divisa com Goiás, à margem direita do rio Tocantins. Depois atuou no frigorífico Vale do Tocantins, de propriedade de uma família de Fernandópolis, SP.

Nesse ínterim, o sogro, descendente de alemães, muito criativo, que já tinha uma oficina mecânica, convidou-o para participar de sociedade numa retífica de motores. Era 1976, e ele acabou ficando por lá. A terceira filha, Kelly Heringer de Siqueira, nasceu em 1981, em Imperatriz, MA, e a quarta, Sílvia Helena Heringer de Siqueira, em Goiânia, em 1988.

A família ficou na região até 2006.

Dorvalina se envolveu posteriormente com um agrimensor e pequeno empresário da área de laticínios. Continuou uma pessoa simples e pobre. Faleceu em 1995, em Imperatriz, onde morava com o filho.

Sílvia Heringer de Siqueira sempre foi uma mulher independente financeiramente, cuidando de seus negócios, primeiro com uma boutique, e desde que retornaram a Goiânia, em 2006, mantém uma fábrica e uma loja de produtos de decoração, que tem o seu sobrenome paterno.

Em 2003 Sílvia questionou o marido para saber quem era o pai dele, uma preocupação que ninguém tinha tido, enquanto Dorvalina era viva.

Primeiro telefonou para o tio mais velho, Jair, sobre quem recaía a suspeita maior de ser o pai. Ele se prontificou a fazer o exame de DNA, colheram o material e o resultado foi negativo.



Maíra Vasconcelos Heringer, Franco Heringer de Siqueira, Marcos David Macedo, Sílvia Helena Heringer de Siqueira Macedo, Olívia Sílvia Heringer de Siqueira, Antônio Carlos Lage de Siqueira, Kelly Heringer de Siqueira, Vanessa Borges Vinhal e Jalles Heringer de Siqueira.

Logo após, telefonou a Otávio, que igualmente se prontificou a fazer o exame de DNA. Colheram o material e ele delegou a Antônio Carlos buscar o resultado, pois a clínica fornece um envelope com os dados para cada envolvido. Compareceu e, surpresa, desta vez o resultado foi positivo.

O resultado apenas confirmou uma situação que já era reconhecida por todos, que sempre tiveram Antônio Carlos por perto.

Otávio o acolheu, calorosamente, como filho.

Como era de seu feitio, de igualdade e justiça, chamou os outros quatro filhos e lhes comunicou que os 50% de seu patrimônio tinham mais um herdeiro. Fez seu testamento em vida e a divisão de seus bens. Fizeram os cálculos em comum acordo, apresentando todos os detalhes, e como parte desse patrimônio tinha a participação dos outros filhos, que eram os administradores, coube a Antônio Carlos 8,5% desses 50%. Os outros quatro filhos se reuniram e decidiram comprar a parte de Antônio Carlos, pagando-a em dinheiro, o que ele aceitou.

Quando planejavam ter um relacionamento mais estreito, em 2006, pois Antônio Carlos estava se preparando para voltar para Goiânia nesse ano, aconteceu o acidente que vitimou Otávio Lage.

O filho Franco casou-se com a carioca Maíra Vasconcelos e têm um casal de filhos: Isadora, que nasceu em 2009, e Mateus, nascido em 2013. Sílvia Helena casou-se com Marcos David Macedo, goiano de São Luiz de Montes Belos.

A opção pelo meio rural

Pioneiro, determinado, bem nascido, bem formado, rico, Otávio Lage teve muitas e boas oportunidades em centros urbanos maiores. Preferiu abandonar o conforto da cidade e se embrenhar nas matas ainda pouco exploradas do Vale do São Patrício, de terras férteis, para formar fazenda, no final da década de 1940, aos 24 anos de idade. Depois, saiu candidato a Prefeito de Goianésia, demonstrando sua vocação para a política, dispondo-se a ser Prefeito de uma cidade que, na época, era uma corrutela, muito pequena. Em seguida, enfrentou a eleição pesada para Governador.

Depois que deixou o governo voltou para trabalhar, e trabalhar mais ainda.

“Isso me chamou a atenção: não morava na cidade e sim na Fazenda Vera Cruz. Quando fui visitá-lo, cheguei à noite, e a segurança era mantida por guarda com uma espingarda velha. *‘Esse guarda não aguenta um grito, que cai’*”, disse-lhe Vilmar Rocha.

Morava na fazenda, com dona Marilda, depois que saiu do governo.

“Voltou para enfrentar muito trabalho, muita luta, muita coragem. Ninguém constrói como ele se não saber enfrentar riscos”.

Sempre mostrou, como exemplo, a simplicidade, a frugalidade, a modéstia da vida dele. “Não era homem de vaidades, de luxo. Rico, grande empresário, não era um ‘novo rico’, nem deslumbrado. Tinha formação, vida frugal, modesta e confortável, mas sem exageros, nada de luxo”, destaca Vilmar. Não era vaidoso: tinha um avião monomotor, quando poderia ter um jato, conforme sua condição. Ele explicava:

“Se o monomotor me atende tão bem por que ter um jato?”

Dessa convivência Vilmar Rocha anotou muitas histórias, que o marcaram. Como a de 1988, quando esteve em Mutunópolis, no Norte de Goiás, para um comício, junto com Jalles Fontoura. Era presidente regional do PFL. O candidato do PFL era Luiz Martins de Oliveira (*Luizinho*), depois prefeito pelo PMDB.

“O dr. Otávio participou da carreata e foi para a fazenda, deixando um recado para nós dois irmos dormir lá”.

Quando chegaram, tarde da noite, 23h, a energia, a motor, que funcionava só até às 22h, estava desligada.

“Ele estava sozinho, acordado, sem camisa, os empregados já dormiam. Tudo escuro. Chegou com uma vela na mão, recebeu a gente, mostrou o quarto, entregou sabonetes e toalhas. Fomos deitar. Ele ficou em pé na porta do quarto, no escuro, conversando, perguntando como estava a política, a campanha. Eu deitado na cama, morto de sono, e ele em pé, no escuro. Depois pensei sobre essa situação: um ex-Governador, político importante, empresário bem

sucedido, morando numa fazenda, quando poderia estar numa grande cidade, usufruindo de conforto. Era uma pessoa diferente, com convicções profundas, acreditava no futuro”.

Levantou cedo no dia seguinte, mostrando disposição e trabalho.

“Isso me impressionou muito”, ressaltou o parlamentar.

Esse comportamento tinha uma explicação: Otávio gostava de conversar sobre política, discutir o Estado, o País.

“Só lamento que ele não tenha tido paciência e nem tempo para escrever um livro sobre o período em que foi Governador de Goiás. Um período rico, de mudanças, conviveu com situações as mais diversas. Seria um depoimento riquíssimo, de quem viveu de perto momentos e circunstâncias importantes da vida de Goiás e do Brasil”, afirmou Vilmar.

E acrescentou:

“Era muito impaciente e desgostoso com o estilo da política tradicional, de fazer favores, atender o clientelismo, interesses pessoais”.



Reunião do Lions Clube de Goianésia, em 1965.

Participação social

Nos anos 1960 não existiam aparelhos de televisão; as famílias dormiam cedo. As visitas não demoravam muito, devido ao horário em que se deitavam. Quando chegou a TV, como tinha o hábito de deitar cedo, ele se recolhia tão logo que terminava o telejornal. Foi quem instalou o telefone no meio rural em Goianésia, que era uma espécie de caixotão: tocava a campainha, com números específicos para as fazendas.

No dia 1º de novembro de 1964 circulou a primeira edição do jornal “O Goianésia”, marcando o início da imprensa na cidade. O fundador e diretor era José Martins do Carmo; Otávio Lage constava entre os colaboradores.

Um dos fundadores do Lions Clube de Goianésia, no dia 27 de dezembro de 1964, Otávio foi o primeiro presidente desse clube de serviços, sendo reeleito para o biênio seguinte (1965-66). Um dos incentivadores da criação dessa entidade foi o irmão dele, Jair Lage de Siqueira, que pertencia ao Lions Clube de Goiânia-Centro.

Em 1966 o clube passou a pertencer ao Distrito Leonístico L-13. Obras realizadas nos primeiros anos: casa das irmãs religiosas, idealização do Clube Campestre, projeto da Biblioteca Pública *Inácio de Araújo Godinho*, construção de casas populares nos bairros Santa Cecília e Boa Vista e do obelisco do Lions na confluência das avenidas Brasil e Goiás.

O trabalho que realizou em Goianésia foi reconhecido por meio da Lei nº 211, de 30 de março de 1967, assinada pelo prefeito Luiz de Oliveira, que concedeu-lhe o título honorífico de *Cidadão Goianesiense*.

Quatro anos depois, pela Lei nº 310, de 18 de janeiro de 1971, assinada pelo prefeito Noraldino Rodrigues Porto, o reconhecimento foi estendido a Jalles Machado e a dona Marilda Fontoura de Siqueira, com a concessão aos dois do título de cidadania goianesiense.

De acordo com os amigos, ele tinha uma cabeça boa, aberta, para quem passado era passado. Não se prendia a circunstâncias do passado, como no caso do ex-governador Mauro Borges, por quem tinha respeito político e vice versa, pois ambos se tornaram bons amigos. Otávio chegou a interferir, junto à Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego), como agente financeiro do Banco Nacional da Habitação, para liberar o financiamento para ele construir o prédio onde morou, na Avenida 82, no qual colocou o nome da avó paterna, dona Josephina Ludovico.

“Eles foram produto de uma nova geração de políticos, de político que soube encarnar uma visão moderna. Era capaz de compreender, de analisar as divergências. Apoiou Mauro quando ele precisou”, recorda-se o deputado Vilmar Rocha.

Fundado em 26 de outubro de 1973, com área de 163.400 m², para promover eventos sociais e recreativos, o Clube Campestre de Goianésia teve Otávio Lage como um de seus sócios-fundadores e seu primeiro presidente.

Criado para congregar os adeptos do esporte e domadores de equinos, o Clube do Laço foi organizado em 1987 e se instalou em área de dois alqueires e 20 litros, no bairro Covoá, doada pelo ex-Governador.

Com o encerramento das atividades do Esporte Clube União, em 1990, foi organizada a Associação Atlética Planagri/Vera Cruz (AAPV), constituída

pelo pessoal das duas empresas, Planagri S/A e Vera Cruz Agropecuária, por iniciativa dos irmãos Jalles e Ricardo Fontoura. Com a realização de promoções, ampliou e melhorou seu patrimônio, como a construção de piscinas, *play-ground*, bar com área coberta e quadra da areia iluminada, tornando-se um clube social.

Em 1993 contratou o professor Tadeu Luiz da Silva, que iniciou um trabalho com natação, que se tornou destaque em Goiás. Em 1995, com o apoio da *Jalles Machado S/A Açúcar e Álcool*, em parceria com a Associação Coopergasa, passou a trabalhar com escolinha de futebol, coordenada pelo professor Joaquim Armando Carneiro.

Depois, para proporcionar atividades esportivas, sociais e de lazer, a AAPV passou a clube aberto à comunidade, com associados contribuintes e conveniados.

A Coopergasa, fundada em 13 de novembro de 1992, tornou-se uma opção de lazer para os empregados do grupo *Jalles Machado*. Possui piscinas semi-olímpica e para crianças, campos de futebol *society* e oficial, duas quadras de esportes e duas de areia, saunas feminina e masculina, salão de festas e área com churrasqueira. O clube mantém escolinhas de natação e de futebol para crianças, em conjunto com a AAPV.

Para o então presidente da Associação Comercial e Industrial do Estado de Goiás, Pedro Bittar, Otávio “valorizava a família e o social. Foi pioneiro ao favorecer o bem-estar dos seus trabalhadores. Deixa um exemplo para o povo goiano”.

De acordo com a assistente social da *Jalles Machado*, Leonora Costa Leite, ele colocou o seu potencial empreendedor a favor dos benefícios sociais para a comunidade, desde os primeiros empreendimentos.

“À medida que o negócio cresceu, os benefícios foram ampliados”.

Leitor assíduo, sempre comprando e ganhando livros, Otávio Lage formou uma biblioteca muito expressiva em sua fazenda, e que depois foi transferida para a sua casa em Goianésia. Reuniu em torno de seis mil volumes, destacando-se os romances, que apreciava muito.

A neta lembra que sempre o via com um livro na mão, grosso, lendo, e no final do dia já estava na metade.

O jornalista Valterli Guedes, em suas idas à fazenda, lembra que ele acordava cedo e ia ler. Lia muito e gostava muito de conversar. Sentia prazer em receber as visitas em sua casa na fazenda.

Liderança sindical e títulos

Associativista por excelência, Otávio Lage apoiava toda iniciativa que visava o bem da comunidade e de sua região. Um dos fundadores do Sindicato

Rural de Goianésia, participou da assembleia que no dia 6 de janeiro de 1967 elegeu seu primeiro presidente, Mário Silveira, e o escolheu como presidente de honra. Como Governador, ele deu o apoio necessário para que o homem do campo tivesse vez e voz.

Na época o rodeio em Goianésia era realizado numa arena aberta, com as pessoas disputando cada espaço. “Foram muitas vitórias e também momentos difíceis, quando fortes ventos derrubaram, por duas vezes, os pavilhões do Parque da Pecuária”, lembra o ex-presidente Edmilson Nunes Furtado:

“Ele foi imprescindível para levantar a entidade”.

Otávio Lage sempre participou das decisões do Sindicato Rural, inclusive na formação das chapas para a Diretoria, onde nunca houve disputa entre os postulantes ao cargo de presidente.

“Consenso era a palavra chave na solução do problema”, afirmou o ex-presidente, para acrescentar que o ex-Governador “significou e significa o marco inicial do Sindicato e do seu progresso ao longo dos anos e perdura até hoje. Foi e é um marco divisor de águas do nosso crescimento”.

Recebeu títulos de cidadania de mais de 80 municípios goianos e de Alterosa, MG.

Em 2004, recebeu da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás a Medalha do Mérito Legislativo *Pedro Ludovico Teixeira*, a mais alta honraria do Poder Legislativo goiano, concedida a personalidades que se destacam no exercício de suas atividades, contribuindo para o crescimento e desenvolvimento do Estado.

Uma admiração que só cresceu com o tempo

No primeiro contato, ele ainda era criança, já mostrando entusiasmo e interesse pela política. No segundo, numa posição de disputa em pleito que se afigurava de cartas marcadas, pela incontestável liderança do oponente, a reviravolta surpreendente, com o decisivo apoio de quem aprendera a admirar, mesmo sem o conhecer pessoalmente. Nos dois momentos, a simpatia, o respeito, a afinidade e a força transmitida. Assim se pode resumir a aproximação de Marconi Perillo e Otávio Lage.

Ele tinha uns seis anos de idade quando o então Governador esteve em sua cidade, Palmeiras de Goiás, para inaugurar o escritório da Emater-GO. Aquele menino curioso e atento a tudo observava. Não se conheceram, mas surgia ali uma empatia pelo governante, que ficou marcada e passou a ser referência. Ele o viu como dinâmico e muito trabalhador, um exemplo a seguir. Otávio era do mesmo partido de seu pai, que também se chama Marconi, e igualmente vinha de militância oposicionista, na antiga UDN.



Marconi e Otávio, em 1998

Quando teve seu nome lançado como candidato das oposições ao Governo do Estado, em 1998, numa disputa que se apresentava muito desigual, conforme as intenções de votos levantadas na época, o primeiro apoio de uma grande liderança, política e financeira, foi justamente dele. Otávio Lage não titubeou quando procurado, acreditou na possibilidade de vitória, deu todo incentivo e se colocou à disposição para caminhar junto, em todas as posições. O que realmente aconteceu.

O depoimento de Marconi Perillo sobre seu padrinho desde quando foi lançado candidato ao Governo do Estado naquele final de século é contundente. De reverência, de agradecimento e de reconhecimento, só aumentando a amizade que se firmou, a partir de quando passou a conhecê-lo melhor. Tiveram um convívio curto, de apenas oito anos (julho de 1998 a julho de 2006), que durou somente os seus dois primeiros mandatos como Governador, mas muito proveitoso. Ouviu muitos conselhos, colheu muitas informações e lições, soube aprender com sua experiência. Na conclusão de seu terceiro mandato (2010/2014) como Governador, vai cumprir a promessa que fez à viúva, dona Marilda Fontoura de Siqueira, para eternizar a sua trajetória e exemplo: colocar o nome de Otávio Lage na maior obra dessa gestão, o Hospital de Urgências da região noroeste de Goiânia (Hugo 2).

“Não ficou nenhuma decepção desse relacionamento”, afirmou.

Marconi, que morava em Mogi das Cruzes, SP, onde começou o Curso de Engenharia Mecânica, lembra da disputa de 1982:

“Otávio enfrentou grandes dificuldades, com o partido do Governo rachado, os problemas na convenção, a liderança do PMDB e o momento de virada”.

Como Presidente do PMDB Jovem, conheceu o filho dele, Jalles Fontoura, deputado constituinte em 1986, cujo trabalho acompanhou. Depois, o reencontro em 1998, quando passaram a atuar juntos.

Certo dia, Otávio procurou Marconi para intermediar uma audiência no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para que ele pudesse apresentar um projeto de financiamento, pioneiro na região, que representaria um avanço muito importante numa área que era problema na destilaria: o bagaço de cana. Mas não explicou o que seria, criando suspense, só o revelando após a audiência: a co-geração de energia a partir da utilização desse subproduto da indústria da cana. Explicou que nem o filho, Jalles Fontoura, que era Secretário da Fazenda, sabia. Disse que, em um ano, ele seria convidado para a inauguração, e foi.

“Sou determinado e me inspiro nele”, afirmou Marconi.

Ao falar das lembranças, muito boas, e do relacionamento, “mais que afetuosos, muito filiais, carinhosos”, fez uma observação emocionada ao final do depoimento:

“Senti a morte dele como a de um pai”.

Em 2006 Secretário da Fazenda do Estado, o engenheiro Oton Nascimento Júnior telefonou no dia anterior ao acidente e marcou uma visita no dia seguinte a Otávio Lage, que levantou cedo, tomou algumas providências e se dirigia à empresa quando sofreu o acidente, às 7h45.

3. AS RELAÇÕES COM A IGREJA CATÓLICA

Otávio Lage manteve, durante os cinco anos em que esteve no Palácio das Esmeraldas, excelentes relações com a Igreja Católica em Goiás. Em especial com o bispo auxiliar, dom Antônio Ribeiro de Oliveira, depois Arcebispo de Goiânia, que nomeou presidente do Conselho Estadual de Educação em sua gestão. Tendo estudado em colégios salesianos, nos quais também estudaram seus filhos, firmou suas convicções religiosas como católico. Sempre procurou ter por perto, em especial na área da educação, os integrantes da Congregação salesiana, inclusive os convocando para a direção de estabelecimentos de ensino oficiais.

Em 1965, quando foi escolhido candidato a Governador, ele se mudou com a família de Goianésia para Goiânia, passando a frequentar a Igreja Ateneu Dom Bosco, no Setor Oeste, e a se relacionar com o padre Zezinho. Ia, quando a agenda permitia, às missas dominicais, sempre acompanhado de dona Marilda Fontoura de Siqueira.

Numa das muitas visitas a Goiás, o Nuncio Apostólico no Brasil, dom Sebastião Baggio, viajando de carro da Capital Federal para Goiânia, viu ao lado da rodovia um vendedor de goiabas. Pediu para o motorista parar, comprou algumas unidades e ofereceu a dom Antônio, que não aceitou:



Missa na Catedral de Goiânia, após a posse como Governador. A família está na primeira fila

“Dom Baggio, o sr. vem da Itália, conhece maçã, pera, uva ...”.

“Eu gosto das frutas locais”, respondeu.

Quando chegaram ao Palácio, contou o episódio a dona Marilda e viu a mesa farta e bonita, com uma grande fruteira e um abacaxi no meio. Dom Baggio pegou o abacaxi e se virou para o anfitrião:

“Governador, por que aqui no Brasil, quando tem um problema, falam que é um ‘abacaxi’? Abacaxi é tão gostoso!”.

Com aquele jeito simples e espontâneo, Otávio pegou o fruto e explicou:

“Experimenta comer assim, sem descascar. O problema não é o abacaxi, é sim descascá-lo”.

Apoio às escolas católicas

O relacionamento da família Siqueira com a Igreja começou e se estreitou com o deputado federal Jalles Machado, também católico, que sempre era acionado para conseguir autorizações para funcionamento de colégios de ordens religiosas em Goiás.

Na época, década de 1950, os quatro primeiros anos do ensino fundamental eram de responsabilidade do Estado, e a Igreja tinha forte presença nessa área, em especial na segunda fase do ensino, o ginásial. A Arquidiocese funcionava na cidade de Goiás, e o arcebispo, dom Emanuel Gomes de Oliveira, criou várias escolas, em torno de 50, que precisavam dessa autorização do MEC.

A Câmara dos Deputados funcionava no Rio de Janeiro, então Capital Federal, onde também ficavam os órgãos públicos federais.

Mais tarde, quando a Arquidiocese foi transferida para Goiânia e o arcebispo era dom Fernando Gomes dos Santos, a Igreja decidiu atuar no ensino superior. Na época, havia verba específica, Cr\$ 2,5 milhões para cada uma, direcionada a seis escolas católicas de nível superior de Goiás: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Belas Artes; Faculdade de Ciências Econômicas; Faculdade de Farmácia e Odontologia, esta da Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP), como também a Escola de Enfermagem; e a Escola de Serviço Social. Esses recursos permitiram construir as suas sedes no Setor Universitário e adquirir equipamentos e material didático e pedagógico. Os religiosos sempre contaram com o parlamentar goiano para que fossem mantidas essas verbas e também para criar outros projetos educacionais e sociais. Essas faculdades isoladas que a Igreja criou, e também a SSVP, deram origem à Universidade Católica de Goiás em 1959. Em outro momento, Jalles serviu de elo na aproximação com o educador Anísio Teixeira, um dos maiores nomes da educação brasileira e cujas posturas em defesa do ensino público, gratuito, laico e obrigatório o haviam afastado da Igreja.

Em 1961 dom Antônio, que era vigário da Catedral de Goiânia, foi chamado às pressas a um hospital porque um doente católico pedia a assistência de padre. Quando entrou no quarto foi recebido justamente por Otávio, a quem ainda não conhecia, e que tinha levado, de Goianésia, em avião, o enfermo, cunhado dele, Eládio de Andrade Simões, que estava inconsciente. Ele começou a dar a unção dos enfermos – naquele tempo os padres ungiam os olhos – e, quando passou os dedos sobre os olhos, Eládio os abriu e indagou:

“É um padre?”.

“Sim”, respondeu.

“Eu quero me confessar!”, pediu.

Otávio saiu, ele atendeu o pedido do enfermo, fez a confissão e Eládio se recuperou, iniciando neste episódio a aproximação de dom Antônio com a família Lage. Ele se encontrava sempre com Jalles Machado, perguntava por todos, e inclusive contou com a presença deles em sua sagração como Bispo Auxiliar de Goiânia, em outubro de 1961.

Nova visão de Goiás, a partir da inauguração de Brasília

Após a sua escolha como candidato ao Governo, numa época muito tensa da história brasileira, Otávio e dom Antônio tiveram muitos encontros. Um deles foi quando o Núncio Apostólico no Brasil veio a Goiânia, e o arcebispo, dom Fernando Gomes dos Santos, ofereceu um jantar, convidando os padres e as autoridades constituídas, inclusive os candidatos ao Governo do Estado. Nessa reunião, dom Antônio se lembra que tiveram uma conversa muito boa, quando pôde perceber “toda a capacidade de decisão do dr. Otávio, sua visão global dos problemas”.

O que mais o impressionou foi o aspecto novo que apresentou, ainda não visto pelo pessoal de sua geração: a oportunidade que a construção de Brasília, em território goiano, oferecia ao desenvolvimento da região. Explicou que Goiás era considerado, naquela época, “um dos estados brasileiros mais atrasados, ficando na frente apenas do Mato Grosso, que ainda não tinha sido dividido”.

O próprio dom Fernando, primeiro Arcebispo de Goiânia, também enxergava dessa maneira, que a Capital Federal promoveria uma transformação muito rápida na região e que todos deveriam aproveitar o momento e as condições oferecidas. Citou, como exemplo, a construção de grandes rodovias, as telecomunicações etc.

A campanha eleitoral, último pleito direto com a participação popular durante o regime militar implantado em 1964, foi bastante acirrada e com momentos tensos. Principalmente devido à intervenção federal e à deposição do governador Mauro Borges, que era benquisto pela população, fatos que ainda estavam na memória dos eleitores.

“Parecia ser impossível a vitória do dr. Otávio. Mas a disposição dele, trabalhando, visitando todos os municípios, a sua juventude, aquela visão global do Brasil e de Goiás que tinha, convenceu o povo. Foi uma eleição bonita, bem disputada, muito limpa”, disse dom Antônio, em entrevista ao jornalista Vassil Oliveira.

Explicou que “o dr. Peixoto da Silveira, candidato do PSD, foi muito digno”.

“Até gosto de dizer que a política era mais limpa do que hoje. Foi uma eleição muito linda”.

Para ele, a eleição direta não acabou com a impressão negativa que ainda perdurava, na sociedade goiana, de que o Governador eleito não teria liberdade para administrar, porque os militares eram bastante fortes, autoritários.

Após ser eleito, Otávio convidou dom Antônio pessoalmente para a posse e, no dia, ele compareceu, quando recebeu outro convite pessoal, para o jantar, no Palácio das Esmeraldas. Foi uma oportunidade para conhecer, mais na intimidade, o casal, e a estreitar o relacionamento com a família.



Otávio e dom Antônio numa formatura

A situação tensa que persistia, no entanto, conforme o religioso, foi mudando, pois Otávio entrou com “muita dignidade, muita personalidade. Várias vezes houve momentos inquietantes em Goiás”. Referiu-se ao grupo político que controlou o Estado até então, liderado pelo senador Pedro Ludovico, que tinha ligações em todas as regiões e manifestava sua insatisfação com o regime militar. Esclareceu também que o grupo político de Otávio sempre esteve na oposição e queria ocupar espaço, quando ele, o primeiro deles, assumiu a Chefia do Executivo goiano.

Houve dificuldades no relacionamento com os militares, “não os do poder central, mas com os subalternos, que moravam em Goiânia e queriam ocupar cargos importantes”. É nesses momentos, como revelou ao jornalista, que o administrador precisa saber tomar decisão, resolver os problemas sem vacilar.

“O governante não pode ser indeciso. Otávio tinha visão e decidia. Ele entrou com muita determinação, tocando a política governamental prá frente e, ao mesmo tempo, não digo uma habilidade, mas uma textura muito grande para os problemas da antiga situação, que passou a oposição”.

Citou o ex-governador Iris Rezende, que tinha sido Presidente da Assembléia Legislativa do Estado e foi Prefeito de Goiânia na época, e ambos mantiveram uma convivência pacífica.

“Tensa por causa dos militares, mas tranquila e com aquela visão global, de futuro, que ele tinha de um governo a favor do povo, um governo em benefício do desenvolvimento do Estado”, disse.

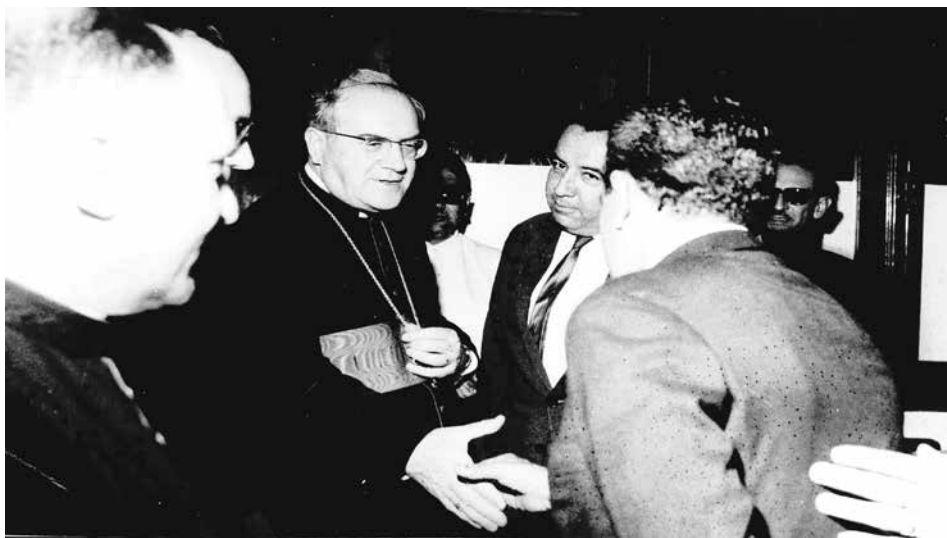
Relacionamento intenso e respeitoso

As relações dele, como Governador, com a Igreja católica, desde o início, foram intensas. Ele tratava dom Fernando e dom Antônio com muito respeito, muita dignidade e sempre os convidava para as grandes celebrações. Nessa época os religiosos participavam muito de cerimônias e atos festivos. Um exemplo foi na inauguração da segunda etapa da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, quando o Governador convidou todos os bispos de Goiás, que eram mais de 10, insistiu pela presença deles, e todos compareceram. O presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva, participou. A bênção foi oficiada pelo bispo de Itumbiara, dom José Francisco Versiani Veloso, em nome dos demais religiosos presentes.

Em dezembro de 1966 foram criadas pelo Vaticano cinco dioceses em Goiás: Anápolis, Itumbiara, Ipameri, Rubiataba e Miracema do Norte, hoje Miracema do Tocantins. As comunidades católicas se mobilizaram para preparar a cidade para a elevação de suas paróquias para o nível regional na estrutura da Igreja.

A Arquidiocese esteve com o Governador e solicitou uma ajuda financeira para a instalação das dioceses. Otávio enviou um projeto de lei à Assembléia Legislativa do Estado, pedindo autorização para a concessão desses recursos, que foi aprovado e o secretário da Fazenda, José Ludovico de Almeida, liberou com pontualidade as verbas. Na época era permitido esse tipo de ajuda às igrejas, proibido pela Constituição Federal de 1988.

Com os recursos, as dioceses foram instaladas e o Núncio Apostólico no Brasil decidiu vir pessoalmente a Goiás para essas cerimônias nas cinco cidades. Como representante diplomático da Santa Sé, ele ficou hospedado no Palácio das Esmeraldas. Em sua chegada a Goiânia foi recebido com honras oficiais na Praça da Catedral, em evento festivo. Nesses dias, o Governo do Estado colocou o seu avião à disposição dele e do arcebispo, dom Fernando, para os deslocamentos diários na visita a cada nova Diocese.



Visita do Núncio Apostólico, dom Sebastião Baggio, a Goiânia. 1967

A primeira cidade a receber a comitiva foi Rubiataba, e o piloto, na viagem, foi o próprio governador, Otávio Lage; na segunda, Rubiataba, o Governador não pôde ir; a terceira, Itumbiara, novamente teve Otávio como piloto, que aproveitou para sobrevoar a usina de Cachoeira Dourada, para mostrá-la aos visitantes, e depois, para ganhar tempo e chegar na hora marcada, sobrevoou a região. Ele era sempre muito pontual em seus compromissos. Na quarta cidade, Miracema, houve uma mudança, pois o tempo fechou, chovia muito e não havia como o avião pousar na cidade. Diante dessa dificuldade, eles utilizaram o rádio do Palácio para falar com dom Alano du Noday, bispo de Porto Nacional, para ele representar dom Baggio na cerimônia.

Como esse dia ficou livre, o Governo colocou um carro à disposição da Arquidiocese de Goiânia, que levou o Núncio para conhecer a antiga capital goiana, Vila Boa, e também visitar o túmulo de dom Abel Ribeiro Camelo, que era o bispo e falecera no mês anterior, novembro (1966).

Gestor consciente e firme nas decisões

Dom Antônio lembrou-se de três fatos na relação com os militares, em especial com aqueles que ocupavam cargos em Goiânia, em atos que mostraram um gestor consciente de seu papel e firme em suas decisões. Um coronel do Exército queria ser Presidente da Celg, o Governador resistiu e ele começou a trabalhar contra o Governo. Otávio foi ao presidente da República, marechal Castello Branco, que lhe disse:

“O sr. é o Governador do Estado, decida”.

Ele não teve dúvidas: não atendeu o militar, conservando-o no cargo que ocupava, e ele, até o final da gestão, continuou criando problemas para o Governo.

“Felizmente, com aquela habilidade de conduzir problemas sem agravá-los, de buscar soluções, ele superou isso”, disse.

Um segundo episódio, mais delicado e mais perto da Igreja, foi quando do assassinato do estudante Edson Luís de Lima Souto, no Rio de Janeiro, em 1968, que desencadeou uma série de manifestações de protesto por todo o Brasil.

Houve momentos muito tensos em Goiânia. Os centros acadêmicos e a União Nacional dos Estudantes, que fora presidida pelo goiano Aldo Arantes e tinha muita influência na cidade, estavam mobilizados para a missa de sétimo dia, que seria realizada ao mesmo tempo em todas as capitais. A pressão era maior por ser a Secretaria da Segurança Pública do Estado exercida por um oficial do Exército, coronel Renato Pitanga Maia.

O clima ficava mais nervoso porque a manifestação, a cada momento, ia crescendo. Dom Fernando procurou o Governador, que combinou manter a tropa vigilante, mas não impedir a manifestação, para evitar choques. Dom Antônio foi encarregado pelo Arcebispo de fazer a parte da Igreja nesse diálogo estudantes-igreja-polícia/governo. Ele se dirigiu à Praça do Bandeirante, no Centro da cidade, onde já havia um palanque e os oradores se revezavam nas críticas aos militares, diante de uma multidão que se acotovelava para ouvir os estudantes e políticos que discursavam.

A combinação era que a passeata seguiria até aquela praça e depois seria dissolvida, para não chegar à Praça Cívica, onde fica o Palácio das Esmeraldas, e evitar o confronto com a polícia. Quando se pensava que tudo estava tranquilo, terminando, um estudante subiu ao palanque e gritou uma palavra de ordem:

“Para o Palácio!”

Levantou o braço e repetiu:

“Para o Palácio!”

E a multidão decidiu ir em direção ao Palácio das Esmeraldas. Nesse momento, o coronel chegou para dom Antônio e falou ao seu ouvido:

“Terminou a mediação. O sr. sai fora daqui”.

Ele pegou o carro, que estava na Rua 8, voltou para a Arquidiocese, enquanto a Polícia entrou prá valer, houve debandada, e o clima ficou mais apreensivo ainda.

No dia seguinte, houve novas manifestações de estudantes nas ruas, numa efervescência muito grande.

O Governador, muito preocupado, buscou nova mediação com a Igreja, para evitar outros choques da Polícia e populares, quando recebeu uma ordem taxativa de Brasília: não deixar acontecer em Goiânia a missa de sétimo dia por Edson Luís. A Igreja ainda não tinha sido comunicada da decisão.

Nesse momento ocorreu um fato que dom Antônio considerou interessante, ao perceber como o Governador era firme em suas decisões. Estava chegando perto da Rua 20, onde morava o Arcebispo, quando a polícia o cercou. A Catedral já estava sitiada, não era permitido entrar. O tumulto tomou conta de várias partes da cidade. Ele deixou o carro, seguiu a pé até o Palácio, subiu, Otávio estava almoçando, e o recebeu na mesa de almoço. Sentou e disse:

“Até agora mediei essa dificuldade, essa tensão entre a sociedade civil, os estudantes e o poder. Eu peço pro sr. tirar a polícia da rua”.

Chamou o comandante da PM, coronel Renato Pitanga Maia, que acumulava as funções com a de titular da SSP, e lhe disse:

“Coronel, vamos correr o risco. Tire a polícia da rua”.

Depois é que soube, pelo coronel Andrade, que era comandante do Batalhão, sobre a ordem de Brasília para não permitir a missa. Os estudantes a queriam. Dom Fernando achava que deveria realizá-la, mesmo com a ordem em contrário dos militares.

Do Palácio, dom Antônio se dirigiu à casa do Arcebispo, conversaram e combinaram de fazer uma cerimônia sem barulho, para atender ao direito que as pessoas têm de celebração religiosa. Diante dessa decisão, o coronel Andrade quis saber quem iria rezá-la:

“Sou eu”, disse, pois tinha acertado com dom Fernando, que era mais visado pelos militares.

“Peço que o sr. não pregue”, falou.

Dom Antônio não esperou e retrucou na hora:

“Coronel, o sr. acredita que o Bispo vai aumentar o problema ou alguma palavra pode serenar os ânimos?”.

O militar se desculpou.

A missa aconteceu como combinado, a cidade se acalmou, os estudantes voltaram para casa, e o governo continuou vigilante.

“Achei interessante o dr. Otávio resistir a uma ordem de Brasília para evitar – o que ele compreendeu pelo bem comum – choques maiores com a comunidade, até com risco de vida”, completou.

Explicou que o Governador atuou o tempo todo com serenidade e muita firmeza para evitar badernas e confusões, manter o diálogo aberto e buscar soluções pacíficas. Quem também participou dessas mediações foi o reitor da Universidade Federal de Goiás, Jerônimo Geraldo de Queiroz.

Mas a violência acabou acontecendo, depois que o estudante concitou a todos que estavam na Praça do Bandeirante para subirem a Avenida Goiás até a Praça Cívica. A polícia cercou os manifestantes naquele espaço, quando ocorreram atos violentos, e as pessoas começaram a correr, pulando muros e se escondendo.

Alguns estudantes, perseguidos pelos policiais, fugiram para a Rua 4 e, em frente ao Hotel Umarama, aconteceu o que todos temiam. Um rapaz, que estava lavando um carro, levantou a cabeça para entender o que ocorria quando recebeu um tiro de um policial, que o confundiu com um estudante. O rapaz trabalhava naquele local e faleceu logo depois. Ele fora confundido com o líder estudantil Euler Ivo, que muitos anos depois foi eleito vereador em Goiânia e deputado estadual.

Esse episódio foi registrado pelo jornal “O Popular” do dia 2 de abril, informando que dom Antônio, bispo auxiliar de Goiânia, procurou dialogar com os estudantes. O coronel Renato Pitanga Maia, secretário de Segurança Pública, subiu ao palanque para tentar evitar a manifestação; policiais deram golpes de cassetetes e atiraram bombas de efeito moral nos estudantes; estabeleceu-se tremenda correria, com os estudantes tentando reagrupar-se e reagindo, com pedras, à ofensiva policial.

Em outros pontos pelotões de policiais entraram em ação, provocando um conflito aberto com os estudantes e envolvendo até populares. Um desconhecido foi ferido nas imediações do Mercado Central, atingido por um projétil de arma curta. Conduzido ao Hospital Santa Luiza, com a bala no crânio, a vítima, de aproximadamente 25 anos, já em coma, faleceu às 19h. A PM interditou o local. Estudantes foram para a Faculdade de Direito da UFG, próxima à Catedral Metropolitana.

Cerca de 400 homens participaram da operação policial, sob o comando do coronel Geraldo Antônio de Freitas.

Depois, a vítima foi identificada: Ornalino Cândido da Silva, casado, pai de dois filhos menores.

Na monografia “1968: Repressão e resistência em Goiânia”, que apresentou no Curso de especialização Cultura, Memória e Linguagem, da Universidade Católica de Goiás, em 1998, Sebastiana Vitor de Melo contou outro episódio do dia 2 de abril:

Os estudantes, correndo da polícia, refugiaram-se na Catedral Metropolitana de Goiânia. Os policiais cercaram o local e alguns deles, vestidos à paisana, entraram e, num gesto do mais completo desrespeito, começaram a atirar no chão, ferindo dois estudantes: Telmo de Faria e Maria Lúcia Jaime. Esse acontecimento marcou o início da indignação do arcebispo, dom Fernando Gomes dos Santos, com o regime militar.

Dom Antônio lembra do episódio, dos disparos de revólver que alvejaram Telmo pelas costas, na região renal, e Maria Lúcia no pé. Preocupado com a situação dos dois, chamou o médico Wilson Mendonça, do Hospital Maria Auxiliadora, vizinho da Catedral, que disse ser perigosa a região atingida, recomendando a sua internação. Chamou um veículo da Arquidiocese,

colocou os dois feridos e foi junto com eles para o hospital, escoltados por quatro policiais armados. Lá chegando, coincidentemente, encontraram a irmã e o tio de Telmo, os médicos Dilair e Sebastião de Faria, a quem o entregou, e levou Maria Lúcia para um consultório, para telefonar ao pai dela, professor José Jaime, quando explicou a situação e pediu para buscá-la.

Antes, quando chegou à Catedral, viu o autor do disparo, um soldado baixinho, à paisana, e o agarrou, entregando-o aos policiais que, de forma debochada, soltaram ele, dizendo:

“É um dos nossos!”.

Dias depois, dom Antônio foi chamado para conversar com esse soldado, que se dizia desesperado, com remorso pelo fato de ter disparado a arma dentro de uma igreja, sem demonstrar preocupação com quem tinha ferido.

O terceiro caso, confirmando a firmeza do Governador frente aos militares, mantendo a autonomia do Estado, também teve relação com o pessoal que queria apenas usufruir do poder, sendo ele civil ou militar.

Quando o secretário da Educação, Jarmund Nasser, decidiu se candidatar a Deputado Federal, era preciso encontrar, com urgência, um nome para substituí-lo.

Otávio convidou dom Antônio, que presidia o Conselho Estadual de Educação, e o advogado Waldir Luiz Costa, do Tribunal de Contas do Estado, para almoçar com ele. Como o Palácio estava fechado, em reforma, o encontro foi na Chácara do Governador, nos arredores de Goiânia. Era um domingo. Foram ventilados alguns nomes, trocaram ideias, ele agradeceu, disse que iria decidir e depois comunicaria a eles.

A surpresa aconteceu na segunda-feira, logo de manhã, quando as emissoras de rádio e os jornais anunciaram a nomeação da professora Sylvia de Siqueira Simões, irmã dele, para o cargo.

Ficou a dúvida: qual a razão de tanta pressa, se no dia anterior ele ainda estava consultando as pessoas da área? Como dom Antônio tinha liberdade, telefonou-lhe em seguida para saber o que havia acontecido. Explicou a pressão que enfrentava, que o ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho, estava impondo um nome para a Secretaria da Educação, do goiano Hélio Mauro Umbelino Lobo, e insistia na nomeação.

Como Otávio não conhecia o indicado, achava que ele não estava maduro para o cargo. Num dos telefonemas que recebeu, para essa nomeação, ele respondeu:

“Já nomeei a Secretária”.

Como era irmã dele, o Ministro não mais voltou ao assunto.

Com a decisão, Otávio ligou para Sylvia e comunicou a ela a nomeação, surpreendendo-a com a iniciativa.

“Ele tinha delicadeza, decisão, capacidade de lidar com as situações com serenidade, não cedendo a autonomia do Estado em casos nos quais a Federação não deve intervir. Embora estivesse num regime bastante autoritário, ele foi firme e manteve a sua decisão”, afirmou o religioso.

Homem de fé e convicções profundas

Quando assumiu, dona Marilda imprimiu uma dinâmica diferente nas relações com os funcionários públicos, tratando-os de forma menos convencional e de maior proximidade. Na época, havia as chamadas páscoas coletivas: de servidores públicos, de estudantes, um sistema que tem mudado. Nessa iniciativa, as pessoas iam celebrar, faziam comunhão e quem era católico praticante se confessava com o padre, criando a necessidade de maior presença dos religiosos nesses eventos.



Dom Antônio estava sempre presente nas cerimônias.

Na primeira Páscoa dos Funcionários do Governo e do Palácio, convidado, dom Antônio chegou para a missa e Otávio, pontual como sempre, pediu licença para se ausentar por alguns minutos:

“Você pode esperar um pouquinho?”, disse.

Pegou o carro, foi à Igreja Dom Bosco, procurou o padre Zezinho, “que era muito querido”, conversaram e retornou ao Palácio, para as celebrações.

“Ele era um homem respeitoso, tinha fé, se confessava católico, tinha convicções profundas”, afirmou o religioso.

Em seu tempo, sempre cauteloso na análise criteriosa dos três nomes indicados para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado, ele conferia se o candidato, além da competência, conhecimentos técnicos e reputação, tinha livre trânsito na sociedade e com a Igreja. Nessa época, foi muito bom também o relacionamento da Igreja com o Poder Judiciário.

A amizade que criaram deu-lhe livre acesso ao Palácio. Às vezes dom Antônio ligava, querendo falar com o Governador, resolvendo por telefone mesmo ou era chamado ao Palácio, quando o atendia tão logo chegava, sem a necessidade de marcar audiência ou horário.

Cargos, convites e pedidos

Tão logo assumiu, Otávio chamou dom Antônio para uma conversa. Queria a presença dele no Conselho Estadual de Educação, órgão normativo do Estado, pelo respeito que tinha ao trabalho da Igreja na área educacional em várias regiões e dele próprio como educador e missionário. Convidou-o para conselheiro, mandato de quatro anos, renovável, e queria uma resposta imediata.

“Eu sou subalterno, tenho que conversar com o Arcebispo”, disse-lhe.

Dom Fernando aprovou e o incentivou nessa função.

Empossado, logo foi eleito Presidente, cargo que desempenhou até o final da gestão, e foi reconduzido por 19 anos, até 1982. Um ano, ele não pôde presidi-lo porque tinha sofrido um acidente de carro.

Em outro momento, convidou-o para titular da Secretaria de Ação Social, mas recusou, explicando que, como sacerdote, não poderia exercer outra função executiva. Ele compreendeu e nomeou o médico Hélio Seixo de Brito, que ficou pouco tempo, logo assumindo a Secretaria da Saúde.

Um terceiro convite foi feito para ser candidato ao Senado:

“Dom Antônio, vai haver eleições agora, tem uma vaga de senador e gostaria que o sr. aceitasse ser candidato. Não precisa fazer discurso, nem gastar um centavo que nós o elegeremos”.

Novamente, teve que recusar:

“Dr. Otávio, eu sou padre. O sr. me desculpe, mas esse cargo eletivo eu não posso disputar”.

Conforme explicou, era um relacionamento fraterno, que durou todo o mandato e continuou depois que ele saiu, mantendo a amizade.

Poucos dias antes do falecimento de Otávio, dom Antônio falou com ele, que prometeu ir buscá-lo de avião para conhecer os empreendimentos em Goianésia, em especial a Fundação *Jalles Machado*, mas o destino não lhes permitiu este último encontro. O convite foi feito na posse do médico Alcides Rodrigues como Governador, quando o então governador Marconi Perillo se desincompatibilizou para se candidatar ao Senado. Eles sentaram juntos.

No período em que programou ir, a agenda estava agitada e acabou não acontecendo. No momento em que sua rotina ficou mais livre, telefonou, dizendo que iria visitá-lo, mas ele não estava. Combinou ao telefone, com dona Marilda, que antes de ir a Goianésia passaria uns dias em Orizona, para visitar as suas irmãs. Ao entrar na casa de uma delas passou um carro alto-falante na rua dizendo que tinha sido adiada uma visita do Governador à cidade em função do falecimento de Otávio Lage.

Levou um grande susto. Como estava com compromissos fora não pôde comparecer ao velório, mas na missa de sétimo dia ele cumpriu a obrigação de amigo e exerceu a missão de padre, celebrando com a família.

A admiração de dom Antônio por Otávio começava pela confiança que depositava nele, pelos conhecimentos que tinha, por ser um homem de visão e rápido nas decisões, nada deixando para depois.

Naquele tempo, havia muitos colégios da Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, que depois mudou de nome. Chegava um grupo na cidade, com uma organização coordenada no Estado por uma equipe educacional e fundava uma escola gratuita, mantida pela contribuição voluntária da sociedade, da Prefeitura e do Estado. Orizona não contava com colégio quando foi criado um, municipal, dessa instituição.

Como filho da cidade, mesmo não estando lá, visitava constantemente os prefeitos, buscava ajuda do Governo do Estado, sobretudo com professores contratados, para trabalhar em Orizona. Era uma luta: a pessoa ia, ficava um ano como diretor, dois, e logo queria sair. Como morava em Goiânia acabou se tornando uma espécie de Embaixador de Orizona para questões de educação.

Um dia, o Governador o convidou para a posse do Prefeito nomeado de Caldas Novas, Délico Machado de Souza, que tinha sido seu aluno no Colégio de Orizona e seu coroinha na Igreja, nos últimos dois anos em que foi vigário. Pontual como o Governador, chegou antes. Otávio estava sozinho no gabinete, que nesses dias funcionava na Rua 2, devido à reforma no Palácio das Esmeraldas. Pediu licença, entrou, conversaram e pediu um favor:

“Encampe o ginásio de Orizona”.

“Não posso”, foi a resposta imediata.

Explicou que havia muitos colégios da Campanha e que se fosse encampar um, logo a pressão política seria grande. Todos iriam pedir.

“Governador, é o único colégio de Orizona e o único do Estado na terra do Presidente do Conselho Estadual de Educação”, retrucou, cordialmente.

Ele então pegou o telefone e ligou na hora para o secretário da Educação, Jarmund Nasser:

“Faça o decreto encampando os Ginásios de Orizona e de Inhumas”.

Não fora pedido o de Inhumas, mas ele explicou que estava aproveitando a reivindicação para atender também uma outra pessoa muito digna, que

lutava pelo colégio há tempos e era uma cidade que crescia muito, precisava dessa escola. O pedido, na verdade, feito por um oposicionista, o professor Venerando de Freitas Borges, primeiro Prefeito de Goiânia, foi igualmente atendido.

“Coisas assim, normais, ele se convencia e logo decidia”, lembrou o sacerdote.

Otávio admirava muito o trabalho de educação da Igreja, seus educadores e acreditava na eficiência dessa ação educativa. Sempre falava desse assunto com dom Antônio, inclusive sugerindo trazer irmãs religiosas para dirigir colégios do Estado.

Numa dessas conversas falou sobre os colégios de Goianésia, Orizona, Piracanjuba, Bela Vista de Goiás e um da região norte, que precisavam de diretores. Explicou que o Estado os nomearia e daria a direção, ficando como colégios públicos e direção religiosa.

Dom Antônio se lembrou de uma congregação de irmãs chamada Escravas do Divino Coração, do Rio de Janeiro, que tinha muitas religiosas, e o carisma delas era a educação. Fez o contato, conseguiu que elas viessem e foram nomeadas, como funcionárias públicas do Estado. O religioso as acompanhou a cada cidade.

O colégio continuava gratuito e estadual.

Essas escolas sempre recebiam a visita do Governador. Outro dia, quando foi a Rio Verde para uma festa, esteve num Colégio Estadual, muito desleixado, chamou a diretora e lhe disse:

“O Colégio está numa situação muito ruim. Vá a Goianésia conhecer o que é uma escola boa, bem cuidada, organizada”.

Quando deixou o governo, houve uma pressão muito grande da política local e as irmãs deixaram o colégio de Bela Vista.

Integrantes da Congregação Escravas do Divino Coração, que nasceu na Espanha, em 1885, e com Casa Provincial no Rio de Janeiro, em 1967 chegaram a Goianésia, com o apoio do Governador, as irmãs Perpétua Estalayo Gomez, madre Patrocínio; Célia de Oliveira, madre Estella; Eliane Pinto, madre Abigail; e Ivani de Jesus Carvalho, irmã Irene. Otávio Lage esteve com a madre provincial no Rio de Janeiro, irmã Maria Luísa Frias, e entregou à Congregação a direção de cinco colégios estaduais. Em Goianésia foram recebidas por dom Francisco Prada, bispo de Uruaçu, e o trabalho delas se concentrou basicamente no Colégio Estadual *José Carrilho*, e assistência ao Colégio *Maria Imaculada*.

Educadoras de comprovado saber, cooperaram ativamente no desenvolvimento educacional e no trabalho religioso do apostolado, sendo direcionado à evangelização, por meio da educação integral com alunos e professores; catequese, como incentivo vocacional, Pastoral da Juventude, encontros de apro-

fundamento cristão, cursos e palestras. No setor social a sua maior expressão era o Centro de Promoção Humana e Cristã (Cenprohuc) e a assistência aos doentes e necessitados, na pessoa da irmã Fany Duran e outras; e, na área vocacional, encaminhando noviças e postulantes, filhas de Goianésia.

Para abrigá-las condignamente o Lions Clube e a comunidade construíram a Casa das Irmãs, em terreno doado pela família de Laurentino Martins Rodrigues, idealizador da cidade, à Rua 31 esquina com a Rua 14.

Antes, em março de 1960, chegaram a Goianésia as Irmãs Concepcionistas Missionárias, defensoras do dogma da Conceição Imaculada e que se originaram em Burgos, na Espanha, em 1892. Trazidas por Mário Augusto Alves, com a ajuda de Jalles Machado e de Otávio Lage, vieram de Mococa, SP, e de Passos, MG, para continuar sua missão educativa, as irmãs Purificação Rabanal, superiora; Eucaristia Rovay, diretora; Prudência Arce, secretária; e Marta Alves, responsável pela casa. Posteriormente chegaram as irmãs Imaculada Ribeiro, Vitorina Ortiz, Antônia Alves e Ana Maria Arruela, que foi diretora.

Como sempre fazia, Laurentino doou lotes na Av. Goiás para a paróquia, para a construção da escola. No dia 19 daquele mês foi aberto oficialmente o Colégio *Maria Imaculada*, constituindo-se no segundo estabelecimento de ensino a funcionar em prédio próprio. As aulas tiveram início com mais de 200 alunos matriculados na primeira fase do ensino fundamental e no curso de admissão ao ginásio. As irmãs se dedicaram também ao trabalho de catequização e orientação de moças para a vocação religiosa.

Com a transferência posterior das irmãs, o Colégio passou ao controle dos padres claretianos.

Trabalho social e grandes frutos

Quando Governador, Jerônimo Coimbra Bueno e sua mulher, dona Ambrosina, que criou a Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), eram muito ligados ao arcebispo de Goiás, dom Emanuel, que já residia em Goiânia. Estabeleceram uma parceria entre Estado e Igreja na área social, repassando esse trabalho e a OVG ao Arcebispo, que, já idoso, empenhou-se muito. Eram obras pequenas, diante da limitação de recursos. A Organização tinha sede própria, uma sala de costura, 12 máquinas de costura e as costureiras voluntárias, que produziam para os pobres. Dom Emanuel faleceu e a obra continuou.

A presidência da OVG foi passada para dom Fernando, que a transferiu para dom Antônio, que a assumiu colocando como presidente executiva dona Celma Queiroz, muito religiosa, frequentadora da Catedral e muito amiga de todos. Irmã de dona Marilda, ela trabalhou ali uns dois anos.

Quando Otávio foi eleito Governador disse a dom Antônio “Passa prá Marilda que a gente consegue um apoio maior”.

Ele ainda não a conhecia e não pensou duas vezes: reuniu o grupo de voluntárias, um pequeno número de senhoras, e convidou dona Marilda. Ela aceitou, logo dinamizando esse trabalho e dando maior dimensão à obra social do Estado, que cresceu muito. Passou a atuar com creches, educandários e a oferecer assistência à criança e ao adolescente carentes.

Em 1967, como administrador pontifício da Diocese da cidade de Goiás, que tinha jurisdição ampla, da antiga Vila Boa a Ceres, dom Antônio encontrou uma obra bonita da igreja, mas muito empobrecida. Uma delas era o Hospital São Pio X, de Ceres.

Na época Goiás era menos desenvolvido e Ceres se constituía um ponto de convergência de todo o Norte goiano, do Piauí e do Maranhão, que mandavam as pessoas para o hospital. Essa unidade hospitalar ficou muito famosa, realizando um trabalho gratuito e que preocupava, pois a igreja não tinha como mantê-la.

Fez uma campanha para reformar e equipar o hospital, foi ao Governador pedir ajuda, que não pôde contribuir naquele momento, e esteve com dona Marilda. Ela, prontamente, por meio do grupo de voluntárias, ajudou muito: fez a rifa de um carro e entregou, ao hospital, Cr\$ 90 mil, que era um valor muito significativo, “uma fortuna”, como se recordou. Simples e quieta em seu canto, não gostando de aparecer, ela assumiu a campanha com entusiasmo e utilizou sua influência e amizades para conseguir os recursos necessários para aquela importante obra social.

O carisma e a simplicidade de dona Marilda foram importantes na OVG, mantida pelo trabalho voluntário e com a ajuda de muitas pessoas, que viam nela um estilo próprio e autoridade moral. Como no caso da rifa do carro para o hospital de Ceres: ela pegou os bilhetes e começou a vendê-los. Dom Antônio mesmo vendeu bilhetes em Ceres e em Goiás. Quando houve o sorteio, o bilhete premiado era de um deputado federal do Rio Grande do Norte, que tinha sido vendido por uma auxiliar de dona Marilda.

Na época era apenas o trabalho voluntário, sem verbas públicas e nem mesmo funcionários públicos à disposição. Eram, principalmente, as mulheres de políticos, de Secretários de Estado e dos deputados. Elas fizeram o trabalho deslanchar, crescer e ganhar outra dimensão. Depois, conseguiu inclusive recursos federais e mantém obras importantes, como atualmente com o hospital do CRER e as bolsas universitárias.

“Foi uma semente que germinou, cresceu e dá bons frutos até hoje”, frisou.

4. UM MARCO NA POLÍTICA, COMO GESTOR PÚBLICO E TOCADOR DE OBRAS

Considerado por todos como grande administrador, Otávio Lage sempre esteve ligado à política, mesmo que se diga que gostava mais era de gerir, tocar obras. Ele se envolveu com a atividade partidária desde que chegou, em 1949, para assumir a direção da Fazenda Itajá, que era propriedade de seu pai.

Nesse ano, depois de se fixar, em definitivo, naquela região, ele participou, no dia 12 de janeiro, da solenidade de instalação oficial do Distrito de Goianésia, criado pela Lei nº 10, de 21 de agosto de 1948, em ato presidido pelo prefeito de Jaraguá, Nelson de Castro Ribeiro.

Em seguida, às 10h, participou da reunião de fundação do Diretório Distrital da União Democrática Nacional (UDN), o primeiro partido político criado naquele povoado. A sessão foi aberta por Nelson de Castro, que convidou Otávio para presidir a reunião, quando foram eleitos e empossados os primeiros dirigentes do Diretório Distrital; em seguida, ele assinou a ata e a sua filiação ao partido. O registro desses eventos está no livro *“A história de Goianésia”*, do escritor Moacir Lázaro de Melo.

O ex-vice-governador Ursulino Leão, que presidiu o Diretório Municipal da UDN de Anápolis e foi vice-presidente do Diretório Estadual, na gestão de Jerônimo Coimbra Bueno, conheceu nessa época o deputado federal Jalles Machado. Acompanhava o seu trabalho parlamentar e teve com ele um relacionamento mais social do que político. Já conhecia o cunhado dele, Jacy de Assis, que igualmente foi parlamentar.

Os primeiros contatos com o empresário e fazendeiro Otávio Lage ocorreram por meio de um amigo comum, proprietário de oficina mecânica em Anápolis, Maximiliano Montalvão, que gostava muito dele e contava as suas peripécias ao volante. Dizia que não havia caminhão que o aguentasse, porque, carregado ou vazio, a velocidade que imprimia ao veículo era a mesma. Ele ia sempre a Anápolis, para a venda de produtos agrícolas de sua fazenda e comprar insumos e mercadorias.

Com a emancipação política de Goianésia, em 13 de novembro de 1953, por lei estadual, e a instalação do município no dia 1º de outubro de 1954, houve a estruturação da UDN na cidade. A primeira Convenção Municipal

do partido foi realizada no dia 1º de julho desse ano. O deputado federal Jalles Machado participou da reunião, filiou-se e foi eleito Presidente de Honra da agremiação, ao lado do deputado federal Emival Caiado. Seis anos mais tarde, na Convenção Municipal realizada no dia 10 de abril de 1960, Jalles Machado foi eleito Presidente do Diretório da UDN de Goianésia e Otávio assumiu como membro efetivo.

Envolvimento com eleições

Cidadão ativo e consciente de suas responsabilidades sociais, Otávio sempre se mostrou preocupado com a falta de infraestrutura em Goianésia, manifestava sua insatisfação e lutava pela realização de obras na área. Demonstrava, nas conversas, que poderia fazer mais e melhor pela cidade.

PELO PROGRESSO DE GOIANÉSIA	
PARA PREFEITO	P/ VICE PREFEITO
	
UDN	
PSP	
Eng. Otavio L. de Siqueira	Laurentino M. Rodrigues FUNDADOR DE GOIANÉSIA

Material da campanha da primeira candidatura, em Goianésia. 1960

Em 1958, como não poderia ser candidato à reeleição, o prefeito Laurentino Martins Rodrigues, idealizador da cidade e que estava sendo o seu primeiro gestor, decidiu procurá-lo. Levou em consideração que ele era filho do deputado federal Jalles Machado, uma pessoa nova, trabalhadora e tinha entusiasmo pela cidade.

Otávio consultou o pai, que lhe respondeu:

“Se você não se importar de ser xingado, de dizerem que está roubando, mesmo que não provem, e que isso não desonra você nem a sua família, vá em frente”.

O envolvimento de Otávio Lage com eleições começou efetivamente em 5 de julho de 1960, na Convenção Municipal da UDN, para escolha dos candidatos, quando foi indicado para disputar o cargo de Prefeito de Goianésia, no pleito marcado para o dia 3 de outubro daquele ano. Foi escolhido como candidato a Prefeito, tendo na vice Laurentino Martins Rodrigues.

Como em todas as empreitadas que enfrentou, encarou a indicação como um desafio, no qual poderia mostrar toda a sua capacidade de pensar e realizar pela cidade que o acolheu, e decide pela sua primeira experiência eleitoral.

Era o primeiro de outros confrontos eleitorais que iria enfrentar, e justamente contra o situacionista Partido Social Democrático (PSD), que estava no poder há 30 anos. Ele criticava essa agremiação, que considerava famosa por utilizar o velho costume de trocar uma botina pelo voto do eleitor.

Já nessa primeira disputa eleitoral ele se defronta com a esperteza política dos adversários. Terminada a apuração, com o resultado indicando o candidato situacionista como vencedor das eleições, de imediato se descobriu um ato irregular: as urnas do distrito de Cafelândia tinham sido levadas do local público, onde se realizou a eleição, para um espaço privado, contrariando a legislação e os bons costumes e configurando uma situação ilegal.

O Diretório Municipal da UDN se reuniu no dia 11 de outubro, extraordinariamente, para avaliar o resultado das eleições, quando decidiu pedir a anulação do pleito e a realização de novo processo eleitoral em quatro seções: 5^a, 12^a, 13^a e 21^a.

Ao conversar com o pai, para dizer de sua insatisfação com os procedimentos do partido situacionista e informar da decisão do Diretório Municipal, Jalles lhe disse:

“Você não perdeu a eleição. Ela foi roubada. Nós vamos ganhar!”

Chamou o filho, pegaram o carro e foram para Goiânia, onde se encontraram com o advogado Waldyr Castro Quinta, que também era secretário-geral da UDN. Explicaram a situação, juntaram as provas e ele entrou com uma ação no Tribunal Regional Eleitoral em Goiânia, onde não tiveram sucesso, “pela ligação da maioria de seus membros com o PSD e seu maior líder, Pedro Ludovico”, como ressaltou. Recorreram ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília, o recurso foi acatado, anulando as eleições no distrito de Cafelândia, e decidindo pela realização de eleição suplementar, no dia 4 de fevereiro de 1962.

Os partidos estabeleceram estratégias para a busca de eleitores do povoado onde eles estivessem, fazendo o possível para a conquista dos votos, conforme relato do livro *“Goianésia: seu povo, sua história”*.

“Em locais pré-determinados os eleitores que vinham das fazendas, em caminhões, almoçavam e, devidamente preparados, se encaminhavam às seções eleitorais para depositar seus preciosos votos”.

Marco Aurélio Cardoso Naves, que trabalhava na Fazenda São Pedro quando da campanha para a eleição suplementar, acompanhou-o nas visitas, conversando com o pessoal de Cafelândia. Tinha trabalhado ali perto e conhecia muita gente. Andava com ele para todo lado. Um dia indagou sobre dar presentes aos eleitores, e ele disse que não sabia.

“Brinquei com um sistema usado em Monte Carmelo: comprar botinas para dar de presente, um pé antes das eleições e o outro depois”, disse.

Ele também brincou:

“Como temos pouco dinheiro só se der um pé para um e o outro pé para outro”.

A conversa ficou só no ameno diálogo.

Nessa eleição suplementar os partidos trabalharam em igualdade de condições, as urnas foram mais fiscalizadas e os trabalhos presididos pelo juiz de Direito de Pirenópolis, Renato Coelho, que divulgou os resultados:

Seção	Eleitores	Otávio Lage	Nego Walter
5 ^a	116	80	34
12 ^a	162	109	44
13 ^a	132	47	77
21 ^a	172	93	74
Total	582	329	229

Fonte: Livro *“Goianésia: seu povo, sua história”*.

No cômputo geral, 4.770 eleitores compareceram às 26 urnas, apurando-se 4.524 votos, dos quais 2.416 para Otávio Lage, 2.108 para Nego Walter, 143 em branco e 103 nulos, com a diferença de 308 votos para a UDN, que reassumiu o Poder Executivo Municipal.

A morte de Laurentino, Olímpio Jayme e disputas pelas terras

Colegas de partido, a UDN, como lembra Jalles Fontoura, Otávio não concordava com os métodos truculentos utilizados pelo advogado Olímpio Jayme para resolver as questões de disputa pela posse da terra.

Havia uma quantidade de terras consideradas devolutas na margem oposta à área da Fazenda São Carlos, que ficava à direita do rio dos Bois. No início dos anos 1960, colonos que ali trabalhavam, sabedores dessa situação das terras, organizaram-se e penetraram nas matas existentes naquela área,

demarcando-as, conforme registra o livro *“Goianésia: seu povo, sua história”*. Acamparam à sombra das árvores até fazerem seus ranchos. Aceitavam cada vez mais pessoas para formarem lavouras:

“Não tinham título legítimo, e entram com o consentimento do governador do Estado, Mauro Borges; não eram invasores, mas posseiros que queriam um lugar para residir e trabalhar para ganhar o sustento de suas famílias”, anotaram os autores desse livro.

Em reação, a Companhia Agrícola Pastoril de Goiás, dos Monteiro de Barros, proprietária dessa fazenda, contratou o advogado Olímpio Jayme, que entrou com mandado de despejo (reintegração de posse).

“A revolta tomou conta dos posseiros, gerando o conflito e ocasionando violência e mortes cometidas pela polícia, enviada pelo secretário da Segurança Pública, Rivadávia Xavier Nunes”, conforme o livro.

Temendo novas invasões, Marcos Monteiro de Barros vendeu a São Carlos aos irmãos Jayme e Belmiro Fernandes, que ali implantaram a primeira usina de açúcar de Goiás, a Sociedade Açucareira Monteiro de Barros, inaugurando o ciclo da cana-de-açúcar, cujo plantio começou em 1961.



Otávio e Olímpio Jayme, em 1960.

Sempre preocupado em levar benefícios para a cidade, Laurentino Martins Rodrigues decidiu construir a igreja Matriz. Devoto de Nossa Senhora da Abadia, desejava colocar ali a imagem de sua padroeira, que havia trazido de Anápolis, na cabeça do arreio, em 1943.

No dia 27 de setembro de 1961, ao regressar, de jeep, da mata onde fora escolher a madeira para fazer a sustentação do teto da construção da igreja, decidiu parar para conversar com companheiros que estavam sentados na porta da loja de Joaquim de Pina (*Seu Quim*).

Outro registro do livro *“Goianésia: seu povo, sua história”*:

“Repentinamente, um homem sobe pela Av. Goiás, falando consigo mesmo, parecendo transtornado e enfurecido. Esse homem, Graciliano, conforme depoimento de pioneiros, foi um dos posseiros da Fazenda São Carlos e havia sofrido humilhações na carne e na alma. Ao olhar para a loja de *Seu Quim*, ali vê o dr. Olímpio Jayme que, juntamente com Laurentino, Jaci Arantes, Aristides Miranda e outros, estava a papear, tranquilamente. Olhos injetados de ódio, cambaleante, empunhando um revólver, Graciliano atravessa a Av. Goiás, aproxima-se do grupo que ali estava e dispara a arma assassina. As balas atingem Laurentino em cheio. E ali, como um árvore gigantesca que tomba ao solo, tombou, inocentemente, o bandeirante do século XX”.

O posseiro era amigo de Laurentino e tinha ódio de Olímpio, mas na confusão atingiu o idealizador da cidade, que morreu na hora. O advogado, mais jovem, correu e fugiu. Esse incidente desagradou muito a Otávio, que não o perdoou pela morte do amigo, que era vice-prefeito em sua chapa.

A gestão em Goianésia

A eleição e posse de Otávio Lage como Prefeito, conforme o historiador Clever Fernandes, possibilitou o surgimento da nova liderança do município. Como perdeu mais de um ano nessa disputa jurídica, seu governo foi de menos de quatro anos, mas de muitas realizações, num período de escassez de recursos públicos, numa cidade pequena e sem maiores condições, retrato de um Estado que estava em situação letárgica.

No período ele sentiu na pele as dificuldades de administrar uma cidade sem recursos e muitas carências, o que era comum em todos os municípios.

O primeiro dia dele na Prefeitura de Goianésia, 9 de fevereiro de 1962, que se repetiu como nos demais em que ali permaneceu, deixou a todos entusiasmados, pela forma como chegou, olhou cada detalhe, mostrou suas preocupações e começou a trabalhar. Ele tinha pressa, queria realizar, as dificuldades eram muitas, e desejava buscar soluções e a maneira mais adequada para resolver os problemas levantados. Não havia um plano de trabalho definido, os funcionários eram poucos e as tarefas gigantes. Cidade nova, tudo estava por fazer, em todas as áreas: educação, saúde, transporte, serviços públicos etc. Na casa que abrigava a Prefeitura cada funcionário ia assumindo pelo menos duas funções.

“Eu me encantei de vê-lo trabalhar. Tudo encantava nele”, lembra Sarah Vicentini, que fora chamada para ser secretária e contadora. Goiana de Guapó, ela logo se mudou para Goiânia, depois Uberlândia e, ainda jovem, transferiu-

se para Goianésia quando os pais já estavam instalados na cidade – Orcalino Vicentini, empresário, montou um curtume na cidade, em local, na época, distante do centro.



Logo após a posse como Prefeito de Goianésia, em 1962, Otávio, Marilda e os filhos Jalles Fontoura e Ricardo. Atrás, o pai, Jalles Machado.

Em 1960 ela decidiu ir para Anápolis, estudar, e no ano seguinte começou o primeiro ano de Contabilidade. Em fevereiro de 1962, férias, pois as aulas seriam retomadas só em março, estava em Goianésia quando foram realizadas as eleições suplementares. Era o dia 4. Eleito, Otávio começou a correr contra o tempo, pois a posse seria cinco dias depois, teria que formar a sua equipe de trabalho e começar a nova empreitada.

Sarah o conhecera por um amigo comum, que morava perto da Fazenda Itajá, e recebeu o convite informalmente. Ele não falou o cargo. Era para ajudá-lo. Ela agradeceu, dizendo que não poderia, pois estava estudando, não queria parar o curso. Ele insistiu, propondo que, como estava de férias, o ajudasse a receber os relatórios, dar uma olhada etc.

Ela concordou que, naqueles dias de folga, iria ajudá-lo. Também, porque não tinha experiência, estava apenas começando o curso e havia muito a aprender antes de atuar na área contábil. Os primeiros contatos, a forma espontânea de Otávio se apresentar, a confiança que transmitia e o entusiasmo que demonstrava pela função, dizendo das possibilidades de realização pela

cidade que tinha pela frente, acabaram por envolvê-la. Ali seria uma escola que não encontraria noutro lugar, cada um aprendendo a fazer em sua área, todos se auxiliando, e o mestre dando as coordenadas. Ele conseguia alguns modelos de documentos e os funcionários os adequavam à situação que existia.

Sempre precavido, ele só aceitava aquilo que conhecia, não se sujeitando ao que encontrava nos modelos de documentos. Por exemplo, se o documento citava uma lei ou dispositivo legal, e não tinham como e nem onde consultar, preferia que não fosse feita a referência.

Assim foi o início da gestão.

No segundo dia, quando Sarah chegou, encontrou a sala toda suja de barro, ficou intrigada e foi perguntar o que tinha acontecido.

“Ontem à noite chamei os caminhoneiros da cidade para falar da primeira providência que vamos tomar: colocar cascalho em todas as ruas. Pedi a ajuda deles para esse trabalho, para trazer todo o cascalho possível”, disse-lhe. Explicou que ainda choveria, mas que era importante começar a resolver os problemas que mais afligiam a população. Ele mesmo colocou seus caminhões, tratores e empregados nessa empreitada e ia à frente de todos para comandar o serviço: arrumar e limpar as ruas. O que foi feito e teve repercussão imediata.

Quando Prefeito ele sempre ia à fazenda. Não tinha um horário. Era de madrugada, de noite, quando podia. Logo nos primeiros dias, ao chegar à cidade, Marco Aurélio, que era o gerente da fazenda, encontrou-o participando da construção da primeira ponte da administração dele, ajudando na colocação de um chapão para ser coberto de terra, e o chamou para ajudar. Desceu do carro e foi colaborar.

“Dr. Otávio dava exemplo, trabalhava junto, em qualquer serviço. Tinha muita força e disposição. Era muito forte”, lembra.

Logo depois, proximidade das aulas, que começariam em março, as escolas eram poucas, inclusive na zona rural, ele tratou logo de tomar providências para deixar tudo pronto para o início do período letivo: organizar as salas de aula, o material, a reunião com professores e servidores das escolas etc.

A Prefeitura Municipal não tinha dinheiro, mas essa situação, para ele, não era empecilho para trabalhar e ia em frente. Quando tinha uma despesa ele pagava de seu bolso, pegava o recibo e o entregava para Sarah. – “Vá juntando e anotando. Quando tiver dinheiro faremos o ressarcimento”, dizia. E assim levava as atividades. Berquinho Rodrigues da Cunha era o coletor e tesoureiro. Antônio Fernandes (*Antônio Paulista*), olhava as estradas e pontes, mantendo tudo sob controle. Todos tinham mais de uma função para exercer, e o Prefeito sempre junto.

Madrugador, ele levantava muito cedo.

A cidade era mais a parte central

Com muitos moravam longe da sede da Prefeitura, ao marcar um encontro mais cedo ele se antecipava e passava na casa de alguns deles. Na de Sarah, por exemplo, era “na roça”, próxima do curtume do pai, pois o primeiro prefeito da cidade, Laurentino Martins Rodrigues, quando o autorizou a abrir aquele empreendimento, exigiu que fosse longe do centro da cidade. Na época, o local era afastado e hoje, 50 anos depois, com a expansão urbana, fica em parte mais central.

Ela nunca deixou de reconhecer a delicadeza dele, de fazer a gentileza de buscar um funcionário que morava mais longe em seu próprio carro, pois a Prefeitura não tinha nenhum veículo. E também o seu estilo, brincalhão, de lidar com todos. Chegava de madrugada na casa deles e dizia: “Vamos acordar. Chega de dormir mais do que a cama”.

Se tinha oportunidade, levava de volta quem ele buscou cedo em casa.

Sua principal preocupação era com a educação. Pagar os professores em primeiro lugar, deixar as escolas funcionando plenamente, e só depois pagar os demais servidores. O salário dele, Prefeito, era o último a quitar.

Quando as atividades se acumulavam para a Secretária ele se colocava a disposição para ajudar a resolver as pendências. Estava sempre disponível. A Prefeitura não tinha máquina de calcular e ele, de imediato, comprou uma para si e a entregou para a Secretária, que passou uns dois dias aprendendo a trabalhar com essa calculadora, muito moderna para a época. A primeira máquina de calcular elétrica da Prefeitura foi comprada algum tempo depois, pouco antes dele sair.

Sarah, ainda hoje, guarda os bilhetes que recebia dele, sobre providências que tomou e os encaminhamentos para cada assunto, inclusive o recebimento de verbas públicas, já devidamente depositadas na conta da Prefeitura, e os ressarcimentos.

Tudo que era dele ficava à disposição da Prefeitura, como máquinas, tratores, carro. Ele só apresentava as Notas Fiscais de combustíveis.

Para avaliar os professores utilizava o livro do terceiro ano da filha Sílvia Regina, aplicando testes. Não havia normalistas e nem professores com maior preparo para as aulas. Então, procurou onde esses leigos poderiam fazer um curso de prática pedagógica e de atualização de conhecimentos. Encontrou em Morrinhos o Centro de Treinamento de Professores Leigos, da Secretaria de Educação do Estado. O curso era intensivo, com duração de um ano, em período integral, três turnos. Já no ano seguinte, 1963, seguiu a primeira turma, de quatro professores: Ana Guiomar Naves, Antonieta Naves, Nazaré Bernardes e Altair da Silva Queiroz.

Durante o treinamento, as representantes de Goianésia participaram de todas as atividades, sempre assumindo a liderança dos trabalhos. Elas reconheceram a importância da iniciativa, que significou uma grande

mudança, qualitativa, no ensino e as estimulou a melhor se qualificar, como os demais professores do município, que buscaram continuar seus estudos.

“Dr. Otávio foi o único prefeito que acompanhou os trabalhos do curso, telefonava, queria saber das novidades. Também foi o único prefeito que participou da solenidade de formatura, quando discursou”, recorda-se Ana Guiomar, mineira de Lagoa da Prata, que se mudou para Goianésia aos seis anos e era professora de uma “escolinha de roça”. Quando voltou de Morrinhos, teve uma grande promoção, indo lecionar no Colégio *Maria Imaculada*. Para melhor se preparar, em seguida fez o Curso Normal no Colégio Estadual *José Carrilho*.

Nos anos seguintes outras turmas foram para Morrinhos.

Como havia, até então, apenas escolas que lecionavam do 1º ao 4º ano primário, decidiu implantar o curso ginasial no Colégio *José Carrilho*, que depois ele construiu a sede. Queria que os professores tivessem preparo. Como não havia docentes formados, convidava quem tinha curso superior para organizar uma equipe de melhor nível. Começou com o juiz de Direito, José Gonçalves, que colocou como diretor. A promotora de Justiça, Diva Alvarez Pereira dos Santos, foi lecionar Português. O padre Antônio Bernardes, Geografia. Um engenheiro deu aulas de História. E assim por diante. Como não encontrou ninguém para Matemática, ele próprio, mesmo sem tempo, lecionou, e o fez por um semestre, só deixando a atividade ao ser escolhido candidato a Governador do Estado na Convenção da UDN. E isso não estava em seus planos, até então.

Quem também recebeu um convite ao se apresentar ao Prefeito para conseguir uma casa, pois estava chegando na cidade, pretendia se fixar ali e buscar a noiva, foi o odontólogo José Adilson Fenelon, então com 24 anos. Mineiro de Uberaba, ele tinha se graduado no ano anterior pela Faculdade de Odontologia do Triângulo Mineiro. Sua irmã, Eunice, era colega de aula da irmã de dona Marilda, Maria Angélica, em Conquista, cidadezinha próxima de onde ele nascera, e que lhe falara do cunhado prefeito, “pessoa boa”, das oportunidades que estavam surgindo, cidade nova etc. Ele se entusiasmou. Arrumou as malas, pois conseguira um emprego em sua área na Organização de Saúde do Estado de Goiás (Osego) e iria exercer a profissão justamente naquela cidade, no Posto de Saúde.

Chegou no dia 2 de dezembro de 1963. E foi direto ao Gabinete do Prefeito, para pedir sugestão quanto a local de moradia, pois estava começando na profissão, não tinha dinheiro para construir uma casa e, nos planos, casar-se e residir na cidade.

Otávio o recebeu bem, agradeceu a sua opção por Goianésia, dizendo que ela precisava de profissionais formados, e relatou a dificuldade de encontrar uma casa boa, já pronta, para morar. Disse que deveria construir, para ficar como desejasse. Colocou-se à disposição para o que precisasse.

“Você já lecionou Inglês?”, indagou-lhe.

“Inglês, não!”, respondeu. “Era auxiliar do Professor de Educação Física no Colégio Diocesano e no Colégio Nossa Senhora das Graças, em Uberaba, comandeí desfiles e outras atividades ligadas à área”.



Um hábito ao chegar na casa de um conhecido, na hora do almoço: abria as panelas e se servia

– “Educação Física não, pois já temos professor. Precisamos é de Inglês, para completar o quadro de matérias necessárias”.

Ele então se interessou, começou a colher material e a se preparar, como todo jovem disposto e prestativo, para lecionar a disciplina. Recebia seu salário em Goiânia, para onde ia uma vez por mês, e numa dessas idas à Capital comprou livro e começou a estudar. Inclusive, adquiriu uma vitrola, disco de vinil, coleção, material do curso de inglês etc.

A situação ficou sob controle. O Prefeito foi seu avalista na casa que comprou e reformou, colocando banheiros e demais instalações.

Logo surgiu um primeiro problema. Não poderia lecionar Inglês porque seria da UDN, partido contrário ao dos dirigentes do Estado, e essa condição era determinante.

“Não sou filiado a partido. Voto no candidato”, afirmou, ao ser indagado, mas não conseguiu a vaga. Quanto a ser Professor de Educação Física não houve contestação, e ele acabou lecionando a disciplina, por bom tempo, e também Desenho Geométrico.

Como ficou grato com a receptividade do Prefeito, mesmo sem filiação a partido, sempre o acompanhou em seus votos. Tornaram-se amigos, participaram da fundação do Lions Clube de Goianésia e é reconhecido ao que fez pela cidade e pelo Estado.

“Era uma pessoa admirável em todos os sentidos. Goianésia é o que é graças ao dr. Otávio Lage”.

Quando saiu para ser candidato a Governador ele colocou José Adilson em seu lugar para lecionar Matemática para o 6º ano. Sarah ficou com a turma do 5º ano. E, depois de eleito, colocou-o como diretor do colégio.

“Ele trouxe o material e me entregou. Você vai continuar as aulas de Matemática”, disse a secretária, surpresa, já sabendo do resultado da Convenção da UDN.

A revista “*Anhanguera*”, de Anápolis, mostrou, em sua edição de novembro de 1964, os dados da área de educação em Goianésia. Na época, contava com 25 mil habitantes, dos quais 80% localizados na zona rural, o que levou a Prefeitura a manter 26 escolas de ensino primário, com 900 alunos matriculados, no meio rurícola. Eram do Estado escolas para outros 906 alunos da área rural, distribuídos em 30 salas de aula. Depois, concluiu no povoado de Cafelândia a construção de moderno Grupo Escolar, para 416 alunos. Na cidade, de acordo com a publicação, havia 1.420 alunos em estabelecimentos particulares e públicos, e funcionava, de forma provisória, o Ginásio Normal Estadual de Goianésia, com 80 alunos, no prédio do Grupo Escolar *Salvador Leite*.

Disponível para todos, a toda hora, Otávio se envolvia em tempo integral com a Prefeitura, gostava de estar com as pessoas e logo se tornava íntimo.

“Oi prima, tudo bem?”.

Não eram parentes, mas gostava muito de dona Lia Cândida Vicentini, sua conterrânea de Buriti Alegre. Quando chegava na casa dela, ia à cozinha, abria as panelas para ver o que estava sendo feito e, de acordo com a sua disponibilidade, fazia o seu prato e comia em pé mesmo. Sua comida predileta era a banana frita e, mais especial ainda, a torta de banana frita, que considerava o maior presente.

O grande entusiasmo era fazer por Goianésia. Participava de todas as reuniões, discutia com propriedade os assuntos em pauta, e sempre voltava o debate para a sua cidade, queria apresentá-la a todos, que a conhecessem.



O governador Mauro Borges inaugurando obra em Goianésia, em 1963

O governador Mauro Borges, de quem se tornou amigo, era do partido contrário, PSD, num momento em que os partidos tinham muita força, e o recebia bem, nas suas visitas ao Palácio as Esmeraldas. Gostava de seu estilo, de como defendia suas pretensões, a insistência de seus pedidos, envolvendo a todos, e acabava cedendo a seus pleitos.

“Tudo que queria ele obteve do Governador”, recorda-se Sarah.

Um dia, Otávio chegou e lhe confidenciou:

“Sarah, Mauro fez tudo o que eu pedi. Agora, deu uma ordem para sua secretária não me deixar entrar, pois não resistiria aos meus pedidos”, disse rindo, gostosamente.

A amizade e o reconhecimento à atenção dispensada chegaram a tal ponto que, por sua iniciativa, Mauro recebeu o título honorífico de cidadania goianesiense. A entrega do documento se deu num palco improvisado, armado na carroceria de um caminhão, pois a cidade ainda não tinha um espaço adequado, e assim permitir a presença de populares, que encheram a praça, abrilhantando o evento.

O espaço que hoje abriga o Centro Cultural era, na época, sede da Prefeitura, da Câmara Municipal, do Judiciário local e dos cartórios.

Otávio conseguiu com o Governo do Estado, por meio do secretário de Planejamento, Irineu Borges do Nascimento, levar energia elétrica para a cidade, primeiro com motores a diesel e depois da Centrais Elétricas de Goiás (Celg). Com a inauguração de novo conjunto gerador, mais possante, capaz de atender a demanda, embelezou o centro de Goianésia – em 1967, já como Governador, acionou a chave ligando a cidade ao sistema hidrelétrico de Cachoeira Dourada, resolvendo de vez o problema local de energia elétrica.

Na Convenção Municipal de 10 de março de 1963 Otávio foi eleito Presidente do Diretório da UDN de Goianésia.

Em 1964 começou a executar a rede de águas pluviais da cidade, construindo as principais galerias no centro, e no ano seguinte, pela Lei nº 159, criou o Serviço Autônomo de Água e Esgoto, tornando a Prefeitura Municipal detentora desse sistema, já executando as atividades básicas.

Ao mesmo tempo, construiu escolas, para atender a crescente demanda, além de criar um grupo escolar em Cafelândia e de ter assinado convênio com a Superintendência de Obras do Plano de Desenvolvimento (Suplan), do Estado, para construção de obras públicas; postos de saúde, e garantiu sua expansão urbana.

O governador Mauro Borges construiu a Escola Estadual de 1º Grau *Salvador Leite*, na zona urbana, em 1962, e em 1964 a Escola Estadual de 1º Grau *Geremia Lunardelli*, no povoado de Cafelândia; em 1964 o governador Emílio Ribas Júnior construiu a Escola Estadual de 1º Grau *Presidente Kennedy*, no bairro Carrilho. Como Governador, ele construiu o Colégio Estadual *José Carrilho*, na zona urbana, e três Escolas Estaduais de 1º Grau: *Laurentino Martins Rodrigues*, *Felipe Camarão* e *Vera Cruz*, em 1969, todas na zona urbana.



Noraldino empossado como prefeito, substituindo Otávio, em 1965.

Elaborou e colocou em prática, em 1963, um importante documento: o Código Tributário do Município. Conseguiu um exemplar de um Código, reuniu sua equipe, que o analisou, trocaram ideias e fizeram as adequações necessárias e voltadas para a realidade municipal. Como não tinha dinheiro, não pôde contratar um especialista para elaborá-lo.

Estimulou o cooperativismo, para estruturar a atividade econômica, em apoio ao crescimento dos setores agrícola e pecuário.

Como sua saída não foi programada, e a indicação como candidato a Governador pela UDN constituiu-se numa surpresa para

todos, não fez um relatório de sua curta gestão, pois não teve tempo, e apenas transferiu tarefas. Mas o resultado de suas realizações logo era divulgado e conhecido em todo o Estado, chamando a atenção para a cidade e seu administrador.

A Prefeitura Municipal construiu o moderno Hospital e Maternidade de Goianésia, com capacidade para 26 leitos, e um bloco destinado à Santa Casa, tendo ao lado um prédio para residência de médicos e enfermeiros. O hospital foi inaugurado no final de 1963 e teve como primeiro médico o dr. Arturo Bermudez Mayorga. A cidade dispunha ainda de um Posto de Saúde e do Hospital Santa Maria, particular, conforme a revista “*Anhanguera*”.

Também, construiu, reconstruiu e encascalhou 75 km de estradas, que cortam a zona rural em todos os sentidos, para o escoamento de sua grande produção agrícola; ao todo, conservou 137 km de estradas, consideradas as melhores de Goiás, além de preparar a base para o asfalto nas principais vias urbanas e para os serviços de água e esgoto.

O município produzia anualmente 900 mil sacas de arroz, 250 mil sc de milho e 40 mil sc de feijão, além de outros produtos, e contava com três estabelecimentos creditícios para financiar sua produção. Complementou o Matadouro Municipal, ampliou e embelezou o cemitério, e construiu um jardim público na Praça *Laurentino Martins Rodrigues*.

Muito ligado à família, tinha cumplicidade total com dona Marilda, lembra a ex-secretária, ao falar sobre a Primeira Dama, sempre presente, nas solenidades, nas campanhas pelos mais pobres e quando convocada.

Sarah foi a única funcionária da Prefeitura de Goianésia que levou para trabalhar com ele no Governo do Estado. Ela assumiu primeiro no Departamento de Assistência aos Municípios (DAM), da Secretaria do Interior e Justiça, e depois no Departamento Central de Pessoal, da Secretaria da Administração. Ficou uns dois anos e retornou à cidade.

“O dr. Otávio, quando Prefeito, não recebeu vencimentos durante o mandato. Ele assinava as folhas de pagamento e doava a importância que lhe caberia à Sociedade de São Vicente de Paulo”, disse a fiel secretária.

Incentivado pelo deputado federal Jalles Machado, Marco Aurélio foi candidato a vereador em Goianésia, em 1969, ganhou, ficando em segundo lugar na votação, num mandato tampão de dois anos, e se elegeu Presidente da Câmara. Jalles Fontoura o considerava alegre, criativo e inteligente, e também muito teimoso.



Inauguração da Agência Rural de Goianésia.

Em 1968 foi criada em Goianésia a 23ª Superintendência Regional da Educação e Cultura, depois Delegacia Regional de Educação, e a Agência Rural, da Secretaria da Agricultura e Abastecimento, de acordo com o livro “*Goianésia: seu povo, sua história*”. A cidade ganhou, ainda, o sistema de recepção de TV; asfaltamento da estrada GO-080, ligando o município a Jaraguá; e a construção planejada de escolas de 1º e 2º graus.

Promover o bom gestor

Como Otávio Lage estava realizando uma boa administração em Goianésia e era mais conhecido na região, as lideranças udenistas, como lembra

Carlos Alberto Ferreira Coelho, que todos chamavam de *Carlinhos*, pensaram numa estratégia para divulgar mais o seu trabalho e seu nome: a nomeação para a presidência de um órgão com atuação em várias áreas e em todo o Estado. O escolhido foi o Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A (Crisa), cujas atividades lhe daria mais visibilidade em todo o interior. Convidado, não aceitou.

Carlinhos, que apoiou os militares em 1964, teve uma única e rápida participação no Executivo. Com a intervenção federal, assumiu o coronel Carlos de Meira Matos; em novembro desse ano ele foi convidado e nomeado para a diretoria comercial da Celg. A empresa, na época, era presidida pelo engenheiro Sebastião Dante de Camargo Júnior e tinha, na diretoria administrativa, o sr. José Augusto MacDowell. Foram mantidos no cargo quando houve a eleição indireta do Governador, em 1965, e assumiu o marechal Emílio Rodrigues Ribas Júnior. Na época, a Celg produzia 136 mw de energia e investiu na implantação da rede de distribuição, que foi levada a várias regiões, como o sudoeste goiano.

Recorda-se que Camargo Júnior brigou, queria ser candidato a Governador, quando *Carlinhos* lhe disse que não era a vez dele, que então recuou.

Elogiado por sua administração em Goianésia, que deixou em junho de 1965 para concorrer à primeira e única eleição direta para Governador do período militar, Otávio Lage teve seu nome lançado candidato a Governador do Estado em meados do primeiro semestre. Representava uma novidade, sangue novo, e ele sentia que podia realizar muito por Goiás, se tivesse essa oportunidade.

“As pessoas queriam mudanças, estavam cheias de promessas e mais promessas não cumpridas”, lembrou seu irmão, Jair Lage.

Os principais interlocutores eram o pai, Jalles Machado, na época deputado federal; a família Guedes Coelho; e o deputado federal Alfredo Nasser, que tinha muita liderança, entre outros.

“Seria uma mudança expressiva, quebrando o ciclo de oligarquias, em especial a dos Caiado”, afirmou.

As movimentações antes da Convenção da UDN

A sucessão estadual, marcada para 3 de outubro de 1965, para a eleição do novo Governador e de um senador, na vaga aberta com a cassação do mandato do senador Juscelino Kubitschek, agitou o meio político durante todo o semestre.

No dia 28 de março o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) reuniu-se em Convenção, quando reelegeram seu presidente estadual o deputado federal Antônio Rezende Monteiro, que fora vice-governador de Mauro Borges, e delegou à direção as negociações com vistas às eleições.

Na agremiação que esteve no poder nos últimos anos, o Partido Social Democrático (PSD), a postulação de três candidatos, todos parlamentares: o deputado federal Gerson de Castro Costa, mais alinhado aos militares e que sofria restrições da parte do presidente estadual do partido, senador Pedro Ludovico, a quem acusava de unipessoalismo na condução do partido; o deputado estadual Sebastião Arantes, que tinha sido Secretário de Estado antes da intervenção e, por isso, todos temiam a iniciativa dos militares de vetar os candidatos de oposição com potencial de vitória; e o deputado federal José Peixoto da Silveira, que se mantinha distante das duas primeiras alternativas.

Preocupado com as movimentações de Castro Costa, Ludovico chegou a convidar o então prefeito de Anápolis, Jonas Duarte, para ser o candidato ao Governo, e depois o convidou a se lançar ao Senado.

Na época, começou a circular a tese pela candidatura única, reunindo todos os partidos políticos. As entidades patronais da área econômica, de sua parte, tentaram interferir nessas discussões, sugerindo o nome de um empresário, novo, por acreditarem nas possibilidades que se abriam para Goiás. Eles propunham uma equipe da nova geração, menos atrelada às lideranças políticas mais tradicionais.

A eleição para a presidência da Assembléia Legislativa do Estado em 1965 serviu de base para essas articulações. Os militares, para agradar o PSD, lançaram como candidato o deputado estadual Eliezer Penna, que era do partido, ocupava a Secretaria da Indústria e Comércio do Estado e se desligou da SIC para assumir essa postulação. As negociações se prolongaram até a data de reabertura do Poder Legislativo, mas o escolhido e eleito, numa manobra do próprio PSD, foi o deputado pessedista Luziano de Carvalho, de Jataí.

No final de abril as principais lideranças da União Democrática Nacional (UDN) marcaram a sua Convenção Estadual para os dias 22 e 23 de maio. Ao mesmo tempo, indicaram cinco nomes para a sucessão estadual, para uma possível coligação unindo UDN-PSP-PTB-PDC: Alfredo Nasser, deputado federal, do Partido Social Progressista (PSP); Emival Caiado, deputado federal da UDN e que tinha sido dono do jornal “*Diário do Oeste*”, onde desenvolveu intensa campanha contra o então governador Mauro Borges; Otávio Lage, da UDN e na época prefeito de Goianésia; e dois secretários de Estado: Henrique Fanstone, do Trabalho e Ação Social e da UDN de Anápolis; e Luiz Menezes, da Agricultura e da UDN de Itumbiara.

O ex-governador e ex-senador udenista Jerônimo Coimbra Bueno, indicado como candidato do partido ao Senado Federal, defendeu, em entrevista ao jornal “*O Popular*”, a rápida definição do candidato da UDN ao Governo, diante das boas chances de vitória. Argumentava que “o PSD não está no Governo para empregar a sua máquina em proveito da candidatura que patrocinar”.

A delegação goiana à Convenção Nacional da UDN, tendo como um de seus membros o deputado federal Jalles Machado, viajou para Niterói no dia 29 de abril.

O mês de maio começou com a denúncia do deputado federal Castro Costa contra o senador Pedro Ludovico, pela “intolerância do comando pessedista, que age em função de si mesmo”. O governo do marechal Ribas Júnior procurou interferir nesse processo, estimulando a candidatura pelo PSD do deputado, próximo dos militares, e assim ferir a liderança do senador. Houve pressões, da área federal, para que o candidato do PSD fosse o parlamentar pessedista.

No único registro que “*O Popular*” fez das articulações de Otávio Lage em prol de sua postulação, no dia 5 mostrou a visita que fez ao líder do PSD de Anápolis, Achilles de Pina, mas que não avançou.

Escritor, o deputado federal Peixoto da Silveira foi eleito, no início do mês, para a Academia Goiana de Letras. A posse seria ainda no mês.

O empresário Benedito Vicente Ferreira, conhecido como Benedito *Boa Sorte*, colocou seu nome como candidato ao Governo do Estado, pela UDN, dizendo ter o apoio do marechal Ribas Júnior.

No dia 13, em manifesto, o PSP lançou a candidatura ao Governo do Estado do deputado federal Alfredo Nasser. Antes, o presidente nacional do partido e ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros, tinha vetado a candidatura de Nasser em Goiás, por considerá-lo muito próximo da UDN. No dia seguinte, o deputado federal Emival Caiado registrou sua candidatura pelo Partido Libertador (PL).

O deputado federal Benedito Vaz, do PSD, invocando os princípios mais comezinhos do regime democrático, como o direito de opinar, divergir e de votar em quem quiser, defendeu a candidatura de Castro Costa ao Governo do Estado.

Reunião dos dirigentes de quatro partidos (UDN, PDC, PSP e PTB), no dia 19, coordenada pelo presidente estadual udenista, deputado Sidney Ferreira, buscou um entendimento para acabar com os conflitos em relação à candidatura ao Governo do Estado, afunilando em três nomes, pela ordem de preferência: médico José Fleury, Emival Caiado e Otávio Lage, além da indicação de um quarto nome, do coronel Eptácio Cardoso de Brito. O PDC divulga lista apoiando cinco nomes: Emival, Wagner Estelita Campos, Alfredo Nasser, José Fleury e Sebastião Dante de Camargo Júnior. Na coluna de política do jornal “*O Popular*” o registro de que poderia haver surpresa na indicação do candidato da UDN pela Convenção.

No dia 21 os jornais publicaram que o presidente da República, marechal Humberto de Alencar Castello Branco, anunciou apoio à candidatura do deputado federal Castro Costa, pelo PSD, ao Governo de Goiás, e vetou a

postulação do deputado estadual Sebastião Arantes, que fora Secretário da Fazenda no governo Mauro Borges.

A XV Convenção Estadual da UDN e as discussões

Sem ter fixado um ponto de partida para debelar seu conflito interno e sem possibilidade de definir seu candidato ao Governo do Estado, a UDN abriu a sua XV Convenção Estadual no dia 22 de maio, no Plenário da Assembléia Legislativa do Estado, em trabalhos dirigidos pelo presidente, deputado estadual Sidney Ferreira. O secretário da Justiça, Nelson de Castro, defendeu que a UDN “tome juízo” e defina um candidato em comum acordo com os partidos do bloco situacionista.

O governador Emílio Ribas Júnior, nesse dia, estava em Pires do Rio, participando de solenidades na cidade, e no dia seguinte estaria em Ipameri.

Ursulino Leão, eleito deputado estadual pela UDN em 1962, fez parte da minoria no Legislativo nesse mandato e atuou quando da intervenção federal em Goiás. Participou da eleição indireta do Governador, pela Assembléia Legislativa do Estado, com a escolha do marechal Ribas Júnior, que, como relatou, fez um governo de coalizão, com a participação de udenistas e pesse-distas. Foi líder do governo no Legislativo, tornou-se amigo do Governador e seu padrinho no novo casamento dele.

Lembrou o parlamentar que o marechal Castello Branco adotou, para Goiás, a política de administrar “o clima difícil gerado pela deposição de Mauro Borges, que tinha apoiado os militares em 1964 e depois mudou de posição”. Explicou que ele não queria uma oligarquia substituindo outra. Tinha tirado os Ludovico e não pretendia a volta dos Caiado.

“O seu desejo era pela conciliação”, definiu. Ribas Júnior, de sua parte, disse a Ursulino que não iria interferir nos resultados, não apoiaria nenhum candidato antecipadamente e que se reservaria o direito de apoiar aquele que fosse escolhido. Defendia que os udenistas escolhessem “livremente o seu candidato, em clima de união, de apaziguamento”.

No domingo, dia 23, a UDN decidiu ir sozinha para a indicação do nome de seu candidato ao Governo do Estado, apresentando dois favoritos, José Fleury e Emival Caiado, e, como terceira possibilidade, Otávio Lage. Em pronunciamento no dia anterior, Fleury renunciara à candidatura por não concordar com a tese isolacionista, do partido definir, unilateralmente, o seu candidato, sem os demais partidos do bloco situacionista. PDC, PTB e PSP reuniram-se para discutir a crise e fizeram uma proposta: lançamento de um candidato provisório, a ser analisado posteriormente e aí se definir o nome, que foi recusada pela UDN.

Até três horas antes da votação o deputado federal Emival Caiado afirmava que tinha chegado a sua vez, já que abrisse mão na eleição anterior,

em nome da unidade partidária, em favor da candidatura de José Ludovico de Almeida (*Juca*). Entusiasmado, como registrou o jornal “*O Popular*”, em sua edição do dia 26, dizia ter o apoio de 70% dos convencionais. Ele era constantemente ovacionado pelos presentes, que o aclamavam “líder civil da revolução em Goiás”. Em sua defesa discursaram Glauco Baiocchi, David Cozac e Joaquim Edson dos Santos.

Dois pronunciamentos, ainda conforme o jornal, tiveram grande repercussão: do secretário do Trabalho e Ação Social do Estado e representante de Anápolis, segundo maior colégio eleitoral de Goiás, médico Henrique Fantsone – ele disse reproduzir informações do próprio Governador, com quem almoçara duas horas antes, em Anápolis, de veto à candidatura de Emival; e do então prefeito de Goiânia, Hélio de Brito, defendendo um candidato para trabalhar em harmonia com o Governo Federal e assumindo os postulados implantados pelos militares. Também repercutiu o discurso do prefeito de Tocantínia, Joaquim Sardinha.

O jovem Genésio Vieira de Barros, estudante de Direito na Universidade Federal de Goiás, 24 anos, foi um dos últimos a discursar, e estava receoso de enfrentar aquele plenário, “de tantas vozes cansadas e saudosistas”, que falavam do fracasso eleitoral de vários períodos, como 1930 e 1945. Orador eloquente, aproveitou cada discurso daqueles que o precederam para traçar um novo quadro na discussão:

“Não sou de 30, pois nesse ano ainda não tinha nascido, e nem de 45, quando estava com apenas quatro anos. Sou de uma geração que não quer novas ‘derrotas honrosas’ e sim vencer as eleições”, disse, empolgando os presentes.

Genésio abusou de sua juventude para, atrevidamente, fazer um desafio ao candidato considerado favorito: que apresentasse, de forma concreta, os trunfos que dizia ter, de apoio real dos militares:

“Tire do bolso do paletó uma única prova que vou pedir aos demais candidatos que desistam em seu favor”.

Defendeu com entusiasmo a candidatura de Otávio, falando de sua exitosa experiência administrativa em Goianésia, da tradição política adquirida com o pai e das propostas inovadoras para um novo Goiás, que precisava superar o atraso em que se encontrava para a construção de um novo futuro.

Emival voltou à tribuna para falar da luta que travou nos bastidores para a derrubada de Mauro Borges e que “não há esse propalado veto à minha candidatura com a simples alegação de ter Caiado em meu nome”. Ao jornal ele disse ter consultado “áreas revolucionárias para obter uma resposta a respeito e todas negaram qualquer veto” à sua postulação.

A discussão se acalorou. De acordo com o “*O Popular*”, a cúpula udenista, após as tentativas de harmonização, de afunilamento em um único nome, agiu rápido: deixou que o debate se ampliasse, quando foi evidenciada a restrição de Ribas Júnior a Emival e as inclinações contra o PSD, criando um certo tumultuo no recinto.

Os jornais publicaram nos dias seguintes os argumentos que deram respaldo ao debate sobre o veto: o deputado estadual Sidney Ferreira, com a autoridade de presidente da UDN em Goiás, garantiu que Ribas Júnior lhe tinha dito que os militares derrubaram as oligarquias e não queriam a volta dos Ludovico e nem dos Caiado; o prefeito Hélio de Brito também confirmou essa decisão dos militares; o médico Henrique Fanstone foi mais contundente: afirmou que Ribas Junior não aprovava a candidatura de Emival por implicação oligárquica e que todos os udenistas ocupantes de cargos no Governo estariam demissionários se a Convenção aprovasse sua candidatura; e, por fim, seriam demitidos todos os delegados de polícia.

Com uma presença de convencionais jamais registrada nos anais da UDN goiana e em meio a uma atmosfera de grande agitação, a Convenção foi encerrada nas primeiras horas de segunda-feira, dia 24. No total, compareceram representantes de 108 diretórios municipais e 243 delegados, sendo eleitos e empossados os novos membros do Diretório Regional, tendo na presidência o deputado estadual Ary Valadão. No final, concluída a apuração, foram apresentados os resultados: 145 votos para Otávio Lage e 98 para Emival Caiado.

Devido a problemas particulares, *Carlinhos* não participou dessa Convenção Estadual da UDN. Lembra que foi um momento nervoso, difícil, de grande participação dos convencionais. Disse que tinha o apoio de vários prefeitos e de lideranças expressivas, como Jalles Machado, Alfredo Nasser, Coimbra Bueno. “Empolgou a mocidade”, afirmou. Os mais velhos apoiavam Emival Caiado. Após a proclamação do resultado, indicando Otávio como candidato, ele passou na residência de Carlos Alberto Ferreira Coelho e lhe perguntou:

“E a agora, o que você acha?”.

“Vamos ganhar a eleição. Você vai para o interior, para os companheiros e o pessoal te conhecer. Se ficar aqui perde a eleição”, disse-lhe. “Alguns pensavam que ganharíamos com uma grande diferença. E ela foi pequena”.

Em sua apreciada coluna “*Coisas e fatos*” no jornal “*O Popular*”, edição do dia 26, o jornalista Domiciano de Faria registrou a sua surpresa com a indicação pelos convencionais do candidato ao Governo da UDN:

“Discutiu mais de seis nomes para depois optar por um que jamais esteve nas cogitações do partido”.

Bem humorado, ele ainda fez outro registro:

“Havia candidatos demais, a ponto de um udenista, em tom de brincadeira, sugerir: ‘Gente, vamos colocar a candidatura em concorrência pública’”.

Correspondente do “*Jornal do Brasil*”, do Rio de Janeiro, em Goiás, o jornalista Walder de Góes publicou, na edição de 20 de junho, que as articulações estavam presas à fixação das incompatibilidades eleitorais e à definição do Governador. A UDN acertou a coligação com PSP, PTB e PDC; e o deputado Emival Caiado, chefe udenista há 35 anos e ainda magoado com a derrota na Convenção, manteve o registro de sua candidatura ao Governo pelo PL e ameaçou abrir uma cisão no partido. O PSD, com convenção marcada para o dia 4 de julho, continuava abrigando uma luta interna entre três postulantes: Sebastião Arantes, secretário da Fazenda até a intervenção e por isso temeroso de um veto da lei das incompatibilidades; deputado federal Castro Costa, ligado ao bloco que apoiava os militares; e o também deputado federal Peixoto da Silveira, que ficava numa posição intermediária entre as duas tendências.

Explicou que o marechal Ribas Júnior negava-se sistematicamente a compor com as “forças revolucionárias regionais”. Às exortações nesse sentido, partidas das forças políticas locais e de círculos da própria Presidência da República, o Governador respondia com a ameaça de renúncia e com a alegação de que não veio para Goiás “fazer política”.

Walder fez, nessa matéria ao jornal carioca, uma dura análise dos candidatos com maior potencial. Explicou que Arantes era o candidato mais forte. 46 anos, deputado estadual há sete anos, Prefeito do Sudoeste, era orador sofrível, meio surdo e, sobretudo, um político plasmado à sombra do senador Pedro Ludovico, que por seu intermédio queria retomar o poder em Goiás. Peixoto, deputado federal há sete anos, deputado estadual durante três legislaturas, médico, “mau orador, é amigo do senador sem ter sido solidário com Mauro Borges nas investidas socializantes que este fazia em Goiás”. Castro Costa, fundador do PSD goiano e há muito tempo incompatibilizado com o senador Pedro Ludovico, tentava a sua candidatura transitando entre a Presidência da República e os diretórios pessedistas do Estado. Aos partidários levava o argumento de que “é o melhor candidato para o PSD por ser o preferido da cúpula revolucionária e ao partido não interessa, agora, engajar-se na luta contrarrevolucionária suicida pregada pelo senador Ludovico”. Estava no segundo mandato de deputado federal, depois de ter cumprido três estaduais, e procurava ampliar, com seu trabalho, o resíduo antiludoviquista do PSD.

Aventou-se a possibilidade do senador José Feliciano Ferreira se candidatar: afastado das cúpulas regionais, era líder de prestígio eleitoral

comparado ao de Pedro Ludovico e visto como único pessedista capaz de conciliar todas as tendências e unificar o Partido para o episódio eleitoral de outubro.

Otávio, “político jovem, 38 anos, Prefeito de Goianésia e só agora lançado à cena política, é filho do deputado federal pela UDN Jalles Machado, engenheiro, considerado bom administrador, orador medíocre e dono de uma fortuna superior a Cr\$ 10 bilhões”, afirmou o jornalista. Explicou que ele havia mandado fazer uma plataforma eleitoral por um grupo de técnicos, organizava uma equipe de alto nível, dirigida pelo deputado Alfredo Nasser, e sabia que lhe seria impossível vencer o pleito sem a ajuda do Governo.

“É no sentido de ver a sua candidatura encampada pelo marechal Ribas Júnior que trabalham udenistas convencidos de que a UDN, aqui, um partido só de líderes, além da falta de estrutura eleitoral ressentido-se dos desgastes oriundos da grande impopularidade da Revolução no Estado”, afirmou o jornalista.

Vencer barreiras, diante do clima criado na Convenção

Os jornais dos dias seguintes registraram o clima pesado e tenso em que resultou a Convenção, indicando que Otávio Lage teria pela frente uma árdua batalha: vencer as barreiras naturais dentro dos círculos políticos. Para os comentaristas, a aprovação de seu nome surgiu sem o endosso de outros partidos do bloco situacionista e nem do governador Ribas Júnior, pois a UDN preferira fixar unilateralmente uma composição para depois oferecê-la aos três partidos aliados: PTB, PSP e PDC.

Surgiram, em seguida, articulações divergentes para lançamento de outras candidaturas, como as de Alfredo Nasser e Camargo Júnior, para “criar condições de igualdade aos partidos do bloco”, como os jornais publicaram, mas esse trabalho logo foi abortado.

Ao mesmo tempo apareceram vozes respaldando que a candidatura tinha méritos capazes de acabar com a “desvantagem inicial da obscuridade”, como registraram os jornais, e se transformar em agente de vitória. Como vantagens, indicaram a juventude do candidato, a sua trajetória recente e vitoriosa na administração pública e ser filho de um chefe tradicional da UDN. Essas condições o capacitavam a dar ao partido o tom da renovação, “sempre galvanizador das massas eleitorais não alinhadas e descompromissadas dos grupos partidários”.

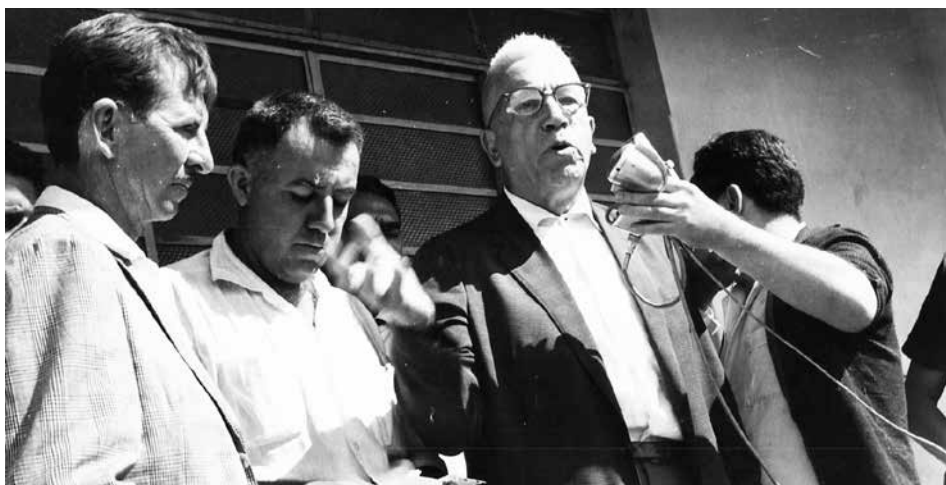
Ribas Júnior não opôs restrições à candidatura; recebeu Otávio Lage, em Palácio, de forma “fria”, como os jornais publicaram naqueles dias; e anunciou que só iria se pronunciar depois que os demais partidos se definissem, o que realmente aconteceu, mas posteriormente.

Emival Caiado continuou candidato, pelo PL; o superintendente da Suplan, Leonino Caiado, não aceitando o veto ao primo, apresentou sua demissão ao cargo que ocupava no governo, mas Ribas Júnior não aceitou; e seus advogados, Prestes Paranhos e Manoel Mendonça, entraram com recurso para anular a Convenção.

Os três partidos do bloco formaram uma comissão para buscar uma solução ao impasse: o PSP indicou Alfredo Nasser; o PDC o seu presidente, Genesco Bretas; e o PTB o seu líder na Assembléia, deputado Osires Teixeira. Foram várias reuniões.

O nome de Peixoto da Silveira, isoladamente, foi publicado, várias vezes, na edição do jornal “*O Popular*” do dia 26 de maio, numa clara estratégia de marketing para massificá-lo.

Ao mesmo tempo surgiu uma nova ameaça: as articulações para o lançamento da candidatura do coronel Epitácio Cardoso de Brito como “solução revolucionária” para Goiás.



Jalles Machado participou ativamente da campanha do filho para Governador

Sem perder tempo, Otávio Lage continuou trabalhando para consolidar a sua candidatura e no dia 7 anunciou ter encomendado estudos técnicos para a elaboração de um programa de Governo, “claro e sem sofismas”. Outra comissão foi formada para conversar com os demais partidos, integrada por Ary Valadão, novo presidente da UDN; José Fleury, Sidney Ferreira e Benedito Vicente Ferreira. Jalles Machado, de sua parte, continuou buscando apoio, e um deles foi com o colega Alfredo Nasser.

Goiano de Jaraguá, no dia 29, Peixoto da Silveira recebeu o título honorífico de cidadania goianiense.

Otávio Lage se reuniu, no dia 3 de junho, com o bispo auxiliar de Goiânia, dom Antônio Ribeiro de Oliveira, e, passados oito dias da tumultuada Convenção da UDN, já se consolidava como candidato, fenômeno “aparentemente inexplicável”, conforme os articulistas de “O Popular”. Destacavam o trabalho dirigido que realizava e a boa assessoria.

Os jornais do dia 4 estamparam muitas novidades. Dentre essas, voltaram com a possibilidade de candidatura, pelo PSD, do senador José Feliciano, que continuava afastado dos meios políticos, mas desfrutando de grande liderança. Publicaram a visita de Otávio a Brasília; a audiência com o marechal Castello Branco no Palácio do Planalto, que ultrapassou o tempo normal; os contatos mantidos com o presidente da Câmara, Olavo Bilac Pinto, e lideranças políticas nacionais. Estava acompanhado dos deputados federais Jalles Machado e Antônio Lisboa Machado. Ele se disse impressionado com a grande receptividade ao seu pai por onde passaram.

Em julho, com a forte influência do senador Pedro Ludovico sobre os convencionais, Peixoto da Silveira conquistou o direito, na Convenção do PSD, de ser o candidato do partido ao Governo do Estado.

Na sequência, Otávio firmou sua candidatura e, mais à frente, obteve o apoio do governador Ribas Júnior.

Eliminando os atropelos interpartidários

Vencidos a convenção e os atropelos interpartidários, Otávio Lage recrutou colaboradores oriundos das famílias políticas da época e começou a sua campanha eleitoral, feita nos moldes tradicionais, em que o comício tinha peso muito grande, porque não havia *mídia*, apenas o rádio.

O planejamento da campanha e do governo foi feito no escritório do irmão, Jair Lage, em Goiânia, na Av. Goiás, no segundo andar de um prédio ocupado, no térreo, por um banco mineiro. A irmã Sylvia Siqueira Simões, boa de oratória, com facilidade para falar, participou da campanha e lembra que foi de bom nível, como era a política na época.

A campanha seria dura porque a oposição, na figura do senador Pedro Ludovico, principal liderança política de então em Goiás, indicou para candidato a Governador um de seus principais quadros, o médico José Peixoto da Silveira. Ele foi Secretário de Estado da Educação, da Saúde e da Fazenda, deputado federal e era estudioso da problemática do centro-oeste brasileiro. Prefeito de Jaraguá, onde exerceu a medicina, foi deputado estadual. O ex-vice-governador José Luiz Bittencourt, em artigo no livro “*Prática da discordância*”, mostrou a dimensão do candidato, afirmando que, em seus mandatos parlamentares, “que cumpriu com muita dignidade”, expôs ideias que mais tarde serviriam para apressar e justificar a mudança da Capital da República para o Planalto Central.

A oposição, também, detinha o apoio da maioria política que ainda dominava Goiás.

O jornalista José Osório Naves se lembra, como se fosse hoje, ter sido acordado às 5h da manhã do dia 28 de maio de 1965, com toques na janela de seu quarto, na casa onde morava com seus pais, no bairro de Campinas, em Goiânia. Uma voz rouca e possante gritava:

“Acordem dorminhocos! Levantem e vamos trabalhar!”.

Era o empresário, depois deputado e senador Benedito Vicente Ferreira (Benedito *Boa Sorte*) a exigir que ele e o irmão Raulindo Heinzelman Naves o acompanhassem imediatamente até a cidade de Goianésia para o início da campanha udenista.

José Osório, então com 26 anos de idade, era presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás e trabalhava no *“Diário do Oeste”*, de Waldemar Gomes de Melo; e Raulindo, 24 anos, radialista e estudante de Direito nos últimos meses da faculdade, tinha programa na Rádio Difusora, da Igreja Católica, no bairro de Campinas.

“O que, na verdade, nos credenciava não era a experiência própria, pois éramos muito jovens, mas a fidelidade e a liderança de nosso pai, José Rodrigues Naves Júnior, que tinha sido vereador em Goiânia por quatro legislaturas e era líder da UDN em Goianira”.

Goiás havia passado por um período de conturbação política desde que os militares assumiram o poder federal, derrubaram o Governador, intervieram na administração estadual e elegeram, de forma indireta, um Governador. Tudo isso em pouco mais de um ano.

“Ainda ressonava aos meus ouvidos os rasantes dos caças da Aeronáutica que sobrevoaram Goiânia no dia da deposição, para intimidar e evitar qualquer possível reação dos políticos apaixonados por Mauro Borges. A operação surtiu o efeito psicológico esperado, agravado com a disenteria provocada nos *‘valentões’* do dia”, disse.

Ante a impositiva convocação, saltaram da cama quando foram informados da razão da intempestiva visita.

– “Disse que iríamos imediatamente para Goianésia, onde haveria o primeiro comício da campanha de Otávio Lage ao Governo de Goiás e eu seria o responsável pela divulgação da campanha”, relatou.

Sem qualquer discussão, apenas pediu uma hora de prazo para reunir uma equipe de jornalistas e compor a delegação. Levou consigo os jornalistas e irmãos Hélio Rocha e Reynaldo Rocha e ainda o jornalista Walter Junqueira, seus colegas do *“Diário do Oeste”*. Eles, a partir daquele momento, passaram a integrar a equipe de divulgação da campanha, e foram para a cidade do Vale do São Patrício, que ainda não conheciam.

“Quando chegamos em Goianésia já estava improvisado um palanque, na carroceria de um caminhão, na praça em frente à residência do Prefeito e uma multidão começava a se aglomerar no local”, relembra.

Alegria total, uma movimentação nunca vista na cidade.



No comício em Goianira, em 1965, Raulindo Naves no palanque com Otávio Laje

“Como tudo era improvisado, me improvisaram também como ‘mestre de cerimônia’, anunciador dos oradores do comício. No auge das manifestações chegou a hora de chamar o personagem central, em meio ao foguetório que enfumaçava a cidade e eu, embora tímido e nervoso, gritei a todos pulmões: ‘Agora vamos ouvir o futuro Governador de todos os goianos, o prefeito Olavo Tage (ao invés de Otávio Lage)’. A falha se deu pela total falta de afinidade com o nome do candidato que só naquele momento vinha conhecer.

Otávio não ouviu ou fez que não ouviu a gafe cometida e começou o discurso, interrompido pelo foguetório e grandes aplausos. O comício foi um estrondo!”

Retornando a Goiânia e, ainda por iniciativa do empresário, foram apresentados ao advogado José Balduino de Souza, funcionário da Receita Federal aposentado, “um estrategista e conciliador político de rara inteligência e tirocínio”, ressaltou. Ele já havia assumido a direção geral da campanha e os confirmou na equipe de comunicação: José Osório como coordenador geral, encarregado de divulgar as atividades e os pronunciamentos do candidato; e Raulindo iria acompanhá-lo pessoalmente em suas andanças, para abastecer a equipe de jornalistas com as informações para os noticiários das emissoras de rádio e TV e dos jornais.

Benedito Ferreira, Divino Borges e Jales Guedes Coelho formavam o grupo de suporte financeiro da campanha, como empresários encarregados de pedir doações. Por isso a sua importância no ambiente pré-eleitoral.

“Meu primeiro ato, no entanto, foi, em companhia do deputado Nonô Amaral, apresentar Otávio Lage para os deputados estaduais, visitando gabinete por gabinete na Assembleia Legislativa. Praticamente desconhecido do mundo político estadual, sua maior visibilidade era ser filho do conceituado líder e deputado federal Jalles Machado, da UDN histórica. Depois da apresentação aos políticos, percorremos a redação das emissoras de rádio e TV e dos jornais”.

Aparentemente fácil, “nossa missão era árdua, face à indisciplina do candidato, que improvisava suas viagens sem nos avisar, dificultando sobremaneira o ofício noticioso da campanha. Em razão disso tivemos alguns atritos sem maior importância, sempre contornados por Balduino, pois Otávio detestava ser contrariado e achava que tínhamos obrigação de adivinhar o que pensava e como iria agir”, ressaltou José Osório.

“Mas cumprimos a missão a contento e tínhamos sempre mais notícias divulgadas dos feitos do candidato que o adversário, que contava na sua coordenação com um dos mais experientes jornalistas e escritores de Goiás, Eliezer Penna”.

No início da campanha, nas viagens ao interior, iam no avião de seis lugares do candidato apenas ele, o Raulindo e um ou outro político, com alguma liderança da região a ser visitada. Aos poucos o avião tornou-se pequeno pelo número de passageiros que aumentava a cada viagem. “O Raulindo tinha que se virar para pegar carona e compor a delegação à medida que a campanha crescia e se consolidava para nos passar as informações”, afirmou.



O deputado federal Alfredo Nasser, do PSP, discursa no lançamento oficial da candidatura, em julho de 1965

Na abertura oficial da campanha as principais metas

Na abertura oficial de sua campanha, juntamente com o candidato à Prefeitura de Goiânia, José Ludovico de Almeida, conforme registrou o jornal “O Popular” do dia 4 de julho, Otávio Lage falou de seu programa mínimo de ação, a ser executado sob a égide de uma atitude tríplice de austeridade, probidade e autoridade. Resumiu em cinco as metas principais – energia elétrica, educação, saúde, agropecuária e rodovias – e os objetivos a serem enfatizados: a política municipalista de prover as necessidades das Prefeituras, a assistência administrativa a Goiânia e a assistência efetiva ao norte. Defendeu, em discurso, a revogação do Código Eleitoral, para expurgar os vícios a cuja sombra se perpetuavam, nos pleitos, no Brasil e especialmente em Goiás, os piores abusos que escamoteavam a vontade popular.

Afirmou ser um candidato sem compromisso com o passado e sem a menor cumplicidade com os erros de deformação de mentalidades. Lembrou que submetia ao julgamento do povo esse “passado limpo, de um homem que demonstrou operosidade, enfrentando as dificuldades de um Governo municipal sabendo vencê-las, de um produtor que já calejou as mãos ao lado dos lavradores”, de um moço apaixonado pela causa de seu Estado e de seu País.

Mais de mil veículos se incorporaram ao grande desfile de abertura da campanha eleitoral, denominada ‘*Movimento Democrático Renovador*’.

“Seu estilo simples e sem rodeios agradou, ao estabelecer uma comunicação direta com a população. Ele surpreendeu por sua figura descontraída, demonstrando segurança e personalidade. Jovem, arrojado, com saúde ‘de ferro’, muita disposição e comunicativo, soube capitalizar, desde o início, o seu jeito de ser, num Estado com sua economia baseada no campo”, ressaltou Genésio de Barros.



Montado num cavalo, Otávio seguia à frente na campanha

A crítica de um opositor, de que seria despreparado, um homem da roça, foi utilizada no sentido de mostrá-lo como trabalhador, que gostava de acordar cedo, agarrar no batente, e o identificando com as pessoas do meio rural, por ser simples, e até meio desengonçado.

A sugestão do vereador Divino Garcia Rosa, candidato a prefeito de Goiatuba, inspirou-se no crescimento da agricultura em seu município e na presença daqueles trabalhadores rurais com um grande chapéu de palha atolado em suas cabeças, para se protegerem do sol. E a levou ao comitê de campanha: como a maioria da população vivia no meio rural propôs que o candidato utilizasse o chapéu em suas caminhadas, caracterizando o agricultor, o tocador de lavouras, o peão, enfim, o principal setor da economia goiana. A sugestão foi aceita e logo repercutiu, tornando o ‘chapéu atolado’, como ficou conhecido, o símbolo da campanha.

A partir dessa decisão ele colocava o chapéu sempre que chegava numa cidade, e utilizava, como veículo, o meio mais apropriado: cavalo, trator, carroça, o que estivesse ao seu alcance, ele mesmo pilotando, o que lhe rendeu a simpatia do povo goiano. Simbolizava a sua relação com o campo. Logo assimilaram o estilo, que passou a ser um contraponto do que era o adversário, urbano e mais formal nas relações com as pessoas, que se apresentava de terno preto, gravata e não raro portando um guarda chuva.



Outro momento que entusiasmou os eleitores, a chegada dirigindo um trator

Dessa forma ele percorreu Goiás.

Um dia, retornando de reunião em Brasília, Otávio desceu do avião em Buriti Alegre já sem o paletó e a gravata e foi à frente da comitiva, com seu estilo despojado, que estava agradando. Ou quando foi a um comício em

Inhumas: na entrada da cidade subiu no trator e entrou dirigindo-o, para entusiasmo da população e dos eleitores. Dessa forma, participou de todo tipo de atividade, como barraquinhas de igrejas, visitas a pequenas comunidades e encontro com lideranças.

No início, lembrou José Osório, a situação da campanha em Goiânia era péssima, apesar dos esforços do deputado federal Alfredo Nasser, o maior e mais respeitado tribuno da oposição dos velhos tempos.

“O trauma da deposição de Mauro Borges era sentido e a candidatura de Otávio Lage, a primeira e única eleição direta no período do regime militar, desafiava todas as forças políticas até então dominantes no Estado, por meio da liderança do senador Pedro Ludovico, ex-governador e pai do Governador deposto”.

Criaram um número muito grande de anedotas com o nome do Peixoto da Silveira, numa forma de desmoralizá-lo e que se tornaram lendas. Isso funcionou como estratégia. O candidato do PSD “era um respeitado médico de elite, deputado federal, mas um ‘almofadinha’, como fora apelidado, pois aportava nas calorentas cidades do interior vestindo impecável terno e gravata. Otávio, ao contrário, chegava em manga de camisa, muitas vezes montando cavalo ou na carroceria de um caminhão. Isso deu um estilo eminentemente popular à sua campanha, num estado de economia em que predominava a agropecuária, identificando-se com a população. Chamado de ‘Chapéu atolado’, dado a essas características de homem ligado ao campo, o apelido pegou, e muito bem, e foi o grande mote da campanha”, ressaltou.

Numa das viagens, como lembrou Genésio de Barros, o avião Bonanza em que se dirigiam à então região norte do Estado teve um pouso ruim em local próximo da cidade de Dueré, atropelou um cupim e saiu da pista, batendo com a asa no chão e parando. Os passageiros saíram correndo da aeronave. Jerônimo Coimbra Bueno, candidato ao Senado, colocou o paletó nas costas e começou a fazer as contas do custo que teria para consertar o avião, que estava emprestado para a campanha. Depois do susto, foram a pé até a cidade, onde o piloto pegou carona num caminhão que o levou à cidade mais próxima, Gurupi, para alugar outra aeronave e prosseguir a viagem, que incluía, ainda, Cristalândia e Pium.

Certa ocasião, ao chegar a uma cidade, Otávio recebeu no aeroporto a calorosa manifestação de apoio do Promotor Público, todo entusiasmado, que se declarou udenista. Depois desse encontro, ele comentou:

–“Coitada desta cidade. Promotor não deve tomar partido de nenhum candidato, tem que ser neutro para uma atuação isenta, sem cor ideológica”.

Posteriormente, Genésio deixou a campanha para atender a compromissos particulares, mas foi persuadido pelo coordenador, José Balduino de Souza, a retomar a sua função:

“Você é o único que faz Otávio cumprir a agenda de campanha”.

Apreciador de máquinas e automóveis, Otávio Lage sempre guiava seu carro, em qualquer situação, como lembrou Raulindo Naves. Em viagem, marcava o horário com seu colaborador e era extremamente pontual, ao acionar a buzina de madrugada no portão da residência. Certa vez, em uma reunião

pública na Praça da Vila Nova, em Goiânia, seu *Fusca* novo, estacionado às pressas em lugar impróprio, dificultava o acesso de pessoas.

“Gritou meu nome e atirou-me a chave do carro, para providenciar a remoção. Habitado a guiar outro tipo de veículo, tive naquele momento a maior dificuldade em executar a ordem do chefe. Impaciente, tomou-me o lugar do motorista e removeu o *Fusca*. Virou-se para mim e explicou: ‘Amigo, meu *Fusca* é igual ao seu *Skoda*!’. Mas não era, ao menos para mim, motorista incipiente e proprietário de um carro modelo muito antigo”.

Durante as viagens, como explicou, o que mais impressionava era o reconhecimento da população de numerosas cidades à atuação do candidato como Prefeito de Goianésia. E também de seu pai como representante dos municípios do centro e do norte, como deputado federal desde 1946, com projetos de desenvolvimento e modernização do Estado.

Esse trabalho deu origem e provocou vertiginoso crescimento, principalmente com a rodovia Belém-Brasília, a diversas cidades, como Porangatu, Gurupi, Uruaçu e Araguaína, que se tornaram rapidamente em pólos de desenvolvimento. Sua atuação nos municípios de Goianésia e Jaraguá, com fazendas de pecuária e de cultivo de café e arroz, representava o orgulho da população da região.

As pessoas perguntavam pelo parlamentar com intimidade, pois muitos eram seus amigos e outros tinham sido seus empregados, fruto de sua presença constante e atividades política e empresarial nessas regiões, o que resultou em grande apoio eleitoral ao filho candidato. No norte, era impressionante seu prestígio, até no extremo do ‘*Bico do Papagaio*’, sem falar no sul, onde a família teve início.

A simplicidade na relação do candidato com os amigos e eleitores do interior criava situações incríveis.

Gurupi, à época, era um aglomerado urbano cortado pelo traçado da Belém-Brasília, rodovia onde desceu o pequeno avião que transportava a comitiva do candidato. O dia estava em alta temperatura e o almoço-churrasco ainda demoraria. O ex-governador Coimbra Bueno, candidato ao Senado, que o acompanhava em todas as visitas, convidou seus amigos da cidade para um banho no rio próximo. A surpresa foi geral: como ninguém levou roupa de banho, quase todos entraram no rio nus e na maior alegria, sem malícia, inclusive os candidatos ao Governo e ao Senado. Alguns copos de aguardente foram sorvidos. Poucos tiveram recato na hora e se abstiveram da extravagância, bancando vigília no barranco do rio.

Em Porto Nacional, a maior surpresa. A comitiva do candidato foi formalmente convidada para um sarau na residência de uma das famílias mais respeitadas da cidade, cujo patriarca era líder do partido udenista, o mesmo do candidato a Governador. Reunião longa e das mais interessantes, tomando a madrugada adentro.

“Poesias, cantorias, solos de violinos, de piano, coral com temas clássicos, regionais e religiosos. A história da cidade foi contada em prosa e verso, demonstrando o alto grau de intelectualidade, cultura e artes da população portuense”, ressaltou Raulindo.

Berço da cultura do norte de Goiás, a cidade representava um oásis cultural na selva do norte goiano, com apresentações não conhecidas ou vistas no resto do Estado, considerado mais evoluído. O candidato, tímido, foi forçado a recitar uma pequena poesia, tais foram seu encanto e entrosamento pessoal e amigável com aquela comunidade.

Em Araguaína, região que recebia fluxo migratório do sul do País, o candidato dedicava seu tempo em seguidas visitas aos empresários que ali implantavam seus projetos. Lá recebeu o apoio de todos, incentivados pelo líder político e empresarial Benedito Vicente Ferreira.

Passadas as primeiras semanas, Raulindo Naves foi encarregado de implantar o comitê eleitoral de Campinas, a maior zona eleitoral da Capital, para depois auxiliar na implantação do comitê principal no centro da cidade, colaborando com a dinâmica Sylvia Siqueira Simões. O irmão mais velho, Jair Lage, futuro secretário de Planejamento, ainda residente em Brasília, fazia reuniões em sua casa no Lago Sul, com especialistas em planejamento estratégico, contando, em algumas ocasiões, com pessoal do grupo de Goiânia.

Para José Osório, Otávio quebrou o gelo contra o regime militar, angariou a simpatia das lideranças e do povo interiorano e passou a liderar as pesquisas.

“Aí inverteu-se uma tendência histórica, a de que a opinião política dominante na Capital influenciava decisivamente o eleitor do interior. O reflexo do crescimento da campanha de fora para dentro quebrou o tabu e ele ganhou, por pouco, mas venceu também em Goiânia, reduto inicial da maior resistência ao seu nome e aos militares”.



Otávio na campanha de 1965

O último comício da campanha ocorreu no bairro de Campinas. Uma multidão lotou a Praça *Joaquim Lúcio* e foi consagrador aos esforços de Alfredo Nasser e à apoteótica animação do radialista Jorge Abrão, que anunciava com sua voz possante e inconfundível o refrão “*Otávio Lage, um homem novo, só tem compromisso com o povo*”, levando o povo ao delírio.

A campanha eleitoral foi bonita e difícil, como todos reconheceram.

Nessa campanha, o deputado estadual Olímpio Ferreira Sobrinho, do PTB, convidou todos os presidentes de diretórios municipais e líderes do partido para uma reunião com o candidato Otávio Lage, para lhe declarar o apoio. O evento foi registrado pelo jornal “*O Popular*”. Dentre os presentes, o presidente do Diretório de Niquelândia, Paulo da Silva Rocha, um dos primeiros a manifestar seu apoio à candidatura.

“A admiração de meu pai por Otávio era grande, sobretudo por essa capacidade de trabalho, de luta. Tinham a mesma linha política”, recorda-se Vilmar Rocha.

A sua candidatura foi fruto de dupla vitória: primeiro na convenção udenista, contra o candidato natural da UDN na época, Emival Caiado; e depois na própria união dos descontentes, já que a agremiação udenista foi, ao longo de sua história, um partido fragmentado. O registro é do historiador Clever Luiz Fernandes, em artigo no “*Jornal Opção*”.

Esclareceu que, nessa campanha, a UDN coligou-se com mais três agremiações, além do apoio de alguns descontentes do PSD, “que não concordaram com a forma autoritária da candidatura de Peixoto da Silveira, imposta por Pedro Ludovico”.

Convivendo com Otávio na fazenda, Marco Aurélio Cardoso Nunes disse que quando saiu candidato ao Governo é que o viu, pela primeira vez, montado num cavalo, de chapéu na cabeça.

“Nunca o tinha visto assim, só na campanha. Saiu roceiro e voltou Governador”, afirmou.

Uma “bomba” explode três dias antes do pleito

Três dias antes do pleito, uma notícia explodiu como uma bomba, conforme anunciou o jornal “*O Popular*” na edição de 30 de setembro:

“*PSD de Catalão dá apoio total a Otávio*”.

O Diretório do PSD de Catalão, à frente o deputado José Sebba e os líderes Nilo Margon Vaz, Geraldo Evangelista da Rocha e Gumercindo Fonseca, rompeu oficialmente com a candidatura de Peixoto da Silveira e declarou apoio a Otávio Lage. Com a decisão, formaram na cidade uma frente única para dar ao candidato renovador uma vasta maioria de votos.

A ala que declarou o rompimento e a solidariedade ao udenista ressaltou que o Diretório “não concorda com a participação de elementos subversivos na campanha do sr. Peixoto da Silveira e resolve romper definitivamente com esta candidatura e hipotecar irrestrito apoio à candidatura do engenheiro Otávio Lage”. Assinaram o documento mais de 30 membros do Diretório e nove vereadores possedistas do município.

Vitória real na eleição

Nesse ano 11 Estados tiveram eleições e nos maiores, como Minas Gerais, com Israel Pinheiro, e Guanabara, com Negrão de Lima, saíram vitoriosos os candidatos da oposição, contrários aos militares. Em Goiás a UDN ganhou do PSD, fugindo da lógica, como ressaltou Vilmar Rocha, pois teria que perder as eleições. Explicou que Otávio Lage ganhou por causa de seu espírito de renovação, de mudança, de progresso, de avanço.

“Estilão dele, de muita energia, exuberância, capacidade de trabalho, nome novo”, destacou. “Bem formado, pensava diferente”.

Fator que empolgou a sociedade, na época de mentalidade rural, foi por representar esse avanço, político e empresarial.

“Era mais empreendedor do que político”.

Em 1965, com seu filho Mauro Borges fora da política, o senador Pedro Ludovico “voltou a ser o dono das cartas e impôs a candidatura do médico José Peixoto da Silveira, um homem íntegro e competente, pelo PSD”, afirmou o ex-deputado estadual e neto Mauro Borges Teixeira Júnior (*Maurinho*), em entrevista ao “*Jornal Opção*”, de 31.07.2008.

Quarenta anos depois, ele discordou de setores que afirmam ter sido essa eleição “garfada”, com base em histórias de que até algum tempo foram encontradas urnas semi-enterradas em algumas regiões de Goiás.

“Meu avô avaliava que Peixoto da Silveira era o melhor candidato e ele, por isso, ganhou na convenção. A verdade é que, embora fosse um homem de bem, não era tão popular quanto Otávio Lage, que chegava no interior, subia em trator, conversava com peão. O dr. Peixoto, que sabia muito de medicina, nada entendia de populismo. O pessoal humilde chegava e dizia, naquele jeitão efusivo do goiano: ‘Dr. Peixoto...’ E tentava abraçá-lo. ‘Não me abraça não. Eu estou resfriado’, dizia, numa assepsia pouco benéfica para políticos. É provável que tenha havido corrupção eleitoral, mas, apesar do apoio de meu avô, que era decisivo, é preciso reconhecer que Otávio, repito, era mais popular”, relata, sob o manto da distância histórica.

Na entrevista aos jornalistas Euler Belém e Wilson Silvestre, *Maurinho* completou:

“Não analiso a política de modo passional. Portanto, não aposto que Otávio Lage ‘garfou’ a eleição do doutor Peixoto”.

Otávio Lage atribuiu sua vitória ao estilo popular na campanha.

“Na minha campanha, eu chegava em uma cidade em manga de camisa, andando a cavalo, dirigindo um trator, enquanto Peixoto da Silveira ia de terno, andando com muito cuidado. Isso o prejudicou muito, atrapalhou a sua campanha. Tínhamos a nosso favor a revolução de 64, que muito nos ajudou, e o apoio popular”.

A clareza e a sinceridade eram marcas dele, conforme o historiador Clever Fernandes, pois poderia relativizar a atuação do movimento militar em sua campanha.

“Mesmo com o bom desempenho na campanha, sua vitória foi apertada – dos 554 mil eleitores, Otávio Lage obteve 180.962 votos, contra 176.809 de Peixoto da Silveira. A diferença de 4.153 votos revela a disputa intensa desse pleito eleitoral”, assinalou.

Após a eleição, viu-se obrigado a desenrolar um complicado novelo de alianças e coligações políticas. E este foi, para ele, um momento delicado, pois tinha que montar seu secretariado e conciliar múltiplos interesses das forças que o apoiaram.

“Os principais descontentes na formação do secretariado foram os velhos udenistas, que ensaiaram até um manifesto”, lembra o historiador.

Isso estava previsto, uma vez que a sua candidatura consolidou-se exatamente ferindo interesses de grupos dentro da UDN. “Para piorar a situação, colocou na Secretaria de Planejamento o irmão, engenheiro Jair Lage, defendendo que a escolha se pautou no aspecto técnico e político, já que secretário é cargo de confiança. Em uma visão pragmática, disse que jamais o indicaria se não tivesse competência técnica para exercer o cargo”.

Fanstone e a eleição em Anápolis

Naquele ano foram realizadas eleições municipais e um dos reflexos da acirrada disputa na Convenção Estadual da UDN repercutiu em Anápolis. Ursulino Leão lembra que, quando lançaram Henrique Fanstone candidato a Prefeito da cidade, Emival Caiado, que tinha perdido a indicação como candidato a Governador justamente pela interferência dele, não o apoiou. Criou uma dissidência na UDN em favor do adversário, Raul Balduino, do PSD, mas apoiou Otávio Lage para Governador.

Sem o apoio dos Caiado, Fanstone perdeu as eleições por pouco.

“Nós apoiamos com muito entusiasmo a candidatura de Otávio, que teve uma votação expressiva na cidade”, ressaltou.

Em seu *blog*, do dia 9 de fevereiro de 2011, o ex-deputado federal Ademar Santillo comentou esse episódio:

O adversário era fortíssimo, Henrique Maurício Fanstone. Se transformara na sensação da política anapolina desde o instante em que venceu Ítalo Naghettini, genro do coronel Achilles de Pina, na disputa para a vice prefeitura no pleito de 1960. O eleitor tinha o direito de votar em candidato a Prefeito, Governador e Presidente da República de uma legenda e vice de outra legenda. Isso aconteceu em nível nacional em que Jânio Quadros se elegeu Presidente da República pela UDN e o vice João Goulart pertencia à coligação PTB/PSD. Fanstone, da UDN, foi eleito vice ao lado de Jonas Duarte, PTB-PSD. Passava o tempo e o prestígio de Henrique Fanstone crescia cada vez mais.

Sem contar com um nome popular, as lideranças do PTB e PSD partiram a procura de alguém sem militância política no município. Que não fosse político tradicional. Raul Balduino de Souza possuía esse perfil. Médico conceituado, ruralista, ex-presidente do Sindicato Rural de Anápolis e diplomata por excelência. Preenchia todas as condições para enfrentar o candidato udenista, o também médico Henrique Fanstone. Além disso, Raul era o único que poderia atrair parte importante da UDN municipal, liderada pelos Caiado. Companheiros de Ederval e Elcival não apoiavam Fanstone. Caiadistas o responsabilizavam pela derrota de Emival Caiado para Otavio Lage na convenção udenista.

A velha UDN queria Emival. Ele não tinha dúvida que enfrentaria Peixoto da Silveira, candidato do PSD. Perdeu para o engenheiro Otavio Lage, prefeito de Goianésia. O articulador de Otavio na convenção teria sido Henrique Fanstone. Grande era o ressentimento. Os Caiado não votariam em Fanstone. Da mesma forma não se dispunham a apoiar candidato que fosse militante tradicional do PTB ou PSD. Em Raul Balduino votariam.

Confirmada a candidatura de Raul, os Caiado montaram comitê Otávio Lage-Raul Balduino, no centro da cidade. João Beze foi o principal comandante do Comitê, conhecido como Comitê do Meio.

Henrique Fanstone arrastava multidões aos seus comícios. O povo ia a pé a todos eles. Seus eleitores deliravam quando atacava os adversários. Esse entusiasmo da massa fanatizada revigorava cada vez mais suas ironias. Os comícios de Fanstone eram transmitidos ao vivo pela Rádio Imprensa e os de Raul Balduino pela Rádio Carajá.

A forma de expressar de Henrique Fanstone agradava seus eleitores, mas o distanciava do eleitorado mais observador. Aqueles que se definem pelo candidato no curso da campanha. Pela sua forma irônica ao atacar o concorrente se afastava desse eleitorado.

Raul Balduino, tranquilo, ganhava força a cada instante. Seu valor pessoal, prestígio de Jonas Duarte e aliança com o grupo Caiado: Otávio para o governo e Raul para prefeitura foram fundamentais para seu crescimento eleitoral.

Henrique Fanstone e Raul Balduino, embora à época não houvesse pesquisa de intenção de votos, chegaram ao pleito em igualdade de condições. Apurados os votos na cidade de Anápolis, Henrique Fanstone estava à frente. Abertas as urnas do distrito de Souzaânia, Raul tirou a diferença e venceu por 222 votos.

Repercussão nacional das eleições de 1965

No dia 3 de outubro de 1965 foram realizadas eleições diretas para governadores de 11 estados brasileiros, excluindo-se nesse processo a eleição do Presidente da República, pois o mandato do marechal Castello Branco fora estendido a 15 de março de 1967. Com a implantação do regime militar, a classe média, dos grandes centros urbanos, ficara em situação financeira difícil, por causa do achatamento salarial resultante do combate à inflação feito no período, e resolveu se manifestar nesse pleito.

Os militares vetaram determinados candidatos e mesmo assim a oposição venceu em estados importantes, como Guanabara e Minas Gerais. Ambos eram políticos ligados ao ex-presidente da República, Juscelino Kubitschek, mineiro, que tinha sido eleito Senador por Goiás em 1962 e fora cassado em 1964.

Candidatos eleitos Governador dos estados e respectiva votação

Estado	Candidato eleito	Partido/ Coligação	Eleitores	Votação	%
Alagoas	Sebastião Marinho Muniz Falcão (*)	PSP	145.967	69.338	43,90
Goiás	Otávio Lage de Siqueira	UDN-PTB-PDC	384.361	180.962	50,58
Guanabara	Francisco Negrão de Lima	PSD-PTB	1.176.014	582.026	52,68
Maranhão	José Sarney Costa	UDN-PSP-PTN	247.156	121.061	53,63
Mato Grosso	Pedro Pedrossian	PSD	203.649	109.905	55,65
Minas Gerais	Israel Pinheiro da Silva	PSD	1.761.930	937.555	53,21
Pará	Alacid da Silva Nunes	UDN-PTP-PDC- PTN-PR	244.481	163.527	70,89
Paraíba	João Agripino	PDC-UDN	344.997	168.712	50,44
Paraná	Paulo Pimentel	PTN	1.016.572	518.971	52,08
Rio Grande do Norte	Monsenhor Walfredo Gurgel	PSD	281.126	151.349	54,94
Santa Catarina	Ivo Silveira	PSD-PTB	651.320	328.470	51,85

(*) Candidato não proclamado por não ter conseguido maioria absoluta

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).



O marechal Castelo Branco, na companhia do general Ernesto Geisel, visitou Goiânia em dezembro de 1965

Esse resultado levou o marechal Castello Branco a baixar o Ato Institucional (AI) nº 2, de 27 de outubro daquele ano, que estabeleceu eleições indiretas para Presidente da República e aos governos estaduais no ano seguinte e extinguiu o pluripartidarismo e os 13 partidos políticos que existiam. Em novembro, pelo AI nº 4, permitiu a criação de novas agremiações partidárias e as proibiu de adotar o nome de partido, quando surgiram apenas duas, em 1966: a Aliança Renovadora Nacional (Arena), de sustentação ao regime militar, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição consentida.

A Arena teve como primeiro presidente nacional o senador gaúcho e udenista Daniel Krieger e foi formada com políticos vindos dos partidos extintos, especialmente do PSD, da UDN, do Partido Liberal (PL) de Raul Pilla, do PSP de Adhemar de Barros, do PR que fora fundado por Artur Bernardes, do PRP de Plínio Salgado e do PDC.

A maioria dos líderes municipais nordestinos e dos políticos tradicionais do sul e de São Paulo se filiou à Arena. Em Santa Catarina, a tradicional família de políticos, os Konder Reis, ingressou na Arena. Na Guanabara, a maior parte dos lacerdistas se abrigou no MDB, após o episódio da Frente Ampla, apesar de lacerdistas radicais como Sandra Cavalcanti e Amaral Netto entrarem na Arena. Já o MDB abrigou muitos políticos oriundos do antigo PTB, do PSD e do clandestino Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Foi a única eleição direta para Governador do Estado no regime militar implantado em 1964 e o último embate entre dois partidos que marcaram a história política em Goiás: a UDN, sempre na oposição e que naquele pleito assumira o poder estadual pela segunda vez, em 20 anos, e o PSD, o mais forte, cuja principal liderança era Pedro Ludovico, que se impunha nas decisões, e fora derrotado nas urnas, naquele ano.



Otávio em ato na presença do prefeito de Goiânia, Iris Rezende, e do senador Pedro Ludovico Teixeira, seus adversários do PSD.

Vitória foi duro golpe no coronelismo

Em entrevista ao “*Jornal do Brasil*” do dia 8 de outubro, Otávio fez uma importante observação, numa dica aos estudiosos da política: a constatação, com sua eleição, de que entrou “em processo de dissolução o sistema baseado no coronelismo e no chefismo, em função do qual o PSD e o senador Pedro Ludovico vinham obtendo repetidas vitórias eleitorais, desde a redemocratização”. Cristalizada essa modificação com a sua vitória, defendia que Goiás avançou no sentido de “confinar o passado no passado, extinguindo-se a sua influência sobre os elementos estruturadores do nosso futuro e estabelecendo condições efetivas para o nascimento de lideranças novas e compatibilizadas com o espírito moderno”.

Ao jornal “*O Popular*” do dia 12 de outubro Otávio insistiu em sua tese: as chefias caducas pereceram ao impacto da mensagem levada por ele às praças públicas. Representava a coincidência da renovação defendida, calcada na interpretação dos objetivos essenciais de 31 de março com o anseio geral das coletividades agrícolas e urbanas saturadas pelo academismo das administrações desvinculadas da realidade estadual. Com o perecimento das lideranças vencidas sentia que o povo revalidou algumas chefias, reformou outras e instituiu novas; atribuiu a ele, Governador eleito, a base desse apoio e o fortalecimento da solidariedade direta à sua mensagem contra velhos hábitos, com a consequente implantação do realismo na concepção de técnicas administrativas.

Anunciou um secretariado consciente do papel histórico a desempenhar, formado de técnicos e políticos preferencialmente retirados do meio que o apoiou, mas obrigatoriamente membros da nova escola que ele próprio representava. Não queria sectarismo na assessoria. Defendia um secretariado

capaz de “dirigir o Estado sem vista ao interesse partidário e igualmente capaz de transformar as rendas goianas e os vastos recursos federais que naturalmente serão dados a Goiás em elementos positivos para o aceleração do processo de desenvolvimento”. Defendeu também o permanente combate à corrupção e à subversão, pela moralização administrativa, de amparo à iniciativa privada, no sentido de ampliar as condições de produção agropecuária e industrial.

“Um Governo determinado a atingir o progresso dos grandes centros pelo desenvolvimento do sistema municipal”, afirmou.

Em sua análise, o jornal “*O Popular*” apontou as razões da derrota do candidato do PSD: “1) falta de integração do sr. Peixoto da Silveira à posição antigovernista e de certa forma anti-revolucionária adotada por setores da campanha pessedista; 2) a disseminação das divergências na área rural pelo sr. Mauro Borges, o qual realizou uma política esquerdizante; 3) a identificação do sr. Otávio Lage com a classe rural – a qual constitui o grosso da população goiana; 4) a circunstância de que o PSD não teve o apoio do Governo e de que o sr. Otávio Lage o teve; 5) o pouco tempo de que dispôs o sr. Peixoto da Silveira para a campanha eleitoral; e 6) a desatualização da liderança pessedista em face dos temas aproveitados pelo sr. Otávio Lage e a circunstância de que aquela liderança não empolgou diante da luta”.

Para Lamartine Pinto de Avelar, presidente da UDN de Catalão, a vitória do dia 3 marcava o novo início do processo de desenvolvimento em Goiás, sobretudo porque encerrava o ciclo “em que dominou a oligarquia”.

Formação do secretariado

Antes da posse e já organizando o seu secretariado, Otávio Lage participou da solenidade de inauguração da sede própria do Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge) em Goiânia, a convite do presidente desse estabelecimento, Vicente Araújo. No evento, encontrou-se com Otávio Sepúlveda e sua mulher, Ara, irmã de Vicente e mãe do engenheiro Joaquim Francisco Sepúlveda, que fora o responsável pela construção da sede do banco, mas que não comparecera ao ato inaugural.

Ao cumprimentar dona Ara, cochichou ao ouvido dela:

“A senhora vai ver o *abacaxi* que vou dar a seu filho”.

É que o desempenho de Sepúlveda na intervenção federal, na área de rodovias, chamou a atenção dele, que resolveu chamá-lo para auxiliar no governo.

O primeiro contato foi agendado com Salvino Pires, já escolhido presidente do Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A (Crisa). Otávio os recebeu em Palácio e foi logo dizendo:

“Sepúlveda, você vai ser o novo diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (Dergo). Sabendo que o DER de Minas Gerais

é o mais bem organizado do País, conversei com o dr. Eliseu Resende, diretor-geral, e ele está esperando você para um estágio no órgão”.

Salvino, demonstrando a sua lealdade e caráter, não esperando estar só com o Governador, disse:

“Trabalhei duro na campanha. Seria justo que você me desse a Diretoria do Dergo e o Consórcio para ele”.

“Escolhi o Sepúlveda para o Dergo desde o primeiro momento, baseado em sua qualidade de excelente técnico em terraplenagem e pavimentação. Não vejo diferença nenhuma entre o Departamento e o Consórcio, onde você vem fazendo um trabalho excelente”.

Devido a um pedido de Sepúlveda, Otávio solicitou ao ministro dos Transportes, Mário Andreazza, que o colocasse à disposição do Estado, sem prejuízo de suas funções no DNER.

“Isso atrasou minha posse no Dergo, devido ao estágio e mais por pouca vontade minha (como sempre achando não ser capaz)”.

Ao se indispor com o chefe do Distrito, procurou o Governador que, chamando o Salvino, disse-lhe:

“Você demorou tanto que já nomeei o Salvino. Só que agora você aceita o Consórcio”.

“Não precisa ser titular. Aceito alguma diretoria em qualquer dos dois órgãos”, respondeu, assumindo o Consórcio em 1967.

Carlos Alberto Ferreira Coelho pediu demissão do cargo na Celg, junto com os demais diretores, um dia antes da eleição. Após a divulgação do resultado do pleito, o marechal Ribas Júnior o convida a ser presidente da empresa, mas ele recusa, explicando que tinha sugerido a todos os diretores a renúncia aos cargos.

“Otávio acha você ideal para a função”, disse-lhe.

Explicou que não seria justo ir para o lugar de Camargo Júnior. Não aceitou. Como o Governador eleito tinha ordenado que quem fosse candidato nas eleições do ano seguinte não poderia ocupar cargo em sua gestão, *Carlinhos* lhe disse, quando chamado, que seria candidato a Deputado Estadual, só para recusar o convite.

O empresário Henrique Coe, que já conhecia Jalles Machado, aproximou-se de Otávio Lage pela sua ligação com o pessoal da UDN, com Álvaro Razuk, seu genro, e acabou participando do Governo. O relacionamento se estreitou quando ele ia fazer compras na Casa Iracema, de material hidráulico, da qual era sócio com Jales Ferreira Coelho, cuja família teve importante atuação na campanha e no governo. Depois, Coe foi diretor da Celg, chegando a ocupar a presidência da empresa, e, nessa condição, viajaram juntos, para visitar obras no interior.

Para Coe, a campanha eleitoral em 1965 foi muito forte.

“A oposição estava muito bem estruturada, no governo, e Otávio fez uma campanha com esforço. Expôs-se como candidato, mostrou sua independência, seu caráter, competência e a tradição política, a participação do pai como parlamentar de oposição, sempre firme e combativo”.

Como simpatizante e por sua ligação com a UDN, o empresário participou de passeatas, sempre à frente, numa caminhonete.

O governador Ribas Júnior queria entregar a Celg para o Governo Federal, preocupado com a dívida da empresa. Com a sua eleição confirmada, Otávio convidou o engenheiro Joaquim Guedes de Amorim Coelho para a presidência da estatal, que indicou Coe para a diretoria comercial. A Celg estava endividada, com as obras paralisadas, e a diretoria saiu atrás de financiamentos para voltar a tocar as construções.

Assumindo o Governo, Otávio confirmou os dois nos respectivos cargos e nomeou os demais dirigentes. Definiu com a Diretoria as metas, deu respaldo às iniciativas, acompanhou os trabalhos e não interferiu em nenhum momento. Não atendeu os pedidos de políticos e nem mesmo pediu emprego para alguém.

Planejamento das ações

Para Ursulino Leão, Mauro Borges criou o Plano MB, “estatizante, que teve boa repercussão. Era uma época em que o mundo inteiro planejava a administração pública, em função da influência dos partidos socialistas, do socialismo, do comunismo. Otávio também elaborou um plano, trienal, coordenado pelo engenheiro Oton Nascimento. Pegou o levantamento dos problemas de Goiás feito pelo ex-Governador, cuja solução ele não deu, porque foi deposto, e fez um plano exequível, com base na realidade, com o pé no chão”.

“Não copiou o Plano MB. Encontrou saída para as questões detectadas. Não tentou fazer coisa nova, embora a campanha dele tenha sido motivada por essa expectativa de renovação. “*Otávio Lage, um homem novo, só tem compromisso com o povo*”, dizia o ‘slogan’ de campanha. Ele era o homem novo também por ser ‘chapéu atolado’, fazendeiro”, afirmou.

Em novembro, Otávio anunciava que pretendia revolucionar dois setores, energia e transportes, para atender, objetivamente, os anseios de expansão e diversificação da economia goiana, que se sustentava quase que inteiramente na comercialização do arroz.

Explicou que, alcançando essa meta, esperava proporcionar a Goiás “novas e mais promissoras perspectivas de progresso, beneficiando não apenas os centros urbanos, mas principalmente os setores que são os mais prejudicados pela oligarquia que governou meu Estado durante 34 anos”.



Cerimônia de diplomação como Governador, no TRE-GO. Novembro de 1965

Diplomação e avaliação do TRE-Goiás

No dia 6 de novembro, conforme registro do jornal “O Popular” do dia seguinte, Otávio recebeu o diploma de Governador eleito das mãos do presidente do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Goiás, desembargador Paranaíba Pirapitinga Santana. Foram entregues, ainda, os diplomas ao vice-governador Osires Teixeira e ao senador João Abrão.

Em sua última reunião do ano, no dia 20 desse mês, o plenário do Tribunal goiano considerou ter sido um êxito completo o pleito de 3 de outubro. José Augusto Pereira Zeka, que integrou a comissão apuradora do TRE-GO, expressou o reconhecimento dos juízes pela ação decisiva do Presidente.

“Realizou as eleições; ajudou a prepará-las e levá-las a bom termo. Nenhum Zona Eleitoral deixou de funcionar; em nenhum município as eleições falharam. Mobilizou com presteza os recursos do TRE, arregimentou os meios materiais de outros poderes, convocou os veículos e instrumentos indispensáveis. A par, soube conduzir o Tribunal em clima de harmonia de todos os seus membros; deu a todos a sensação de participarem ativamente da direção dos acontecimentos. Para esta obra contribuiu em muito a sua confiança nos colegas, o espírito aberto e sem reservas, o apelo para que todas as cabeças trabalhassem no sentido da solução melhor”, afirmou.

Revelou-se como Presidente “na fase propriamente operatória e elevou a presidência na fase difícilíssima da incompreensão momentânea. Foi a encarnação da seriedade e responsabilidade do TRE na hora em que seu prestígio precisava ser afirmado ante a consciência dos homens de bem”, completou Pereira Zeka, conforme registrou o “O Popular” do dia 21.



Homenagem póstuma a Alfredo Nasser, dia 31.01.1966

A perda de Alfredo Nasser

“Nasser! Nasser! Entreguei-te meu filho e fizeste dele Governador!”. A voz do tribuno respeitável Jalles Machado ao iniciar discurso à beira do túmulo do ex-ministro e deputado federal Alfredo Nasser, no Cemitério Santana de Goiânia, “naquele frio e chuvoso dia 21 de novembro de 1965, ocupa até hoje minha mente”, recorda-se Raulindo Naves. Todos viviam, naquele momento, a expectativa da posse.

Nasser, advogado e experiente político, fora um dos comandantes da campanha eleitoral desde a escolha do candidato em convenção partidária. Ex-senador e ex-ministro da Justiça, reeleito deputado federal em 1962, faleceu em pleno exercício do mandato e sem presenciar a posse de seu afilhado político como Governador de Goiás.

Assim, a multidão presente em seu sepultamento ouviu um brilhante e comovente discurso proferido por aquele que foi considerado o maior tribuno do Estado.

O ato solene da posse, na Assembleia Legislativa

Na posse, realizada no dia 31 de janeiro de 1966, na Assembléia Legislativa do Estado, logo após o juramento constitucional, em seu discurso Otávio Lage anunciou especial atenção ao interior. Disse da intenção de promover uma administração centrada em obras essenciais, com destaque para educação, energia, transportes, saúde e agricultura. A sessão solene, presidida pelo

deputado Luziano de Carvalho, teve como secretária a deputada Almerinda Arantes. Na mesa diretora, as presenças do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, desembargador Paranaíba Pirapitinga Santana; o representante do presidente da República, marechal Castello Branco, Abdon Senna; arcebispo de Goiânia, dom Fernando Gomes dos Santos; embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Herbert Okun; prefeito de Brasília, Plínio Cantanhede; e o presidente do Tribunal de Contas do Estado, Nelson Siqueira.

Os deputados Raimundo Amaral, Joaquim Cordeiro, Brito Miranda e Antônio Magalhães o acompanharam e ao vice Osires Teixeira na chegada ao recinto. O discurso de saudação, em nome do Legislativo, foi feito pelo deputado Ursulino Leão, escolhido pelo presidente Luziano de Carvalho, de Jataí. Precedendo o pronunciamento do Governador, falou o vice.

Na formação do secretariado, conforme o jornalista Hélio Rocha registrou em seu livro *“Os inquilinos da Casa Verde”*, ele descontentou antigos udenistas, dando origem a um manifesto assinado por 16 deles. Houve descontentamento também com a escolha de Jair Lage, irmão do Governador, para a Secretaria do Planejamento; e com a indicação de um nome estranho ao meio fiscal para diretor do Departamento da Receita Tributária, Mário Prudente. Houve crise ainda na Secretaria da Fazenda com a saída de César Ribeiro, substituído por José Ludovico; na Secretaria da Segurança Pública, com a Assembléia Legislativa exigindo a demissão de Sebastião Balduino; e depois para manter nessa Secretaria Gonzaga Jayme, que acabou também sendo demitido.



A posse solene, na Assembléia Legislativa do Estado

A atuação como Governador

Ao assumir o cargo de Governador, Otávio Lage reafirmou a sua preocupação em construir as bases para o desenvolvimento de Goiás, com ênfase em três setores: educação, energia e transporte, influência de sua formação profissional. Ao executar essas obras estava se realizando pessoal e profissionalmente, como anotou o professor Clever Fernandes, em artigo no “*Jornal Opção*”.



Empossando os novos Secretários de Estado, no Palácio das Esmeraldas

“O engenheiro, filho de engenheiro, se sentindo realizado”, completou o historiador.

Colocou em prática uma gestão inovadora e de realizações. Esteve em todos os municípios e deixou obras em todos eles, mesmo que fosse apenas uma sala de aula, já que muitas cidades não tinham nenhuma escola. Em seu plano de metas localizava, na memória, cada veículo. Conhecia todo o parque de máquinas, sabia onde estava cada trator, e isso o ajudava na cobrança dos auxiliares.

Certo dia, numa viagem no bimotor BLS, do Estado, voando relativamente baixo, passando por uma estrada, viu um trator de esteira parado. Anotou e tão logo retornou a Goiânia ligou para o diretor-geral do Dergo, Salvino Pires, para saber o motivo daquela paralisação e cobrando providências. Esse era o seu estilo de trabalho.

Jair Lage, quando assumiu a Secretaria de Planejamento, estava construindo uma rodovia ligando a cidade de Goiás à Belém-Brasília, na altura de Jaraguá.

Havia o compromisso oficial do Poder Executivo do Estado de se transferir simbolicamente para a cidade de Goiás durante uma semana do mês de julho. Numa dessas viagens, ele chamou José Alves Ferreira (Zezé do Agenor), piloto do Estado que estava à disposição naqueles dias, para um sobrevôo na região, indo pela margem do rio Araguaia até São Miguel. Voando baixo, explicava, com a experiência de pecuarista, um de seus projetos, de investimento na formação de pastagens naquela região, propícia para a pecuária de corte.

“Essas terras serão cobertas de capim, para engorda de gado, que produzirão carne suficiente para abastecer todo o Brasil durante muitos anos”, afirmou, ao justificar a construção da estrada ligando a antiga Capital a São Miguel do Araguaia.



Otávio e três de seus principais auxiliares: Joaquim Guedes de Amorim Coelho, Salvino Pires e Oton Nascimento

Secretário Particular e na época solteiro, Genésio de Barros passava praticamente o dia inteiro e às vezes ficava até a noite no Palácio das Esmeraldas, fazendo as refeições com o Governador, sua família e convidados. Em várias dessas ocasiões, presenciou Otávio olhando para o ‘esqueleto’ do Centro Administrativo, que ficava na parte dos fundos do Palácio, e comentava sobre os custos para a conclusão da obra, iniciada no Governo de Mauro Borges.

“Fazia as contas e argumentava que com aquele dinheiro seria possível construir tantas escolas e tantos quilômetros de estradas. E fez a opção pelas escolas e estradas, deixando boa parte daquela obra para o seu sucessor”.

Na saúde, Otávio entendia que o Estado não tinha capacidade para atuar no tratamento das doenças.

“As necessidades eram muitas e tão variadas que quebrariam

o governo. Não se podia fazer muita coisa”, recordou-se de suas observações o fazendeiro Carlos Alberto Ferreira Coelho. O Governador defendia o investimento mais na prevenção, na aplicação de vacinas, no tratamento da água, “o que foi feito”.

Como Chefe do Executivo estadual, ele reunia mensalmente o primeiro escalão. Os secretários ficavam na mesa em oval e, na parte central, os dirigentes dos órgãos dinâmicos, como Salvino Pires, diretor-geral do Dergo;

Leonino Caiado, superintendente da Suplan; Joaquim Sepúlveda, presidente do Crisa; e Mário Evaristo de Oliveira, presidente da Saneago.

O Governador queria saber como estava a sua administração, e inquiria cada Secretário sobre os resultados da pasta. Às vezes, deixava um titular de órgão constrangido, ao fazer um questionamento e a pessoa não sabia responder; na reunião seguinte a cobrança vinha com mais rigor.

O seu Governo, revolucionou a agricultura goiana, passando dos métodos tradicionais para um processo de mecanização, de acordo com o engenheiro Oton Nascimento Júnior. Quando assumiu existiam apenas 60 tratores (de esteira, de pneu etc.) em Goiás. A sua preocupação era melhorar a produção e a produtividade no meio rural. Faltava tudo, em especial crédito, para fazer esse avanço. Entre as medidas, implantou, na Carteira de Crédito Agrícola do Banco do Estado de Goiás (BEG), uma linha especial, com apoio de empresas italianas da área de máquinas, permitindo que, em cinco anos, a frota mecânica rural fosse quintuplicada, chegando a 350 tratores.

O Governador comandava tudo, por telefone ou diretamente com os Secretários e dirigentes de órgãos. Acordava cedo e ficava até a noite, e nas obras ia pessoalmente.

Os municípios eram muito pobres e enfrentavam muitas dificuldades. Como lembra dona Marilda Fontoura de Siqueira:

“Uma vez fomos de avião a uma cidade. Toda a população foi nos receber. Eles não conheciam uma aeronave e queriam ver de perto como era”.

As realizações e as fiscalizações na área de transporte

“Homem rodoviário, era um espetáculo nessa área”, lembrou Carlos Alberto Ferreira Coelho.

Uma paixão aproximou os engenheiros Otávio Lage e Joaquim Sepúlveda, que levou para dirigir o Crisa: o gosto pelas estradas. Tanto que nos finais de semana ele pegava o avião e, do alto, na viagem, ia fiscalizando tudo, das obras em andamento às concluídas.

“Era de uma vitalidade impressionante, forte, sempre com muita disposição”, recorda-se o auxiliar. “Tinha capacidade de comando, se impunha sem ser autoritário, apenas pelo conhecimento e pela simpatia”.

Uma de suas principais obras, para Sepúlveda, foi a ligação, a partir de Brasília, com o então nordeste, a região mais pobre de Goiás, que Otávio queria beneficiar e ver integrada ao Estado: saía da Capital Federal, passava por São Gabriel, Monte Alegre de Goiás, Campos Belos de Goiás, Dianópolis, Almas e Natividade, num total de mais de 350 quilômetros. Foram três trechos: Monte Alegre-Campos Belos, 48 km; Campos Belos-Dianópolis, 222,5 km; e Dianópolis-Almas-Natividade, 85 km.

Quando de sua inauguração, o secretário do Planejamento, Oton Nascimento, enviou um ônibus, para o transporte do pessoal, que foi a sensação

naquele ato, pois era a primeira vez que um veículo desse tipo chegava à região; a maioria dos moradores não conhecia ônibus.

Nessa viagem, certa manhã foi acordado pelo Governador para conhecer um trecho de obras, com ele próprio, Otávio, dirigindo um jeep, “em seu estilo, sempre correndo, deixando os passageiros apavorados”

Numa das mudanças da Capital para a cidade de Goiás, logo de manhãzinha, ele se esquivou dos seguranças, chegou sozinho dirigindo a caminhonete e chamou Sepúlveda para visitar obras e vistoriar trabalhos em andamento. Saíram da cidade, ele correndo a 140 km/h em estradas de terra, o que o deixou apavorado. A visita às obras se prolongou.

“Só voltamos ao Palácio no início da noite, onde encontramos todos alarmados ... o Governador havia sumido!”

Nessa gestão, o Crisa sofreu uma mudança radical, quando passou a fazer projetos antes de construir pontes e estradas, o que não acontecia anteriormente. Para executar esse trabalho, adquiriu várias máquinas, como 50 tratores, 50 patrôas e 100 caminhões basculantes, e montou uma oficina muito grande para atender as necessidades, em especial os consertos mais urgentes, em Goiânia. Otávio gostava muito de máquinas e passava quase que diariamente pelo Consórcio para acompanhar os trabalhos.

Com esse maquinário espalhado pelo interior, aconteciam muitos acidentes que envolviam os veículos. Um dia, tombou um caminhão perto de Ceres e, logo em seguida, o Governador lhe telefona para saber o que aconteceu. Ele ainda não tinha notícias do caso. Para não passar novos apuros exigiu de seu pessoal que lhe comunicasse, imediatamente, qualquer eventualidade que tivesse acontecido, para ele mesmo dar as devidas explicações ao Governador.

Numa viagem aérea, entre Natividade e Peixe, Otávio pilotando, ele vê um trecho de estrada em obras e logo questiona Salvino Pires sobre a falta de um bueiro em determinado local. O diretor do Dergo diz que não estava faltando. O Governador, então, embicou o avião para confirmar a situação, quando Salvino, assustado, disse-lhe que não era preciso, que iria providenciar até dois bueiros para aquele local, mas que continuasse a viagem normalmente. O que ele fez, com muita calma, dando uma nova guinada e seguindo em frente.

A fiscalização era muito grande, em especial quanto à utilização das máquinas. Mantendo relatórios periódicos sobre a situação desses equipamentos, Sepúlveda ficou sabendo que o deputado federal Emival Caiado estava com um trator do Crisa em sua fazenda. Ninguém cobrava a devolução diante da fama de autoritário que o parlamentar tinha.

Ele não se preocupou e mandou que pedissem o trator de volta.

Emival, então, procurou saber quem teve a ousadia de cobrar dele, e foi direto ao Gabinete do Presidente do Crisa. Chegou, a secretária tinha saído, a porta estava entreaberta e entrou, para tomar satisfações. Sepúlveda confirmou, informando que não era permitida a permanência de tratores em propriedades privadas para outro fim que não fosse abrir estradas municipais, o que naquele caso não parecia ser.

O parlamentar ficou exaltado, falou alto, gesticulou, e saiu dizendo que ele não sabia com quem estava falando. Andou uns 50 metros, analisou a conversa e se indagou, pois se o auxiliar fora incisivo na cobrança era porque tinha respaldo do Governador. Poucos minutos depois ele retornou, apresentou suas desculpas e então, cordato, pediu-lhe para ficar com a máquina por mais 15 dias, justificando que estava ligando uma estrada interna da fazenda a uma vicinal.

O Presidente do Crisa concordou, e se tornaram amigos.

Com um Orçamento limitado, à sombra do Plano de Contenção de Despesas, e muitas as regiões a reclamar por estradas de rodagem, o Governo dava prosseguimento à sua ação. Concluiu, já no segundo ano, dois trechos pavimentados: de Nazário a São Luiz de Montes Belos, possibilitando a ligação com Cuiabá; e de Goiânia à cidade de Nerópolis, permitindo a interligação com a Belém-Brasília.

Em 1967, por meio do Dergo, construiu 929,45 m de pontes, sobre os rios das Almas (93,45m), Verdinho (132m), Veríssimo (75m), dos Bois (264m), ligando as cidades de Itumbiara e Quirinópolis; e duas pontes na estrada que liga Morrinhos a Caldas Novas: sobre o rio Piracanjuba, com 50m, e sobre o ribeirão Caldas, com 54m. Além da ponte ligando as cidades de Corumbaíba e Anhanguera, com 75m.

O tocador de obras, com a Suplan à frente

Tocador de obras, Otávio Lage fez um dos melhores governos da história de Goiás. Criada em 1961, a Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento do Estado (Suplan) tinha uma estrutura enxuta. Eram 70 funcionários que cuidavam do imenso canteiro de obras que o Estado realizava na Capital e no interior: construção de escolas e unidades de Saúde. Inclusive, deu sequência, num ritmo mais lento, às obras do Centro Administrativo, que ficava na parte dos fundos do Palácio das Esmeraldas, com a instalação de esquadrias e dos elevadores.

As escolas representavam 90% das obras e eram diferenciadas das construídas anteriormente, quando se colocava forro paulista e a partir de 1966 passou-se a implantar laje. Foram muitas obras, que o Governador acompanhou de perto, fiscalizando, vistoriando e dando palpites. Ele andava de *Fusca* e geralmente chegava sozinho, cedo, nas obras de Goiânia. Queria ver como estava o andamento dos trabalhos, que conhecia em detalhes.

A simplicidade era a sua marca maior. Conversava com todos, ao contrário dos administradores atuais, que falam apenas com os chefes, lembra o engenheiro Gilson Rios Barbo de Siqueira, que ingressou na Suplan como estagiário, quando estudante do Curso de Engenharia Civil da UFG e, ao

mesmo tempo, começou a trabalhar no órgão. O ritmo das obras era intenso e logo os estudantes passaram a acompanhar os serviços

Como eram muitas as iniciativas, a mão-de-obra especializada logo conseguia um contrato. A turma de Gilson na Escola de Engenharia, que era a maior na faculdade até então, tinha 35 formandos, e essa demanda foi atendida pelo próprio Estado, com suas obras.

Em 1967, numa segunda-feira, no horário de almoço, o Governador apareceu na Suplan. Subia as escadas quando perguntou pelo engenheiro Bartolomeu Granja, chefe de seção, pois queria discutir um projeto hidráulico com ele. Gilson se colocou à disposição, foram à sala, Bartolomeu não estava, mas localizou o projeto, ele deu uma analisada, fez algumas observações e o devolveu, despediu-se e foi embora.

Muito interessado, ele sabia de tudo que estava acontecendo e conhecia todas as obras. Nessa época havia apenas um avião para vistoriar os trabalhos mais distantes e cada viagem tinha que ser aproveitada ao máximo, fazendo tudo que era necessário. Certo dia, Gilson viu aberta a porta do Gabinete do Superintendente e entrou, sem se anunciar, quando deparou com a presença do Governador, que conversava com o presidente, engenheiro Álvaro Razuk. Desculpou-se e ia sair quando falaram para ele retornar e dizer o que estava querendo. Explicou que iria visitar uma obra em Novo Acordo e queria saber se havia alguma observação ou documento para levar. Otávio, no ato, indagou que obra era, pois não sabia de nenhuma construção naquela cidade. Ao notar o fora que tinha dado, de informar o nome errado da cidade, desculpou-se e disse que iria a Novo Brasil, onde estava sendo construída uma escola.



Reunião do Secretariado, no primeiro ano: os titulares da Fazenda, César Ribeiro de Andrade; da Saneago, Mário Evaristo de Oliveira; do Planejamento, Jair Lage; jornalista Américo Fernandes; de Governo, José Balduino de Souza; Otávio; particular, Genésio Barros; do Interior e Justiça, Rui Brasil; e da Osego, Dione Costa.

Como passava alguns fins-de-semana em Goianésia e ia de avião, após uma dessas viagens cobrou da Suplan uma obra que estava sendo executada numa cidade que ficava em sua rota, São Francisco de Goiás, e que não acabava nunca. Solicitou explicações a respeito, quando foi informado que não era do Estado e sim da Prefeitura Municipal.

Em sua gestão, foram construídas obras em praticamente todos os municípios goianos e em muitos era a primeira vez que o Governo do Estado se fazia presente. Quando a Suplan estava erguendo a primeira escola de Araguatins, que ficava na região denominada '*Bico do Papagaio*', então no extremo norte do Estado, não havia estradas, nem energia elétrica e o isolamento era grande. Para chegar lá tinham que ir até o Maranhão e pegar uma balsa para atravessar o rio Tocantins. Quando o caminhão com material para a obra surgiu naquela estrada *boiadeira*, vencendo o mato que a cobria, foi recebido com festa naquela pequena localidade, pois era o primeiro veículo que ali aparecia. Para construir obras em algumas cidades, às vezes, antes, o Governo consertava pontes e mata burros.

Ao definir pela construção de uma obra, o Governo do Estado realizava concorrência pública. Se, por qualquer motivo, os valores apresentados pelas empreiteiras fossem muito maiores do que o máximo orçado pelo órgão, a concorrência era anulada e a própria Suplan a construía, ou fazia convênio para sua construção.

Um dia, em visita a Goianésia, quando pegava um taxi, Gilson ouviu o motorista fazer críticas, dizendo que o Governador, sendo da cidade, não estava fazendo nada pela região. Ele então, de forma paciente, procurou enumerar a quantidade de obras em realização e as projetadas, mostrando a preocupação dele em melhor atender a cidade e seus cidadãos. Citou, como exemplo, o motivo de sua ida a Goianésia: a construção do Grupo Escolar, que viabilizava um loteamento afastado e estava programado para atender a demanda futura, conforme o projeto, que mostrou àquela pessoa.

No último ano de seu mandato Otávio decidiu reformar o Palácio das Esmeraldas, que, como explicou, não podia ter esse nome, pois não oferecia conforto e nem comodidade. Enquanto realizou as mudanças o Governo foi transferido para o prédio do Ipasgo, na Rua 2, Centro. O engenheiro Paulo Daher, encarregado da obra, estava sentado no banco do jardim, que fica no pátio do Palácio, quando ouviu a explicação para a necessidade da reforma. É que o vice-presidente da República, Pedro Aleixo, tinha visitado Goiânia e se hospedado no Palácio. No jantar, quando conversavam, ele brincou, bem humoradamente, dizendo de um pequeno problema que enfrentou no banheiro, que o cansou: correr atrás dos pingos d'água que caíam do chuveiro para se lavar.

Não deixou vender a Celg e a tornou vendedora de energia

Antes mesmo de assumir, Otávio Lage já procurou viabilizar a Celg, buscando recursos financeiros, pois as máquinas e as obras estavam paradas e a dívida crescendo, sem que houvesse produção de energia elétrica; em seguida, pagar os fornecedores de cimento e os atrasados à empreiteira. Com os projetos retomados, a construção evoluiu rapidamente e foi possível concluí-la quatro meses antes do prazo acertado com o Governo Federal. Havia a ameaça de transferir a empresa para a Eletrobrás caso não concluísse logo as obras. O Governador se inteirou e acompanhou a evolução do trabalhos, recebendo relatórios periódicos da Diretoria, sempre que convocada.

Em algumas viagens o Governador levou os diretores da Celg para sobrevoar as obras, ele pilotando, quando descia e parava para ver mais de perto como estavam os trabalhos. Ele conferia tudo, em especial as estradas de rodagem, verificando os locais onde estavam previstas obras especiais, como pontes. Às vezes, devido ao horário, tinha que dormir na cidade, na residência do Prefeito, casa modesta, banheiro no fundo do quintal. Ele ficava à vontade. Gostava de banana frita. O Prefeito sabia e o atendia, servindo o prato como sobremesa. Mas ele comia de tudo, sem exigências. Certo dia, em Itacajá, o Prefeito anunciou:

“Hoje o jantar vai ser tracajás”.

O empresário Henrique Coe, que dirigiu a área comercial da Celg, faz uma importante revelação, ao lembrar de seu período na empresa e da determinação do Governador em mantê-la.

“Otávio não deixou vender a Celg porque era patrimônio do Estado, da sociedade, e tinha feito um grande investimento”, afirmou.

Enfatizou que era uma visão estratégica, de gestor que via o futuro, reconhecimento da capacidade produtiva do goiano e dos horizontes que se abriam, de produção de sua riqueza.

“Por isso investiu em estradas, energia, educação e saúde”.

A recuperação da empresa se inseria nos planos do Governo, que aplicou muito na infraestrutura, criou as bases para o desenvolvimento, por acreditar que, crescendo a geração de energia, ajudava no crescimento do Estado como um todo. A Celg foi ligada ao sistema nacional.

“A maior riqueza hoje é produzir energia elétrica”.

Para ele, Otávio era uma pessoa simples, no modo de tratar, de conviver.

“Muito educado, porém exigente com o cumprimento das tarefas, das ações”, assinalava.

O pessoal sabia que ele estava a par de tudo, que acompanhava todas as atividades, era um gestor presente e informado.

“Tinha um jeito risonho, afável, com a pessoa”.

Era simples também na maneira de trajar, não tinha vaidade pessoal. “A única vaidade era trabalhar, produzir”, recorda-se Coe. “Produziu e trabalhou até o último dia de sua vida”.

“Foi um Governador independente, que não aceitava interferência de maneira alguma no Governo”.

Quando os diretores da Celg foram ao Governo Federal em busca de recursos para recuperar a empresa, dizendo que tinham autorização do Governador para assinar o contrato de empréstimo, receberam do presidente da Eletrobrás na época a seguinte observação:

“Vamos emprestar o dinheiro, mas vocês terão que trocar o nome da Celg, porque será uma nova empresa para gerir esse dinheiro. Se no prazo determinado não conseguirem entregar a obra, ela passará para o Governo Federal. E não adianta vocês irem ao Governo, que eu sou parente do Castello Branco, que não vai permitir a volta. Não adianta mexerem com política”.

A proposta foi aceita, sendo criada a Centrais Elétricas do Paranaíba só para geração de energia, para aplicar os recursos liberados, mas a empresa não chegou a ser registrada. O investimento foi feito, a obra saiu antes do prazo e mantido o nome Celg.

Foi uma época de muita construção: de linhas de transmissão de energia elétrica, para integrar o Estado; de duas usinas pequenas no norte; outra em Tocantinópolis, no Bico do Papagaio, e uma terceira, além da aquisição da Usina de Araguaína, que estava parada. Eram postes de aroeira, de nove metros, 15x15. A Celg pagava Cr\$ 15 a unidade. Na época os fazendeiros não tinham nota fiscal, davam recibo. Certo dia, um fazendeiro grande, Soavino Ribeiro da Cunha, quis vender postes para a empresa e quando soube o valor fez um escândalo, dizendo que era um absurdo, que estavam sendo comprados postes roubados.

“Compramos poste na beira da linha, nas estradas. Esse é o preço. Pegamos recibo e pagamos com cheque, que é um documento”, explicaram. “Não se conformando, o fazendeiro apresentou denúncia ao coronel Eurides Curvo – que presidiu a Comissão Geral de Investigações (CGI), implantando um sistema que atemorizava os servidores públicos e a população –, que pediu a relação dos postes comprados. Criou muitas dificuldades, mas não comprovou nenhuma irregularidade. Uma vez saiu no jornal a relação das pessoas que ele tentou prejudicar, em sua luta para conseguir um cargo na Celg”, disse Coe.

Uma das principais obras do Governo foi a rede de distribuição de energia elétrica, para integrar o Estado. O engenheiro Oton Nascimento elaborou o primeiro plano de eletrificação, em 1955, quando presidiu a Celg. Na época poucas cidades tinham esse benefício.

“Goiânia era servida pela usina de Rochedo, grande quando foi construída, mas que hoje é pequena, de cinco megawatts”, destacou Coe. Havia outras usinas pequenas. O plano era levar redes de transmissão para todo o interior.

A Celg tinha uma estrutura modesta e investiu em seu pessoal.

“Foi um período de muito crescimento do Estado, muito desenvolvimento, um governo muito sério. E independente, como foi o pai dele”, acrescentou.

A construção de Brasília viabilizou a segunda etapa da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, que permitiu levar energia para todo o Estado.

“Para se ter uma dimensão de valores: Cachoeira Dourada foi vendida no Governo Maguito Viela, em 1997, por um bilhão de dólares”, lembrou o engenheiro Oton Nascimento Júnior, que foi secretário de Planejamento e Coordenação do Estado e diretor da Celg.

Um dos mais importantes trabalhos realizados na gestão coube ao engenheiro elétrico René Pompêo de Pina, graduado pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e funcionário de carreira da Celg. Assistente do diretor técnico Oton Nascimento, foi escolhido para fazer um curso de pós-graduação na Universidade do Colorado, em Boulder, nos Estados Unidos, onde concluiu o Mestrado em Sistemas de Potência. Fez ainda um curso na Rural Electrification Associate (REA), que reunia as cooperativas que operavam o sistema de eletrificação rural dos EUA, cuja potência instalada era maior do que a do Estado de Goiás, cuidando tanto da geração de energia como das linhas de transmissão. Participou de um terceiro curso, no Bureau of Reclamation, uma espécie de Departamento de Eletrificação Rural do Governo dos EUA.

Na volta a Goiás dedicou-se à implantação do sistema de eletrificação rural, via cooperativas, quando participou do trabalho em todas as etapas, desde a orientação e motivação dos fazendeiros à criação dessas entidades e extensão das linhas de energia até as fazendas. Era um trabalho pioneiro, tendo como respaldo a experiência norteamericana e financiamento em condições extremamente favoráveis, concedido pelo BID, em 20 anos, sem correção monetária.

Visitou os municípios, quando explicava o funcionamento do processo, as formas de participação, de organização, pagamento e detalhes da atividade. O financiamento tornava o sistema atrativo e o viabilizava. No final, conforme disse, o valor da parcela financiada, de tão pequeno, correspondia a “meia dúzia de galinhas”.

Quando começou o trabalho, Otávio Lage o chamou e pediu prioridade para Goianésia.

René, que tinha intimidade com o Governador, brincou:

- “Não posso. Já tenho compromisso com Araçu”, disse, rindo, ao assinalar o município onde ficava a propriedade rural do presidente da Celg, Joaquim Guedes de Amorim Coelho.

Todos os municípios ou regiões que se organizaram em cooperativas de eletrificação rural foram beneficiados com energia elétrica.

Como viveu as dificuldades do interior, como Prefeito de uma cidade pequena, onde morava, quando Governador achava que tinha por obrigação fazer mais pelos municípios, para as regiões atrasadas e desassistidas.

A última obra inaugurada em seu Governo foi da área de energia elétrica, em Iaciara, então no nordeste goiano.



Despacho no Palácio das Esmeraldas: Otávio entre os secretários José Balduino de Souza e Genésio de Barros. No fundo, o deputado federal Emival Caiado.

Trabalho jornalístico redimensionado

Em razão da campanha política, o jornalista José Osório Naves deixou o emprego no “*Diário do Oeste*”. Casou-se em fevereiro, logo após a posse do novo Governo, tendo Otávio como um dos padrinhos. “Viajei em lua-de-mel, feliz, mas desempregado”, lembra.

“Quando retornei de viagem o secretário do Governo, José Balduino, chamou-me ao Palácio das Esmeraldas. Pediu desculpas pela demora do convite e disse que estavam à minha disposição dois cargos - Subchefe do Gabinete Civil ou a direção da Agência Goiana de Notícias (AGN), órgão do Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (CERNE). Como o primeiro cargo era de mero mensageiro no Palácio, aceitei o segundo, sem grande importância política, mas onde poderia fazer um bom trabalho na minha área profissional”.

Na AGN estruturou um modelo de gestão exemplar. Levou os jornalistas de campanha para reforçar a pequena equipe existente, passou a despachar

boletins de notícias para a *mídia* eletrônica e impressa e ainda organizou um departamento de cinematografia, para produzir filmes para a televisão. Os boletins da AGN circulavam em duas edições diárias: ao meio dia e às 19h, com informações de todos os órgãos do Estado, inclusive editoriais sobre os principais temas políticos e econômicos do momento.

“Foi tão eficiente o serviço que os veículos (rádio, televisão e mesmo os jornais) passaram a ter profunda dependência desse noticiário”.

Os editores ficavam angustiados por qualquer atraso na remessa desses informativos, que passaram a ser fundamentais para a edição de seus noticiários.

“Se falhássemos, seria um Deus nos acuda, pois as equipes de redação desses veículos eram muito reduzidas e nossas notícias cobriam até 60% de seus noticiários”, destacou.

A sucessão na Assembléia em 1966

Desde o início de sua gestão, Otávio Lage procurou manter um bom relacionamento com o Poder Legislativo e encarregou o seu secretário da Justiça, Rui Brasil Cavalcante, de discutir a eleição da nova Mesa Diretora, que ocorreria em abril. A bancada de parlamentares da Arena tinha uma ligeira maioria sobre o MDB: 20 x 19, conforme registro do jornal “*O Popular*” de 31 de março.

Ele reuniu os deputados estaduais do partido e lhes mostrou os diversos aspectos do quadro político dentro do qual estava localizada a sucessão do Presidente da Assembléia Legislativa do Estado. Explicou que o Governador fizera um compromisso – na presença do ministro da Justiça, Mem de Sá, em Brasília – com a ala pessedista filiada ao partido oficial. Pelo acordo, o Presidente sairia dessa ala e seria um nome aceito por todos, referindo-se aos deputados Antônio Balestra Filho e José Sebba.

O Secretário informou que havia tido antes um encontro com o Governador, que considerou dispensável a prévia anuência ao esquema e ao compromisso posterior das forças políticas que o apoiavam, pois estas, em reunião, já o haviam credenciado para decidir em seu nome. E igualmente não considerava ter havido um avanço de sinal, ao firmar o acordo. O problema tinha sido amplamente debatido pela imprensa e contra ele não se fizera, no meio governista, qualquer oposição considerável, produzindo-se um consentimento tácito e público.

O Governador desejava, segundo o Secretário da Justiça, que o seu compromisso fosse honrado, atribuindo a um remanescente pessedista o apoio do partido na disputa pela Presidência da Assembléia. Isto daria cumprimento ao acordo e fortaleceria o partido, bem como a posição do Governo no âmbito federal.

Rui Brasil pediu aos deputados que pensassem no assunto, ponderando sobre as razões do Governo, que assumiu um compromisso por confiar nas forças que o apoiavam, e a necessidade de pacificar o meio político, destruindo-se pela raiz os eventuais embriões de crise.

Na época, os jornais nacionais davam ampla cobertura a Goiás e repercussão a eventos e posicionamentos dos políticos goianos. Como exemplo, o “*Jornal do Brasil*” e “*O Globo*”, ambos do Rio de Janeiro, do dia 2 de abril, noticiavam que Otávio Lage declarara que seguiria a orientação da Arena na sucessão presidencial, quando defendeu a candidatura do ministro da Guerra, general Artur da Costa e Silva.

Denúncia de exonerações e primeiros nomes na Assembléia

O deputado federal Castro Costa, que ingressara na Arena, reclamou de exonerações, substituições e transferências de funcionários públicos que o Governo do Estado havia feito. Em defesa dessa decisão, o secretário da Justiça, Rui Brasil, afirmou que esses atos ocorriam diante da acusação de fazerem “política no cargo e com o cargo”.

“As remoções já feitas no fisco e a fazer na polícia pretendem exclusivamente erradicar os maus hábitos da classe de servidores, habituados a fazer de seus cargos instrumentos de interesses pessoais”, explicou. E acusou o parlamentar de aumentar a crise e não procurar o Governador para discuti-la, preferindo conduzi-la pela imprensa, conforme “*O Popular*” do dia 3 de abril.

Ainda nessa edição do jornal, na seção de política, o anúncio dos primeiros nomes na disputa pela Presidência da Assembléia: o MDB queria Sebastião Arantes, considerado um candidato natural, e a Arena iria lançar Antônio Balestra Filho, egresso dos quadros do PSD.

O descontentamento de Castro Costa, mais adiante, iria interferir no resultado da eleição para a presidência da Assembléia. Olímpio Jayme, alguns dias antes, já era tido como candidato.

A tensa sessão que elegeu a Mesa Diretora da Assembléia

Realizada no sábado, dia 16, no primeiro dia depois da instalação dos trabalhos da Assembléia Legislativa do Estado, a sessão foi tensa e difícil. Culminou com a retirada dos deputados da Arena do plenário para não dar validade à eleição da Mesa Diretora daquele último ano da legislatura. No final, com a presença de vários secretários de Estado, dos comandantes do 10º Batalhão de Caçadores (BC), unidade do Exército sediada em Goiânia, e da Polícia Militar do Estado no plenário e com a abstenção dos 19 deputados arenistas, o MDB fez a eleição por 20 a 0.

Antes da decisão, houve a mudança de partido do deputado Olímpio Jayme, dando maioria à oposição. Essa atitude, conforme o “*Jornal do Brasil*” do dia 17, foi classificada pelo Governo e círculos militares locais como “anti revolucionária, revanchista e merecedora de repressão imediata do Governo, através da cassação de mandatos e direitos políticos”.

Foi eleito presidente da Assembléia justamente o deputado Olímpio Jayme, ex-UDN, que se filiara à Arena, com a qual rompeu e com o Governador para transformar-se no candidato do MDB. Os integrantes da oposição resistiram no plenário, durante oito horas ininterruptas, ao esquema de pressão montado pelo Governo, que tentou dramaticamente, durante toda a tumultuada sessão, mudar a tendência do pleito, por meio de propostas e advertências.

Aberta às 8h40, a sessão ficou nervosa quando a Arena percebeu a defecção de um seu aliado, como registrou o jornal. Nos momentos seguintes, enquanto os arenistas obstruíam os trabalhos, o coronel Renato Pitanga Maia, comandante do 10º BC, e o coronel Odim Barroso de Albuquerque Lima, comandante da PM, e oito Secretários de Estado tentaram todas as fórmulas para furar a unidade oposicionista. Os deputados do MDB, concentrados no centro do plenário, recusaram qualquer contato com os militares e os homens do Governo.

A discussão foi rompida às 15h, decidindo a Arena permanecer em plenário, mas sem participar da votação. Era um protesto contra o que o seu líder chamou de violação do Regimento Interno, razão pela qual iria interpor recurso no Judiciário pela nulidade do pleito. Motivo alegado: o presidente da Assembléia, deputado Luziano de Carvalho, do MDB, deixou de convocar o pleito para segunda-feira, “marcando-o anteontem de forma inesperada para ontem, alegando a sua competência regimental para a convocação de sessões extraordinárias”.

A sessão foi tumultuada pela obstrução da Arena e pelos atritos entre os deputados situacionistas e oposicionistas, alguns dos quais trocaram palavrões e quase foram aos tiros nos momentos cruciais das divergências. O clima tornou-se mais inquietante quando o Comandante da PM mandou concentrar tropas – dois caminhões – nas imediações do prédio da Assembléia.

Enquanto se realizava a eleição na Assembléia o Comandante do 10º BC manteve-se em permanente contato com a Chefia da 11ª Região Militar, em Brasília, passando informações e recebendo instruções.

Às 7h30 o presidente Castello Branco havia telefonado ao Governador para adverti-lo da inconveniência da vitória oposicionista; depois novos e mais amplos contatos foram feitos pelo telefone entre os Palácios das Esmeraldas e do Planalto.

Na carta de adesão ao MDB Olímpio Jayme criticou “a política fiscal agressiva a afugentar o comércio e a indústria”.

Depois da eleição, os comandantes da PM e do 10º BC e o secretariado reuniram-se com o Governador, em Palácio, para discutir a crise e examinar a possibilidade de serem tomadas medidas repressoras.

Primeira sessão sob nova Mesa Diretora, sem a Arena

Sem a presença da bancada da Arena, que não compareceu por não reconhecer a validade da eleição da nova Mesa, o Parlamento goiano realizou “na tarde de ontem a sua primeira sessão ordinária dos trabalhos legislativos do corrente ano, sob a presidência do deputado Olímpio Jayme e secretariada pelos deputados Edson Godoi e Clotário de Freitas”. O registro foi feito pelo jornal “*O Popular*” do dia 19

No instante destinado ao encaminhamento de matérias, deputados do bloco do MDB apresentaram requerimentos e projetos de lei à consideração da Mesa, enquanto no momento das explicações pessoais ocupava a tribuna o deputado Antônio Magalhães, líder da oposição.

De acordo com o jornal, o Governo não se sentiu derrotado no episódio da Assembléia. Fica “de cabeça erguida porque continua fiel a si mesmo, na área de seus princípios e de sua dignidade, já que executou uma articulação sóbria, honesta e alta, só furada pelo adversário porque contra ele não quis o Governo violar as normas sustentadoras de sua probidade”.

Otávio pede ao Governo Federal para não cassar deputados

Fiel aos seus princípios democráticos, o governador Otávio Lage pediu ao Governo Federal para não cassar mandatos como represália ao “desafio de sábado”. Em nota oficial para explicar a sua posição, declarou ter recebido com naturalidade a vitória oposicionista, que a seu ver não foi vitória porque “ninguém venceu ninguém”. Afirmou, de outra parte, que o “Governo, mantendo-se fiel a si mesmo e às normas que se traçou, sai do episódio de cabeça erguida”, registrou o “*Jornal do Brasil*” desse dia 19.

“A bancada da Arena na Assembléia Legislativa – disse a nota oficial do Governo do Estado – recusou-se, na agitada sessão de sábado, a votar para o preenchimento dos postos da Mesa Diretora da Casa por não aceitar a validade da reunião, que foi extraordinária”.

Conforme os dispositivos regimentais, o pleito deveria ter sido realizado na primeira sessão ordinária após a abertura do ano legislativo. “Votou apenas a bancada do MDB”.

“Mesmo naquela sessão, de validade discutível, o Governo poderia tirar melhor proveito, orientar sua bancada pela não abstenção e reforçá-la ao preço de algumas transigências. Preferiu não transigir em nome daquela fidelidade.

É sabido que o peso do poder, exercido sem escrúpulos, produz modificações substanciais em episódios como o de sábado. O Governo Otávio Lage, contudo, não abre mão dos escrúpulos, de sua austeridade e de sua autoridade moral, valores estes de que vem impregnado desde que ganhou forma na consagração popular que lhe deu o eleitorado goiano. Quanto a isto, é e continuará a ser radical, não cedendo e não transigindo, mesmo se para conquistar – como seria o caso de sábado – vitórias sem glória, comprometidas e comprometedoras”.

Na nota oficial, distribuída no dia anterior em Brasília, o representante do Governo de Goiás na Capital Federal, Wilson Plácido Gusmão, disse que a eleição da Mesa da Assembléia goiana foi ilegal e a vitória do MDB deveu-se à traição dos deputados Olímpio Jayme e José Barbosa Reis. O primeiro rompeu com a Arena e com o Governador, aceitando, numa manobra de última hora, disputar a Presidência da Assembléia Legislativa pelo partido da oposição. “O segundo, sem opinião própria, segue a orientação política do deputado Castro Costa que, no âmbito federal, pertence à Arena e defende o Governo revolucionário, mas no âmbito estadual combate o governo do sr. Otávio Lage”.

– “Os juristas já consultados a respeito são de opinião que a eleição de sábado último poderá ser anulada pela Justiça”, declarou.

Os círculos militares, que mantinham-se em permanente contato com Brasília, passando informações e recebendo instruções, não esconderam a sua insatisfação diante do que chamaram de “revanchismo, retorno do ludoviquismo” e “recomeço da ação contra-revolucionária em Goiás”. Não acreditavam em cassação de mandatos e estavam dispostos a aceitar a vitória da oposição na Assembleia “como um fato consumado”.

O “*Jornal do Brasil*” do dia 20 informou que o Governador desmentira as notícias publicadas pelos jornais cariocas, no domingo, segundo as quais lhe foram atribuídos entendimentos diretos com o SNI em torno da derrota sofrida pela Arena nas eleições realizadas no sábado na Assembléia Legislativa. O chefe do Escritório de Representação do Governo de Goiás em Brasília, Wilson Plácido Gusmão, esclareceu que Otávio não fez nenhuma sugestão ao general Golbery do Couto e Silva a respeito de cassações na Assembléia Legislativa.

“Não pretende o Governador invadir uma área de decisões fora de sua alçada”, afirmou.

A cassação de mandatos, segundo a nota, é “um problema da alçada exclusiva das autoridades federais, fugindo totalmente à sua órbita de ação política”.

“Sabendo que todas as medidas punitivas da Revolução são tomadas por decisão do Governo Federal, encaminhadas através de setores competentes, como o Conselho de Segurança Nacional e o Ministério da Justiça, o Governador de Goiás nunca pretendeu, nem pretende manifestar-se a respeito com sugestões ou opiniões que não lhe compete emitir”.



O presidente da Câmara de Goianira, Naves Júnior, foi o primeiro a se solidarizar.

O jornal registrou que, no sábado, ao anoitecer, já conhecido o resultado das eleições na Assembleia, o próprio Otávio Lage telefonou a diversos jornalistas comunicando que acabara de fazer um relatório ao general Golbery, a quem sugeriu que não se fizessem cassações, para não parecer um ato de vindita.

Diante da crise no Legislativo estadual, o Governador recebeu diversas manifestações de solidariedade, em virtude das críticas de que estava sendo alvo. O jornal “O Popular”, em sua edição do dia 21 de maio, publicou que a Câmara Municipal de Goianira, por iniciativa de seu presidente, vereador José Rodrigues Naves Júnior, foi a primeira a enviar mensagem mostrando-se solidária ao Governo.

Depois de viajar ao interior, o secretário da Justiça do Estado, Rui Brasil Cavalcante, mantendo contato com lideranças, constatou que era o mesmo da campanha de candidato o prestígio político do Governador.

A tentativa de “*impeachment*”, que não deu certo

Idealizada pelo deputado Olímpio Jayme, como parte da estratégia para atingir o governador Otávio Lage, “em sua luta rancorosa e intensa naquele ano de 1966”, a ação por crime de responsabilidade apresentada à Assembleia Legislativa do Estado não progrediu. A iniciativa se constituiu numa forma de manter o Chefe do Executivo acuado e na defensiva. O processo de “*impeachment*” foi assinado pelos deputados Antônio Magalhães, José Barbosa Reis, Almir Turisco de Araújo, Sebastião Arantes, Francisco Maranhão Japiassu, Anapolino de Faria, José Teodoro Filho, Edson Monteiro de Godoy e José Edmar Brito de Miranda.

Eram oito acusações:

1. Cooperativa Agropecuária de Goianésia Ltda.;
2. Nomeações e demissões ao arrepio da lei;
3. Perseguição política e direito ao uso de placa;
4. A negociata de mogno;
5. Nomeação sem obediência das normas legais;
6. Atentado ao livre exercício do Poder Legislativo;
7. Ausência de resposta aos pedidos de informação;
8. Terracap S/A.

Dos propósitos que inspiraram os autores da denúncia oferecida ao Poder Legislativo contra o Governador, “o de engodar a opinião pública apresenta-se como o primeiro e principal nessa longa, porém inconsistente, peça acusatória”. A afirmação foi do jornalista Américo Fernandes, assessor de imprensa do Palácio das Esmeraldas, que publicou em jornal, no final de dezembro de 1966 e início de 1967, oito extensas Notas Oficiais, uma para cada tema da ação, desmentindo todas as acusações. Ele fez a análise de cada um dos itens do documento e, ao se referir ao segundo, “Nomeações e demissões ao arrepio da Lei”, publicado no dia 30 de dezembro de 1966, explicou que fazia os esclarecimentos, já passados vários meses do ingresso da ação, “enquanto dela não toma conhecimento a Comissão de Constituição e Justiça daquela Casa, de cujo parecer depende o prosseguimento ou arquivamento do feito”.

Conforme argumentou, a mesa da Assembléia, presidida pelo deputado Olímpio Jayme, “que não subscreveu a manhosa objurgatória, mas que a defende, elogia, exalta e endossa em todos os seus pronunciamentos, encarrega-se de furtá-la à apreciação do referido órgão”. Esclareceu que ele se recusava, “usando de recursos e manobras já denunciados à Casa e ao povo por representantes que desejam conhecê-los”, a deixar que fossem examinados os documentos que lhe serviam de base e definitivamente julgá-los à luz de tais elementos.

“Produtiva em termos que não convencem, fundamentada em documentos que não procedem e baseada no relato de fatos que não se deram e que, mesmo que hipoteticamente praticados, não se ajustariam aos perceptivos legais que definem ou prevêem sanções aos delitos imputados ao Governador, o exame da denúncia não convirá, mesmo, aos vis desígnios dos seus signatários, que a querem perene no noticiário da imprensa e que, por essa razão, não podem permitir, e tudo indica que não permitirão, o seu final julgamento, pelo menos enquanto detiverem os postos de Chefia da Mesa da Assembléia”, afirmou.

Em uma das Notas Oficiais, o jornalista Américo Fernandes afirma que os autores da denúncia “tiveram o cuidado de escrever sete longas páginas para descrever, denunciar e capitular como crime de responsabilidade uma inexistente sonegação de impostos que teria praticado uma cooperativa sob a presidência do sr. Otávio Lage, para, ao final, ridiculamente confessarem que aquele alentado fascículo apenas servia para aumentar o volume e extensão do escuso libelo”.

A imputação de que teria o Governador feito nomeações e demissões ao arrepio da lei também não constituía “crime de responsabilidade”. “Os próprios denunciantes, ao fornecerem os nomes dos nomeados e demitidos, se encarregaram de demolir os argumentos que tão exaustivamente arquitetaram”.

Saudação de Ano Novo com base nas pressões

As pressões e as dificuldades enfrentadas pelo governador Otávio Lage em 1966 foram a base da mensagem que publicou nos jornais no dia 31 de dezembro.

“Ao alvorecer de um novo ano inspira-me o desejo de me dirigir ao povo de meu Estado para transmitir-lhe, não o enfado e o cansaço dos últimos embates, mas a esperança de que dias radiosos varrerão até os mínimos vestígios das borrascas e tempestades que passaram”, afirmou. “Não quero falar de ódio e nem de traição”.

Ele se mostrou machucado com a forma como seus adversários agiram: “Não quero referir-me à mesquinhez dos que mentem, à covardia dos que apunhalam a dignidade alheia, à sordidez dos que atassalham o caráter, ferem a honra e maculam a reputação dos seus desafetos apenas em favor dos seus próprios apetites e dos seus condenáveis propósitos”.

“Não cultivo a mágoa, não alimento o desgosto, não guardo rancor, não desejo o revide”, escreveu na mensagem: “Gostaria de poder esperar e de sempre encontrar, em todos aqueles que, nas mesmas trincheiras ou em campos adversos, podem e devem trabalhar pelo bem estar geral, apenas amor, dedicação e fidelidade ao Estado e à Pátria”.

“Ao ensejo da passagem de mais um ano, quero apelar para o conagraçamento da família goiana e concitar todos os cidadãos goianos, os que aqui nasceram e os que aqui se radicaram, para um esforço comum em prol de Goiás, da sua pacificação, do seu progresso, do seu engrandecimento”.

“No ano que hoje finda, permitiu Deus que, com a proficiente colaboração dessa valorosa equipe de dedicados companheiros que comigo formam o Governo do Estado, a administração estadual deixasse bem marcada a sua presença em todo os setores onde tem por dever atuar, sobretudo naqueles em

que se assenta a nossa infraestrutura econômica – energia elétrica e transporte”, destacou.

E acrescentou:

“Para tanto, recorri a todos os meios e lancei mão de todos os recursos ao alcance do Governo. Fiz ativar e ampliar as atividades dos órgãos fiscais, para o melhoramento da arrecadação. Determinei cortes e contenções nos gastos de custeio da administração para aumentar os investimentos. Nem sempre o coração concordava com as medidas postas em prática, mas não se pode bem administrar a coisa pública sob o domínio do coração. Ao administrador público não é dado prender-se aos problemas pessoais, pois é uma escravo das necessidades e dos reclamos coletivos, que a tudo sobreleva e prefere”.

Detelgo e o novo assessor

Antes da posse do Governador, Raulindo Naves aceitou o cargo de Chefe de Gabinete da Diretoria-Geral do Departamento de Telecomunicações de Goiás (Detelgo).

“Aliás, esse convite foi inusitado”, como se recorda José Osório Naves.

Mantido no cargo, o diretor-geral do Departamento, engenheiro Orlando de Moraes Lobo, apareceu de surpresa na residência do líder político José Rodrigues Naves Júnior, reuniu a todos na sala e lhe disse:

“Quero nomear um de seus filhos para compor a direção do Detelgo”.

Todos olharam para José Osório, por ser o mais velho, mas ele arrematou:

“Esse filho é o Raulindo”, que assumiu e fez carreira no setor.

Na condição de graduado servidor da companhia telefônica estadual, Raulindo teve a oportunidade de acompanhar bem de perto o Governo, até o seu final, em 15 de março de 1971. Recorda-se que, exigente e com autoridade, por formação acadêmica e empresarial, Otávio Lage visitava, sem comunicação prévia, qualquer projeto em execução. As obras e serviços de expansão das redes e das centrais telefônicas eram acompanhados constantemente, com visitas pessoais e cobrança de cronograma.

“Tínhamos notícias de que isso acontecia em todas as áreas do governo”, afirmou. “Sua capacidade gerencial era admirável, pois guardava de memória o desenvolvimento de centenas de obras no Estado, principalmente as rodoviárias, setor considerado, com a área de educação, de sua prioridade e preferência especial”.

Mantinha domínio sobre a máquina administrativa, e respeitava seus administradores e servidores estaduais. Uma das primeiras providências de seu governo: determinou a identificação ostensiva, com faixa amarela e dizeres próprios, em toda a frota de veículos do Serviço Público Estadual.

Relacionamento com assessores e servidores públicos

Na rotina diária, sabia contemporizar, ouvia os assessores. Era capaz de voltar atrás em suas decisões caso um dos auxiliares o convencesse dessa mudança. Gostava de conversar, de ouvi-los, para tomar as decisões mais corretas e justas.

Certa vez, um deputado federal chegou ao Palácio das Esmeraldas sem avisar e sem agendar audiência, querendo ser atendido de imediato. O assessor, todo polido, procurou deixar o parlamentar à vontade em seu gabinete, para depois falar com o Governador, que era rigoroso com a agenda. Quando se aproximou dele e o informou quem estava na sala, aguardando, Otávio foi duro, pois sabia que não era nada importante, apenas pedido de empregos, num momento em que o Estado estava em situação não muito favorável ao atendimento desses pleitos.

“Não vou atendê-lo”, afirmou, seco, para o auxiliar, que voltou à sua sala e, arranjando uma desculpa, disse ao parlamentar para esperar um pouco que o Governador estava falando com o Presidente da República.

Passados mais alguns instantes, o assessor voltou ao Gabinete e novamente conversou sobre o deputado, convencendo o Governador a recebê-lo, para evitar maiores dissabores. Ele concordou. O parlamentar entrou, conversaram longamente, ele saiu feliz e foi embora satisfeito.

“Assessor não é só para dizer amém e sim para oferecer, ao chefe, a melhor alternativa”, ensinou Genésio de Barros.

Homem duro, determinado, ele não aceitava as opiniões sem embasamento dos assessores, conforme relatou o presidente do Crisa, Joaquim Sepúlveda.

“Quando concordava com eles mandava logo fazer as alterações sugeridas”.

Ele se relacionava diretamente com os servidores públicos, tendo feito amizade pessoal com muitos dos componentes novos de seu governo.

“Pessoalmente, sempre desfrutei de sua amizade e da Primeira-Dama, os quais me deram a honra de serem meus padrinhos de casamento, com solenidade celebrada pelo arcebispo de Goiânia, dom Antônio Ribeiro de Oliveira, na Igreja matriz da cidade de Goianira, no dia 7 de setembro de 1970”, destacou Raulindo Naves.

Sempre atento, Otávio Lage era um fiscal em tempo integral dos bens e serviços públicos. Saía do Palácio das Esmeraldas, em seu *Fusca*, às 7h, e ia observando. Certo dia, às 7h30, viu um carro oficial estacionado em espaço privado e, de imediato, telefonou para o chefe de Gabinete do Diretor do Departamento da Receita Tributária do Estado, João Dário da Silva. Pediu

informações sobre quem estava com o veículo 04 e solicitou que recolhessem o carro, que tinha uma mala de roupas sujas em seu interior, configurando uso particular.

Era 1966 e a Receita Tributária estava instalada em improvisado espaço no ainda inconcluso Centro Administrativo.

As dificuldades com o coronel Eurides Curvo

Todas as contratações de pessoal passavam pelo Governador.

Certo dia, o diretor-geral do Detelgo, Orlando de Moraes Lobo, informou ao Governador que iria contratar na autarquia o engenheiro Eurides Curvo, militar que cuidou dos processos no período da intervenção federal em Goiás. Como lembrou o engenheiro Gilson Barbo de Siqueira, que trabalhou na Suplan e tomou conhecimento do episódio, Otávio não o autorizou, explicando que o indicado tinha prejudicado muitas pessoas e que não merecia. Orlando insistiu, explicando que era um compromisso pessoal dele e que por isso iria contratá-lo. O Governador reafirmou a sua negativa, ele disse que então estava se demitindo, a demissão foi aceita e Orlando deixou a Diretoria-Geral do Detelgo.

Raulindo Nunes presenciou, particularmente, esse desentendimento havido entre o Governador e o Diretor-Geral da companhia telefônica.

Ao levar ao Governador a carta-renúncia ouviu dele a frase:

“Lamento sua saída. O dr. Orlando é meu amigo e o respeito muito. É uma perda muito grande para a administração do Estado”.

Único Governador eleito no período militar, ele não se submetia a pressões, como enfatizou o empresário Henrique Coe, que foi diretor da Celg. Citou o caso do coronel Eurides Curvo, que veio para Goiás com o interventor federal, coronel Meira Matos, foi chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI) em Goiás e após a eleição ficou desempregado. Já era oficial reformado. Um dia apareceu na Casa Iracema, empresa de Coe, e falou:

“Sou qualificado. Por que o Otávio não me convida? Você podia falar com ele sobre esse assunto”.

O empresário conversou com o presidente da Arena, Carlos Alberto Ferreira Coelho, explicando que o militar ficava falando mal do Governador na porta do Grande Hotel, então um ponto de encontro de empresários, fazendeiros e desocupados, e sugeriu dar um emprego para ele parar com essa conversa. O recado foi transmitido ao Chefe do Executivo, que não deu importância para o assunto.

“Quando não queria resolver Otávio desconversava”, ressaltou o Presidente da Arena, que telefonou ao diretor da Celg para explicar a reação do Governador. Falaram novamente sobre o assunto, e nada. Curvo voltou

a procurá-lo e ele disse que tinha conversado e o Governador não lhe deu satisfação.

Nessa época, antes de viajar para o exterior e ficar por lá, Curvo tentou atrapalhar o Governo, criando problemas, como no caso da compra de computadores pela Celg, que foi a primeira empresa goiana a investir nessa área. Na época os computadores não eram vendidos, e sim arrendados. Ele pediu uma cópia da proposta e do processo de compra, para analisar, e ficou com eles. Quando os equipamentos chegaram essa situação causou problemas, pois ele não queria liberar os documentos.

Servidor da Caixa que ficou à disposição do SNI de 1970 a 1990, Nelson Inácio da Silva afirmou que Otávio Lage, que considera um dos grandes vultos da política goiana, foi muito injustiçado pela Comissão Geral de Investigações (CGI).

“A CGI fez uma verdadeira devassa durante o seu governo. Nada se apurou, nada foi encontrado de errado, mas o deixou profundamente constrangido com histórias e muitas inverdades a seu respeito”.

As relações com o Legislativo e os problemas enfrentados

O deputado Ursulino Leão manteve bom relacionamento com o Governador. Reconheceu que ele, depois que assumiu, teve dificuldades de continuar a política de coalização iniciada por Ribas Júnior, devido à coligação de partidos de sua eleição. Ele tinha na vice o então deputado estadual Osires Teixeira, do PTB, e, em função de compromissos, administrou com a base partidária que o elegeu.

A situação inicial era difícil, pois a maioria dos parlamentares presentes na Assembleia, naquele primeiro ano da gestão, era do Partido Social Democrático. Ele havia herdado um grupo pequeno, de oposição, contra um grupo grande do PSD. Naquele ano os militares acabaram com os partidos existentes e implantaram um sistema que permitiu a criação de apenas duas agremiações políticas, uma de apoio ao Governo e outra de oposição consentida. Ainda no exercício do primeiro mandato, Ursulino era líder do Governo anterior e continuou liderando a bancada, que naquele ano passou a ser da Arena.

“Eu me lembro muito bem das dificuldades do Governador, como ele sofreu nos primeiros tempos. Íamos todos os dias à tribuna para defender o governo diante dos ataques sistemáticos dos parlamentares pessedistas, que eram muitos e bons de discurso. Um companheiro nosso, Olimpio Jayme, da UDN, por problemas paroquiais, devido à nomeação pelo Governador de um adversário dele em Pirenópolis, acabou se tornando o seu principal adversário na Assembléia”, afirmou.

Encerrado o expediente no Legislativo, Ursulino passava no Palácio das Esmeraldas para conversar com Otávio, que, com dona Marilda, às

vezes estava jantando. Relatava-lhe o que havia acontecido naquele dia no Parlamento e discutiam os passos seguintes. Outros parlamentares também tinham essa preocupação de informar o Governador sobre os acontecimentos na Assembleia. Ele deixava a cargo dos deputados a tarefa de defendê-lo, apenas fornecendo os elementos para essa defesa.

“Ágia prudentemente, sem rancor, não demonstrando vontade de destruir o adversário”, recordou.

Otávio era tranquilo e esperou os resultados da eleição daquele ano, 1966, para o Legislativo. Com a extinção dos partidos, não existiam mais UDN e PSD, e foram criados apenas dois, a Arena e o MDB. Em outubro o Governo conseguiu eleger uma grande maioria. Nessa eleição Ursulino fez dobradinha com Jalles Machado, candidato a Deputado Federal, “e pudemos dar a ele uma grande votação em Anápolis, que nunca havia sido seu colégio eleitoral”, asseverou, registrando que os dois foram eleitos. A partir daí começaram um relacionamento mais estreito.

“Otávio e dona Marilda frequentavam nossa casa, prestigiavam muito as iniciativas sociais de minha mulher, Lena, que tinha pelo casal uma admiração muito grande”, afirmou.

Frequentavam as festas no Palácio.

“O Governador chegou a me convidar para o cargo de Procurador-Geral do Estado, mas não aceitei, preferindo concorrer à reeleição”, completou Ursulino.

Genésio de Barros ficou apenas nove meses no Governo, desincompatibilizando-se para cuidar de seus projetos políticos: a eleição para Deputado Estadual. Ele ajudou a eleger os candidatos que apoiou em Morrinhos, Buriti Alegre, Goiatuba e Pontalina, e obteve a adesão à sua candidatura de mais dois, Aloândia e Joviânia.

A campanha transcorreu na maior tranquilidade e acabou sendo o mais votado da Arena naquele pleito eleitoral, além de ser o mais novo, então com 25 anos. Surpreso, foi convidado por Otávio para ser o seu líder na Assembleia, mas decidiu não aceitar, argumentando que era muito jovem e poderia provocar ciúmes nos mais velhos.

Na época, o Legislativo, formado por pessoas representativas da sociedade, todas imbuídas em atuar por suas regiões e pelo Estado, tinha grandes oradores e políticos experientes. Sugeriu o nome do deputado Brasília Caiado, pelos conhecimentos e vivência política, que ele analisou com atenção e resolveu acatar, convidando-o, numa decisão que foi muito importante nas relações entre Executivo e Legislativo no período.



Ato de entrega da Constituição do Estado de 1967, na presença dos deputados Jesus Meireles, Genésio de Barros, Elcival Caiado, Brasília Caiado e Sidney Ferreira.

Em 1967, a Assembleia Legislativa de Goiás, com poderes constituintes, discutiu, aprovou e promulgou a nova Constituição Estadual, adaptada da Constituição Federal, com alterações profundas no processo legislativo e mais poderes para o Executivo.

Na elaboração das propostas os trabalhos tiveram a participação especial do advogado Waldyr Castro Quinta, por indicação do Governador.

Anápolis, suas brigas e seus políticos

Muitos episódios tiveram relação com Anápolis e seus políticos.

Num deles, o presidente do Diretório Municipal da Arena, Henrique Fanstone, pediu a nomeação de João Daguer como delegado da cidade. Os Caiado protestaram. O Governador reuniu o pessoal em Palácio e pediu a orientação do presidente estadual do partido, Carlos Alberto Ferreira Coelho, pois era uma decisão política. *Carlinhos* não se perturbou com a situação difícil que lhe criaram e disse que, como tinha sido indicação do Diretório Municipal, como Presidente do Diretório Estadual respaldava o pedido. Antes, Edenal Caiado, que era de difícil relacionamento, não aceitou quando Fanstone lhe estendeu a mão para cumprimentá-lo.

“Para mim já perdeu pontos”, destacou *Carlinhos*.

A reunião terminou sem uma conclusão.

No dia seguinte, Otávio telefonou-lhe dizendo que as duas partes se reuniram e acabaram a rivalidade.

Em 1967 o deputado estadual Ursulino Leão apresentou um projeto de lei transferindo para Anápolis a Cidade Industrial de Senador Canedo, que estava sendo implantada pelo governo. Otávio Lage não gostou, porque julgava que estava certa a decisão de implantar o projeto nessa região.

“Eu entendia o contrário, que Goiânia, como Capital, tinha que ser mais uma cidade administrativa do que industrial. Senador Canedo era um distrito da Capital, não uma cidade. Ele não gostou e se opôs energicamente ao projeto”, afirmou o parlamentar.

Nessa ocasião, levou ao Palácio das Esmeraldas uma comissão de Anápolis, formada por empresários, prefeito Raul Balduino, que era adversário, e vereadores, para conversar com ele a respeito do assunto.

“Ele não abriu mão e nos tratou indelicadamente”, lembrou-se.

Com isso, ficou estremecida a relação social e política entre eles. “A situação só mudou quando Jalles Machado, que era muito amigo nosso, conversou com minha mulher Lena e fez retornar o bom relacionamento anterior”.

“Os fatos mostraram que eu estava certo. Meu plano, além de transferir a cidade industrial para Anápolis, que a tornou a capital econômica, previa também a industrialização de toda a zona da estrada de ferro, que estava abandonada: Catalão, Pires do Rio ...”.

Outra divergência do parlamentar com o Governador foi na eleição para a presidência da Assembléia.

“Ele me disse que seria seu candidato. Acontece que teve que aceitar uma outra solução, ou preferiu uma outra solução, e com isso o nosso relacionamento ficou um pouco estremecido”.

O candidato dele na época foi Sidney Ferreira, da UDN de Jataí.

“Ele até me convidou para ser líder do governo, mas não aceitei”.

Quando Ursulino Leão foi eleito para a Academia Goiana de Letras, a entidade, pela primeira vez em sua história, deu posse a um acadêmico fora de Goiânia.

“Nunca mais aconteceu. A minha posse foi em Anápolis. Otávio esteve presente”.

Foi em 1967.

Lions, Clubes de Castores e trabalho social

Discreta e atenciosa, dona Marilda Fontoura sempre demonstrou companheirismo, dedicação e responsabilidade em suas atribuições de Primeira-Dama do Estado, com destaque para as causas sociais e das pessoas carentes. O casal era, à época, filiado ao Lions Clube de Goianésia,

“instituição de inspiração internacional voltada para a prestação de serviço desinteressado e humanitário, congregando pessoas, estimulando a eficiência e promovendo elevados padrões éticos nas profissões, nos serviços públicos e nos empreendimentos particulares”.

Os ‘leões’ e suas ‘domadoras’, como são chamados os seus integrantes, “unem, há um século, os clubes pelos laços da amizade, bom companheirismo e compreensão mútua, interessando-se ativamente pelo bem-estar cívico, cultural, social e moral da comunidade”.

Sempre preocupada, ela se empenhou nas causas sociais, interagindo com a sociedade organizada, principalmente junto aos jovens goianos.

“Aproximou-se da juventude, unindo-se às campanhas encetadas pelos Clubes de Castores, entidades filiadas ao Lions Internacional, por nós fundados e dirigidos à época, compostos de moças e rapazes dispostos ao serviço humanitário e desinteressado”, explicou Raulindo Naves, que foi Governador regional dessas entidades.

Foram em grande número as campanhas desenvolvidas em parceria entre o Gabinete da Primeira Dama e os clubes de serviço.

Fiscal de rendas do Estado, que havia sido afastado em 1959 pelo famoso Decreto 22, não recorreu e foi reintegrado em 1966 por Otávio Lage, João Dário da Silva aposentou-se como auditor fiscal e ainda hoje trabalha no Estado. Nos últimos anos assessora o Gabinete do Governador e a Casa Civil.

Para ele, dona Marilda serve de exemplo:

“Nunca houve uma Primeira Dama igual: pacata, humilde, recatada. Não se expunha”.

Casa do Jornalista e política habitacional

Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás naqueles anos, José Osório Naves pleiteou ao Governo estadual um terreno para a construção da Casa do Jornalista, um prédio para abrigar todos os profissionais goianos que não tinham residência própria. A entidade era formada por 40 associados e desses 28 não a possuíam.

“Meu foco principal era o correto jornalista Armando Acioli, com baixa remuneração no jornal e pai de uma grande prole, com enorme sacrifício para manter alugueis”, disse.

O Governador o atendeu e indicou duas opções: um terreno no Setor Sul, numa área chamada de Clube dos Oficiais, e outro na Vila Coimbra.

“Pela minha falta de visão futurista escolhi a Vila Coimbra, por ser mais bem habitada à época”, afirmou.

Na área foi construído um prédio de 30 apartamentos, beneficiando os 28 jornalistas sem teto e mais duas unidades, fruto da economia na aplicação

do financiamento, “que trocamos por salas no edifício do Cine Capri, no centro de Goiânia, e que, ainda hoje, é a sede do Sindicato dos Jornalistas de Goiás”.

A inauguração foi uma grande festa política, com a presença de Otávio Lage, homenageado no ato, e toda elite política de Goiás, deputados, senadores, secretários de Estado, além das lideranças dos jornalistas de todo o País. Foi a primeira experiência do Banco Nacional da Habitação (BNH) no Brasil.

Os jornalistas beneficiados não deram um centavo de poupança, receberam seus apartamentos sem qualquer despesa prévia, com obrigação apenas de pagar leves prestações mensais, sem correção monetária, estipuladas pelo BNH. O banco tinha função social e um de seus principais agentes financeiros era a Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego), presidida pelo jovem Luiz Gonzaga de Barros Mascarenhas.

“Infelizmente, mais de 90% desses jornalistas sem teto beneficiados venderam os imóveis após os receber, sem sequer os habitar, com grande lucro no ágio pelo qual não dispuseram de um centavo de despesa. Pela sua correta e impecável postura de honestidade, Armando foi um dos raros, ou único, que não se dispôs do bem e lá mora até hoje. Salvamos, com isso, além da honra da realização, apenas a sede da entidade. Valeu a pena”, completou.

O presidente do BNH, Mário Trindade, visitou Goiânia em julho de 1968 para inaugurar um conjunto de 10 edifícios de apartamentos construídos pela Caixego e uma nova agência da Caixa Estadual.

Na ocasião, como publicou o “*Jornal do Povo*”, de Goiânia, do dia 22 daquele mês, disse que Goiás era o melhor exemplo do sucesso da política habitacional brasileira e parabenizou o Governo pelo trabalho que realizava na área.

Sem interferência na cassação de Iris Rezende

Em várias oportunidades, questionado sobre a cassação do então prefeito de Goiânia, Iris Rezende, de que teria interferido nesse processo, Otávio Lage sempre explicou que não se envolveu no episódio, não dependia dele, e nem era de seu feito perseguir adversários políticos. Em entrevista ao jornal “*Tribuna do Planalto*”, de fevereiro de 2002, ele voltou a justificar o assunto, afirmando que não tinha poder e nem influência nessa área, para pedir a favor ou contra. Disse que na época foi cassado o seu concunhado, professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, que tinha sido reitor da Universidade Federal de Goiás e de quem era amigo, amizade que perdurou mesmo com essa adversidade em suas vidas.

“A gente não tinha força no governo para determinar essas decisões”, afirmou, para esclarecer que as implicações federais “eram de outra natureza”, sobre as quais não tinha acesso e nem era chamado a opinar. “Era um governo

forte”, que não se justificava e nem fornecia indicativos das razões que adotou para aquelas medidas.

Cassado em outubro de 1969, poucos meses antes de terminar o seu mandato de Prefeito, Iris Rezende afirmou, em entrevista ao jornalista Vassil Oliveira, que Otávio não teve responsabilidade nesse processo. Ressaltou que era muito difícil uma penetração nos meandros do regime militar, que as forças políticas de Goiás tiveram uma atuação diferenciada pela proximidade com Brasília, e que recebeu do então Governador, no período em que exerceu a Chefia do Executivo goianiense, “um tratamento respeitoso”.

Sem indicar nomes, enfatizou ser compreensivo se ocorreu a influência de alguém na época, porque “era uma luta”:

“Você tem que compreender a radicalização dessas forças políticas de Goiás, que vinha de décadas”.

Essa disputa, como esclareceu, teve início em 1930, quando Pedro Ludovico, participando de uma força vitoriosa contra o regime da época, derrubou os Caiado e assumiu o poder. Foram mais de 30 anos de um lado, e os opositores do outro.

“Era questão até de sobrevivência política. Se o Governador teve uma participação nisso, não é motivo de crítica, porque fazia parte da política do período”, explicou.

Durante quase todo o seu mandato surgiram comentários sobre a sua possível cassação.

“Eu não ligava”, respondeu.

Duas vezes chegaram a noticiá-la indevidamente: a primeira, quando cassaram o Prefeito de uma cidade de Pernambuco, Goiana, e saiu no noticiário como Goiânia; e a segunda na cassação do prefeito de uma cidade goiana com nome parecido.

“A gente já estava com o espírito preparado e não se envolvia com aquilo”, justificou.

Logo após a sua posse, os partidos foram extintos. O sistema vigente permitiu a criação de apenas duas instituições políticas que não podiam nem levaram nome de partido, para efeito de registro de candidatura, porque continuaram sendo eleitos prefeitos, vereadores, deputados.

“Eu fui o último Prefeito eleito naquela época”, disse.

Depois, os prefeitos passaram a ser nomeados. Os militares foram limitando as eleições: primeiro nas capitais, depois nas cidades onde tivesse unidade militar, cidades turísticas...

“Naquela época, extinto o partido, comecei a receber mensageiros da Presidência da República. Recebi primeiro um marechal, depois veio um general, em seguida um coronel. O quarto foi um general. Eu até contei esse fato nas páginas amarelas da revista “*Veja*”, uma vez, quando ele ainda era vivo”, esclareceu.

Ele se lembra quando chegou o general, comandante da Primeira Região, ao seu gabinete, com três coronéis, dizendo:

“Eu quero dizer a você que sou o quarto mensageiro e o último por parte do Presidente. Você fique convidado a ingressar na Arena”.

Naquela altura, já estavam constituídos a Arena, por parte do governo, e o MDB, como oposição consentida.

“Eu sou o quarto e último, e quero avisá-lo que quem não estiver na Arena não terá água”.

Iris guardou bem essa expressão. Com muita tranquilidade, virou-se para o militar e lhe disse, de forma clara:

“Olha, general, estou aqui envolvido com a administração. O sr. tem que entender que em Goiás nós temos duas forças políticas antagônicas. E a força política que se opõe à força que eu integro, ela se tornou, indiscutivelmente, o instrumento do sistema político aqui em Goiás. E também eu não seria compreendido em tomar uma atitude como essa”.

Naquela altura da conversa ele achava que tinha sido até mais grosseiro um pouco, ao acrescentar:

“Eu sei que vou ter sede, mas vou fazer com dignidade”, afirmou Iris, assumindo, com muita possibilidade, o risco de uma cassação.

Responsável pela elaboração do Plano de Governo de Iris à frente da Prefeitura de Goiânia e secretário das Finanças nessa gestão, Nion Albernaz vivenciou todo esse período e afirmou com segurança:

“Otávio não foi responsável pela cassação de Iris. Não comandava essa área. Ele administrava o Estado. Hoje a gente vê isso de forma clara”.

Presidente estadual da Arena e um dos principais interlocutores de Otávio, o fazendeiro Carlos Alberto Ferreira Coelho, que participou de confabulações políticas naquele período, também foi categórico: Otávio não teve nenhuma participação na cassação de Iris Rezende.

“Quando o Prefeito fez a Vila Redenção, houve um problema com a Companhia de Habitação (Cohab). A Encol ganhou a concorrência, mas uma segunda empresa entrou na Justiça contra. Utilizando-se dessa ação, o então deputado federal Lisboa Machado, da UDN, fez um discurso na Câmara Federal, os militares do Conselho de Segurança Nacional (CSN) pediram uma cópia do documento e a partir daí começou o processo de cassação”, afirmou.

Recorda-se que, na época, num momento de muita tensão política, o ex-governador Jerônimo Coimbra Bueno, integrante do Diretório Estadual da Arena, propôs que fosse ampliada a faixa de abrangência do Paralelo 18, na Amazônia Legal, que no Mato Grosso começava em Barra do Garças e em Goiás era em São Miguel. A proposta foi encaminhada ao CSN. Quando recebeu um telegrama do general Jaime Portela de Melo, secretário-geral do CSN, dizendo que o pedido tinha sido encaminhado, ficou preocupado

em saber qual assunto era esse. Logo veio a explicação, pois se presumia que fossem cassações em Goiás.

Carlinhos lembra que Iris, cassado, ficou mais quatro dias na Prefeitura. É que, quando o coronel José Lima Castro, comandante do 10º Batalhão de Caçadores, unidade do Exército sediada em Goiânia, pediu que fosse asfaltado o pátio interno do 10º BC, Otávio não aceitou, afirmando que o Ministério da Guerra tinha mais recursos que o Governo de Goiás, e não fez a obra.

“Iris, que era mais forte do que Otávio junto aos militares, foi lá e realizou o serviço, asfaltando aquela área”, afirmou.

Suplente de senador pela Arena e ex-prefeito de Silvânia, José Caixeta, um dos políticos mais próximos de Otávio Lage, também afirmou, com muita convicção, que ele não teve participação na cassação de Iris:

“O Otávio não ligava para isso”, disse, para assegurar que ele queria era ter serviço na frente e amigos.

Também o engenheiro Gilson Rios Barbo de Siqueira, que atuou na Suplan naquele período, confirmou com o próprio Iris lhe disse que Otávio Lage não teve nenhuma participação em sua cassação. Foi numa reunião social na casa de um amigo comum, o empresário Romeu de Andrade, quando conversaram, ouvindo dele que o Governador não influenciou e nem interferiu na cassação de seus direitos políticos.

Disse que o responsável foi o coronel Renato Pitanga Maia, comandante dessa unidade do Exército. Explicou ainda que o nome de Iris crescia muito, estava em final de mandato com avaliação muito positiva e seria um candidato natural, com forte potencial, na eleição seguinte para Governador.

A atividade política e alguns tropeções

Simpático, inteligente, educado, Otávio Lage era “essencialmente um administrador, mas tinha vocação para a política, como seu pai. Política é diálogo. Ele gostava de resolver problemas, de administrar, fazer estradas, pegar trator e sair abrindo o caminho para o progresso. Gostava de se misturar com o povo, que o admirava por isso. Graças a Deus que era assim”, recorda-se Ursulino Leão.

Inicialmente, ele não tinha muito entusiasmo pela atividade política. Gostava mais de tocar obras, realizar.

Muito positivo, era acessível, atendia a todos com cordialidade, não enrolava ninguém. Em função desse desapego pela política, da fase inicial de falta de habilidade para esse ‘jogo de cintura’, Genésio de Barros lembra que ele teve alguns tropeções, politicamente, no começo de seu Governo. Citou que, logo após sua posse, em discurso na Praça Cívica, fez uma dura análise sobre a situação do Estado, o que desagradou o ex-governador, marechal Emílio Ribas Júnior, que ficou aborrecido.



O protocolo só permitia a presença da Primeira Dama do Estado se o Presidente da República estivesse acompanhado de sua mulher. Como estava desacompanhado, na visita ao Palácio da Esmeraldas o marechal Castelo Branco concordou em receber dona Marilda.

As relações com os militares e Goiás no debate sobre a sucessão

Eleito pelo voto direto, Otávio nunca deixou de reconhecer o apoio que recebeu dos militares que assumiram em 1964. Sempre teve elogios para esse período, quando administrou o Estado e viabilizou obras e projetos para Goiás. Ressaltou a disciplina, a seriedade como trataram as reivindicações e o atendimento. Destacou, em especial, o marechal Castello Branco, para ele o melhor presidente do País; e o marechal Costa e Silva, que considerou “um grande amigo de Goiás”.

“O mais importante em um governo é a preocupação em satisfazer a população. Em Goiás faltava de tudo (energia, estradas, água, saneamento), e a nossa base de governo foi essa. Nada de obras suntuosas”.

As movimentações em torno da sucessão presidencial levaram Otávio Lage, lembra o ex-deputado Genésio de Barros, a uma decisão que, “por inabilidade política, acabou lhe trazendo algumas dificuldades no relacionamento com o Governo Federal”. Explicou que o presidente Castello Branco, “que concordara na prorrogação de próprio mandato para a aprovação de medidas que consolidassem o regime democrático, queria para sucedê-lo um civil e vinha atuando nessa linha”.

O Governador tinha bom trânsito na esfera federal, mas se precipitou e fez o lançamento, em reunião em Goiânia, do nome do então ministro da Guerra, Artur da Costa e Silva, para a Presidência da República.

“A iniciativa desagradou muito o marechal, que lhe telefonou para reafirmar que ficaria no cargo até cumprir o seu mandato e desaprovou a declaração de apoio ao Ministro da Guerra. Disse que estava trabalhando para a retomada do poder pelos civis, citando como um deles o advogado e deputado federal Olavo Bilac Pinto”, afirmou.

Esse bom trânsito do Governador com o Presidente tinha ficado claro numa visita dele a Goiás, no dia 2 de agosto de 1967, para receber o título honorífico de cidadania goiana, concedido pela Assembléia por iniciativa de Otávio Lage, em ato realizado no Palácio das Esmeraldas.

“Castello Branco mostrou-se um político acessível, disposto ao diálogo e profundo conhecedor da realidade brasileira”, afirmou Genésio de Barros.

A convite de Otávio Lage, ele se reuniu com os parlamentares no andar superior do Palácio.

“De estatura baixa, com os braços para trás, ouviu em silêncio cada um dos deputados estaduais. Ao final, com linguagem fluente, num português elogiado pelos participantes do encontro, ele encantou os presentes, ao falar sobre o exercício do poder numa democracia, a sua vocação para o entendimento, as negociações com o Congresso Nacional e seus planos para o Brasil”, completou Genésio.

O título foi entregue pelo presidente do Legislativo, deputado Sidney Ferreira. No dia, o Presidente participou das solenidades de inauguração do Hospital do Câncer, com a bênção das instalações ministrada pelo arcebispo de Goiânia, dom Fernando Gomes dos Santos.

A edição do Ato Institucional nº 2 mudou o processo eleitoral e transferiu para o Congresso Nacional a responsabilidade pela eleição do Presidente da República. “O marechal Costa e Silva, alijando os militares mais afinados com Castello Branco, como os generais Ernesto Geisel e Golbery do Couto e Silva, impôs o seu nome como candidato. Goiás, que fizera o lançamento público de sua candidatura, participou ativamente da Convenção Nacional da Arena que escolheu, em 1966, o candidato para a sucessão presidencial, e levou maciço apoio à reunião. Candidato único, ele foi confirmado, no dia 3 de outubro, pelo Congresso Nacional, e tomou posse no dia 15 de março de 1967”, afirmou Barros.

Otávio se aproximou de Costa e Silva, que se mostrou reconhecido pelo apoio recebido, e conseguiu viabilizar seu Plano de Trabalho com a liberação de recursos para obras importantes. Como exemplo, a conclusão da segunda etapa da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, que praticamente triplicou a capacidade geradora de energia elétrica, em especial para o abastecimento energético do Distrito Federal, e também para a construção de escolas e estradas.



O marechal Costa e Silva na visita a Anápolis, em setembro de 1968

Numa das transferências simbólicas da Capital para Anápolis, o presidente Costa e Silva apareceu na cidade, inesperadamente, sem avisar, na Praça Bom Jesus. Chegou no helicóptero da Presidência da República. Todos estavam numa solenidade relativa a essa mudança.

“Minha mulher Lena o viu na praça, sozinho, e mandou avisar o Otávio, que imediatamente parou a solenidade e foi cumprimentá-lo, seguido por todos nós”, lembra-se o ex-deputado pela cidade, Ursulino Leão: “O ato virou uma festa”. Aconteceu em 1968.

Essa transferência temporária fora proposta pelo então parlamentar e transformada na Lei nº 6.671, de 5 de setembro de 1967, sancionada por Otávio Lage, que prestigiava Anápolis, tendo incluído vários políticos da cidade na sua equipe.

Quando a Câmara Municipal de Jataí decidiu conceder o título de cidadania ao jornalista Jaime Câmara, o comandante do 10º Batalhão de Caçadores, coronel do Exército Lima Castro, telefonou ao presidente da Arena, Carlos Alberto Ferreira Coelho. Solicitou-lhe que comunicasse aos vereadores para não entregar aquela comenda, pois o beneficiado logo seria cassado. De pronto, ele disse ao militar:

“Não sou menino de recado seu. E se a Câmara for entregar o título a Jaime irei à cerimônia”.

Foi o último Governador a ter audiência com o então presidente Costa e Silva, afastado do governo por conta de uma isquemia. No livro **“A Ditadura Escancarada”**, da série **“As Ilusões Armadas”**, o jornalista Elio Gaspari revela que, durante uma audiência, Otávio Lage percebeu que o Presidente não se sentia bem e relatou o fato ao seu Chefe de Gabinete.

Inauguração da segunda etapa de Cachoeira Dourada

A inauguração da segunda etapa da Usina Hidrelétrica de Cachoeira Dourada, uma data especial para Goiás, contou com a presença do presidente da República, marechal Costa e Silva. Aconteceu no dia 19 de março de 1968, às 12h, e, à noite, foi entregue a nova iluminação pública de Itumbiara, município sede do empreendimento, e marco desse novo momento em Goiás. Dentre os convidados especiais, a presença dos governadores de São Paulo, Roberto de Abreu Sodré, e de Minas Gerais, Israel Pinheiro; e do ministro de Minas e Energia, José Costa Cavalcante. A bênção ecumênica teve a participação do arcebispo de Goiânia, dom Fernando Gomes dos Santos, e dos ministros religiosos, padre Michel Cury, da Igreja Ortodoxa, reverendo Abimael Rodrigues, da Igreja Presbiteriana Nacional de Brasília, dom Epaminondas, bispo de Itumbiara, pela Igreja Católica, e reverendo Manoel Ferreira, da Igreja Metodista.

O encerramento das festividades foi no Clube de Regatas Jaó, em Goiânia, com a presença dos governadores da Guanabara, Negrão de Lima, e de São Paulo, Abreu Sodré. Na oportunidade foram entregues pelo governador Otávio Lage os prêmios aos dois vencedores do Concurso sobre Cachoeira Dourada, os escritores Jesus de Barros Boquady e Miguel Jorge. O acadêmico Aurélio Buarque de Holanda presidiu a comissão do certame e participou do evento. No Estádio Olímpico, da Avenida Paranaíba, em Goiânia, foi disputada a partida de futebol entre as equipes do Santos Futebol Clube e do Goiás Esporte Clube, com placar final de 3 a 3: dois gols de Rinaldo e um de Garrincha, pelo Goiás, e um gol de Carlos Alberto, outro de Douglas e o terceiro do rei Pelé, pelo time paulista.

Em sua saudação nesse ato inaugural, Otávio mostrou que Goiás possuía um potencial instalado de 45 mil HP e passou a ter, naquele semestre, 138 mil kw. Com essa ampliação, a Celg deixou de ser compradora para se transformar em vendedora de energia elétrica, fato inédito entre os demais estados brasileiros. Explicou que o Governo de Goiás fez dois terços da obra, que contou com financiamentos e orientação do Ministério de Minas e Energia, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e da Eletrobrás.

Na usina, no rio Paranaíba, divisa com o Estado de Minas Gerais, foram construídos 3.600 metros de barragens de concreto, de 30 m de altura, e 20 comportas, de 16 m de comprimento por 10 m de altura, pelas quais passavam 10 mil m³ de água por segundo, para manter o nivelamento da represa, que

retinha 800 bilhões de metros cúbicos de água. Foram gastos cinco mil sacos de cimento por dia numa central de concreto especialmente montada na obra; dois mil operários e uma centena de engenheiros e técnicos especializados foram mobilizados durante dois anos para construir essa segunda etapa da usina, que passou a produzir 156 mil kw. A primeira etapa, com duas turbinas menores, produzindo 28 mil kw, foi concluída em 1958 e teve participação histórica na construção de Brasília, quando forneceu 9.000 kw, com igual quantidade para Minas Gerais e o restante para Goiás.



Presidente Costa e Silva, os governadores Otávio Laje, Israel Pinheiro (MG) e Abreu Sodré (SP) e o ministro Costa Cavalcante chegando para a solenidade.

Três turbinas Kaplan, procedentes da Tcheco-Eslováquia e que custaram quase dois milhões de dólares cada uma, foram utilizadas nessa construção. Cada turbina pesava 190 toneladas, suportando um peso de esforço axial de 490 toneladas. Elas tinham uma rotação de 152 rpm e geravam 52 mil kw. O gerador acoplado a cada turbina tinha um diâmetro de cinco metros e à sua volta havia um complexo de excitadores, bombas de lubrificação automática, dispositivo de emergência e uma infinidade de aparelhos que atuavam a um só tempo para a produção de energia. Do amplo painel se controlava todo o sistema de produção energética da usina.

A obra foi construída em dois anos e meio pela Centrais Elétricas de Goiás, por meio da Companhia José Mendes Júnior, formando consórcio com

a Companhia Vale do Paranaíba (Convap), que ficou com a parte civil; a Santa Matilde construiu e montou as comportas, as grades e os condutos. A parte elétrica ficou com a Brown Boveri.

A usina significou descortinar novos horizontes para Goiás. A energia de Cachoeira Dourada atingiu as regiões sul e sudoeste do Estado, beneficiando, naquele momento, 67 municípios. O convênio firmado entre a Celg e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) permitiu a extensão da rede de abastecimento à zona rural, beneficiando ricas regiões onde fazendeiros não tinham, até então, condições de montar indústrias de transformação, importantes para dar ao Estado novos meios para impulsionar o progresso.

O plano de eletrificação de Goiás contava, então, com pequenas hidrelétricas, abastecendo zonas igualmente ricas e importantes, como as usinas de Mosquito, no Nordeste; Lages, Uruaçu e Tocantinópolis, além de grupos diesel, como os de Araguaína, Novo Acordo etc. Ainda, investiu na construção de linhas de transmissão e redes de abastecimento.

Sem responsabilidade no fechamento da Assembleia

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, nesse período, teve uma tentativa de fechamento, por parte da bancada da Arena, diante de um ato agressivo e violento de seu presidente, deputado Olímpio Jayme, e foi fechada pelos militares. Em nenhuma das duas oportunidades o governador Otávio Lage teve responsabilidade.

Na primeira, o protagonista, que era da UDN de Pirenópolis e, por questões paroquiais – a indicação de adversários políticos para cargos de confiança em sua base eleitoral –, rompeu com o Governador. A partir desse ato começou a atuar de forma agressiva e rancorosa, como reconhecem aqueles que com ele conviveram na Assembléia estadual.

Essa primeira tentativa de fechar o Parlamento se deu em função de um pedido simples, de respeito aos deputados, e que acabou quase gerando uma grave crise.

Aconteceu no dia 4 de maio, quando o presidente da Assembléia, deputado Olímpio Jayme, em sua estratégia de atacar o Governador, queria colocar em votação um requerimento convocando o Secretário da Fazenda. O deputado Ary Valadão tentou obstacular, apresentando seus argumentos, quando os ânimos esquentaram. O deputado Genésio Borges, médico e da Arena de Itumbiara, diante da exaltação do Presidente dos trabalhos, pediu respeito aos parlamentares. Jayme, já no final da sessão, gritou com ele, dizendo que “você vai me respeitar como homem” e desceu do tablado da Presidência

com a arma na mão, para acertar o colega. Só não o fez por ter sido contido por outros parlamentares, que o fizeram guardar o revólver. O registro foi feito no dia seguinte pelo jornal “*O Popular*”.

O Governador passou a informação ao Presidente da República sem sugerir medidas punitivas. Já a bancada da Arena na Assembléia foi contundente: telegrafou ao marechal Castello Branco e ao ministro da Justiça, Mem de Sá, para pedir providências diante daquele ato, “que comprometia o Legislativo goiano”.

Para Carlos Alberto Ferreira Coelho, esse desentendimento dos dois – Jayme foi aliado de Otávio desde o primeiro momento – teve como causa a falta de habilidade na nomeação de adversários de campanha em regiões onde ele tinha influência política, como em Araguaçu. Ele ficou magoado e prejudicou muito o governo.

No fechamento, a ordem veio de cima, dos militares que assumiram o poder federal em 1964.

Em represália ao avanço dos movimentos sociais contra o regime militar, o Governo Federal baixou no dia 13 de dezembro de 1968 o Ato Institucional nº 5 (AI-5), que se sobrepôs à Constituição de 24 de janeiro de 1967. A medida foi adotada diante da decisão da Câmara dos Deputados de negar licença para que o deputado Márcio Moreira Alves fosse processado por discurso em que questionou o papel do Exército, “por abrigar torturadores”, e pedindo aos brasileiros que boicotassem as festividades do dia 7 de setembro. O AI-5 fechou o Congresso Nacional, autorizou o Presidente da República a cassar mandatos e direitos políticos, suspendeu o ‘*habeas corpus*’ e adotou outras medidas repressivas.

Nesse momento de tensão o fechamento ocorreu com o Ato Complementar nº 39, do dia 20 daquele mês. Menos de dois meses depois, no dia 7 de fevereiro de 1969, pelo Ato Complementar nº 47, decretou o recesso das Assembléias Legislativas dos Estados da Guanabara, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Sergipe. O alvo seguinte seria Goiás, após 20 dias, por meio do Ato Complementar nº 49, de 27 de fevereiro de 1969, assinado pelo presidente da República, marechal Artur da Costa e Silva, e pelo ministro da Justiça, Luís Antônio da Gama e Silva, decretando o recesso não só do Legislativo goiano, como também do Pará.

De acordo com o jornal “*O Popular*” do dia 28 de fevereiro de 1969, em despacho no Palácio das Laranjeiras, no Rio, o marechal Costa e Silva baixou o ato com base em expediente do ministro Gama e Silva, indicando casos de corrupção e legislação em causa própria no Parlamento goiano. Citou a realização de 17 e até mais sessões extraordinárias em um só dia; aumento de jetom dessas sessões em 50%; pagamento indevido de jetom correspondente a sessões ordinárias, mesmo que o deputado não tenha comparecido;

pagamento de reajuste para deputado a título de despesa com transportes; acréscimo de consultores e assessores jurídicos para 31, numa Assembléia com 39 deputados; e majoração de vencimento de funcionários.

Líder do MDB na Assembléia Legislativa de Goiás nessa época, o ex-deputado Eurico Barbosa explicou que o Serviço Nacional de Informações (SNI), chefiado em Goiás pelo coronel do Exército Marcus Antônio Brito de Fleury, havia feito um levantamento dos gastos do Legislativo goiano e encontrou excessos.

O recesso forçado durou todo o ano de 1969 e o primeiro semestre de 1970, e houve novas cassações.

Como publicaram os jornais, foram cassados o senador João Abrão, do MDB, no dia 17 de janeiro; os deputados federais Pedro Celestino da Silva Filho e Jaime Câmara, e os deputados estaduais Eurico Barbosa dos Santos, Heli Mesquita e Olímpio Jayme, no dia 14 de março. Também perderam o mandato os deputados Francisco Maranhão Japiassu e Manoel da Silva Brandão, conforme o *site* do Legislativo goiano.



Transmissão de cargo de Governador ao vice Osires Teixeira, para a viagem aos Estados Unidos

Viagem aos Estados Unidos e Europa

A convite do Departamento de Estado dos Estados Unidos da América do Norte, o governador Otávio Lage, acompanhado de dona Marilda Fontoura, viajou no dia 20 de maio de 1968 para os EUA.

“Será uma visita de orientação e observação do desenvolvimento de várias regiões daquele País”, como registrou “*O Popular*” do dia 19.

Inicialmente ficou em Washington para uma semana de visitas a diversas personalidades da administração norteamericana e de organismos interamericanos, especialmente os ligados à agricultura e à produção de máquinas agrícolas.

Na agenda, viagens à Califórnia, a Wyoming, estado irmão de Goiás, ao programa “Companheiros da Aliança”, ao Estado de West Virginia (Virgínia Ocidental), onde seria hóspede de seu Governador, que visitou Goiás no ano anterior, e iria ainda ao Tennessee Valley. O governador do Amazonas, Danilo Aersa, também viajou nessa data aos EUA.



Já nos Estados Unidos, conhecendo projetos agrícolas

Depois de uma permanência de mais de 40 dias no exterior, em visita aos Estados Unidos e a diversos países da Europa, Otávio Lage e dona Marilda regressaram a Goiânia no início de julho. Em meio a uma intensa aclamação popular, o desfile de carros começou em Anápolis e culminou na Praça Cívica, em Goiânia, onde o Governador foi alvo de homenagens. Mais de 10 mil pessoas o esperavam, em meio ao espoucar de fogos de artifício, num belo espetáculo pirotécnico. Foi a maior concentração popular já realizada em Goiás para receber um homem público, como anotou “*O Popular*” na edição de 5 de julho de 1968, em página inteira.

O Governador desembarcou no aeroporto de Anápolis, às 16h, pilotando ele próprio um Cesna 310, de propriedade do Estado, onde recebeu as primeiras homenagens da população e dos líderes políticos. A recepção prosseguiu até o trevo da BR-153, onde já o aguardavam as mais altas autoridades constituídas de Goiás. Um desfile monumental, com cerca de três mil automóveis percorrendo a

Av. Anhanguera, até o bairro de Campinas, conduziu-o ao Palácio das Esmeraldas, às 19h. Na Praça Cívica, ao descer do veículo, foi carregado por um grupo de entusiastas e aclamado ruidosamente pela grande massa popular presente, em apoteótica acolhida que, segundo suas palavras, ele jamais esperava receber do povo goiano.

A transmissão de cargo pelo vice-governador Osires Teixeira, quebrando o protocolo, foi na própria Praça Cívica.

Otávio visitou diversas universidades, como a do Tennessee, de 27 mil alunos, e conheceu grande parte do complexo universitário da América do Norte, como registrou o *“Correio Braziliense”* do dia 6.

“Lá não é como aqui, porque as universidades são pagas, e bem pagas. Chega a 3.500 dólares e em média há um professor para cada 30 alunos, no máximo”, explicou. Quanto a adotar esse modelo, disse que seria para o futuro, diante das dificuldades econômicas do Estado. Ressaltou que as estradas eram boas, bem conservadas e sinalizadas, mas pagas pelo cidadão que as utiliza.



A recepção na chegada dos Estados Unidos

O *“Jornal do Povo”*, na edição do dia 8, também registrou a viagem, com elogios ao sistema educacional norteamericano. Ressaltou que as soluções não podiam ser copiadas, considerou como válida a tese de que os estudantes devem contribuir, sempre que possam, para ajudar no custeio do ensino. Assim, julgava que haveria mais vagas gratuitas para os que não podem realmente pagar. E reafirmou a meta, pela diminuição do analfabetismo, com o aumento do número de salas de aula e a ampliação do quadro de professores.

Otávio Lage queria construir uma rodovia paralela à Belém-Brasília, com ponte no rio

Araguaia, para atingir o norte do Mato Grosso e o sul do Pará, passando por Crixás, buscando duas regiões em expansão para incorporá-las a Goiás. Conseguiu recursos com a Aliança para o Progresso, o chamado ‘empréstimo do trigo’, sem juros e sem correção do dólar. Para isso, foi aos Estados Unidos conseguir financiamento para construção de pontes e rodovias.

Durante essa viagem, o vice-governador Osires Teixeira assumiu. Ele pediu para acompanhar o pedido de pagamento extraordinário feito pelos deputados e não deixar que fosse pago. O presidente da Arena, Carlos Alberto Ferreira Coelho, acompanhou-o a Brasília, na audiência com o ministro do Trabalho, Jarbas

Passarinho. O deputado Nigel Spenciere fez o pedido, representando todos os parlamentares, a Assembleia aprovou, e ele teve que ir ao Legislativo para explicar a impossibilidade do pagamento.

“Osires teve a cabeça de não aceitar a pressão”, afirmou.

Honestidade como princípio e no comportamento



Visita do embaixador Walther Moreira Salles

Uma revelação que o engenheiro Joaquim Sepúlveda fez questão de frisar:

“Não se ouviu falar de corrupção, sobrepreços, enriquecimento ilícito nesse período. Só em trabalho, em realizar mais para a população, em criar melhores condições de vida”.

Citou um exemplo: ele tinha uma admiração por Otávio Lage muito grande. Era um ídolo, o sentido máximo de honestidade. Confiava nele como

pessoa, amigo e como administrador. Certo dia, ele pilotando o avião, sobrevoavam uma região pobre, abandonada, “uma miséria danada”.

O prefeito de Dianópolis, Hagahús Araújo, disse ao Governador de sua preocupação com “uma situação difícil”, sobre os estudos para a construção de uma estrada que passaria por terras de propriedade de Otávio, que em parte foram invadidas. Indagou o que fazer com esses invasores, já que as terras, naturalmente, com as obras, seriam muito valorizadas.

Quem conhecia a história e mesmo aqueles que ficaram sabendo dela naquele momento sentiram um frio no estômago, alguns já se antecipando no julgamento, de que ele queria fazer a estrada para beneficiar suas terras. Outros, apressadamente se sentiam traídos em sua confiança. Tranquilo, sem se perturbar, ele perguntou se existiam muitas pessoas nessa situação. Alguém se adiantou dizendo que eram muitas e que iria colocá-las “prá correr”, mas ele logo cortou a conversa:

“Vamos fazer o seguinte: reúna o pessoal, levante a situação e avise a cada um que vou doar as terras para eles”.

Para Sepúlveda foi um alívio e uma renovação do sentimento de admiração, “só confirmando a retidão de caráter e de honestidade de Otávio. Ele apenas queria trabalhar pelo Estado, desenvolver as regiões, superar a pobreza e dar uma vida melhor para as pessoas”.

Ursulino Leão sente saudades desse período, em que havia mais idealismo e mais compromisso das pessoas:

“Entendo que a política é o caminho para a realização do bem comum. Hoje, de modo geral, a política é tida, havida e praticada como forma de melhorar as condições pessoais do político. Daí, tudo isso: corrupção, outros absurdos na prática legislativa e na ação de governantes. Estamos vendo governadores denunciados pelo Ministério Público, cassados. Antigamente era raro isso, quase não ocorria. Havia mais idealismo. Não havia compra de votos tão descarada como hoje. A lei, no entanto, agora está mais rigorosa. Antigamente, as pessoas se candidatavam para contar com um meio maior de servir. Usavam o mandato, de ser representante do povo, para criar a felicidade geral. É essa a grande distinção”, anotou.

A frota de veículos do Estado era formada, em grande parte, por carros da marca Ford. A empresa, em reconhecimento a essa iniciativa, decidiu doar para o Governo o seu principal lançamento de 1967, o Ford Galaxie, um modelo sedã luxuoso, contando com ar condicionado e direção hidráulica. Considerado na época o automóvel mais luxuoso do Brasil, foi eleito pela Mecânica Popular o “*Carro do Ano*”.

Tornou-se, a partir daí, o carro oficial para condução do Governador aos principais eventos da época.

O primeiro concurso público para exator fiscal

O anúncio do terceiro concurso público para exator fiscal do Estado, depois da anulação dos dois anteriores, trouxe desconfiança, e tinha muitos a falar mal da iniciativa. De um lado a oposição, tentando desqualificar a medida, e de outro a situação, que queria continuar com o sistema anterior, de indicação pelos chefes políticos do pessoal para a função.

Mesmo com essa torcida contra, o certame atraiu mais de quatro mil candidatos e aprovou 305, que ainda passaram por um curso intensivo, de quatro meses, na Escola do Servidor Público (Goesp). As provas foram aplicadas em abril de 1968, o resultado foi homologado em julho e a posse da primeira turma, de seis, em janeiro de 1969. Em seguida foram empossados os demais aprovados,

Os políticos situacionistas chegaram a tentar desacreditar a iniciativa, fazendo suas relações de nomes, brigando pela nomeação deles e quase

conseguiram. Otávio, que tinha viajado, voltou e confirmou os resultados, assegurando a posse dos aprovados, tanto nos exames como no curso intensivo. Era a primeira vez que o Estado realizava concurso público, como determinava a Constituição Estadual de 1967.

Goiano da antiga Vila Boa, onde nasceu em 1947, Zacheu Alves de Castro tinha 20 anos quando decidiu enfrentar a maratona de estudos e os mais de 12 candidatos por vaga. E se sentiu realizado: com a aprovação; com o curso; com a garantia da posse; com o desejo de mudança anunciado pelo Governo; e com a nova mentalidade que passava a existir, as pessoas com outra formação aprovadas no concurso, a aposta na melhora da arrecadação e os projetos de governo nesse sentido.

Ele mesmo quase foi prejudicado por políticos de sua cidade, que tinham suas listas de nomes, lutaram por elas, tentaram interferir no resultado e fizeram de tudo para inviabilizar o certame, sem sucesso.

Depois da posse, a aventura de ir para cidades ainda sem estrutura, como estradas, hotéis, restaurantes, ônibus etc. Ele, por exemplo, foi para Mairipotaba, a 110 km de Goiânia. Parava em Cromínia e ia a pé, 15 km. A cidade não tinha banco para depositar o dinheiro arrecadado na Coletoria; esse dinheiro ficava numa pasta com ele no quarto da pensão onde se hospedou, com outras pessoas, no mesmo quarto. Para maior segurança, amarrava uma corrente na pasta e em seu corpo, quando ia dormir.

O coletor era a principal autoridade do município, pois tinha o dinheiro na mão, e acabava sendo procurado por todos, para antecipação do salário, empréstimos etc.



Jalles Fontoura, Alcides Rodrigues, Marconi Perillo, Otávio Lage, Zacheu de Castro

A realização do concurso público, na verdade, representou uma mudança de grande importância para todos, cidadãos e Estado. Ali começava o processo que acabou com o coronelismo, a indicação de pessoas para os cargos por políticos de influência. A postura passou a ser técnica, e a partir daí a modernização dos sistemas, das estruturas, a impessoalidade na gestão e na maneira de governar.

A preocupação em administrar, sem retaliações

A aproximação, sem maiores compromissos, aconteceu na campanha eleitoral de 1965, em Palmeiras de Goiás, onde ele advogava, e logo se conheceram. Graduado em Direito pela Universidade Federal de Goiás no final dos anos 1950, Elísio de Assis Costa havia passado em primeiro lugar em concurso público para Juiz de Direito, em 1962, não quis assumir, e foi exercer a advocacia. Mais tarde, aceitou o convite para ocupar a assessoria jurídica da Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento (Suplan), onde seu trabalho se destacou. Já ocupando o cargo de Procurador do Estado, Otávio Lage o chamou para outra função em sua gestão, a Secretaria do Governo, nos meses finais de seu período administrativo: de meados de 1969 a março de 1971.

Um aspecto, em especial, Elísio faz questão de ressaltar nele: a honestidade, a defesa dos interesses públicos e a preocupação em realizar obras essenciais, importantes para a sociedade. Para isso, enfrentava os grupos, inclusive instalados na administração pública, para fazer prevalecer esse sentimento pelo coletivo.

Muito correto, ele não deixou que cerealistas, com pessoas infiltradas no Governo, deixassem de pagar seus impostos, quando foram autuados pelos agentes fiscais, com a apreensão de várias cargas de arroz. O processo correu na Secretaria da Fazenda, houve defesa e até uma manobra para, posteriormente, perdoar essa dívida, na época muito elevada. A minuta desse acordo foi parar na mesa do Secretário do Governo, que simplesmente o engavetou, diante da grande pressão que estava sendo feita para beneficiar esse ato incorreto.

Otávio, consciente de suas responsabilidades sociais e políticas, e cauteloso, lendo cada despacho ou documento que lhe encaminhavam, para tomar a melhor decisão, desta vez não se preocupou em ler as duas laudas de justificativa para negar o perdão da dívida assinadas por Elísio. O Secretário elaborou um arrazoado jurídico para contestar e negar o pedido e defender o pagamento da dívida pelos empresários. Depois de receber a explicação verbal sobre o teor do documento, o Governador logo o assinou e mandou executar a determinação, com a Secretaria da Fazenda recebendo toda a dívida.

Essa foi, na verdade, uma decisão de governo, de mudar as regras, para receber o que era devido ao Estado, sem privilégios ou benefícios pessoais. Como já ocorria com os funcionários, que deixavam de ser indicados pelos

chefes políticos para serem nomeados a partir da aprovação em concurso público. Primeiro, com os Delegados de Polícia; depois com os demais servidores da área; com os agentes fiscais, e também com os professores. A exigência primeira era vencer a disputa para o cargo em nível de conhecimento e aptidão para a função, e não por indicação de líderes políticos. Implantou essa obrigatoriedade na contratação de pessoal. Com a iniciativa, começou a acabar com os chefetes que impunham seus indicados e deles recebiam favores.

Foi o Governador que mais construiu escolas e contratou professores da história de Goiás. No setor educacional, por exemplo, seu legado é incontestável: em Goiânia existiam apenas três colégios de ensino médio, ele construiu 10 grandes escolas nesse nível, e atuou da mesma forma no interior. Investiu no capital humano, ofereceu mais oportunidades de estudo e privilegiou a educação como nenhum outro Governador fez.

“Caso único na história de Goiás: no final de seu Governo sobravam vagas nas escolas secundárias”, afirmou Elísio.

Sempre muito correto, ele procurava ouvir os assessores, em especial quando recebia denúncias, numa época em que esse foi um procedimento que atemorizou a vida de muitas pessoas e famílias, tal a intranquilidade que reinava no período militar. Um episódio teve relação direta com o próprio Elísio: certo dia um militar apareceu no Palácio para denunciá-lo como comunista, apresentando uma foto em que ele aparecia ao lado de Luiz Carlos Prestes.

Calmamente, Elísio não se perturbou. Primeiro, disse que não era ele na foto e sim o irmão, Joaquim de Assis Costa, muito parecido. Depois, informou ter entrevistado Prestes quando trabalhava na Rádio Brasil Central. Após ser libertado de uma das várias vezes em que foi preso, o líder comunista veio a Goiás, fez uma palestra na Assembléia Legislativa do Estado, participou de um evento no Bazar Oiô e concedeu entrevistas, uma delas na Associação Goiana de Imprensa (AGI).

Lembrou que não era do feitio de Otávio a perseguição a opositores, apenas cumpria as solicitações dos militares de relatar os acontecimentos em Goiás. De acordo com o então Secretário de Governo, os relatórios eram objetivos, sem fazer julgamentos ou propor retaliações políticas.

– “Era preocupado mais em administrar, fazer mais, contribuir para o progresso do Estado, seu compromisso de campanha, e como gestor público”.

Ministro Castro Filho e o relacionamento complicado

Ministro aposentado pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) em 2007, quando completou 70 anos, o advogado Sebastião de Oliveira Castro Filho teve com Otávio Lage um relacionamento que começou de forma inesperada, continuou de maneira atritada, mas teve um final feliz, de boa convivência, cada um respeitando o outro, sem divergências.

Radialista, acadêmico de Direito na Universidade Federal de Goiás e diretor geral da Rádio Jornal de Goiás em 1965, com dois programas, Castro Filho foi fazer a cobertura jornalística do encerramento, em julho daquele ano, no Cine Teatro Goiânia, da Convenção do PSD, o partido de maior força política no Estado até essa época. Era um momento especial, solene, quando as principais lideranças compareciam para referendar o resultado e anunciar o roteiro seguinte. No instante de começar a solenidade verificaram não ter contratado um mestre de cerimônia, e ele foi convidado para essa função, que acabou agradando.

A Rádio Jornal, de propriedade de Lisandro Vieira da Paixão, então filiado ao PTB, coligado com o PSD, tinha boa audiência, mas penetração curta, com alcance limitado, como a maioria das emissoras da época.

O partido gostou do trabalho dele, procurou-o para conversarem. Ele sugeriu um contrato entre o PSD e a rádio. A conversa se voltou para o trabalho profissional dele, que inicialmente recusou, mas depois fez uma proposta em valores altos, para não ser aceita. Foi aprovada e ele decidiu assumi-la.

Não conhecia ainda o candidato da UDN.

A campanha eleitoral do PSD começou por Alvorada do Norte, para onde seguiu a comitiva, em três aviões de quatro lugares cada um. Antes, um detalhe: não havia lugar para o fotógrafo, quando pegaram a máquina e a entregaram a Castro Filho, que ficou preocupado, pois não sabia como manejá-la, e mesmo assim aceitou o novo encargo. No mesmo dia foram a outra cidade, São Domingos.

Houve dia em que iam a comícios em oito cidades diferentes.

Com o prosseguimento da campanha surgiam as primeiras notícias do bom desempenho do candidato udenista, que começava a despertar a atenção pelo estilo descontraído como chegava nas cidades: sempre com um chapéu na cabeça, entrava pelas ruas principais a cavalo, ou dirigindo um trator ou numa carroça e mesmo a pé, em manga de camisa, abraçando as pessoas, saudando a todos que encontrava.

O candidato do PSD, José Peixoto da Silveira, tinha bom discurso, mas era todo formal, estava sempre de terno e gravata, mesmo em dias de muito calor, e essa situação começou a preocupar os dirigentes partidários, diante da possibilidade de derrota. O candidato a vice-governador, deputado federal Armando Storn, não se sentiu à vontade para falar com ele sobre o assunto, e cada um foi repassando a responsabilidade para o outro, ninguém aceitando a incumbência de explicar a situação.

Sobrou, no final, para Castro Filho, que aceitou tocar no assunto com ele. Começou falando sobre o calor enorme que fazia naquela tarde, a necessidade de cada um se livrar das roupas calorentas, ficar em manga de camisa etc. Ele concordou, lembrou que estava acostumado, devido à carreira de médico, e fez uma única concessão: tirou a gravata, mas não o paletó.

Depois das eleições, Castro Filho continuou ligado à oposição a Otávio Lage, primeiro assessorando o prefeito eleito de Goiânia, Iris Rezende e, após a sua cassação, passou a assessorar o prefeito de Anápolis, Henrique Santillo, eleito em 1969 para mandato de três anos.

Bom de texto, escreveu muitos artigos criticando o Governador.

Quando terminou o curso e passado o período exigido para poder se candidatar a Juiz de Direito, ele se preparou e ficou bem classificado no primeiro concurso público que prestou, em sétimo lugar.

Na época o Governador tinha a prerrogativa de nomear e remover juízes.

Logo as pessoas começaram a falar da dificuldade que teria para conseguir um lugar para sua nomeação, que o Governador não gostava dele etc. Tinha amigos que poderiam fazer uma aproximação, como o vice-governador Osires Teixeira, de quem era próximo, e mesmo o reitor da UFG, professor Jerônimo Geraldo de Queiroz, concunhado de Otávio, que fora seu padrinho de casamento.

Preferiu ir sozinho e procurar direto o Governador, que na época estava despachando do edifício Rio Vermelho, para onde transferira o Governo. A audiência foi marcada para as 13h, ele chegou com 30 minutos de antecedência e ficou aguardando, pacientemente, ser chamado. O tempo ia passando, as pessoas entravam e saíam, e ele lá, esperando pela sua oportunidade. Acabou sendo o último. Eram 20h e o próprio Otávio foi até ele, chamando-o pelo nome e já anunciando que ele iria para Araguatins, no norte do Estado.

Sua reação foi imediata:

“Não vou. Sou arrimo de família, meus pais estão doentes, preciso ficar perto deles e só aceito nomeação para uma comarca que fique até 200 km de Goiânia”.

A conversa prosseguiu de forma amistosa, ele dizendo que era Juiz concursado e que aguardaria um local mais próximo para ir.

O Governador, então, pediu que quando achasse um local o avisasse com urgência.

Posteriormente, surgiu uma vaga para Jandaia, tentou falar, mas não conseguiu com a urgência necessária e quando chegou até ele foi informado da nomeação, momentos antes, de outro juiz.

A terceira oportunidade veio logo após: Ivolândia, a 180 km de Goiânia. Desta vez deu certo, o Prefeito da época fez todo o esforço para conseguir a nomeação, inclusive o levando para lecionar no ginásio. Também o presidente da Aliança Renovadora Nacional, Carlos Alberto Ferreira Coelho, que conhecia, interferiu por ele. Só que o decreto cometeu um pequeno erro, ao não colocar a preposição “de” entre Sebastião e Oliveira, o documento teve que ser refeito, o que o próprio Otávio providenciou, mas a sua posse só ocorreu no dia 30 de março de 1971, já empossado o novo Governador.

O pai de Castro Filho, que tinha o apelido de Sebastião ‘Relógio’, pedreiro,

morava em Joviânia e lá existia apenas o PSD. No início dos anos 1960, com um dos filhos servindo ao Exército no Rio de Janeiro, queria que ele fosse transferido para atuar em Goiânia; foi orientado para procurar diretamente o governador Mauro Borges para solicitar essa transferência.

No Palácio não o receberam bem, ficou chateado com o descaso como o trataram, voltou e decidiu romper com o partido, criando a UDN em Joviânia. Na eleição o candidato de seu partido perdeu a disputa por apenas nove votos, mas Sebastião *Relógio* conquistou uma vaga de vereador.

Em 1974, na campanha eleitoral, ainda residindo em Ivolândia, Castro Filho recebe uma mensagem de que Otávio Lage iria à cidade no dia seguinte e que gostaria de visitá-lo em sua casa. Ele se prontificou em recebê-lo. Nessa data haveria um comício e muitos estavam mobilizados para receber o candidato da Arena ao Senado, Manoel dos Reis. Foi quando o procuraram novamente para que buscasse Otávio no aeroporto e passasse a tarde com ele, enquanto os outros se dedicariam aos preparativos da reunião.

Como não era político e nem iria ao comício, foi ao aeroporto receber o ex-Governador, levou-o para a sua residência e passaram a tarde conversando, como bons amigos.

Em sua posse no Tribunal de Justiça do Estado, como desembargador, fez questão de convidar Otávio para o ato solene. Como não pôde comparecer, o ex-Governador enviou um telegrama bonito se desculpando, que foi lido na cerimônia,

“Otávio não era homem de guardar mágoa”, frisou Castro Filho.

A última vez que se encontraram foi quando, como juiz corregedor, acompanhou o desembargador corregedor geral de Justiça, João Canedo Machado, numa visita a Barro Alto. Na passagem por Goianésia foram recebidos por Otávio na usina e depois em sua casa, na fazenda.

Valterli, jornalismo e andanças com Otávio

Cearense de Tauá que se mudou com a família, aos seis anos de idade, em 1952, para um lugar em que chovesse, e a opção por Mozarlândia, GO, Valterli Leite Guedes foi alfabetizado em casa, pela mãe, ficou na roça até os 15 anos. Sempre gostou de ler e escrever. Em 1960 procurou um centro maior, Goiânia, para morar e estudar.

O primeiro contato com a família Siqueira foi na Festa de Trindade, em 1962. Chamou a sua atenção de jovem curioso com tudo que estava acontecendo ao seu redor encontrar um senhor, já nos seus 70 anos de idade, usando a estrutura de um dos circos que estavam montados, nesse período, para discursar. Como a cidade recebia romeiros de várias regiões, acolhia também todo tipo de atividade, desde o comércio de alimentos a espetáculos circenses.

Jalles Machado, um dos principais líderes da UDN e naquele ano candidato a Deputado Federal, ocupava um alto-falante para falar de suas ideias, seus projetos, dizer das lutas da oposição. A tarde estava quente, fazia muito calor, e ele ali, de terno, fazendo seu pronunciamento.

Valterli logo se interessou pelo jornalismo. Em 1965 era repórter policial do jornal “*Folha de Goiás*”. Aventurou-se por outras áreas e começou a fazer uma coluna para o “*Ipameri Jornal*”, de Edésio Daher. Assinava com o pseudônimo ‘*Araripe Pedra Branca*’, homenagem à região onde nasceu: Araripe, nome de serra, e Pedra Banca, de uma cidade.

Quando foi à região de Ipameri para uma matéria para a “*Folha de Goiás*”, Edésio o chamou para participar de uma entrevista para a Rádio Xavante com o então candidato da UDN ao Governo do Estado, Otávio Lage. Foi o primeiro contato que tiveram.

Por sua militância política já conhecida, Valterli foi chamado pelo comitê do candidato do PSD ao Governo do Estado, que era coordenado pelo deputado estadual e jornalista Eliezer Penna, e ficava na Rua 9, centro. Foi contratado para redigir a grande coluna que o comitê enviava e os jornais publicavam, registrando a movimentação do candidato, seus pronunciamentos, apoios, agenda etc.

Lembra-se que o deputado federal José Peixoto da Silveira era um homem magro, com saúde frágil, muito educado, incapaz de alterar a voz. Talvez, por essa condição, sua comida era especial. Certo dia, em Morrinhos, o líder político Manoel (Nequinha) de Freitas, para receber os visitantes em sua casa, preparou uma farta comida num tacho grande: costela de vaca com mandioca, arroz, tutu etc. Para Peixoto fez, à parte, uma comida leve, pois não podia com comida pesada: franguinho novo.

Outra lembrança de Valterli foi a visita que o general Nogueira da Paz, comandante militar do Planalto, fez a vários líderes pessedistas, para defender o udenista, com o argumento de que existiam dois candidatos: “um era comunista e o outro não”. Esteve em Jataí com Serafim de Carvalho; em Porto Nacional com João Querido; em Morrinhos com Sílvio de Melo; e em Rio Verde com Paulo Campos. Campos foi categórico: manteve o apoio ao candidato de seu partido, o PSD.

“Otávio, muito jovem, muito dinâmico, era muito trabalhador, um *trator*. Fez uma administração voltada para o municipalismo, levando obras para todas as cidades”, recorda-se, para lembrar que as carências eram muitas. Citou que quando Juscelino Kubitschek assumiu, em 1956, o Brasil tinha apenas 800 km de rodovias federais asfaltadas.

Firme no jornalismo, continuou na oposição, sem radicalismos. Entrevistou o Governador em algumas oportunidades.

Logo após a inauguração de uma de suas últimas obras, a usina de Mosquito, no rio Corrente, em Mambá, região de Posse, Otávio o convidou a

ir com ele para a fazenda. Aceitou. Foi com a roupa do corpo, pois não estava preparado para outra viagem. Dispensou os seguranças e o motorista e foi ele mesmo dirigindo o veículo, como gostava de fazer.

Na primeira parada, uma primeira lição: explicou como se fazia para abrir corretamente um colchete. O jornalista morara na roça, mas não sabia do detalhe, da posição do peito em frente, para facilitar.

Não foram direto para a fazenda dele. Estava tarde e resolveram parar na casa de um amigo, em Goianésia, que lhes arrumou um quarto com duas camas, onde se acomodaram, conversaram e dormiram.

Era madrugada quando viu ele se movimentando com toda cautela para não acordá-lo. 3h. Estava se preparando para ir para a fazenda. Valterli o chamou pelo nome, ele respondeu, disse para continuar dormindo, o jornalista não aceitou, levantou-se, preparou-se e seguiram juntos.

Na fazenda, foram direto para o curral, onde os peões já estavam tirando o leite. Explicou que aquele procedimento, naquele horário, se devia ao fato do produto atrair moscas e, quanto mais cedo, ficava livre delas e da possibilidade de contaminação.

Ele conhecia cada vaca e a chamava pelo nome, o que impressionou o jornalista, já que estava ali não apenas o fazendeiro, mas o Governador.

Depois, deram uma volta pelas lavouras e pela criação de gado.

Grande pecuarista, explicou o contrato que tinha com a Companhia Brasileira de Alimentos (Cobal), à qual vendera uma grande quantidade de rezes e as mantinha no pasto, com custo menor. A empresa preferia mantê-las vivas, do que gastar no abate e manutenção em sistema refrigerado.

“Era uma empresa rural muito moderna”, recorda-se.

Valterli foi várias vezes a Goianésia. Disse que o ex-Governador costumava receber os jornalistas em sua fazenda e preferia não falar de política, e sim de suas atividades, sobre as quais discorria com paixão e entusiasmo. Ao longo da conversa acabava entrando na política, dando sua opinião, e logo o jornal a colocava na manchete.

Citou seu pioneirismo, como no plantio de seringueira, um dos itens mais lucrativos de suas atividades.

Acreditar e fazer acontecer, recomendava

Otávio Lage tinha uma fórmula de conhecer melhor as pessoas: convidava-as para uma visita à sua fazenda, quando, sozinhos, conversavam sobre tudo, começando por questões da terra, as atividades de cada um, e prosseguiam por um bom tempo. Tudo ficava armazenado em sua cabeça e, no devido tempo, ia liberando.

Assim aconteceu com o médico Hélio Antônio de Sousa, goiano de Buriti Alegre, como ele. Estudou na cidade natal o primário e o ginasial,

depois se mudando para Goiânia, quando concluiu o ensino médio, ao mesmo tempo em que lecionava. Fez o Curso de Medicina na Universidade Federal de Goiás, que concluiu em 1973, casou-se com a conterrânea Maria Célia Gomes em fevereiro de 1974, e em seguida se mudaram para Goianésia, onde ele se tornou sócio-fundador do Hospital São José.

Hélio se envolveu na vida social e política da cidade. Em 1985 participou da fundação do Partido da Frente Liberal (PFL). Três anos depois, nos primeiros meses de 1988, recebeu um convite de Otávio para uma visita à sua fazenda Covoá, que ficava no município. Chegou cedo, pela manhã, e saíram conversando. O anfitrião, como sempre, mostrando disposição para tudo, inclusive para retirar o que tinha na carroceria de sua caminhonete: rolos de arame farpado, pesados. Tudo de forma descontraída, sem compromissos.

Logo após, surgiram as primeiras notícias do apoio de Otávio à candidatura de Hélio à Prefeitura de Goianésia, que ele ainda não cogitava e nem projetara atuar na política, mas que acabou sendo envolvido, aceitando o encargo. Foi eleito, mantendo uma tradição de vitória das pessoas que o ex-Governador indicava, cumprindo o mandato de 1989 a 1992, e se firmou como liderança política. Depois foi Deputado Estadual, voltou à Prefeitura em 1996, e se elegeu para outros três mandatos à Assembleia goiana.



O deputado Hélio de Sousa entrega diploma a Otávio

“Era um padrinho diferente: não interferia, não tentava controlar a gestão e nem ficava tutelando”, afirmou.

Explicou que o ex-Governador nunca esteve na Prefeitura e apenas se encontraram uma única vez, por acaso, no cartório, quando foi assinar uma escritura. “Queria apenas que a pessoa correspondesse às expectativas, fizesse uma boa administração e levasse desenvolvimento à região”.

A partir daí tiveram boa convivência, novas conversas, e o assunto

sempre voltava para Goianésia, primeiro, e depois sobre o desenvolvimento do Estado, sua preocupação maior.

“Era um homem visionário e determinado. Aquilo que acreditava fazia acontecer, tanto na atividade empresarial como na política”, citando como exemplo a eleição de Marconi Perillo para o Governo do Estado em

1998, quando foi o principal esteio moral e financeiro, inclusive ajudando na captação de recursos com outros empresários.

Ele conta uma lenda que corre em Goianésia, sobre a vara de condão que tinha para a escolha dos projetos que assumia e viabilizava.

“O pai fala para o filho prestar atenção no que Otávio está fazendo, pois era sinal de que vai dar certo”.

Gostava de coisas modernas, mas que dessem resultado econômico, como quando introduziu o confinamento bovino e o cruzamento industrial. Dizia que não adiantava ter mais terras e sim racionalizar o espaço disponível, ter rentabilidade, e para isso se acercava de especialistas, como Moacir Corsi, que conhecia tudo sobre manejo de pastagens e implantou o sistema de rotação.

Fiel a seus compromissos políticos, chegava a ir contra decisões regionais. Como quando Aureliano Chaves se candidatou a Presidente da República pelo Partido da Frente Liberal e o PFL goiano, liderado por Jalles Fontoura e Vilmar Rocha, decidiu apoiar o candidato do Partido Liberal (PL), Afif Domingos, que julgavam teria mais chances. Otávio esteve com o político mineiro em Belo Horizonte, que confirmou a sua candidatura e ele manteve o seu voto nele.

O ex-Governador deixou a política em 1971, mas nunca se afastou totalmente. Por sua independência e coerência, era uma referência, em termos políticos.

O estilo brincalhão, ao receber estudantes da UFG

Otávio Lage, no fundo, tinha um estilo brincalhão, gostava de conversar, abrindo oportunidade ao relacionamento com as pessoas.

Líder estudantil na época de seu Governo, Joaci Albernaz teve um único encontro com o Governador, que ficou marcado em sua memória.

Vice-Presidente do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia da Universidade Federal de Goiás, acompanhou o presidente da entidade, Martiniano Rossi, numa audiência no Palácio das Esmeraldas, para pedir estágio aos estudantes de Engenharia.

Era 1970. Anos de chumbo, jovens rebeldes, com suas longas cabeleiras. Joaci não era diferente e naquele dia os seus cabelos estavam compridos.

Conversaram, o Governador foi solícito ao pleito, disse que os atenderia e ao se despedir de Joaci pegou no rabo de seu cabelo e brincou:

“Você não precisa de nada. Precisa é cortar essa longa cabeleira”.

A resposta foi em tom desafiador:

“Se o sr. nos atender eu corto”.

Promessa feita, promessa cumprida: o Governo os atendeu, e Joaci cortou os cabelos longos.

Estilo inovador e que avançou muito

Presidente da Federação do Comércio do Estado de Goiás, o empresário José Evaristo dos Santos, que começou suas atividades, na área de roupas, quando Otávio era Governador, lembra seu estilo de administrar, inovador e que avançou muito, nas relações Estado x contribuintes. Entre os avanços na gestão pública recorda-se da transição do sistema de tributação, saindo do Imposto sobre Vendas e Consignações (IVC) para o Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM); a criação do Conselho de Contribuintes do Estado, atual Conselho Administrativo Tributário; e a exigência de concurso público para ingresso no Estado.

“Sempre disposto ao diálogo, manteve abertas as portas do Palácio para todos, e prestigiou muito o setor empresarial, premiando os maiores contribuintes, para que servissem de exemplo”.

Na despedida, a presença dos amigos

Quando Otávio Lage deixou o Governo um grupo de amigos se reuniu, cotizou para lhe dar uma caminhonete e as contribuições foram tão expressivas que permitiram comprar um carro também para dona Marilda

No dia em que ele saiu do Governo todos os secretários, dirigentes de estatais e demais auxiliares com quem conviveu nesses cinco anos o acompanharam em sua despedida, na volta a Goianésia, formando uma longa fila de carros que o levou até a sua cidade.

Logo após a posse, Joaquim Sepúlveda estava saindo apressado quando o governador empossado, Leonino Caiado, de quem era amigo, chamou-o, convidando-o para ir à sua sala, para escolherem o cargo que iria ocupar em sua gestão. Ele disse que não poderia ir naquele momento, pois iria acompanhar Otávio em sua volta a Goianésia. Leonino fechou a cara, o engenheiro perdeu o convite e não mais se falaram.

Sepúlveda já estava disposto a voltar para o DNER e nunca mais aceitou convites para dirigir órgãos estaduais, pois se convenceu que de política queria distância.

O desembargador aposentado Marco Antônio da Silva Lemos, que trabalhou no “*Jornal Opção*” como jornalista (do primeiro time), postou no facebook, e a nota foi publicada na edição desse jornal de nº 2031, de 8 de junho de 2014:

“Em Goiás, 1971, Leonino Caiado substituiu Otávio Lage. Na posse, discursou um deputado, que saudou os novos tempos. ‘Finalmente, chegou a hora da transição. Em Goiás, a crisálida vai se metamorfosear em linda borboleta, completando o ciclo de evolução’.

“Durante o coquetel, o orador* foi cumprimentar o Governador que saía, mas Otávio Lage recusou-lhe a mão:

‘Ao senhor, não dou a mão. O sr. me chamou de coró.’”

Sucessão estadual e as relações com o Governo Federal

As atitudes do Governo Federal à época revelam que a sua relação com o Executivo goiano não era das melhores, de acordo com o historiador Clever Fernandes. Mesmo Otávio afirmando o contrário, reiterando a amizade existente entre o presidente Emilio Garrastazu Médici e o Governo do Estado, “sua fala revela mais frustração e ressentimento”, afirmou. Principalmente em dois momentos envolvendo a intervenção dos militares na economia política de Goiás: primeiro, na indicação de Leonino Caiado para a Prefeitura de Goiânia e, segundo, na indicação novamente de Leonino para a sucessão governamental, em 1971.

Em entrevista ao jornalista Hélio Rocha, para seu livro “*Os inquilinos da Casa Verde*”, disse, sobre a escolha de seu sucessor, que a indicação de Leonino Caiado não tinha sido uma derrota, porque ele era “companheiro nosso, meu auxiliar, auxiliar de importância”. Explicou que a única restrição era a preocupação externada pelo marechal Castello Branco: “Nem Ludovico nem Caiado”.

“Achava que era um tronco que devia ser afastado, mas não que eles fossem defeituosos, um tipo de imagem que dava o estado. Por que só Ludovico e só Caiado? Eu já era uma exceção, o Coimbra tinha sido outra exceção. Então achava que, se ficasse, era até bom continuar assim. Quer dizer, um sangue novo, uma mentalidade nova, não pensaria igual a mim, seria diferente, o que eu acho que nós tivemos. Gosto demais do Leonino. Então achava que ele não daria certo lá por causa dessa preocupação do próprio Castello, que, se não tivesse morrido, talvez a história de Goiás fosse diferente”.

O anti-caiadismo na fala de Otávio revela, segundo Clever Fernandes, o conflito histórico entre o grupo liderado por seu pai e a família Caiado.

“Quando ele diz que gosta ‘demais do Leonino’, tenho certeza que não está mentindo. A questão não é pessoal. A questão de fundo está no posicionamento político. Nas linhas e nas entrelinhas de seu pronunciamento, ele está afirmando que o retorno da mentalidade ludoviquista ou caiadista era um retrocesso ao processo de mudança vivido por Goiás”, acrescentou.

A volta aos negócios, sem deixar a política

Quando assumiu o Governo do Estado Otávio Lage se envolveu integralmente na administração, e suas atividades particulares, na fazenda,

(*) Em tempo, o orador era Osmar Cabral, lendo um discurso ‘ghost-writerizado’ por Thirso Corrêa Rosa.

praticamente ficaram paradas. Por isso, ao concluir o seu mandato, ele decidiu voltar, reassumir os seus afazeres na fazenda, retomar o seu trabalho, e não se candidatar ao Senado, como muitos queriam, como relata dona Marilda Fontoura. Dedicou-se prioritariamente aos negócios, sem, no entanto, deixar de participar da vida política. Indiretamente, influenciava no processo político, limitado, devido ao regime militar.

Depois que deixou o Governo voltou com mais disposição para o trabalho, ao invés de diminuir o ritmo, como lembra Marco Aurélio Cardoso Naves.

Na volta a Goianésia manteve a preocupação com a urbanização da cidade, em especial quanto à pavimentação asfáltica, para oferecer melhor qualidade de vida urbana à população. Já tinha levado energia. Era a gestão do prefeito Luiz de Oliveira, que, com sua iniciativa, tornou a Prefeitura a primeira a ter uma patrulha mecânica municipal, para essas obras.

O engenheiro Oton Nascimento fez as sugestões e o Prefeito as adequou às condições do município.

Perseguição do Leonino

Com a experiência que adquiriu em pleitos eleitorais, o jornalista José Osório Naves se dedicou à área e coordenou, nesse período, mais duas campanhas de grande porte em Goiânia.

A primeira foi a do empresário Benedito Vicente Ferreira a deputado federal, quando foi o segundo mais votado nas eleições parlamentares de 7 de outubro de 1966, com 24.940 votos; ele ficou atrás apenas do pai do Governador, deputado federal Jalles Machado, que teve votação consagradora, 49.137 votos – na eleição de 1962 ele obteve pouco mais de sete mil votos. O terceiro colocado foi Emival Caiado, com 22.877 votos.

A segunda foi a eleição majoritária para o Senado Federal, no dia 17 de novembro de 1970, com três vagas abertas, uma natural e duas com a cassação dos senadores Pedro Ludovico e João Abrão, ambos do MDB. Eram três candidatos da Arena, já com o rótulo de que venceria a eleição com pelo menos duas cadeiras. Os dois mais votados teriam mandato de oito anos e o terceiro e menos votado apenas quatro anos. Os candidatos arenistas eram o deputado federal Emival Caiado, primo do governador ungido pelo regime militar, Leonino Caiado, tido como o que seria o mais votado; Osires Teixeira, então vice-governador, ficaria em segundo; e o deputado federal Benedito Ferreira estava fadado a ser o menos votado ou derrotado pelo mais forte candidato de oposição, o prefeito de Anápolis, Raul Balduino.

“Benedito Ferreira convidou-me para ser o coordenador da campanha dos três candidatos da Arena”, afirmou José Osório.

No entanto, Emival Caiado preferiu um ‘*staff*’ próprio, composto pelo jornalista Neiron Cruvinel e pelo parente Ibsen Henrique de Castro, alegando:

“O Navinho é muito amigo do ‘Ditinho Boa Sorte’ e por isso vai pender só para o lado dele na campanha”.

Foi, na verdade, uma campanha brava.

“O pessoal do Emival jogou pesado, individualmente, visando somente a sua eleição. Benedito e Osires caíram em desespero. Nenhum queria perder, ante o jogo duro estabelecido. Aí chamei os dois e lhes disse – vamos jogar com lealdade, mas duro também, e centrar apenas na campanha de vocês dois, apesar dos três serem da mesma facção política”.

A partir daí começou a trabalhar os redutos de Goiânia, com um foco pioneiro de marketing político: uma equipe de mais de 100 moças e rapazes percorrendo e identificando em cada bairro quem eram os líderes e os cooptando como cabos eleitorais. A estratégia “deu muito certo e repetimos a mesma tática no interior”, explicou. O problema não era derrotar Emival Caiado, mas fazer com que nenhum dos três perdesse, especialmente os dois “mais fracos”.

Veio a eleição e a surpresa: os três candidatos da Arena foram eleitos, só que com as posições invertidas: Benedito Ferreira em primeiro lugar, Osires Teixeira em segundo e novamente o “favorito” Emival Caiado em terceiro e último, com apenas quatro anos de mandato.

“Essa vitória foi o meu maior castigo”, recorda-se José Osório: “Caí em desgraça com o governador ungido Leonino Caiado. Seu cunhado, Prestes Paranhos, não poupava comentários nas rodinhas políticas, me culpando pelo que chamava de derrota do Emival, superestimando meu trabalho e me estigmatizando ‘*Inimigo da família Caiado*’”. Isso já nas vésperas da posse do novo Governador.

Leonino assumiu o Governo.

“Foi um período político medíocre, de mesquinha e perseguições”, ressaltou Naves.

Embora tenha sido Secretário do governo anterior, como titular da Suplan, sua primeira ação política foi ‘*demonizar*’ o que chamou Grupo Otávio, considerando inimigos de seu Governo todas as pessoas e políticos ligados ao seu correligionário e Governador que sucedera.

“Eu, então, duplamente ‘inimigo’: pela ‘derrota’ de seu parente e por minha suposta (embora nunca tivera convívio mais estreito com Otávio Lage, em cujo governo ocupei cargo de terceiro escalão), me incluindo no Grupo Otávio, mira principal de sua ‘caça às bruxas’”.

Como continuava diretor da AGN “ele tinha que me demitir sem criar atrito com o senador Benedito Ferreira, que imaginava meu protetor por gratidão da campanha”, explicou. “Para isso armou uma inconsequente intriga me incompatibilizando com Benedito e daí me demitiu”. Ainda, “proibiu minha contratação por qualquer órgão público estadual e, de sobra, obrigou o diretor do jornal ‘*Folha de Goiás*’, que me contratara como editor de política, a me demitir”.

Leonino cerrou-lhe todas as portas de possível emprego, no Estado e na iniciativa privada. Sem alternativa, criou a revista “*Leia Agora*”, um grande sucesso editorial, pelo formato moderno e independência política. Foi mais um motivo de ingerência do então Governador, que a achava “independente demais” e a oferecer muita cobertura ao Grupo Otávio. Como todo veículo de comunicação depende de anúncios do governo, praticamente fechou a revista, ao proibir qualquer publicidade oficial.

Mesmo com as dificuldades enfrentadas pela “*Leia Agora*”, na condição de Presidente do Sindicato dos Jornalistas ainda realizou, com o apoio da Federação Nacional dos Jornalistas Profissionais, com grande sucesso, a IX Conferência Nacional dos Jornalistas Profissionais, em Goiânia. “Foi um acontecimento memorável que levou à Capital goiana cinco Ministros de Estado e toda a grande representação dos profissionais da *mídia* nacional”.

“Sem emprego fui fazer ‘*free lancer*’ no jornal “*Cinco de Março*”, do Batista Custódio. Maldosamente ou não, a primeira matéria que ele me encomendou foi uma entrevista com Otávio Lage, mandando-me encontrar o ex-Governador em sua fazenda em Goianésia. Fiz uma grande entrevista, pois uma das características dele era não se auto censurar. Falava o que tinha que falar e pronto. Eu, como jornalista, me esbaldei e a reportagem foi manchete da edição seguinte: *Otávio Lage, o monstro sagrado da Arena*. Ai o caldo entornou de vez. O Governador cerrou todas as portas de possível emprego para mim e ainda mandou o presidente do Banco do Estado de Goiás, Wagner de Barros, sugerir que me mudasse de Goiás, pois se continuasse, como a coisa já não estava boa, ficaria bem pior e ... outras amenidades a mais”, relatou.

Entendeu o recado e tomou uma decisão:

“Como contra a força não há resistência, no mesmo dia da ‘recomendação’ peguei meu *Maverik* branco e me mandei para Brasília. Mesmo sem emprego ou referência comercial aluguei um apartamento na região nobre, Asa Sul, e no dia seguinte peguei a família e me mandei. Em Brasília e desempregado, meu primeiro contato foi com o amigo Fernando Câmara, diretor do “*Jornal de Brasília*”. Ele me acolheu nomeando-me Coordenador de Projetos Especiais do JBr, mesmo recebendo restrição da direção da J. Câmara, de Goiânia, pela pressão do Governador. Fiquei 10 anos no jornal. Daí para frente são outras e tantas histórias!...”

Campanha de 1974 e as disputas

Otávio Lage nunca ficou distante da política e era sempre lembrado, por sua experiência e pela liderança que exerceu continuamente.

Nessa época, já fora da presidência da Arena, mas presente nas articulações, Carlos Alberto Ferreira Coelho lembra que em 1974, com

Irapuan Costa Júnior prefeito de Anápolis, o médico Manoel dos Reis e Silva queria ser candidato a Governador.

Um amigo comum deles, Oton Nascimento, decidiu aproximá-los. Conviviam juntos no Lions Clube Goiânia-Centro, eram compadres, e por isso tentou intermediar esse contato. Conversou com o ex-Governador, que, mesmo apoiando outros nomes, aceitou conversarem, e marcaram de se reunir num almoço em Goianésia. Manoel tinha sido Prefeito de Goiânia, Presidente do BEG, era “um revolucionário de primeira hora”, por ter apoiado os militares em 1964 e se dizia muito ligado a altas patentes em Brasília. “Talvez por isso, por ter tanta certeza desse apoio, não aceitou o convite para o almoço”, afirmou Oton, que considerou essa atitude um erro, pois com o apoio de Otávio sairia mais forte na disputa e poderia ter conseguido a indicação.

Os militares chamaram Otávio a Brasília e o colocaram diante de duas alternativas:

“Irapuan ou Manoel dos Reis? Quem você escolher vai ser Governador”.

Conforme *Carlinhos*, ele não era ‘*xará*’ do Irapuan. Depois, Manoel dos Reis encontrou-se com Luiz Menezes e disse-lhe que, do Grupo Otávio, ele seria o único que chamaria para o Governo. Então, o grupo se reuniu, decidiu ir a Brasília. Irapuan morava na casa dos militares na Base Aérea de Anápolis. Eles explicaram a Irapuan que tinham feito a opção de apoiá-lo como candidato a Governador, Otávio já estava conversado a respeito. A única exigência do grupo: que o ex-Governador fosse candidato ao Senado. Não precisaria se preocupar que o grupo faria a campanha.

Alguns dias depois reuniram-se e foram pescar em Itumbiara, quando receberam um telefonema de que o coronel Meira Matos estava em Goiânia e teria optado pelo lançamento de Manoel dos Reis como candidato ao Senado. Mantiveram encontro com Irapuan, lançado candidato a Governador, e reclamaram, dizendo que ele não poderia ter aceito.

“Manoel dos Reis vai perder porque Otávio não é o candidato”, comentaram.

Nessa eleição para o Senado, ele pagou o ‘*pato*’, diante da vitória acachapante da oposição, que elegeu 18 dos 21 senadores.

As movimentações políticas de 1977

Político, sempre preocupado em oferecer as melhores soluções para Goiás, em 1977 Otávio Lage propôs ao ex-governador Leonino Caiado e ao então governador Irapuan Costa Júnior a união de forças para consolidar a Arena no processo sucessório do ano seguinte. A intenção era criar um projeto para Goiás, interferir na escolha do futuro Governador e ampliar a presença do partido no Congresso e na Assembléia Legislativa do Estado. Cotado

para o cargo, ele sugeriu não discutir nomes e sim propostas, buscando uma aproximação maior da sociedade e a ouvindo para definir planos e metas. Para eles, o candidato precisava ser político e ter prestígio eleitoral, como registrou o *“Jornal Opção”*, em análise feita naquele ano e republicada no dia 31 de julho de 2008.

Explicou, naquele momento, que não tinha vocação para cargos legislativos, lembrando que em 1974 tentaram convencê-lo a se candidatar ao Senado, mas não aceitou. Quando perguntado se aceitaria ser candidato ao Governo, informou que não era o momento para a discussão de nomes, que não desejava se candidatar. “Sem falsa modéstia”, disse que tinha feito um bom governo, que seria difícil repeti-lo ou mesmo superá-lo, diante das dificuldades enfrentadas pelo Estado. Esse bom governo, esclareceu, “é um patrimônio meu, de minha esposa e filhos, de minha família e de meus amigos, uma coisa que, eu confesso, me dá satisfação e justo orgulho”.

Ao analisar essa movimentação política, o jornal revelou que foi uma tentativa de interferir na história, mas que Ary Valadão surpreendeu a todos. Ele “era tido como um político intelectualmente menos dotado e se confundiu isso com incapacidade de articulação (local e, sobretudo, nacional)”, ressaltou o jornal, acrescentando que Ary se aproximou do ministro-chefe da Casa Civil da Presidência da República, general Golbery do Couto e Silva, que foi decisivo para sua indicação.

“Os militares, que não repetiram nenhum Governador em Goiás, deixaram perplexos políticos aparentemente mais habilidosos, que estavam unidos para ‘fazer’ o Governador”, completou.

Nessa eleição, houve reunião em Jaraguá, quando o engenheiro Oton Nascimento Júnior recebeu convite de seu tio, Nelson de Castro Ribeiro, para ser candidato a Deputado Estadual, representando a família. Depois, marcou encontro com Otávio na fazenda para conversar sobre o assunto, buscando a opinião dele a respeito. O ex-Governador o convidou para almoçar, mas disse que não daria para chegar em tempo e que o convite ficasse para outro dia. Quando chegou, faltando uns 15 minutos para as 13h, dona Marilda disse que ele já tinha almoçado e saído.

Foi encontrá-lo, como de costume, trabalhando, naquele momento marcando cerca, divisão de pastos.

“Era uma pessoa extraordinária, que vivia para o trabalho”.

Em 1979, a convite do presidente da República, general João Batista Figueiredo, Ary Valadão foi a Brasília discutir sobre um cargo de diretor na Eletronorte, que cuidava do aproveitamento da bacia do Rio Tocantins, na época no território goiano. Consultado se teria um nome, afirmou que sim; Figueiredo falou para procurar o presidente da Eletronorte, coronel Raul Lhano, para tratar do assunto.

Ary conversou, voltou a Goiás, informou ao engenheiro Oton Nascimento, que tinha participado da elaboração do seu Plano de Governo e seria Secretário de Planejamento, que ele iria para o cargo nessa estatal, mas antes teria que conversar com o Presidente da empresa. Oton desconversou, dizendo que tinha mais de 60 anos, havia passado por grandes empreendimentos, como a usina de Itaipu, e que não iria fazer teste com ninguém. Ary insistiu, houve concordância e o encontro foi marcado.

Oton se reuniu com Raul, conversaram por mais de duas horas, quando ele pediu para chamar toda a diretoria e já marcou a data da posse.

“Venha logo. Você conhece mais do que todos nós”, foi o elogio que o Presidente da Eletronorte lhe fez.

Com a ida de Oton para a Eletronorte, Ary solicitou e ele fez uma lista com três nomes para Secretário de Planejamento. O Governador a pegou e lhe disse:

“Falta um nome”, e informou que o escolhido seria o filho dele, num claro reconhecimento ao trabalho que realizou e que continuaria a apoiar, mesmo estando noutra função.

Oton Júnior, que tinha se formado aos 21 anos pela Universidade de Brasília, estava com 26 anos, e depois foi Deputado Estadual.



Otávio, no Palácio do Planalto, recebido pelo presidente João Figueiredo, na presença de Ibrahim Abi-Ackel, Nelson Marchezan, Prisco Viana e José Sarney.

A campanha para o Governo, pelo PDS, em 1982

Com a extinção do bipartidarismo em 29 de novembro de 1979 e a reformulação partidária, Otávio Lage foi um dos fundadores do Partido Democrático Social (PDS). O retorno direto ao palco político teve marcas

interessantes, pois “participou do último pleito eleitoral direto (1965) e do processo de reabertura política, no primeiro pleito eleitoral (1982)”, lembra Clever Fernandes. Em ambos venceu os Caiado na convenção. No primeiro, a derrota foi do candidato natural Emival Caiado; na segunda, foi Brasília Caiado, que era apoiado pelo governador Ary Valadão.

Presidente do PDS, o ex-senador José do Nascimento Caixeta desde o início era contra a candidatura em 1982, porque sabia que ninguém ganharia de Iris Rezende. O ministro-chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, João Leitão de Abreu, queria um nome competitivo, chamou-o a Brasília, insistiu e pressionou.

“Você podia lançar a candidatura do Otávio. Eu dou o respaldo de cá. Você me ajuda?”

Caixeta pediu audiência com o Presidente da República primeiro, porque sabia que se chegasse e falasse que o Otávio era o candidato, o povo ia rir na cara dele.

“Eu precisava de uma ajudinha do Presidente, tirar fotografia com ele e passar como recado dele, general João Batista Figueiredo. Num quarta-feira me chamaram, tirei fotografia com o Presidente, que foi publicada no jornal e no domingo saiu a candidatura do Otávio”.

Secretário do Interior e Justiça, Brasília Caiado quis se candidatar, com apoio do então Governador. Tinha sido líder do Governo Otávio Lage na Assembléia Legislativa do Estado e sempre foi reconhecido a ele por ter realizado uma de suas maiores lutas: levar energia elétrica para a sua região, o Mato Grosso Goiano, partindo do município de Goiás e passando por Itapirapuã, São Luiz de Montes Belos e Iporá.

“O pessoal não aceitou a ideia de Otávio se candidatar. Achava mais viável a participação dele na formação de um grupo político, como candidato a Deputado Federal”, lembra um de seus principais articuladores, Carlos Alberto Ferreira Coelho.

Explicou que houve conversações, sobre a sua não candidatura a Governador e sim ao Legislativo, mas ele foi envolvido e na segunda-feira o jornal “*Cinco de Março*” o apresentava como candidato ao Governo.

Disse-lhe:

“Otávio, se prepare para levar uma paulada nesta eleição”.

Para quem conhecia de política, a candidatura a Governador era “uma burrada”.

O experiente político e ex-prefeito de Goiânia, Nion Albernaz, tinha idêntica opinião, de que ele saiu candidato sem ouvir a voz do bom senso. “Não havia a menor possibilidade de ganhar contra quem nessa fase era o candidato da vingança”, disse. Explicou que Otávio sempre foi idealista, achava que podia ser eleito e dar continuidade a um trabalho em favor do Estado e de sua gente.

“Na realidade, não percebeu o momento que estávamos vivendo”. Como explicou, não era uma eleição qualquer, existia o sentimento de *‘Nós vamos fazer justiça. Vocês cassaram, agora vão ver o que vamos fazer com vocês’*. Foi o resultado.

Ao mesmo tempo, o pessoal do interior foi atrás de Otávio para que se candidatasse ao Governo do Estado, pois viam nele o único que tinha condições de ganhar as eleições. O prefeito de Mineiros, Antônio Carlos Paniago, foi um dos primeiros a procurá-lo. “Insistiram muito. Eu fiquei brava, fui para a fazenda e custei a sair de lá para entrar na campanha. Não queria”, recorda-se dona Marilda Fontoura de Siqueira.

A vitória na convenção de maio, que foi muito disputada, contou com o apoio dos principais líderes políticos do Estado, entre eles o vice-governador Ruy Brasil Cavalcanti Júnior.

O Governo Otávio Lage ainda estava na memória de muitos.

Antes, José Caixeta, que fora suplente de senador, convidou-o para dar um giro por algumas cidades, seguindo por uma estrada que ele havia construído, passando por Firminópolis, São Luiz de Montes Belos etc. A repercussão foi imediata. Eles chegaram, foram visitar os amigos, comeram pastéis na lanchonete, as pessoas os reconheceram e logo estavam juntos. A dupla não chegou a Iporá quando Caixeta recebeu um telefonema, falando para pararem com a viagem. O Palácio das Esmeraldas não queria que continuassem, pois estava confirmando que a liderança do ex-Governador mantinha-se forte, e ele mostrou disposição de voltar à atividade política. Tinha se afastado, de forma voluntária, mas deixou saldo positivo de realizações, era reconhecido por isso e despertava entusiasmo por onde passava. Ainda, houve pressões de Brasília, em especial do Ministro-chefe da Casa Civil, que defendia o lançamento de candidaturas bem aceitas, que pudessem disputar para ganhar e que Otávio tinha mais chances.

Em função dessa movimentação política, Ary Valadão acabou brigando com muitas lideranças e políticos. Um deles, o seu secretário particular, Edmundo de Moraes Neto, estava na convenção quando recebeu um telefonema do Governador dizendo que resolvera demiti-lo e que fosse ao Palácio para dar posse ao seu substituto. Edmundo não pensou duas vezes e mandou seu recado:

“Cadê essa pessoa? Passe o telefone para ela. Como o Governador me demitiu por um telefonema, vou empossá-lo da mesma forma. Diga-lhe que está empossado”, e desligou o telefone.

No mês seguinte Otávio recebeu um telegrama do presidente da República, general João Batista de Oliveira Figueiredo, felicitando-o e afirmando que a Arena goiana havia dado “prova de vitalidade na democrática competição interna”.

Otávio sentiu, logo nos primeiros contatos, que a caminhada, dessa vez, seria muito mais difícil e que as chances eram reduzidas, mas como homem do partido não abandonou os companheiros e nem a candidatura. Havia um clamor nacional por mudanças, e ele representava a situação, o Governo. Mesmo sentindo esse clima difícil prosseguiu até o final.

O primeiro momento da campanha foi de muita mágoa interna de companheiros, “dói muito uma disputa entre amigos e isso foi o que tinha acontecido”. Ele e Brasília eram próximos. Oton Nascimento Júnior e o médico José Fleury compareceram à homenagem prestada a Brasília na cidade de Goiás, que, então, seria lançado candidato a Governador. Posteriormente veio a candidatura à convenção de Otávio

Em outro momento, quando Valadão retornou dos Estados Unidos, onde fora assinar um contrato de financiamento com o BIRD para construção de estradas, Otávio compareceu à recepção para dar-lhe as boas vindas e abraçá-lo, procurando apaziguar os ânimos e as diferenças.

Numa viagem à região sudoeste do Estado um registro que assustou a todos: depois de participarem de um comício em Serranópolis, às 15h, Ary e Otávio pegaram o avião para prosseguir o roteiro, indo a Mineiros. Quando a aeronave estava descendo nessa cidade, o piloto se esqueceu de baixar o trem de pouso e o avião pousou de barriga na pista, assustando os passageiros, sem maiores consequências. O pessoal que vinha logo depois, em outra aeronave, assistiu a tudo, e esse avião desceu normalmente, sem sobressaltos.

A conquista na convenção marcava o seu retorno à vida pública e outro personagem da história política goiana também estava de volta, após ficar 10 anos sem direitos políticos – Iris Rezende Machado, do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). No pleito de 15 de novembro de 1982, o PDS lançou Otávio Lage, que obteve 470.184 votos; o PMDB, Iris Rezende, com 964.169 votos, o vitorioso; o PT, Athos Magno, 9.818 votos; e o PDT, Paulo Timm, 845 votos.

A derrota fechou a possibilidade de o empreendedor retornar ao Palácio das Esmeraldas, “porém não impede a atuação política deste incansável e visionário homem”, como ressaltou Clever Fernandes.

Grande administrador, Otávio Lage tinha estilo próprio de ver a política. Analisando o contexto da época pode-se afirmar que não era um político tradicional. Tinha um perfil mais moderno, principalmente por ter estudado numa das melhores universidades do País, numa época em que havia poucas instituições de ensino superior e a Escola Politécnica de São Paulo era de excelência. Mesmo com oportunidades em regiões mais desenvolvidas, preferiu retornar a Goiás e trazer consigo muito dessa formação. Talvez por isso nunca falou sobre as razões políticas que o motivaram a ser candidato em 1982, e nem demonstrou arrependimento.

“Nunca ouvi nada dele sobre isso”, lembra Vilmar Rocha, que naquele ano se elegeu Deputado Estadual pela primeira vez, com o apoio dele e da família.

Na campanha teve a chance de uma convivência mais estreita e passou a conhecê-lo melhor, como político.

“A hora foi ruim, havia todo um clima de mudança”, completou. “Nunca lamentou essa campanha”.

Não se conhece as razões que o levaram a disputar uma eleição extremamente difícil como a de 1982. Todo mundo sabia, era a eleição da virada, mas ele foi fiel à sua linha política.

“Fez uma eleição complicada”, relata Vilmar.

Não havia sintonia entre ele e o governador Ary Valadão.

“Conduziu a campanha do jeitão dele: não mentia em palanque, não falava palavras vazias, não era populista; não falava para agradar as pessoas e nem o que as pessoas queriam ouvir; não fazia promessas, nem para correligionário nem para o povo”, acrescentou o parlamentar.

Esse estilo simples e direto dava-lhe credibilidade, confiança.

“Não sei se isso o prejudicou na campanha”, recorda-se.

Ele manteve o seu estilo, só que num momento da virada.

“Iris vinha de uma longa história política, de vítima, de cassado, e aquele era um momento mais emocional do que racional. Mesmo assim, manteve na campanha aquele jeito de falar o que achava certo, sem prometer nem querer iludir. Era o velho estilo da seriedade. Não enganava as pessoas”.

Uma brincadeira, ingênua, fez Otávio Lage perder o voto de uma sua fã. Nessa campanha, como visitava várias empresas, para se apresentar aos empregados, esteve na Halex Istar, do segmento hospitalar. A acolhida foi organizada, com muito entusiasmo, pela farmacêutica Ilanu Alcântara Lopes, que conheceu o pai dele, Jalles Machado, “um homem muito bonito”. Ela mobilizou a todos e logo quis uma foto ao lado do candidato.

Diante da receptividade, ele procurou ser simpático:

“Olha, a minha mulher não vai gostar”, disse, sorrindo.

As presentes levaram o comentário na brincadeira, riram, mas a anfitriã não gostou e foi o suficiente para ela se negar a votar nele naquele eleição.

“Foi muito infeliz”, recorda-se, ainda hoje, sobre a sua decepção naquele momento. “Infelizmente”, completou.

Oton Nascimento Júnior destaca que Otávio “nunca perdeu a dignidade, aceitou com naturalidade o resultado adverso, agradeceu a todos que estiveram com ele na campanha e retomou, em seguida, as suas atividades empresariais”. Essa participação em nada afetou os negócios e nem prejudicou a vida dele.

Imagem positiva confirmada

O agrônomo Edward Madureira Brasil trabalhou nas empresas do grupo. Quando conheceu o ex-Governador confirmou a imagem que tinha dele. “Imediatamente lembrei-me de meu pai, de minha mãe e de minha avó materna, à época já falecida, que faziam referências sempre elogiosas àquele senhor que tinha governado o Estado duas décadas antes. Veio-me à memória a primeira eleição direta para Governador após o regime militar, realizada em 1982, quando ele, Otávio Lage, disputou como candidato”.

“Nessa ocasião percebi como a imagem de uma pessoa pode ser distorcida em uma campanha eleitoral. A herança de seu governo é hoje reconhecida por todos, tanto no que se refere a obras importantes e fundamentais para o desenvolvimento do Estado como estradas, redes de energia, telefonia, bem como de organização da estrutura administrativa, com a criação de órgãos e pastas que permitiram o avanço institucional do governo. A imagem de homem ligado aos governos militares e à ditadura de forma nenhuma condizia com aquele senhor afável, brincalhão, acessível, trabalhador, dotado de inteligência notável e cuja companhia era sempre muito agradável”.

Também professor da UFG, Vilmar Rocha enxergou em Otávio Lage, desde o início, um governante progressista, moderno, não era aquele político clássico, de dar tapinhas nas costas.

“Era muito objetivo e foi bom para a educação, que era a minha área”, recorda-se.

Em seu governo construiu muitas escolas em Goiânia, que tinha poucos estabelecimentos de ensino públicos, sobretudo de II Grau.

“Em 1970, quando entrei na Faculdade de Direito da UFG, fui professor numa escola construída por ele, o Colégio Estadual *Assis Chateaubriand*. Ali senti que ele era um governante diferente, progressista, deu muita atenção para a educação, sobretudo na expansão da rede física, que era muito deficiente”.

Desapego ao radicalismo e maturidade política

A ação política, na verdade, sempre o motivou. Acreditava, investia, estimulava os mais novos, dava apoio e respaldo aos que lhe eram próximos, defendia a renovação dos quadros. Como exemplo, a assistência que deu aos deputados estaduais Jalles Fontoura, Oton Nascimento Júnior, Pedro Canedo, Sílvio Paschoal e Vilmar Rocha, que lutavam por espaço e pela renovação na política. Os cinco, eleitos pelo PDS, depois foram os fundadores, em 1985, do Partido da Frente Liberal (PFL), que surgiu da dissidência do PDS para apoiar a candidatura de Tancredo Neves à Presidência da República. Muito ligado ao vice-presidente da República, Aureliano Chaves, e ao senador Marco Maciel, que estavam à frente da nova agremiação, serviu de elo. O advogado e jornalista Heli

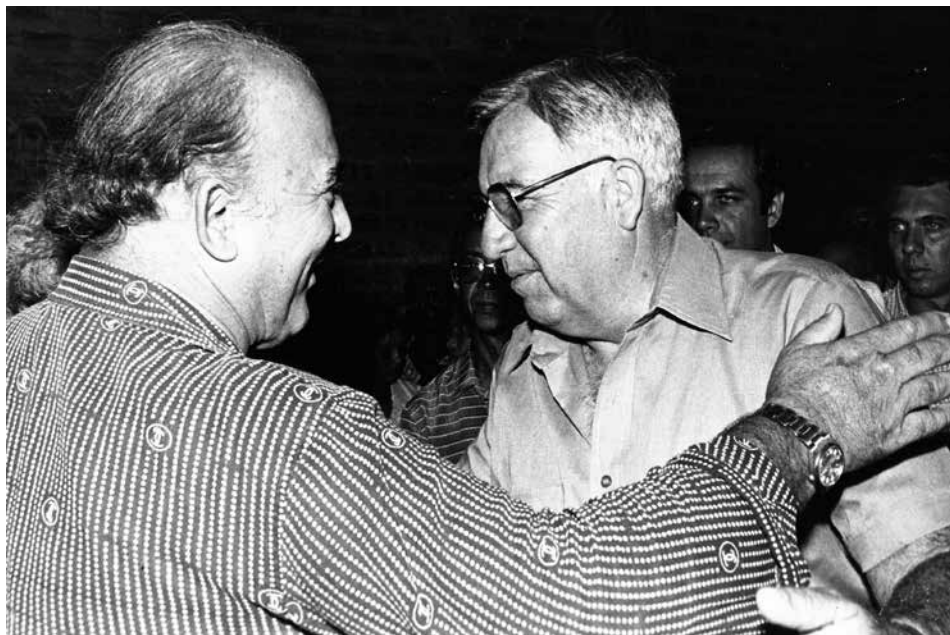
Mesquita, que fora deputado estadual pela Arena e cassado pelo AI-5, chamou-os de “jovens turcos, suicidas”, ao comentar a opção partidária que fizeram.

Ele continuou participando da política. Não pensava como muitos:

“Não sou mais Governador, então vou para casa”.

Também não era radical e nem se apegava ao passado para firmar as suas convicções. A sua preocupação era com o Estado, lutar por melhorias e apoiar quem ele reconhecesse com capacidade para essas mudanças, pensando no futuro. Foi assim que se comportou na eleição seguinte, de 1986, quando o seu grupo mostrou desprendimento, cedeu espaço e articulou a candidatura a Governador de Mauro Borges, filho de Pedro Ludovico, opositor de Jalles Machado, e oposição a ele também.

Mauro tinha sido cassado em 1964 e retornou à atividade política ao ser eleito presidente regional do MDB de Goiás em 1979. Em 1982, já no PMDB, foi eleito senador, partido que em 1986 não lhe abriu oportunidade para retomar o projeto desenvolvimentista que começou a implantar na primeira metade da década de 1960. O escolhido foi Henrique Santillo e ele se colocou como alternativa, lançando-se candidato ao Governo pelo PDC, que fez coligação com PFL, PTB e PDT nessa eleição.



Mauro Borges e Otávio em 1986.

Numa demonstração de maturidade política, Otávio participou das articulações dessa candidatura, esteve na Convenção, entrou na campanha,

deu um jeito. Como o PFL era um dos partidos centrais da coligação, prestou todo apoio.

Esse mesmo comportamento ele mostrou quando seu filho, Jalles Fontoura, foi vice de Paulo Roberto Cunha nas eleições que se seguiram, em 1990. Deu todo apoio em Goianésia e no Estado, como relata Vilmar Rocha, que conquistou o apoio dele nessa eleição e nas seguintes (1994, 98, 2002 e 2006), nas quais saiu vitorioso. “Sou muito grato”, reconheceu.

“O apoio dele e da família foram vitais. Goianésia e Otávio foram a mola mestra na minha carreira política”.

A oposição começa a se reorganizar

As oposições chegaram às eleições para o Governo do Estado de 1994 com possibilidades de vencer. Havia dois candidatos, fortes, com grande potencial e que deslancharam suas campanhas: os deputados federais Lúcia Vânia, do Partido Progressista (PP), e Ronaldo Caiado, do PFL. O momento exigia deles uma união para enfrentar o PMDB, que vinha de três vitórias seguidas (1982, 1986 e 1990) e tinha lançado o vice-governador Luiz Alberto Maguito Vilela, mas preferiram se enfrentar, cada um achando que era a sua vez. Havia ainda um quarto candidato, o empresário Luiz Antônio de Carvalho, do PT.

Resultado: a vitória ficou novamente com o PMDB, que obteve 669.286 votos (42,54%), o PP 401.512 (25,52%), o PFL 364.767 (23,18%) e o PT 137.731 (8,75%). Juntos, PP e PFL tiveram 48,70% dos votos.

Essa derrota, na verdade, serviu de lição, a partir da análise do professor Nion Albernaz, que enxergou na possibilidade da união a chance real de vitória, e começou a trabalhar nesse sentido. Nomeado Prefeito de Goiânia (1983/86), foi o mais votado Deputado Federal pelo PMDB em 1986 e eleito pelo partido Prefeito de Goiânia (1988/92). Iris fora eleito novamente para o Governo do Estado, em 1990, quando começaram os estremecimentos entre eles.

Na segunda gestão à frente da Capital, Nion não aprovou a tentativa de interferência do secretário estadual do Governo, Otoniel Machado, “irmão do Iris, que considerava a Prefeitura um órgão do Estado”. O atrito evoluiu, ele procurou o Governador, explicou a situação e, para evitar que o quadro se complicasse, comunicou que sairia do partido, pois o problema “partia do irmão dele e nessa disputa iria dar razão a ele”. Foi para o PSDB, que o chamou para ser candidato a Governador em 1994, mas não aceitou.

Depois do resultado do pleito, decidiu voltar à ativa. Com a derrota, reuniu as principais lideranças da oposição e explicou que era importante, para o processo de mudança, que antes se deveria conquistar a Prefeitura. Candidatou-se em 1996 a Prefeito de Goiânia, realizou um importante trabalho na campanha, quando uniu as oposições, ganhou a disputa e criou as bases para a eleição estadual.

Foi quando ele começou as articulações para 1998. Esteve algumas vezes no frigorífico Goiás Carne para conversar com Otávio Lage, por reconhecer sua liderança, em especial no meio empresarial. Num desses encontros explicou a estratégia para vencer as eleições em nível estadual, quando sugeriu que Jalles Fontoura se dispusesse a participar. A partir daí foram novas reuniões, mais discussões, e a estratégia evoluiu.

O PMDB, nessas alturas, já tinha perdido importantes quadros, como os ex-governadores Mauro Borges, Henrique Santillo e Irapuan Costa Júnior e a própria Lúcia Vânia.

O retorno ao poder, com Marconi Perillo, em 1998

Depois de um longo período do PMDB no poder, iniciado com a derrota em 1982, as oposições começaram a se organizar, com chances de eleger o seu candidato ao Governo do Estado.

Observador atento e confirmando seu espírito público, Otávio manteve aceso o seu interesse pela política até o fim da vida. Em Goianésia e no estado. Participava, conversava, orientava. Sempre indagando, mostrando interesse e, quando consultado, opinando, indicando rumos, somando na discussão. Ele achava que havia um vácuo, uma possibilidade, uma oportunidade de fazer uma grande virada na política goiana.

Estava sempre presente. Ele era uma referência, âncora, dava apoio aos jovens, queria um caminho novo na política. Estimulava o ingresso dos jovens na militância partidária, na atividade política. Na época dois nomes se sobressaíam como candidatos pelo PFL ao Governo do Estado: Ruy Brasil Cavalcante Júnior, que tinha sido vice-governador, e Jalles Fontoura, que fora candidato a vice-governador na chapa de Paulo Roberto Cunha. Oton Nascimento Júnior tinha se afastado da política, desde o falecimento de seu pai, em 1989, passando a cuidar mais da empresa; só retornou à militância em 1998, para assumir a presidência do Diretório Metropolitano de Goiânia do PFL e estimular o debate pela renovação das lideranças.

“Achava que a vez era do Jalles Fontoura, um nome respeitado em todos os meios”, disse Oton Júnior.

No meio da discussão surgiu, em 1998, a candidatura ao Governo do Estado, pela oposição, do deputado federal Roberto Balestra, do Partido Progressista Brasileiro (PPB). Ele se apresentou, fez visitas, buscou apoios e alianças, mas não aglutinou e nem avançou nos índices de aceitação. Sua presença no palco das movimentações durou dois meses.

“O Balestra era um excelente nome, mas não para aquele momento, porque representava o mesmo que o Iris. Houve entendimento e ele se afasta de forma generosa, percebe que não é aquele momento o ideal para se candidatar”, explicou Nion.

Nas novas discussões, surgiu o nome do deputado federal Marconi Perillo, um jovem que se destacava em sua atuação parlamentar. Encarnava o que todos defendiam: jovem, sem desgaste, bom de discurso e disposto a brigar.

Marconi, eleito deputado federal pelo PP em 1994, tinha a reeleição, agora pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), garantida, e abriu mão para ser candidato a Governador, numa eleição duvidosa. Alcides Rodrigues, ex-prefeito de Santa Helena de Goiás e candidato a deputado estadual com eleição garantida, também abriu mão para ser candidato a Vice-Governador.

Do outro lado, o concorrente que é um mito, nunca havia perdido eleição. Nion pega os dois e fala:

“Vamos ganhar a eleição”.

O quadro não era dos mais animadores: em julho, início da campanha, Iris Rezende, candidato do PMDB, tinha 74% da preferência dos eleitores, conforme as pesquisas, e Marconi surgia com apenas 6% dessas intenções de voto. Nion fez outra leitura dos dados e injetou ânimo nas discussões: a pesquisa indicava qual candidato o eleitor conhecia, não em quem iria votar.

O prazo de campanha era relativamente curto, pois as eleições seriam realizadas em 90 dias.

A campanha iria começar e, para dar certo, cada passo teria que ser medido, cada ato analisado, tudo tinha que corresponder às expectativas. Nada poderia dar errado, pois iria definir o futuro Governador do Estado.

Nion, que articulou o tempo todo, montou a estratégia e desde o início deu as coordenadas, tinha um trunfo nas mãos: a Prefeitura, não para arranjar dinheiro, mas ter gente para ajudar, participar.

Pensaram a primeira carreata saindo de Goiânia, passando por Bonfinópolis, Leopoldo de Bulhões, Silvânia, Pires do Rio e voltando. Como fazer? Era preciso muitos carros. Quantos? Não poderiam chegar numa cidade com meia dúzia de automóveis que logo o candidato ficaria desacreditado.

Primeiro, como Marconi era pouco conhecido, decidiram identificá-lo, colocar uma camisa azul. Depois, Nion chamou os secretários, presidentes de empresas, diretores, como amigos, e os convocou:

“Preciso demais de vocês. Vamos fazer uma carreata e se eu não tiver a sua presença vai ser um fracasso”.

No dia apareceram 300 carros, que deu credibilidade, entusiasmou as pessoas, que, ao longo do percurso, passaram a acreditar na candidatura, na força do candidato.

“Começou aí a estratégia para ganhar. Quando íamos em uma carreata, não era um veículo só. Lembro de ter visto uma carreata do adversário entrando em Bela Vista de Goiás com 45 carros. Nós entrávamos com 300. A diferença era essa sensação de ganhar”.

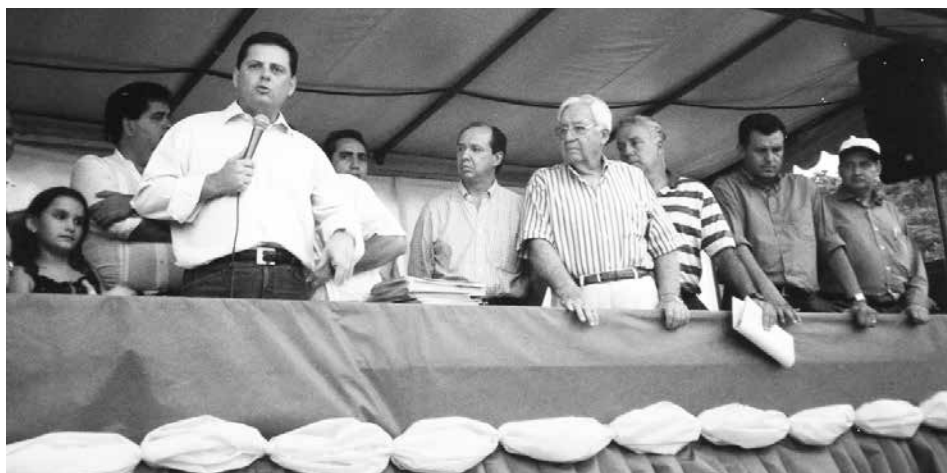
Em reconhecimento ao apoio que Otávio deu para Marconi foi a realização do primeiro comício em Goianésia.

O ex-Governador acompanhou de perto toda a movimentação e, como incentivador da renovação política, entusiasmou-se, acreditou na virada e passou a defender a candidatura, mesmo diante do ceticismo que havia. Participou, direta e indiretamente, das articulações, apostando na alternância e na pessoa.

Ele apoiava a candidatura do deputado federal Vilmar Rocha à reeleição e quando foram abrir um comitê de campanha em Goiânia, faltando menos de 60 dias para as eleições, falava com entusiasmo do candidato a Governador:

“Será o vencedor”.

Num dos momentos extremamente críticos, em agosto, Jalles Fontoura, Marconi e Vilmar foram lhe fazer uma visita no frigorífico Goiás Carne, que presidia. O candidato mostrou com entusiasmo como avançavam os trabalhos, as conversações, a motivação das pessoas e, ao mesmo tempo, expôs todas as dificuldades que enfrentava. A decisão ele tomou na hora: bancar a campanha financeira e politicamente, porque sempre acreditou na vitória, e passou a articular com empresários e fazendeiros dispostos a contribuir para cobrir as despesas.



Otávio foi um dos primeiros grandes líderes políticos a acolher, acreditar e apoiar o jovem candidato Marconi Perillo em 1998

“Em alguns momentos, quando nós mesmos, da coordenação, tínhamos dúvidas quanto aos resultados, ele se mantinha firme em sua convicção, na certeza da virada”, afirmou Vilmar. Ele sempre perguntava, mostrava interesse.

Já na reta final chegou a faltar até cafezinho nos comitês, diante da escassez de recursos para uma candidatura de oposição e principalmente contra um candidato que era considerado imbatível. Otávio, que nunca deixou de ajudá-lo, ampliou os contatos, buscando outras contribuições, para garantir recursos para sustentar essa fase da campanha.

“Era o estilo dele: acreditar e lutar”, destaca Oton Nascimento Júnior, para ressaltar que esse otimismo colaborou na mudança do quadro.

Um dos principais apoiadores da candidatura de Marconi, ele nunca fez qualquer cobrança e nem esperou agradecimento pela ajuda na campanha. Disse, apenas, que queria que ele fosse um bom Governador.

“Não votei nele para ter vantagens”, argumentou, dizendo que o Governador prestigiou suas iniciativas, como ao ser convidado para a inauguração da ampliação da usina e ter comparecido ao evento.

Ele gostava de lembrar uma observação do presidente Castello Branco, de que quem paga quer ter o benefício desse imposto.

“Quando você pega o tributo e usa para pagar pessoal está desviando dinheiro de algo que é importante para toda a comunidade. Ao atender uma família, dá emprego para uma pessoa que nem sempre está precisando e nem o Estado precisa dele. Deixa de investir, de criar novas oportunidades de emprego para mais pessoas”.

Explicou que, em sua época, gastava com a folha de pessoal do Estado menos de 40% da receita e investia os outros 60%.

“Marconi, quando assumiu, recebeu o Estado com quase 80% da receita comprometidos com o pagamento de pessoal. O que ajudou foi o aumento da arrecadação de tributos. Esse é o grande problema. Se você dá emprego, resolve o problema de uma família, e os demais, que pagam impostos, não recebem o benefício. Faço questão de pagar e receber o benefício na mesma proporcionalidade. A gente tem que ter consciência que a arrecadação do Estado é para atender a população como um todo e não apenas uma família”.

Elogiou a atuação do filho, Jalles Fontoura, como Secretário da Fazenda, e explicou que não pediu o cargo para ele, nem foi consultado, e que, em princípio, era contrário, fundamentando seu ponto de vista:

“Se há um lugar que atrapalha um político é a Secretaria da Fazenda. Alguém gosta de pagar imposto? E o Secretário tem que cobrar, acaba incomodando as pessoas”.

Em sua avaliação, ele soube atuar na Secretaria sem deixar que essa

ação interferisse no seu trabalho como político. Entendeu que o empresário e o cobrador eram pessoas que estavam de um lado só: comerciante tem a obrigação de pagar impostos e não vai ter as benfeitorias que o governo faz se não colaborar. Quem paga no fundo é quem ganha obras e realizações.

“Jalles saiu-se bem na Secretaria e conseguiu aumentar a arrecadação do Estado sem sacrificar e nem perseguir ninguém. Secretário não é o homem que vai lá cobrar o imposto. Ele é apenas um funcionário. A lei determina que o Estado deve receber para fazer obras. Se ele faz bem feito, deixando as pessoas em igualdade de condições, a receita cresce e todos saem ganhando”. O ruim, como enfatizou, é quando um paga e outro não, o que acaba prejudicando a todos.

Marconi reconheceu:

“Otávio Lage foi uma das primeiras lideranças políticas a se engajar na minha campanha”, afirmou, em referência ao primeiro comício de suas duas eleições (1998 e 2002), ambos em Goianésia, e sobre a participação dele na construção da aliança que, 16 anos depois da vitória do PMDB sobre Lage, levou o PSDB ao poder, na vitória sobre Iris Rezende.

Defendendo a reeleição de Marconi, em 2002

Em 2002 Otávio defendeu a reeleição de Marconi afirmando que ele fez um bom governo e que, com a experiência, poderia realizar mais ainda.

“É um político que conhece o Estado, tem interesse em fazer um governo diferente dos outros. O prazo de quatro anos é pouco. Quando a pessoa está realizando, dentro de um projeto que a gente acha lógico, deve continuar, ir em frente, completar a sua obra”.

Argumentou que é função do Governo dar a diretriz, propiciar as condições de criar emprego, e não fazer pela pessoa, individualmente.

“Esse foi o grande mérito de Marconi: levar ao interior aquilo que ele precisa. É mais fácil segurar as pessoas na sua cidade do que deixar a Capital inchar e, então, tentar resolver esse problema. Senão, vira Rio de Janeiro, com aquele monte de favelas”.

Na época, discordou da postura de Demóstenes Torres, que prometeu não disputar a Convenção do PFL que escolheria o candidato ao Senado, mas articulou na surdina e depois se apresentou, causando a derrota de Jalles Fontoura. Em função dessa atitude, que reprovou, não o apoiou e nem votou nele, apenas em Lúcia Vânia, do PSDB, que também se elegeu.

“O Jalles estava mais preparado para a função”, resumiu.

Nessa eleição, queria votar para Presidente da República em Roseana Sarney, do PFL, pelo histórico da família e pela própria experiência dela, como Governadora do Maranhão. Mas a operação da Polícia Federal na empresa

Lunus Participações, da qual era sócia, administrada pelo marido, Jorge Murad Júnior, quando apreendeu R\$ 1.340.000,00 não declarados, complicou a situação e ela não soube se explicar, o que a prejudicou.

Defesa do bipartidarismo, homem de partido

Otávio defendia o bipartidarismo, por considerar que muitos partidos, na maioria das vezes, servem para atender pequenos grupos, que mal conseguem eleger um ou dois deputados, mas que vem com uma pauta de reivindicações grandes. Citou o exemplo da Inglaterra e dos Estados Unidos, que permite o equilíbrio no sistema de governo. O partido que está no poder será mantido se sua política corresponder às expectativas da população; do contrário será substituído na eleição seguinte.

“Sou a favor dos grandes partidos. Os pequenos partidos só fazem barganhas. O Governador tem um projeto importante para ser votado, vai atrás de um pequeno partido e aí tem que negociar para ter o apoio, o voto de seu representante. Isso é ruim para a democracia. Não concordo com isso. Você precisa ter uma cor partidária, uma filosofia partidária”.

Concordava com as aproximações políticas, os debates, a troca de ideias, mas não anular o adversário apenas para ganhar eleição.

Ele sempre se disse um homem de partido e por isso nunca deixou de votar em candidatos de sua agremiação partidária. Em 1989 votou em Aureliano Chaves para Presidente da República mesmo sabendo que ele iria perder.

“Eu sou partidário. Votar em adversário é complicado para mim. Votei em Aureliano porque achava ele bom. Era um candidato sério, foi bom Governador, e era do meu partido”.

Considerou o presidente Fernando Henrique Cardoso um estadista, com atuação muito boa, destacando dois ministros: da Fazenda, Pedro Malan, e da Educação, Paulo Renato de Souza. Afirmou que se conhece as qualidades de um Presidente pelos ministros que tem.

“Quem faz o governo não é o Governador e sim os secretários; o mesmo acontece com o Prefeito: são os seus auxiliares que realizam, mas quem recebe a glória são os chefes do Executivo. Se um Governador ou Presidente da República escolhe bem seus auxiliares ele se sai bem”.

Citou um exemplo dele próprio:

“O engenheiro Salvino Pires foi secretário de meu governo, fez um grande trabalho, mas ninguém fala dele, e sim do Governador”.

Decisões sobre Cachoeira Dourada em épocas e governos diferentes

Uma importante contribuição à compreensão do trabalho realizado na época e sua contraposição com decisões posteriores envolvendo o setor de energia elétrica foi dada pelo engenheiro Salatiel Soares Correia, que foi admitido na Celg em 1982. Goiano de Piracanjuba, graduado pelo Instituto Nacional de Telecomunicações de Santa Rita do Sapucaí, MG, e com mestrado pela Unicamp, é autor, dentre outras obras, dos livros “*Setor Elétrico Brasileiro – Uma falência mais do que anunciada: O caso da Celg e outros escritos*”, “*A Energia na região do agronegócio*” e “*Tarifas e a demanda de energia elétrica – 2010*”, pela Editora Synergia.

Como especialista, ele fez uma análise de dois Governos, de épocas diferentes, mas que decidiram por um setor vital, o da energia elétrica, e permitiu, com suas observações, avaliar opções de governo e alternativas adotadas sobre um mesmo tema, tratado de forma e com repercussões diversas.

Seu artigo, publicado no jornal “*Diário da Manhã*”, de Goiânia, GO, edição do dia 25 de março de 2014, com o título ‘*Governos Otávio Lage, Maguito Vilela, a Celg e Goiás*’:

Se existem dois governos de Goiás que se depararam com situações semelhantes e com soluções completamente distintas na história política do estado foram estes: o de Otávio Lage e o de Maguito Vilela. Filosofias de governo tão diferentes como diferente é o misturar de óleo e água. Separemos, pois, o joio do trigo.

Falemos de Otávio Lage. Engenheiro graduado pela Universidade de São Paulo, o marido de dona Marilda optou pelo uso da racionalidade como instrumento de governo. Para isso, cercou-se de técnicos de boa qualificação. Não é por acaso que seu executivo de confiança, no comando da Celg, foi um engenheiro de reconhecidos serviços prestados não só à empresa como ao estado. Estou a falar de Joaquim Guedes de Amorim Coelho.

No tocante ao setor de energia, nessa época, ocorreu grande expansão da oferta de eletricidade que impulsionou principalmente o setor agropecuário goiano. Que o diga a construção da segunda etapa da Usina Hidroelétrica de Cachoeira Dourada e o que isso representou para o crescimento econômico do estado.

Um fato interessante, mas pouco percebido por observadores da história goiana, evidenciou-se na séria e sábia decisão que tomou o governo Otávio relativa à entrega do mercado de Brasília, mercado esse, então, alimentado pela maior estatal goiana.

Percebi o fato no momento em que me predispus a coletar informações com objetivo de escrever um livro sobre o assunto. Nessa ocasião, tive a

oportunidade de conversar, por um longo tempo, em sua residência, com doutor Guedes. Confesso que foi, para mim, uma satisfação pessoal colher o depoimento de um profissional o qual, há muito, admiro, tanto pela competência como pela reconhecida integridade pessoal.

“entregamos o mercado de Brasília em nome de um propósito maior: o de sobrar recursos para que pudéssemos investir no desenvolvimento de Goiás”, disse-me, na época de minha pesquisa, meu ilustre entrevistado.

O tempo mostrou ser essa uma decisão mais que acertada, pois os recursos originados dessa ação política foram aplicados na expansão da estrutura rural goiana. Daí se originou o boom de expansão, principalmente, dos programas de eletrificação rural competentemente liderados pelo engenheiro Joaquim Guedes de Amorim Coelho. Mas, como nem tudo são flores, falemos do governo do colega do doutor Otávio numa outra época: governo Maguito Vilela.

A gestão do advogado Luis Alberto Maguito Vilela se deparou com uma situação de entrega semelhante àquela que se defrontou o governo Otávio Lage. Falo da privatização da Usina Hidroelétrica de Cachoeira Dourada e o famigerado contrato de compra de energia que transferiu renda de uma empresa pública para mãos privadas.

Não preciso repetir o que veio depois, pois já faz parte da história do estado o lamentável episódio. Vale, no entanto, ressaltar algo que fez toda a diferença: o propósito de uma e outra situação. No governo Otávio Lage, o propósito que lastreou a decisão foi a sobra de recursos destinados a investimentos em um mercado cuja expansão asfixiava a Celg. Os recursos foram competentemente aplicados. Goiás ganhou com isso. Eis a face mais visível do estado como indutor do desenvolvimento econômico-social.

No caso do governo do senhor Maguito Vilela, sinceramente, até hoje, não sei responder qual foi o propósito que lastreou aquela desastrosa decisão. Não é normal no dia a dia da administração governante vender ativos do Estado para resolver problemas de governo; como por exemplo esse de construir pequenas obras corriqueiras, como asfaltar ruas de cidades, dentre outros. O que não é segredo para ninguém foi o gasto às tontas sem nenhum planejamento. Que o digam as obras na Avenida Anhanguera, o ginásio de esportes bem pertinho da Celg, do Estádio Serra Dourada. Pois é, a estatal de energia goiana faliu.

O governo Otávio fez grande política, o governo Maguito pequena política. Otávio fez uso da racionalidade da qual homens do jaez do engenheiro Joaquim Guedes de Amorim Coelho foi a face mais visível. Já no governo Maguito, veja-se o que foi para as paradas de sucesso foram na verdade fracassos. Fracassos de gente que o governo Dilma acertadamente pôs no seu devido lugar histórico.

5. UM MARCO NA ECONOMIA, EMPREENDEDORISMO E NOVAS TECNOLOGIAS

Instalado na Fazenda Itajá, em 1949, Otávio Lage passou a formar a propriedade do pai, até então apenas com o plantio de café, uma cultura que, na época, já não era rentável, não dando resultados financeiros compensatórios. Ele logo introduziu um sistema de compra e venda do produto, ao invés de simplesmente cultivá-lo, passando a ter melhores ganhos nessas transações. Percebeu também a opção pelo gado. Essas duas iniciativas passaram a ser os sustentáculos da fazenda.

Em seguida, surgiram problemas sanitários no cultivo do café, que levaram a praticamente acabar com essa cultura no município. A iniciativa teve o apoio do Governo Federal, patrocinando a erradicação de plantações cafeiras, para evitar maiores prejuízos. Logo o café foi substituído pelo arroz, com o município de Goianésia assumindo a liderança nessa produção no Estado, e depois por outras culturas. Na época, a região não tinha uniformidade, era “uma espécie de cotovelo”, como lembra o pecuarista Carlos Alberto Ferreira Coelho. Ele promoveu uma mudança expressiva, estimulando o seu desenvolvimento.



No início dos anos 1950, o cultivo do café

Personalidade marcante, tudo que se propunha fazer ele fazia bem feito e se cobrava muito. Dona Marilda Fontoura dizia que ele não era um engenheiro civil e sim um agricultor, um pecuarista, e ele começou a investir nessas duas áreas. Primeiro, buscou novos métodos de plantio, gerando melhores resultados que os sistemas tradicionais. Com a iniciativa, passou a despertar a curiosidade e o respeito dos demais agricultores da região, que passaram a observar aquelas experiências, em reuniões técnicas periódicas. Ele queria não só mostrar as pesquisas, mas principalmente discutir os modelos utilizados, os insumos, de forma que todos participassem dessa troca de informações e técnicas, para a obtenção de melhores resultados na produção.

Logo assumiu, naturalmente, a liderança em sua região. Todos iam lá para conhecer técnicas diferentes, colocá-las em prática. A preocupação era compartilhar o que aprendia para fazer avançar, de forma coletiva, cada atividade econômica.

Dos 1.582 quilômetros quadrados do município de Goianésia, 1.100 km² eram de terras formadas por cerrados e campos.

Lenta ocupação da região

O Vale do São Patrício teve uma lenta integração à economia mais dinâmica de Goiás. A sua base estava na criação de gado, de forma extensiva, aproveitando as condições naturais do solo, vegetação, regime de chuvas etc., e na agricultura de subsistência. Na época, inexistiam mercados consumidores para absorver a produção agrícola.

“Mercadoria que se autotransportava, o gado tinha mais facilidade de ser exportado para outras regiões”, ressaltou a professora Lyz Elizabeth de Amorim Melo Duarte, em sua pesquisa para a tese de doutorado pela USP, para indicar que faltavam meios de comunicação e transportes. Diante dos custos elevados, não compensava uma produção agrícola destinada à comercialização, e o aumento da produção nos anos 20 não significou aumento da produtividade. O maior volume de produtos advinha da incorporação e utilização de novas áreas destinadas à agricultura.

A região que abriga o córrego Calção de Couro, no município de Jaraguá, começou a ser disputada no século XIX, quando Antônio Manuel de Barros fez o Registro Paroquial de cerca de cinco mil alqueires de terras goianos, em 1857. Foi o primeiro, conforme o juiz de Direito aposentado, Cornélio Amorim, residente em Jaraguá, em depoimento à professora Lyz Elizabeth Duarte. Em 1920, Brígida Satiro Barbosa, neta de Barros, e seu marido Ladislau Mendes Ribeiro mudaram-se para essas terras, na divisa com o município de Pirenópolis, utilizando como comprovante de seu direito o Registro Paroquial de Nossa Senhora de Penha da Vila de Jaraguá, inscrito no

Livro nº 8, conforme consta no Arquivo do Patrimônio Público Imobiliário da Procuradoria Geral de Goiás.

A posse da terra nessa área teve definição a partir da primeira divisão judicial da Fazenda Calção de Couro. Foi requerida por Francisco Ribeiro Barbosa e sua mulher contra Homero Gomes da Silva e outros condôminos, em 1926, no Cartório do 2º Ofício da Comarca de Rio das Almas. Em 24 de outubro de 1928, o juiz de Direito da Comarca de Pyreneus, em substituição ao da Comarca do Rio das Almas, Arthur Pereira da Silva, julgou por sentença a divisão judicial da fazenda, que tinha 16.538,28 hectares (3.417 alqueires goianos). Essa decisão teve custo elevado, no entender dos envolvidos, que se negaram a pagá-la. O agrimensor que fez os serviços, Joaquim Souza e Silva Júnior, entrou na justiça com uma ação de execução contra Januária Mendes Ribeiro e outros condôminos que não aceitaram o pagamento, resultando dessa execução o leilão de várias glebas de terra, totalizando 7.739,84 hectares. A carta de arrematação das terras leiloadas saiu para Albatênio Caiado de Godoi, em 7 de agosto de 1930, sendo inscrita no Cartório do Registro de Imóveis de Jaraguá, sob o nº 394, às folhas 267 do Livro 3-C.

Ainda em 1926 houve uma grande transação de terras do imóvel Lavrinhas de São Sebastião, que era tão grande que abrangia terras dos municípios de Pirenópolis, Pilar de Goiás e Jaraguá. Em 7 de dezembro desse ano, Carlos Augusto Monteiro de Barros, residente em São Paulo, adquiriu de Freimund Brockes e sua mulher, Maria Geny, residentes em Pirenópolis, uma enorme gleba, no valor de 75:000\$000. No mesmo dia, a oitava parte dessa terra foi vendida, por Carlos Augusto e sua mulher, Hermínia Prado Monteiro de Barros, para o advogado Carlos Pereira de Magalhães, também residente em São Paulo.

Em 5 de março de 1927 metade dessa gleba foi vendida para Cecília Rita Monteiro de Barros, condessa de Liège, viúva, residente em Paris, França. Valor da transação: 40:000\$000, conforme anotação no Cartório de Registro Imobiliário, Títulos e Documentos de Jaraguá (Livro 3-B, números de ordem 1765, 1766 e 1835). Não foi especificado o tamanho da área, apenas os marcos físicos e geográficos, para limitar a propriedade: margens dos rios das Almas e do Peixe, montanhas etc. Os donos de Cartório afirmaram que esta era a maior gleba de terras da região.

Produção agrícola inexpressiva

A produção agrícola regional era inexpressiva, em termos de Goiás. As 2.115 propriedades rurais de Jaraguá, em 1940, ocupavam uma área de 299.905 hectares, sendo que 279.752 ha com lavouras (temporárias e permanentes), pastagens e matas. As lavouras permanentes representavam 0,32% das áreas

em exploração e as temporárias atingiam 3,27%. As matas cobriam 27,90% das áreas e as pastagens ocupavam maior espaço: 68,50%. Dessas propriedades, 1.379 só criavam gado bovino, num total de 65.088 cabeças, correspondendo a 2,18% do rebanho estadual; 1.670 fazendas criavam suínos, com 19.825 cabeças (3,03% do total do Estado). A produção de laticínios (55.715 toneladas de queijo, 3.863 t de manteiga e 23.716 t de requeijão) correspondia, em média, a 4% da produção estadual. Os produtos da lavoura eram transportados principalmente em carros de boi, sendo que os caminhões para transporte de mercadorias eram raros.

Os dados foram fornecidos por Joaquim Militão, em 1997, em entrevista à professora Lyz Elizabeth Duarte. Na época ele tinha 87 anos e em suas anotações constavam também cópias de documentos. Conforme explicou, a ligação entre Jaraguá a Anápolis, onde havia chegado a estrada de ferro em 1935, era pouco mais do que uma estrada carroçável. O transporte difícil encarecia as mercadorias e, em função desse custo, a produção agrícola era direcionada sobretudo para o consumo local ou para as áreas circunvizinhas. A aquisição de terras a preços baixos também incentivava a criação de gado, em grandes glebas, para viabilizar a produção. As ações de invasão de terras se acentuaram a partir dos anos 1940, com os projetos de colonização.

O plantio de café e o crescimento regional

No dia 13 de agosto de 1930, conforme o escritor Moacir Lázaro de Melo, em seu livro *“A história de Goianésia”*, Jalles Machado comprou de Diony Gomes Pereira da Silva, de tradicional família de Jaraguá, 1.507,7 alqueires goianos (7.237 hectares), por 89:710\$000. A aquisição, em sociedade com seu pai José Francisco de Siqueira, de Muzambinho, MG, foi registrada à página 70, de 22 de outubro de 1935, no Livro de Transcrição de Imóveis aberto em 13 de fevereiro daquele ano pelo juiz Augusto Ferreira Rios.

Secretário de Viação e Obras no governo de Alfredo Lopes de Moraes, Jalles tomou conhecimento das terras em 1929, ao comparecer à inauguração de uma ponte em Jaraguá, quando passou pelas matas próximas ao córrego Calção de Couro. Reconheceu serem as terras sobre as quais seus irmãos comentaram acerca da qualidade do solo. Eles moravam em Buriti Alegre e nos anos 20 se deslocaram até a localidade de Amaro Leite para comprar gado. Entraram em contato com as terras, que eram ainda matas virgens e de boa qualidade, na gleba denominada Pororocal. Vendeu a propriedade que possuía em Buriti Alegre e em 1938 transferiu-se com a família para essa região, então desabitada, mas com muito futuro, e instalou a Fazenda Itajá.

Entusiasmado com as terras, Jalles Machado procurou ampliar o seu patrimônio, adquirindo outras quatro áreas dentro da fazenda: uma de

Benedito Ribeiro Barbosa e sua mulher no dia 22 de maio de 1937 (Registro nº 2.862); duas de Ronan Alves Machado e sua mulher (Registros nº 2.877, de 12 de junho de 1937, e 3.481, de 13 de julho de 1938); e uma de José Francisco de Siqueira e sua mulher (Registro nº 3.566, de 30 de agosto de 1938), todos do Cartório de Jaraguá.

Com essas aquisições o cenário para a formação do cafezal estava pronto. Relata Moacir Lázaro que, exatamente no dia 12 de outubro de 1938, com essa finalidade, desembarcaram na Fazenda Itajá, de ‘cargueiros’, após 30 dias de viagem, procedentes de Buriti Alegre, José Carrilho Arantes, sua mulher, dona Florinda Maria Arantes; os filhos casados Alaor Carrilho Arantes, José Carrilho Filho e Dimas Carrilho Arantes; e os filhos solteiros Áureo Carrilho Arantes, Maria Amélia Arantes, Valeriano Carrilho Arantes, Eva Carrilho Arantes, Abadia Carrilho Arantes, Adão Carrilho Arantes, Lurcena Carrilho Arantes e Geny Carrilho Arantes. Iniciou, naquele ano, a derrubada da mata e a abertura de lavouras, com o plantio de café em cerca de 1.000 alqueires de terras, em 1943, atraindo imigrantes, principalmente do sul de Goiás e de Minas Gerais. Eram lavradores que já haviam trabalhado com a família dele, plantando café, que levaram todo o conhecimento de que necessitavam para iniciar o plantio. O desmatamento prosseguiu nos quatro anos seguintes, quando formaram as invernadas para pastagens e o preparo do terreno para o plantio do café, cuja expansão foi sistemática: em 1948 já eram 180 mil pés de café, que aumentaram para 400 mil pés em 1954.

Uma gleba de terras, de 648 alqueires, dentro da fazenda Calção de Couro, foi adquirida por Laurentino Martins Rodrigues. Mineiro de Araguari, onde nasceu no dia 12 de maio de 1907 e residindo em Anápolis, GO, desde 1929, exercia atividades empresariais no ramo da construção civil, agricultura e pecuária. Antes da aquisição, ele fez um vôo de reconhecimento da fazenda, em 1939, em companhia do proprietário da área; já sabia dos planos do Governo Federal de implantar colônias agrícolas em várias regiões, para promover a ocupação populacional e econômica, como parte da ‘*Marcha para o Oeste*’. No dia 21 de maio de 1940 recebeu de Albatênio Caiado de Godoi e sua mulher, dona Maria Paula Fleury Godoi, a escritura de compra passada no Cartório do 1º Ofício daquela Comarca, no valor de 16:200\$000 (dezesseis contos e duzentos mil réis), transcrita às folhas 49 do Livro 3-J, sob o nº 4.925. A área foi denominada de Fazenda Laranjeiras e ali ele se instalou com seus familiares e mais quatro famílias procedentes de Anápolis.

O nível tecnológico das propriedades rurais na região era extremamente baixo. Conforme o censo do IBGE, de 1940, não havia registro de uso de tratores, arados, grades, rolos, semeadeiras, cultivadores, ceifadores, pulverizadores ou extintores de formigas. Esses dados indicam que na agricultura eram utilizadas novas áreas para a ampliação das culturas. Alguns produtos se destacavam: café,

fumo, algodão, cana-de-açúcar e seus subprodutos, como aguardente, rapadura e açúcar. O plantio de café estava começando no município e já atraía fazendeiros e empresas. A produção daquele ano foi de 86 toneladas e significou apenas 1,53% da produção total de Goiás. O café estava plantado em 219 propriedades rurais, com 204.391 cafeeiros em produção e 115.693 novos pés.

A transferência de Jalles Machado e família para a Fazenda Itajá teve reflexos importantes na região. Uma das primeiras iniciativas, de ampla repercussão, foi quando o empresário Diony Gomes Pereira da Silva, dono de vários empreendimentos e que lhe vendera as terras, contratou-o para construir uma hidrelétrica de pequeno porte no rio Pari, nas proximidades da cidade. A usina foi inaugurada em 1941. Nesse ano, o engenheiro Bernardo Sayão, para colocar em prática o discurso desenvolvimentista de Getúlio Vargas, instalou-se na cidade para iniciar a abertura da BR-014, penetrando o Vale do São Patrício, e começar a construir a CANG, um marco no crescimento da região do Mato Grosso goiano.



Otávio ladeando os pioneiros Sancler Otoni e José Carrilho. Anos 1940

Em 1941 José Carrilho Arantes construía pioneiramente uma estrada que abria novos horizontes nessa região: começava na Fazenda Itajá, passando pelas imediações do local onde posteriormente seria formado o povoado, até atingir a Fazenda São Pedro, no sentido oeste-leste. Com essa via, tornava

possível alcançar a rodovia Anápolis–Barranca (Rialma) e, a partir daí, as demais cidades nessa rota.

Havia muitas terras devolutas, muita disputa e uma grande demanda. “A notícia de que o governo estava dando terra em Goiás corria por todo o Brasil e os trabalhadores sem terras dos mais diferentes pontos do País acorreram para a região, especialmente para o Mato Grosso goiano”, como anotou Valderês Nunes Loureiro em sua dissertação de mestrado.

Esse crescimento e a abertura dos projetos de colonização logo atraíram as pessoas, em emigração espontânea, que atendia ao chamamento do Governo Federal para a sua “*Marcha para o Oeste*”. As estradas para a região eram muito precárias, e as primeiras ligavam o povoado com a Fazenda Itajá e com o município de Pirenópolis.

Laurentino ergueu, às margens do córrego Calção de Couro, no dia 30 de outubro de 1943, um grande cruzeiro, marco inicial do povoado que, em 1946, por consenso entre suas lideranças, seria denominado Goianésia. A partir da aquisição das terras, elaborou planos para abertura de uma cidade, montou uma cerâmica e iniciou a construção de casas. Doou terras para os prédios públicos e iniciou a venda de terrenos urbanos.

A Companhia Incorporadora Comercial e Agrícola (Codora), com sede no Rio de Janeiro, depois de adquirir terras na região, passou a comercializá-las a partir de 1943. No ato da compra a empresa foi representada pelo diretor-presidente Quintino Bocaiúva Creto, pelo gerente Júlio César Carelo e pelo tesoureiro Ubirajara Júlio da Costa. Foram compradas de tradicional família de São Paulo. O transmitente da propriedade foi o casal Antônio Augusto Monteiro de Barros Neto e Zuleica Magalhães Monteiro de Barros, com a anuência do casal Carlos Augusto Monteiro de Barros e Hermínia Prado Monteiro de Barros, residentes em São Paulo. As terras tinham sido herdadas de dona Cecília Rita Monteiro de Barros, condessa de Liège, tia do transmitente, que adquirira 71.148 hectares de terras (14.822 alqueires goianos), em Lavrinhas de São Sebastião, ao preço de Cr\$ 600.000,00. O valor do imóvel, desde 1942, era apresentado em cruzeiros, moeda que havia substituído o antigo real. Os registros estão no cartório de Jaraguá (Livros 3-H, nº 6.060, e L, nº 7227 e 7553). A empresa era de propriedade dos Monteiro de Barros e a transação foi feita na própria família. João Cardoso de Mendonça, que adquiriu cerca de 200 alqueires de terras em Goianésia, em 1956, e o ex-governador Otávio Lage confirmaram, em entrevista à doutora Lyz Elizabeth Duarte, que Marcos Monteiro de Barros tornou-se proprietário de 14 mil alqueires de terras, no início dos anos 40. Ali ele formou a Fazenda São Carlos, onde iniciou a plantação de café e colocou em prática um projeto de colonização particular.

Em seu livro Moacir Lázaro relata essa transação de forma diferente: em 18 de setembro de 1944 a Companhia Agrícola e Pastoril de Goiás, empresa com sede em São Paulo, de propriedade do grupo familiar Monteiro de Barros, adquiriu, por incorporação, uma gleba de terras com 14.700 alqueires goianos, dentro do imóvel Lavrinhas de São Sebastião, que foi denominada Fazenda São Carlos. Dessa aquisição, 12.700 alqueires (cerca de 60 mil ha) pertenciam ao município de Itapaci, e dois mil alqueires ao município de Pirenópolis. As terras, com boa percentagem de cultura e muito fértil, foram destinadas ao plantio de café.

Registra ainda que no dia 10 de julho de 1944 chegava ao povoado de Calção de Couro, com destino à Fazenda São Carlos, o administrador de empresas Paulo Bergemelli. Em setembro desse ano iniciou a derrubada das matas e a preparação das terras para o plantio de café, e em 1945 começou a plantação. Em 1949 já eram 600 mil pés de café, com a lavoura em expansão.

A região do Mato Grosso de Goiás produzia quase cinco milhões de quilos de café, correspondentes a 67,4% de toda a produção do Estado. Pelos dados do Departamento Estadual de Estatísticas de Goiás, Jaraguá participava, em 1945, com 2,73% da produção de café da região por estar começando nessa atividade e ter ainda poucas propriedades se dedicando ao cultivo da rubiácea.

Estimativa da produção de café / Região do Mato Grosso de Goiás, 1945

Município	Produção (kg)	Produção (sacas 60 kg)
Anápolis	1.762.800	29.380,00
Inhumas	1.469.000	24.483,50
Itaberaí	616.980	10.283,00
Goiânia	499.460	8.324,50
Jaraguá	129.273	2.154,50
Trindade	117.520	1.958,60
Anicuns	102.830	1.713,80
Goiás	42.131	702,20
Totais	4.739.993	78.999,90

Fonte: Departamento Estadual de Estatística de Goiás,
Apud: Faissol, Speridião. O Mato Grosso de Goiás.

Estimativa dos principais produtos agrícolas / Mato Grosso de Goiás, 1947
(Em sacas de 60kg)

Municípios	Arroz	Feijão	Milho
Anápolis	800.000	58.000	124.800
Goiás	340.000	26.000	47.000
Jaraguá	300.000	22.000	70.000
Anicuns	190.000	12.900	46.400
Itaberaí	163.625	16.940	45.045
Trindade	40.000	80.000	60.000
Goiânia	30.000	24.000	102.000
Inhumas	27.000	18.920	83.000
Total da região	1.890.625	258.760	578.248
Total do Estado	3.221.471	564.098	1.567.490

Fonte: Departamento Estadual de Estatística de Goiás, *Apud*: Faissol, Speridião. *O Mato Grosso de Goiás*.

Os dados apontam uma participação muito significativa na produção de arroz do município de Jaraguá em 1947, tanto na da região, que foi de 15,86%, quanto no total do Estado, 9,31%. O feijão representava 8,5% do produzido regionalmente e 3,9% da produção estadual.

Quantidade de pés de café em alguns municípios de Goiás, 1949

Município	Pés novos	Pés frutificados
Anápolis	800.000	4.000.000
Corumbá de Goiás	10.000	500.000
Goiás	255.000	63.000
Inhumas	1.700.000	3.100.000
Jaraguá	1.400.000	600.000
Silvânia	200.000	800.000
Total do Estado	5.189.852	11.775.600

Fonte: SILVEIRA, Peixoto da. *Goiás e cafeicultura*.

Esse quadro mostra que os cafezais, na região, estavam em expansão, colocando Jaraguá, quanto ao número de novos pés de café, em 1949, em segundo lugar em Goiás e em quarto lugar com relação à quantidade de pés de café já frutificando.

O Censo Agrícola do Estado de Goiás, publicado em 1950 pelo IBGE, indica que a produção estadual de arroz em 1949 foi de 256.069 toneladas, em 51.991 propriedades rurais, ocupando uma área de 182.982 hectares. Em Jaraguá, a produção foi de 12.199 t, correspondendo a 4,76% do total

produzido em Goiás, numa área ocupada com a plantação de arroz de 9.904 ha, em 968 propriedades.

Relações de trabalho e perfil do trabalhador rural

Inovações nas relações de trabalho e no perfil do trabalhador rural puderam ser percebidas principalmente nas regiões que foram incorporadas à economia, a partir dos anos 40. Desde 1938, quando formou a Fazenda Itajá, a família Siqueira priorizou a contratação de trabalhadores que tivessem o perfil mais adequado à cultura do café, conforme relata a pesquisadora Lyz Elizabeth Duarte. Fez deslocar de Buriti Alegre e de Monte Carmelo trabalhadores que já possuíam o domínio das técnicas do cultivo. Isso implicava em um patamar tecnológico mais elevado do que a média dos estabelecimentos da região. Esses empregados formavam o café e usufruíam da terra.

Duas experiências foram registradas na região.

A primeira, na Fazenda São Carlos, de propriedade de Marcos Monteiro de Barros, para plantar um milhão de pés de café, com colonos oriundos principalmente de Minas Gerais e, em menor escala, de São Paulo e do Nordeste. O sistema de trabalho incluía o pagamento em dinheiro e parceria na produção, nos moldes tradicionais: parte para subsistência e outra para pagamento pelo uso da terra. O café era pago por cova plantada, e o empregado só recebia a parte referente a esse pagamento cerca de quatro anos após iniciado o serviço, quando o café começava a produzir.

A segunda, de Geremia Lunardelli, que, por meio da Cia. G. Lunardelli Indústria, Comércio e Exportação, pretendia também atingir a cifra de um milhão de pés de café naquela localidade, via projeto de colonização. Plantou 600 alqueires e destinou, exclusivamente ao projeto de colonização, 1.900 alqueires de terra, que era vendida ao próprio colono, depois de alguns anos de trabalho. A área foi repartida em lotes de diversos tamanhos, tendo glebas de até cinco ou seis alqueires. Geralmente o antigo parceiro começava a reunir condições para comprar a terra depois de quatro anos de trabalho, quando passava a receber o correspondente ao café plantado. Famílias grandes e com boa disposição para a atividade reuniam melhores condições para adquirir a terra.

Plantio e projetos de colonização

Quando coordenava os trabalhos na Fazenda Itajá Otávio modificou o sistema de cultivo do café, implantando a irrigação. Interessado, viajava para conhecer os sistemas em outras regiões. Depois, comprou a Fazenda São Pedro, de terras mais fracas, e investiu na pecuária.

“Gostava de cereais”, como lembra o fazendeiro Carlos Alberto Ferreira Coelho.

Plantou arroz, milho e soja. “Você vai trabalhar para o Banco do Brasil. Planta, colhe e paga o BB”, dizia o amigo a ele.

“Só se ganha dinheiro com gado”, completava.

Outro assunto os aproximou: as invasões de terras, quando procuraram reunir os fazendeiros para se unirem, “organizar as forças para evitar maiores prejuízos nas atividades”, completou *Carlinhos*, como ele o tratava.

No dia 23 de setembro de 1949, relata Moacir Lázaro, a Companhia Agrícola e Pastoril de Goiás fez nova transação: vendeu uma gleba dentro de sua propriedade, de terras incultas e em matas, com 2.500 alqueires goianos, à Sociedade Civil Agrícola Lunardelli Ltda., empresa também com sede em São Paulo, pertencente ao grupo familiar Geremia Lunardelli. As terras ainda pertenciam ao município e a transação foi inscrita no Cartório do Registro de Imóveis de Jaraguá, sob o nº 11.637, de 26 de outubro de 1949.

Na verdade, a transformação da região em zona cafeeira despertou o interesse do cafeeicultor Geremia Lunardelli. A professora Lyz Elizabeth Duarte anota essa aquisição em outros termos: em 1949 a Companhia G. Lunardelli S/A Indústria, Comércio e Exportação adquiriu 2.500 alqueires de terras dos Monteiro de Barros, iniciou o plantio de café em 600 alqueires goianos e fez um projeto de colonização particular no restante. Projeto bem planejado, atraiu trabalhadores mineiros e nordestinos, a exemplo de outros empreendimentos.

Iniciava-se aí o novo e maior impulso ao café; as terras nesta época compunham o território do distrito de Goianésia, utilizando-se de alta tecnologia no plantio. A administração ficou a cargo do filho Nicolau Lunardelli e a propriedade recebeu a denominação de Fazenda Monte Alegre. Geremia foi considerado o ‘*Rei mundial do Café*’ em 1950, quando iniciava a formação dessa fazenda, e já plantava 14 milhões de café em seis fazendas no Estado de São Paulo e nove no Estado do Paraná, além de uma no Estado do Mato Grosso.

Em 1952 o prefeito de Jaraguá, Clodoaldo Barbo de Siqueira, sancionou a Lei nº 2, dando concessão à Sociedade Civil de Goianésia Ltda., do grupo Geremia Lunardelli, para construção e exploração da estrada Goianésia/Rianápolis, destinada ao escoamento da produção cafeeira. A empresa a remodelou, construiu pontes e aterros, além de encascalhá-la. Em contrapartida, passou a cobrar pedágio pela sua utilização.

A construção dessa estrada, ligando a sede do distrito ao campo de aviação, que oferecia riscos, pois os carros atolavam na beira dos córregos, enguiçavam nas subidas, resvalavam nas descidas e passavam sobre pontes de paus roliços, foi contada de outra maneira no livro “*Goianésia: seu povo, sua história*”: como em evento comunitário, com a participação de muitos. A saída era feita pela Av. Goiás, logo depois pela Av. Brasil, ao lado do Sanatório Espírita, passando em frente às fazendas Pica-Pau e Itajá, rumo a Cirilândia, até chegar à rodovia BR-153.

“Essa estrada tem história: foi aberta uma picada que se iniciava na Av. Brasil em direção ao campo de aviação, passando pelo rio do Peixe. Dr. Jalles

Machado, num teco-teco, orientava o pessoal de terra liderado por Laurentino, fornecendo o rumo da estrada, melhorada por Geremia Lunardelli, com máquinas de sua fazenda, a Monte Alegre. Para atender as despesas com a manutenção foi criado o sistema de pedágio em três locais, com postos em Rianápolis, no rio do Peixe e em Goianésia. Mais tarde a estrada foi encampada pelo Governo do Estado”, registrou.

Jalles Machado construiu o solar da Fazenda Itajá, que tinha 48 quartos; depois o dr. Otávio Lage residiu ali com a família; e, mais tarde, Marco Aurélio morou na parte de baixo, perto do armazém. Havia um morro de pedra, na subida.

Em 1954, com a divisão da Fazenda São Pedro, Otávio Lage assumiu a parte que lhe coube e adquiriu outras áreas em sua volta, que denominou Fazenda Vera Cruz, base de seus negócios naquela região. Primeiro foi o café, plantado por 12 anos seguidos, compondo um cenário verde que ia além de onde se podia enxergar. Como seus resultados não estavam compensando, começou a diversificar, plantando arroz e milho, ao mesmo tempo em que ingressava na criação de gado. Igualmente, passou também a uma nova fase, de comercialização da produção, inclusive comprando de outros agricultores próximos. Buscou novos mercados, valorizando os produtos e, dessa forma, propiciando maior retorno aos investimentos.

No livro *“Goianésia: seu povo, sua história”* a descrição do administrador dessa próspera fazenda. “Sob sol escaldante ou encharcado pela chuva que caía por meses a fio, lá estava ele, forte e vigoroso, num trator quando o tempo estava bom, ou a cavalo, fazendo reparos nas cercas, conduzindo o rebanho de gado na mudança de pastos, ou mesmo curando frieiras dos animais”: Otávio Lage, que seguia as pegadas do pai.

“Amigo do trabalho, madrugador, com tempo para semear e colher, ajudava a construir um patrimônio invejável, as duras penas das lides do campo”, completou.

O desmatamento era no machado, não havia motosserra. Marco Aurélio Cardoso Naves desmatou 600 alqueires da Fazenda Itajá, para formar lavoura de café ou pastagens. Havia as lavouras brancas: arroz e milho, e depois as de café. Na época eram três as principais fazendas: Itajá; Monte Alegre, dos Lunardelli, vizinha da Itajá e que foi comprada depois por Pedro Falco; e Cafeeira, dos Monteiro de Barros, que a venderam para os Fernandes (Jaime e Belmiro), de São Paulo, e depois vendida para o pessoal de Recife, que plantava cana de açúcar e montou a usina.

Em 1957 a lavoura cafeeira produziu um total de 150 mil sacas de café (beneficiado), alcançando também a sua maior safra, quando a região foi propagada para o Brasil, criando o binômio café/Goianésia.

O Brasão de Armas do Município, instituído pela Lei nº 258, de 10 de outubro de 1968, estampa, como símbolo de sua economia, dois galhos: um de algodão florido ao natural e outro de café frutificado, também ao natural, entrecruzados em ponta.

Lavouras cafeeiras em Goianésia (1957)

Fazendas	Quantidade (pés)
Itajá	450.000
Monte Alegre	2.100.000
São Carlos	1.500.000
Outras (*)	410.000
Total	4.460.000

(*) Estimativas

Fonte: Moacir Lázaro de Melo, “A história de Goianésia”

Na época da colheita, quando chovia, as estradas de terra ficavam intransitáveis; os caminhões, carregados de arroz, café, feijão e milho, enfrentavam os atoleiros e alguns chegavam a tombar. Essa produção era levada em caminhões fretados. Às vezes chovia 30 dias, direto, sem ver o sol. As enchentes faziam os córregos e rios transbordar e derrubavam pontes.

Da colheita o café ia direto para a máquina de beneficiar, ensacado de forma especial, para exportação, e enviado para a estação da estrada de ferro em Anápolis, onde era embarcado para o porto de Santos.

Relações de confiança, informais

No início, como se recorda Marco Aurélio, não circulava dinheiro na fazenda, apenas vales, e os contratos de trabalho eram informais, na base da confiança.

“Foi assim nas relações com dr. Jalles Machado e com dr. Otávio Lage. Nunca teve papel, nem burocracia, nem cartório”, ressaltou.

Havia um armazém, onde os empregados abasteciam suas casas. Eram uns 400 trabalhadores. Cada um tinha sua caderneta, com o valor que podia pegar, de gêneros alimentícios, produtos de limpeza, higiene etc.

No dia do pagamento dos salários, Otávio ia a Anápolis buscar sacos de dinheiro, em torno de 400 mil reais de hoje, que ficavam na fazenda. Não tinha cofre.

“Nunca aconteceu uma briga ou incidente grave”.

Quando Marco Aurélio terminou seu trabalho e o período na fazenda, Otávio o chamou para ficar mais um ano, para arrancar os cafezais e entregar

a fazenda ao Tonico Toqueiro, que a tinha comprado. Pelo trabalho, deu-lhe 50 novilhas, que não tinha onde colocar e ele explicou:

“Coloque onde quiser. São suas”.

No final dos anos 1950 a produção cafeeira decresceu, motivada por variedades não resistentes às doenças incitadas por fusarium, ou fungos parasitas nocivos; falta de incentivo governamental; e instabilidade do produto em termos de preços internacionais.

Buscou-se a diversificação de culturas como alternativa de ocupação dessas terras, como a criação de gado e o cultivo da cana-de-açúcar.

Cooperativas, agricultura e outros negócios

Sempre preocupado com a organização da agricultura, para oferecer melhores condições de trabalho e de resultados como atividade econômica, Otávio Lage via no sistema cooperativista um instrumento desse processo e o estimulou em várias etapas de sua vida.

A primeira delas surgiu no final dos anos 1950: a cafeicultura tinha grande presença em Goiás, mas os resultados não correspondiam às expectativas dos produtores, com a comercialização do produto nas mãos de intermediários, em especial de Uberlândia, MG. Diante desse quadro e baseando-se em modelo existente em Ribeirão Preto, SP, os agricultores goianos decidiram se unir e criar a Cooperativa dos Cafeicultores do Estado de Goiás, com sede em Goiânia, e que ocupou espaço na área, inclusive na venda da produção, que chegou, no período, a mais de um milhão de sacas.

Engenheiro agrônomo formado em Lavras, MG, Maurício Sanford Fontenelle veio para Goiás em janeiro de 1948, para trabalhar no Ministério da Agricultura, nessa área. Ficou pouco tempo, mudou-se para São Paulo e retornou, agora pelo Instituto Brasileiro do Café (IBC), quando teve oportunidade de continuar acompanhando esse processo. Explicou que a Cooperativa reuniu os principais cafeicultores, das diversas regiões produtoras, e atuou em várias frentes, desde o início, do plantio e adoção de novas técnicas à adubação, colheita e comercialização do produto. Ele conheceu todas as fazendas goianas que cultivavam o café, que visitava com frequência e chegou a participar também da Cooperativa.

Goiás tinha uma formação definida, com matas gigantes e reduzidos espaços vazios, condições climáticas favoráveis, terras férteis, próprias para o cultivo do café, cultura que alargou as fronteiras econômicas do País, avançou, levou estradas de ferro, rodovias, o desenvolvimento. Justificou que, na época, a recomendação para quem queria conhecer a qualidade da terra era para que andasse sobre ela: se afundasse até o tornozelo era terra boa, tinha

adubação orgânica, estava preparada. A região do Mato Grosso Goiano tinha essa formação, como as áreas de Inhumas, Itauçu, Itaberaí e Itapuranga, numa direção, e de Ceres e Goianésia, noutra, e por ela se estendia grande parte dessa produção.

Participaram da Cooperativa os principais cafeicultores goianos, como Ubirajara Caiado, filho do senador Antônio Ramos Caiado, em sua fazenda em Santa Bárbara; Hermógenes Coelho, em Itaberaí, em atividade que teve sequência com o filho Carlos Alberto Ferreira Coelho; Elpídio Brandão, de Inhumas; Lindolfo Louza Filho, de Leopoldo de Bulhões; os Villa Verde, de Itaberaí; Aloísio Guimarães; José Félix Louza, dentre outros.

“À frente estava Otávio Lage, com seus conhecimentos, sua liderança, sua disposição para a luta”, ressaltou Maurício, lembrando do pioneirismo de Jalles Machado e da persistência do filho. “Era um homem e tanto, fantástico, desprendido. Era de uma franqueza quase sem restrição, até perigosa para ele”, destacou.

A Cooperativa acompanhou o ciclo final do café em Goiás. Surgiu num momento de grande produção, serviu de apoio nas diversas fases e na etapa do beneficiamento. E ainda se manteve quando os cafeicultores, com a crise que se instalou na área, foram mudando de atividade e o próprio Governo incentivando a derrubada dos cafezais. A empresa encerrou suas operações quando a produção foi muito reduzida.

No livro *“Goianésia: seu povo, sua história”*, o registro de que, em 1959, começaram a surgir nas lavouras cafeeiras fungos parasitas nocivos como a fumagina, doença dos “olhos pardos”, e fusarium, provocando o secamento de galhos e até a morte das plantas. Foi tentado novo sistema de plantio, por meio da técnica do laminado, em viveiro de mudas sombreado, que consistia no uso de tubos de madeira com substrato da mata virgem, onde eram colocadas as sementes. As plântulas eram transportadas para as covas no local definitivo para a renovação dos cafezais, com o propósito de aumentar o número de plantas por área.

Os cafezais não resistiram ao aparecimento de moléstias, ao clima quente, à estiagem prolongada e à falta de uma política de preços, entrando em declínio. Então se buscou novas opções para a ocupação das terras, com a diversificação de culturas. Surgiram plantios que se adaptaram ao clima e à fertilidade do solo, como o da cana-de-açúcar, do milho e do feijão. Também se cultivava o arroz, em escala bem maior, e o capim, como fator econômico, visando a formação de pastagens para a criação de gado.

Goianésia teve duas Cooperativas Agropecuárias, ambas organizadas com apoio de Otávio Lage. A primeira, no formato de armazéns gerais, em 1964, já no final do ciclo do café, para guardar a grande produção de arroz da

região, que estava sendo perdida no custoso transporte até Anápolis, devido às péssimas condições das estradas. O arroz, colhido ainda verde, úmido, pela demora na viagem e o forte calor que fazia, chegava estragado naquela cidade. A Cooperativa não prosperou, quando ele comprou as cotas de todos para transformá-la na Armazéns Gerais de Goianésia, em 1968, que foi gerenciada por Carlos Henrique de Souza até 1973.

Pouco mais de 10 anos depois surgia a outra Cooperativa Agropecuária de Goianésia Ltda. (Cagel), para fazer frente aos problemas do leite, cuja produção crescia e não tinha onde ser processada e nem conservada. A iniciativa foi liderada pelo prefeito Jalles Fontoura, com a fundação acontecendo no dia 8 de agosto de 1976, no Salão Paroquial da Matriz, com a presença de 138 produtores rurais. A segunda Cagel se estruturou para oferecer apoio no fornecimento de insumos, gêneros alimentícios e assistência técnica ao seu quadro social. Montou a Loja Veterinária, adquiriu sede própria e construiu supermercado para os cooperados. O primeiro presidente foi Silveira Rodrigues da Silva. Na nova etapa montou o Laticínio Cagel, realizando o sonho de industrializar o leite produzido na região, gerando mais empregos e fabricando queijos, manteiga e pasteurizando o leite, comercializado em Goiânia e no entorno. Foi em 1991.

A crise no frigorífico Matingo, sediado em Goiânia e um dos principais nessa época, fez unir os pecuaristas para manter o controle na venda do gado e se constituir numa alternativa à comercialização do boi em pé. O fechamento do matadouro deixou quase dois mil pecuaristas sem opção, quando Otávio Lage liderou, em 1976, a criação da Cooperativa Industrial de Carnes e Derivados de Goiás Ltda. (Goiás Carne), em Goiânia; Luiz Menezes foi eleito seu primeiro presidente. Primeira cooperativa da área em Goiás e, possivelmente, do Brasil, constituiu-se em modelo, quando montou frigorífico, com estrutura para exportação, e providenciou a certificação sanitária.



Otávio Lage e o frigorífico Goiás Carnes

A Goiás Carne, que presidiu por vários anos, correspondeu às expectativas dos pecuaristas, abatendo 200 mil animais por ano e exportando cerca de 50% de sua produção para mais de 50 países. Chegou a ter em torno de dois mil cooperados.

Com o tempo e as dificuldades na área e de gestão, muitos começaram a desistir. Otávio assumiu a direção, recuperou a empresa e comprou a parte de quem queria deixá-la, junto com outros investidores. Mais tarde, após a sua morte, o empreendimento foi vendido para o frigorífico Independência, do Mato Grosso do Sul, que posteriormente o revendeu para o grupo JBS/Friboi.

O Cooperativismo de Crédito, hoje um sistema sólido e reconhecido nacionalmente, de apoio financeiro aos associados, em Goiás iniciou sua retomada com a criação da Cooperativa de Crédito Rural dos Plantadores de Cana do Vale do São Patrício (Coopercred). A instituição, autorizada pelo Banco Central em 1984, surgiu a partir do projeto de implantação da Cooperativa dos Produtores de Cana de Goianésia Ltda. (Cooperálcool) e da Goianésia Álcool.

Otávio Lage de Siqueira Filho, ao visitar destilarias que estavam começando a ser implantadas na região de Piracicaba, SP, pôde ver também o funcionamento de duas entidades que tinham afinidades. Quando a cana de um produtor rural era vendida para a unidade industrial, de acordo com uma legislação específica do setor, 0,05% dos recursos eram recolhidos para a Federação dos Plantadores de Cana do Brasil (Feplana), 0,45% eram repassados para a associação, e uma terceira quantia, de 1%, era enviada a uma cooperativa de crédito.

Com incentivo de Otávio Lage, a diretoria e o conselho da Goianésia Álcool e da Cooperálcool aprovaram a implantação em Goianésia de uma associação de plantadores de cana e uma cooperativa de crédito. Dessa forma, surgiram a Coopercred e a Associação dos Plantadores de Cana do Vale do São Patrício (Assovale).

A primeira reunião do Conselho de Administração da Coopercred foi realizada em 21 de julho de 1984, na sede em Goianésia, sob a presidência de Otávio Lage. O certificado de autorização do Banco Central do Brasil foi emitido em 31 de julho de 1984, e além de Goianésia a Cooperativa tinha associados de Jaraguá, Ceres, Rialma, Pirenópolis, Rubiataba, Uruaçu, Inhumas, São Francisco de Goiás, Barro Alto, Itapaci, Uruana, Itauçu, Brasabrantas, Itapuranga, Caturai, Nova Glória e Santa Isabel.

Com a criação dessa estrutura, a partir da primeira safra da Goianésia Álcool S/A, começaram a ser repassados recursos para a Coopercred, que representou o reinício do Cooperativismo em Goiás, que hoje é referência no Brasil. A partir dessa iniciativa, várias outras começaram a existir no Estado. Também levou a ideia para outras empresas do Grupo e implantou uma cooperativa de crédito na Goiás Carne, hoje a CrediGoiás. Assim, esse sistema

em Goiás começou a crescer, a se desenvolver e hoje é uma estrutura forte e importante, de apoio financeiro aos produtores.

O crescimento das cooperativas de crédito foi intenso e isso quebrou a resistência que o Banco Cenral e a Federação Nacional dos Bancos (Fenabran) tinham ao modelo. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo (BNCC), que dava suporte às cooperativas, foi extinto e todas passaram a ter vinculação com o Banco do Brasil. Até serem fundados o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob), que é a maior organização financeira cooperativa do País, com mais de 2,8 milhões de associados, e o Bancoob, uma importante instituição financeira nacional. Com a criação das duas entidades, as cooperativas se tornaram autônomas, independentes e cresceram bastante.



Otávio e Ricardo supervisionam a colheita de cana

Esta nova fase do cooperativismo foi fruto de muito trabalho. A Coopercred começou pequena, mas com boa participação dos sócios, que acreditavam no modelo e faziam suas movimentações financeiras. A Goianésia Álcool pagava os colaboradores pela Coopercred, por meio de um sistema de cartão descontado em estabelecimentos conveniados, como supermercados e farmácias. A empresa foi pioneira nesse sistema e deu exemplo de tecnologia e modernidade. Isso tornou-se positivo para a destilaria, na época com cerca de 1.200 colaboradores, o que evitava que o Departamento Financeiro emitisse cheques, que era mais trabalhoso.

O apoio de Otávio Lage foi imprescindível, porque ele acreditou no projeto, fazendo com que os sócios também participassem e a Cooperativa pudesse proporcionar tarifas mais baixas com resultados muito bons, que eram distribuídos a todos no final do período.

Diversificação de investimentos

Em 1973, em função do racionamento de combustíveis, a família comprou um posto de gasolina, ingressando na área, com o Auto Posto Lage.

O crescimento da produção agrícola regional levou o grupo a se associar, em 1974, à Planagri Sementes e Rações, de tecnologia agrícola e melhoramento genético, atuando na pesquisa genética e comercialização de sementes e grãos.

Em 1991 foi criada a Planagri Nutrição Animal, que produzia ração e sais minerais, já dentro da estratégia de diversificação de negócios.

Os avanços da biotecnologia, tendo à frente grandes multinacionais, tornou as empresas, pequenas e de médio porte, inviáveis, diante dos custos da pesquisa e dos investimentos necessários, quando decidiram vendê-la, em 2007, à francesa Limagrain.

A Rádio Sociedade Vera Cruz (RVC) AM, idealizada por Hermínio Lopes da Silva, com a participação dos irmãos Jalles e Ricardo Fontoura de Siqueira e Jaime Câmara, recebeu no dia 13 de setembro de 1979 a sua concessão para funcionamento e foi inaugurada no aniversário da cidade, no dia 24 de junho de 1982. O seu sinal abrange um raio de 400 km, atingindo os estados do Tocantins, Minas Gerais, divisa de Goiás com Mato Grosso e a fronteira com a Bahia.

Em 2003 o grupo adquiriu outra emissora, FM, em Barro Alto.

Otávio não era criador de gado de apenas dar ordens e assistir de longe toda a movimentação nos currais. Ele também agarrava firme, laçava os animais e os enfrentava, quando necessário. Num desses momentos, em 1978, na Fazenda Jóia, em Porangatu, quando vacinava as rezes, tentou segurar uma bezerra mais arredia e acabou levando um forte coice no olho direito.

O episódio assustou a todos, que correram para socorrê-lo. Mesmo com o olho sangrando, ele dirigiu o próprio veículo até Goianésia, para o primeiro atendimento médico. Posteriormente, fez várias cirurgias e no final perdeu a visão desse lado.

Criada em 1979, a Vera Cruz Agropecuária era uma extensão da fazenda com esse nome, adquirida em 1956, passando a cuidar da criação de gado e do plantio de seringueiras e de cana-de-açúcar.

Dentre as atividades, o confinamento de bovinos, sistema que conheceu em detalhes quando de sua viagem aos Estados Unidos, em especial ao Texas, em 1970, e que o impactou muito, voltando empolgado. Ele era preocupado com o círculo vicioso que se formava na pecuária, com os preços oscilando

conforme o clima, em prejuízo do pecuarista: fartura na época de chuvas, e falta no período seco. Em função desse quadro, a opção pelo confinamento, que significava comida na boca do boi, tirando-o do pasto e o colocando num espaço mais reduzido, de 10 m², para ganho de peso: ao invés de ir à comida a comida ia até ele.

O engenheiro Oton Nascimento tinha uma fazenda em Jaraguá, no rio dos Patos, onde foi pioneiro no confinamento de gado, nos anos 1968/69. Um grupo americano já tinha implantado esse sistema em Araguaína, então na região Norte de Goiás. Conversou sobre o assunto com Otávio, que depois foi aos Estados Unidos conhecer como funcionava esse sistema e o introduziu em Goianésia. Com as informações, passou a divulgá-lo por todo o País, em palestras e debates, e tornou Goiás líder na área de confinamento de gado. Antes havia apenas o sistema convencional, tradicional.

Na viagem à Europa ele conheceu, na Alemanha, uma fazenda de criação do gado Simental, uma raça de dupla aptidão, na produção de carne e na produção de leite, apresentando precocidade produtiva reprodutiva e de crescimento. Foi quando introduziu o cruzamento industrial, unindo gado de duas raças (Simental e Nelore) para maior ganho em carne, em menor tempo (precocidade), melhor qualidade de carne e ganho de peso. Como exemplo o gado que vem da Índia e tem melhor desempenho em Goiás, com o investimento em genética. Comprou sêmen do representante do Simental no Brasil e levou para Goianésia.

A Vera Cruz cria, cria e engorda cerca de 40 mil animais por ano.

Tecnologia, pesquisa e pioneirismo

Como empreendedor Otávio Lage também não foi agricultor do tipo tradicional. O seu sucesso empresarial tem raiz por ter sido capaz, como fazendeiro, de absorver a tecnologia, os resultados da pesquisa e a incorporar na rotina de suas atividades e empresas. Foi um dos primeiros a fazer confinamento de gado em escala empresarial em Goiás e no Brasil, quando os pecuaristas mais antigos criavam bovinos extensivamente. Na produção de álcool, naquele período, poucas empresas que foram lançadas sobreviveram com sucesso.

Por que muitos empreendimentos não conseguiram se manter e a *Jalles Machado* deu certo?”. A resposta, simples, é do deputado Vilmar Rocha: pela capacidade do gestor, sua credibilidade, lembrando que, ao longo do tempo, foi absorvendo o novo, a tecnologia, a pesquisa aplicada.

Hoje é muito comum as empresas de álcool participarem da co-geração, a produção de energia a partir do bagaço da cana. Ele foi pioneiro em Goiás e no Brasil.

“Esse aspecto é muito importante: a capacidade de se reciclar”, ressalta. “Ele lia muito. Eu mesmo dei muitos livros para ele”.

Viajava muito, sempre observando, anotando.

“Era uma pessoa progressista, que acreditava na ciência, na tecnologia, na modernidade, que utilizava em suas atividades”, enfatizou, para acrescentar que criou e consolidou um grande grupo empresarial moderno.

Homem de seu tempo, ele tinha sensibilidade pela ecologia, meio ambiente.

“Na época muitas empresas viam essas preocupações como bobagens”, frisa o parlamentar.

Explicou que ele era impaciente com conversas pequenas, com o tricotar.

“Era mais objetivo, mais assertivo, mais franco, às vezes era até duro. As pessoas que não o conheciam estranhavam essa sua forma de ser, a franqueza com o que dizia. Era autêntico, sincero. Não escondia nada, falava o que pensava”.

Jalles Machado, açúcar e álcool

Empresa modelo na produção de derivados da cana-de-açúcar, que levou novas perspectivas econômicas para a região, com avanços tecnológicos, a geração de mais empregos e o aumento na arrecadação do ICM, a *Jalles Machado* surgiu em função do Programa Nacional do Álcool (Proálcool). Lançado pelo governo Ernesto Geisel diante da crise do petróleo, para buscar alternativas de combustíveis, foi conduzido pela Petrobras, cujo presidente, Shigeaki Ueki, estimulou a criação de novas destilarias. Goiano e diretor da Petrobras, Armando Guedes Coelho incentivou grupos de Goiás a entrarem no programa. Num desses contatos, telefonou a seu irmão, Carlos Alberto Ferreira Coelho, e pediu que indicasse produtores e fazendas em Goiás para implantação de um projeto-piloto, que teria apoio do Governo Federal. Explicou que em Uberlândia tentaram um projeto para produção de álcool utilizando a mandioca, que não deu certo.

“Nós apresentamos dois nomes: o primeiro, Olavo de Castro, não se interessou, disse que não era a sua área e estava investindo na construção do Castro's Park Hotel. O segundo, Otávio Lage, fez muitas perguntas, com receio de não ter mercado, quando lhe explicaram para não ter medo, o preço era feito para ajudar o Nordeste. Ele aceitou, e o resultado hoje é a empresa *Jalles Machado*, um dos grandes empreendimentos brasileiros na área”, afirmou Carlos Alberto.

A empresa foi constituída com a participação de vários empresários. Otávio Lage tinha menos de 50% das ações, quando poderia ter o total. “Preferiu dividir os ganhos. Não era egoísta”, como lembra o empresário e parceiro no empreendimento, Segundo Braoios Martinez.

Quem confirmou esse desprendimento dele nas iniciativas, sempre chamando-os a participar, foi o empresário Marco Aurélio Cardoso Naves, um dos que o procuraram para atuar na área. Depois que deixou de administrar as fazendas da família Siqueira, ele ingressou na atividade empresarial, passando a comandar a revenda de tratores e máquinas agrícolas da CBT. Um dia, quando esteve em Monte Carmelo, encontrou-se com o primo Sidônio Cardoso Naves, chefe de Gabinete do vice-presidente da República, Aureliano Chaves, ex-governador mineiro, que o indagou sobre o Proálcool. Explicou todo o processo, a busca por energia alternativa, e o estimulou a entrar na área.

Retornando a Goianésia ele conversou sobre o assunto com o ex-Governador, que ficou de analisá-lo. Quando marcou uma viagem a Brasília para conhecer mais sobre o tema chamou Marco Aurélio, mas ele não pôde, pois já tinha assumido compromissos: iria a São Carlos, SP. Otávio foi e pegou as informações.

Quando implantou a destilaria a sua preocupação, conforme dona Marilda Fontoura de Siqueira, era possibilitar trabalho, pois Goianésia oferecia pouco, havia muita mão-de-obra ociosa, e precisava gerar riquezas.

“A cidade era tudo para ele. Diziam até que gostava mais de Goianésia que de mim”, brincou.



Dona Marilda e Otávio Filho em visita à empresa.

A *Jalles Machado* é fruto do espírito empreendedor de Otávio Lage. A empresa já nasceu com uma missão social: gerar mais empregos e renda para Goianésia. E hoje é referência em qualidade, preservação do meio ambiente e

responsabilidade social, além de estar presente em diversos países com a marca Itajá. Atualmente, são duas unidades industriais que geram mais de 3.700 empregos diretos e fazem da cana a principal atividade econômica do município.

O início foi em 1980, quando Jalles Fontoura era prefeito de Goianésia. A pecuária não era suficiente para empregar todas as pessoas da Cidade e Otávio Lage começou a articular a implantação de uma destilaria de álcool na região. Na época, para enfrentar a crise do petróleo, o Governo Federal, por meio do Proálcool, investiu na produção e incentivou o consumo do combustível de cana.

Assim, os fazendeiros poderiam produzir a cana e fornecer a matéria-prima para a indústria, que seria implantada em parceria com a Empresa Brasileira de Álcool S/A (Brasálcool), de São Paulo, com *expertise* do negócio e que tinha a Petrobrás como sócia.

Participaram da fundação da Cooperativa dos Produtores de Cana de Goianésia Ltda (Cooperálcool), no dia 16 de julho de 1980, os seguintes cooperados: Genervino Manoel da Silva, Silvio Manoel da Silva, Mário Hélio Alves, Segundo Braoios Martinez, Manoel Braollos Martins, Maurício de Freitas Cardoso, Gibrail Kinjo Esber Brahim, José Rodrigues da Costa, João Bosco Umbelino dos Santos, Fabrício D'Áylla Valva, Ricardo Fontoura de Siqueira, José Ludovico dos Reis, Jalles Fontoura de Siqueira, Leonardo Camilo Lobo, Otávio Lage de Siqueira Filho, Jair Lage de Siqueira, João Gonçalves Vilela, Helio Antonio de Sousa, Elacy Caetano Rosa, Djalma Ovídio de Vito, Vibrair Antônio Rodrigues, Sebastião Custódio Carneiro, Roberto Machado Pedrosa, Roberto Machado Pedrosa Filho, Orlindo Olímpio Barbosa, Sebastião Gonçalves Rosa, Francisco Rodrigues de Camargo, Dikson Martins Rodrigues, João Martins Rodrigues, Sidiney José de Oliveira, Valdemir Alves da Silva, Oseas Marcelino Campos, Manoel Castro de Arantes e Marco Aurélio Cardoso.

Otávio Lage foi eleito presidente do Conselho de Administração. A instituição era responsável pelo preparo do solo, plantio, tratamentos culturais, transporte e venda para a Destilaria e o repasse dos lucros para o produtor. A frota de máquinas e a mão-de-obra empregada eram totalmente da Cooperativa.

A Cooperálcool teve como gerente adjunto José Ludovico. Com a sua saída, Segundo Braoios Martinez foi eleito para a função em 26 de setembro de 1981. Em 1988, criado o cargo de superintendente da instituição, Segundo elegeu-se para ocupá-lo, e ficou à frente da Cooperativa até 1990 quando os associados venderam o canavial para a Destilaria.

Para consolidar a parceria entre a Cooperálcool e a Brasálcool, ser a ligação entre as duas empresas e ajudar na concepção do projeto da destilaria

a ser implantada pela companhia paulista foi designado Otávio Lage Filho. Ele viajou a São Paulo para conhecer o funcionamento da Brasálcool e fazer treinamentos. Foi quando percebeu que era mais viável e lucrativo que a indústria fosse de propriedade também dos fazendeiros. Apresentou a ideia ao pai, que se convenceu de que seria mesmo a melhor opção e a indústria poderia gerar mais desenvolvimento para a região sendo de propriedade das pessoas da cidade. Eles também optaram por propor à Brasálcool ser acionista da indústria.

Articularam a implantação da Destilaria e conseguiram vários interessados em ser sócios do empreendimento. Alguns já eram associados à Cooperálcool. Dessa forma, em 14 de novembro de 1980, foi instituída a Destilaria Goianésia Álcool S/A, com os seguintes sócios: Brasálcool, Otávio Lage de Siqueira, Gibrail Kinjo Esber Brahim, Agropecuária Morais Ferrari, Planagri Empreendimentos Agropecuários Ltda., Jair Lage de Siqueira, Lamar Empreendimentos e Participações Ltda., Vera Cruz Agropecuária Ltda., Segundo Braoios Martinez, Manoel Braollos Martins, José Antônio da Silva, Genervino Manoel da Silva, Valdivino José da Silva, Silvio Manoel da Silva, Roberto Machado Pedrosa, Roberto Machado Pedrosa Filho, Jalles Fontoura de Siqueira, Leonardo Camilo Lobo, Otávio Lage de Siqueira Filho, Francisco Rodrigues de Camargo e João Gonçalves Vilela.

Existiam associados que tinham cotas acionárias somente na indústria; outros investiram apenas na Cooperálcool e também algumas pessoas que decidiram fazer investimentos tanto na destilaria quanto na produção da cana.

Otávio Lage também foi eleito presidente do Conselho de Administração da Destilaria Goianésia Álcool. A diretoria executiva, nomeada pelo Conselho, foi composta pelo diretor-presidente Otávio Lage Filho, diretor técnico Francisco Rodrigues de Camargo e diretor administrativo-financeiro Valthercides Pimenta.

A primeira safra foi iniciada no dia 4 de maio de 1983 e teve duração de 121 dias. Nesse período, foram fabricados 13,7 milhões de litros de álcool a partir de 192.370 toneladas de cana produzidas pela Cooperálcool. Para se ter uma ideia da história de crescimento da empresa, na safra 2014/15 foram processadas 4,2 milhões de toneladas de cana, produzidos 230 milhões de litros de álcool, fabricadas 3,4 milhões de sacas de açúcar e gerados 296 mil MWH de energia elétrica.

Numa época em que responsabilidade social e preservação do meio ambiente não eram prioridades para as empresas, Otávio Lage já tinha essas preocupações. Tanto que, também em 1983, foi fundado o Departamento de

Assistência Social, que atendia empregados da Destilaria e da Cooperativa, além de prestar ajuda à comunidade de Goianésia. Inicialmente funcionava na sede da Goianésia Álcool, mas um ano depois foi transferido para a cidade para facilitar o atendimento aos colaboradores e seus familiares.

O Departamento disponibilizava guias para consultas, atendimento médico, dentista, Telecurso 2000 para alfabetização de colaboradores no período noturno, cursos para gestantes com o fornecimento de enxovais para bebê, distribuição de kits de materiais escolares e leite em pó, além de contar com uma farmácia para fornecer medicamentos mais baratos. Os investimentos na qualidade de vida dos colaboradores e seus familiares foram intensificados e hoje o Departamento de Responsabilidade e Assistência Social possui uma ampla estrutura, com consultórios médicos e odontológicos, sala de curativos, exames e farmácia. A empresa também oferece plano de saúde que possibilita aos beneficiários realizar tratamentos de maior complexidade.



Otávio e Segundo Braoios Martinez num dos projetos sociais com a comunidade.

Também em 1984 foi elaborado o primeiro Plano de Assistência Social (PAS), feito anualmente pela empresa aplicando uma porcentagem do faturamento bruto em ações sociais. Um ano depois, foi fundada a Associação Coopergasa, um clube recreativo para os colaboradores da Cooperálcool e Goianésia Álcool e seus familiares, em uma área doada por Otávio Lage. Posteriormente, Coopergasa se transformou na atual Associação Esportiva Jalles Machado, que hoje oferece além da estrutura para lazer, aulas de natação, quadras poliesportivas, escolinha de futebol e campos de futebol.

Na parte ambiental, em 1986, foi criado o primeiro programa de conscientização: o ‘*Ame a Ema*’. O objetivo era preservar a população de emas da região e conscientizar a comunidade a não matar esses animais. A campanha foi um sucesso e conseguiu aumentar consideravelmente o número de emas. A partir daí, surgiram vários outros programas ambientais e hoje a empresa é referência em sustentabilidade ambiental.

Em 1987, com a saída do diretor técnico da Goianésia Álcool S/A, Francisco Camargo, o superintendente da Cooperálcool, Segundo Braoios Martinez, assumiu a função e passou a integrar a diretoria da empresa.

No final da década de 1980 a mecanização da colheita de cana já começava. Cada máquina iria substituir 100 cortadores de cana. Preocupado com a geração de empregos para essas pessoas, Otávio Lage, Segundo Braoios e Clovis Morais, da Agropecuária Morais Ferrari, incentivaram o plantio de seringueiras. A extração do látex, feita manualmente, poderia absorver os trabalhadores da cana. Hoje, a região de Goianésia é uma das maiores produtoras de borracha natural do Brasil.

Em 1990, o preço da cana ficou muito ruim e os produtores deixaram de plantar por falta de incentivos. Então a Cooperativa vendeu todo o canavial para a Goianésia Álcool. Em 1993, a agroindústria iniciou uma nova fase e começou a produzir também açúcar cristal. A Goianésia Álcool S/A passou a se chamar *Jalles Machado* S/A Açúcar e Álcool, uma homenagem dos acionistas da empresa a Otávio Lage, colocando o nome de seu pai. A marca de açúcar cristal foi denominada Itajá, nome indígena da primeira fazenda em que Jalles Machado se instalou em Goianésia com os filhos.

Otávio Lage era um entusiasta da educação e tinha o sonho de criar uma escola para os filhos dos colaboradores do Grupo. Em 1996, foi instituída a Fundação *Jalles Machado*, para manter a Escola *Luiz César de Siqueira Melo*, que oferece educação de qualidade e, além das disciplinas tradicionais, aulas de dança, teatro, música e esportes. Inicialmente oferecia apenas a primeira fase do Ensino Fundamental.

A Escola cresceu, foi ampliada, hoje disponibiliza até o 9º ano e atende também crianças da comunidade. Conta com cerca de 350 alunos e se tornou referência em ensino em Goianésia. No mesmo ano, a *Jalles Machado* conquistou o selo da Fundação Abrinq, sendo reconhecida como ‘*Empresa Amiga da Criança*’.

A *Jalles Machado* começou a se destacar no setor sucroenergético pelo uso de tecnologias, pioneirismo, programas sociais e ambientais e conquistou várias premiações em nível nacional. Em 1997, a empresa iniciou as exportações do Açúcar Itajá para alguns países e no ano 2000 conquistou a certificação de qualidade ISO 9000.

No mesmo ano, por iniciativa de Otávio Lage, a empresa implantou uma central elétrica e foi pioneira em Goiás na cogeração de energia a partir do bagaço da cana, com capacidade instalada de 42 MW. A *Jalles Machado S/A Açúcar e Álcool* mudou de denominação e se transformou em *Jalles Machado S/A*.



O governador Marconi Perillo prestigiou a inauguração da Central Termelétrica em 2003

Ainda em 2000, o diretor-presidente Otávio Lage Filho concorreu às eleições municipais e foi eleito prefeito de Goianésia. Ele deixou a empresa para se dedicar à vida pública, sendo reeleito em 2004 e ficando à frente da Prefeitura até 2008. De 2000 a 2006, a presidência ficou a cargo de Otávio Lage. Após o seu falecimento, em 14 de julho de 2006, o filho Ricardo Fontoura assumiu a presidência. Otavinho retornou para a *Jalles Machado* em janeiro de 2009 e desde então continua no comando da empresa, no cargo de diretor-presidente.

Em 2001, a *Jalles Machado* foi a primeira empresa do setor sucroenergético nacional a efetivar a venda de Créditos de Carbono, por meio do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL) – Protocolo de Kyoto. Também nesse ano, implantou a fábrica de saneantes e iniciou a produção de álcool hospitalar, álcool para limpeza doméstica e álcool em gel.

A produção orgânica começou em 2003 e hoje é um dos maiores diferenciais da empresa. O açúcar orgânico Itajá é produzido nos mais altos padrões de qualidade orgânica, possui numerosas certificações e conquistou mercados internacionais. Atualmente, é exportado para Estados Unidos, Canadá, Europa, Japão, Ásia, Comunidades Judaica e Muçulmana.

Otávio Lage percebeu que era hora de expandir o negócio e, com aprovação do Conselho de Administração da *Jalles Machado*, começou a realizar um antigo sonho: a construção de mais uma usina. Ele teve o cuidado de sediar a nova empresa também no município de Goianésia para que os impostos pudessem retornar em benefícios para a cidade.

A unidade industrial, com investimentos de R\$ 410 milhões, implantada nas proximidades do povoado de Juscelândia, iria se chamar Codora, nome de uma das fazendas do Grupo naquela região. Mas Otávio Lage não pôde ver seu sonho concretizado e, para homenageá-lo, os acionistas deram o seu nome à nova usina, inaugurada em 2011.

Com o falecimento de Otávio Lage em 2006 o filho Ricardo Fontoura foi eleito presidente do Conselho de Administração da *Jalles Machado*, cargo que ocupa atualmente.

Em 2012 e 2013, dois diretores, que estavam na empresa desde a constituição da Goianésia Álcool, deixaram os cargos. O diretor financeiro Valthercides Pimenta se aposentou em 20 de janeiro de 2012. Já Segundo Braios Martinez deixou a Diretoria Comercial em 20 de fevereiro de 2013, mas ainda continua a participar das decisões da empresa como membro do Conselho de Administração.

Os netos de Otávio Lage, Rodrigo Penna de Siqueira e Henrique Penna de Siqueira, filhos de Ricardo Fontoura, assumiram as respectivas funções, e juntamente com tio Otávio Lage Filho, lideram a empresa mantendo a filosofia de trabalho do avô.

A *Jalles Machado* foi muito além do objetivo inicial de gerar empregos. Hoje a empresa é referência nacional e o Açúcar Itajá, produzido em Goianésia, chega a todas as regiões do Brasil e a diversos lugares do mundo, levando o nome do município, graças à visão de futuro de Otávio Lage e ao seu incentivo a toda a equipe. A sua capacidade de liderança e de fazer com que as pessoas acreditassem nos seus sonhos e trabalhassem para realizá-los transformou a economia de uma cidade do interior de Goiás, terra que ele escolheu para viver.

A história da *Jalles Machado* também faz parte da história de muitas pessoas que, por meio da empresa, tiveram a oportunidade de crescer, ter uma profissão, estudar e melhorar a sua renda. Os recursos financeiros destinados para os programas sociais e ambientais podem ser mensurados, mas os resultados desses projetos na vida dos colaboradores, seus familiares e para a sociedade são incalculáveis.

Nesses 35 anos de existência da *Jalles Machado* é impossível enumerar quantas pessoas passaram de cortadores de cana a operadores de máquinas ou para funções administrativas e de lideranças; quantos colaboradores, dependentes e pessoas da comunidade tiveram auxílio da Assistência Social;

quantas consultas médicas e atendimentos odontológicos realizados; quantas árvores plantadas e animais preservados; quantas instituições sociais apoiadas; quantos atletas incentivados; quantas pessoas alfabetizadas e quantas crianças estudaram na Escola *Luiz César*.

Os valores e os princípios de Otávio Lage ainda estão presentes na política da empresa que é orgulho para Goiás e o Brasil.

Brincadeiras e o trabalho do dr. Edward Brasil

O professor Edward Madureira Brasil conheceu Otávio Lage em 1986. Cursava o Mestrado. O agrônomo Fabrizio D'Ayala Valva, à época professor da UFG e sócio da Planagri, levou-o à empresa, que queria contratá-lo para conduzir o programa de melhoramento genético de milho.

“Lembro-me como se fosse hoje quando o dr. Otávio, com seu jeito brincalhão, dirigiu-se a mim e me perguntou: ‘Você é angolano?’”.

Muito sem jeito, de forma tímida e desconfiada, Edward lhe disse que não. Ao se deparar com aquele rapaz de 23 anos, magro, alto, do cabelo crespo e naquele tempo de cor de pele morena, fruto de muita exposição ao sol nos trabalhos de campo, não resistiu a abordar-lhe de outra forma, fazendo-o de maneira muito carinhosa.

“Esse foi o meu primeiro contato com aquele homem extremamente forte na compleição física e na personalidade”.

Administrador por excelência, ele acompanhava de perto todas as atividades do seu grupo empresarial e conhecia como poucos os detalhes de cada operação envolvida. Fosse na produção de álcool ou de sementes, na pecuária, ou em qualquer das frentes de trabalho a que as empresas se dedicavam. Era capaz de discutir com propriedade assuntos de Engenharia Civil, sua área de formação, de Agronomia, Veterinária, Engenharia Química, Engenharia Mecânica, Finanças, Contabilidade, Legislação, Políticas Tributária e Trabalhista. Em qualquer assunto afeto às atividades do grupo ele contribuía com conhecimento de causa.

“Outra característica que chamava a atenção em sua prática cotidiana era a sua capacidade de trabalho e disposição física. Por um período, nos sete anos em que trabalhei no grupo, fui responsável pelas atividades de produção de sementes. Tanto em áreas próprias da empresa como nas propriedades de outros produtores rurais que plantavam campos de sementes em regime de cooperação com a Planagri. Nessa época, invariavelmente tinha de acordar muito cedo para conseguir acompanhar os campos de semente, que eram muitos e localizados em várias direções e distâncias consideráveis de Goianésia”, afirmou Edward.

Não raras vezes, saindo de Goianésia por volta de 5h da manhã em direção a Barro Alto, relatou que encontrava Otávio na altura da Pedra Preta,

agrupamento de casas a meio caminho de Goianésia para a Usina *Jalles Machado* S.A. Em sua caminhonete já retornava da fazenda Vera Cruz, onde teria ido bem cedo acompanhar a distribuição de silagem nos cochos e outras atividades do grande confinamento implantado de forma pioneira em Goiás naquela propriedade. Em outras ocasiões chegava a uma das unidades do grupo e lá estava ele a desempenhar tarefas de simples ajudante: descarregando caminhões de adubo, vacinando animais, inspecionando máquinas de plantio, operando máquinas agrícolas, seja substituindo ocasionalmente algum empregado ou dando exemplo para todos os seus colaboradores. Educou seus filhos de forma exemplar, pois desenvolveu neles essas atitudes.

“Tive o privilégio de conhecê-los de perto e de trabalhar de forma direta ou indireta com três deles. Conheci primeiramente o Ricardo, que dirigiu a Planagri grande parte do tempo em que ali trabalhei. A partir de 1991 tive a oportunidade de conviver mais de perto com o Jalles, que assumiu, nessa época, a direção da empresa. No período, conheci também o Otavinho, que dirigia a destilaria de álcool, era fornecedor de sementes para a Planagri e ia ali adquirir mudas de cana. A disposição para o trabalho era marcante nos três. Sem hora para iniciar ou para parar suas tarefas, herdaram do pai o gosto pela atividade empresarial, a pouca necessidade de descanso, seja no que se refere ao período noturno, seja nos finais de semana. Fazem de sua atividade um lazer permanente, envolvem-se em cada etapa dos processos produtivos e contagiam a todos a sua volta com sua disposição e determinação”, afirmou.

O relacionamento com os filhos era o melhor possível, tratando-os com muito profissionalismo, respeito e cordialidade.

“Nunca o vi alterar a voz com nenhum deles. Se havia divergências, eles dialogavam para resolver a questão, sem imposições”.

Da mesma forma, o tratamento era também muito cordial com as pessoas que trabalhavam nas empresas. Desde o simples cortador de cana ou auxiliar de serviços gerais nos armazéns até os gerentes, diretores e prestadores de serviços que atendiam esporadicamente as demandas. Não havia tratamento diferente em relação às pessoas, sem favoritismo ou perseguições, independentemente da classe social, origem, opção política, religiosa. O que importava era sempre o compromisso com o trabalho e a competência acima de tudo.

“Sabia como poucos separar as empresas das atividades de governo em qualquer nível. Nunca presenciei uma utilização, por menor que fosse, de um recurso público, da Prefeitura, por exemplo, em benefício de qualquer de seus empreendimentos. Ao contrário, o comum de se ver eram seus caminhões, motoniveladoras, tratores e até mesmo pessoal contribuírem em ações do poder público”.

Edward aprendeu com Otávio a noção da urgência nas atividades rurais. Ele sempre repetia que o calendário na fazenda não tinha dias marcados em

vermelho: as plantas e os animais não paravam de crescer e tinham que ser cuidados diuturnamente para responderem economicamente ao investimento realizado. Assim, o plantio, a colheita, o controle de pragas e doenças, o corte de milho para silagem, dentre outros atos, não tinham dias para começar ou terminar. O calendário biológico é que controlava a necessidade de trabalho e consequentemente os períodos e a intensidade das iniciativas.

“O que o movia era a promoção do desenvolvimento de sua região, do Estado e do País. Era incansável, não se conformava com problemas não solucionados, não se curvava às dificuldades. Admirado por seus correligionários, respeitado pelos adversários, sobretudo pela integridade moral, pela ética, pela capacidade de trabalho e pelo desejo de promover o bem comum. Era um inovador e empreendedor por excelência. Sem dúvida dr. Otávio Lage é um exemplo de empresário, administrador, político, amigo, pai, esposo, avô, enfim, um exemplo de ser humano a ser seguido”, completou o ex-Reitor da UFG.

O acidente fatal, em 2006

Uma conversa descontraída entre Otávio e Nion, algum tempo antes, foi premonitória.

“Otávio era um homem que tinha uma visão muito ampla, capacidade de trabalho muito grande. Só tinha uma coisa: pisava demais no acelerador”, disse.

No penúltimo acidente, ele falou a Nion, brincando:

“Quando o carro caiu e capotou, saiu um cara branco, meu companheiro, e falou: ‘Não ando mais com você’”.

Assustado, perguntou:

“Quem era esse cidadão?”

Tranquilo, respondeu:

“Meu anjo da guarda.”

No acidente seguinte o anjo da guarda não estava.

O ponto final na vida de Otávio Lage aconteceu no dia 14 de julho de 2006. O ex-Governador, sozinho, conduzia seu carro, uma caminhonete Pajero, por volta das 7h45, como fazia toda manhã, rumo ao trabalho, na destilaria *Jalles Machado S/A*, instalada na rodovia GO-080, a 20 quilômetros de Goianésia. Como registrou o jornal “*O Popular*” do dia seguinte, “ironicamente o veículo do empresário e pecuarista chocou-se contra um caminhão carregado de cana-de-açúcar que se dirigia para a empresa que ele presidia e que contribuiu, de forma decisiva, para que a região fosse uma das mais prósperas do Estado”. O choque contra o reboque de um caminhão ocorreu a 300 m da entrada da usina; a sua caminhonete capotou.

“O acidente pôs fim a uma história de vida política e empreendedorismo que fez do nome de Lage uma das referências políticas no Estado”, registrou Amanda Dorian, desse jornal.

No boletim de ocorrências da Polícia Rodoviária Federal, o motorista do caminhão Mercedes Benz 2318, placas KFF 4540, de Goianésia, Edson Antônio de Magalhães, relatou que seguia pela GO-080 quando ouviu um barulho e sentiu um baque na parte traseira do veículo. Inicialmente pensou tratar-se de alguma peça quebrada, mas ao freá-lo, alguns metros adiante, foi que viu a caminhonete parada. Uma das testemunhas contou ter visto que o motorista da Pajero tentava uma ultrapassagem, mas ao perceber que um carro vinha na direção oposta, voltou à pista e acabou se chocando no reboque do caminhão, que seguia na mesma direção.



A situação em que ficou a caminhonete do acidente.

A intensidade da batida foi tão grande que a roda do caminhão foi arreventada. O ex-Governador ficou preso nas ferragens, de onde foi retirado pelos bombeiros de Goianésia. Ainda no local, precisaram conter uma hemorragia. Ele recebeu os primeiros socorros no Hospital Municipal da cidade, onde chegou às 8h30, com fraturas nas pernas e uma fratura exposta no braço direito. Foi o primeiro atendimento, com suturas de pequenos ferimentos e a imobilização dos membros fraturados. Por volta de 10h foi transferido, em uma UTI móvel, para o Instituto de Neurologia de Goiânia, e faleceu às 13h50, de complicações decorrentes do acidente.

Na porta do hospital, o filho Jalles Fontoura afirmou que não imaginava que o acidente, apesar de grave, fosse causar a morte do pai num intervalo de seis horas. Informou que ele chegou ao hospital aparentemente bem, consciente, conversando e reclamando, o que para a família representava um bom sinal.

O médico intensivista Pedro Jorge Gayoso, chefe da UTI do Instituto, disse que o ex-Governador chegou àquela unidade em estado de choque,

porém consciente. Ele sofreu fraturas nas duas pernas, no braço direito e em quatro costelas, o que ocasionou perfuração no pulmão direito. Na ocasião, ele conseguia conversar com a equipe médica, apesar de apresentar dificuldades.

Durante a realização dos exames radiológicos ele sofreu a primeira de cinco paradas cardíacas e foi levado de imediato para a UTI. Foram feitos todos os procedimentos necessários para conter o problema, entre eles reanimação, massagem cardíaca e colocação de marcapasso. Foi assistido por uma equipe composta por Pedro Jorge, pelos cardiologistas Alberto las Casas, Nelson Siqueira de Moraes e Jamil Adib, pelo pneumologista Roberto Caiado, pelos neurocirurgiões Marcelo Martins e Valter da Costa, e pelo ortopedista Antônio Eustáquio de Faria.

O corpo foi levado para o Instituto Médico Legal às 16h. A autópsia e a necropsia feitas pelo médico legista César Brasil revelaram ter a morte sido causada por parada cardiorrespiratória. As paradas cardíacas foram ocasionadas por hemorragia interna no pulmão direito, perfurado durante o acidente.

A tragédia automobilística que ceifou a vida de Otávio Lage, que em dezembro de 2005 completou 81 anos, 31 anos antes levou seu pai, Jalles Machado, que também tinha 81 anos. Uma triste coincidência uniu as duas vidas.

O governador Alcides Rodrigues, um dos primeiros a chegar ao hospital, decretou luto oficial no Estado e a suspensão de todas as suas atividades políticas agendadas para o período, entre elas as de sua campanha à reeleição.

O presidente interino do Tribunal de Justiça do Estado, Arivaldo da Silva Chaves, e o procurador-geral de Justiça substituto, José Eduardo Veiga Braga, também decretaram luto oficial no Judiciário e no Ministério Público, respectivamente.

Seis cadetes da Polícia Militar do Estado conduziram o corpo ao salão *Gercina Borges*, na chegada ao Palácio das Esmeraldas. Aguardando-o estavam a viúva Marilda, com quem foi casado por 56 anos, filhos e netos, os irmãos Jair e Sylvia, o Governador, a primeira-dama Raquel Rodrigues e o prefeito de Goiânia, Iris Rezende. No lado de fora imensas filas de autoridades e amigos da família aguardavam a vez de apresentar suas despedidas.

O prefeito de Goianésia, Otávio Lage Filho, que estava em Bonito, MT, de férias com a família, chegou assim que o caixão foi aberto.

Os presentes ao velório destacaram o espírito empreendedor do ex-Governador e o fato dele ter atuado à frente de seus contemporâneos, como registrou a jornalista Cecília Aires, de “*O Popular*”. O desembargador Arivaldo Chaves destacou que foi “excelente Governador e administrador”; para o deputado Hélio de Sousa, do PFL, era “o grande bandeirante da última década”; o gerente da Cooperativa Agropecuária de Goianésia Ltda. e presidente do PFL da cidade, João Gonçalves Vilela, colocou-o como “nosso cacique: um exemplo de dinamismo, honestidade e empreendedorismo”; e o presidente da Confederação Nacional das Cooperativas de Crédito (Sicred),

José Salvino de Menezes, ressaltou que “era uma pessoa preocupada com a geração de empregos. Goianésia é o que é hoje graças ao empreendedorismo dele. Dinâmico e visionário, já tinha pronto o projeto de criação de uma usina de álcool na cidade”. Jalles Fontoura completou: “Ele morreu de pé, indo para o trabalho, como gostava, dirigindo o próprio carro, na cidade em que morava”.

As principais lideranças políticas da época compareceram ao velório e falaram sobre o ex-Governador. “Era um grande empreendedor, com visão de futuro, e um exemplo nas áreas em que atuou, como político e como empresário”, afirmou o governador Alcides Rodrigues. “Foi um Governador municipalista e desenvolvimentista. Para mim foi o maior símbolo do trabalho em Goiás”, afirmou o senador Marconi Perillo, do PSDB. “Era um homem vitorioso em todos os sentidos. Na vida pública, empresarial e pessoal”, disse o senador Maguito Vilela, do PMDB. “Estivemos em campos opostos, mas ele sempre foi merecedor do meu respeito e do meu apreço, pelo caráter, formação, responsabilidade e determinação”, destacou o prefeito de Goiânia, Iris Rezende. “Otávio Lage foi um dos maiores empreendedores de Goiás e do Brasil. A sua vocação não era a política, era o desenvolvimento, o empreendedorismo e o progresso. Assim como o pai, Jalles Machado, o ex-Governador pensava no futuro, tinha visão de médio e longo prazos. Foi um pioneiro que se modernizou e absorveu novas tecnologias”, ressaltou o deputado federal Vilmar Rocha.

“O dr. Otávio era um homem empreendedor que amava Goiás, Goianésia e o setor sucroalcooleiro. Ele fazia parte do setor e vai fazer falta para todos nós, goianos”, afirmou o presidente do Conselho dos sindicatos da Indústria de Fabricação de Etanol e Açúcar do Estado de Goiás (Sifaeg/Sifaçucar), Segundo Braoios Martinez.

O velório foi encerrado por volta da meia-noite e transferido para Goianésia, onde o corpo chegou às 7h20 e o enterro aconteceu às 13h30.

A cidade parou para o último adeus a Otávio Lage. Uma multidão –em torno de cinco mil pessoas, conforme estimativa da Polícia Militar do Estado – formou uma extensa fila para participar do velório de seu cidadão mais ilustre, no plenário da Câmara dos Vereadores.

Foi uma manhã de homenagens, que terminou com a cerimônia de honra militar, na chegada ao Cemitério Municipal. A despedida foi acompanhada por políticos, empresários e populares. A visitação foi encerrada ao meio-dia, para a missa de corpo presente. Grande parte de populares ainda aguardava na fila de condolências à família.

Na missa, Jalles Fontoura falou do espírito empreendedor do pai e que aquela grande manifestação popular ali registrada era a homenagem de todos aos quase 60 anos de convivência, nos mais diversos momentos políticos, econômicos e sociais da história goiana. Lembrou que o pai trabalhou pela interiorização dos serviços de educação e saúde e dos investimentos em infraestrutura, notadamente energia e rodovias.

O prefeito Otávio Lage Filho decretou luto oficial de cinco dias.

Anexo 1

PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO / TRIÊNIO 1968/70

Governo planejado, que conciliou as necessidades sentidas com os recursos disponíveis, de início procurou atender as carências mais urgentes e, ao conhecer melhor a realidade, completar as obras que deram um novo roteiro ao desenvolvimento. Foram dois momentos na Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação: o primeiro tinha à frente o secretário Jair Lage de Siqueira, que deixou o cargo para assumir a Rodobrás; e o segundo, conduzido pelo secretário Oton Nascimento, que produziu o rico documento denominado “*Plano de Ação do Governo. Triênio 1968/70*”, o primeiro organizado pelo Estado.

Foram definidos três objetivos para esse Plano: realizar investimentos públicos maciços na infraestrutura econômica e social; acelerar o ritmo da industrialização; e aperfeiçoar a máquina administrativa, racionalizando os serviços públicos.

O Plano manteve o aceleração persistente do ritmo de crescimento econômico, para que a taxa de expansão do Produto Interno Bruto atingisse 7% ao ano. A preocupação era interromper a tendência decrescente da renda “*per capita*” real e lhe dar um acréscimo durante o triênio. O produto interno cresceu menos que a população, que aumentou com a transferência da Capital da República para o território goiano, em decorrência mais da imigração que dos índices de natalidade ou mortalidade.

Prioridades

O Plano previa maiores aplicações dos recursos nos setores de educação, energia e transporte, prioritários desde o início da gestão. A expansão da infraestrutura econômica buscou significativa taxa de retorno, por permitir a intensificação do comércio interno, entre o norte e o centro-sul do Estado; integrar melhor a economia estadual à nacional; aumentar a produtividade

do principal setor de produção (agropecuário), pela redução dos custos dos fretes e dos insumos; atrair empresários com recursos materiais e “*know how*” para o setor industrial, acelerando o seu ritmo; permitir a melhoria do nível de emprego; e aumentar a arrecadação do Estado.

Metas setoriais:

1. Educação e cultura

- Ampliar a rede escolar do ensino primário, de modo a possibilitar o atendimento de todas as crianças escolarizáveis na zona rural;
- Ampliar a rede escolar secundária, nos centros urbanos mais populosos, para possibilitar a ascensão sócio-cultural da juventude;
- Preservar, mediante reforma, as unidades escolares do Estado;
- Implantar unidades de ensino técnico-profissional, para a educação acompanhar a transformação sócio-econômica do Estado;
- Formar pessoal necessário à evolução e expansão da técnica de ensinar;
- Dar prosseguimento ao processo de alfabetização de adultos, para propiciar-lhes não só a leitura e escrita, mas a habilitação mínima para os deveres da produção e da convivência social; e,
- Estimular o desenvolvimento intelectual goiano, mediante instalação de bibliotecas e auxílio aos novos valores.

2. Energia

- Proporcionar energia abundante e industrialização progressiva do Estado;
- Abastecer o Distrito Federal e em particular a Capital da República;
- Integrar, por meio da energia elétrica, todas as cidades goianas, com abastecimento pelas linhas de transmissão e redes de distribuição tecnicamente projetadas; e,
- Propiciar a imediata e progressiva eletrificação em todo o Estado.

3. Agricultura e pecuária

- Ampliar o número de técnicos agrícolas e a formação de pessoal capacitado para as lides da terra;
- Criar fábricas de adubos ou conseguir fertilizantes em maiores quantidades e a preços mais baixos, distribuí-los pelas áreas agrícolas e incrementar seu uso;
- Aperfeiçoar a estrutura de mercado, para obter melhor remuneração pelos produtos, diminuindo o número de intermediários; e,
- Estabelecimento de rede de armazéns e silos em locais cuidadosamente escolhidos para servirem à coleta de mercadorias a serem transportadas e à sua distribuição e comercialização.

4. Transportes

- Estabelecimento de grandes eixos rodoviários com características técnicas cuidadosamente examinadas, para permitir tráfego de veículos pesados, de 20 e 40 toneladas, com velocidade elevada; e de estradas de boa classe, para cargas mais leves, permitindo o acesso das zonas produtoras aos grandes eixos;
- Instalação de rede de caminhos de segunda classe, dando acesso aos eixos anteriores;
- Organização comercial racional de grandes empresas da área, permitindo usufruir vantagens inerentes às boas estradas e dotadas de veículos pesados para baratear os fretes; e,
- Integração dos transportes rodoviário e ferroviário.

5. Habitação

- Promover a melhoria da habitação, via campanhas educativas e financiamento de construção de residências pela Carteira própria da Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego) e pela Companhia Habitacional do Estado de Goiás.

6. Telecomunicações

- Complementar os serviços interurbanos, por meio de instalação de sistemas de ondas portadoras e construção de linhas físicas;
- Estabelecer circuito de Rádio HF-SSB;
- Introduzir o processo de discagem automática interurbana;
- Instalar e ampliar terminais telefônicas urbanas; e,
- Telecomunicações.

Apresentação do Plano de Ação

O Plano de Ação deu ênfase às obras de infraestrutura, capazes de proporcionar o mais rápido surto de desenvolvimento econômico do Estado, com incentivo à industrialização e à modernização da agricultura. Dentre os objetivos básicos, iniciar uma nova fase de prosperidade em Goiás; e ensejar um progresso mais rápido e mais justo, dinamizando suas populações e ampliando as oportunidades de crescimento, dando a todos uma vida mais humanizada e trabalho mais produtivo.

Goiás dispunha de condições de solo, água, clima, recursos naturais, terra agricultável, disponibilidades minerais e energéticas para servirem de suporte e estabelecimento, “em base permanente, de uma pujante civilização”, como frisou.

Os investimentos em infraestrutura tinham o objetivo de atrair projetos industriais, por considerar que as empresas se fixam onde há mercado e condições naturais e mesológicas para sua implantação. Mostrou que não há

exemplo de grande desenvolvimento econômico sem o apoio de produção agrícola satisfatória. E argumentou: em Goiás existiam todos os recursos e só faltava maior densidade populacional e mais investimentos.

“Precisamos de uma filosofia de governo que se decida a plantar a civilização no interior do País, abrir ao povo o imenso reservatório de recursos reais existentes, fixar aqui, aqui progredir, aqui crescer, povoar e daqui espalhar riquezas e saber”, conforme o documento. E acrescentou: “Já o poder político se transmigrou para o Planalto, já daqui a cúpula governamental dirige o País”.

O Plano de Ação se apresentou como uma necessidade que se impunha e não um luxo que se esbanja ou um acessório que se exhibe:

“Sem ele o Governo não tem condições de administrar com eficiência”. “Para ser bom precisa ser coerente, exequível e ajustável, e se caracterizar pelo realismo das receitas previstas: os valores destinados aos investimentos são perfeitamente compatíveis com a previsão da receita”.

Constituiu-se em ação coordenada de diversos setores e na existência de um fluxo sistemático de intercâmbio entre os vários órgãos do governo.

“Deriva da soma das necessidades levantadas e dos objetivos fixados”.

Infraestrutura social e educação

Na elaboração do Plano o Governo se convenceu que a insuficiência de recursos humanos era o principal obstáculo ao desenvolvimento regional. Citou, a propósito, o economista Ragnar Nurskse, para quem “um povo é pobre porque é doente; é doente porque é ignorante; é ignorante porque é pobre”. Seguindo esse pensamento, surgiu para quebrar o círculo vicioso da pobreza, “que Goiás precisa, deve e pode romper”.

Mostrou a comprovação de que grandes recursos naturais “não são suficientes – sequer necessários – para desenvolver um povo”. Explicou que todos os países da Europa Ocidental dispunham de menos recursos naturais que o Brasil e muitos contavam com menos que Goiás. “No entanto, todos eles tem grandes recursos humanos; potencialidades de tal natureza reconstruíram a Alemanha, duas vezes destruída naquele século, e levaram o Japão à invejável posição que hoje desfruta”.

O setor da educação em Goiás, de acordo com o documento, não estava estruturado para romper esse quadro de pobreza. “É acadêmico, tradicional, conservador, de natureza mais estática que dinâmica”. Por isso, defendia a educação para o desenvolvimento como meta setorial. Para atingir essa fase dinâmica e compatível com a filosofia expansionista, recomendou uma reformulação gradual do currículo escolar, nos três níveis, a começar por onde causa maior impacto imediato e o Estado tinha mais influência: nos níveis primário e secundário.

Um dos meios de alcançar esse objetivo era a disseminação de conhecimentos práticos de agricultura, de técnicas de mecanização, de artes artesanais e a criação de escolas técnicas, agrícolas e industriais, de enfermagem, de aperfeiçoamento industrial, de capacitação e de orientação comercial e administrativa.

Tendo por base ser mais importante que a medicina curativa, o Plano previa grandes inversões no saneamento e na higienização das cidades, levando medicina preventiva em escala ainda não atingida no Estado.

Industrialização e renda

O levantamento indicou que, embora tenha crescido em termos absolutos, o setor secundário da economia contribuía cada vez menos, em termos relativos, para formar a renda interna. De 1950 a 1962 a participação caiu de 8,0% para 5,6%, enfatizando que a agropecuária, o comércio e os serviços cresceram mais depressa que a indústria.

A economia regional deixava de ganhar, anualmente, pelo fato de exportar suas matérias primas, na grande maioria, sem qualquer elaboração. Dessa forma, o erário estadual e os municípios deixaram de receber por bovino que saía em pé do Estado. Sem falar nas oportunidades de emprego e outros valores que seriam adicionados, pela transformação industrial, se todo o gado do desfrute fosse abatido internamente.

Na época, grande parcela da população vivia em nível de subsistência (em Goiás, 80% das pessoas detinham apenas 20% da renda), não tinha poupança e nem poder de consumo; os mais ricos não investiam em seus negócios ou em novas atividades. Reconhecia, de outro lado, que a dimensão e a capacidade do mercado interno eram fatores decisivos para a expansão – e até mesmo sobrevivência – das indústrias nascentes.

“O mercado interno será fortalecido com a expansão da infraestrutura econômica, que reduz o custo dos fretes dos insumos”, defendia. Essa melhoria leva saúde e educação a mais pessoas, capacitando mão-de-obra para o setor industrial; outros bens e serviços seriam colocados à disposição das camadas menos privilegiadas, a um custo cada vez mais suportável, como as casas populares; e a produtividade adicional advinda da própria industrialização.

A dinamização do mercado consumidor teve como exemplo maneira semelhante à conseguida por Henry Ford no século passado: criando mercado comprador para seus produtos entre os seus próprios empregados.

A criação da Cidade Industrial de Goiânia, em funcionamento parcial, a partir de 1968, passou a contar com oferta de água, energia, meios de comunicação e escoamento, crédito industrial e assistência técnica para os tipos de indústrias mais aconselháveis, do ponto de vista de matéria prima, mercado, mão-de-obra e economias externas.

O aumento da renda gerada, conforme o Plano de Ação, iria agregar valor à matéria prima (salários, impostos, aluguéis, lucros, dividendos etc.) pela transformação industrial, o crescimento absoluto e relativo do setor manufatureiro, implicando em mudança estrutural da economia, no sentido do desenvolvimento econômico.

“A industrialização promove uma melhor distribuição da renda, pela valorização da força de trabalho”.

Dentre as metas, o aumento da oferta de emprego, para uma demanda anual, estimada, de 20 mil a 30 mil novos empregos.

A carga tributária por habitante cresceu constantemente, chegando a dobrar de 1959 a 1967, a preços reais. O governo estava consciente de que não era por frequentes aumentos da alíquota dos tributos que melhor promoveria o desenvolvimento econômico, mas pela racionalização dos serviços públicos e melhor organização dos fatores produtivos.

“O Governo não poderá diminuir os dispêndios (despesas com pessoal) pelo simples congelamento dos salários, sob pena de gerar comoção social e perda de produtividade no Serviço Público”, justificou, alegando, por esse caminho, que os funcionários públicos teriam de desviar a atenção de suas tarefas para fontes complementares de renda.

Dentre as alternativas, diminuir o coeficiente de funcionário público estadual por habitante; melhorar o poder aquisitivo, para que os servidores se dediquem integralmente ao Serviço Público; e reestruturar a máquina administrativa, ampliando-a, reformando-a e a condicionando melhor aos serviços que serão exigidos, usando equipamento, processos e técnicas modernas, rápidas e eficientes.

Aquele momento brasileiro era de expectativa de progresso:

“Graças a ingentes esforços a inflação, aos poucos, vai sendo domada e atinge valores suportáveis, com tendência a ser completamente debelada em dois anos”.

Conforme o Plano, o desenvolvimento da produção exigia maior mobilização do elemento humano, ensino técnico, educação do povo, disciplina no trabalho e pesquisa de maiores rentabilidades nos serviços.

O levantamento mostrou que a situação geográfica de Goiás conferia-lhe posição ímpar na integração nacional. Seu território tocava os meridianos civilizados do centro-sul do País e alongava-se para o norte até grandes vazios demográficos dos altos espigões do Amazonas.

Mentalidade mais progressista

A criação de Brasília dentro de seu território ligou o Estado definitivamente ao centro-sul do País: criou condições sociais e políticas antes

não existentes, abriu novos mercados e horizontes econômicos mais amplos, e provocou a mobilização de recursos. Trouxe mentalidade mais progressista e permitiu aos produtos goianos competir nos mercados do Rio de Janeiro e São Paulo, pelas facilidades de transporte.

O Plano Rodoviário Nacional, com os grandes eixos rodoviários a partir de Brasília como centro, transformou, em pouco tempo, o Estado de Goiás na zona mais interligada com o resto da Nação. Este fato mostrou que o Estado passou a ser peça principal na integração econômica das várias regiões, como veículo na circulação das riquezas e na interligação dos interesses dos vários mercados consumidores e produtores.

Ao aparelhar sua infraestrutura econômica Goiás valorizou o homem e criou condições para o cumprimento das suas obrigações com o contexto do desenvolvimento. Além do fator geográfico, o Estado ligava-se a várias regiões do País por laços comerciais e fornecimento de produtos primários.

A diversificação das riquezas extrativas minerais e vegetais do solo goiano deveria solver muitas inibições industriais solucionadas com onerosas importações. Exemplo: a indústria de fibro-cimento que começava a se abastecer com amianto de Goiás e tinha aqui sua maior reserva deste mineral. A indústria de ferro-ligas usava já cromo e manganês de Goiás.

População de Goiás, de 1872 a 1960

Censos	Goiás	Brasil	Taxa de incremento		Relação Goiás/ Brasil (%)
			Goiás / Brasil		
1872	160.395	10.112.000	-	-	1,58
1890	227.572	14.334.000	2,0	1,9	1,59
1900	255.284	18.200.000	1,2	2,4	1,40
1920	511.919	27.500.000	3,5	2,1	1,86
1940	826.414	41.236.315	2,4	2,0	2,00
1950	1.214.921	51.994.297	3,9	2,3	2,34
1960	1.954.862	70.967.185	4,9	2,8	2,75

Com base nos dados do Censo, Goiás apresentou um vertiginoso índice em sua taxa de crescimento populacional. Em especial a partir de 1940, quando chegou a 4,9% ao ano. Saiu de uma população de 160.395 habitantes em 1872, que representava 1,58% do total do País, para chegar em 1960 com 1.954.862 (2,75% do Brasil). Eram 2.715.695 habitantes em 1965, num incremento médio de 6,9%, quando houve maior imigração para Goiás, em decorrência da implantação de Brasília, e 3.791.137 em 1970.

Dados de 1965 indicam que a população goiana era extremamente jovem, contingente que se constituía em reserva potencial para o trabalho nos 20 anos

seguintes. A população potencialmente apta para as atividades produtivas (15 a 59 anos) abrangia 52% da população. A população escolarizável (7 a 14 anos) equivalia em 1968 a 21,5%, num total de 713 mil crianças em idade escolar.

Em 1950 apenas 30,2% da população goiana eram economicamente produtivos, correspondendo a 366 mil pessoas. Analisando os censos de 1940, 1950 e 1960 a percentagem pouco varia, permitindo uma projeção linear: em 1966 existiam 900 mil pessoas economicamente produtivas, aproximadamente, assim distribuídas, segundo os setores de atividades:

Setores	Pessoas ocupadas	População economicamente produtiva (%)	População total (%)
Primário	607.140	67,46	20,91
Secundário	109.800	12,20	3,78
Terciário	183.060	20,34	6,31
Total	900.000	100,00	31,00

De acordo com os censos de 1950 e 1960 e as projeções estabelecidas pela Divisão de Estudos e Pesquisas da Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado de Goiás, até 1970, tem-se as seguintes relações entre população urbana e rural:

Anos	População urbana			População rural		
	População	%	Taxa de incremento	População	%	Taxa de incremento
1950	245.667	20,2	-	969.254	78,8	-
1960	599.404	30,7	9,33	1.355.458	69,3	3,41

Anos	População urbana			População rural		
	População	%	Taxa de incremento	População	%	Taxa de incremento
1965	1.006.917	37,08	-	1.708.778	62,92	-
1970	1.405.764		10,93	2.385.383		4,74

Esse aumento demográfico decorria simultaneamente de dois fenômenos: crescimento de centros urbanos já existentes e surgimento de novos núcleos urbanos. 90% das transferências eram decorrentes do êxodo rural: mão-de-obra sem qualificação deslocava-se para as cidades à procura de bem-estar, fugindo do baixíssimo rendimento das atividades primárias. A abundância dessa oferta de mão-de-obra nas cidades ensejou a formação de populações marginais, agravando os problemas sociais, enquanto as lavouras permaneciam exploradas por processos empíricos.

Foi difícil, de acordo com os técnicos da Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado, calcular a renda em Goiás, por insuficiência de informações estatísticas. Pelos dados disponíveis pôde-se verificar que em 1950 a renda *per capita* real de Goiás representava cerca de 2/3 do País, fração que caiu para aproximadamente ½ nos anos 1960-63.

A evolução da renda goiana apresentou uma tendência decrescente, enquanto era ascendente a média brasileira, tendo como causa a expansão violenta da população. A renda era muito concentrada: 20% da população detinham cerca de 80% da renda gerada na economia.

Apreços correntes, os aumentos anuais de arrecadação foram expressivos, atingindo até 131% (entre 1963 e 1964), mas a preços constantes (1966) os aumentos anuais se apresentaram mais modestos, registrando-se até algumas quedas. Entre 1949 e 1967 a arrecadação real cresceu 646%, enquanto que a carga tributária *per capita* real cresceu 243%. Além desses aumentos, outros fatores concorreram para fazer crescer a arrecadação real, como a ampliação do número de contribuintes, transformações (indústria interna) etc.

A carga tributária *per capita*, mesmo deflacionada, cresceu quase que constantemente, de ano para ano, aumentando 172% em 18 anos, com tendência de aceleração, a partir de 1964. Evoluiu de NCr\$ 9,17 em 1949 para NCr\$ 24,93 em 1966. Isso indicava, não somente, simples aumento de impostos e certa melhoria do índice de elaboração interna de matéria prima.

Em 1966 a carga tributária estadual representou 13% da renda, ambos em termos *per capita*, mas a carga tributária tendeu a crescer mais do que a renda, num processo de estatização da economia. Somando a carga tributária *per capita* municipal com a estadual e federal chegou-se à conclusão de que em Goiás e na maioria dos Estados brasileiros o setor público retirou anualmente do setor privado de 25% a 33% da sua renda.

Esses recursos eram redistribuídos em favor principalmente das camadas mais pobres, na forma de bens e serviços gratuitos ou a baixo custo, consubstanciados em educação, saúde, habitação popular etc.

Ciclos evolutivos da economia

A economia goiana se caracterizava por forte predominância dos setores agrícola e pecuário na formação do produto real, atingindo cerca de 65% da renda interna. Na renda do setor, a agricultura contribuía com 57%, a pecuária com 40% e a produção extrativa com 3%. Para o professor Waldir Luiz Costa, no artigo intitulado “*Ciclos evolutivos da economia goiana*”, que integrou o Plano de Ação do Governo (1968/1970), apesar dessa importância econômica, o Estado produzia na época, principalmente, três produtos: arroz, milho e feijão, dos quais o arroz representa cerca de 50% de toda a renda agrícola.

Essa situação de quase monocultura era, em princípio, perigosa para a economia da região e o Governo defendia a busca da diversificação de culturas. Predominava a lavoura de arroz de sequeiro, com tecnologia pouco avançada. A maioria dos estabelecimentos era constituída de terras próprias e o número de propriedades com área cultivada inferior a cinco hectares era 57% do total, com sua produção representando 21,54% do arroz cultivado. Na classe de cinco a 10 ha situavam-se 21,5% dos agricultores, com 15,8% da produção total.

O arroz era cultura de pequeno proprietário, que lavrava a terra com a família, usando a enxada, sem adubos e equipamentos mecanizados. A área total cultivada era superior a 800 mil ha e o Estado tornou-se o maior produtor do País, disputando esta primazia com o Rio Grande Sul. A produtividade média era de 1,6 t/ha, enquanto que a dos gaúchos era de 2,9 t/ha e a do Japão 5,2 t/ha, com o arroz plantado com inundação controlada e utilizando-se fertilizantes em quantidades tecnicamente dosadas.

A cultura do milho ocupava o segundo lugar na produção agrícola, com área cultivada de 380 mil ha, produção de 700 mil t e produtividade de 1,86 t/ha, em média. As produtividades nas zonas mais apropriadas à cultura eram substancialmente maiores do que a média. O terceiro produto era o feijão, com área cultivada de 154 mil ha.

Dentre as plantas industriais sobressaía-se o algodão, com 34 mil ha plantados, produzindo 20 mil t/ano, com a média de 600 quilos/ha. O algodão goiano era de alta qualidade e excelentemente cotado no mercado.

Nessa época, o crescimento da produção agrícola do Estado superou a média brasileira, de 4% de aumento por ano, sensivelmente superior ao acréscimo populacional médio do País.

O rebanho bovino de Goiás, distribuído por todo o território estadual, era um dos maiores do País, somando 8,5 milhões de cabeças, em 1966, e quase todo formado por gado zebuino, predominando as raças Gir e Nelore. No norte do Estado havia ainda dezenas de milhares de cabeças de gado “curraleiro”, de pequeno porte e valor econômico reduzido; graças à sua grande rusticidade, adaptou-se bem às condições de pastoreio em campos naturais de capim duro e pouco palatável.

O regime de criação do gado era extensivo, com melhoramentos e técnicas muito variáveis, desde as fazendas cuidadosamente dirigidas até a criação à larga em campos abertos. A média de fecundação do gado goiano era de 58%, valor muito aquém do desejável. Algumas fazendas, melhor organizadas, apresentavam índices de 70 a 80% como média de fecundação e cria. A produção de bezerros apresentava sensíveis variações em função das raças bovinas criadas, das condições do meio ambiente, da natureza das pastagens, da subdivisão dos pastos, da percentagem e qualidade dos reprodutores e do manejo dos rebanhos. A taxa de desfrute era, em média, de 12,34%, valor modesto em comparação com o ótimo desejável, de 25%. A taxa média anual de crescimento do rebanho foi de 10%.



Na Exposição Agropecuária de Uberaba, MG, em 1966, o secretário da Agricultura, Luiz Menezes, o ministro da Agricultura, Ney Braga, o secretário Genésio Barros e Otávio Lage.

A taxa de mortalidade ficava em 5% para adultos e 10% para bezerros, índices elevados, que precisavam ser melhorados. O rendimento em carne dos novilhos abatidos aos 40/42 meses de idade variava entre 58 e 62%. O número de cabeças exportadas em 1965 foi de 410 mil.

A produção de leite no Estado era, até poucos anos antes, muito pequena em relação às possibilidades do rebanho. Com o crescimento de Goiânia e Brasília criaram-se mercados consumidores mais próximos e mais ativos e a produção de leite ganhou impulso satisfatório. A produção de manteiga excedia a três mil toneladas por ano e a de queijo, 2.200 t/ano. O leite vendido diretamente à população, pasteurizado ou não, em Goiânia, Brasília e outras cidades ultrapassava 160 milhões de litros por ano.

A produção brasileira de leite era da ordem de oito bilhões de litros por ano, com a produção goiana correspondendo a 2% da nacional. Goiás tinha 10% da população bovina do País, com as principais bacias leiteiras em Goiânia, Catalão, Rio Verde e Pires do Rio. O rebanho leiteiro era formado, sobretudo, de vacas mestiças das raças Gir e Holandesa. A pasteurização do leite era centralizada exclusivamente em Goiânia e Brasília, e já se cogitava da instalação de uma fábrica de leite em pó.

O rebanho bovino brasileiro, em 1966, segundo o anuário do IBGE, era de 90,153 milhões de cabeças e a produção nacional de carne de 1.295.826 t; a produção de carne por animal era de 14,2 kg, e o peso médio por carcaça de 200 kg. O consumo de carne *per capita* no Brasil era de 18 kg por habitante/ano, valor pequeno em comparação com os verificados nos países mais adiantados e mesmo nas capitais dos estados maiores, onde este dado crescia para 60 kg

por habitante/ano. Eram três os principais mercados consumidores da carne goiana: São Paulo, Rio e Belo Horizonte.

Transportes

O progresso econômico-social de uma região depende, em grande escala, da redução das dificuldades e dos custos para transpor as distâncias. Dessa forma, passava a exigir o melhoramento dos meios de transportes, para promover o comércio e o intercâmbio entre os núcleos habitacionais das diversas regiões. Com essas melhorias, o homem procura sempre se deslocar, diante do menor gasto de tempo e de custo.

Em economia, o transporte é parte do processo de produção: as mercadorias devem ser trazidas dos lugares onde a natureza as produz ou são fabricadas para os locais em que serão utilizadas ou consumidas. Também, exerce grande influência sobre o tamanho e a hegemonia das comunidades, com a população se concentrando nas regiões que dispõem de recursos naturais fartos e acessíveis.

Ao se analisar a rede rodoviária brasileira, com dados de 1967, Goiás se situava em 12º lugar, com um déficit de 16.300 km (10% de rodovias federais, 20% estaduais e 70% municipais), cabendo ao Governo do Estado superar o déficit de 3.260 km.

Os cálculos demonstraram a necessidade de 69.100 km de rodovias em Goiás, que já tinha uma rede de cerca de 40 mil km, surgindo a necessidade de mais 29.100 km. Essa carência, sentida pelo estágio de desenvolvimento naquele momento, exigiu ação planejada e coordenada, para maximizar os escassos recursos destinados ao setor. O Plano Trienal do Governo deu ênfase na eliminação do déficit, propondo-se a construir 4.500 km de novas rodovias estaduais no período. Para atingir esse objetivo, fez análises das estatísticas econômicas e sociais, conjugadas com as políticas setoriais e estratégicas.

O Estado de Goiás, com seus 611.302 km², tinha na rede rodoviária o principal suporte do seu sistema de transportes, como meio de comunicação, de escoamento da produção, de intercâmbio sócio-cultural e de formação de numerosos centros populacionais.

A rede rodoviária estava assim resumida:

Rodovias federais

Pavimentadas	680 km
Com implantação definitiva	2.189 km
Com implantação provisória	802 km

Rodovias estaduais

Pavimentadas	243 km
De primeira classe	1.335 km
Com implantação de segunda classe	5.871 km

Dada a forma alongada de Goiás nessa época, a rodovia BR-153, de Itumbiara ao Estreito, com 1.600 km de extensão, era o eixo rodoviário básico, ligando e entroncando todo o sistema viário do Estado; conduzia a São Paulo e Rio de Janeiro, principais mercados consumidores e abastecedores da região. Estava asfaltada de Anápolis a Itumbiara, com 270 km, e iniciados os serviços de pavimentação dos 80 km entre Anápolis e Jaraguá. O trecho entre Jaraguá e Uruaçu, com 159 km, foi incluído no Plano de Prioridade Federal para pavimentação no triênio e já com a implantação básica completamente construída. De Uruaçu a Gurupi, passando por Porangatu, a estrada achava-se totalmente implantada, com característica de rodovia federal de primeira classe, num total de 330 km encascalhados e obras de arte concluídas, exceto duas pontes, terminadas em 1968. De Gurupi a Cercadinho, trecho de 239 km, a estrada tinha 10m de largura e implantação provisória, e oferecia condições satisfatórias de tráfego. Daí em diante havia um trecho passando por Miranorte, rio dos Bois, Guará e Nova Colina, com 221 km de extensão, completamente implantado, com características de primeira classe. O trecho seguinte, até Estreito, tinha cerca de 50% implantados (primeira classe) e 50% de segunda classe.

Antes da construção da Belém-Brasília o acesso ao então norte do Estado se fazia quase que exclusivamente por aquavia, pelo Tocantins, o que explica o desenvolvimento das populações ao longo desse rio, desde Peixe até São Sebastião. Todo o comércio era feito com Belém e a Capital goiana só era atingida, a duras penas, por caminhos precaríssimos.



Inauguração do asfalto da rodovia Goianésia-Jaraguá

A rodovia GO-4, com uma extensão de 400 km, achava-se pavimentada entre Goiânia e Goiás (130 km), passando por Goianira, Inhumas, Itauçu e Itaberaí. De Itaberaí ao rio Uvã, além de Goiás, o traçado coincidia com o da rodovia federal BR-060. O trecho de Goiás a Mozarlândia e São Miguel do Araguaia foi feito no triênio.

A rodovia GO-3, com 303 km, pavimentada de Goiânia a Ruibarbo, com 53 km, começava a pavimentação de lá a São Luiz de Montes Belos, e desse município a Iporá, em implantação básica. De Iporá a Piranhas encontrava-se em estudos, para permitir a ligação com a BR-158.

A rodovia GO-5, com 154 km, a partir de Goiânia, atravessava terras agricultáveis de superior qualidade: passava por Nerópolis, Petrolina de Goiás, São Francisco de Goiás, ligando-se com a BR-153 até Jaraguá, e daí indo diretamente a Goianésia. O trecho Goiânia-Nerópolis estava pavimentado (30 km); de Nerópolis a Petrolina (37 km), a implantação básica achava-se concluída, com características de primeira classe; e de Petrolina à BR-153 os serviços de terraplenagem estavam concluídos. De Jaraguá a Goianésia só existia estrada de segunda classe.

A rodovia GO-54, com 272 km, entre Ipameri, Caldas Novas e Joviânia, estava concluída, com características de primeira classe, no trecho entre a BR-153 e Caldas Novas, asfaltado no triênio. A rodovia apresentava um dado muito importante: o de interligar três rodovias federais, as BR-050, BR-153 e BR-452, de grande importância para a região sul de Goiás.

A rede rodoviária municipal se constituía, em sua maioria, de estradas de segunda classe, caminhos carroçáveis, estradas vicinais etc., com execução e conservação pelas Prefeituras, que nem sempre dispunham de órgãos técnicos para operar o maquinário satisfatoriamente.

A única ferrovia existente atendia parte restrita do território goiano e tinha pouca importância como transportadora de produtos locais, como o arroz; servia, em maior escala, para o transporte de mercadorias que chegavam a Goiás vindas de Minas Gerais, São Paulo e Guanabara.

A navegação nos rios goianos era precária, aparecendo com alguma importância no rio Tocantins, então no norte do Estado, servindo ao pequeno comércio ribeirinho.

O transporte aéreo tinha alguma importância, contando com pequenos aeroportos em vários municípios.

Energia elétrica

O Estado de Goiás contava com potencial hidroelétrico de 9,032 milhões de kw, valor muito elevado, mesmo em comparação com países altamente privilegiados, como o Canadá e os Estados Unidos.

No sul, o rio Paranaíba e seus afluentes, já totalmente estudados no projeto de eletrificação do centro-sul do País, com uma disponibilidade de 5,732 milhões de kw a baixo custo. No oeste, o rio Araguaia, com 800 mil kw e no então norte o rio Tocantins, no trecho goiano, oferecia possibilidade de aproveitamento de 2,500 milhões de kw.

A potência instalada no Brasil cresceu constantemente, atingindo cerca de oito milhões de kw até princípios de 1967, sendo desse total 73% em usinas hidrelétricas e o restante em termelétricas.

Dez usinas, instaladas de 1918 a 1934, são consideradas as pioneiras:

A primeira foi na cidade de Goiás, uma termelétrica montada por Joaquim Guedes de Amorim, em 1918, com uma capacidade de 25 HP. Depois, em 1920, foi montada a primeira turbina hidráulica na cidade de Buriti Alegre pelo engenheiro Jalles Machado. Em junho de 1922 os padres redentoristas instalaram nas proximidades de seu convento, na então cidade de Campinas, sobre o ribeirão Cascavel, uma roda hidráulica que acionava uma serraria e um pequeno gerador para iluminação do estabelecimento e casas vizinhas. Construída por Sebastião Antônio da Fonseca, Itaberaí teve instalada uma hidrelétrica, com capacidade de 10 HP, em 1924. Nesse ano, em Anápolis, a firma Farias & Kullman instalou no rio das Antas uma pequena hidrelétrica, de 12 HP.

A então Capital do Estado ganhou em 1926 uma hidrelétrica, de 110 HP, por intermédio da firma Guedes, Ratto & Cia. Silvânia, antiga Bonfim, em 1927, recebeu energia de uma usina hidrelétrica de 100 HP, construída por Felismino de Souza Viana. Em 1931 a Prefeitura de Ipameri acionou a sua primeira usina no rio Vai-Vem, com capacidade de 320 HP. Em 1932 o engenheiro Jalles Machado entregava à Prefeitura de Buriti Alegre a oitava usina instalada em Goiás, com capacidade de 200 HP. Anápolis recebeu nova usina hidrelétrica em 1933, de 180 HP, construída sobre o córrego Piancó, pela firma Farias & Kullman. Em 1934 a Prefeitura de Piracanjuba construiu a sua hidrelétrica, de 30 HP.

Em 1935 foram instaladas as usinas de Caiapônia, Bela Vista de Goiás e Ipameri, num total de 730 HP; Caldas Novas e Jataí inauguraram em 1936 novos conjuntos hidrelétricos, somando 170 HP, pelas empresas particulares Força e Luz de Caldas Novas e Ferreira & Cia. Inhumas e Itacajá instalaram 145 HP em 1937, sendo a primeira hidrelétrica e a segunda um conjunto diesel.

Em 1939, com a mudança da Capital do Estado, a firma Frois & Irmãos instalou em Goiânia a usina do Jaó, com 400 HP. A empresa Força e Luz de Jaraguá, em 1941, fez funcionar a sua hidrelétrica, com 110 HP, no rio Pari, construída pelo engenheiro Jalles Machado; e em 1942 Levy Frois, Hermógenes Coelho, João Coutinho e Felismino de Souza Viana adquiriram o acervo da Frois & Irmãos, construíram nova usina na cachoeira do Jaó e instalaram dois conjuntos, com um total de 1.400 HP.

No período foram várias outras pequenas usinas.

O Governo do Estado criou em 1955 a Centrais Elétricas de Goiás (Celg), sendo autorizada a funcionar no ano seguinte, quando construiu a usina do Rochedo, com capacidade de 5.000 HP, para atender Goiânia e cidades vizinhas. A partir dessa época a situação da energia elétrica tomou novos rumos, estendendo suas linhas de transmissão, dos diversos sistemas, para atender a 63 municípios. O sistema Celg compreendia geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, com projeto do engenheiro Oton Nascimento, começou a ser construída em 1954. A primeira etapa ficou pronta no final de 1958 e custou, com as linhas de transmissão, cerca de um bilhão de cruzeiros antigos, valor que, na época, era várias vezes superior à renda tributária do Estado.

Já a segunda etapa teve barragem fechando completamente o rio Paranaíba, altura de queda média de 32m e potência instalada de mais 150 mil kw em três unidades iguais. Houve substituição dos primeiros grupos por outros de 26 mil kw cada, e a potência instalada final, nesta etapa, de 202 mil kw. Teve início em 1962, sofreu sérias vicissitudes decorrentes da falta de numerário nesse ano e em 1963, tomou rumos mais promissores em 1964 e 1965, e adquiriu ritmo satisfatório em 1966 e 1967, sendo instaladas, nesse último semestre, duas unidades de 52 mil kw.

O mercado elétrico da Celg passou de uma produção ou compra de 36,12 kwh em 1958 para 298,25 kwh em 1966, chegando em 1968 a 349 kwh e, em 1970, a 457 kwh.

Telecomunicações

Dos 221 municípios goianos, apenas 43 possuíam serviço telefônico local, com 17.246 terminais instalados, correspondentes a uma taxa de 0,7 telefones por 100 habitantes. A cidade mais bem servida, Goiânia, tinha 3,5 telefones por 100 habitantes, sendo que em Brasília era de 4,4; Belo Horizonte, 4,2; Curitiba, 4,0; Salvador, 3,1; Fortaleza, 2,0; e Recife, 2,0. Do total de terminais instalados, 2.636 eram de bateria central, 20 de bateria local e 14.590 do tipo automático.

No interior não eram boas as condições de operação e manutenção dos equipamentos e das redes locais. A falta de técnicos qualificados e de peças ou materiais sobressalentes eram as causas determinantes.

Existiam 63 canais intermunicipais, dos quais 41 em frequência de voz, 12 em sistema de ondas portadoras, sete em sistema de rádio em microondas e três de rádio HF-SSB.

Interligando Goiás com as unidades da Federação existiam 58 canais interestaduais, sendo um em frequência de voz, 14 de ondas portadoras, quatro de radio em VHF e 39 em sistema de rádio em microondas.

Educação, cultura e esporte

Dois princípios fundamentais nortearam a política educacional no Governo: a educação como pressuposto indispensável ao desenvolvimento e à democratização do ensino, estabelecendo o sistema de igualdade de oportunidade. A obediência a esses princípios, em consonância com a sua adequação às necessidades do Estado, encontrou forte resistência na transformação da estrutura da economia e no sistema pouco flexível dos métodos de ensino.

O Estado procurou vencer os obstáculos lançando mão de uma orientação: transformar os métodos de ensino, adaptando-os à mudança estrutural da economia, ao lado de uma política de esclarecimento da população, motivando-a a se engajar na realização das perspectivas sociais, econômicas e educacionais.

Ensino primário

O atendimento aos alunos, na maioria das vezes, era precário, sobretudo na Capital e em centros de maior concentração populacional. Foram registrados problemas como a super utilização da rede, servindo uma só sala para três ou mais períodos de aula, quando o ideal seriam somente dois períodos, funcionando cada um deles durante quatro horas; o despreparo e o baixo nível técnico do magistério; a evasão escolar e o pequeno índice de aproveitamento como fatores de desequilíbrio da problemática educacional. Em 1965 mais de 40 mil crianças evadiram dos bancos escolares. Ainda, a rarefação e a inconstância de mobilidade da população rural, dificultando um equacionamento das necessidades.

Igualmente, os gestores se depararam com os frutos do violento crescimento demográfico do Estado, que deveria ser acompanhado do aumento das unidades escolares, para não se verificar um desnível maior ainda entre a capacidade e a demanda de matrículas.

Metas definidas pelo Plano Trienal:

01. Construção de 1.400 salas de aula, para proporcionar o atendimento de todas as crianças da zona urbana e acompanhar seu crescimento numérico, bem como parte da zona rural;
02. Preservação, mediante reforma, das unidades escolares de ensino primário; e,
03. Equipamento conveniente das Delegacias de Ensino Primário, para que possam estabelecer, com maior faixa de segurança, os pré-programas regionais.

Conjugação de esforços e recursos para conseguir salas para mais de 200 mil crianças, além das já existentes.

Na definição das metas considerou as contingências vividas por um Estado na luta para libertar-se do sub-desenvolvimento, do analfabetismo, dos métodos primitivos de cultivo agrícola, da deficiência dos meios de transportes, da comunicação e de mão-de-obra especializada. Ainda, o aumento desproporcionado da população improdutiva, que representava quase 50%, ocasionando a inversão da pirâmide ocupacional, cuja base de sustentação passava a ser ocupada pela população jovem.

Paralelamente à expansão da rede, o Plano teve por objetivo a melhoria do nível do ensino ministrado, propondo as seguintes metas:

01. Habilitação do material humano sob o ponto de vista qualitativo e quantitativo; discriminação do ensino normal, com o incremento dos centros de treinamento, para possibilitar a expansão do número de classes, sem maiores percalços para a qualidade do ensino ministrado; e intensificação dos cursos de férias, para professores leigos, de forma a melhorar seu nível pedagógico;
02. Diversificação do período letivo, a fim de evitar a evasão escolar;
03. Criação de classes especiais, nos grupos escolares, visando a recuperação de alunos com deficiente aproveitamento; e,
04. Renovação das técnicas de avaliação do rendimento escolar.

Matrícula efetiva (+) no ensino primário

Anos	Matrículas
1960	161.514
1961	171.101
1962	189.631
1963	207.192
1964	225.995
1965	236.967

(+) Matrícula efetiva = saldo entre a matrícula inicial e a evasão escolar

Ensino médio: Ginásial e Colegial

Goiás tinha 24.088 alunos matriculados no ginásio tradicional e 3.077 no curso colegial (Científico e Clássico) em 1965, sendo das escolas particulares o maior percentual de vagas. O Estado concedeu bolsas a aproximadamente 3.500 estudantes, além de subvenções.

No levantamento realizado, deparou com instalações inadequadas e muitos estabelecimentos não possuem prédios próprios, instalados em caráter precário, para funcionamento, na maioria das vezes, à noite, em grupos escolares, criando uma série de dificuldades.

O ensino ginásial e colegial se apresentava muito livresco e acadêmico, tornando-se privilégio das faixas mais abastadas.

Nos objetivos, a expansão da rede, qualitativa e quantitativamente, assegurando o atendimento acompanhado do crescimento da população compreendida na respectiva faixa etária e eliminação do déficit existente; o incremento da taxa de escolarização ginásial e colegial, construindo estabelecimentos nas cidades de privilegiada localização e estimulando as iniciativas privada e municipal; a redução do índice de evasão da escola, cuja causa principal era a condição econômica de grande parte da população; e a adaptação do currículo escolar às necessidades do meio, bem como melhor entrosamento entre o ensino ginásial-colegial e outros ramos do ensino secundário.

Ensino Normal

Era pouco acentuada a disseminação do ensino Normal. Entre os componentes do magistério primário, apenas 30% eram normalistas. Em 1965, para atender a demanda crescente de professores, havia 3.926 alunas matriculadas no Normal Ginásial e 2.781 no Normal propriamente dito.

As escolas normais eram insuficientes e não correspondiam às necessidades, pelo esquema de trabalho e pela estrutura e funcionamento ou pelo currículo ministrado.

Ensino agrícola e realidade rural

Com agricultura pouco rentável, predominando as práticas primitivas, principalmente no norte, o Estado sentiu a necessidade de dotar a si mesmo dos elementos humanos necessários à transformação básica da vida agrícola e capazes de imprimir novos métodos e modernas técnicas de produção na zona rural.

Para formar técnicos necessários de menor qualificação, o Estado pretendia se valer das Escolas Agrícolas e unidades similares. Em 1965 contava somente com o Ginásio Agrícola de Urutaí em funcionamento, que tinha apenas 57 alunos.

Em nível elementar funcionavam a GEMGO, formando capatazes rurais, e a Escola de Formação de Operadores e Mecânicos de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás (Efomargo), especializada em preparar operadores de máquinas agrícolas.

Metas:

Instalar e colocar em funcionamento as seguintes unidades escolares:

01. Escola Agro-Artesanal de Pedro Afonso;
02. Ginásio Agrícola de Goiânia;

03. Escola Agrícola de Itumbiara; e,
04. ampliação da Efomargo.

Ensino industrial, formação da mão-de-obra e ensino comercial

Incipiente e mal orientado, o ensino industrial requeria ajustes às exigências do mercado de trabalho.

Em 1965 apenas a Escola Técnica Federal de Goiás, em Goiânia, e o Ginásio Industrial de Ceres dedicavam-se ao ensino profissional, para atender a demanda de mão-de-obra pelas nascentes indústrias.

Nesse ano, dos 791 profissionais até então estudantes, que seriam colocados no mercado de trabalho, somente 197 poderiam ser classificados como especializados. E destes, apenas um terço estaria, ao fim do ano, legal e tecnicamente habilitados ao exercício da profissão, pois os demais ainda continuariam se dedicando às atividades escolares.

Com a expectativa de crescimento do setor industrial e a natural demanda, propôs colocar em funcionamento os ginásios industriais de Ceres, Goiatuba, Goiânia (Macambira), Pontalina, Porto Nacional e Rio Verde, além da Escola Industrial prevista no plano da Cidade Industrial.

O ensino comercial, de sua parte, exigia uma reformulação e atualização de seus métodos e sistêmicas, como na parte relativa às empresas, para melhor atingir os seus objetivos. Em 1965 estavam matriculados 6.047 alunos no Básico e 2.708 no nível técnico.

Metas do Ensino Médio

Com a preocupação em aumentar a capacidade de atendimento da rede de ensino médio e melhorar o nível de ensino ministrado foram definidas as seguintes metas:

01. Construção de prédios escolares na Capital e no interior, para abrigar 20 mil alunos;
02. Constituição de um Grupo de Inspectores de Ensino para efetivação do trabalho de Orientação Pedagógica nas escolas de nível médio;
03. Intensificação dos Serviços de Orientação Educativa, para integrar o aluno na escola, na família e na comunidade; e
04. Transformação das escolas secundárias de 2º ciclo em Escolas Técnicas, para preparação de mão-de-obra qualificada e atender a demanda do mercado.

Cultura e esporte

Na área da cultura propunha o aparelhamento do Departamento Estadual de Cultura, do Museu *Professor Zoroastro Artiaga* e do Museu de Arte Moderna; a recuperação do Cine Teatro Goiânia, do Teatro de Emergência, do

Parque Educativo e dos monumentos históricos, especialmente os da antiga Capital e de Pilar de Goiás; o apoio ao desenvolvimento do teatro, estímulo a atividades artísticas e intelectuais; difusão do folclore; e a criação de bibliotecas.

A Fundação Estadual de Esportes propôs-se a fomentar e estimular as práticas esportivas; e dar prosseguimento às obras do Estádio Olímpico *Pedro Ludovico*, em Goiânia, uma das maiores aspirações do esporte goiano, e à construção de praças de esportes em cidades do interior.

Indústria, Comércio e Turismo

O desenvolvimento econômico de uma região, que tem relação direta com a ocupação das terras, ganhou nova dimensão em Goiás na segunda metade do século XX. O seu povoamento foi lento, verificando-se incrementos acentuados a partir de 1950, em função mais dos fluxos migratórios, a uma taxa de 3,9% ao ano, do que do crescimento vegetativo, que no período 1940/50 foi de 2,2% a.a.

O setor primário, mais importante nesse período, tinha fatores limitantes, mas fornecia o suporte necessário de matéria prima e capital para a formação do setor secundário.

O processo evolutivo da agropecuária, mesmo com condições favoráveis ao seu desenvolvimento, foi dificultado por dois fatores: o baixo nível técnico dos produtores e a deficiência do sistema de transporte das zonas de produção às estradas tronco. Em algumas regiões do Estado já se verificava uma melhoria na técnica de uso da terra e a rede viária estava merecendo especial atenção.

Outro aspecto era a concentração de culturas: a produção de arroz, milho, feijão, café, mandioca e cana-de-açúcar representava 91,6% dos 20 principais produtos agrícolas do Estado, em 1955, e somente o arroz era responsável por 55,2% desse total. Essa condição significava menor oferta de matéria prima para a indústria, com influência sobre o setor secundário; a principal atividade industrial era a transformação de produtos agrícolas.

Idêntica situação se verificava com a pecuária: mesmo com rebanho numeroso, era tecnicamente pouco evoluída, não utilizando métodos racionais de criação e de produção de leite, contribuindo mais com a carne. A indústria de laticínios era limitada, pela inconstância do fornecimento de matéria prima, decorrente do processo rudimentar de produção. No sul do Estado, região que mais participava desse processo, o leite era aproveitado na fabricação de manteiga.

Inicialmente as indústrias goianas se instalaram às margens da Estrada de Ferro e em Anápolis, quando ainda era o terminal ferroviário. A localização era condicionada por dois fatores básicos na época: garantia do escoamento da produção pela ferrovia e existência de matéria prima.

Centro de abastecimento de produtos manufaturados para o interior, Anápolis funcionava também como centralizador da produção agrícola destinada à exportação e ao comércio interregional.

Essa concentração da produção provocou o aparecimento de pequenas indústrias, principalmente para beneficiamento de produtos agrícolas. As cidades ao longo da Estrada de Ferro, de pecuária mais desenvolvida, produziam carne charqueada para exportação e manteiga. Surgiram charqueadas em Vianópolis, Pires do Rio, Catalão e outras, e também fábricas de laticínios, notadamente em Ipameri.

O crescimento populacional, aumentando o consumo, e a abertura de estradas de rodagem, permitindo a circulação e o escoamento da produção, provocaram o aparecimento de indústrias em outras regiões. Goiânia passou a atuar como maior entreposto, criando condições para a fixação de fábricas. O aumento da produção de energia elétrica, com a construção da usina de Cachoeira Dourada, deslocou o centro produtor para a Capital, inicialmente limitado ao beneficiamento de arroz e café. Em seguida vieram as unidades de transformação e de manufaturados, já procurando substituir as importações, como de massas alimentícias, açúcar, moagem de trigo e de sal, refrigerantes, móveis de madeira, pregos, papel e outras.

A indústria de carne, limitada à produção de charque, pela impossibilidade de escoamento da carne verde, ganha mais espaço com o surgimento dos frigoríficos, que passaram a levar carne resfriada aos principais centros consumidores, como o Distrito Federal.

Na época, 80% do valor agregado decorriam da transformação de matéria prima do setor primário, com predominância da pequena empresa, com dois e até 15 empregados, sendo raros os estabelecimentos industriais com 100 ou mais operários. Geralmente de baixo nível técnico, essas empresas eram de pequena rentabilidade, o que dificultava a sua expansão, com reinvestimento. Com empresas quase sempre constituídas por grupos fechados, tornava-se difícil a existência de um mercado de capitais capaz de canalizar recursos para investimento no setor e a quase totalidade dedicava-se à produção de bens de consumo; era insignificante sua destinação à formação de capital.

A principal característica era a transformação de produtos da agropecuária, com predominância de alimentos, que representavam 74% da produção em 1949 e 75% em 1965, e formava o maior número de estabelecimentos, com a média de 2,4 empregados por unidade. Eram mais indústrias de beneficiamento, torrefação e moagem.

De 1960 a 1965 o número de estabelecimentos industriais de produtos alimentícios passou de 645 para 1.136, num crescimento de 1,8%, enquanto o número de empregados passou de 2.278 para 5.186 no período, aumento de 2,3%.

As indústrias de minerais não metálicos, que produziam material cerâmico e cal, destinados à construção civil, igualmente eram pequenas empresas, com média de 5,4 pessoas por unidade; em 1965 existiam 507 estabelecimentos, empregando 2.655 pessoas. Das duas de cimento, apenas uma operou em 1965 e sua produção representou apenas 4,18% do valor total dos produtos de sua origem. O grupo contribuiu com apenas 5,06% do valor da produção industrial goiana.

A indústria madeireira, com grande mercado e significativas reservas naturais, era pequena. Em 1965 contava com 272 estabelecimentos, empregando 962 pessoas, com média de 3,5 pessoas por empresa, tendo o valor bruto de sua produção representado 1,75% do conjunto. Na área de mobiliário a média de pessoal ocupado era de apenas 3,3 pessoas por estabelecimento, com 164 empregando 555 pessoas, e que representou 2,20% da produção industrial.

Na área do extrativismo mineral, pouco representativa, não havia beneficiamento, apenas a extração do minério, em métodos rudimentares, excetuando-se o manganês, em Itaberaí, explorado em processo mais econômico. O desconhecimento do potencial real das jazidas, pela falta de pesquisas, atuou como fator inibidor para a expansão do setor. Existiam numerosas ocorrências minerais, mas com poucos dados concretos.

As indústrias químicas, de pouca significação econômica, eram pequenos estabelecimentos, com a média de 6,4 pessoas por unidade, e suas principais áreas eram a tinta e o sabão. Em 1965 as 14 empresas registradas ocupavam 90 pessoas e sua produção representava 0,78% do valor da produção do setor.

Mesmo pouco desenvolvidas, tecnicamente, as indústrias mecânicas e metalúrgicas já mostravam sua força relativa, com o valor bruto da produção representando 2,65% da produção do setor do Estado, em 1965.

A indústria da construção civil era a que apresentou maior índice de crescimento. De 1957 a 1965 o número de construções licenciadas em Goiânia cresceu 52% e a área de piso, no período, aumentou 224,33%. A partir dos financiamentos do Banco Nacional da Habitação (BNH) o setor teve incremento acentuado, quanto à construção de moradias. Somente em 1966 foram licenciadas, na Capital, 1.008 obras, representando um crescimento de 71,72% sobre 1965, de acordo com o IBGE.

Goiás importava no todo ou em parte os produtos industrializados necessários ao seu consumo, inclusive alguns de origem agropecuária. A curto prazo, as previsões eram de que a substituição de importados seria apenas parcial, em função das limitações do mercado, a necessidade de técnicas avançadas e a existência de indústrias intermediárias. A tendência era pela substituição de importações de óleos vegetais, solas e couros preparados, calçados e artigos de couro, produtos cerâmicos, azulejos, cimento, vestuário, tecidos de algodão, móveis de madeira e de metal, utensílios para lavoura, fertilizantes e produtos de mecânica e metalurgia.

A abundância ou superioridade qualitativa de matéria prima regional que proporcionasse produção a preços competitivos era outro indicativo de possibilidade para novas indústrias. A tendência era pela integração da área da madeira (laminados, compensados, madeira aglomerada), especialmente de mogno; produtos de cimento-amianto, rações para animais e aves, produtos de salamiaria, do milho, conservas de frutas e legumes, e produtos de minerais não metálicos.

Metas para o setor industrial

01. Início da implantação de uma Cidade Industrial;
02. Formação de mão-de-obra industrial de nível técnico; e,
03. Incremento da mineração, por meio de pesquisas, para conhecimento do potencial das ocorrências.

A economia goiana caracterizava-se, no período, pelo autoconsumo, ponderável parcela do produto que não era contabilizada na economia de mercado, centralizando em três entrepostos a comercialização interna em Goiás: Goiânia, Anápolis e, em menor grau, Itumbiara.

A produtividade do comércio goiano, na década de 1950, cresceu menos que a de São Paulo e mais do que a do Ceará e do Brasil. Em termos absolutos, a produtividade mercantil de Goiás perdia para a média brasileira, embora tenha crescido mais do que esta.

Goiás exportava, de um modo geral, produtos primários (de baixo coeficiente de elasticidade) e importava manufaturas, perdendo em termos de intercâmbio. A economia goiana classificava-se como aberta e dependente, sobretudo com relação ao mercado nacional.

Em termos econômicos, a via rodoviária atendia melhor as exigências de comercialização em Goiás, por permitir mais versatilidade de tipos de veículos, abranger praticamente todo o território e custar menos por unidade de peso transportado.

Atendo-se ao critério de substituição de importações a industrialização podia ser acelerada, destacando-se em oportunidades os setores de calçados, vestuário, têxtil, ferramentas, mobiliário e outro.

Goiás praticamente não transacionava com o mercado internacional, em grande parte porque, tratando-se de um Estado mediterrâneo, o frete encarecia seus produtos em relação aos preços dos estados litorâneos. Todavia, entrepostos nacionais (São Paulo, Guanabara etc.) reexportavam alguns produtos comprados de Goiás, depois da transformação industrial.

O setor público interferia na comercialização em Goiás da seguinte forma:

01. Indiretamente, por meio de impostos, taxas e subvenções; e,
02. Diretamente, por meio do Banco do Brasil, na sustentação de preço mínimo para a produção agrícola, em valor nem sempre compatível; da Caixa Econômica Federal de Goiás, no financiamento da construção e comercialização de moradias, aliviando a pressão do deficit habitacional (órgãos federais); da Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (Casego), influenciando na formação do preço do produto agrícola, em favor do produtor, ao oferecer armazenagem, sacarias etc.; e da Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego), que também atuava no financiamento da construção e da comercialização de moradias.

Programa de Turismo (1968/70):

1968

01. Início das obras do Plano Integrado de Caldas Novas;
02. Projeto e obras de recuperação do Parque Educativo;
03. Implantação do projeto do Bosque dos Buritis;
04. Recuperação do Cine Teatro Goiânia;
05. Estudos dos centros turísticos;
06. Levantamento e publicação do “*Guia Turístico de Goiás*”; e,
07. Recuperação da casa da Câmara e Cadeia de Rio Verde.

1969

01. Prosseguimento das obras do Plano Integrado de Caldas Novas;
02. Recuperação de próprios históricos do Estado; e,
03. Incentivo ao turismo.

1970

01. Conclusão do Plano Integrado de Caldas Novas;
02. Recuperação de próprios históricos; e,
03. Incentivo ao turismo.

Saúde e saneamento

Situação médico-assistencial do Estado em 31 de dezembro de 1966, de acordo com levantamento do IBGE: 625 médicos em atividade, dos quais 354 em Goiânia, 49 em Anápolis e 222 nos demais municípios do interior; 688 dentistas, dos quais 155 em Goiânia; e 591 farmacêuticos (100 na Capital). Funcionavam, naquela data, em todo o Estado, 111 estabelecimentos hospitalares, com 5.429 leitos: 1.880 destinavam-se ao tratamento de tuberculose, lepra, doenças mentais,

pênfigo foliáceo e câncer; 298 eram de sanatórios espíritas, e 3.216 leitos de hospitais gerais, incluindo maternidade e infância.

Projetada uma população de 2,5 milhões de habitantes para Goiás tinha-se 1,3 leitos para 1.000 habitantes, índice muito inferior à média do País que, em 1961, já era de 2,2 leitos para 1.000 habitantes. Os países altamente desenvolvidos possuíam cerca de 10 leitos para 1.000 habitantes.

Como regra geral, a concentração de recursos médicos e hospitalares ocorria nas áreas de produção mais expressiva e maior renda *per capita*.

Havia em Goiás, nessa época, dois quadros: ao sul do Paralelo 13 a relação de um médico para 4.130 habitantes; e ao norte desse Paralelo a proporção de um médico para 28 mil habitantes. A situação era semelhante quando se consideravam os outros profissionais de saúde e os recursos hospitalares e assistenciais.

Goiás possuía 147 municípios sem médicos, e a situação só modificaria, de acordo com os especialistas, com a criação de condições adequadas de trabalho para os profissionais da área, para que se fixassem na região. Outro problema: a falta de enfermeiros, auxiliares de Enfermagem e técnicos de nível médio como laboratoristas, microscopistas, operadores de raios X, educadores sanitários etc.

Em 1963 o Brasil contava com 35.200 médicos, 7.800 enfermeiras e 10 mil auxiliares de Enfermagem. As faculdades de Medicina formavam 2.500 médicos por ano; as escolas de Enfermagem formavam anualmente cerca de 400 enfermeiras e 1.200 auxiliares. Nos Estados Unidos a proporção era de dois enfermeiros e três auxiliares para cada médico. A situação brasileira se invertia, com 4,5 médicos para cada profissional de Enfermagem e de 3,5 médicos para cada auxiliar. Isso significava que muitas tarefas teriam que ser feitas pelo próprio médico ou deixadas de lado, resultando no encarecimento dos custos dos serviços ou na sua menor eficiência, quando se tratava da população como um todo.

As doenças que mais assolavam o Estado, na época, eram verminose, malária e, principalmente, chagas, que vinha aumentando de forma assustadora. Não havia dados em Goiás sobre essas enfermidades, sendo que em São Paulo, de 1940 a 1947, ocorreram anualmente, em média, 74.530 casos de malária, e lá o Governo conseguiu erradicá-la. Também não existiam dados sobre chagas, cuja incidência era menor, mas com efeitos muito piores, por ser um mal que causava sempre a morte da pessoa que a contraía; sua expansão estava tomando aspectos alarmantes; com a contaminação do transmissor, já atingia cerca de 70% dos municípios goianos. Também, foram registrados casos de pênfigo foliáceo, lepra, tuberculose e outras em escala menor. Para o pênfigo, “doença de aspecto desagradável”, como ressaltou o médico Eduardo Jacobson, propôs a construção de um hospital em Goiânia e não em região mais afetada, por considerá-lo um problema ainda desconhecido. As principais causas desses males eram a grande pobreza e as precárias condições de vida,

como má alimentação, habitações péssimas, analfabetismo e, em especial, ignorância e baixo nível de vida.

A sub-nutrição enfraquece o indivíduo, tornando-o menos resistente às doenças. “A pobreza obriga a sub-nutrição”, afirmou o médico, para fazer um alerta sobre esse círculo vicioso: pobreza gera sub-nutrição, sub-nutrição gera doenças e doenças geram pobreza.

Defendeu um plano de saúde para resolver esses problemas:

01. Promover a integração e o aperfeiçoamento dos serviços de saúde nos municípios onde já existam;
02. Promover a instalação de unidades sanitárias nos municípios onde não exista a assistência médica;
03. Promover o recrutamento, seleção e treinamento do pessoal necessário ao funcionamento satisfatório do serviço de saúde;
04. Promover a descentralização da Capital do Estado, mediante a criação e adequado aparelhamento de hospitais regionais, que atendam com eficiência os moradores da região;
05. Promover a erradicação de doenças, como malária e chagas;
06. Promover a educação sanitária como medida no combate às doenças;
07. Desenvolver as atividades de saneamento, por meio do abastecimento de água, remoção e destinação adequada dos dejetos humanos;
08. Promover a melhoria da habitação via campanhas educativas e financiamento pela Companhia Habitacional de Goiás.

Defendeu a educação sanitária como o melhor remédio no combate e na prevenção contra certas doenças, principalmente a verminose, frente às condições de vida existentes. Em 1965 mais de 70% dos exames de fezes de crianças de Goiânia revelaram a existência de vermes, e esse índice deveria ser maior em cidades do interior.

Na época, Goiânia contava com 30% da população abastecida de água e 10% servida de redes de esgotos sanitários. O trabalho educativo daria orientações quanto à construção de fossas higiênicas, para eliminar a incidência de verminose, e à localização dos poços em relação às fossas.

Metas do Programa de Saúde:

1968

01. Ampliação e equipamento da Colônia Santa Marta;
02. Construção e ampliação do Centro Materno-Infantil de Goiânia;
03. Construção e equipamento do Hospital do Pênfigo de Goiânia;
04. Construção e equipamento de pavilhão no Hospital *Oswaldo Cruz*;
05. Construção do prédio do Centro de Saúde de Anápolis;
06. Construção da parte hospitalar da Unidade Mista de Porangatu;
07. Reequipamento do Sanatório *Juscelino Kubitschek (JK)*;

08. Reequipamento do Hospital *Adaauto Botelho*;
09. Equipamento das unidades mistas de Araguaína e Miracema do Norte;
10. Equipamento de quatro unidades sanitárias em Goiânia;
11. Equipamento de unidades sanitárias, do tipo C, nas seguintes cidades: Abadiânia, Alexânia, Amarinópolis, Araçu, Cachoeira Alta, Colinas de Goiás, Córrego do Ouro, Damolândia, Edéia, Estrela do Norte, Fazenda Nova, Itapirapuã, Leopoldo de Bulhões, Maurilândia, Nazaré, Ouro Verde de Goiás, Posse, Sanclerlândia, São Simão, Sítio Novo, Taquaral, Turvânia, Urutaí e Vianópolis;
12. Construção da sede própria e equipamento de 15 unidades sanitárias, do tipo A, nas seguintes cidades: Anicuns, Arraias, Caiapônia, Cristalina, Firminópolis, Formosa, Inhumas, Iporá, Itapaci, Jaraguá, Jataí, Luziânia, Rio Verde, São Miguel do Araguaia e Tocantinópolis;
13. Equipamento da Superintendência e do Laboratório Central;
14. Obras de higiene e saneamento no Estado.

1969

01. Construção e equipamento de 11 unidades sanitárias, do tipo A, nas seguintes cidades: Aragarças, Britânia, Fazenda Nova, Goiandira, Goiás, Itaberaí, Itauçu, Itumbiara, Paraíso do Norte, Trindade e Xambioá;
02. Equipamento de 24 unidades sanitárias, do tipo C, nas seguintes cidades: Aloândia, Ananás, Anhanguera, Aruanã, Baliza, Bom Jesus de Goiás, Caçu, Campinorte, Cristianópolis, Cromínia, Filadélfia, Formoso, Hidrolina, Itajá, Miranorte, Montes Claros de Goiás, Mutunópolis, Palmelo, Panamá, Pindorama, Santa Rosa de Goiás, Santa Tereza de Goiás, São João D'Aliança e Tupiratins;
03. Equipamento da Unidade Mista de Porangatu;
04. Conclusão e equipamento do Centro de Saúde de Anápolis;
05. Equipamento da Superintendência e do Laboratório Central;
06. Equipamento da rede hospitalar;
07. Obras de higiene e saneamento no Estado;
08. Reforma de prédios e reequipamento geral do setor.

1970

01. Equipamento de 26 unidades sanitárias, do tipo C, nas seguintes cidades: Alvorada, Arapoema, Avelinópolis, Barro Alto, Bom Jardim de Goiás, Cabeceiras, Caturaí, Cavalcante, Cirinópolis, Crixás, Damianópolis, Itacajá, Ivolândia, Jaupaci, Mara Rosa, Moiporá, Novo Brasil, Palminópolis, Pium, Ponte Alta do Norte, Portelândia, Santa Rita do Araguaia, Santa Terezinha de Goiás, São Francisco de Goiás, São Sebastião do Tocantins e Serranópolis;

02. Obas de higiene e saneamento no Estado;
03. Equipamento da Superintendência e do Laboratório Central;
04. Equipamento da rede hospitalar;
05. Reforma de prédios e reequipamento geral do setor.

O Governo decidiu implantar uma nova política de saneamento em Goiás, eliminando a ação paternalista vigente, de doação indiscriminada de verbas para a construção de poços artesianos, que levava à pulverização dos recursos estaduais para a área. A mudança de mentalidade teve um objetivo: cobrar pela água que fornecia, com a construção de sistemas de abastecimento, acabando com as doações e as transformando em financiamento. Dessa forma, forçava a cobrança de um valor real pelo produto e ampliava os recursos da área. Ao mesmo tempo, implantava também serviços de esgoto sanitário.

Com esses serviços, o Governo promoveria a saúde mediante o controle de condições ambientes com medidas de proteção e prevenção necessárias, principalmente considerando que prevenir doenças acarreta menores dispêndios do que o tratamento curativo.

Dados estatísticos mostravam que em 12 dos 17 países da América Latina as doenças diarréicas continuavam sendo a causa da morte de crianças de um a quatro anos. Nos outros países, tais doenças estavam entre as cinco principais causas.

Pela experiência, a implantação ou a melhoria dos sistemas de abastecimento de água e de esgoto sanitário trazia como reflexo imediato a redução do índice de mortalidade, sobretudo a infantil, ocasionada por doenças de transmissão hídrica (desinteria bacilar, febre tifóide etc.).

Goiás atendia, na época, 30% da população urbana (280 mil pessoas), com sistemas de abastecimento de água em 26 cidades: Anápolis, Arraias, Buriti Alegre, Bela Vista de Goiás, Caldas Novas, Catalão, Dianópolis, Formosa, Goiandira, Goiânia, Goianira, Goiás, Ipameri, Itaberaí, Itumbiara, Jataí, Mineiros, Morrinhos, Niquelândia, Orizona, Pirenópolis, Pires do Rio, Rio Verde, Santa Cruz de Goiás, Silvânia e Trindade.

Quatorze cidades estavam com as obras de construção de seus sistemas de abastecimento de água adiantadas: Cristalina, Cabeceiras, Luziânia, Pedro Afonso, Porto Nacional, Piracanjuba, Goiatuba, Anicuns, Jaraguá, Goianésia, Natividade, Pontalina, Paraúna e Alto Paraíso.

Cinco cidades possuíam serviços de esgoto sanitário: Anápolis, Goiânia, Itumbiara, Jataí e Rio Verde; e duas com sistemas de esgoto sanitário em construção: Catalão e Morrinhos.

A situação de Goiás em confronto com a nacional era bastante desfavorável: 44% das cidades brasileiras eram atendidas com abastecimento de água e 23% com serviço de esgoto sanitário, enquanto apenas 11,8% das cidades goianas possuíam sistemas de água e 2,2% eram beneficiadas com esgoto sanitário.

1966	Brasil (+)		Goiás (++)	
Serviço	Cidades	Percentual	Cidades	Percentual
Água	1.744	44%	26	11,8%
Esgoto	911	23%	5	2,2%
Total	3.963	–	222	–

Fonte: (+) Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM)

(++) Departamento Estadual de Saneamento (DES)

O Plano Trienal previu para 1968/70 a ampliação dos sistemas de abastecimento de água em 20 cidades do interior e a construção e inauguração de uma etapa útil dos serviços de água para 55 cidades. Os serviços de esgoto sanitário de quatro cidades seriam ampliados e outras 17 cidades dotadas desse sistema.

Habitação

Um dos mais sérios problemas da época nas cidades, diante do crescimento dos centros urbanos em função do êxodo rural, a moradia passou a ser uma das grandes aspirações da população. De acordo com estudo do Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, com o título de *‘Desenvolvimento Urbano no Brasil’*, a Organização das Nações Unidas (ONU) previa, em outubro de 1961, que cerca de 170,945 milhões de habitantes (54% do total de 314,944 milhões) da América Latina estarão vivendo em núcleos urbanos em 1975.

Nas décadas de 1950 e 1960 o Brasil foi um dos países latino-americanos que apresentou maior aumento percentual de população urbana. Esses índices ainda não eram de assustar, conforme o economista Rubens M. Pereira, em relatório divulgado no começo de 1967, mas passavam a preocupar, com a adoção de políticas para atenuar as imprevisíveis consequências da explosão demográfica nas cidades.

O deficit habitacional tendia a aumentar diante de outro problema: 2,5 milhões de crianças nasciam anualmente, traduzindo numa necessidade de se fazer, a cada ano, mais 500 mil moradias. Segundo dados oficiais, só em 1960 o déficit era de 3,799 milhões de habitações e, nos 10 anos seguintes, a necessidade de oito milhões de novas casas.

A Lei nº 4.380, de 21 de setembro de 1964, criou o Banco Nacional da Habitação e a política de estímulo à construção da casa própria, com financiamento, em condições acessíveis, para atender as camadas menos favorecidas. A Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego), um dos agentes financeiros dessa política, criou a sua Carteira Habitacional em 1966 e no ano seguinte, até setembro, mesmo com poucos recursos, já tinha financiado

1.722 unidades: em Goiânia foram 421 construções, 436 aquisições, 423 pelo Plano Impacto e 324 pela Resolução R-2/67; e em Anápolis, 65 construções, 17 aquisições e 36 pelo Plano Impacto.

A Companhia Habitacional do Estado de Goiás, criada pela Lei nº 6.560, de 12 de maio de 1967, para planejar e desenvolver projetos de interesse social, programou construir, no triênio 1968/70, habitações em 65 cidades goianas. Com projetos entre 100 e 300 casas, a previsão era para construir 8.211 unidades, com média de 126 casas por núcleo.

Sistema administrativo do Estado

Quando Otávio Lage assumiu o sistema administrativo do Estado de Goiás era composto por três formas de serviços estatais: dependentes, autônomos e paraestatais, reestruturados pela Lei nº 3.999, de 14 de novembro de 1961. Os serviços estatais dependentes eram aqueles sujeitos à direção, mediata ou imediata, do Governo, sendo integrados pelas Secretarias de Estado e órgãos complementares, como Polícia Militar, Ministério Público e Procuradoria Geral do Estado. Serviços autônomos eram os constituídos pelas entidades autárquicas ou assemelhadas, que se mantinham sob o controle, mediato ou imediato, do Governo. Já os serviços paraestatais eram prestados por empresas públicas, industriais ou comerciais, organizadas sob o sistema de sociedade de economia mista, com a participação majoritária do Estado.

Integrando os serviços estatais dependentes, as Secretarias de Estado tinham duas classificações: na primeira, de Assuntos de Administração Geral, estavam quatro – do Governo, da Fazenda, da Administração e do Planejamento e Coordenação, e três órgãos complementares – PM, MP e PGE; e, na segunda, para Assuntos Específicos, duas cuidavam de questões ligadas ao progresso social – da Educação e Cultura e dos Serviços Sociais –, duas tratavam de assuntos políticos, bem-estar social, de polícia e ordem pública – do Interior e Justiça e da Segurança Pública –, e três eram ligadas ao desenvolvimento econômico – da Agricultura, da Indústria e Comércio e de Viação e Obras Públicas.

Órgãos ligados à Governadoria do Estado, inclusive ao sistema orçamentário, por intermédio das Secretarias de Estado com atividades que guardavam afinidades, os serviços estatais autônomos eram vinculados por área: à Secretaria do Governo estavam o Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (Cerne), a Organização de Saúde do Estado de Goiás (Osego) e a Escola de Formação de Operadores e Mecânicos de Máquinas Agrícolas e Rodoviárias de Goiás (Efomargo); à Secretaria da Fazenda ficavam a Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego) e a Loteria do Estado de Goiás (LEG); à Secretaria da Administração apenas o Instituto de Previdência

e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo); à Secretaria do Planejamento e Coordenação eram duas vinculadas: a Superintendência das Obras do Plano de Desenvolvimento (Suplan) e a Companhia Habitacional do Estado de Goiás (Chego); à Secretaria da Educação e Cultura apenas a Escola Superior de Educação Física do Estado de Goiás (Esefego); à Secretaria do Interior e Justiça também apenas o Centro Penitenciário de Atividades Agrícolas e Industriais de Goiás (Cepaigo); à Secretaria da Agricultura igualmente um: Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago); e à Secretaria de Viação e Obras Públicas eram quatro: Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (Dergo), Departamento Estadual de Saneamento (DES), Departamento de Telecomunicações de Goiás (Detelgo) e Superintendência das Obras da Cidade Industrial de Goiânia.

Constituídos pelas empresas públicas e sociedades de economia mista, nas quais o Estado figurava como acionista majoritário, os serviços paraestatais também eram vinculados: à Secretaria do Governo ficavam a Centrais Elétricas de Goiás (Celg) e a Metais de Goiás S/A (Metago); à Secretaria da Fazenda ficavam outros dois: o Banco do Estado de Goiás (BEG) e a Companhia de Seguros do Estado de Goiás (Cosego); à Secretaria da Agricultura, a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (Casego); à Secretaria da Indústria e Comércio, a Indústria Química de Goiás S/A (Iquego); e à Secretaria de Viação e Obras Públicas apenas o Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A (Crisa). Ao lado dos órgãos paraestatais vinham duas fundações, vinculadas à Secretaria do Governo: Fundação Estadual de Esportes (FEE) e Fundação Faculdade de Ciências Econômicas de Anápolis.

Em 1968, já conhecendo melhor a estrutura e buscando torná-la mais dinâmica, melhor planejada e mais coordenada, inclusive contemplando novas áreas de atividades, o Governo fez mudanças. Enviou à Assembléia Legislativa projeto de lei referente à reforma administrativa do Estado, adotando diretrizes do Decreto Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, quando foram criadas três Secretarias, passando-as para 14: da Saúde, de Transportes e de Minas e Energia, e que foi aprovado. Com as alterações, as atividades da administração estadual passaram a obedecer a cinco princípios fundamentais: planejamento, coordenação, descentralização, delegação de competência e controle. Ao mesmo tempo, o sistema foi dividido em administração direta, constituída pelos órgãos integrados à Governadoria e às Secretarias de Estado; e administração indireta, formada pelas autarquias, empresas públicas, fundações e sociedades de economia mista, vinculadas às respectivas secretarias.

A ação governamental passou a ser condicionada a planejamento tendo como objetivo o desenvolvimento econômico-social do Estado e a garantia da ordem e segurança pública. Orientava planos e programas de ação previamente

aprovados pela Assembléia Legislativa do Estado. Cada Secretaria de Estado propunha suas ações, que encaminhava à Secretaria do Planejamento para elaborar, consolidar e coordenar os programas, a programação geral e a respectiva proposta de Orçamento Plurianual. Em seguida, as Secretarias da Fazenda e do Planejamento e Coordenação elaboravam, em conjunto, a cada ano, o Plano de Desembolso Financeiro.

As 14 Secretarias de Estado:

- . Secretaria do Governo
- . Secretaria da Fazenda
- . Secretara da Administração
- . Secretaria do Planejamento e Coordenação
- . Secretaria da Educação e Cultura
- . Secretaria da Saúde
- . Secretaria do Interior e Justiça
- . Secretaria da Segurança Pública
- . Secretaria da Agricultura
- . Secretaria da Indústria e Comércio
- . Secretaria de Transportes
- . Secretaria de Obras Públicas
- . Secretaria de Minas e Energia
- . Secretaria de Serviços Sociais

O quadro de pessoal da administração pública centralizada era formado por 17.199 funcionários (2% da força de trabalho disponível na economia estadual).

Era pequena a participação de pessoas de nível superior nos serviços do Estado. Dentre as justificativas, a escassez de equipamentos e de material permanente, pouca coordenação entre os órgãos similares, desestímulo salarial, ausência de carreira no Serviço Público etc.

Nível	Números absolutos	%
Superior	377	2,2
Médio	12.207	71,0
Auxiliares	4.615	26,8
Total	17.199	100,0

Metas para Polícia Civil

1968

01. Construção e equipamento de três distritos policiais em Goiânia;
02. Conclusão e equipamento do Instituto de Pesquisas Policiais em Goiânia;

03. Ampliação e modificação da Casa de Detenção em Goiânia;
04. Construção e equipamento das Delegacias Regionais de Formosa, Firminópolis, Goiás, Araguaína, Ceres e Jataí;
05. Construção e equipamento do Necrotério da SSP;
06. Construção e recuperação de prédios no Cepaigo.

1969

01. Equipamento de duas delegacias distritais em Anápolis;
02. Construção e equipamento de um Distrito Policial em Goiânia;
03. Início da construção do conjunto industrial do Cepaigo;
04. Construção e equipamento das Delegacias Regionais de Gurupi, Dianópolis, Itumbiara e Pires do Rio.

1970

01. Conclusão do conjunto industrial do Cepaigo.

Metas para Polícia Militar

1968

01. Construção de residências para oficiais em Araguaína;
02. Construção e equipamento de um pavilhão para o Centro de Formação de Oficiais;
03. Construção e equipamento do alojamento do Batalhão Anhanguera;
04. Construção da praça de esportes do Departamento de Instrução (DI) da PM.

1969

01. Construção de residências para oficiais em Rio Verde;
02. Construção e equipamento de um pavilhão para o Curso de Formação de Graduados no DI;
03. Construção e equipamento do Quartel do Batalhão Escolar.

1970

01. Construção e equipamento do Quartel da Polícia Rodoviária;
02. Construção do Quartel da Companhia Araguaia em Goiás.

Serviços bancários

Sucessor do Banco Imobiliário e Mercantil do Oeste Brasileiro S/A, que já tinha incorporado a Casa Bancária Vieira Coelho e o Banco de Goiás S/A,

o Banco do Estado de Goiás (BEG), criado pela Lei 586, de 14 de novembro de 1951, começou a funcionar em 1955, com agências em Anápolis, Ceres, Goiânia, Goiás, Ipameri e Nerópolis. Depois, foram instaladas agências no bairro de Campinas, em Goiânia, em 1955; Luziânia (1956); Brasília (1958); Rio de Janeiro (1959); Catalão, Jataí e Rio Verde (1961); Goiatuba, Gurupi, Orizona, Santa Helena de Goiás e Trindade (1963); Bairro Popular, em Goiânia, Cristalina, Jaraguá, Palmeiras de Goiás, Paraúna, Silvânia e Uruana (1965).

De acordo com o seu quadro de movimentações financeiras, até 30 de junho de 1967 o comércio absorvia 42,4% das aplicações; e a agricultura, 22,26%, com um crescimento, entre 1964 e 1967, de 85,6%. Foram emprestados recursos, também, a prefeituras, particulares, pecuária, indústria e ao Governo do Estado.

O Plano de Metas definiu um programa de desenvolvimento da agricultura tendo o crédito rural como instrumento econômico capaz de proporcionar o aumento da produtividade. Objetivo: a melhor utilização dos fatores de produção, contemplando as necessidades de capital para financiamento de custeio das atividades. Para tanto, considerou aspectos peculiares ao meio, como o conservadorismo e a falta de conhecimentos técnicos capazes de melhorar as condições de exploração existentes, para que as inversões efetuadas concorressem para a elevação da produtividade.

Paralelamente, propôs um programa de assistência técnica, para propiciar aos usuários do crédito novos conhecimentos para melhorar os métodos empíricos utilizados. Também, para auxiliar o produtor rural a melhor distinguir os principais problemas de sua empresa e adotar as soluções que possibilitassem melhores resultados econômicos.

O crédito de custeio, acompanhado de assistência técnica, oferecia oportunidade apropriada para a difusão, entre os agricultores, de novas ideias. Dentre essas, a utilização de boa semente, emprego de fertilizantes e inseticidas e práticas agrícolas capazes de aumentar a produtividade pela utilização mais eficiente dos fatores de produção disponíveis.

Das agências existentes, 22 situavam-se no interior e mais cinco em expansão, facilitando a aplicação do crédito rural no próprio município, pela Carteira de Crédito Agrícola, além de recursos do Banco Central e de fontes internacionais, como BIRD, BID e AID.

A Carteira de Crédito Comercial e Industrial, prevista no estatuto de 1954, somente 10 anos depois fez sua primeira operação de financiamento industrial, e nesse ano contratou 19 empréstimos. Em 1966 firmou contrato com o então Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE),

para financiamento de projetos de implantação ou expansão de pequenas e médias empresas industriais privadas. Os recursos eram do Programa de Financiamento à Pequena e Média Empresa (Fipeme) e do Fundo de Financiamento de Máquinas e Equipamentos (Finame).

Distorções, inoperância e deficiências na Metago

Os planos iniciais, de extinção da Metais de Goiás (Metago) e sua encampação pela Secretaria da Agricultura, foram radicalmente mudados, passando a lutar pela recuperação de suas finanças e para imprimir o caráter de empresa de mineração, para implantá-la em definitivo.

No diagnóstico, descobriu-se o desvio de suas finalidades, de prospecção e pesquisa sistemática, enveredando pelo simples comércio de minérios de garimpos, acumulando prejuízos e dando a falsa ideia de dinamismo. Promovia desapropriações desordenadas de terras de particulares, buscando apropriar-se de direitos de terceiros, sem condições de operação. Havia uma sequência desordenada de requerimentos de pesquisas, que não eram realizadas; e procurou-se oferecer a imagem de defesa dos interesses nacionais, em custosas campanhas de divulgação, que não condiziam com a prática.

As subsidiárias Grafisa e Mibrace, estruturadas sem qualquer condição de funcionamento, eram inoperantes e não passavam de instrumentos de sucção das minguidas economias da empresa.

A falta de recursos financeiros, aliada à errônea orientação, fazia com que o setor técnico não ultrapassasse as fases preliminares de qualquer trabalho, por falta de pessoal habilitado, de equipamentos essenciais e de material de acampamento. Embora tivesse laboratório relativamente bem instalado, faltavam equipamentos, reagentes, vidraria e pessoal; e ainda, para agravar, as sucessivas substituições de diretores não permitiam a continuidade de qualquer plano.

Os balanços financeiros da empresa refletiam uma situação insustentável, com sua espiral de prejuízos, que atingiam, em 1967, a Cr\$ 176.936,97, provocados por uma série de erros, inclusive excesso de pessoal, desnecessário e mal remunerado

Na sequência, o Governo decidiu rever seus planos.

Anexo 2

OS RESULTADOS DE UMA GESTÃO PRODUTIVA

“Estou voltando para casa, para o meu trabalho de fazendeiro e de lavrador, para o convívio dos homens simples que amanham a terra”, afirmou Otávio Lage no relatório final de sua gestão, prestando contas de seus cinco anos à frente do Executivo goiano. “Concluímos hoje um trabalho conjunto de povo e Governo – trabalho honesto, permanente, bem intencionado. Trabalho de uma equipe de homens capazes e dignos. Trabalho de um povo bom, justo e generoso”.

Ao fechar 1.870 dias “de luta, de ação e de trabalho, voltados para os grandes problemas de nossa terra”, enfatizou: “Goiás não é o mesmo de cinco anos atrás”. E enumerou: o Estado possui agora mais estradas, diminuindo distâncias e o norte está mais perto; a energia chegou às pequenas cidades do interior e acordou as fazendas; ampliaram-se as portas do saber, em mais escolas para a infância e a juventude.

Há mais recursos – assinalou – para atendimento ao povo, na saúde pública, que buscou também o norte desamparado; a agropecuária já sente o Governo não apenas nos talões de impostos; as telecomunicações ligam o Estado a si mesmo e o integra definitivamente à comunidade brasileira.

“Alegra-me verificar que há paz em meu Estado: paz no espírito do cidadão, individualmente; paz no seio da família; paz como produtor da ordem, como consequência da segurança; paz como razão do esforço de um valoroso pugilo de homens que trabalham sem desfalecimentos, que procuraram sempre organizar-se melhor, aprimorar seu elemento humano, modernizar o seu equipamento – autênticos guardiães da tranquilidade geral; e paz como fruto da ampliação das atividades da Justiça”.

“Esta é, para mim, a maior conquista, pois sem esse ambiente muito pouco se poderia fazer. E como alcançamos isso? Simplesmente porque no exercício do Poder vi a melhoria das condições humanas como a primeira meta a ser buscada – a sua dignidade como um bem a ser preservado. Goiás vive em paz e essa é a maior garantia do seu grandioso futuro, objetivo a

ser plenamente alcançado, pois não faltam a essa terra, mercê de Deus, os elementos indispensáveis a tão relevante missão”.

Depois dos agradecimentos, concluiu:

“De 1966 até agora meu governo procurou, diuturnamente, construir aqui as bases de nossa própria maioria, com fé, confiança e muita honestidade. Se muito há que se fazer, muito foi feito e mais ainda se fará e, por isso, tranquilizo-me. Tranquilizo-me por estar certo de que não serei incluído entre aqueles que simplesmente passaram pela vida e, porque assim é, tenho a consciência tranquila e sobretudo estou em paz. Estou em paz comigo mesmo, em paz com os homens, em paz com meu Estado, em paz com Deus e em paz com a História”.

Situação e evolução demográfica

A população goiana era muito jovem: entre 1940/50, 73% tinham menos de 30 anos de idade, percentual que caiu para 70% em 1960. No quinquênio, a população escolarizável, de sete a 14 anos de idade, representou 17% do total, numa verdadeira explosão de demanda de matrículas adicionais no ensino elementar. Ciente da importância da educação no desenvolvimento, o Governo ofereceu matrículas adicionais anuais três vezes mais intensamente (12%) que a demanda (4,3%).

A população total cresceu à taxa geométrica de 4,33% ao ano. Em 1966 eram 2.416.500 habitantes e, em 1971, já tinha ultrapassado os três milhões. Excetuando Brasília, foi a terceira unidade federativa em maior crescimento populacional, superado apenas pelo Amapá e Paraná. O êxodo rural começou, de forma significativa, nesse período.

Anos	População urbana	% do total	Taxa de incremento
1950	245.667	20,2	9,33
1960	599.404	30,7	9,05
1970	1.216.196	40,7	

Anos	População rural	% do total	Taxa de incremento
1950	969.243	78,8	3,41
1960	1.355.458	69,3	2,75
1970	1.770.819	59,3	

Mesmo com os maciços investimentos na infraestrutura econômica e social, para criar as pré-condições ao desenvolvimento e de oferta de emprego, 25% da população apta a produzir (idade entre 13 e 59 anos) ainda estavam à margem da formação do produto interno, taxa que era mais elevada em 1965.

Em 1950, 31% do total demográfico goiano eram formados pela população economicamente ativa. Em 1960 essa percentagem se manteve, mas desde 1960 e, sobretudo, durante o quinquênio 1966/70, o percentual aumentou em decorrência dos investimentos na educação primária, na saúde pública e no saneamento básico.

Comportamento da economia

O desempenho da economia goiana, ao longo de 20 anos (1940/60), apresentou uma curva exponencial com taxa geométrica de crescimento de 8% ao ano, no período, valor bastante superior à média brasileira, e a renda *per capita* cresceu à taxa de 3,1% ao ano, no período. Como consequência, a estrutura da economia se transformou: nos cinco primeiros anos (1950-54) a participação dos setores primário, secundário e terciário na formação da renda interna foi de 65%, 4,5% e 31,5% respectivamente, enquanto no período de 1966-70 tais percentuais passaram a ser de 51,4%, 8,2% e 40,4%. Houve perda de valor na participação da agropecuária, quase duplicação da indústria e acréscimo substancial da renda no setor terciário, variações representativas da expansão da economia. Foi um crescimento contínuo e sustentado.

Durante mais de um decênio o Governo Federal interveio na economia agropecuária, na fixação de preços mínimos, tabelamento de preços de produtos alimentícios e oferta ou retirada de créditos agrícolas, sacrificando os produtores. A pecuária goiana foi a mais prejudicada e sua renda praticamente se manteve constante ou em baixa ao longo do período, não obstante dispor o Estado de ótimas pastagens, grande rebanho de boa qualidade e excelentes condições sanitárias e climáticas. O tabelamento injusto e desigual levou criadores à miséria, provocou o abate descontrolado e excessivo de fêmeas e só no último ano (1970), com a eliminação do tabelamento, houve sinais de recuperação.

O Governo de Goiás apoiou e dinamizou a atividade agrícola. Em suas iniciativas procurou racionalizar a agricultura e favorecer o seu crescimento equilibrado pela diversificação de culturas, das práticas conservacionistas, da utilização eficiente de adubos e da água, e da oferta de créditos e equipamentos ao agricultor. Igualmente, fomentou as culturas de soja e algodão, mais resistentes às secas eventuais, que ofereciam maior renda por hectare cultivado e tinham maior mercado consumidor, em outros estados e no exterior.

Considerou ainda que ambas absorviam muita mão-de-obra, na fase agrícola e na industrialização, além de deixar, como resíduo, tortas de grande valor alimentício para o gado.

A economia goiana enfrentava índice alarmante de desemprego e subemprego e o governo temia que a situação piorasse. A produção industrial havia crescido, mas ainda era pequena para gerar os empregos necessários, enquanto a tecnologia aplicada no campo reduzia a oferta de oportunidades de trabalho. Havia também a dependência da tecnologia importada, geralmente poupadora de mão de obra.

Receita, despesas e reestruturação de órgãos públicos

A receita pública de Goiás, de 1966 a 1970, registrou um crescimento surpreendente, embora a ocorrência de fatos que poderiam determinar, senão um decréscimo, pelo menos sua estagnação. O Governo, desde o início, preocupou-se com o elenco de taxas existentes, pois eram aumentos indiretos de tributos estaduais (Taxa de Eletrificação, Taxa de Saúde e Assistência) ou de incidência em campo concorrente (Taxa de Desenvolvimento Econômico). E decidiu pela universalização da cobrança dos tributos, “prática muito mais difícil do que o cômodo meio de alterar as alíquotas para atingir o mesmo fim”.

Reconheceu que as taxas representavam muito no financiamento de programas significativos para o desenvolvimento e por isso tomou a decisão de não extingui-las de imediato; antes, era preciso incrementar o crescimento da receita total para não causar sérios danos às finanças estaduais. Em 1966 acabou com a Taxa de Desenvolvimento Econômico e as outras, pouco depois.

Outro problema que teve de solucionar, logo no início do quinquênio, foi o da implementação do novo Sistema Tributário Brasileiro, instituído pela Emenda Constitucional nº 18, de 1º de dezembro de 1965. Ele modificou substancialmente o esquema tributário dos estados, sobretudo pela substituição do antigo Imposto sobre Vendas e Consignações pelo incidente na circulação de mercadorias (ICM), que atribuiu à competência estadual pela nova participação constitucional das fontes tributárias. O novo tributo foi recebido com reservas pelo Fisco, que temia viesse a se revelar ineficiente ou incapaz de produzir recursos financeiros em igual magnitude do incidente nas vendas e consignações de mercadorias.

O governo o encarou com otimismo, pois grande parte das medidas tendentes à universalização da cobrança tributária já tinha sido tomada e estava em implantação, com bons resultados. Destacava-se a instituição do Cadastro dos Contribuintes do Estado, que começou a ser colocado em prática no último trimestre de 1966. E indicou a relevância das medidas, bastando assinalar que o número de contribuintes (comerciantes, industriais e agropecuaristas): era de 18 mil e passou para cerca de 105 mil em janeiro de 1967.

Os bons resultados em matéria de receita pública pouco ou nenhum significado têm para a coletividade se a despesa pública não for utilizada com segurança e eficiência, traduzindo em obras e serviços para a sociedade. Com esse princípio basilar, o Governo realizou grande número de obras públicas, todas objetivando a melhoria de vida do cidadão, ao implantar a infraestrutura capaz de assegurar o desenvolvimento em ritmo cada vez mais acentuado.

Essa medida só foi possível com um comportamento que, na maioria das vezes, não agradou, como a política salarial do quinquênio. Princípio adotado: não aumentar a despesa com pessoal, mantendo-a em nível a não impor sacrifícios aos funcionários públicos, que viriam se não houvesse periódicas correções dos salários.

Crescimento efetivo e de maior significado de despesas de pessoal foi registrado a partir de 1969, com o aumento quantitativo do professorado do Estado, necessário para atender a demanda de ensino e dotar de pessoal as escolas recém-construídas, insuficientemente dotadas, ou melhor aproveitar as existentes, ampliando o número de vagas em cada uma.

Pressionou as despesas correntes, para que crescessem em limites das reais necessidades, para permitir maiores parcelas dos recursos financeiros aplicadas em obras e serviços relevantes para o desenvolvimento do Estado. Além de contribuir para a dinamização dos órgãos públicos, conseguiu-se uma ampliação das despesas de capital.

A arrancada reformista deflagrada pelo Decreto-Lei 200, ampliado e reforçado pelo Ato Institucional nº 8, promoveu na mentalidade político-administrativa dos responsáveis pela condução e gerência da coisa pública o primeiro passo substancial: a implantação de uma política de atualização contínua e sistemática dos métodos, técnicas e processos de trabalho. Como consequência, o Governo goiano iniciou a reestruturação administrativa da Secretaria da Fazenda: eliminou os pontos de estrangulamento e propiciou maior eficiência e rapidez no desempenho de suas atribuições específicas, em virtude do desemperamento, simplificação e distribuição mais equânime das tarefas que lhe eram afetas.

A simples adoção dessa estrutura orgânica mais flexível trouxe mudanças na psicologia do agente fazendário, com reflexos nos servidores de outras secretarias. A autonomia conferida a cada unidade administrativa, para a manipulação e gasto de suas verbas, emprestou dinamismo e funcionalidade ao sistema, aumentando a produtividade e eficiência aos órgãos diretamente subordinados ao Governador.

A reforma não visou a redução dos gastos com pessoal e material, mas o aumento da receita estadual, pela redistribuição, simplificação e dinamização dos serviços, com base numa política de descentralização de atividades. A

implantação parcial do sistema proporcionou também um decréscimo nas despesas com cargos em comissão e funções gratificadas. A própria função do Secretário da Fazenda, antes restritas a tarefas simples, rotineiras e delegáveis, e ao pagamento de processos, foi retomada: passou a atrair para os cofres públicos a maior soma de recursos para fazer face às diversas demandas de capital impostas pelo processo de desenvolvimento.

Reforma fiscal e pioneirismo na arrecadação do ICM

Para dotar o Estado de uma legislação fiscal compatível, o Governo instituiu uma comissão de técnicos de reconhecida capacidade e larga vivência nos problemas fazendários. Nos objetivos, promover a revisão e ampliação do Cadastro Fiscal de Contribuintes e a reformulação do Regulamento Geral do Fisco, em função dessa legislação que, entre outras inovações, instituiu o ICM como principal receita estadual, e a revisão, atualização e consolidação das leis tributárias num único documento.

O trabalho da comissão surtiu efeito: o Cadastro de Contribuintes foi ampliado em mais de cinco vezes; o pagamento das dívidas atraiu a simpatia e aumentou a área abrangida pela ação fiscal no setor privado; e o Regulamento do Fisco sofreu modificações de profunda repercussão no seio do funcionalismo da Secretaria. O Código Tributário do Estado foi revisto, com a introdução de novas leis tributárias e criação de outra estrutura para os tributos estaduais, com inovações também no processo de sua arrecadação.

Goiás foi o único Estado da Federação a arrecadar o ICM no dia 1º de janeiro de 1967, quando entrou em vigor. Isto se tornou possível em virtude de um plano previamente estabelecido para difusão, em todo o interior, das instruções relativas ao comportamento adotado por funcionários e contribuintes para o lançamento e arrecadação do tributo. Foi um trabalho pioneiro na implantação desse sistema tributário, que possibilitou a mecanização das Coletorias, pois os dados lançados eram reais e não presumidos. Chegou ao final da gestão com 40 coletorias funcionando, com modernos equipamentos para a arrecadação das rendas estaduais, e outras 40 em fase de implantação.

Funcionalismo público

Para acompanhar e incentivar o ritmo de progresso em todos os setores, o Governo sentiu a necessidade de ampliar seu contingente de servidores, dispensando tratamento especial na formação e no aperfeiçoamento do pessoal. Todos foram direta ou indiretamente beneficiados, com o incremento de mão-de-obra capaz, escolhida em concurso público, e também em virtude de aumentos salariais concedidos com base nos percentuais oficiais. Esses

periódicos reajustes tiveram o mérito de minimizar a queda do poder aquisitivo dos servidores, em face da contínua desvalorização da moeda nacional e do processo inflacionário.

No início do Governo o Estado contava com 21.424 servidores, número que subiu, em cinco anos, para 33.235, num crescimento de 11.811 admissões, que correspondiam a 35,5%.

A receita do Estado estava, na época, comprometida com o funcionalismo em 69%, restando para investimento a parcela de 31%.

Para sustentar o gigantesco esforço do governo em promover e intensificar o desenvolvimento em todos os setores, a despesa com pessoal cumpriu uma evolução relativamente lenta, se comparada com o crescimento real da receita. Esses dados adquirem maior importância ao se considerar que, paralelamente à redução dos gastos com pessoal, o setor cresceu quantitativa e qualitativamente com o ingresso de novos servidores e a realização de cursos de treinamento e especialização.

O quadro do funcionalismo do Estado passou por transformações para integrá-lo na dinâmica do desenvolvimento econômico e social. Também em função da política de pessoal, partida do Governo Federal, contrária aos interesses de pessoas, grupos ou classes, orientada no sentido de proporcionar o maior bem ao maior número de servidores. O surto de progresso do quinquênio atestou a compreensão e a colaboração do funcionalismo público na realização das obras de sua competência.

Nesse período houve um acréscimo de 120% no quadro docente do ensino primário, aumentando também o número de delegacias de 20 para 37 e duplicando o de salas de aula, bem como o de matrículas. A população de sete a 14 anos, em 1966, era de 432.827 crianças, número que cresceu na percentagem anual média de 4,33%, enquanto a oferta de matrículas nas escolas do Estado seguiu a um ritmo de 12,3% ao ano. Diminuiu a grande massa de crianças sem escola.

No ensino médio procurou dotar a rede escolar de melhores condições de funcionamento, intensificando a luta por treinar e aperfeiçoar o contingente de professores. Ao mesmo tempo cresceu o número de salas de aula, em virtude da introdução de melhorias, ampliações e reformas nos prédios já existentes, encampações de escolas particulares em diversas cidades e construção de várias outras, nas requintadas técnicas requeridas pelo ensino moderno. O quadro de professores cresceu 35,2% ao ano.

Dos servidores admitidos no período, 91,04% (10.753) foram para a educação, para atender os investimentos na área, e os restantes 8,96% em outros cargos do Estado. Promoveu-se o aprimoramento contínuo e sistemático dos métodos e técnicas utilizados nas atividades educacionais, por meio de cursos periódicos de aperfeiçoamento e especialização. Foram realizados, em média, 40 cursos por ano.

As obras realizadas forçaram o aumento das despesas correntes, pois não bastava construir escolas, hospitais, estradas de rodagem etc., trabalho que se complementava com a respectiva funcionalidade e sua manutenção.

Agropecuária

A agropecuária em Goiás, de rentabilidade baixa e dependente das condições climáticas, em especial a rizicultura, foi o setor predominante na formação da renda interna do Estado e exigiu maiores cuidados da parte do Governo. Dentre as medidas, a experimentação agrícola em canteiros nas propriedades particulares, com a colaboração dos próprios fazendeiros e participação de técnicos da Secretaria da Agricultura e de seus órgãos, como a Associação de Crédito e Assistência Rural de Goiás (ACAR-Goiás); a análise de solo; o fomento ao uso intensivo de adubos, cujo consumo passou de 107 toneladas em 1966 para 25.342 toneladas em 1970; controles fito-sanitários; financiamento de tratores de esteira aos agricultores; empenho junto aos bancos do Brasil e Central por créditos mais amplos e em melhores condições, e ampliando os empréstimos concedidos pela Carteira Agrícola do Banco do Estado de Goiás.

Também, buscou aumentar a rentabilidade do setor, com o fornecimento de sementes selecionadas, pela Secretaria da Agricultura, e a construção de moderna usina de beneficiamento de sementes.



Lavoura de algodão

Procurou influir na comercialização mais favorável dos produtos agrícolas, atuando junto à Comissão de fixação de preços mínimos. Também, ampliou a capacidade de armazenamento, facilitando a entrega dos “warrants”

e o seu desconto junto aos estabelecimentos de crédito oficiais, financiamento da sacaria e dos fretes até os armazéns gerais, e protelando o pagamento do ICM para depois da venda dos produtos.

Ainda, incentivou a diversificação das lavouras, a introdução da cultura altamente tecnificada de algodão em área escolhida (Santa Helena de Goiás), o combate às doenças e insetos daninhos e a orientação técnica constante aos fazendeiros.

Criou os laboratórios de solos e sementes e iniciou o levantamento pedológico das áreas mais viáveis. Equipou os órgãos ligados à área e contratou pessoal: em 1966 tinha apenas três agrônomos e veterinários e em 1971 já eram 33 agrônomos e 34 veterinários. Apoiou as escolas que preparavam esses profissionais: no quinquênio houve a formatura de 177 agrônomos, 91 veterinários e 327 operadores de máquinas agrícolas.

Na pecuária, foram duas frentes de atuação: o combate às doenças infecciosas, principalmente a brucelose e a febre aftosa, para erradicá-las e favorecer a exportação da carne bovina; e estimular o melhoramento genético animal, num trabalho mais educativo. Dentre as medidas, a realização de exposições, a manutenção de controles de inseminação artificial, o fornecimento de espécimes com pedigree aos pecuaristas e o envio de touros de melhor raça ao norte do Estado. Ainda, os veterinários colaboraram na maior assistência aos pecuaristas e na profilaxia dos rebanhos. Também, para evitar incidências múltiplas de tributação e facilitar a circulação do gado no interior aboliu a cobrança do ICM nas vendas internas de bovinos.



Incentivo à mecanização da agricultura

Reestruturou e dinamizou a Secretaria da Agricultura, construindo e equipando a nova sede, e ampliando a frota de veículos. Construiu 21 Agências Rurais, dirigidas por agrônomo ou veterinário, para maior assistência técnica

permanente ao fazendeiro, realizando campanhas de boa cultura, fiscalizando e orientando o comércio de sementes, conservação de solos, campo de cooperação de sementes, planos de renovação de cafezais, pesquisas e viveiros de mudas. A ACAR-Goiás, que em 1965 tinha 25 Escritórios Locais e quatro Regionais, em 1970 contava com 55 Escritórios Locais e nove Regionais, com assistência aos mais distantes rincões.

De sua parte, o Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (Idago) solucionou problemas seculares: homologou e liberou para venda 2.913.255,90 hectares de terras, e loteou 862.218,04 hectares, principalmente na então região norte do Estado. Expediu a posseiros e requerentes 5.118 títulos definitivos; forneceu 1.397 cartas de anuência, para financiamentos agrícolas a posseiros; e cuidou do combate ostensivo e intensivo ao chamado “grilo” que infestou, “por muito tempo, as terras goianas, radicando-se, principalmente nos municípios do extremo norte”.

A Secretaria da Agricultura dedicou especial atenção ao cooperativismo, para integração dos agricultores, numa união de forças e recursos, com a finalidade de auferir proventos que não conseguiriam agindo isoladamente. Orientou e deu assistência à constituição de 85 cooperativas rurais e providenciou a reforma dos estatutos de outras 59. Realizou cursos, para divulgação da prática da cooperação e manteve convênio com o antigo Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (Inda) para fiscalizar e orientar as atividades dessas organizações.

Educação e cultura

A educação requereu a maior atenção do Governo, no sentido de promover sua expansão. Tanto no aspecto quantitativo, em virtude do reduzido número de salas de aula e de professores, como no qualitativo, pela alta frequência de leigos no quadro do magistério primário, sem maiores recursos intelectuais para sustentar a atividade docente em termos de boa produtividade. A preocupação era atender a grande demanda e o número expressivo de crianças fora das salas de aula.

O Governo via a educação como instrumento básico e imprescindível ao processo de desenvolvimento econômico e social, por desempenhar papel da mais alta relevância na formação básica do cidadão.

A política de investimentos no setor foi orientada com base em múltiplos fatores, para sempre adequar a escolaridade aos reclamos do desenvolvimento econômico, para se obter a maior rentabilidade do capital empregado. Visou, por outro lado, incrementar o ensino de forma integral, procurando elevar o seu nível por meio de metas.

Das 414.667 crianças em idade escolar, em 1965, o Estado absorvia,

em condições precárias de escolarização, 46,43%, que equivaliam a 192.530 crianças. Em 1971 esse quadro se alterou de forma positiva, registrando-se o atendimento de 66,96% dessa população, de sete a 14 anos, totalizando 343.222 crianças na rede escolar, aumentando e melhorando as instalações físicas e a diversificação e qualidade do ensino.



A visita a Cora Coralina

O quadro do magistério foi incrementado nas mesmas proporções do crescimento do número de alunos, com novos contingentes de professores admitidos por concursos públicos. Das 11.811 admissões no quadro do funcionalismo estadual 10.753 foram para a docência, sendo 7.500 no ensino primário e 3.163 no ensino médio. O Estado ofereceu oportunidades de capacitação, reciclagem e especialização a mais de 12 mil professores.

O Plano de Metas previu a construção de 1.400 salas de aula, mas superou este número, entregando à população escolarizável, além das 3.521 já existentes, mais 2.105 unidades em condições de pleno funcionamento.

No início do quinquênio os estudantes se dividiam em 4.722 classes de 41 alunos em média, e em 1971 as matrículas registradas na rede escolar estadual constituíam 11.779 classes de 29 alunos, o que em termos de pedagogia moderna se aproximava mais da média ideal, cujo número variava entre 25 e 30 crianças por sala de aula.

Não obstante as reais dificuldades superadas no quinquênio – como a falta de recursos financeiros, materiais e humanos, exigindo uma super utilização do acervo disponível, o crescente número de crianças sem escolas e as precárias condições de comunicação com as áreas distantes da Capital –, o Governo promoveu um avanço extraordinário no setor.

No ensino médio as taxas de crescimento foram maiores. O quadro de professores foi ampliado em 351,83% nesses cinco anos. Em 1965 o Estado contava com 899 professores de ensino médio, registrando-se, no final de 1970,

4.062 docentes. Vários colégios tiveram suas instalações ampliadas, melhoradas e equipadas com material e técnicas mais apropriados para oferecer melhores condições para o aprendizado, diante da crescente demanda.



Colégio Universitário de Goiânia

O município de Goiânia beneficiou-se com mais 122 salas de aula, correspondendo a uma área total de 14.493,08 m². Eram colégios da mais alta categoria, construídos na cidade, como o Colégio Universitário, cujo projeto se fez em estreita obediência aos requisitos da escola moderna, o que lhe conferiu um elevado índice de rendimento.

Colégios construídos em Goiânia, num total de 10

Especificação	Nº de salas	Área em m ²	Custo (Cr\$)
Escola Normal de Campinas (<i>Marechal Castelo Branco</i>)	18	2.350,00	474.797,00
Ginásio Estadual <i>Ruy Barbosa</i>	13	1.405,00	185.000,40
Ginásio Bandeirantes, Setor Bueno	10	1.465,00	215.748,29
Pavilhão para oficina, 2ª fase, Ginásio Industrial	-	255,00	50.000,00
Pavilhão no Instituto de Educação de Goiás	10	1.006,00	229.708,60
Educandário Brasil Central	11	965,00	225.998,20
Educandário <i>Olavo Bilac</i> , Setor Aeroviário	08	697,00	128.814,70
Educandário <i>Olga Mansur</i> , Vila Jaraguá	06	545,00	96.973,69
Educandário <i>Rui Brasil Cavalcante</i>	14	1.475,08	403.087,89
Colégio Universitário	32	1.330,00	1.488.831,43
Total	122	14.493,08	3.498.960,20

Quase todos os municípios goianos foram agraciados com a construção de escolas funcionais, reformas e ampliações de outras já existentes.

Obras no setor da educação (ensino primário e médio)

Especificação	Municípios beneficiados	Número de salas	Casa do Zelador	Área m ²	Custo (Cr\$)
Ensino Primário					
• 317 obras concluídas					
• 212 construídas	179	928	71	89.848,88	13.858.904,93
• 105 recuperadas	42	–	–	4.140,00	1.152.029,95
• 18 obras andamento					
• 17 em construção	17	84	9	9.227,76	1.735.259,43
• 1 em ampliação	1	3	–	250,00	66.000,60
Soma	239	1.015	80	103.466,64	16.812.194,91
Ensino médio					
• 51 obras concluídas					
• 34 construídas	34	294	21	36.763,70	7.075.690,78
• 17 recuperadas	9	–	–	5.073,00	286.567,24
• 4 obras andamento					
• 3 em construção	3	45	1	6.146,00	1.965.697,24
• 1 em ampliação	1	8	–	795,79	178.740,00
Soma	48	347	22	48.778,49	9.506.695,26
Outras escolas					
• Obras construídas	2	–	–	295,00	32.979,65
• Obras reformadas	1	–	–	–	127.987,85
Soma	3	–	–	295,00	160.967,26
Obras concluídas	267	1.222	92	136.120,58	22.534.160,40
Obras em andamento	23	140	10	16.419,55	3.945.697,27
Total	290	1.362	102	153.540,13	26.479.857,67

A diversificação do ensino médio, com a criação de cursos de capacitação profissional de curta duração, permitiu ao Governo prestar uma colaboração efetiva na formação de profissionais desse nível, favorecendo a própria área da educação estadual.

Saúde e saneamento

Goiás vivia praticamente desassistido no setor de Saúde Pública até o início de 1966. Estado territorialmente extenso, possuía imensas áreas completamente sem assistência médico-hospitalar, pública ou particular, com essas atividades concentradas quase que exclusivamente na Capital.

Essa situação fazia com que as populações – principalmente do norte e nordeste – vivessem em permanente luta com as doenças, num meio físico inóspito e distante de recursos, sendo, por isso mesmo, quase sempre vencidas

pelo mal. O cidadão, para encontrar socorro médico, percorria longa distância, que se agravava quando precisava de leitos hospitalares.

O problema sanitário em Goiás, mais do que um desafio, era um grito de socorro à consciência cívica. O Governo deu início a programas que, aos poucos, foram criando soluções.

Por meio da Organização de Saúde do Estado de Goiás (Osego) construiu as sedes próprias das unidades sanitárias de Anicuns, Firminópolis, Itapuranga, Jataí e São Luiz de Montes Belos; instalou mais 34 unidades em prédios provisórios, pelo interior; e equipou as de Paraíso do Norte e Alexânia. No início de 1966 Goiás contava com 70 unidades sanitárias e em 1970 eram 109, nos mais diferentes municípios goianos.

Outra preocupação foi descentralizar esses serviços da Capital, criando e aparelhando hospitais regionais para atender, com eficiência, as suas populações. Construiu e entregou os hospitais de Porto Nacional, com 48 leitos, Miracema do Norte, com 28 leitos, e de Araguaína, com 36 leitos, transformando-os no tripé da sustentação da luta contra as doenças naquela área e fixando as condições indispensáveis para seu pleno desenvolvimento e integração ao restante do Estado.

Paralelamente, a Osego fez recrutamento, treinamento e seleção de pessoal, capacitando-o a exercer as atividades médico-hospitalares e realizando cursos. Também construiu, equipou e inaugurou, em Porto Nacional, a Escola de Auxiliares de Enfermagem, criada pelo Decreto-Lei nº 27, de 5 de agosto de 1969 e instalada no dia 5 de outubro de 1970, nos moldes mais modernos, que representou a maior conquista da Saúde Pública na região. No primeiro ano teve 26 alunos.

A ação se completou com a construção, em Goiânia, do Hospital do Pênfigo – maior obra do gênero no País – com 3.025 m² e custo total de Cr\$ 1,2 bilhão; a reforma e ampliação do Hospital *Adauto Botelho*, Colônia *Santa Marta*, Centro Cirúrgico do Sanatório *JK* e Hospital *Oswaldo Cruz*, e o início do Hospital Materno-Infantil, com 5.074 m².

O Governo preocupou-se em promover a educação sanitária, como medida de combate às doenças, e iniciativas de medicina preventiva.

No período, ampliou o contingente de técnicos capacitados ao exercício das atividades médico-hospitalares na Saúde Pública. Em 1965 eram 133 médicos, 105 cirurgiões-dentistas, 46 enfermeiros e 78 auxiliares de Enfermagem e deixou, em 1970, 193 médicos, 111 cirurgiões-dentistas, 82 enfermeiras e 93 auxiliares de Enfermagem. O número de leitos nos hospitais públicos em 1965 era de 1.741 e elevou-os para 2.083, em 1970.



Hospital do Pênfigo, em Goiânia, uma das mais importantes obras na área de saúde

Mais de 2,920 milhões de vacinas contra poliomielite, varíola, tétano, difteria, tuberculose, raiva e outras doenças foram aplicadas pela Osego, no quinquênio, quando ainda adquiriu seis ambulâncias e 20 outros veículos de médio e pequeno portes, a serviço da Saúde Pública.

Com a criação da Saneago pela Lei nº 6.880, de 10 de setembro de 1967, o Governo tirou do papel a discussão acadêmica sobre saneamento e introduziu o Estado no debate sobre políticas públicas na área. A partir dessa decisão o setor recebeu significativo impulso, com obras de grande vulto realizadas, oferecendo às populações da Capital e do interior benefícios imediatos e de curto e longo prazos. Dos 165.902 habitantes servidos pelo sistema de abastecimento de água de Goiânia em fins de 1970, apenas 90 mil usufruíam desse benefício em 1965. Por meio de 22.500 ligações domiciliares pôde-se aumentar o serviço em 80%.

As redes coletoras de esgoto sanitário cresceram 100%: tinham 126.902 metros e foram construídos 254.268m, levando o benefício a mais de uma dezena de setores residenciais da Capital.

A intensificação das atividades da Saneago no período possibilitou a conclusão de sistemas de abastecimento de água, a ampliação e melhorias diversas em outros, aumentando consideravelmente a população abastecida na Capital e no interior. Mais 29 cidades receberam o melhoramento.

Foi elaborado plano de ampliação do sistema de abastecimento de água de Goiânia, permitindo aos sucessores promover um crescimento do setor paralelamente ao da população goianiense. Também, o abastecimento de uma população superior a um milhão de habitantes e apontando as soluções para eventuais problemas que surgissem no decorrer da execução.

No interior, além de aumentar em mais de 100% o número de cidades com sistemas instalados, a Saneago concluiu projetos de água, estudos preliminares, anteprojetos e levantamentos topográficos para mais de uma centena de cidades, situadas nas mais diferentes regiões do Estado.

Em 86 cidades foram realizados investimentos.

Os contratos de financiamento, firmados para a implantação ou ampliação de sistemas de esgotos sanitários, utilizando recursos oriundos do Banco Nacional da Habitação, FAEG, Saneago e das prefeituras motivaram uma nova esquematização da atividade, para somar os esforços no conjunto das realizações.

Energia

Fundada no dia 19 de agosto de 1955, a Centrais Elétricas de Goiás cresceu até 1958. Na época foram inauguradas as obras da primeira etapa da usina hidrelétrica de Cachoeira Dourada, com 36 mil kw, e o sistema de transmissão principal em 220 kv para Goiânia, com a subestação abaixadora e nova rede de distribuição. Antes de 1960 foram ainda construídas a linha de transmissão em 220 kv para Brasília e da subestação em 220 kv/33kv da Capital Federal.



Usina de Cachoeira Dourada

A partir de 1960, construiu linhas secundárias de distribuição e transmissão de energia. Em pouco tempo esgotou-se a potência disponível e, já em 1964, passou a comprar energia elétrica ao sistema de Furnas.

As obras da segunda etapa de Cachoeira Dourada, iniciadas em 1962, tinham andamento moroso, devido a dificuldades financeiras e a deficiências administrativas da empresa, sobretudo na parte técnica. Em consequência,

a Celg foi aos poucos perdendo a confiança e o crédito junto aos órgãos financiadores (Eletrobrás e BNDE), a ponto do Governo Federal ter nomeado comissão para estudar os seus problemas.

Em face desses estudos, o presidente da Eletrobrás, engenheiro Marcondes Ferraz, sugeriu ao Ministério de Minas e Energia a encampação da Celg. O governador, marechal Ribas Júnior, concordou com a solução e não fôra a enérgica reação do presidente da empresa, Sebastião Dante de Camargo Júnior, a Eletrobrás a teria encampado. Dessa divergência resultou profundo mal estar e dificuldades na obtenção de créditos e com isso as obras diminuíram ainda mais de ritmo.

Foi nessa situação que a Diretoria nomeada em princípios de 1966 pelo governador Otávio Lage encontrou a Celg. A primeira providência: reorganizar os quadros administrativos e rever os projetos orçamentários de obras e contratos. Após, estabeleceu programa de serviços concatenado e cronogramas de execução e de desembolso necessários à consecução da segunda etapa de Cachoeira Dourada e obras complementares. Tais estudos foram submetidos à apreciação da Eletrobrás e do BNDE, aprovados em curto espaço de tempo, firmados novos contratos e um crédito de confiança à nova Diretoria, resguardado por uma série de exigências quanto ao ritmo da obra e aos valores dos serviços a executar.

Com a decidida colaboração dos funcionários, operários e dos empreiteiros (Consórcio Mendes Júnior-Convap) foi possível suplantiar as metas pré-fixadas. Nos fins de 1966 já outra vez a Celg se repunha na posição de empresa eficiente e ampliava-se a confiança do Governo Federal em seus quadros dirigentes. Financiaram a obra o BNDE, os fornecedores de equipamentos e os governos de Goiás e Federal.

Em março de 1968 a empresa inaugurou o primeiro dos três grupos de 52 mil kw que formam a segunda etapa de Cachoeira Dourada e no segundo semestre desse ano terminavam as obras civis dessa fase e punha em funcionamento mais outra unidade de 52 mil kw.

De compradora de energia elétrica de outras empresas passou a Celg à posição de vendedora, além de suprir totalmente as demandas de Goiás e do Distrito Federal.

Reflexo imediato da disponibilidade de energia foi o crescimento da produção industrial, que representou cerca de 5% do produto interno bruto do Estado em 1965 e 10% em 1969, e do consumo, 47,5%. Dado muito expressivo, pois até janeiro de 1968 a empresa tinha déficit de geração e fora obrigada, em 1967, a comprar 72 milhões de kwh, representando àquela época 32% da produção própria.

Paralelamente à geração de energia elétrica em Cachoeira Dourada ampliou-se o sistema de distribuição em voltagens intermediárias: 132 kv, para Rio Verde e Jataí, e 66 kv e 33 kv para todo o centro-sul de Goiás. A distribuição de energia em 1965, restrita a 47 cidades, atingiu, em fins de 1970,

a 187 cidades, e os consumidores passaram, no período, de 55 mil para 110 mil, 100% de crescimento, em cinco anos.



Eletrificação rural

Com auxílios especiais do Estado, a Celg estendeu suas redes até onde tecnicamente era viável levar energia, tendo como limites extremos Uruaçu, ao norte; Cristalina, a leste; Mineiros e Balisa, no oeste; e Cachoeira Alta, no sul.

Nova linha de interconexão com o sistema interligado do centro-sul foi construída entre Cachoeira Dourada e a usina de Peixotos, para permitir trocas de energia da ordem de 80 mil kw, o que deu estabilidade ao sistema e possibilitou a venda pela Celg de todo o excesso de energia gerada. Foram estabelecidos dois convênios: com Furnas, que se comprometeu em adquirir toda essa sobra de energia; e com a Eletrobrás, para financiar as obras da terceira etapa, em execução na época. Ainda, Furnas iria construir três novas linhas de transmissão em 220 kv entre Brasília, Goiânia e Cachoeira Dourada; e duas linhas de 345 kv entre as usinas do rio Grande, a usina de Itumbiara e Brasília. Todo esse complexo energético, conforme as previsões, ficaria pronto em 1980 e a ele a Celg contribuiria com 330 mil kw de potência instalada em Cachoeira Dourada.

O sistema adquiriu sua máxima amplitude geográfica no sul do Estado. No meio norte, nordeste e no norte, os núcleos populacionais eram de pequeno porte e as distâncias entre eles muito grandes, tornando inviável construir uma grelha de linhas de alimentação para todas elas. A solução foi construir usinas isoladas de pequeno porte em Mambai, Mosquito, Cavalcante, Lageado, Tocantinópolis, Corujão e Lages, com o que se serviram as principais cidades. Onde não houve possibilidade de abastecer a cidade com usinas hidrelétricas

foram assentados grupos geradores. Com isso, a energia elétrica atingiu todas as cidades do interior, levando até às mais distantes um pouco de conforto e a possibilidade de se instalarem indústrias locais.

Usinas em funcionamento (hidráulicas)

Usina	Local	Potência (kw)	Frequência	Queda (m)	Curso d'água
Ribeirão Grande	Tocantínópolis	268,0	50	7,00	Ribeirão Grande
Itapaci	Itapaci	52,8	50	11,80	Ribeirão do Coxo
Isidoro	Corumbá	600,0	50	13,00	Rio Corumbá
Vai-Vem	Ipameri	176,0	50	12,00	Ribeirão Vai-Vem
Rio Bonito	Caiapônia	340,0	50	17,60	Rio Bonito
Passa-Três	Uruaçu	64,0	50	5,00	Ribeirão Passa-Três
Rochedo	Piracanjuba	4.000,0	60	17,60	Rio Meia Ponte
Santana	Cavalcante	80,0	50	50,00	Córrego Santana
Taquarassuzinho	Porto Nacional	108,0	50	25,00	Taquarassuzinho
Mosquito	Campos Belos	552,0	60	25,00	Mosquito
Iporá	Iporá	70,4	50	14,50	Ribeirão Passarinho
Iporá (grupo 2)	Iporá	64,0	50	17,00	Ribeirão Passarinho
Mambaí	Sítio d'Abadia	500,0	50	17,00	Corrente
Lageado	Tocantínia	2.500,0	60	8,00	Lageado
Corujão	Araguaína	1.000,0	50	96,00	Lontra
Cachoeira Dourada (*)	Itumbiara	140.000,	60	7,70 23,00	Paranaíba
Total		150.375,2			

(*) Em ampliação para 432 mil kw

Também a eletrificação rural, antes inexistente, foi objeto de um plano amplo de realizações em consórcio com o Inda, havendo sido organizadas cooperativas e abastecidas cerca de 400 fazendas.

O sistema Celg compreendia geração, transmissão, distribuição e transformação de energia elétrica. A principal fonte geradora, Cachoeira Dourada, data de 1954, quando foram feitos os primeiros estudos de aproveitamento pela Comissão de Construção da Usina de Cachoeira Dourada, do Ministério da Agricultura. Vários estudos foram considerados e desenvolvidos para um projeto geral, mais ambicioso e de características mais amplas, prevendo a utilização integral do potencial existente:

1ª etapa – aproveitar o braço esquerdo com captação de água por derivação de pequena porção do rio Paranaíba, com a instalação de duas unidades geradoras de 18 mil kw cada uma, para funcionamento em quedas variáveis desde 19 até 30 metros;

2ª etapa – barragem fechando por completo o rio Paranaíba, com queda de 32 metros e a instalação de três unidades de 52 mil kw cada uma;

3ª etapa – construção de nova casa de força e instalação de mais três unidades de 80 mil kw cada uma.

Transportes

Goiás vivia, àquela época, ilhado da parte desenvolvida do País, porque as estradas de terra tornavam antieconômica a exportação dos produtos agrícolas. A única via férrea disponível, construída em bitola estreita e com característica técnica de terceira classe, não possuía capacidade de transporte suficiente.

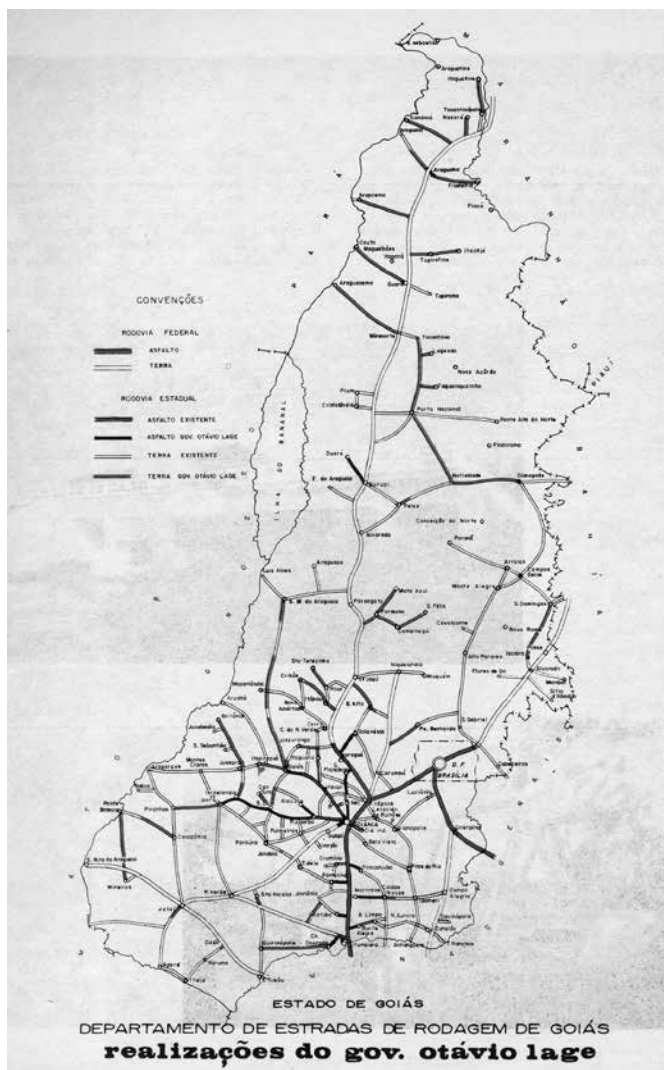
Com a criação de Brasília foram implantadas e pavimentadas a BR-153, ligando a Capital Federal e Goiânia a São Paulo, e a rodovia Brasília-Belo Horizonte. Simultaneamente, implantava a estrada Anápolis-Belém, verdadeira ligação do norte do Estado com o sul e o norte do País.

Desafogaram-se os caminhos de saída e novas oportunidades de produção foram surgindo; desenvolveram-se regiões inteiras, como a de Araguaína, de Gurupi e de São Miguel do Araguaia e, mais perto, a de São Luiz de Montes Belos.

No início de 1966 Goiás dispunha de um sistema viário principal adequado à exportação para o sul e para o norte. Esse processo perlongava somente os espigões onde a terra era mais pobre e pouco produtiva. As grandes zonas potencialmente produtivas só se ligavam ao eixo viário mestre por caminhos de má qualidade. Nesses, o trânsito frequentemente se interrompia em períodos de chuvas fortes e por meio dos quais circulavam caminhões de pequena capacidade com fretes, necessariamente, caros.

Face a essa situação, o Governo voltou-se para a tarefa de construir estradas pavimentadas de primeira classe, ligando as zonas de terras férteis, já

desenvolvidas, ao sistema viário principal: implantou e pavimentou grandes extensões da GO-4, até a cidade de Goiás; da GO-3, que ligou Nazário a Iporá; da GO-5, ligando Goiânia-Nerópolis-Petrolina-Goianésia; e as ligações à BR-153 das cidades de Buriti Alegre, Goiatuba, Piracanjuba e Pontalina. Também construiu e pavimentou a rodovia GO-54, entre Caldas Novas e Morrinhos.



Realizações do DERGO em rodovias

Conseguiu, com o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), prioridade para a ligação Itumbiara-Rio Verde-Jatáí.

No norte não havia nenhuma estrada ligando a Belém-Brasília ao Vale do Araguaia. O Governo fez as rodovias de ligação à BR-153 partindo de Xambioá, de Arapoema, de Couto Magalhães, de Araguacema, de Filadélfia e de Itacajá, e construiu a estrada Tocantinópolis-Itaguatins.

A vasta região de florestas que de São Miguel do Araguaia estende-se para o sul no Vale do Rio do Peixe, até a cidade de Goiás – antes isolada do resto do Estado pela barreira da Serra Dourada, cortada somente por caminho muito primitivo, à altura de Nova América – ganhou novo roteiro. O Governo construiu rodovia de primeira classe ligando a antiga Vila Boa a São Miguel, em região de traçado difícil e completamente florestado.

No total, o Consórcio Rodoviário Intermunicipal S/A (Crisa) melhorou mais de 25 mil quilômetros de estradas e a manutenção, em tráfego permanente, da rede viária em estrada de terra, permitindo a tranquila ligação das áreas de produção aos centros de consumo. Essa melhora reduziu o custo dos fretes e diminuiu o tempo de viagens.

“O norte deixou de ser uma promessa e começou a desenvolver-se: pela primeira vez aparece nas estatísticas”, como ressaltou o secretário Oton Nascimento. “O oeste, às margens do Araguaia, começa a impressionar como grande centro pecuário de Goiás. As fronteiras do ecúmene ampliaram-se ao Araguaia, ao Oeste e ao extremo norte, nas cidades de nome sonoro de Xambioá, Araguatins, Itaguatins e Tocantinópolis, até ontem meras ficções geográficas”.

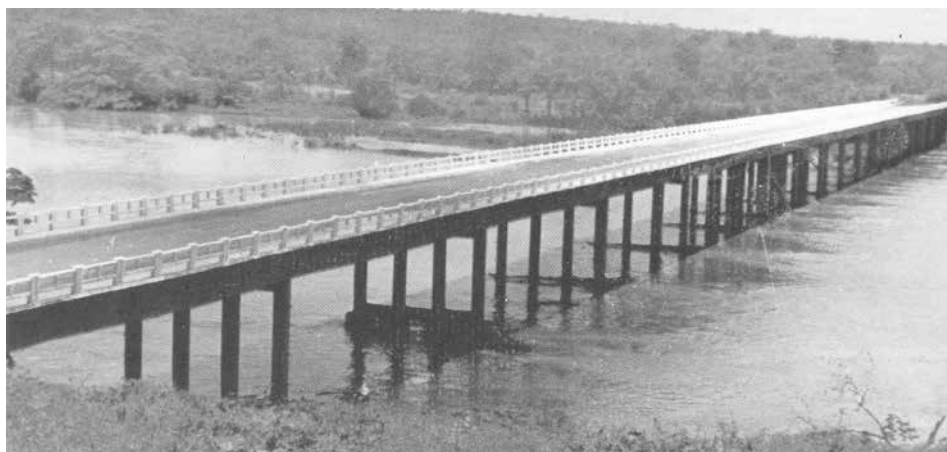
O Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás (Dergo) asfaltou rodovias, transformando os antigos caminhos carroçáveis em estradas de primeira classe, nas regiões sul e do Mato Grosso Goiano. A turbulência e as correntezas dos rios, no sul, aos poucos foram transpostas pela fortaleza de aço e cimento que o Dergo espalhava sobre suas encostas.

Os rios Claro, Caiapó e dos Bois transformaram-se – de agrestes e impetuosos que eram – “em mansos riachos e a contemplar a estrutura de concreto que subjuga-se contra os barrancos. Era a prova indelével da bravura e da coragem dos goianos, construindo, aqui mesmo, com recursos próprios ou externos, o futuro de seu Estado”. O Dergo deixou um saldo de 459,52 km de asfalto, nas rodovias goianas, e construiu 3.617,16 km de estradas.

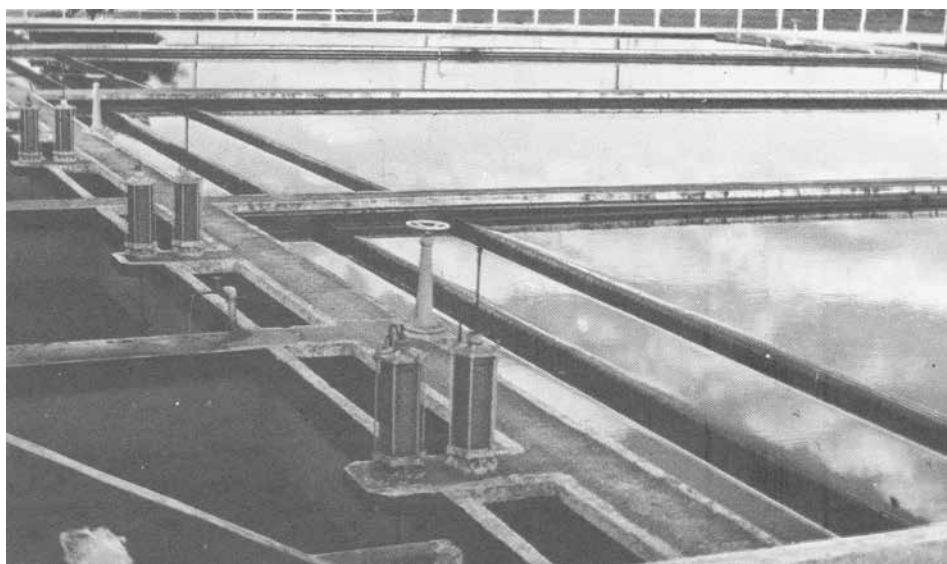
Depois de profundas reformas em sua estrutura interna, numa intensa fase técnica rodoviária de estudos e projetos, o Crisa construiu a rede pioneira e deu assistência ao plano rodoviário dos municípios. As rodovias pioneiras, com características técnicas simples, mas em traçado definitivo e “grade” provisório, além de testar as regiões por elas atravessadas – permitindo ao Governo, de conformidade com a reação de cada uma, determinar quais e

quando deveriam passar para estradas de primeira classe – vieram resolver de imediato o problema do trânsito nas áreas mais desassistidas.

O Crisa construiu as GO-21, GO-28, GO-33, GO-50, GO-67, BR-70 e uma infinidade de outras vias de escoamento, espalhadas por Goiás, com a entrega, em cinco anos, de 3.500 km de estradas. Reconstruiu e conservou os caminhos que, no início de 1966, encontravam-se sem condições de tráfego, num total aproximado de 25 mil km.

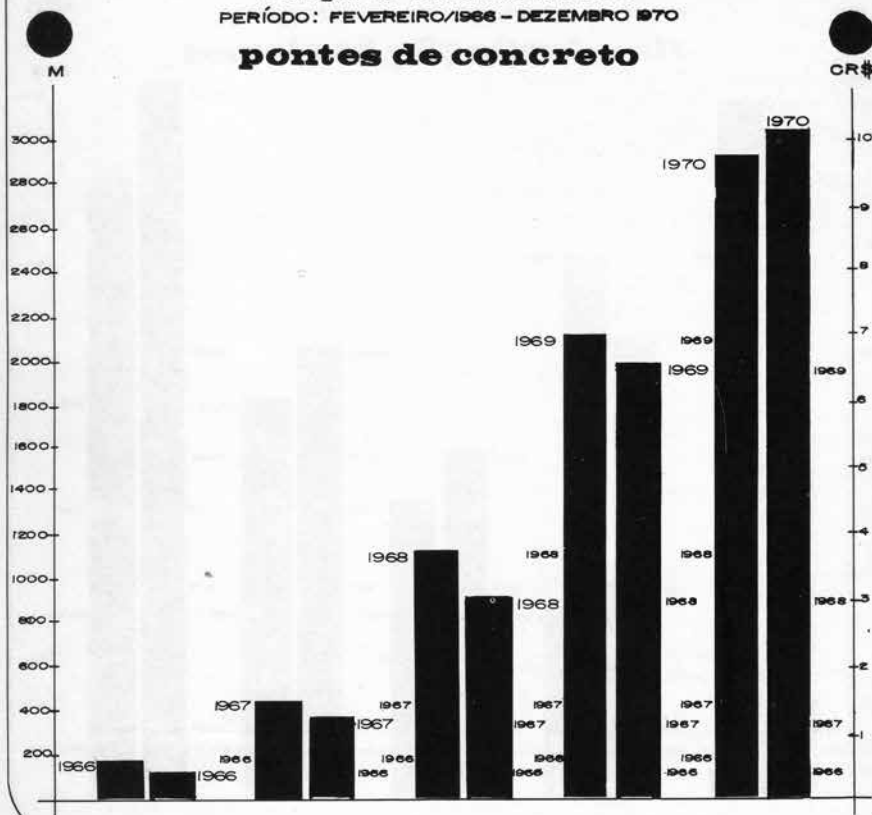


Ponte sobre o rio dos Bois



Estação de Tratamento de Água de Goiânia

ESTADO DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE GOIÁS
RELAÇÃO DE OBRAS EXECUTADAS
PERÍODO: FEVEREIRO/1966 - DEZEMBRO 1970
pontes de concreto

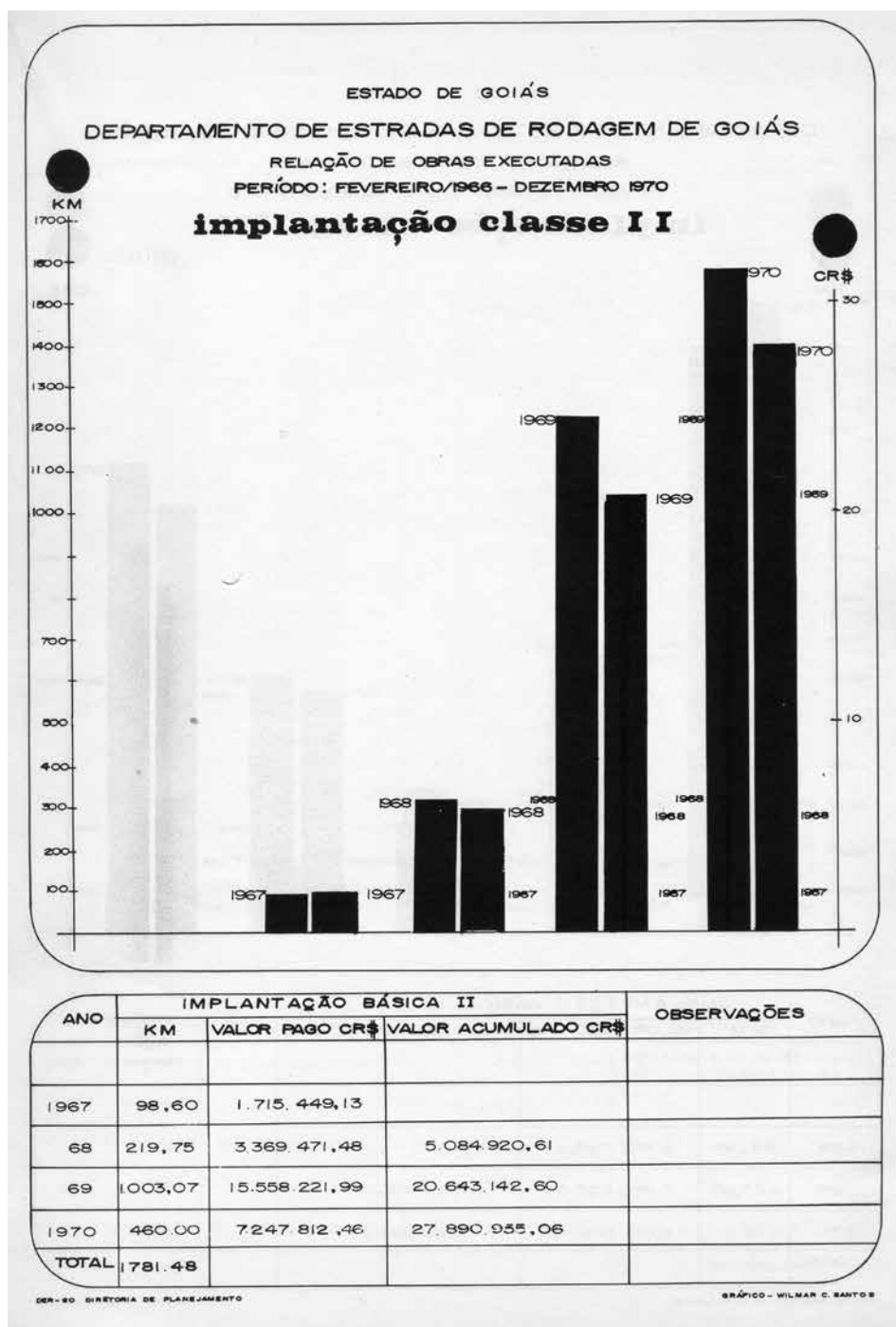


ANO	PONTES DE CONCRETO ARMADO			OBSERVAÇÕES
	M	VALOR PAGO CR\$	VALOR ACUMULADO CR\$	
1966	181,23	440.837,24		
67	264,00	658.004,97	1.098.842,21	
68	674,18	1.955.305,21	3.054.147,42	
69	964,12	3.462.350,03	6.516.497,45	
1970	823,63	3.594.184,70	10.110.682,15	
TOTAL	2.907,16			

DER 90 - WILMAR C. SANTOS

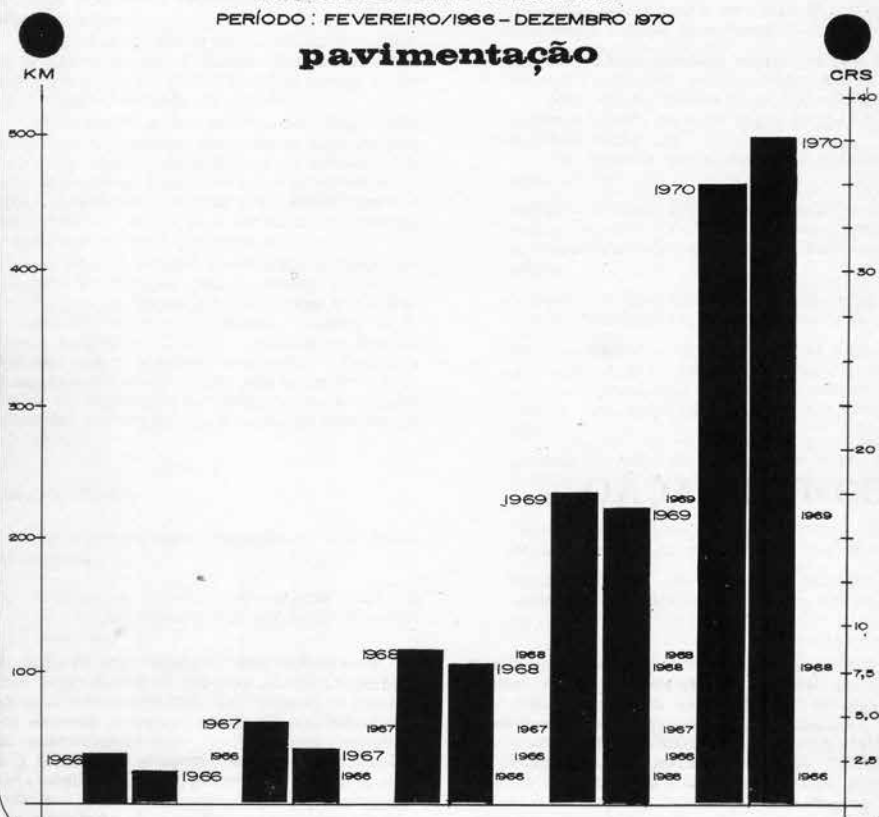
DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

Pontes de concreto realizadas pelo DERGO



Implantação de rodovias de segunda classe

ESTADO DE GOIÁS
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DE GOIÁS
RELAÇÃO DE OBRAS EXECUTADAS
PERÍODO : FEVEREIRO/1966 - DEZEMBRO 1970
pavimentação



ANO	PAVIMENTAÇÃO			OBSERVAÇÕES
	KM	VALOR PAGO CR\$	VALOR ACUMULADO CR\$	
1966	42,80	2.394.656,55		INCLUIDOS 4 KM DE RECAPEAMENTO NA RODOVIA GO-4
67	13,30	769.280,63	3.163.937,18	
68	61,40	5.050.710,59	8.214.647,77	
69	113,21	8.558.100,68	16.772.748,45	
1970	232,81	21.069.281,28	37.842.029,73	
TOTAL	463,52			

DER-60 DIRETORIA DE PLANEJAMENTO

GRÁFICO - WILMAR C. SANTOS

Pavimentação de rodovias pelo DERGO

O avanço da telecomunicação

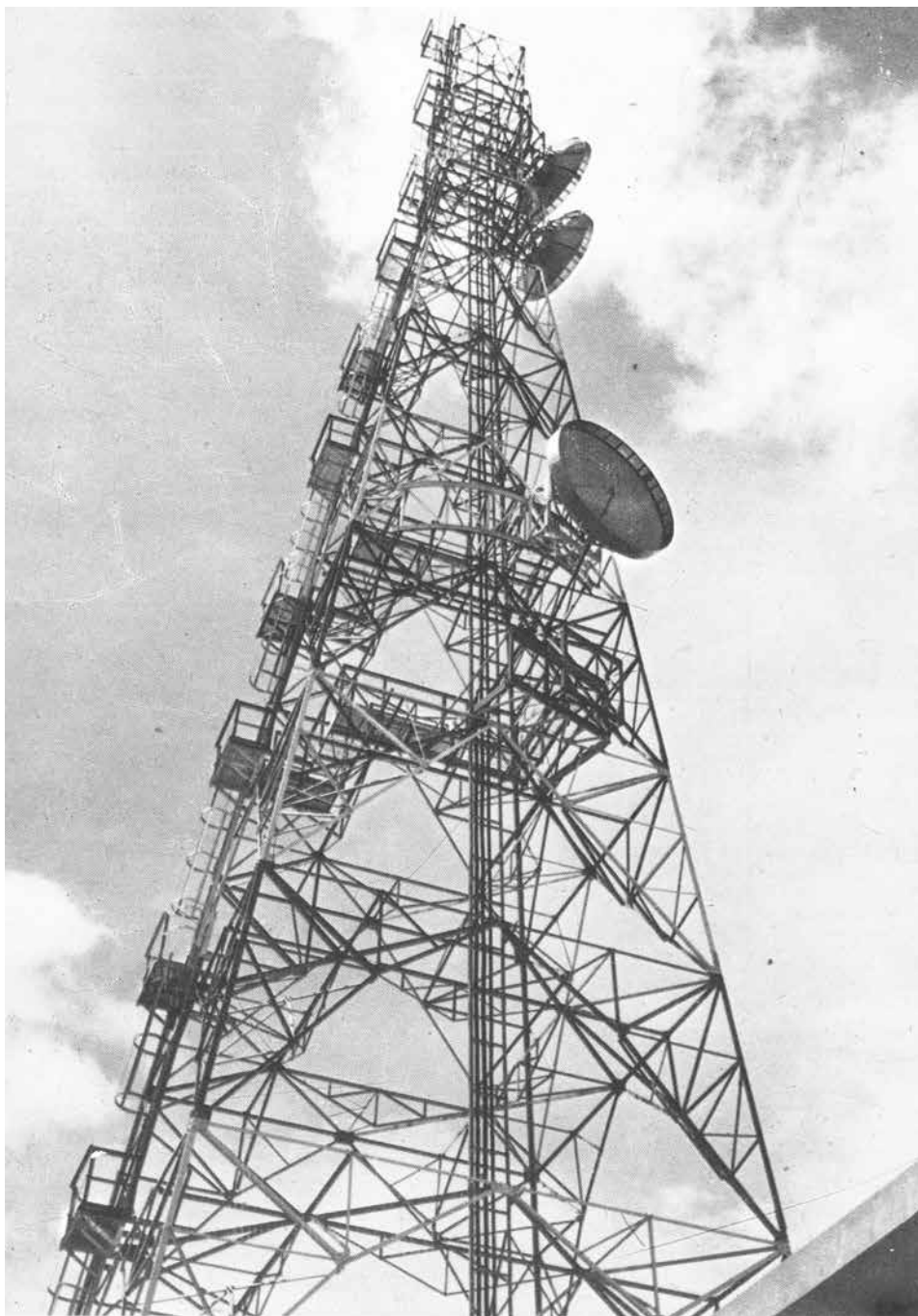
Primeiro como Departamento estadual (Detelgo) e em setembro de 1968 transformado em Companhia de Telecomunicações de Goiás (Cotelgo), esse setor desenvolveu-se de forma extraordinária àquela época. A empresa projetou todo o sistema de microondas e ampliou o serviço urbano de Goiânia, dotando a Capital com mais seis mil terminais telefônicos e a sua integração ao DDD nacional. Para atingir esse objetivo a Cotelgo firmou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, no valor de Cr\$ 16,5 milhões, representando parte de investimento do Sistema Complementar de Telecomunicações.

Em 1965 o então Detelgo operava os serviços urbanos apenas de Goiânia e Anápolis, e já no ano seguinte começou a operar outros serviços locais, chegando a 19, enquanto providenciava novas encampações para se constituir na grande empresa estadual da área. Essa expansão ampliou também o número de terminais instalados, a partir da construção, ampliação ou reconstrução de redes telefônicas; troncos de registro, de saída e para atender às linhas interurbanas, e mesas interurbanas foram colocadas em funcionamento.

No setor de centrais foram instalados repetidores de discagem pela telefonista à distância (ODD) para as ligações entre as cidades de Goiânia–Anápolis, Goiânia–Brasília, Goiânia–São Paulo, Anápolis–Goiânia e Anápolis–Brasília. Por esse sistema, a própria telefonista dessas duas cidades goianas completava as ligações solicitadas, sem necessidade de interferência da telefonista das localidades chamadas, com maior rapidez no atendimento.

As principais obras realizadas no setor: '

01. Em Goiânia, ampliação do sistema local em 44,5% representada pela instalação de quatro mil terminais; e instalação de 12 repetidores ODD para Brasília, três para Anápolis e três para São Paulo. Para melhor atendimento ao público, foram instalados os postos de serviços no centro da Capital e no bairro de Campinas, e diversos telefones públicos (moedeiros). A previsão era de instalar mais seis mil terminais telefônicos em Goiânia.
02. Em Anápolis, dobrou o número de terminais, com a instalação de mais 1.000; foi instalado um Posto de Serviço dotado de maior conforto para melhor atendimento ao público; a instalação de três repetidores ODD para Goiânia e quatro para Brasília; e a previsão de concorrência pública para instalar mais dois mil telefones na cidade.
03. Em Pires do Rio, instalados 200 novos terminais, o que representou um acréscimo de 100% sobre o total anterior; feita a redistribuição da central telefônica e reforma da rede e do prédio do distrito.
04. Em Trindade foram instalados 250 terminais e construída a rede telefônica; montada uma mesa interurbana e construído o prédio para a Central Telefônica, administração e Posto Interurbano.



Torre de microondas

05. Em Catalão, feita reforma na rede telefônica e substituída a antiga central. No quinquênio, realizou concorrência pública para instalação de mais 800 terminais; e montada uma mesa telefônica.
06. Em Itaberaí foi instalado o serviço urbano com 100 terminais, sendo construída a respectiva rede e montada uma mesa interurbana.
07. Em Nerópolis, instalados os serviços urbanos, com 100 terminais e uma mesa interurbana.
08. Em Ceres-Rialma, além da reforma total da rede urbana e da central telefônica, foi montada uma mesa interurbana e realizada concorrência pública para ampliação de mais 600 terminais.
09. Em Luziânia, ampliado o sistema em mais 180 terminais, sendo reconstituída a rede telefônica urbana.
10. Formosa: instalação de 200 terminais telefônicos e reforma da rede urbana e central.
11. Foram montadas mesas interurbanas nas cidades de Nerópolis, Jaraguá, Nazário, São Luiz de Montes Belos, Firminópolis, Morrinhos e Quirinópolis.
12. Foram reformadas as centrais telefônicas e respectivas redes urbanas de Ipameri, Jaraguá, Carmo do Rio Verde, Uruana, Palmeiras de Goiás, Santa Helena de Goiás, Pirenópolis e Piracanjuba.

No setor de serviços interurbanos também foi sensível o crescimento da companhia. Centenas de quilômetros de linhas físicas foram construídas; terminais de ondas portadoras atingindo as regiões do Vale do São Patrício e Mato Grosso Goiano foram instalados; e terminais de rádio possibilitaram a ligação de diversas localidades.

As melhorias introduzidas no tráfego interurbano se fizeram sentir pelo aumento das posições em operação e a introdução do sistema ODD em Goiânia e Anápolis. Estava em andamento a execução do gigantesco projeto denominado ‘Sistema Complementar de Telecomunicações do Estado de Goiás’, visando interligar por microondas todo o sul do Estado.

Cerne e a divulgação dos atos do Governo

O Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (Cerne) era integrado pela Agência Goiana de Notícias (AGN), o “*Diário Oficial*” do Estado, a Gráfica de Goiás e a Agência Goiana de Propaganda (AGP). Esses veículos desempenhavam atividades culturais e de divulgação, por meio de jornal e emissoras de rádio e televisão, de todos os atos e assuntos oficiais de interesse coletivo. Ainda, a montagem de programas musicais falados; publicidade em geral; a confecção de impressos e demais produtos de artes gráficas.

A partir de 1º de fevereiro de 1966, a AGN, que até então produzia notícias e as enviava aos veículos de comunicação, teve seu quadro redatorial ampliado e melhorado. Com a mudança, possibilitou a remessa diária de dois boletins informativos às emissoras de rádio e TV e aos jornais, o que favoreceu de maneira sensível ao próprio Governo, em virtude do número de informações que sobre ele passou a oferecer.

Assumindo posteriormente a gerência do Departamento Fotográfico e Cinematográfico, a AGN cumpriu mais ainda os seus objetivos, oferecendo cobertura jornalística, fotográfica e cinematográfica completa de todas as iniciativas oficiais. Ao mesmo tempo, repassava, já preparado para divulgação, o material jornalístico às redações dos jornais e das emissoras de rádio e televisão, de Goiânia e de Brasília, com um aproveitamento médio variável entre 40 e 80% dessas informações.

No período, a AGN distribuiu milhares de notícias aos veículos de divulgação, obtendo a divulgação gratuita de cerca de 20 mil notas alusivas ao Poder Público. Fotografou e filmou mais de 1.800 solenidades, na Capital e no interior; e ainda teve a seu encargo a produção e a apresentação de dois programas diários nas duas emissoras de TV locais.

Ao mesmo tempo, transformou a estrutura do “**Diário Oficial**” do Estado, tomando medidas para ampliar e aperfeiçoar sua mão-de-obra técnica; modernizar as máquinas; organizar seus órgãos e serviços; e estabelecer um sistema de classificação rigorosa das matérias divulgadas.

A AGP planejou e executou várias campanhas publicitárias para o Governo. Dentre essas, “*Prevenção e erradicação dos males sociais*”, para a Secretaria da Segurança Pública; “*Caderneta de Poupança*”, “*Depósito com correção monetária*” e “*Depósito a prazo fixo*”, para a Caixa Econômica do Estado de Goiás, para aumentar seu volume de negócios, e para o Banco do Estado de Goiás, para ampliar a quantidade de depósitos e incentivar os clientes às operações creditícias. Para a Secretaria da Agricultura, incentivando a diversificação agrícola e buscando incrementar a participação e a visitação às exposições agropecuárias, que, durante os cinco anos, realizaram-se em vários municípios goianos.

A Gráfica de Goiás foi reequipada, com a aquisição de três máquinas impressoras da Alemanha, dotando-a de condições para executar serviços do mais alto padrão técnico e duplicando sua capacidade de produção, o que fez aumentar sua renda em 300% no período. Foram tomadas medidas para adequar a sua estrutura administrativa às necessidades impostas pela expansão dos serviços; levantados os bens pertencentes ao seu patrimônio; e realizados os serviços de conservação do prédio e de construção de dependências para abrigar veículos e montagem do moderno laboratório fotográfico e cinematográfico.

Habitação

A Companhia Habitacional do Estado de Goiás construiu, no período, 4.579 casas, em 30 municípios goianos, num investimento de 22,791 milhões de cruzeiros:

Conjuntos	Nº de casas	Município	Investimento
Vila Castello Branco	112	Palmeiras de Goiás	571.439,00
Vila Guaraci	186	Gurupi	987.537,00
Vila d. Cândido Penso	116	Itaberaí	500.537,00
Vila Dourada	104	Uruaçu	593.836,00
Vila 31 de Outubro	100	Mineiros	491.206,00
Vila Primavera	118	Porangatu	604.473,00
Vila Olinda	92	Anicuns	422.745,00
Vila São Patrício	228	Ceres	1.225.303,00
Vila Santana	112	Itapuranga	659.868,00
Vila Bandeirantes	112	Uruana	692.621,00
Vila Canaã	96	São Luiz de Montes Belos	505.143,00
Vila Santa Fé	68	Rubiataba	425.790,00
Vila Dourada	74	Goiás	404.210,00
Vila Itajubá	126	Iporá	657.599,00
Vila Planalto	104	Buriti Alegre	482.789,00
Vila Monte Castelo	110	Ipameri	558.198,00
Vila <i>Sinhô Nogueira</i>	104	Pires do Rio	505.778,00
Vila Aliança	172	Araguaína	1.224.383,00
Vila Imperatriz	136	Formoso	749.470,00
Vila Paraíso	200	Jataí	1.016.500,00
Vila Bela	212	Morrinhos	819.072,00
Vila Esperança	207	Goiatuba	888.140,00
Vila Vitória	326	Itumbiara	1.436.352,00
Vila 31 de Março	216	Inhumas	998.936,00
Vila Renovação	260	Rio Verde	1.359.948,00
Vila Liberdade	200	Catalão	854.544,00
Vila Matutina	112	Pirenópolis	491.088,00
Vila Vera Cruz	158	Goianésia	760.291,00
Vila Promissão	180	Quirinópolis	835.786,00
Vila Alvorada	238	Santa Helena de Goiás	1.067.768,00
Total	4.579		22.791.620,00



Conjunto de casas populares

Defesa e Segurança

Goiás passou a contar, no período, com uma polícia nova, com novos propósitos, para “assegurar ao território e às famílias paz e tranquilidade”, de acordo com o relatório. Foi uma mudança na busca de tempos novos. “Antes, a polícia goiana era eminentemente política”, conforme o documento. A Polícia de Segurança e a Polícia Judiciária eram acopladas à Secretaria do Interior e Justiça, órgão estritamente político, “destinado a conseguir votos político-eleitorais para o partido dominante de então e que dirigia os destinos políticos e policiais do Estado”.

“Uma nova mentalidade veio conscientizar os políticos e a opinião pública de que novos rumos deveriam ser seguidos nos negócios da Segurança”, anunciou, sobre o desmembramento da área de Segurança Pública da Secretaria do Interior e Justiça, por meio da Lei nº 1.088, de 19 de agosto de 1956. “Este foi, talvez, o primeiro passo para afastar as autoridades da Segurança Pública do obrigacionismo político-eleitoreiro”.

O sistema “continuava, ainda, fortemente ligado aos coronéis sem patente, existentes nos mais longínquos rincões do Estado, tomando a si as prerrogativas inalienáveis de indicar ao cargo de Delegado de Polícia um leigo

– não raro de pouca instrução – que lhe fizesse profissão de fé e de fidelidade política, passando a ser seu fiel e obediente servidor”.

“Tal estado de coisas não poderia persistir – e de fato não continuou – mesmo porque era incompatível com o progresso e o desenvolvimento que teve destaque no Estado a partir de 1966”.

O Governo deu um novo entendimento à questão: a Polícia, tanto a civil como a militar, passou por profundas modificações, começando pelos métodos de seleção e recrutamento de pessoal. E imprimiu um novo sentido à polícia, implantando completa reestruturação na área.

“Queria, e podia fazê-lo”, registrou, no relatório.

No período foram muitas as obras e realizações na área: construção do Quartel de Araguaína; construção e aparelhamento do novo Necrotério, com raios X, mesa de autópsia e ampliação do corpo de Medicina Legal; reforma dos prédios da Secretaria da Segurança Pública (SSP), da Casa de Detenção, do Centro Penitenciário de Atividades Agrícolas e Industriais de Goiás (Cepaigo) e do Departamento Estadual de Trânsito; a construção do prédio da Delegacia Geral de Plantão; garagens e armazéns; instalação e reforma da Delegacia Regional de Anápolis, com várias ramificações; e a construção de casas para policiais em Goiânia.

A grande obra do Executivo no quinquênio, no setor de defesa e segurança, não se prendeu às realizações físicas implantadas e sim à remodelação total da “estrutura arcaica” que existia e o “novo sentido de polícia”. Essa, como ressaltou o próprio governador Otávio Lage, foi a maior conquista da sociedade e da Polícia goiana em toda a sua história.



Batalhão da PM de Araguaína

O plano de reformas começou pela Lei nº 6.725, de outubro de 1967, que fixou as carreiras policiais e introduziu novos métodos de seleção e recrutamento de pessoal, que efetivou-se, a partir de então, mediante concurso público de conhecimentos e de estágio na Academia de Polícia de Goiás. A medida atendeu a Lei nº 2.988, de 17 de agosto de 1960, que criou o cargo de Delegado de Polícia de carreira, que exigia o seu preenchimento por bacharel em Direito, de classe correspondente à entrância da Comarca provida – sua aplicação, no Governo Otávio Lage, foi considerada a maior vitória do setor em todos os tempos, acabando com a ingerência partidária.

O Delegado de carreira, no início, não foi aceito pelos políticos, “mormente no interior, por verem frustradas suas pretensões de o usarem como cabo de chicote político”. Porém, com as reformas introduzidas na Secretaria da Segurança Pública, a nova mentalidade foi aceita, a ponto de contar com número de delegados de carreira suficiente para prover 50% dos municípios goianos.

“Foi este o primeiro grande passo para a qualificação do pessoal dos quadros da Segurança Pública”. Depois vieram os Decretos-Lei nº 84, 160 e 147, que cuidaram da organização interna da SSP e fixaram o regime jurídico dos funcionários policiais civis, criando os cargos de sub-delegados, a serem providos por agente de Polícia ou sargento da PM, com curso na Academia de Polícia. A Lei nº 6.725 criou os cargos de carreira de técnicos criminalísticos A, B e C no Serviço de Polícia Técnica.

O quadro de classificadores do Serviço de Identificação e Criminalística foi criado pela Lei nº 6.861, de 1º de dezembro de 1967, que transformou a Guarda Civil e de Trânsito em patrulheiros policiais, aumentando de cinco para 10 o número de delegados distritais. A Lei nº 7.200, de 13 de novembro de 1968, estruturou as várias categorias de comissários e escrivães de Polícia, de nível universitário, aumentou a quantidade de investigadores de Polícia para 290 e reclassificou os vencimentos desses funcionários.

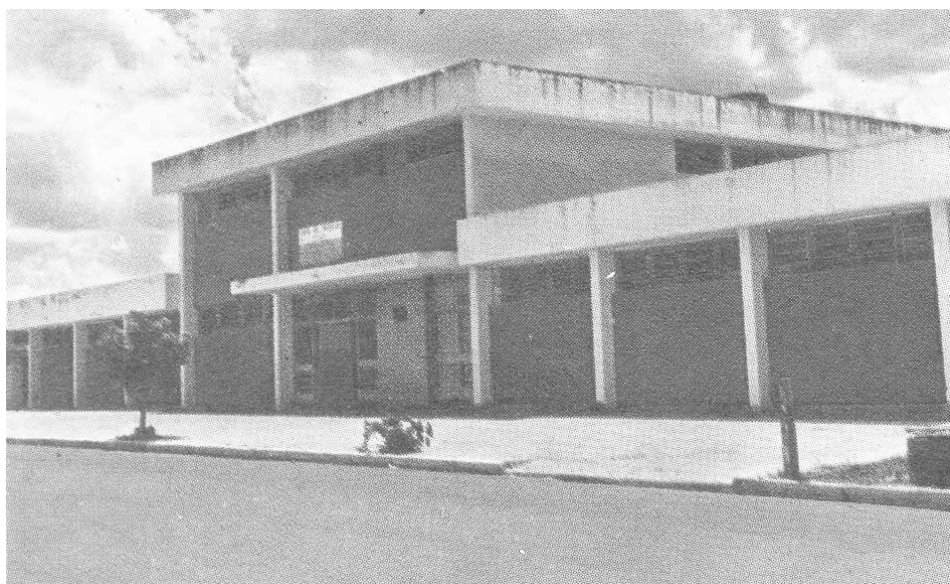
O Decreto-Lei nº 84, de 28 de novembro de 1969, estabeleceu as finalidades e atribuições da SSP. Depois de organizada a Secretaria passou a contar com órgãos colegiados, entre os quais o Departamento de Polícia Judiciária, um de seus principais. No quinquênio, o DPJ instalou a Delegacia de Furtos e Roubos de Veículos, as Delegacias Gerais de Goiânia e de Anápolis, a Delegacia de Crimes Contra a Economia Popular, a Delegacia de Menores, o Serviço de Rádio Patrulha e o Departamento de Acidentes de Trânsito, em Anápolis, além da Divisão de Investigações Criminais, em Goiânia.

Foram introduzidas modificações na estrutura da Polícia Militar de Goiás, com um novo código de vencimentos, estatuto, serviço de assistência social e novas leis de promoção de oficiais e praças.

Instituída pela Lei nº 166, de 26 de dezembro de 1961, para selecionar, aprimorar e especializar os delegados e o corpo de servidores da Segurança

Pública em Goiás, a Academia de Polícia só conseguiu atingir seus plenos objetivos a partir de janeiro de 1966. Dentre outras conquistas, passou a contar com um Curso Superior de Polícia, a principal responsável pela melhoria e qualificação da área. Ministrou cursos intensivos para delegados, comissários e escrivães, inspetores e investigadores de Polícia, detetives, peritos criminalísticos, guardas de trânsito e guardas civis, e contou com um corpo de professores de alto nível.

De 1966 a 1971 a Academia diplomou 133 delegados, 112 escrivães de Polícia, 151 agentes de Polícia, 67 detetives, 64 investigadores, 14 comissários, 29 peritos criminalísticos, 61 guardas de Trânsito, 288 guardas bancários e 42 guardas civis, além de 13 delegados, que concluíram o Curso Superior de Polícia.



Casa do Interior, em Goiânia

Serviço Social e assistência aos servidores

Criada no final de 1965 para substituir a Secretaria do Trabalho e Ação Social no planejamento da política de assistência social à população carente, a Secretaria de Serviços Sociais dedicou-se a trabalho específico: amparar as pessoas menos favorecidas, sobretudo as de menor idade, encaminhando-as para solução mais adequada de seus problemas e lhes oferecendo material e assistência.

No período, a SSS construiu 13 casas-lares em Goiânia e Anápolis; uma granja-escola no Aprendizado de Anápolis; a ampliação e conclusão de obras

iniciadas anteriormente; e colaborou com diversas entidades assistenciais particulares, por meio de auxílios financeiros anuais. Nesses cinco anos prestou assistência a mais de 500 menores, dando-lhes apoio e orientação especializada, capaz “de transformar crianças sem lar em seres de alta formação moral e cívica”.

Obras construídas:

01. Aprendizado Agro-Industrial ‘*Sócrates Diniz*’, de Anápolis, para 110 menores do sexo masculino, proporcionando-lhes assistência médico-odontológica, escolar, recreativa e alimentar;
02. Instituto de Menores de Dianópolis, para 110 crianças, que recebiam toda assistência necessária à sua integral formação, inclusive a pré-profissional;
03. Clube do Pequeno Trabalhador, em Goiânia, em regime semi-internato, para 180 menores, procedentes dos mais distintos bairros da Capital. Eram engraxates, lavadores de carros e vendedores ambulantes em busca de apoio material e moral;
04. Centro de Recepção e Triagem, em Goiânia, que recolhia e encaminhava os recém-nascidos abandonados, de ambos os sexos, distribuindo-os em duas casas-lares, para a necessária assistência médica e alimentação sadia, controlada por nutricionistas; e,
05. Casa do Interior, que atendia as pessoas pobres que vinham a Goiânia em busca de tratamento médico e não tinham recursos financeiros para cobrir as despesas com alimentação, estadia e remédios, numa média diária de 100 pessoas.

A SSS realizou, ainda, a doação de passagens de ônibus a pessoas que não tinham recursos financeiros para voltar à sua cidade de origem; o fornecimento gratuito de medicamentos, cadeiras de roda, aparelhos ortopédicos em geral e óculos, além de despesas hospitalares, auxílios a entidades filantrópicas particulares, hospedagem a pessoas sem condições financeiras e despesas com funeral.

O Governo procurou fortalecer o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo), criado poucos anos antes, para oferecer benefícios previdenciários e assistenciais. Antes, as contribuições dos funcionários públicos estaduais eram canalizadas para outros institutos, que não lhes dispensavam maior atenção, o que passou a ser feito pelo Ipasgo

No início do Governo o Instituto contava com apenas 40 agências, das quais 15 se localizavam em cidades com reduzido número de servidores, que não justificavam sua existência, com manutenção ineficaz e altamente onerosa. Ao final da gestão eram 60 agências funcionando com eficiência e proporcionando aos previdenciários assistência financeira, médica, farmacêutica e hospitalar.

O Instituto manteve o seu contingente de servidores inscritos: 187, com apenas uma adesão nesses cinco anos. Na relação processo-servidor a média de 170,52 processos por servidor, um dos mais altos índices do País.

O Ipasgo prestou benefícios (serviços clínicos, hospitalares e assistência social) e restituiu aos contribuintes, de despesas médicas, hospitalares e farmacêuticas, a importância correspondente a mais de 60% de sua receita (Cr\$ 4.074.145,35, em 1970).

No início do quinquênio o Ipasgo participava das despesas feitas pelos contribuintes com 40% dos valores estabelecidos em sua tabela. Essa participação, em 1970, subiu para 70% nos casos de cirurgia de valor superior a Cr\$ 150,00, e para 50% nos demais casos, beneficiando os contribuintes, cujo dispêndio caiu de 60% para 30% nas intervenções cirúrgicas de custo mais elevado.

Em fins de 1970 o Instituto comprou o Edifício Rio Vermelho, na Rua 2, área central de Goiânia, onde instalou a sua sede.

A Metago e os avanços na mineração

Os dois primeiros anos foram marcados por dificuldades financeiras e pela mudança de orientação, cujos resultados não poderiam ser obtidos no curto prazo. A própria composição da Diretoria foi realizada por etapas: primeiro, a Presidência, em 1966; em 1967/68 a Diretoria Técnica foi substituída duas vezes; e, a partir de 1969, a Diretoria Administrativa.

Foi suspenso o comércio de minérios de garimpo (1966); regularizados todos os requerimentos pendentes junto ao Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), em 1966/70; feita a reorganização técnica, incluindo contratação de pessoal especializado (1968/70), aquisição de equipamentos para pesquisa, especialmente de sondas rotativas a diamante e vídeo, formação de equipe própria de sondagem (1969-70) e saneamento total da economia da empresa.

A mudança de atividades foi altamente proveitosa e apesar da redução do pessoal a um terço do existente em 1964/66, foram realizados diversos trabalhos técnicos importantes:

01. Execução da pesquisa de grafita do veio do Patrimônio, em 1966/67, sob contrato com empresa privada;
02. Localização e estudo das ocorrências de apatita de Catalão/Ouvidor (1967);
03. Prospeção e pesquisa completa das ocorrências de calcário nas regiões de Caldas Novas, Itaberaí e Goiás, com posterior estudo de mercado e elaboração de projeto de moagem, processamento e distribuição, incluindo visita de estudo às principais regiões e firmas produtoras do País. O estudo redundou na doação à Secretaria da Agricultura, pelo respectivo Ministério, de instalação completa, montada em Itaberaí;
04. Elaboração de monografia sobre as ocorrências de grafita, cromita, vermiculita, manganês e calcário, com base nos trabalhos da própria Metago (1966/67);

05. Reconhecimento para pesquisa de cromo em Dois Irmãos; de crisotila em Paraíso do Norte; de cobre e níquel em Cromínia; e de chumbo e zinco em Uruaçu (1968). Esta última foi objeto de requerimento ao DNPM, porém o pedido foi indeferido, pois um particular havia feito pedido idêntico poucos dias antes da Metago. Os demais não revelaram ocorrência promissora;
06. Prospecções em várias faixas mineralizadas nos municípios de Iporá, Diorama e Uruaçu, em 1969. Tais prospecções localizaram novas e promissoras ocorrências de chumbo e zinco em Uruaçu, objeto de requerimento ao DNPM;
07. Prestação de ampla colaboração com particulares, por meio de análise de laboratório e assistência técnica;
08. Concessão de estágio a formandos de escolas superiores e de nível técnico de várias regiões (Brasília, DF, Universidade Federal de Goiás, Ouro Preto e Uberlândia, MG, e Ribeirão Preto, SP).

Nos exercícios de 1966 e 1967 a Metago não recebia ainda participação na lavra de amianto da SAMA em Uruaçu, cujo “*royalty*” só passou a ser pago em 1968, nem as cotas do Imposto Único, que por sua vez não era computado como lucro. A recuperação financeira foi conseguida graças à utilização da própria capacidade da empresa.

Conquistou-se, “lenta e progressivamente, o respeito de empresas congêneres, para as quais a Metago deixou de ser o instrumento que o Governo usava para cobrir sua publicidade, tornando-se efetivamente uma empresa de mineração”. O Ministério de Minas e Energia mudou de opinião sobre a empresa, que passou a ser vista como uma organização essencialmente técnica. E, para a população, deixou de ser o assunto predileto para as chacotas e comentários maldosos.

Com todos os entraves e os resultados obtidos, a Metago encontrava-se numa situação definida como a sua fase final de implantação definitiva e irreversível, porquanto:

01. Dispunha de estrutura tecnicamente preparada, composta de um engenheiro químico, dois engenheiros de minas, cinco geólogos, topógrafos, desenhistas, duas equipes de sondagem, um químico de nível médio e cinco analistas práticos, num total de 26 funcionários do setor técnico, para apenas seis do setor de administração;
02. Dispunha de edifício-sede construído com seus próprios recursos e de acordo com as necessidades da empresa, incluindo modernos laboratórios de análises – por via úmida e de espectrografia, únicos no gênero em todo o Centro-Oeste, Norte e Nordeste do País; e,
03. Estava plenamente estabilizada a situação financeira e feitos os principais investimentos, podendo se dedicar inteiramente a seus objetivos.

Os planos da empresa, a curto e a longo prazos, foram elaborados tendo em vista, essencialmente, as amplas possibilidades que o Estado oferecia ao setor de mineração, em franca projeção, e que iria depender não só da atuação direta como da assistência técnica à iniciativa privada. A pesquisa de Catalão, por sua vez, era de tal importância que por si só justificava qualquer esforço da empresa, ao mesmo tempo que os projetos de fomento, levados avante e sem solução de continuidade, faziam surgir um novo ciclo na economia goiana.

O estudo geológico sistemático, calcado em fotografias aéreas e com os equipamentos adequados, tornava-se imperativo para executar uma boa prospecção. O Setor de Fomento foi criado justamente para mapear e buscar novas jazidas e cuidar das rochas alcalinas e ultrabásicas, portadoras dos minerais mais importantes entres os carentes/deficientes produzidos ou a produzir pelo Brasil. Para atender as necessidades de fomento a Metago adquiriu 135 foto-índices e todas as fotos da borda da Bacia do Paraná, além de equipamentos e viaturas para desenvolver esses estudos.

Foram entregues três Projetos:

01. Projeto da Bacia do Paraná: realizou o estudo sistemático de uma faixa de 270 km de largura por 450 de comprimento, cobrindo toda a sua borda; situado ao sul de Goiás, envolvia 107 municípios que, juntos, espalhavam-se por uma área de aproximadamente 131.900 km². Constatou-se trabalho sistemático de campo, com o devido apoio da foto-interpretação. Os objetivos específicos ficaram restritos às rochas alcalinas – promissoras principalmente para nióbio, titânio, fosfato, alumínio etc. – e ultrabásicas, promissoras em níquel, cobre, cromita, talco, amianto e platina. O Brasil era carente/deficiente em todas essas substâncias. As fotografias foram preparadas pelo Estado Maior das Forças Armadas (EMFA), por intermédio do Serviço Geográfico do Exército.
02. Projeto Extremo Norte: situado desde o Paralelo 11, passava pelo lugarejo denominado Brejinho de Nazaré, estendendo-se para o norte, entre os rios Araguaia e Tocantins, e também a área compreendida entre o Paralelo 9 (que passa pela cidade de Pedro Afonso), o rio Tocantins e o Estado do Maranhão. A área total era de 110.300 km² e abrangia um total de 33 municípios. Foi conduzido em condições semelhantes ao P.B. Paraná, já visando mais especificamente as ultrabásicas e as intrusões do município de Xambioá. As fotografias eram do Projeto Araguaia (Prospec), que visava ainda os evaporitos da Bacia Piauí-Maranhão, principalmente nos municípios de Filadélfia e Babaçulândia.
03. Projeto Leste-Tocantins: a sua área, a nordeste do Estado, compreendia 24 municípios, que formavam aproximadamente 117.700 km², limitados

a leste pela divisa de Goiás com os estados do Maranhão e Bahia; a oeste pelo rio Tocantins; ao norte pelo Paralelo 9 (Pedro Afonso); e ao sul pelo Paralelo 14, que passava pela cidade de Guarani de Goiás. Teve como ponto de apoio a cidade de Goiânia. Os estudos não visavam especificamente determinados tipos de rochas e constaram de prospecção sistemática, para conhecimento dos valores ambientais econômicos de uma área que geologicamente era desconhecida; apresentou ocorrência dos seguintes minerais: diamante, enxôfre, ouro, calcita, grafita, cianita, manganês, cobre, níquel etc.

A retomada da pesquisa na Chaminé Alcalina de Catalão ocorreu em maio de 1969, com a realização dos trabalhos básicos para que se pudesse dar andamento à pesquisa proposta pelos requerimentos que deram origem aos alvarás 90 e 91, de 22 de janeiro de 1969. Foi instalado na cidade um escritório com seção de desenho, topografia, preparação de amostras, depósitos e instalações diversas, além de acomodação para os técnicos.

Serviços realizados:

01. de Topografia – locação, demarcação e piqueteamento das áreas requeridas, em malha de 100x100m; levantamento topográfico na escala 1:5.000; locação de poços e furos de sonda; e locação de pontos para levantamento cintilométrico;
02. de Geologia – foto-interpretação das áreas 1 e 2 e adjacências; geologia das áreas 1 e 2 na escala 1:5.000; e geologia das faixas mineralizadas;
03. de Pesquisa – abertura de 200 poços; 30 sondagens a trado; 80 furos de sonda (4.000m); levantamento cintilométrico; e ensaios físicos de beneficiamento do minério;
04. de Análises – análise química por via úmida dosando o ferro, titânio, fosfato e resíduos insolúveis – cinco mil determinações; análises espectrográficas visando o cério, ítrio, lantânio e nióbio – 18 mil determinações; e análise petrográfica de 40 amostras com determinações de 23 minerais.

As manipulações dos números representativos das análises dos vários elementos revelavam que a Chaminé de Catalão encerrava uma grande jazida de titânio. As medidas iniciais revelaram que apenas nos 10 primeiros metros de profundidade já existia uma reserva média de 15 milhões de toneladas de minério 20% de TiO^2 .

Os furos de sonda tiveram uma profundidade média de 50m, com idêntico comprometimento físico-macroscópico. Esses argumentos permitiram afirmar que até um nível de 50m existiam 75 milhões de toneladas de minério de titânio com 20% de TiO^2 .

Na região noroeste da Área 2 a Metago tinha 20 milhões de toneladas de minério de nióbio com 0,8% de Nb²O₅ até a profundidade de 30m. Tal volume poderia ser aumentado, desde que os comportamentos físico e químico do material se mantivessem na profundidade.

A Metago tinha também uma jazida de nióbio em Catalão. Dependendo da maneira de tratamento do minério, existia ainda no município grande volume de elementos das terras raras (cério e lantânio), que poderiam ser aproveitados como sub-produtos.

A parte nordeste da Área 2 era intensamente mineralizada em vermiculita, na qual, disseminados, foram encontrados cristais de minerais de rutilo (anatásio) que, dependendo do aproveitamento da vermiculita, poderia também ser recuperada. O volume de vermiculita atingia várias dezenas de toneladas. O emprego desse mineral era difundido há algum tempo, porém só nessa época começou a ser utilizado na construção civil.

O BEG, a Caixa e as mudanças no período

O Banco do Estado de Goiás passou de uma pequena casa de crédito para uma das mais fortes instituições financeiras goianas. A expansão se fez sentir principalmente no interior, com a abertura de 12 novas agências. O capital social, que em janeiro de 1966 era de 600 mil cruzeiros, foi multiplicado por oito, passando, no final de 1970, para mais de cinco milhões de cruzeiros. A Assembleia Geral Extraordinária de novembro desse ano autorizou o aumento de Capital Social de Cr\$ 5.060.210,00 para 28 milhões de cruzeiros

A captação de depósitos de terceiros e o repasse de recursos colocados à disposição por instituições federais de crédito propiciaram, de 1966 a 1970, o alargamento das operações que atingiram áreas novas e se dirigiram, em maior volume, às tradicionais fontes de produção do Estado. As aplicações da Carteira de Crédito Geral passaram de Cr\$ 6.630.047,00 em 31 de janeiro de 1966 para Cr\$ 51,713 milhões, em dezembro de 1970; a Carteira de Crédito Comercial e Industrial saltou de Cr\$ 92.625,00 em 31 de janeiro de 1966 para Cr\$ 6,321 milhões em dezembro de 1970; e a Carteira de Crédito Agrícola saiu de Cr\$ 359.145,00 em janeiro de 1966 para Cr\$ 38,066 milhões em dezembro de 1970.

O volume de depósitos cresceu de forma significativa: Cr\$ 8,515 milhões (janeiro de 1966) para Cr\$ 70,978 milhões (dezembro de 1970).

Nesses cinco anos o BEG instalou as seguintes agências: em 1966, de Firminópolis, GO, São Paulo, SP, e Uberlândia, MG; em 1967, de Dianópolis, GO, e na Praça Cívica, em Goiânia; em 1968, de Itapaci, GO, Itumbiara, GO, e Petrolina de Goiás; em 1969, de Aurilândia, GO, Caldas Novas, GO, e Itaguaru, GO; e, em 1970, de Cachoeira Alta, GO, e Corumbáiba, GO.

A rede de agências, formada por 25 unidades, passou a ser de 37. Em setembro de 1970 a Diretoria aprovou a criação das agências de Cumari e Mozarlândia, ambas em Goiás, com pedido encaminhado ao Banco Central.

O quadro de pessoal do banco, com o crescimento dos negócios e a expansão da rede de agências, exigiu permanente política de treinamento, adoção de novos métodos de trabalho e uma diretriz salarial para reter o pessoal especializado. Eram 404 servidores em 31 de janeiro de 1966 e 670 em dezembro de 1970.

Não obstante as constantes reduções, pelo Banco Central, das taxas de empréstimos e descontos, o BEG conseguiu alcançar, de 1966 a 1970, compensadores resultados econômicos: de Cr\$ 526.923,00 em 1966 para Cr\$ 1.172.876,00 no primeiro semestre de 1970.

O BEG fez quatro expressivos repasses de interesse do Governo:

01. ao Dergo, para financiamento da construção da rodovia GO-3. trecho compreendido entre Nazário e São Luiz de Montes Belos, Cr\$ 2,5 milhões, recursos do Governo dos Estados Unidos da América do Norte, por meio da Agência para o Desenvolvimento Internacional;
02. à Suplan, para construção de salas de aula para escolas primárias, Cr\$ 2 milhões, igualmente recursos do Governo norteamericano, por meio da Agência para o Desenvolvimento Internacional;
03. Para refinanciamento de operações concedidas a organismos do Governo de Goiás, Cr\$ 7 milhões, recursos obtidos com a venda de Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional; e
04. ao Dergo, para financiamento da pavimentação asfáltica de 62 km da estrada de Nerópolis, passando por Petrolina de Goiás e São Francisco de Goiás, até a interseção com a BR-153, Cr\$ 5 milhões, recursos da Emenda ao VII Acordo sobre Produtos Agrícolas, firmada entre os Governos dos Estados Unidos e do Brasil, em 14 de maio de 1968.

Criada pela Lei estadual nº 4.206, de 6 de novembro de 1961, a Caixa Econômica do Estado de Goiás (Caixego) foi instalada em 1964. Até o início de 1966 funcionava apenas com a Carteira de Consignações, para empréstimos a funcionários públicos estaduais, com descontos em folha de pagamento, e os serviços de captação de depósito e seção de penhores.

Em maio de 1966 foi criada a Carteira Habitacional, para financiamentos com recursos repassados pelo Banco Nacional da Habitação (BNH), do programa de construção de moradias em Goiás. No período foram aplicados Cr\$ 130 milhões, dos quais Cr\$ 86,757 milhões na construção de 2.932 residências, sendo 1.531 apartamentos e 1.401 casas; Cr\$ 36,386 milhões no complexo industrial da Companhia de Cimento Portland Goiás, no município de Palmeiras de Goiás; e Cr\$ 263.551,18 em obras de saneamento.

A Carteira de Títulos, instalada em setembro de 1966, financiou 452 veículos, inclusive lambretas, no valor total de Cr\$ 3,849 milhões; a Carteira de Crédito Pessoal, instalada em março de 1967, fez aplicações totais de Cr\$ 49,178 milhões; e a Carteira de Empréstimos Especiais concedeu financiamentos a prefeituras, órgãos estaduais, entidades assistenciais, sociedades recreativas e de esportes e órgãos de divulgação e notícias, no total de Cr\$ 7,860 milhões.

Em 31 de janeiro de 1966 havia apenas a Agência Matriz. No período foram instaladas as agências de Anápolis; Hum (Goiânia); Morrinhos; Vila Nova e Campinas (ambas na Capital); Inhumas; Pires do Rio; Anhanguera (Goiânia); Ipameri, Iporá, Piracanjuba e Aragarças.

Em fins de 1970 já haviam sido tomadas diversas medidas para reorganização administrativa, mudando o organograma e criando novas seções, departamentos e serviços, para racionalizar e desburocratizar os serviços existentes. Na época, anunciou o funcionamento do sistema de computação eletrônica de dados, para “cálculos de prestações, juros, correção monetária e outros de natureza financeira”. No final, uma previsão: “Depois de certo período de treinamento e ajustamento ao serviço, ampliar-se-á a faixa de utilização do computador e, ao final de 1971, provavelmente diversas agências e carteiras estarão se utilizando daquele moderno equipamento”.

A Codeg e os projetos de desenvolvimento

Criada pela Lei nº 6.844, de 30 de abril de 1968, a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás (Codeg) iniciou suas atividades em novembro e deu ênfase ao planejamento das atividades governamentais, em estudos e análises de projetos de importância para o Estado. A Diretoria organizou seu quadro de pessoal com técnicos de alto gabarito profissional.

Trabalhos técnicos realizados:

01. Reestruturação da Secretaria da Fazenda;
02. Mapeamento urbano de Araguaína;
03. Projeto preliminar de abastecimento de energia elétrica do centro do Estado (Barro Alto, Uruaçu e Niquelândia);
04. Regulamento do Processamento da Despesa;
05. Projetos estabelecendo normas para emissão de Notas Fiscais (legislação tributária);
06. Mapeamento da região dos rios Araguaia e Formoso;
07. Escopo do Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Maranhão;
08. Assessoria ao Governo do Estado no estudo das reivindicações ao Presidente da República;

09. Justificativa preliminar para um estudo aprofundado de viabilidade técnico-econômica para motorização do Paranoá, com vistas à sua utilização como usina de ponta;
10. Reestruturação da Caixa;
11. Revisão da legislação tributária;
12. Estudos para implantação do processamento eletrônico de dados;
13. Bases para convênio de aplicação de recursos da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) na agricultura e pecuária do Estado de Goiás;
14. Bases para um Programa de Desenvolvimento Planejado do Amazonas;
15. Estudo sobre mercado de energia elétrica do Estado de Goiás;
16. Diretrizes para uso do Fundo de Desenvolvimento Econômico;
17. Programa de aplicação do Fundo de Participação e do Fundo Especial do Estado (1970);
18. Análise de comportamento da Programação do Governo do Estado no biênio 1968/1969;
19. Estudo urbanístico de Goiânia;
20. Análise das rendas do Governo do Estado;
21. Região Geoeconômica de Brasília (Estudo preliminar da sub-região de Goiás);
22. Estudo da industrialização do Estado de Goiás;
23. Trabalhos cartográficos na escala 1:100.000, a saber:

01	Folha Cartográfica 537	B - Porangatu
02	Folha Cartográfica 560	A - Santa Terezinha de Goiás
03	Folha Cartográfica 560	B - Mara Rosa
04	Folha Cartográfica 560	C - Itapaci
05	Folha Cartográfica 560	D - Uruaçu
06	Folha Cartográfica 561	B - Bagagem
07	Folha Cartográfica 583	A - Ceres
08	Folha Cartográfica 583	B - Goianésia
09	Folha Cartográfica 583	C - Itaguaru
10	Folha Cartográfica 583	D - Jaraguá
11	Folha Cartográfica 584	A - Corumbá de Goiás
12	Folha Cartográfica 606	B - Nerópolis
13	Folha Cartográfica 606	D - Goiânia
14	Folha Cartográfica 607	A - Anápolis
15	Folha Cartográfica 607	C - Silvânia

24. Termos de Referência do Plano de Desenvolvimento Agrícola do Estado;
25. Previsão da Receita Mensal do Estado;

26. Estudo de influência das BR-070 e BR-080 na economia do Distrito Federal;
27. Análise de solos do Estado;
28. Estudo comparativo de renda “*per capita*”;
29. Assessoria ao Governo do Estado nas reivindicações aos Ministros da Fazenda, da Agricultura e do Planejamento;
30. Plano de Desenvolvimento Integrado de Goianésia;
31. Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Rio Maranhão:
 - I - Justificativa da escolha da área;
 - II - Orçamento de custos.
32. Termo de Referência do Projeto Goiânia-Oeste e Projeto Paranaíba;
33. Subsídios ao Plano de Ação do Governo (1971/1974);
34. Instalação dos serviços de processamento de dados;
35. Análise do crescimento da população de Goiânia;
36. Projeto de Colonização de Goiás;
37. Mapeamento na escala 1:100.000, conforme lista abaixo:

01	Folhas Cartográficas 512	A - Peixe
02	Folhas Cartográficas 512	B - Tucuns
03	Folhas Cartográficas 513	A - Serra Vermelha
04	Folhas Cartográficas 513	B - Conceição
05	Folhas Cartográficas 514	A - Taipas
06	Folhas Cartográficas 537	D - Mutunópolis
07	Folhas Cartográficas 562	A - Cocal
08	Folhas Cartográficas 571	B - Alvorada
09	Folhas Cartográficas 627	B - Cromínia
10	Folhas Cartográficas 627	D - Morrinhos
11	Folhas Cartográficas 628	A - Cristianópolis
12	Folhas Cartográficas 628	C - Caldas Novas

38. A Economia de Goiás (1965/1975);
39. Custos de serviços mecanizados;
40. Capacidade de armazenagem do Estado;
41. Diretrizes Gerais para Plano de Ação do Governo.

Do estudo analítico do balanço encerrado em 31 de dezembro de 1970 e demonstração da conta de “Lucros e Perdas” verificou-se que, para a realização desses trabalhos, de alta valia para o desenvolvimento de Goiás, a Codeg dispendeu a importância de Cr\$ 559.500,00, pelo Fundo de Planejamento. Foram aplicados exclusivamente em estudos técnicos e econômicos. Trabalhando em termos de iniciativa privada, a Companhia prestou serviços de relevante interesse público ao Governo do Estado.

A Diretoria criou e instalou o Centro Eletrônico de Processamento de Dados, que prestou serviços aos órgãos da administração direta e indireta, utilizando os mais modernos aparelhos existentes no País, movimentados por uma equipe de técnicos de alto nível.

BIBLIOGRAFIA

- AQUINO, Napoleão Araújo de. *A construção da Belém-Brasília e suas implicações no processo de urbanização do estado do Tocantins*. in GIRALDIN, O. (org). *A transformação histórica do Tocantins*. 2. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2004.
- BERTRAN, Paulo. *História da terra e do homem no Planalto Central*. Brasília: Solo, 1994.
- BITTENCOURT, José Luiz. *Prática da discordância*. Goiânia, Ed. 4, 1989.
- BORGES, Ana Maria; PALACIN, Luiz. *Patrimônio Histórico de Goiás*. Brasília: SPHAN/Pró-Memória, 1987.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *A rodovia Belém-Brasília e a integração do norte goiano*. Estudo de História, Franca, v. 5, nº 2, 1998.
- BORGES, Barsanufio Gomides. *O despertar dos dormentes*. Goiânia, Dissertação (Mestrado). (mimeo).
- BRAGA, S. S. *Quem foi quem na Assembléia Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946*. Brasília, Câmara dos Deputados, 1998, p. 332.
- CÂMARA, Jaime. *Os tempos da mudança*. Goiânia, Graf. O Popular, 1977.
- CAMARGO JÚNIOR, Sebastião Dante. *As terras devolutas*. in **Plano de ação do Governo Otávio Lage, 1968/1970**. Goiânia, Edigraf, 1968.
- CAMPOS, Francisco Itami. *Coronelismo em Goiás*. 1ª impressão. Goiânia, Ed. UFG, 1987, p. 80
- CAMPOS, Francisco Itami; DUARTE, Arédio Teixeira. *O Legislativo em Goiás*. Volume 1– História e Legislaturas. Goiânia, Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, 1996.
- Centro de Divulgação e Cultura. *Autoridades Constituídas do Estado de Goiás*. Goiânia, 1973.
- CHAUL, Nars Fayad. *A construção de Goiânia e a transferência da Capital*. Goiânia: Ed. UFG, 2001.
- COSTA, Célio. *O Estado do Tocantins: Uma geopolítica de desenvolvimento*. Goiânia, Ed. Autor, 1985.
- COSTA, Waldir Luiz. *Ciclos evolutivos da economia goiana*. in **Plano de ação do Governo Otávio Lage, 1968/1970**. Goiânia, Edigraf, 1968.

CPDOC – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, *Dicionário Histórico Biográfico*.

Cronologia dos Governantes de Goiás: de 1722 a 1975. Goiânia, Secretaria da Educação e Cultura / Arquivo Histórico de Goiás, 1977.

DOLES, Dalisia (org.). *Interpretação histórica da economia de Goiás e posicionamento do setor agropecuário no contexto econômico e social da região*. (Mimeo).

DUARTE, Lyz Elizabeth Amorim Melo. *O poder e a estrutura agrária nos municípios de Ceres e Jaraguá – GO: Uma análise comparativa*. Tese apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em História Econômica. São Paulo, 1999. Cópia

Enciclopédia dos Municípios, do IBGE, de 1958.

ENCISO, Javier Pérez. *O professor de ensino médio no Goiás*. Goiânia, tese mimeografada, 1972, p. 47, *apud* PALACIN, Luiz.

ESTEVAM, Luís. *Entre o sonho e a realidade*, *apud* “Pedro Ludovico: A saga da construção de Goiânia no coração do Brasil”, do senador Iris Rezende (p. 37)

FAISSOL, Speridião. *O “Mato Grosso de Goiás”*. Rio de Janeiro, Serviço Geográfico do IBGE, 1952.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: história e historiografia*. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1978.

FAUSTO, Boris; DEVOTO, Fernando J. *Brasil e Argentina: Um ensaio de história comparada (1850-2002)*. São Paulo, Editora 34, 2004.

FERNANDES, Clever Luiz. *Modernização de Goiás passa por Otávio Lage*. in “*Jornal Opção*”. edição de 23.07.2006, Goiânia.

FERNANDES, Clever Luiz; AQUINO, Reginaldo Lima de (org.). *Jalles Machado: utopia e modernidade*. 1ª ed. Goianésia, Ed. UEG, 2001.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1959.

GASPARI, Élio. *A Ditadura Escancarada*. Série *As ilusões armadas*. v. 2, São Paulo, ed. Companhia das Letras, 2002.

JACOBSON, Eduardo. *Medicina em Goiás*. Artigo integrando o **Plano de ação do Governo Otávio Lage, 1968/1970**. Goiânia, Edigraf, 1968.

LIMA, Atílio Correia. *Goiânia: a nova capital de Goiás* - Resumo de um estudo. (s.d.)

LOUREIRO, Valderês Nunes. *O aspecto educativo da prática política: A luta do arrendo em Orizona*. Rio de Janeiro, FGV, 1982. Dissertação de Mestrado, p. 38

MELO, Moacir Lázaro de. *A história de Goianésia*. 1 ed. Goiânia, Gráfica e Editora O Popular, 1980.

MENEZES, Ana Maria Godinho de; CARVALHO, José; GUIMARÃES, Maria Ivony Corrêa; MOTA, Usleína de Oliveira. *Goianésia, seu povo, sua história*. Goianésia, Gráfica Tânia, 2000.

MENEZES FILHO, Servito de. *Estabilidade política em Goiás*. Revista do ICHL, Goiânia, v.1. n. 1.

MONTEIRO, Ofélia Sócrates do Nascimento. *Como nasceu Goiânia*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1938.

NARVAES FILHO, Antônio; NAKATA, H. *Geografia do Brasil: Geral e Regional*. 6 ed. São Paulo, Ática, 1969

NUNES, Heliane Prudente. *A era rodoviária em Goiás: impactos na estrutura rural e urbana (1930-1961)*. Dissertação de Mestrado. Goiânia, ICHL/UFG, 1984.

PALACIN, Luiz. *Fundação de Goiânia e desenvolvimento de Goiás*. Goiânia, Ed. Oriente, 1976.

PEREIRA, Armantino Alves (org.). *Agricultura de Goiás*. Análise & Dinâmica. Goiânia, 2004.

PEREIRA, Rubens de Mattos. *Desenvolvimento Urbano no Brasil*. Estudo elaborado para o Escritório de Pesquisa Econômica Aplicada, do Ministério do Planejamento. Rio de Janeiro, in **Revista de Administração Pública**, da Fundação Getúlio Vargas, 1967, v. 1, nº 1.

REZENDE, Iris. *Pedro Ludovico: A saga da construção de Goiânia no coração do Brasil*. Brasília, Senado Federal, 2001.

RICARDO, Cassiano. *Marcha para o Oeste*. Rio de Janeiro, Ed. da USP e José Olympio, 4ª ed. 1970, 2 volumes.

ROCHA, Hélio. *Os inquilinos da Casa Verde*. Governos de Goiás de Pedro Ludovico a Maguito Vilela. Goiânia, Ed. Autor, 1998.

RODRIGUES, Sandra de Paula. *Os desafios para o desenvolvimento sustentável do Município de Goianésia, Goiás*. Dissertação de Mestrado em Sociedade,

Tecnologia e Meio Ambiente, defendida no Centro Universitário de Anápolis (UniEvangélica), em 2009, Anápolis, 133 páginas.

SABINO, Oscar Júnior. *Goiânia documentada*. São Paulo (s.d.).

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela Província de Goiás*. Trad. e notas de Ribeiro Lessa. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1937.

SILVA, Ana Lúcia da. *A Revolução de 30 em Goiás*. São Paulo, 1982. Tese (doutorado) - Universidade de São Paulo.

SILVEIRA, José Peixoto da. *Goiás e a Cafeicultura*. Discurso pronunciado na sessão do dia 5 de outubro de 1949, na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. Goiânia, Escola Técnica, 1950.

SIQUEIRA, Jalles Machado de. *Bases em que deve repousar nossa obra constitucional*. Discurso proferido em 22.03.1946, na Câmara dos Deputados, no Rio de Janeiro.

SOUZA, Maria do Carmo Campello de. *Estado e partidos políticos no Brasil (1930 a 1964)*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1983.

TEIXEIRA, Mauro Borges. *O Golpe em Goiás – História de uma grande traição*. Goiânia, UCG/Vieira, 2006.

TEIXEIRA, Pedro Ludovico. *Memórias*. Goiânia: Livraria Cultura, 1973.

TEIXEIRA JÚNIOR, Mauro Borges, entrevista ao “**Jornal Opção**”, de Goiânia, GO, edição de 31.07.2008.

VARGAS, Getúlio. *As Diretrizes da Nova Política do Brasil*. Ed. José Olympio, s/d. citado por VELHO, Otávio Guilherme. *Capitalismo Autoritário e Campesinato*. 2ª ed., SP e RJ, DIFEL, 1979, p. 148.

“*Plano de ação do Governo Otávio Lage de Siqueira, 1968/1970*”, elaborado pela Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado. Goiânia, Edigraf/São Paulo, 1968.

“*Goiás: cinco anos de trabalho (1966/1970)*”, relatório final da gestão, elaborado pela Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado. Goiânia, Columbus Propaganda, 1971.

Periódicos

“**Informação Goyana**”, do Rio de Janeiro, edição de 1918, p. 161.

“**Anhanguera**”, revista, editada em Anápolis, GO, novembro de 1964.

“**A Gazeta**”, edição de 05.04.1966.

“**A Notícia**”, do Rio de Janeiro, RJ, edição de 18.04.1966.

“**Cinco de Março**”, de Goiânia, GO, semanário.

“**Correio Braziliense**”, de Brasília, DF, diário, edições de 15.10.1965; 24.10.1965; 15.04.1966; e de 25.05.1966, coluna ‘*O que se comenta*’, de Romualdo Santillo.

“**Correio da Manhã**”, do Rio de Janeiro, RJ, diário, edições de 29.05.1966; 31.05.1966; 19.03.1968 (‘Caderno de Goiás’); e de 06.07.1968.

“**Diário da Manhã**”, de Goiânia, GO, diário, edições de 13.06.2004; 25.02.2005; de 25.03.2006; e 25.03.2014.

“**Diário de Brasília**”, de Brasília, DF, diário, edição de 10.06.1966.

“**Diário de Notícias**”, do Rio de Janeiro, RJ, diário, edição de 10.01.1967.

“**Folha de Goiaz**”, de Goiânia, GO, diário, edições de 12.06.1966; 07.03.1968; 23.05.1968; e de 04.07.1968.

“**Folha de S. Paulo**”, de São Paulo, SP, diário, edição de 04.11.1965.

“**Jornal do Brasil**”, do Rio de Janeiro, RJ, diário, edições de 29.06.1965; 02.04.1966; 06.04.1966; 13.04.1966; 17.04.1966; 18.04.1966; 28.04.1966; e de 11.06.1966.

“**Jornal do Povo**”, de Goiânia, GO, edições de 08.07.1968; e 22.07.1968.

“**Jornal do Tocantins**”, de Palmas, TO, diário, edição de 15.07.2006.

“**Jornal Opção**”, de Goiânia, GO, semanário, edições de 26.08.2002; nº 1550, de 20.03.2005; de 17.07.2005; de 04.12.2005, republicando entrevista concedida em 1977; de 15.07.2006; de 13.07.2008; 1724, 20.07.2008; e 2022, de 06.04.2014.

“**O Estado de S. Paulo**”, de São Paulo, SP, diário, edições de 07.04.1966; 08.04.1966; 14.04.1966; 01.06.1966; 03.06.1966; e de 04.06.1966.

“**O Globo**”, do Rio de Janeiro, RJ, diário, edições de 09.04.1966; 11.04.1966; e de 12.04.1966.

“**O Jornal**”, de Goiânia, GO, edição de 16.04.1966;

“**O Popular**”, de Goiânia, GO, diário, edições de 04.07.1995; 25.08.1965; 01.09.1965; 28.09.1965; 30.09.1965; 07.10.1965; 08.10.1965; 12.10.1965; 14.10.1965; 07.11.1965; 13.11.1965; 17.11.1965; 21.11.1965; 30.11.1965;

31.03.1966; 03.04.1966; 10.04.1966; 19.04.1966; 03.05.1966; 04.05.1966; 11.05.1966; 12.05.1966; 15.05.1966; 16.05.1966; 18.05.1966; 12.06.1966; 02.02.1967; 03.03.1967; 20.03.1968; 21.03.1968; 02.04.1968; 19.05.1968; 04.07.1968; 05.07.1968 (página inteira); 1969, 1970 e 1971; de 20.09.2002, de 26.06.2003; 09.11.2004; 15.07.2006; 16.07.2006; 12.07.2007.

“Passarela”, de Goiânia, GO, edição de 25.08.1968.

“Província do Pará”, de Belém, PA, edição de 07.05.1966.

“Revista do Arquivo Histórico Estadual”, publicação do Arquivo Histórico Estadual, Convênio Sudeco/Secretaria da Educação e Cultura do Estado, por sua Fundação Cultural de Goiás, Goiânia, abril de 1980, nº 01.

“Tribuna do Planalto”, de Goiânia, GO, semanário, edições de fevereiro de 2002 e de 15.07.2006.

“Última Hora”, do Rio de Janeiro, RJ, diário, edição de 13.06.1966.

<http://al.go.leg.br/instituicao/poderlegislativo>

Entrevistas ao jornalista Vassil Oliveira e a Sílvia Siqueira, em 2009:

. **Dom Antônio Ribeiro de Oliveira**

. **Célia Siqueira Costa**

. **Edmundo de Moraes Neto**

. **Hélio Siqueira Santos**

. **Henrique Coe**

. **Iris Rezende Machado**

. **Jair Lage de Siqueira**

. **José do Nascimento Caixeta**

. **Marco Aurélio Cardoso Naves**

. **Nion Albernaz**

. **Ursulino Tavares Leão**

Entrevistas ao jornalista Jales Naves, em 2013:

. **Ana Guiomar Naves, professora**

. **Antônio Carlos Lage de Siqueira, contador**

- . Dom Antônio Ribeiro de Oliveira, religioso
- . Carlos Alberto Ferreira Coelho, fazendeiro e político
- . Elísio de Assis Costa, advogado
- . Eurico Barbosa dos Santos, ex-parlamentar, advogado e escritor
- . Genésio Vieira de Barros, ex-parlamentar e fazendeiro
- . Gilson Rios Barbo de Siqueira, engenheiro
- . Ilanu Alcântara Lopes, farmacêutica
- . Jalles Fontoura de Siqueira, empresário e político
- . João Dário da Silva, auditor fiscal
- . Joaquim Francisco Sepúlveda, engenheiro
- . Joaquim Guedes de Amorim Coelho, engenheiro
- . José Adilson Fenelon, odontólogo
- . José Osório Naves, jornalista
- . Luiz César Vaz de Melo, engenheiro e empresário
- . Marco Aurélio Cardoso Naves, empresário e fazendeiro
- . Maria Luiza Rocha de Siqueira, arquiteta e empresária
- . Marilda Fontoura de Siqueira
- . Maurício Sanford Fontenelle, agrônomo e servidor público
- . Myriam Penna de Siqueira, arquiteta e empresária
- . Nelson Inácio da Silva, advogado e servidor público
- . Nion Albernaz, professor e político
- . Otávio Lage de Siqueira Filho, empresário e político
- . Oton Nascimento Júnior, empresário e político
- . Raulindo Heinzelman Naves, advogado e servidor público
- . René Pompêo de Pina, engenheiro e servidor público
- . Ricardo Fontoura de Siqueira, empresário e engenheiro
- . Salatiel Soares Correia, engenheiro da Celg
- . Sarah Vicentini, professora
- . Sebastião de Oliveira Castro Filho, desembargador e ministro
- . Segundo Braoios Martinez, empresário
- . Silvia Regina Fontoura de Siqueira, psicóloga
- . Sylvia de Siqueira Simões, educadora
- . Ursulino Tavares Leão, ex-parlamentar, advogado e escritor
- . Valterli Leite Guedes, jornalista e advogado



O autor

Jornalista desde os 18 anos de idade, quando conseguiu o seu primeiro emprego público, Jales Rodrigues Naves (foto) construiu uma carreira profissional de destaque, que mesclou, num determinado momento, com o Cooperativismo. Nos dois momentos, a presença de Otávio Lage. No primeiro, em 1968, quando atendeu o líder político José Rodrigues Naves Júnior, seu colega de UDN e com quem sempre caminhou politicamente, ao conceder um emprego para o filho caçula no Consórcio de Empresas de Radiodifusão e Notícias do Estado (Cerne). No segundo, de 1979 a 1990, quando Jales realizou um importante

trabalho de dinamização da Organização das Cooperativas do Estado de Goiás (OCG), e de projeção, nacional e internacional, do cooperativismo goiano, e contou com o apoio e a colaboração dele, que dirigia essas entidades em Goianésia e Goiânia.

Natural de Goianira, GO, na época distrito de Goiânia, Jales foi contratado como repórter para trabalhar primeiro na Rádio Brasil Central e logo em seguida transferido para a Agência Goiana de Notícias, ambas do Cerne. Em 1969 passou no vestibular da Universidade Federal de Goiás para o Curso de Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, que tinha sido criado no ano anterior. Foi um dos fundadores e presidente do Centro de Estudos de Comunicação, criado em 1972 no âmbito da UFG, e que, numa ação ousada, realizou o I Encontro Nacional de Estudantes de Comunicação, em Goiânia, em setembro daquele ano, num momento tenso da repressão política. Estudando e trabalhando, pôde conciliar teoria e prática, favorecendo no aprendizado e na profissionalização, já o levando a atuar, ao mesmo tempo, noutros veículos de comunicação, e não parou mais. Trabalhou nos jornais *“Tribuna de Goiás”*, *“O Popular”*, *“Folha de Goiaz”* e *“Cinco de Março”* e nas revistas *“Leia Agora”*, *“Romãozinho”*, *“Goiás Agora”* e *“Família Naves”*. Editou o *“Jornal das Cooperativas”*, *“Revista da OAB-Goiás”* e *“Jornal do Trânsito”*. Prestou serviços de assessoria em Comunicação para várias empresas e instituições, públicas e privadas.

Sempre participou e atuou em seu meio. Filiado ao Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de Goiás e à Associação Goiana de Imprensa, dirigiu a AGI em três mandatos. Foi um dos fundadores e presidente da Cooperativa dos Jornalistas de Goiás (Projornal), que o indicou para representá-la na OCG, que dirigiu por 11 anos. No período, transformou

a pequena Organização que conheceu em 1979 numa das maiores entidades brasileiras da área, realizando um grande trabalho nas áreas de educação e comunicação cooperativista, na representação do sistema e em suas lutas, em especial do setor agropecuário, com ações dinâmicas, inclusive conseguindo introduzir as cooperativas no processo de exportação de seus produtos, como carne e soja.

No Cerne ocupou todas as funções profissionais: repórter, redator e Chefe de Redação da AGN, e trabalhou na TV Brasil Central, onde produziu e dirigiu dois programas: *‘Opinião em Debate’*, do jornalista Rosenwal Ferreira; e *‘Roda Viva’*, apresentado pelo jornalista Reynaldo Rocha.

Casado com a bióloga e professora universitária Heloisa Machado Naves, mineira de Ituiutaba, que se destacou pelo trabalho no magistério superior e na pesquisa científica na UFG, eles tem três filhos goianienses: Rossana, graduada em Direito, casada com o engenheiro Rodrigo Costa Machado; Mariana, graduada em Relações Internacionais e professora de inglês e espanhol; e Jales Júnior, advogado, especializado em Direito Tributário.

Co-autor do Livro *“A história da família Naves no Brasil: 1655 a 1945”*, de 2012, em julho de 2013 começou a pesquisar a história de Otávio Lage, quando elaborou um projeto, definiu o roteiro, realizou levantamentos, colheu depoimentos e entrevistas, pesquisou em livros e documentos do período para escrever este livro, que concluiu em abril de 2014.

Foram nove meses de muitos estudos, reflexões, anotações, contestações e, paralelamente, a busca da correção de erros e injustiças cometidos contra Otávio Lage. Dentre os erros, o mais grave foi cometido pelos professores universitários e historiadores Itami Campos e Arédio Duarte no livro *“O Legislativo em Goiás”*, primeira edição, de 1996, no qual afirmaram que ele fechou a Assembleia Legislativa do Estado em 1969; na verdade esse foi mais um ato autoritário dos militares que assumiram o poder federal em 1964. Essa informação errada constou do site do Poder Legislativo goiano até ser denunciada pelo autor deste livro, em artigo no jornal *“O Popular”*, de 26 de dezembro de 2013. O segundo foi cometido por professores do ensino médio de Goiânia que afirmavam, para seus alunos, dentre eles netos de Otávio Lage, que ele fora nomeado pelos militares para o Governo do Estado e não eleito, o que também foi contestado pelo autor deste livro em artigo no *“Jornal Opção”*, de 13 de abril de 2014.

Uma outra participação indireta do homenageado foi na indicação do autor deste livro, pelo líder político Jalles Fontoura, para a Superintendência Executiva da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos (SEMARH), que exerceu de janeiro a dezembro de 2014, quando ocupou interinamente o cargo de Secretário de Estado, encerrando sua carreira pública.



Em apoio à sustentabilidade, à preservação ambiental, a ASA EDITORA GRÁFICA / KELPS, declara que este livro foi impresso com papel produzido de florestas cultivadas em áreas não degradadas e que é inteiramente reciclável.

Este livro foi impresso na oficina da PRONTO EDITORA GRÁFICA/ KELPS, no papel: Reciclato 75 g/m² composto na fonte Minion pro, corpo 12 dezembro 2014

A revisão final desta obra é de responsabilidade da autora